O JUDEU INTERNACIONAL

APRESENTAÇÃO DE
S. E. CASTAN

REVISÃO
EDITORA LTDA

HENRY FORD

O JUDEU INTERNACIONAL

HENRY FORD nasceu nos Estados Unidos em 1863 e faleceu em 1947.

Foi o pioneiro da indústria automobilística norte-americana. Homem de grande inteligência, iniciativa e poder criativo, construiu, nos momentos de lazer, peça por peça, entre 1882 e 1883, sua primeira viatura automóvel, um quadriciclo cujo motor de 4 cv era refrigerado a água. Criou em 1902 a Henry Ford Company, uma sociedade de estudos e pesquisas; em 1903 fundou a Ford Motor Company, que ele transformou no mais poderoso empreendimento industrial dos Estados Unidos. Ford lançou a fabricação em série para barateamento dos produtos e a padronização das principais peças que formavam um conjunto. Foi um dos primeiros a considerar a exportação como meio de expansão comercial e adquiriu para esse fim, em 1925, importante frota mercante.

Após seu falecimento, aos poucos, a família Ford foi perdendo o controle de mando do império criado por Henry e hoje o domínio dessa gigantesca organização multinacional também está nas mãos daquele que foi denunciado por ele: O Judeu Internacional, inventor do sistema de sociedade por ações chamadas Sociedades Anônimas, um meio pelo qual não é muito fácil de indentificar o verdadeiro proprietário.

Os brasileiros, por problemas que às vezes sentem na própria carne, não gostam de firmas multinacionais, cuja pátria é o Capital, que aqui vem e suga nossas espoliadas divisas, na exploração de toda uma gama de ramos de atividades, que vai desde os minérios até culminar com a fabricação de refrigerantes com essências importadas, sorvetes e até a exploração de lancherias. Agem abertamente, mas geralmente de forma disfarçada em praticamente todos os tipos de comércio, indústria, importação, exportação, prestação de serviços, imprensa, cultura, bancos etc., enfim desde o pão nosso de cada dia até o papel higiênico.

Muitos exportam mercadorias a preços abaixo das cotações internacionais, para proporcionar lucros em outros países, onde o imposto de renda é mais favorável, onde possuem associados ou interesses. A maioria das multinacionais são admitidas em nosso país sem passarem por rigoroso exame da real conveniência de sua instalação, prejudicando dessa forma muitas vezes interesses de firmas nacionais já funcionando e que cedo ou tarde acabam sendo absorvidas, entram em graves dificuldades, ou ainda não raramente falindo por falta de recursos para enfrentar o novo, protegido e rico concorrente sem pátria, geralmente disposto a trabalhar com prejuízo até o total afastamento de concorrentes brasileiros. Este "investidor" muitas vezes ainda recebe insenções fiscais e áreas gratuitas para levantar suas instalações.

Não deixa de ser digno de observação o fato de que isso acontece em praticamente todo mundo. As multinacionais têm verdadeiro pavor de regimes populares/ fortes/ nacionalistas, pois passam a ser controladas. Esses governos então geralmente passam a ser denominados de ditaduras, a imprensa de todo o mundo, em seu poder, cai em cima, procurando desestabilizá-los por todos os meios imagináveis, por pressões financeiras e não raras vezes inclusive por pressão religiosa de má orientação. Enfim, nada deve funcionar sem sua participação... Seu regime preferido é o da *liberdade total*, quanto mais anarquia tanto melhor, como a vigente pela nova Constituição brasileira votada por nossos parlamentares em 1988. É a pornografia geral invadindo até os nossos lares, impunemente.

Em 1983, durante uma excursão de ônibus de Berlim ocidental para a oriental, tive oportunidade de conversar bastante tempo com a guia turística alemã comunista, muito simpática, atenciosa e burrinha, que se mostrou preocupada com a situação brasileira, já que ela era uma grande admiradora do povo brasileiro. Após fazer os maiores elogios à URSS, que libertou a Alemanha do fascismo... que tanto perseguiu e massacrou o povo judeu..., ela lascou esta última que merece uma medalha: "Vocês no Brasil só têm um problema, precisam controlar ou livrar-se definitivamente das multinacionais!

Infelizmente a inteligência desta senhora não era o seu forte pois o fascismo, que significa UNIÃO, era o sistema de governo da Itália e não da sua Alemanha, governada pelo Partido Nacional Socialista do Trabalhador Alemão. Elogiar o comunismo pela "libertação" efetuada é uma questão de gosto, pois se ela fosse fazer uma rápida pesquisa entre os sobreviventes do *holocausto alemão*, ela ficaria sabendo que o padrão de vida que seu povo conseguiu em menos de 6 anos de Nacional-Socialismo, ninguém, mesmo com 70 anos de comunismo consegiu até hoje dar a seu povo, e isso foi a 50 anos atrás, em 1939, antes da guerra que lhe foi imposta conforme hoje amplamente está comprovado.

Como boa aluna ela não podia deixar de citar e lamentar os 6 milhões de inocentes judeus, sacrificados pelos seus conterrâneos... É lógico que lá ainda não é divulgado que *Acabou o Gás* e que a Mentira do Século está desabando de forma fragorosa — por isso a epidemia de filmes e estórias na TV, com os filmes mais incríveis, que estão passando diariamente, para tentar manter a impostura.

A distinta guia recebe a medalha quando, após lamentar o que teriam feito com os sionistas, recomendou de forma categórica, que devíamos livrar-nos das multinacionais, como única forma para obter-mos Ordem e Progresso, pois não sabia — assim como muita gente boa — que atrás da cortina quem manobra a maioria absoluta das multinacionais é o JUDEU INTERNACIONAL.

S.E. CASTAN

O
JUDEU
INTERNACIONAL

HENRY FORD

O JUDEU INTERNACIONAL

APRESENTAÇÃO DE
S. E. CASTAN

1ª reedição
1989

O judeu internacional

NOTA DOS EDITORES: O texto original do presente livro é de 1920, dois anos após o término da I Guerra Mundial, chamada de A Grande Guerra, e treze anos antes do Partido Nacional Socialista do Trabalhador Alemão ganhar as eleições e assumir o Governo.

O Criador e pioneiro na fabricação em série dos famosos automóveis que levam seu nome, o Industrial **Henry Ford,** *possuía um jornal, de nome "Dearborn Independent", onde publicou vários e profundos artigos sobre o Sionismo, que em seguida foram reunidos no livro que recebeu o nome "The International Jew".*

O livro de enorme sucesso — continua sendo vendido nos EUA após 69 anos — foi traduzido para os mais diversos idiomas, inclusive uma edição em português, da Livraria do Globo de Porto Alegre, em 1933.

Segundo León de Poncins, no livro "As forças Secretas da Revolução — Maçonaria e Judaísmo", os judeus ficaram profundamente indignados, pois o autor era sério. Organizaram violenta campanha contra Ford que durou até 1927. Angustiado por graves embaraços financeiros e após ter sido vítima de um grave e bastante misterioso acidente automobilístico, Ford cedeu e escreveu uma carta às Organizações Judaicas, desmentindo tudo que publicara contra os mesmos. Ford deve ter tido bons motivos para assim proceder...

Tratando-se de um autor conhecido mundialmente, "O Judeu Internacional" continua sendo editado em inúmeros países. Como no Brasil apenas houve uma edição, dando assim a oportunidade de conhecer esta obra apenas a poucas pessoas, REVISÃO — Editora Ltda., dentro do seu lema — CONFERINDO E DIVULGANDO A HISTÓRIA —, tem a grata satisfação de apresentar esta obra aos brasileiros.

Vamos portanto examinar por que os Sionistas ficaram tão indignados..

Sumário

PRIMEIRA PARTE

SEGUNDA PARTE

PRIMEIRA PARTE

I

Os judeus: seu caráter individual e sua atividade produtiva

Entre as características mais salientes da raça hebréia, devemos citar: aversão acentuada a todo trabalho material que importe em fadiga; espírito de família muito pronunciado; instinto religioso inato e conceito muito elevado de irmandade de tribo; ânimo esforçado, mais próprio de profetas e de mártires do que de chefes culturais e belicosos; aptidão extraordinária para resistir à adversidade; excelente predisposição para o comércio; astúcia e perspicácia para a especulação, principalmente em assuntos de dinheiro; paixão de oriental pelo luxo, o gozo íntimo do poderio e dos prazeres decorrentes de uma elevada posição social; faculdades intelectuais bem equilibradas.

(Da *Nova Enciclopédia Internacional)*

Vivemos de novo em uma época em que o judaísmo atrai a atenção crítica do mundo inteiro. Sua entrada durante a Guerra nos círculos escolhidos financeiros, políticos e sociais foi tão geral e ostensiva, que sua posição, poderio e fins foram acolhidos sob uma crítica acerba, e na maioria dos casos inspirou repulsão. Perseguições não são novidade para o judeu. O que é novo para ele, para o seu ser e sua ética racial, é esta exaltação. É bem verdade que este povo sofre há 2.000 anos os efeitos de um anti-semitismo instintivo das outras raças, mas tal aversão não chegou jamais a ser consciente, nem se pôde nunca expressar concreta nem claramente. Em troca, hoje está por assim dizer submetido ao microscópio da observação científica, que nos dá a conhecer e compreender as verdadeiras origens de seu poderio, de seu insulamento e também de suas amarguras.

Na Rússia responsabilizam-no pelo bolchevismo, acusação que se pode dar como fundada ou não, conforme a proveniência. Nós, americanos, testemunhas da fanática verbosidade dos jovens judeus, apóstolos de uma revolução social e econômica, temos a vantagem de poder formar um juízo claro do que há de real e verdadeiro em tais acusações. Na Alemanha, increpam ao judeu a derrota sofrida, e uma literatura muito desenvolvida, acompanhada de inúmeras provas minuciosas, obriga-nos na verdade a meditações muito sérias. Na Inglaterra dizem que o judeu é o verdadeiro amo do mundo, que a raça judaica é uma supranacionalidade que vive no meio e acima dos povos, domina-os pelo poder do ouro e instiga friamente povo contra povo, enquanto, cautelosa, se oculta entre os bastidores. Finalmente, nos Estados Unidos, chama a atenção a insistência com que os judeus — os velhos por amor ao dinheiro, os jovens por ambição — se introduzem em todas as organizações militares e especialmente nos ramos dedicados aos negócios industriais e mercantis derivados da guerra; e critica-se, sobretudo, o cinismo com que esses judeus

exploram em seu proveito pessoal os múltiplos conhecimentos que obtiveram como funcionários do Estado.

Em uma palavra: a questão judaica entrou em cena. Mas, como ocorre de ordinário em tais casos, em que questões de vantagem pessoal desempenham certo papel, aparecem também determinados esforços para abafá-la, insinuando a inconveniência de expô-la em público. Contudo, a experiência infalível prova que todo problema assim escamoteado tarde ou cedo volta a abrir passo, e então de maneira inconveniente e muitas vezes perigosa.

O judeu é um enigma mundial. Apesar de ser um povo pobre em si, domina, ainda assim, o mercado econômico e financeiro do mundo inteiro. Vivendo sem pátria, nem governo, isto é, na dispersão, demonstra, ainda assim, uma unidade nacional e uma tenacidade não alcançadas por nenhum outro povo. Em quase todos os países, salvo restrições, soube fazer-se o soberano efetivo, ao amparo às vezes dos próprios tronos. Dizem antigas profecias que os judeus voltarão à primitiva pátria, e do seu centro geográfico dominarão todos os outros povos, depois de haverem resistido à formidável massa reunida de todas as nações do orbe inteiro.

A profissão a que o judeu concorre em proporção muito maior que nenhum outro povo é a do intercâmbio comercial. Não lhe importa descer à compra de trapos; o essencial é comerciar. Desde a compra e venda de roupa usada até o domínio absoluto do comércio mundial e da Fazenda dos Estados, mostrou sempre o judeu as melhores aptidões. Possuindo, como nenhuma outra raça, aversão para todo o trabalho material e produtivo, sabe equilibrar este defeito por uma predisposição característica para o intercâmbio. O não-judeu manifesta sua atividade no terreno industrial ou técnico, enquanto o jovem judeu prefere começar sua carreira como criado, vendedor ambulante ou empregado no comércio, pela relação que tais profissões guardam com o aspecto mercantil. Segundo uma estatística prussiana, de 16.000 judeus, 12.000 eram mercadores e 4.000 manufatores, enquanto que da população indígena renana, apenas 6% se dedicava ao intercâmbio comercial.

Um censo moderno daria seguramente, como resultado, um aumento muito considerável nas carreiras acadêmicas e literárias, sem que se observasse, em troca, qualquer diminuição na participação dos judeus nos ofícios mercantis e um aumento muito insignificante, ou provavelmente nenhum, nas profissões manufatureiras. Nos Estados Unidos acha-se quase todo o comércio por atacado, os "trusts" e os institutos bancários, as riquezas do subsolo e os principais produtos da agricultura, especialmente fumo, algodão e açúcar, sob o domínio absoluto dos financistas judeus ou de seus agentes. Os jornalistas judeus representam também uma força muito espalhada e onipotente. "Grande número de poderosos armazéns estão nas mãos das empresas judias" — diz a **Enciclopédia Judaica** —, posto que muitos deles, senão a maior parte, figurem sob razões sociais não hebraicas. Judeus são a maior parte e os mais importantes donos da propriedade urbana, e predominam também na vida teatral. São os que dirigem igualmente e com absoluta hegemonia toda a vida informativa do país. Numericamente inferiores a qualquer outra raça das que vivem entre nós, dispõem, contudo, diariamente de uma publicidade larguíssima e sempre favorável a seus interesses. Isto não seria possível se eles mesmos não a manejassem a seu capricho. Werner Sombart, em sua obra **Judaísmo e Vida Econômica**, diz que "se as coisas na América continuarem a se desenvolver da mesma forma que nesses últimos tempos, igualando-se as cifras de imigração

e aumento das diversas nacionalidades, vemos desde já em nossa fantasia os Estados Unidos daqui a cinqüenta ou cem anos como um país habitado tão-somente por negros, escravos e judeus, população entre a qual os judeus de princípio se farão donos absolutos de toda a vida econômica". E note-se que Sombart é um sábio filosemita.

Surge, naturalmente, uma interrogação: se o judeu se acha realmente de posse de tal domínio, como o alcançou? A América é um país livre. Os judeus representam só 3% da população total; contra 3 milhões de judeus, existem 97 milhões de não-judeus. Visto que o judeu possui poderio, é conseqüência de sua própria superioridade intelectual, ou da inferioridade e indolência dos não-judeus? Fácil seria dizer que os judeus vieram à América, tentaram fortuna, como outros, e demonstraram suas faculdades superiores na luta pelo êxito. Mas esta conseqüência não tomaria em consideração todos os fatos existentes. Antes de formular outra contestação melhor, fixemos dois fatos concretos. O primeiro deles é que nem todos os judeus se fizeram ricos. Existe também grande número de judeus pobres, ainda que a maioria deles continuem vivendo independentes. É verdade que os principais donos financeiros do país são judeus, mas isso não quer dizer que cada judeu seja um dos donos. A diferença que assinala claramente estas duas classes de judeus impõe-se desde o momento em que analisamos à luz da crítica os métodos que, de um lado os judeus ricos, de outro lado os pobres, empregam para chegar ao poderio. Em segundo lugar, a solidariedade judaica torna muito difícil medir os êxitos judaicos e os não-judaicos por uma mesma craveira. Quando se tornaram possíveis fortes concentrações financeiras na América, com o auxílio ativo de grandes capitais de além-Oceano; quando vieram à América imigrantes judeus solidamente apoiados pelo capitalismo europeu, não seria justo apreciar a prosperidade destes elementos do mesmo ponto de vista sob o qual podemos julgar a luta econômica de imigrantes alemães ou polacos, que chegaram a estas terras sem outros meios de vida que não a sua laboriosidade e inteligência. É certo que muitos judeus vieram para a América sem outro amparo que seu próprio valor; apesar disso, não se pode dizer que o predomínio exercido pelo capitalismo judaico sobre os assuntos do país seja conseqüência exclusiva da inteligência dos judeus, mas que tal predomínio não representa outra coisa senão a ampliação territorial do predomínio financeiro judeu já existente no ultramar. Este é o ponto básico em que toda a tentativa de explicação se deve apoiar. Trata-se de uma raça que durante sua época propriamente nacional se compunha de camponeses, cuja disposição típica foi antes espiritual que materialista; povo mais de pastores, que de mercadores, raça porém que, desde que ficou sem solo pátrio e sem governo propriamente dito, e depois de se ver sempre e em toda parte exposta a perseguições, deve se considerar hoje inegavelmente a verdadeira, posto que oculta, dominadora do mundo inteiro. Como é possível que surja tal acusação? Por que se baseia esta incriminação ao parecer, em fatos numerosos e circunstanciados?

Comecemos pela origem. Durante o desenvolvimento de seu caráter nacional, viviam os judeus sob uma lei que impossibilitava tanto a riqueza como a pobreza excessivas. Reformadores modernos, que organizam no papel sistemas sociais perfeitos, fariam bem se lançassem um olhar sobre o sistema social sob o qual viviam os judeus primitivos. A lei mosaica, proibindo a usura, tornou impossível uma aristocracia capitalista, que grandes financistas judeus representam hoje, precisamente com a cômoda e duradoura fonte de receita

que são para eles os juros impostos aos devedores. Nem a usura, nem a especulação foram favorecidas na lei antiga. Não havia usura do solo, mas a terra era repartida entre o povo, e, se bem que um proprietário podia perdê-la, por culpa sua ou por perseguição, era certo voltar a parcela às mãos da família, depois de cinqüenta anos. Com o ano de graça, começava também uma nova época social. Impossível era, sob tal legislação, a formação de grandes feudos ou de uma casta de potentados financeiros; o período de cinqüenta anos facilitava a suficiente liberdade para que a atividade pessoal pudesse se manifestar na luta da vida.

Se os judeus na Palestina e sob a lei mosaica tivessem sido uma nação conservadora, jamais teriam podido adotar as formas financeiras que a caracterizam atualmente. Um judeu nunca se enriquece à custa de outro judeu, exatamente como nos dias de hoje os judeus não chegam a ser ricos em mútua competência entre si, mas à custa dos povos não judeus entre os quais vivem. A lei mosaica permitia ao judeu traficar com estranhos, segundo determinados princípios morais, porém não com seu "próximo" da raça judaica. Sua lei, chamada de estrangeiros, rezava: "ao estrangeiro prestarás a usura, com teu próximo não o deves fazer".

Espalhados entre os outros povos, mas sem se mesclar jamais intimamente com eles, e sem perder jamais também sua singularidade acentuadíssima, tiveram os judeus durante muitos séculos as ocasiões mais propícias para praticar essa lei fundamental. Estranhos entre alheios, que às vezes lhes eram cruelmente hostis, com esta lei exerciam os judeus um ato de justiça compensadora ou penal. Contudo, este fato só por si não bastaria para explicar a superioridade judaica em assuntos financeiros. A explicação será antes encontrada no próprio judeu, na sua força própria, na sua habilidade e moralidade específica.

Desde sua iniciação encontramos na história judaica a tendência desta raça para se arvorar em dona de outros povos escravizados. Posto que todas as profecias parecem referir-se a um despertar geral de toda a humanidade pelo povo de Israel, sua tendência dominadora opõe-se manifestamente a tal enunciado. Pelo menos, é o que se pode deduzir do tom em que foi escrito o Velho Testamento. Segundo essas antigas histórias, os judeus não obedeceram à ordem divina de expulsar os canaanitas, para que Israel não se contaminasse com a perversão daquele povo. Observando, porém, a soma de forças úteis que perderiam com a expulsão dos canaanitas, preferiram escravizá-los. "E aconteceu que quando Israel se fortaleceu, fez dos canaanitas seus tributários, não os expulsando". Esta desobediência, esta predileção pelo domínio material, em vez de uma hegemonia espiritual, marca a origem do que veio a ser mais tarde perpétuo castigo e angústia constante dos judeus.

A dispersão, há 2.500 anos, dos judeus entre o resto da humanidade modificou fundamentalmente o plano de salvação destinado a Israel. Proclamam ainda hoje os diretores espirituais do judaísmo moderno, que a missão judaica entre os povos do mundo é de caráter espiritual, mas é pouco convincente a asserção, pela falta absoluta de provas práticas. Em toda a era moderna, Judá considera os outros povos somente sob o ponto de vista dos forças vitais que poderá explorar em proveito próprio. Mas fica traçada a profecia segundo a qual, ainda que em terras estranhas, perseguido onde quer que leve seus passos, virá para Israel o momento em que seu desterro termine em uma

Nova Palestina e que Jerusalém voltará a ser, conforme cantavam os antigos profetas, o centro moral do orbe (?).

Se o judeu tivesse sido laborioso, cooperando em comum com o resto da humanidade, sua dispersão não houvera certamente adquirido tais proporções. Mas como preferiu fazer-se mercador improdutivo, o instinto errante levou-o aventureiro através de todas as terras habitadas. Estiveram já os judeus na China, em tempos remotíssimos. Na Inglaterra, vemo-los aparecer sob os reis saxões. Cem anos antes da chegada dos peregrinos a Playmouth-Rock, havia mercadores judeus na América do Sul. Judeus eram os que fundaram o primeiro engenho de açúcar em São Tomás. Já se tinham estabelecido firmemente no Brasil, quando nas costas do continente setentrional apenas existiam algumas aldeias miseráveis. Sua constante penetração é provada: o primeiro branco nascido na Geórgia foi um judeu: Isaac Minis. A presença dos judeus em todos os cantos do mundo habitado e sua coerência nacional inata os conservaram como um conjunto nacional entre os povos, cujos agentes ativos se agruparam em toda a parte.

Outra predisposição motivou primordialmente sua ascensão à posição de senhores financeiros do mundo: sua habilidade em inventar constantemente novos métodos de usura. Enquanto o judeu não apareceu na luta de competidores, desenvolvia-se o comércio de maneira relativamente simples. E se hoje mergulhássemos até às origens de muitos dos métodos comerciais que facilitam e simplificam nosso intercâmbio, seguramente tropeçaríamos em algum nome judaico. Muitos dos instrumentos de giro e crédito indispensáveis foram inventados por comerciantes judeus, não só para o trato entre eles próprios, mas, ainda mais, para enganar os não-judeus, com quem traficavam. A letra de câmbio mais antiga, que ainda existe, foi sacada por um judeu, Simão Rubens. A letra à vista é uma invenção judaica, assim como o cheque "ao portador".

A este documento "ao portador" liga-se um capítulo de história muito interessante. Os inimigos dos judeus tiravam-lhes muitas vezes até o último vintém de suas riquezas, mas, com surpreendente rapidez, eles se refaziam e estavam de novo ricos em pouco tempo. Como se pode explicar este rápido ressurgimento de tamanha miséria? É que seu ativo se ocultava simplesmente sob a máscara de "ao portador", e assim se salvava sempre uma parte de seus bens. Nas épocas em que era admitido o direito de o pirata de apresar todas as mercadorias consignadas a um judeu, estes se defendiam com a astúcia de fazer suas mercadorias viajarem sob conhecimentos que não levavam o nome do destinatário, mas iam "à ordem".

A tendência judaica foi de traficar com "mercadorias", de preferência a "pessoas". Antigamente todas as demandas em justiça eram de índole pessoal, mas o judeu compreendeu que as coisas lhe davam mais segurança que as pessoas com quem traficava, e soube conseguir que no futuro as demandas se dirigissem contra as coisas. Além disso, este método lhe oferecia a vantagem de permanecer melhor à margem. É natural que este procedimento introduzisse no comércio uma nota de dureza, pois preferia traficar com coisas a negociar com pessoas, e essa dureza se conservou até nossos dias.

Outra instituição que se generalizou, e que oculta tão eficazmente o enorme poderio alcançado pelos judeus, é da mesma origem que os documentos ao portador: a sutileza que deixa aparecer uma empresa dominada pelo capital judeu, sob um nome que nem de leve indica a influência judaica (Sociedade anônima. Sociedade por ações).

É o judeu o único e verdadeiro capitalista internacional. Por via de regra, porém, não costuma proclamá-lo aos quatro ventos: antes prefere utilizar os Bancos e "trusts" não-judeus como seus agentes e instrumentos. A indicação atraente de uma "fachada" não-judaica aparece a miúde unida e esta sugestiva manipulação.

Outro produto do talento financeiro judaico é a invenção da Bolsa de Fundos. Em Berlim Paris, Londres, Francfurt e Hamburgo exerciam os judeus absoluta influência sobre as primeiras Bolsas, e nas antigas crônicas, Veneza e Gênova aparecem com o nome de "cidades judaicas", o que lhes permitiu realizar as maiores transações comerciais e bancárias. O Banco da Inglaterra foi fundado por conselho e com o auxílio de judeus holandeses imigrados. Os Bancos de Amsterdam e Hamburgo devem sua origem à influência judaica naqueles centros.

Outro aspecto singular que se relaciona com as perseguições e correrias dos judeus através da Europa, é que, para onde eles iam, se transladava o centro do tráfico mundial. Quando os judeus viviam na Espanha, achava-se ali o centro mundial do ouro. Com a expulsão dos judeus, perdeu a Espanha a hegemonia financeira, que jamais havia de recobrar. Os historiadores da vida econômica européia têm se esforçado sempre por saber o por quê da passagem da preponderância comercial da Espanha, de Portugal e da Itália, para os países setentrionais, Holanda, Inglaterra e Alemanha, sem aduzir nenhuma razão convincente. Mas, se tivermos em conta que essa mudança coincide com a época da expulsão dos judeus dos países meridionais — expulsão que os levou a buscar refúgio nos países do Norte, e que com sua chegada a essas regiões surgiu nelas o florescimento comercial, não interrompido até agora, veremos que não é difícil uma explicação verossímil. É fato sempre reproduzido que, saindo os judeus de um país, lá se vai com eles o principal mercado dos metais preciosos.

A difusão dos judeus através da Europa e de todo o globo, ficando cada comunidade judaica unida com todas as outras por vínculos de sangue, de fé e de sofrimentos, deu-lhes a possibilidade de se manifestarem como internacionais, e uma forma que nenhuma outra raça, nem comunidade de comerciantes daqueles tempos teria podido fazê-lo. Não só se estabeleceram em toda a parte (sucede o mesmo com italianos ou russos), mas também, fosse onde fosse que estivessem, conservavam-se em íntimo contato. Estavam já organizados antes das demais comunidades internacionais, precisamente por este sistema nervoso da comunhão do sangue. A muitos escritores da Idade Média chamou a atenção o fato de os judeus estarem inteirados dos acontecimentos europeus antes dos próprios governos. Conheciam igualmente o desenvolvimento ulterior dos acontecimentos, compreendendo de início as condições e mútuas relações políticas, muito melhor que os próprios diplomatas de ofício. Espalhavam as notícias que lhes interessavam de grupo em grupo, de país em país, preparando assim instintivamente o fundamento da informação financeira moderna, informação que lhes foi de incalculável valor para os negócios especulativos. Os conhecimentos antecipados foram para logo de extraordinária vantagem, em tempos em que as informações eram ainda parcas, lentas e inseguras, e serviu-lhes para se tornarem indispensáveis como intermediários dos empréstimos dos Estados, forma de negócio esta que os judeus sempre fomentaram. O judeu sempre se esforçou por ter os Estados por clientes. Eram os empréstimos emitidos freqüentemente em presença das mesmas famílias

financeiras nos diversos países. Eram estas famílias que, formando uma espécie de diretório internacional, atiravam reis contra reis, governos contra governos, explorando sem consciência as rebeldias nacionais já existentes, ou provocadas em seu próprio e exclusivo proveito.

Uma censura várias vezes repetida contra os financistas judeus modernos apóia-se precisamente na preferência que eles dão a este terreno para suas maquinações. De fato, a maior parte das críticas anti-semitas não se dirigem, ordinariamente, contra o comerciante particular judeu, com a sua clientela particular. Milhares de pequenos comerciantes judeus gozam de nossa estima geral, e da mesma maneira respeitamos também dezenas de milhares de judeus particulares como nossos vizinhos. A crítica com que razão se faz contra os financistas judeus não se funda pois tão-somente em motivos de raça. Desgraçadamente, esta aversão racial, que como preconceito conduz facilmente a equívocos, deveria do fato certo de que, na cadeia financeira internacional que envolve o mundo inteiro, cada elo ostenta certa família financeira judia, um capitalista judeu, ou um sistema bancário judeu. Querem muitos ver nessa circunstância uma organização premeditada do poderio judaico para dominar todos os outros povos do mundo, enquanto outros o explicam apenas como resultado de naturais simpatias judaicas entre si, ou pelo desenvolvimento natural do sistema familiar do comércio judaico, que tende cada vez mais abarcar mais ramos da atividade. Segundo a linguagem das antigas escrituras, Israel cresce como a videira, que sempre faz brotar novos sarmentos, aprofundando cada vez mais as raízes; porém, tudo continua sendo sempre parte de uma mesma planta.

A facilidade dos judeus para negociar com os governos tem também sua explicação nas antigas perseguições, momentos dolorosos em que o judeu compreendeu o enorme poder do ouro sobre os caracteres venais. Onde quer que ele fosse, perseguia-o sempre, como uma maldição, a crescente antipatia popular. Os judeus, como raça, jamais se tornaram simpáticos, fato que o judeu mais fervente não negará, ainda que se esforce por lhe dar uma explicação satisfatória. Talvez um ou outro judeu, como particular, goze da nossa estima, e é possível até que certos rasgos do caráter judaico, detidamente estudados, nos sejam simpáticos. Sem embargo, uma das cargas que pesam sobre os judeus como raça, assenta as raízes na antipatia coletiva dos outros povos. Esta antipatia existe em nossa idade moderna, em países civilizados e em condições que, parece, supõem impossível toda perseguição.

Em compensação, o judeu parece ocupar-se muito pouco da amizade ou inimizade dos demais povos, seja pelos fracassos de épocas passadas, seja, e talvez com mais verossimilhança, por se julgar uma raça superior a todas as outras. Seja qual for, porém, o verdadeiro motivo, é um fato que sua principal tendência se revela sempre no sentido de ganhar para si os reis e a nobreza. Que lhes importava que os povos murmurassem contra eles, enquanto os reis e a sua corte fossem seus amigos? É assim que vemos sempre, até nos tempos mais duros para eles, um "judeu da Corte", que, com o ajutório de seus empréstimos e os grilhões da dívida, podia penetrar a cada momento na antecâmara real. A tática judaica foi eternamente a do "caminho direto para o quartel-general". Nunca o judeu se esforçou por se aliar ao povo russo; mas buscou, em vez disso, as simpatias da corte imperial. Também não procurou jamais uma convivência leal com o povo alemão; porém conseguiu envolver em suas redes o Imperador e seu governo. Na Inglaterra, ria o judeu do pronunciado anti-semitismo do povo inglês. Não tinha porventura

atrás de si toda a nobreza? Não reunia nas mãos todos os fios da Bolsa londrina? Esta tática de ir "direto ao quartel-general" explica perfeitamente a influência onipotente que tem o judaísmo sobre tantos governos e a política dos povos. Semelhante tática pôde se desenvolver facilmente pela habilidade do judeu de poder oferecer em qualquer momento aquilo de que os governos necessitavam. Quando se tratava de um empréstimo, logo o judeu da corte intervinha, facilitando-o, com o auxílio de judeus de outras capitais, ou centros financeiros. Se o governo queria pagar uma dívida vencida, mas sem confiar o precioso metal a um comboio, que teria de atravessar regiões perigosas, aparecia também o judeu para se encarregar do assunto: estendia simplesmente um papel, e qualquer casa bancária estabelecida na outra capital pagava a importância. Quando pela primeira vez se provia um exército de petrechos modernos, disso se encarregava igualmente um judeu que tinha o dinheiro suficiente e dispunha também do sistema apropriado. Além disso, obtinha ele a satisfação de se converter em credor de toda uma nação.

Esta tática, que prestou àquela raça serviços admiráveis, mesmo nas maiores adversidades, não apresenta hoje sequer indícios de modificação. Compreende-se facilmente que o judeu, ao observar a enorme influência que sua raça, numericamente tão insignificante, exerce na atualidade sobre a maioria dos governos, considerando a desproporção entre o número e o poderio de seu povo, compreende-se, sim, que ele queira ver nestes fatos uma prova irrefutável de sua superioridade racial.

É de notar também que a astúcia judaica para inventar continuamente novas formas comercias continua a acreditar-se, assim como a facilidade de se moldar a situações alternativas. São judeus os primeiros que, em terras estranhas, fundam sucursais bancárias para assegurar aos representantes da casa central todas as vantagens possíveis desde o começo. Falou-se muito, durante a Guerra, das "vitórias pacíficas" que obtivera o governo alemão ao fundar nos Estados Unidos casas filiais ou sucursais de negócios alemães. Não se pode negar que tenham existido muitas sucursais alemãs em nosso país; não esqueçamos, porém, que na maioria dos casos não se tratava de empresas alemãs, mas de sociedades judaicas. Os antigos comerciantes alemães eram muito conservadores para adular a clientela, mesmo nos Estados Unidos. Em troca, as casas judias não o eram tanto, e vieram para a América e empenharam-se para fazer negócio. A competência obrigou as boas casas alemãs a fazer outro tanto. Porém, a idéia original foi judaica, não alemã.

Outro método comercial moderno de origem genuinamente hebraica consiste na fusão ou consórcio de indústrias similares entre si. Quem adquire, por exemplo, uma usina elétrica, tende logo a adquirir a empresa transviária que consome a corrente daquela usina. A base desta política é assenhorear-se, quanto possível, das vantagens em toda a linha, desde a produção dos trilhos, até o bilhete de passagem. Por isso, a causa fundamental se estriba no aumento do preço da corrente para via férrea, com o auxílio da influência em ambas as empresas, para poder assim ditar o preço das tarifas para o público. Aquela empresa, que está em contato mais direto com o consumidor, declara então que tem de aumentar as tarifas porque seus gastos se elevaram, ocultando contudo que essa elevação foi ordenada pelos mesmos co-proprietários, sem que circunstâncias exteriores independentes a isso os obrigassem.

Existe hoje em dia no mundo uma potência financeira central que joga suas partidas em toda parte, organizada de uma maneira admirável, tendo

o mundo por tabuleiro e o domínio mundial por parada. Os povos modernos já perderam a confiança na tese de que às "condições econômicas" caiba sempre a culpa dos acontecimentos desagradáveis. Sob a máscara de "leis econômicas" ocultam-se fenômenos que não obedecem a lei natural alguma, mas provêm exclusivamente do frio egoísmo de determinados elementos, que não só têm vontade, mas dispõem também do poder de escravizar a humanidade sob seu domínio absoluto.

Muitos fenômenos podem ser de caráter nacional: que o seja também a vida econômica dos povos, isso ninguém acredita. Essa economia é internacional, e note-se o fato de que em todo seu amplo terreno não existe competência nacional alguma. Há, efetivamente, algumas casas bancárias independentes, mas não existe nenhum banco importante nas mesmas condições. Os grandes manejadores, os poucos que abarcam com a vista todo o complicado plano da partida, têm à disposição muitos institutos bancários e "trusts", cada um com determinada missão a cumprir, e sem que haja entre eles divergência de opiniões. Nenhum entrevará jamais o jogo do outro, nem haverá séria competência entre os diversos feitores do grande negócio mundial. Entre os bancos principais de cada país existe a mesma cooperação que entre os diversos departamentos; por exemplo, do serviço postal de qualquer Estado, pois todos são uniformemente dirigidos de um ponto central e para o mesmo fim.

Antes da Guerra Mundial a Alemanha tinha adquirido enormes quantidades de algodão nos Estados Unidos; volumes fabulosos estavam prontos para o embarque. Ao estalar a guerra, "e em uma única noite, o direito de propriedade passou de nomes de judeus hamburgueses para nomes de judeus londrinos". Enquanto estas linhas estão sendo escritas, esse algodão está sendo vendido na Inglaterra a um preço menor do que o corrente na América, e com isso se rebaixam também os preços americanos. Uma vez que estes preços estejam suficientemente rebaixados, o algodão será comprado por pessoas já de antemão inteiradas da partida, e feito isso, os preços tornarão a subir. Entretanto, as mesmas potências que originaram as oscilações, aparentemente inexplicáveis, do mercado algodoeiro, puseram a mão sobre a Alemanha derrotada, fazendo dela o arreburrinho mundial. Determinados grupos têm este algodão firmemente seguro nas garras, emprestam parte dele à Alemanha, para elaboração, deixam pequena margem para pagar a mão-de-obra, e enganam toda a humanidade com a mentira grosseira de que não há algodão no mundo inteiro. Analisando estes métodos desumanos e imorais até a origem, ver-se-á que todos os responsáveis por estas más "partidas" têm um caráter notavelmente comum. Pode alguém admirar-se da importância que adquire a asserção: "Esperai até que a América comece a se ocupar da questão judaica?"

É verdade irrefutável que a situação em que se acha atualmente o mundo inteiro não pode ser discutida unicamente do ponto de vista econômico, nem tampouco se deve imputar à "falta de caridade do capital". É certo que o capital até hoje nunca se esforçou por fazer justiça às exigências do trabalho, que chegou até o último limite do possível. Que vantagens, porém, obteve até agora qualquer dos dois? O trabalho acreditou até agora que o capital era a nuvem negra que lhe adejava sobre a cabeça, e conseguiu afastá-la. Mas sucedeu que acima desta nuvem aparecia outra ainda mais densa, da qual nem o capital nem o trabalho em suas lutas exasperadas tinham se apercebido. E esta nuvem, até este momento, ainda não desapareceu.

O que o mundo costuma chamar "capital" é por via de regra dinheiro empregado em objetivos de produção. Erroneamente obreiros e dependentes chamam "capitalista" ao organizador ou diretor de uma empresa que lhes facilita os meios de vida; essas pessoas não são capitalistas, antes têm de recorrer por sua vez ao verdadeiro capitalista, para que lhes faculte os meios financeiros para sua obra. Este capitalismo é uma potência que atua acima do industrial e que o trata com dureza muito maior do que nem ele mesmo se atreveria jamais a tratar seus operários. E aí está uma das grandes tragédias de nossos tempos: o "capital" e o "trabalho" combatem-se entre si, quando nem um nem outro tem nas suas mãos os meios de reformar as condições sob as quais sofrem de maneira intolerável — a não ser que em colaboração mancomunada encontrassem um meio de arrebatar o poder àqueles financistas que não só criam tais condições, mas ainda as exploram a seu livre alvedrio.

Há um supercapitalismo, que se apóia exclusivamente na ilusão de que é o ouro a suprema felicidade. Há igualmente um supergoverno que, sem estar aliado a nenhum outro governo, atua independentemente de todos eles, fazendo pensar, sem embargo, sua dura mão sobre uns e outros. Há, enfim, uma raça, uma ínfima parte da humanidade, que jamais foi bem recebida em parte alguma e, apesar disso, conseguiu elevar-se a um poderio tal, que nem as mais soberbas raças teriam pretentido alcançar, nem sequer Roma sonhou nos tempos do seu mais esplendente predomínio. A humanidade inteira vai se convencendo cada vez mais de que a questão operária, a dos salários, a reforma agrária e tantas outras não poderão ser solucionadas enquanto não for também encontrada a solução para a questão primordial .deste poderio financeiro internacional.

"Ao vencedor, os despojos", reza um antiqüíssimo provérbio. E até certo ponto devemos crer na verdade do rifão, quando vemos alguns membros de uma raça pouco numerosa e sempre desprezada lograrem tal preponderância; ou têm de ser super-homens, contra os quais não vale resistir, ou são criaturas vulgares, a quem o resto da humanidade, muito tolerante, permitiu que, alcançassem um grau de predomínio injusto e malsão. Se os judeus não são super-homens, os não-judeus devem se repreender a si próprios pelo que aconteceu. Por conseguinte, é preciso estudar o assunto de novos pontos de vista, e analisar detidamente as experiências de outros países.

II

Como a Alemanha se defende dos judeus

A humanidade, em constante progresso, trata abertamente de combater enfermidades sobre as quais antes achava necessário estender o manto da vergonha e do silêncio. A higiene política não progrediu ainda até este ponto. A causa fundamental da enfermidade do corpo nacional alemão tem suas raízes na excessiva influência judaica. Se tal era já há muitos anos a convicção de algumas inteligências preclaras, é tempo de que também as massas, menos inteligentes, comecem a vê-lo. O que é certo é que toda a vida política alemã gira ao redor dessa idéia, e já não é possível ocultar este fato por mais tempo. Segundo a opinião de todas as classes sociais, tanto a derrota depois do armísticio, como a revolução e suas conseqüências, sob as quais sucumbe o povo, são obra da astúcia e de um plano premeditado dos judeus. Isso é asseverado com toda a precisão, aduzindo-se inumeráveis provas verdadeiras; e supõe-se que a seu tempo a História se encarregará de completar a documentação.

Na Alemanha o judeu é considerado apenas como um hóspede que, abusando da tolerância, caiu num excesso com sua inclinação para o domínio. Efetivamente, não há no mundo maior contraste do que o existente entre a raça puramente germânica e hebréia. Por isso não há, nem pode haver, aliança entre ambas. O alemão vê no judeu apenas um hóspede. O judeu, em troca, indignado por não lhe concederem todas as prerrogativs do indígena, nutre injusto ódio contra o povo que o hospeda. Em outros países pôde o judeu mesclar-se mais livremente com o povo indígena e aumentar seu predomínio com menos entraves, mas não assim na Alemanha. Por isso, o judeu odeia o povo alemão, e precisamente por esta mesma razão os povos em que a influência judaica predominava em maior grau demonstraram durante a deplorável Guerra Mundial o ódio mais exacerbado contra a Alemanha. Judeus eram os que predominavam quase exclusivamente no enorme aparelho informativo mundial, com que se fabricou a "opinião pública" no que toca à Alemanha. Os únicos gananciosos da Grande Guerra foram de fato os judeus.

Dizê-lo, naturalmente, não basta; é necessário comprová-lo. Examinemos pois os fatos. Que aconteceu assim que a Alemanha passou do antigo ao novo regime? No gabinete dos 6, que usurpou o posto do Governo Imperial, predominava em absoluto a influência dos hebreus Haase e Landsberg. Haase dirigia os negócios exteriores, auxiliado pelo judeu Kautsky, um boêmio que em 1918 nem sequer possuía a cidadania alemã. O judeu Shiffer ocupou o ministério da Fazenda, com o hebreu Bernstein como subsecretário. No ministério do Interior mandava o judeu Preuss, auxiliado por seu amigo e compatriota Freund. O judeu Fritz Max Cohen, ex-correspondente em Copenhague do diário panjudeu **Frankfurter Zeitung,** ascendeu a chefe onipotente do serviço oficial de informações.

Esta constelação teve no governo prussiano uma segunda parte. Os judeus Hirsch e Rosenfeld presidiram o gabinete, encarregando-se este do ministério da Justiça, enquanto aquele ocupava a pasta do Interior. O hebreu Simon foi nomeado secretário do Estado no ministério da Fazenda, ministério inteiramente repartido entre judeus. Foi nomeado diretor do Ensino o judeu russo Futran, em colaboração com o judeu Arndt. Ao posto de diretor do departamento das Colônias ascendeu o hebreu Meyer-Gerhard, ao passo que o judeu Kastenberg empregava sua atividade como diretor do departamento de Letras e Artes. O secretário da Alimentação foi posto nas mãos do judeu Wurm, que cooperava no ministério do Fomento com os judeus Dr. Hirsch e Dr. Stadthagen. O hebreu Cohen foi o Presidente do Conselho de Operários e Soldados, nova instituição em que desempenhavam altos cargos os judeus Stern, Herz, Loewenberg, Frankel, Israelowitz, Laubenheim, Seligsohn, Katzenstein, Lauffenberg, Heimann, Schlesinger, Merz e Weyl.

O judeu Ernst foi nomeado Chefe da Polícia de Berlim, e no mesmo posto em Frankfurt-sobre-o-Meno apareceu o hebreu Sinzheimer, e em Essen, o judeu Lewy. Em Munique, o judeu Eisner nomeou-se a si mesmo Presidente do Estado da Baviera, nomeando seu ministro da Fazenda o judeu Jaffe. Indústria, comércio e tráfico na Baviera ficaram sob as ordens do judeu Brentano. Os judeus Talheimer e Heiman ocuparam cargos elevados nos ministérios de Würtenberg, enquanto que o judeu Fulda governava em Hessen.

Judeus eram dois plenipotenciários alemães na conferência da paz, ao mesmo tempo que um terceiro não passava de conhecido instrumento incondicional do judaísmo. Além disso, pululavam na delegação alemã judeus peritos, tais como Max Warburg, Dr. v. Strauss, Merton, Oscar Oppenheimer, Dr. Jaffe, Deutsch, Brentano, Pernstein, Struck, Rathenau, Wassermann e Mendelssohn-Bartholdy.

A proporção de judeus nas delegações de "outros" governos na conferência da paz pôde ser facilmente verificada pela leitura das crônicas dos jornalistas não-judeus. Parece que esse fato só chamou a atenção destes, enquanto os correspondentes judeus preferiram calar-se, certamente por prudência.

Nunca a influência judaica se manifestara na Alemanha tão acentuadamente como durante a guerra. Surgiu esta com certeza audaz de um canhonaço, como se tudo houvesse sido já preparado de antemão. Os judeus alemães não foram patriotas alemães durante a guerra. Se bem que este fato, na opinião das nações inimigas da Alemanha, não seja precisamente uma falta, permite, contudo, apreciar no seu justo valor os protestos clamorosos dos israelitas de lealdade absoluta para com os países em que vivem casualmente. Escudados em razões que veremos mais adiante, afirmam sérios pensadores alemães que é todo ponto impossível que um judeu seja jamais patriota.

Segundo geral opinião, nenhum dos hebreus acima citados teria jamais alcançado aqueles postos sem a revolução. E, por outo lado, a revolução não teria estalado sem que eles mesmos a houvessem preparado. Certamente, também na Alemanha não faltaram deficiências, mas o próprio povo teria podido retificá-las, e com certeza o faria. Neste caso precisamente, as causas dessas deficiências que arruinavam a moral pública e impossibilitavam toda a reforma, achavam-se sob a influência judaica.

Essa influência, que, mais que qualquer outra causa, é a culpada da ruína do Império alemão, pode ser resumida em três grupos: 1º o bolchevismo, que se ocultou sob o disfarce do socialismo; 2º o capitalismo judeu, com sua prepon-

derância na imprensa, e 3º o controle judeu da alimentação do povo alemão, e o de toda a sua vida industrial. Existe ainda um quarto grupo, "que aponta mais acima", mas os três citados foram os que mais diretamente obraram sobre os sentidos populares e as massas.

Como é muito possível que tais conclusões alemãs possam ser postas em dúvida por aqueles cuja opinião se foi formando sob a influência da imprensa judaica, vamos citar aqui palavras do correspondente do jornal londrino **Globe,** Mr. George Pitter-Wilson. Este observador escreveu em abril de 1919 que o "bolchevismo significa a expropriação de todas as nações cristãs, e que os judeus em conjunto exercerão o domínio do mundo a seu arbítrio". Já durante o segundo ano da guerra, judeus alemães declaravam que a derrota alemã era indispensável para a libertação do proletariado. O socialista Stroebel disse: "Declaro francamente que a plena vitória da Alemanha não seria favorável aos interesses da social-democracia". Afirmava-se por toda a parte que a elevação do proletariado seria quase impossível na Alemanha vencedora. Estes breves exemplos, escolhidos entre muitíssimos que poderíamos aduzir, não tem por objeto tornar a examinar toda a questão da guerra; destinam-se unicamente a demonstrar que muitos judeus dos chamados alemães esqueceram seus deveres para com o país cuja cidadania ostentavam, unindo-se a todos os demais judeus inimigos, com o objetivo de preparar a catástrofe da Alemanha. Esse objetivo, como mais adiante se verá, não foi, nem de leve, livrar a Alemanha do militarismo, mas afundar todo o povo alemão em um estado caótico, que lhes permitisse se apoderarem do poder. A imprensa alemã, timidamente a princípio, depois "em toda a luz", fazia suas essas tendências dos porta-vozes judeus. O **Berliner Tageblatt** e a **Münchener Neueste Nachrichten** foram durante a guerra órgãos oficiosos ou semi-oficiosos do governo alemão. O primeiro desses jornais defende os interesses judaicos na Alemanha, e o segundo se mostra completamente sujeito à influência do judaísmo organizado. Genuinamente judaico é também o **Frankfurter Zeitung,** da qual dependem inúmeras folhas, de maior ou menor importância. Todos estes jornais não são mais que edições alemãs da imprensa mundial judia antialemã, todos com a mesma tendência absolutamente. Esta íntima cooperação da imprensa de todas as nações, que se chama imprensa universal, devia ser examinada muito escrupulosamente deste ponto de vista, para demonstrar à humanidade inteira estes segredos — como e para que fim oculto se prepara diariamente a formação da opinião pública.

No momento em que estalou a guerra passaram todos os víveres e petrechos de guerra a mãos judaicas, e desde esse momento começou a aparecer tal falta de probidade que minou a confiança dos combatentes. Do mesmo modo que os demais povos patrióticos, soube também o alemão que toda a guerra significa sacrifício e sofrimentos, e mostrou-se desde o primeiro dia disposto a suportá-los. Agora, porém, compreenderam os alemães que foram explorados por uma horda de judeus que haviam preparado tudo para tirar enormes proveitos da miséria geral do povo teutônico. Onde quer que se pudesse especular com as necessidades do povo, ou que se apresentasse ocasião de obter ganâncias intermédias, seja em bancos, sociedades de guerra, empréstimos públicos, ou em ministérios que formulavam os gigantescos pedidos de apetrechos bélicos, ali apareciam os judeus. Artigos de consumo geral, que havia em abundância, desapareceram de repente, para tornar a aparecer mais tarde, oferecidos com fabuloso aumento de preços. As sociedades de guerra

foram domínios judaicos. Quem tinha dinheiro pôde comprar tudo, até os cartões de distribuição, com os quais o governo se esforçou em um trabalho sobreumano para repartir os víveres eqüitativamente entre toda a população. Os judeus triplicavam os preços dos artigos que adquiriam à sombra da distribuição oficial, canalizando assim para seus bolsos abundante inundação de ouro. Por causa desses sortimentos ocultos, de que dispunham os judeus, falharam todos os cálculos e censos do governo. Inquietou-se a moral pública diante desse fenômeno. Instauraram-se demandas, iniciaram-se processos, mas quando chegava a hora de dar a sentença, tanto os juízes como os acusados, sendo judeus, terminava tudo por uma desistência quase geral. Se, porém, o acusado era alemão, impunham-lhe multas, que deveriam ter sido também pagas pelos outros. Estudando o país deste ponto de vista, esquadrinhando a Alemanha por todos os cantos, escutando a voz e a opinião populares, ouviremos sempre e de todos os lados que este abuso de poder durante a guerra ficou gravado na alma alemã como se fora impresso com ferro candente.

E enquanto essas influências socavavam as massas populares, outras mais elevadas em sentido panjudaico pesavam sobre o governo. Os grandes conselheiros do governo de Bethmann-Hollweg foram, entre outros: o grande armador "Ballin"; depois Teodoro Wolff, redator-chefe do **Berliner Tageblatt,** e membro da Imprensa panjudaica; von Gwinner, diretor do "Deutsche Bank", unido por vínculos de parentesco com a grande empresa bancária internacional dos judeus Speyer; e "Rathenau", porta-voz das grandes concentrações industriais e financeiras judaicas na Alemanha. Estes personagens formavam o quartel-general judaico e exerciam sua influência sobre o governo, do mesmo modo que os outros sobre as massas populares.

O judeu rico podia muito bem comprar a posição anelada na sociedade acima das camadas sociais diretamente interessadas na Alemanha, mas como alcançou o judeu pobre a homenagem que desejava? Porque todo judeu é impelido pela mesma tendência, que se lhe enraíza no sangue: o anseio de dominação. Se se explica a sujeição das classes elevadas à riqueza judaica, será mais difícil compreender a conquista das massas populares pelos judeus, que não possuíam outros recursos financeiros senão os que poderiam ter ou apanhar no caos momentâneo.

Admite-se que em essência o judeu não é anarquista ou destruidor. Contudo, é o bolchevista mundial, e muito especialmente o causador da revolução na Alemanha. Seu anarquismo não é inato, mas serve-lhe de meio para alcançar maior objetivo. O judeu rico não é anarquista, porque pode alcançar seus fins por caminhos mais suaves, enquanto o judeu pobre não dispõe de outros meios senão os violentos para enriquecer. Não obstante, o judeu rico e o pobre fazem juntos uma grande parte do caminho. O vínculo de simpatia de raça não se rompe entre eles, porque no caso de triunfar a anarquia, o judeu pobre ocupará seu posto ao lado do irmão rico, e se o movimento fracassar, deixará abertos novos sulcos, onde o judeu rico poderá continuar a desenvolver seus planos.

O judeu pobre não podia franquear na Alemanha a barreira do germanismo que se opunha a seus propósitos, senão destruindo-a. Na Rússia sucedeu o mesmo. A estrutura social da Alemanha pôde manter o judeu em um plano de ordem, dentro do qual pudesse causar o menor dano possível. Tal como a natureza enclausura corpos estranhos no organismo, assim operam instintivamente as nações com o judeu. Não obstante, na vida moderna, ele inventou um meio para usurpar o sítio anelado: forçar as barreiras e destruir os funda-

mentos da ordem social, submergindo o país na treva revolucionária. Quando a Rússia se afundou, quem foi o primeiro a surgir à luz dos acontecimentos? O judeu Kerensky! Mas, como seus planos não foram suficientemente radicais, sucedeu-lhe Trotzky, outro judeu. Trotzky compreendia que a ordem social na América estava muito bem fundamentada, por isso atacou no ponto mais fraco: a Rússia, de onde pensa que poderá eir destruindo tudo no mundo inteiro. Atualmente, na Rússia, há em cada comissário um judeu. Os cronistas dos acontecimentos da Rússia coincidem todos na apreciação de que aquele país se acha em completa dissolução. Provavelmente será assim mesmo, mas esses juízos não se referem à situação dos judeus ali. Irrompem os judeus russos de seus esconderijos, como um exercício bem organizado, movendo-se na desordem artificialmente produzida, exatamente como se a cada um tivesse sido designado um posto de antemão.

O mesmo sucedeu na Alemanha. Era preciso que o muro da ordem alemã fosse destruído, para que os judeus pobres pudesse satisfazer suas ambições. Aberta a brecha, irromperiam os judeus, instalando-se em todos os postos do governo, firmando-se sobre o povo alemão.

Isso explica por que formentam os judeus em todos os países os movimentos latentes de rebeldia. É sabido que na América os jovens judeus proclamam ideais cuja realização equivaleria ao aniquilamento do país. De princípio aparece como alvo de seus ataques o "capitalismo", para eles idêntico ao governo atual do mundo pelos não-judeus. Os verdadeiros capitalistas do mundo, os capitalistas que o são em razão do capital propriamente dito, são na realidade os próprios judeus; e não é possível supor que estes queiram combater o capital. Ao contrário, o que anelam é o domínio absoluto sobre todos os capitais do mundo — e é inegável que há muito tempo vão em caminho de consegui-lo.

É preciso, pois, tanto na América como na Rússia, diferenciar claramente entre os métodos dos judeus ricos e os dos pobres; ocupam-se uns de subjugar os governos, e os outros de ganhar as massas populares, porém ambos tendem a um mesmo e idêntico fim.

Os métodos de ação das classes baixas judaicas não visam somente a libertar-se da repulsão social, mas anelam francamente o poder. É essa vontade de dominar que caracteriza seu espírito. A convicção atual da Alemanha neste ponto expressa-se: "A revolução passada foi clara manifestação da inata vontade dominadora dos judeus: os partidos políticos, socialistas, democratas e progressistas não são mais do que instrumentos daquela idéia. A chamada "ditadura do proletariado" significa real e efetivamente a ditadura dos judeus sobre o povo alemão, com o auxílio e por meio do proletariado".

Tão repentinamente abriram os olhos os alemães, tão violenta e indignadamente se manifestou a reação, que o judaísmo alemão não teve remédio senão se retirar para a segunda linha, cedendo como por encanto todos os postos em contato direto com o povo alemão e sua administração a pessoas de sangue germano, ou ao menos "degenerado". Nem por isso, porém, cederam ao mesmo tempo o poder. Não se pode prever o que irá suceder mais para adiante na Alemanha, mas não resta dúvida de que os alemães saberão dominar a situação, estudando e empregando os meios adequados e eficazes que o caso exija. Em compensação, o futuro da Rússia não admite nenhuma dúvida. Se chegar a se cumprir, o destino desta nação inspirará horror ao mundo inteiro.

A interpretação geral dos alemães e russos pode ser resumida francamente nestes termos:

"É o judaísmo a potência mais bem organizada do mundo, com métodos mais rígidos ainda que os do Império Britânico. Forma um Estado, cujos súditos lhe obedecem incondicionalmente, onde quer que vivam, sejam pobres ou ricos, e este Estado, existente dentro dos demais Estados, chama-se na Alemanha 'Panjudéia' (All: Juda).
Os meios de dominação deste Estado panjudaico são capitalismo e imprensa, isto é, dinheiro e difusão ou propaganda.
Entre todos os Estados do mundo, o único que exerce realmente um domínio universal é a Panjudéia: todos os demais podem e querem exercer somente um domínio nacional.
O principal propulsor do panjudaísmo é seu domínio da imprensa. As produções técnicas, científicas e literárias do judaísmo moderno são exclusivamente de índole jornalística, e têm por base a admirável faculdade do judeu de assimilar as idéias alheias. Capital e jornalismo reúnem-se no produto 'imprensa', que constitui o verdadeiro instrumento dominador do judeu.
A administração do Estado Panjudaico está admiravelmente organizada. Sua sede primitiva foi Paris, mas hoje ocupa essa cidade o terceiro lugar. Antes da guerra, Londres foi a primeira, e Nova Iorque a segunda capital da Panjudéia. Temos de esperar para verificar se Nova Iorque chegará a vencer Londres, mas a tendência geral marca o rumo para a América.
Se é certo que a Panjudéia não está em condições de sustentar constantemente uma força de mar e terra, outros Estados cuidam de tal serviço. Sua esquadra hoje é a britânica, cuja tarefa consiste em rechaçar todo o ataque que possa ser dirigido contra os interesses marítimo-econômicos panjudaicos, seja de que origem for. Em troca, a Panjudéia garante à Grã-Bretanha e desenvolvimemto tranqüilo de seu poderio político e territorial; a Panjudéia sujeitou a Palestina ao cetro britânico. Onde quer que existisse um núcleo militar panjudaico, fosse qual fosse o uniforme ou bandeira sob os quais combatesse, colaborava sempre intimamente com o poderio naval britânico.
A Panjudéia entrega a administração das diversas 'zonas de influência' a governos 'indígenas', exigindo para si a inspeção geral sobre esses governos. O judaísmo não se opõe a uma distribuição nacional permanente do resto do mundo não-israelita. Os judeus não se unificarão nunca com outra nação, pois de per si representam 'a nação' que sempre foi e continuará a ser impossível de encontrar.
A Panjudéia pode fazer a guerra e pode fazer a paz, recorrendo em casos de resistência a 'soltar as rédeas' da anarquia, após a qual também pode, se quiser, tornar a implantar a ordem. Em todo o caso, a Panjudéia faz vibrar a musculatura e o sistema nervoso de outros povos como melhor convém aos interesses financeiros de sua própria raça".

Porque a Panjudéia dispõe a seu talante das fontes de informação do mundo inteiro, está sempre em condições de ir preparando a opinião pública mundial para seus fins mais imediatos. O maior perigo consiste na maneira por que se "fabricam" as notícias e como se vai moldando o pensamento de povos inteiros no sentido panjudaico. Mas quando alguém dá tento dessas

manipulações e desperta a atenção pública, revelando a mão hebréia nessas cartadas, levanta-se imediatamente um grande clamor da imprensa mundial contra o iníquo "anti-semitismo". A verdadeira causa de qualquer perseguição, sempre derivada de uma prévia escravidão dos povos pelo domínio financeiro do judeu, jamais chega a se saber em público.

A Panjudéia possui suas legações-fantasma em Londres a Nova Iorque. Apagada a sede de vingança contra a Alemanha, esforça-se para subjugar outras nações. A Grã-Bretanha já está nas suas garras. Na Rússia ela ainda está lutando pelo poder, e os auspícios não são desanimadores. Os Estados Unidos, por sua excessiva tolerância com todas as raças, oferecem-lhe um campo de experiência favorável. O cenário da ação varia, mas o judeu permanece sempre o mesmo através de terras e séculos.

III

História dos judeus nos Estados Unidos da América

Parece à primeira vista que é precisamente a vida econômica norte-americana a que se desenvolveu independentemente dos judeus... Apesar disso, mantenho minha opinião de que os Estados Unidos (talvez mais que nenhum outro país) estão repletos do espírito judaico. Muitos aspectos o revelam, especialmente àqueles que estão em condições de formar juízo independente.

Diante deste fato não estará justificada a opinião de que os Estados Unidos devem a existência aos judeus? E sendo assim, mais se justifica a asserção de que foi exatamente a influência judaica que deu ao país o selo que o caracteriza: o americano estado-unidense. Porque o que vulgarmente se chama "americano", não é mais que o espírito judaico destilado.

(Werner Sombart, *Os Judeus e a Vida Econômica, págs. 38 e 43.)*

A história dos judeus na América começa com Cristóvão Colombo. A 2 de agosto de 1492, foram expulsos da Espanha mais de trezentos mil judeus, e desse acontecimento veio pouco a pouco a decadência do poderio ibérico. No dia seguinte zarpava Colombo na direção do Poente, levando consigo certo número de judeus. Não eram, de modo algum, fugitivos, pois que os planos do intrépido navegador há muito tempo despertavam o interesse de judeus influentes. O próprio Colombo conta que tinha relações com judeus. A primeira carta em que narra seu descobrimento foi dirigida a um hebreu. Com efeito, o grande acontecimento, que deu ao mundo outro mundo, pôde realizar-se graças à influência de judeus. A bela história de que a Rainha Isabel com o valor de suas jóias proporcionara os meios para facilitar a expedição, não resiste a uma crítica séria. Na corte real exerceram suprema influência três "marranos", isto é, três judeus secretos: Luís de Santangel, grande comerciante valenciano e arrendatário das contribuições reais; seu parente Gabriel Sanches, tesoureiro real; e o amigo de ambos, o camarista João Cabrero. Eles declararam à Rainha Isabel que o tesouro real estava vazio de todo, instigando constantemente sua fantasia com a brilhante perspectiva que se lhe abriria se Colombo descobrisse para a coroa de Castela as fabulosas riquezas das Índias. Dessa forma conseguiram que a rainha acedesse em empenhar suas jóias particulares para equipar a expedição. Santangel, porém, solicitou e obteve a permissão de adiantar ele próprio o dinheiro necessário, cerca de 17.000 ducados, que equivalem, segundo o valor atual do dinheiro, a 160.000 dólares, mais ou menos; e é mais que provável que o empréstimo excedesse os gastos efetivos da empresa.

Com Colombo embarcaram, que se saiba, cinco judeus: Luís de Torres, como intérprete; Marco, como cirurgião; Berna, como médico; Alonso de la Calle e Gabriel Sanches. Tanto os instrumentos astronômicos como os mapas marítimos provinham de judeus. Luís de Torres foi o primeiro que saltou em terra e o primeiro que compreendeu o emprego do fumo. Estabeleceu-se em Cuba, e pode ser considerado como o patriarca do atual domínio absoluto judaico sobre a indústria mundial do fumo.

Os protetores de Colombo, Luís de Santangel, e Gabriel Sanches, obtiveram grandes prerrogativas pela sua participação na obra. Colombo, porém, caiu em desgraça pelas intrigas de Bernal, seu médico judeu, e sua recompensa foi injustiças e prisão.

Desde o começo os judeus encararam a América como um país de promissão. Sua emigração para a América do Sul, e especialmente para o Brasil, começou logo e em massa. Em conseqüência de sua participação armada em um conflito suscitado entre os brasileiros e os holandeses, resolveram muitos judeus brasileiros emigrar para a colônia holandesa mais setentrional, onde está hoje Nova Iorque. Pedro Stuyvesant, o governador holandês, não concordando com essa imigração judaica, exigiu sua expulsão. Mas os judeus, ao que parece, tinham se precavido para serem ao menos admitidos, senão bem recebidos; porque, revogando a ordem de expulsão dada por Stuyvesant, citaram os diretores da Sociedade Colonial Holandesa como motivo da admissão dos judeus os grandes capitais que estes tinham empregado naquela sociedade. Mesmo assim, não lhes foi permitido desempenhar cargos públicos, nem exercer o comércio a varejo, e a conseqüência foi dedicarem-se ao comércio de exportação, do qual, graças a suas múltiplas relações européias, obtiveram o monopólio ao cabo de pouco tempo.

Aí temos uma das mil provas da habilidade judaica. Toda a proibição em um sentido facilita-lhes esplêndidas vantagens em outro. Proibido o judeu de comerciar com roupas "novas", dedicou-se ao comércio de roupa "velha", criando com ele o fundamento do comércio, tão maravilhosamente organizado, de roupa usada. Fechado para ele o comércio a retalho, aplicou-se com afinco às transações em grande escala; e foi o judeu o fundador do gigantesco intercâmbio comercial entre os continentes. Judeu foi também o fundador do sistema de direito de salvamento dos naufrágios. Até nas ruínas da civilização busca e encontra o judeu seu bem-estar. Foi ele quem ensinou os outros povos a utilizar de novo os trapos velhos, a limpar as plumas sujas, a aproveitar as peles de coelho. Sempre teve predileção pelo comércio de peles, que ainda hoje domina, e a ele devemos as inumeráveis peles ordinárias que com nomes altissonantes passam por preciosidades de grande valor. A idéia de "ficar como novo" foi generalizada no comércio pelos judeus. Nos "trapeiros" de nossos dias, que com sua trombeta percorrem nossas cidades à cata de ferro velho, garrafas vazias, papel umedecido e trapos sujos, reconhecemos os descendentes daqueles judeus que souberam transformar trastes velhos em objetos de valor.

Sem saber, o bom Pedro Stuyvesant obrigou os judeus a fazerem de Nova Yorque o principal porto do continente norte-americano. Se durante a revolução americana a maior parte dos judeus fugiram de Nova Iorque para a Filadélfia, voltaram quase todos para alí na primeira ocasião; indicava-lhes o instinto que esta povoação tornaria a ser seu paraíso terrestre. Assim foi efetivamente; hoje em dia Nova Iorque é o centro principal do judaísmo mundial.

É alí que se acha a grande banca em que toda a importação e exportação americanas aforam o Tesouro nacional, onde todo o trabalho produzido nos Estados Unidos rende seu tributo aos potentados financeiros do país. Quase todos os solares de Nova Iorque são de propriedade judaica. Uma relação dos proprietários urbanos ostenta poucos nomes que não sejam de judeus. Que há de estranhar então, em vista dessa ascensão fabulosa da riqueza e do poderio hebreu, que os escritores judaicos proclamem a América a terra de promissão prevista pelos Profetas, e Nova Iorque uma nova Jerusalém? Vão alguns até mais longe ainda, glorificando os Montes Rochosos como o novo Monte Sião, e não sem fundamento, se levarmos em conte as propriedades judaicas em minerais e carvão ali radicadas.

O grandioso plano de canalização que de cada cidade importante nas margens dos grandes lagos faria um porto de mar, subtraindo a Nova Iorque a importância de que goza precisamente como ponto terminal e de partida onde desembocam todas as grandes vias férreas, acha-se atualmente em pleno debate. A razão mais poderosa contra este projeto, tão proveitoso para a economia do país, consiste em que grande parte da atual riqueza dessa cidade não é de fato riqueza real, mas imensidade de valores fictícios dependem apenas do fato de que Nova Iorque continue a ser Nova Iorque. Se acontecesse alguma coisa que reduzisse Nova Iorque a uma simples cidade costeira, e ela deixasse de ser o centro onde se cevam os grandes arrecadadores de contribuição extra-oficial, desapareceria num momento grande parte das riquezas judaicas, que já antes da guerra foram fabulosas. O que serão hoje em dia, não se atreveriam provavelmente a dizê-lo os estadistas.

No decorrer de 50 anos, a população judaica nos Estados Unidos, que era de 50.000, subiu a mais de 3.300.000 almas. Em todo o Império britânico vivem apenas 300.000 judeus, e na Palestina, nem chegam a 100.000. É vantagem para a Grã-Bretanha não abrigar maior número de judeus, porque diante do poder onímodo que exercem aqui em todos os ramos importantes da vida pública, poderiam os judeus pobres, se fossem em maior número, tomar a Inglaterra por outra Rússia. Certo personagem inglês, muito bem informado, diz que à sombra de qualquer motivo plausível, poderia estalar qualquer dia o anti-semitismo, mas ainda não tem ponto de partida para se manifestar contra os potentados, invulneráveis por sua imensa riqueza, que dominam em política e finanças. E se bem que a verdadeira causa do anti-semitismo se apóia sempre na intolerável usura dos judeus ricos internacionais, cuja conexão às vezes não se compreende claramente, mas que sente instintivamente, o certo é que a vítima acaba sempre por ser o judeu pobre. Trataremos separadamente do anti-semitismo no capítulo seguinte.

A comparação numérica dos judeus na Inglaterra e nos Estados Unidos demonstra que o enorme poderio exercido pelos judeus financeiros internacionais não é conseqüência do número de sua população, nem sequer depende dele. O fato de aliar-se nos judeus um gigantesco poderio mundial a um número de almas insignificante fica de pé. Em todo o globo existem aproximadamente quatorte milhões de judeus, quase a população da Coréia. Esta comparação entre o número de almas e a influência mundial exercida demonstra claramente a singularidade do problema.

No tempo de George Washington viviam nos Estados Unidos cerca de 4.000 judeus, na maioria simples mercadores. Quase todos foram partidários do Norte na guerra civil, e Saym Salomão ajudou as Colônias, num momento

crítico, com a totalidade de sua fortuna. Nem por isso, porém, abandonaram nem sequer um átomo de suas originalidades. Não se dedicam nem aos ofícios comuns nem à agricultura. Nunca se esforçam por produzir objetos de uso diário, mas tratam de adquirir produtos feitos, para negociar com eles, conforme o costume.

Nestes últimos tempos parece que o judeu se dispõe a produzir cooperativamente; mas, onde quer que se manifeste, é resultado de seu instinto de mercador, para tirar ganância até das diferentes fases da fabricação. A conseqüência lógica é, naturalmente, para o consumidor, em vez de diminuição de preços, o seu encarecimento. É uma característica de toda a empresa judaica que as reformas e simplificações no processo de fabricação nunca redundem em proveito do consumidor, mas sempre em vantagem exclusiva da empresa. As mercadorias que sofreram as mais bruscas e inqualificáveis oscilações de preços foram sempre aquelas em cujos ramos de fabricação ou intercâmbio os judeus têm maior influência.

Negócio, no modo de pensar judaico, significa dinheiro. O que o judeu faz logo desse dinheiro é coisa muito diferente. Neste modo de "fazer dinheiro" jamais se deve manifestar motivo algum idealista. Seus ganhos não admitem nunca sentimentalismos da reforma social a fim de melhorar a sorte de seus colaboradores não-judeus.

Este fato não se baseia exclusivamente na crueldade do judeu, mas antes na dureza do conceito que tem de negócio. No negócio trata-se de objetos, não de pessoas. Quando um ser humano cai na luta, o judeu poderá ter compaixão dele; mas do momento em que se trate também da casa dessa pessoa, não existe para o judeu senão o objeto negociável. Segundo sua mentalidade, o judeu não saberia como se pôr em relação humanitariamente com o objeto, e procederá instintivamente de uma forma que chamaríamos "dura". Mas neste caso não admitiria a acusação de "dureza", porque, segundo seu modo de ser e de pensar, trata-se tão-somente do "negócio".

Desta forma se pode explicar a existência das "estufas" ou "potros" de Nova Iorque. Quando pessoas misericordiosas se compadecem dos desgraçados judeus tão vilmente explorados nessas oficinas, ignoram, em geral, que os inventores e usufrutuários dessas "estufas" também são judeus. Baseia-se o orgulho de nosso país em que ninguém seja perseguido por sua raça, cor, nem fé, senão que todo mundo tenha direito à liberdade. Em compensação, quem se tenha ocupado detidamente desses assuntos, terá verificado que o único trato desumano que os judeus sofrem neste país, provém exclusivamente de membros de sua própria raça, de seus agentes e amos, e, não obstante, nem o explorado nem o explorador vêem em tudo isso o sentimento da "desumanidade", mas antes o classificam simplesmente como "negócio". O explorado ou a explorada vive na esperança de poder ter também no seu dia o mesmo instrumento de exploração, cheio de pobres criaturas que trabalhem para eles. Seu afã ilimitado de viver e sua ambição inextinguível de subir na escala social levam-nos a fazer seu trabalho sem o mais leve sentimento de que sejam objeto de exploração ou iniqüidade, o que é, afinal, o que torna mais acerba a pobreza material. O judeu prefere "reunir" todas as suas forças para poder sair da miséria atual, em vez de refletir sobre a tristeza de sua situação momentânea". Esforça-se sempre para melhorar.

Tudo isso, do ponto de vista "pessoal", é estimável, mas do ponto de vista social, é perigoso. Daí resultou que até há pouco tempo as classes baixas

ficaram sem auxílio algum, enquanto que as classes superiores não viam motivo algum para criar condições sociais mais vantajosas. Devemos reconhecer a participação de grandes financistas judeus em certas obras beneficientes, mas sua colaboração em reformas sociais é quase nula. Com um sentido de comiseração, estimável para com seu pessoal, entregam às vezes parte de seus próprios lucros para minorar a miséria que eles mesmos criaram com seus métodos de fazer dinheiro. Mas nunca lhes ocorreu ainda pensar em uma mudança radical dos métodos com que formaram suas riquezas, para diminuir e até evitar de todo as "causas" da miséria. Pelo menos, entre os muitos judeus ricos "filantropos" não aparece um só que se haja empenhado em humanizar praticamente nossa vida industrial, reformando os métodos atuais e seus efeitos no proletariado.

É desastroso isto, mas compreensível, e serve para explicar muitas coisas, que pessoas que não conhecem a fundo o judeu, lhe lançam em rosto. O judeu pode perfeitamente desfazer-se até de grande parte de seus lucros; mas, a não ser por pressão exterior, nunca se decidiu a entregar nada de suas entradas diárias, nem de suas riquezas aumentadas. E ainda que o efeito social em ambos os casos fosse o mesmo, devemos dizer, sem embargo, que seu procedimento anti-social não nasce geralmente da dureza de coração, mas antes de sua interpretação inata do "negócio" como jogo de azar. Muitos projetos de reforma social parecem ao judeu tão ilógicos, como se um jogador de futebol, por pura humanidade, quisesse marcar um golo para o adversário.

O judeu americano não se "assimila", e conste isso, não como uma censura, mas por ser fato inegável. O judeu, se quisesse poderia muito bem tornar-se "yankee", mas não o quer. Se na América, fora da inquietação produzida por suas enormes riquezas, existe realmente um prejuízo contra o judeu, é o que vem de sua acentuada separação do resto dos americanos, que dá a idéia de que não quer pertencer à comunidade nacional. É esta uma vantagem sua, e até certo ponto se poderia ver nisso uma agudeza de seu critério. Mas sendo assim, não devia o judeu tomar precisamente esta singularidade como pretexto para uma das mais graves atuações com que ataca os povos não-judaicos em sua totalidade. Mais valeria que francamente fizesse sua a sentença de outros judeus sinceros, e não a que diz: "A diferença que existe é a que há entre um judeu americano e um americano judeu. O judeu americano representa o papel do indígena, e vê-se condenado a ser para sempre um parasita".

O "ghetto" não é obra americana, mas artigo de importação dos judeus, que sempre se separaram, criando uma comunidade perfeitamente diversa. Sobre isso a **Enciclopédia Judaica** diz o seguinte: "A organização societária dos judeus na América diferencia-se fundamentalmente muito pouco da de outros países. Sem coação de espécie alguma, preferem sempre os judeus viverem entre si na mais estreita afinidade. Esta originalidade ainda hoje existe".

A enumeração dos ramos de comércio nas mãos dos judeus equivaleria a recopilar o comércio inteiro do país, tanto os ramos que servem puramente às necessidades da vida, como os de luxo e bem-estar. A vida teatral, é sabido, está exclusivamente em mãos judaicas. Desde a arte dos atores até a venda de bilhetes, tudo depende do judeu. Daí o fato de que em quase todas as obras teatrais de nossos dias se encontra um ou outro objetivo de publicidade, e às vezes até anúncios comerciais velados, que não procedem dos atores, mas dos autores teatrais "em autos" de mistério.

A indústria cinematográfica, a açucareira e a do fumo, 50% ou mais das carnes, mais de 60% das de calçados, toda a fabricação de roupas para senhoras e homens, os instrumentos de música, a joalheria, o comércio de grãos e o do algodão, a indústria metalúrgica do Colorado, as agências de transportes e de informações, o comércio de bebidas alcoólicas e o mercado prestamista, todos estes ramos, para só citar alguns de importância nacional e internacional, dominam-nos absolutamente os judeus nos Estados Unidos, já sozinhos, já em combinação com os judeus de outros países.

O povo americano ficaria profundamente admirado se visse algum dia uma galeria de retratos dos comerciantes "americanos" que representam no mundo a dignidade do comércio estado-unidense. Quase todos eles são judeus. Estes compreendem perfeitamente o valor moral que envolve a palavra "americano". Ao entrar em um porto de ultramar, em qualquer escritório que se chame "Sociedade Importadora Americana", ou "Companhia Mercantil Americana", ou coisa parecida, encontraremos quase sempre judeus cuja estada na América por via de regra foi relativamente muito curta. Este fato explica também a má fama que no estrangeiro gozam às vezes os "métodos americanos" no comércio. Quando 30 ou 40 raças diferentes desenvolvem como "americanos" seus métodos característicos de comércio, não é de estranhar que às vezes seja impossível ao americano verdadeiro reconhecer tais métodos como seus. Pela mesma razão queixam se também os alemães há muitos anos, de que a humanidade os julgue pelo comportamento dos inumeráveis viajantes "alemães" de raça judaica que percorrem o mundo.

Exemplos de prosperidade judaica nos Estados Unidos não seria difícil reunir, e em grande cópia. Porém, "prosperidade", como recompensa justa de trabalho e atividade, não se deve confundir com "domínio financeiro". Uma prosperidade, como a que os judeus ostentam, pode adquiri-la qualquer que pague por ela o mesmo preço que pagam os judeus, que, em regra geral, e em todas as circunstâncias, é um preço moral muito elevado; mas nenhuma comunidade não-judaica alcançaria, em iguais circunstâncias, a habilidade de obrar em comum uma espécie de conspiração premeditada, nem tampouco a uniformidade do máximo sentimento de raça que caracteriza tudo entre judeus. A um não-judeu não se lhe dá que outro de sua raça triunfe ou fracasse; mas para o judeu, é sempre questão primordial que seu vizinho seja judeu. Quem quiser conhecer um exemplo de prosperidade coletiva judaica, veja o da sinagoga de Emanuel, em Nova Iorque. Em 1846 não pôde reunir sequer 1.520 dólares para suas necessidades, enquanto que em 1868, depois da guerra civil, pôde cobrar 708.775 só pelo aluguel de 231 assentos. O monopólio judaico do ramo de bazar e roupas feitas, um dos resultados positivos da mesma guerra civil, pode ser considerado como exemplo de prosperidade judaica e de domínio nacional e internacional.

Pode-se dizer que o judeu foi feliz em tudo o que empreendeu nos Estados Unidos, com exceção da agricultura. A explicação deste fenômeno, corrente entre os judeus, é que a agricultura vulgar é muito simples para poder ocupar plenamente a inteligência complicada do judeu, razão por que lhe oferece pouco interesse para trabalhar nela com êxito. Nos laticínios e pecuária, que exigem mais espírito comercial, os judeus obtiveram também bom êxito. Diferentes regiões dos Estados Unidos fizeram experiências em várias ocasiões com colônias agrícolas judaicas, cuja história é uma cadeia ininterrupta de fracassos. Uns os atribuem à ignorância dos judeus em assuntos agrícolas, outros à falta

absoluta, na agricultura, de elemento especulativo. O certo é que os judeus dão melhor resultado em toda a espécie de trabalho não produtivo, do que na agricultura fundamentalmente produtiva. Sustentam os historiadores especialistas da raça que o judeu nunca foi lavrador, mas que sempre se revelou mercador. Como prova do asserto, indicam precisamente a Palestina selecionada como pátria dos judeus, país que teve de ser necessariamente a ponte para o intercâmbio comercial entre a metade oriental e a ocidental do velho mundo.

IV

É real ou imaginária a questão do judaísmo?

A questão judaica continua de pé. Fora estúpido negá-lo... A questão judaica existe praticamente, onde quer que residam judeus em número perceptível. Onde ainda não exista, é imposta pelos judeus no decorrer de suas correrias. É natural que nos translademos para lugares onde não somos perseguidos, mas uma vez ali, nossa presença também provoca perseguições. O infausto judaísmo é que introduz agora na Inglaterra o anti-semitismo, como o tinha já levado à América do Norte.

(Teodor Herlz: *Um Estado Judaico*, pág. 4)

A principal dificuldade para publicar alguma coisa sobre a questão judaica consiste na suscetibilidade extremada, tanto dos judeus como dos não-judeus, no que concerne a este ponto. Há como que um sentimento geral de que seria quase um delito pronunciar somente a palavra "judeu" em público. Procura-se atenuar isso empregando eufemismos, como "hebreu" ou "semita" — ambos expostos ao artifício da inexatidão — e trata-se esta questão com tanta afetação, como se estivesse realmente interdita; até que aparece algum judeu que sem rodeios nem eufemismos chama as coisas pelo seu verdadeiro nome de "judeu". Só então fica a via livre e se pode falar. A palavra "judeu" não tem nada de epíteto tendencioso, mas constitui um antigo nome próprio, com seu conceito bem definido em cada idade da história humana, tanto na antiguidade como no presente e no porvir.

Entre os não-judeus há um escrúpulo incrível para tratar da questão judaica na esfera pública, e prefeririam guardá-la no mundo impenetrável de sua ideologia, deixando-a envolta em misterioso silêncio. Talvez se deixem levar por uma vaga tolerância herdada; mas parece mais verossímil que a causa desse procedimento provenha de um sentimento indefinido de que o debate franco deste assunto possa trazer consigo inconvenientes para a própria pessoa. É hábito falar em público da questão judaica da forma flexível do falar diplomático, ou senão na de "tagalerice" superficial; citam-se nomes judaicos ilustres em filosofia, medicina, literatura, música e do mundo financeiro, louva-se a grande energia, a habilidade e a aptidão para economizar da raça judaica; e cada qual volta para sua casa julgando ter ouvido alguma coisa muito interessante sobre assunto tão intrincado. Mas com tal procedimento ninguém modifica coisa alguma, nem o judeu, nem o não-judeu, e o judeu continua sendo o que é: um enigma no mundo.

O sentimento íntimo do não-judeu sobre este ponto caracteriza-se pelo desejo de calar. "Por que falar do assunto?", diz ele consigo. Mas tal modo de proceder demonstra por si só a existência real de um problema que todo mundo gostaria de evitar, se fosse possível. O pensador lógico compreende

logo por este fato que há alguma coisa problemática cuja discussão ou supressão não depende unicamente da boa vontade dos caracteres pusilânimes.

Existe uma questão judaica na Rússia? Indiscutivelmente, e de forma evidentíssima. E essa questão precisa ser resolvida na Rússia? Indubitavelmente; venha a solução de onde vier, contanto que traga luz e saneamento nestas horas de trevas...

A proporção entre a população judaica e a russa só supera em 1% a de ambas as raças nos Estados Unidos. A maioria dos judeus não é menos perigosa na Rússia que em nosso país, mas ali vivem eles sob certas restrições que não existem aqui. E, sem embargo, o espírito judaico lhes preparara na Rússia um conjunto de poderes que aniquilou por completo o espírito russo. E seja na Romênia, Rússia, Áustria, Alemanha, onde quer que a questão judaica se apresente como primordial, sempre se observa como causa principal do anti-semitismo o impulso de dominação do espírito judaico.

Também aqui nos Estados Unidos o que torna mais aguda a questão judaica é o fato de que esta minoria de cidadãos judeus — uma imigração ínfima, apenas de 3% dentro de um país de 110 milhões de almas — conseguiu em 50 anos uma preponderância tal que a nenhum outro grupo componente da população seria dado conseguir, ainda que fosse dez vezes mais numeroso. Nem sequer seria notada essa minoria de 3% se fosse de outra qualquer nacionalidade, pela simples razão de que não se encontraria em parte alguma um só representante dela e muito menos nas conversações secretas do Conselho dos Quatro em Versalhes, ou no Supremo Tribunal de Justiça, ou na Casa Branca, ou, em uma palavra, no mundo das finanças; em nenhum dos lugares onde verdadeiramente assentam poderes. Em compensação encontramos o judeu, não casualmente em um outro desses centros, mas inevitavelmente em todos eles. O judeu possui a inteligência, a energia, a sagacidade instintiva; mas também uma petulância ilimitada, que em conjunto e como automaticamente o situam sempre na primeira fila. É conseqüência lógica que também a raça judaica, mais que nenhuma outra, provoque a atenção do povo americano.

E é aqui que começa deveras a questão judaica, com determinações de fatos muito simples e claros: por que tende o judeu sempre e irresistivelmente para a ocupação dos postos mas elevados? que é que o impele? por que o elevam a esses postos? que faz ele ali? que significação tem para a humanidade o fato de ocupá-los o judeu? Tal é a questão judaica em sua verdadeira origem. Daqui vai ela se alargando para outros horizontes. Que aspecto ela tomará — anti-semita ou filosemita — depende da proporção de preconceitos usados; e do grau de prudência e inteligência dedicados à sua solução depende o adquirir ele uma importância que vá atuar em bem da humanidade inteira.

O uso do conceito "humanidade" em combinação com a palavra "judeu" adquire geralmente duplo sentido, ainda que não intencional. É hábito crer que o judeu deve ser tratado com humanidade. Há muito tempo que o judeu se acostumou a reclamar humanidade exclusivamente para si. A sociedade humana tem agora direito incontestável de exigir que desapareça tal pretensão unilateral, para que ele cesse a iníqua expoliação da humanidade e deixe de basear todo o seu raciocínio exclusivamente no ponto de vista de sua própria vantagem. O judeu tem o dever de cumprir a antiga profecia segundo a qual todos os povos do mundo seriam por ele felicitados, e deve proceder neste sentido que até aqui não pôde cumprir, por causa do seu exclusivismo absoluto.

Já não se pode admitir que o judeu continue ostentando o papel de "receptor exclusivo" dentro da humanidade; ele deve demonstrar apreço por uma sociedade humana, que com angústia vai compreendendo que é cruelmente explorada pelos círculos poderosos da raça judaica, até o ponto de se poder falar de uma gigantesca "perseguição cristã", produzida pela miséria econômica sistematicamente organizada contra uma humanidade inteira quase inerme. Esta humanidade está mais desamparada contra as iniqüidades bem organizadas dos poderes financeiros judaicos do que os pequenos grupos de judeus russos que se viram perseguidos pela vingança das massas populares.

De princípio estes nossos artigos de fundo encontraram uma barreira quase intransponível nos Correios, nos Telégrafos e nas transmissões verbais. Toda publicação neste sentido é tachada de "difamação". Com tais artigos comete-se um crime brutal e imperdoável contra um povo inocente e digno da maior comiseração (pelo menos assim se supõe). Os memoriais dos poderosos magnatas que clamam por socorro, os imensos recursos financeiros dos que protestam e o número de membros de associações cujos presidentes exigem, desaforadamente, que se revogue tudo quanto foi dito, mais tarde se tornam conhecidos. E o mais infame é que sempre, por trás desses clamores, nota-se a ameaça de boicotagem (lista negra), advertência que na América e bastante para que não se discuta em público a questão judaica.

Essa questão já não se pode ocultar por mais tempo, apesar dessas ameaças no caso de ser ela discutida em debates públicos e de falsa manobra de só proclamar glórias legítimas ou exalçar o que concerne aos judeus. A questão está clara; não é possível encobri-la nem escamoteá-la, nem mesmo com a mais hábil propaganda; não se pode reprimi-la, nem mesmo com as mais grosseiras ameaças. Os judeus dos Estados Unidos prestariam à sua causa e a todos os seus compatriotas do mundo inteiro o melhor serviço se fizessem calar de uma vez por todas o clamor do "anti-semitismo", dando tom diferente a este triste gemido, muito próprio de uma pobre vítima; cooperando para a solução deste grave problema, indicando claramente o que cada judeu que ama a sua raça poderia e deveria fazer para resolvê-lo de uma vez.

Nos capítulos anteriores empregou-se o conceito de "judeu internacional". Esta expressão-conceito admite duas interpretações diferentes; uma delas é a de que o judeu, onde quer que habite, continua sempre judeu e outra a de que o judeu exerce um domínio internacional. O verdadeiro impulso que move o anti-semitismo vem desta última interpretação.

Este tipo judaico internacional, que anela o domínio de todos os povos, ou que já o possui e exerce, significa para sua raça um apêndice verdadeiramente pernicioso. O mais desagradável neste judeu internacional, encarado do ponto de vista do judeu comum, é precisamente ser ele também judeu. E o mais estranho é que esse tipo não nasce em parte alguma, senão sobre tronco judaico. Porém, o caso não é que entre os muitos déspotas financeiros do mundo inteiro se encontre alguns judeus, senão que tais déspotas financeiros sejam exclusivamente judeus. Este fato tão eloqüente produz naturalmente um sentimento fatal contra os demais judeus, que não pertencem nem pertencerão nunca a essa espécie de dominadores internacionais, mas que continuam sendo apenas uma parte da massa do povo judaico. No caso em que o domínio universal se exercesse com personalidades de diferentes raças, como acontece por exemplo com o domínio do ramo de artes brancas na América, então os

poucos judeus que se achassem entre elas não poderiam criar um problema, porque no caso em que tal domínio constituísse um problema, este se reduziria aos fatos em si, sem envolver as pessoas ou raças. Toda vez, porém, que um domínio universal constitui propósito deliberado, só por judeus realizável, com métodos bem diferentes dos de outros conquistadores do mundo, é necessário e inevitável que o conflito suscitado recaia irremissivelmente sobre aquela raça.

Isso só vem complicar o assunto. Quando a um grupo de dominadores do mundo se chama "judeu" — e o são sempre — não é possível segregar esse grupo estritamente e separá-lo dos demais de sua raça. O leitor orientado poderá fazê-lo, mas o judeu, sempre inclinado a se sentir ofendido, não pode tolerar um ataque rígido "às alturas", porque inevitavelmente o aplica a si próprio. Por que, então, falando dessa classe "mais acima", não se fala simplesmente de financistas em geral, em vez de dizer "judeus"? Parece-nos lógica a pergunta, mas a resposta não o é menos: porque todos são judeus. Não reside o problema no fato de, em uma longa lista de pessoas eminentemente ricas, se acharem mais nomes não-judeus que judeus. Não se trata tão-somente de pessoas ricas, muitas das quais obtiveram suas riquezas por um sistema igual, mas trata-se somente daquelas pessoas que dominam suas riquezas, pois é fora de toda a dúvida que ser rico e dominar pela riqueza são duas coisas diferentes. O judeu dominador possui, inegavelmente grandes riquezas; mas além delas possui mais alguma coisa que tem muito mais poder que todas as suas riquezas.

O judeu internacional, como temos demonstrado, não domina o mundo por ser rico, mas porque possui em alto grau esse espírito mercantil e imperioso próprio de sua raça, e porque pode, além disso, apoiar-se sobre a lealdade e a solidariedade da raça, coisa que não se dá em nenhuma outra família humana do mundo inteiro. Se se quisesse outorgar de repente o domínio mundial exercido atualmente pelos judeus ao consórcio de membros da família humana mais estimada em assuntos mercantis, este mecanismo se desfaria pelo mero fato de que aos não-judeus falta uma qualidade acentuadamente determinada, que — seja divina ou humana, inata ou adquirida — o judeu possui em alto grau.

Tudo isso, devemos dizer, o nega o judeu moderno. Não admite que o judeu diferencie do resto dos mortais a não ser no seu culto religioso. "Judeu", diz ele, não é epíteto de uma raça, mas caracteriza simplesmente os crentes de certa confissão, como se diz "presbiterianos", "católicos", ou "luteranos". Encontra-se muitas vezes esta interpretação em artigos de jornais, em que os judeus protestam quando um criminoso de sua raça condenado por qualquer delito, é designado como judeu, acrescentando que não se faz constar a confissão religiosa dos outros criminosos; "porque fazê-lo, pois, com os judeus?" Reclamar tolerância religiosa surte sempre efeito, e, além disso, muitas vezes convém afastar a atenção pública de assuntos mais importantes.

Pois bem, se o judeu se diferenciasse do resto da humanidade só pela confissão religiosa, do ponto de vista do conteúdo moral, e se realmente se baseasse nisso a diferença, esta se eliminaria pelo fato de que a religião judaica forma a base moral das ulteriores confissões cristãs.

Além disso, sabe-se que dos judeus residentes em países de língua inglesa, dois milhões se definem judeus pela raça e só um milhão declara sua religião. Serão, por isso, uns menos judeus que os outros? O mundo não admite tal diferença, nem tampouco os sábios etnógrafos. Um irlandês que abandona

a sua igreja fica sempre irlandês, como o judeu fica sempre judeu, ainda que renuncie à sua sinagoga. Tal é o sentir geral de judeus e não-judeus.

Se fosse justo este novo acerto dos judeus, outra conseqüência muito mais grave surgiria. Seria então inevitável a explicação de seu afã de domínio, como resultado de suas crenças religiosas. Isso importava em dizer que os judeus devem seu poderio à religião, e portanto a crítica devia dirigir-se contra essa religião, que facilita riquezas terrenas e dominação do mundo a seus crentes . Mas outro fato demonstra a falsidade de tal asserção: os judeus que exercem verdadeiramente o domínio mundial não são precisamente os religiosos. A prática demonstra que os mais fervorosos crentes da lei Mosaica são, em sua maioria, os judeus mais miseráveis. Quem quiser conhecer a severidade mosaica , isto é, o fundamento da moralidade do Velho Testamento, não a encontrará entre os judeus poderosos, que tornaram sua religião unitariana, na mesma medida em que os cristãos unitarianos judaizaram seu cristianismo, mas entre os judeus miseráveis que moram em vielas, e que para santificar sua festa semanal sacrificam os proveitos de seus negócios de sábado. A estes a religião não facilita o domínio mundial; ao contrário, fazem sacrifícios pessoais, para manter sua religião incólume contra as influências modernistas.

Se fosse certo que o judeu não se diferencia do resto da humanidade senão pela religião propriamente dita, toda a crítica ao judaísmo não significava mais que intolerável farisaísmo. Aprofundando um pouco, porém, neste problema, compreende-se logo que o judeu em nada difere menos da humanidade judaica do que pela religião. Entre os dois grandes ramos do cristianismo existe, efetivamente, uma diferença maior que entre qualquer deles de um lado e o mosaísmo de outro.

Em resumo, e ainda que o fator judaico continue a negá-lo, o mundo continuará encarando o judeu como membro de uma raça diferente. A tenacidade dessa raça defraudou sempre os vários intentos de extermínio realizados. Tem sabido se manter cheia de vitalidade e poderio, aplicando tão-somente aquelas leis naturais, cujo descuido abastardou tantos povos. Foi esta raça que passou da antiguidade à era moderna, graças a seus dois grandes valores psíquicos, monogamia e monoteísmo, aparecendo-nos hoje em dia como vestígio visível de uma antiguidade da qual deriva todo o nosso tesouro espiritual.

E o judeu se destacará sempre como parte de uma raça, de uma nacionalidade, de um povo próprio. Nem todo o contato com ideologias estranhas, com costumes de outros povos, terá o poder de mudar nada nesse aspecto. Um judeu fica sempre judeu enquanto permaneça fiel a suas tradições antigas e inatacáveis, continuará sendo judeu por todos os tempos futuros. Terá sempre o direito de supor que participar do judaísmo equivale a ser membro de uma raça superior.

Estes judeus internacionais dominadores acham-se na cúspide do poderio — além de outras razões — devido a certas particularidades que têm origem no próprio ser judaico. Cada hebreu possui estas particularidades, ainda que não em igual quantidade, assim como todo o inglês fala o idioma de Shakespeare, ainda que não seja um Shakespeare. Daí resulta a impossibilidade de compreender o judeu internacional, sem julgar à luz da crítica os fundamentos do caráter judaico e de sua psicologia.

Pode-se prescindir da acusação mais generalizada de que o êxito do judeu provém da falta de honestidade judaica. Não é lógico acusar o povo judeu, nem a nenhum outro povo, com generalidades desta índole. Ninguém melhor

do que o judeu conhece a acusação geral de que os costumes mercantis dos judeus são todos de transgressão às leis. Não há dúvida de que, em muitos casos, pode haver certa falta de escrúpulo, sem que todavia chegue a ser deslize punível. E ainda assim pode ser que a fama que acompanha sempre os judeus neste ponto proceda menos de sua culpa real que de outras causas diferentes.

Uma dessas causas possíveis pode ser desde já citada. Como mercador de transações, ou intermediário, é o judeu de fato mais destro que os filhos de outros povos. Dizem que há outras raças tão hábeis neste ponto como o próprio judeu, mas entre elas o judeu não prospera. Isto faz com que as raças mais tardas para os negócios se julguem com direito a supor que são muito perspicazes e se arreceiem daquelas. Todo mundo desconfia do mais ágil, ainda que essa agilidade seja completamente inofensiva. A cabeça que pensa com menos rapidez supõe facilmente que o que passa numa transação por tantos becos lícitos, pode ir também facilmente por caminhos vedados, e alimenta facilmente a suspeita de que quem fez por fim "negócio', conseguiu-o com argúcias não muito lícitas. As pessoas tardias, respeitáveis e que falam e agem com todo o escrúpulo terão sempre seus receios das que sabem tirar rápida vantagem de todas as circunstâncias.

Como provam tradições históricas antiqüíssimas, foram sempre os judeus um povo dedicado exclusivamente ao intercâmbio. As razões que tornaram o judeu antipático foram razões de negócio; mas nem todas se podem explicar pela opinião pessoal, nem pela inventiva de seus inimigos. Neste ponto convém fazer um cotejo com as perseguições que sofreram na Inglaterra antiga. Naquele tempo o grêmio de comerciantes na Inglaterra tinha costumes muito respeitáveis. Assim, um negociante honrado não podia começar nunca um negócio por si próprio, mas devia esperar que lhe propusessem. Até o adorno dos escaparates com luzes ou cores, ou a exposição atraente das mercadorias diante dos olhos do público comprador, eram métodos considerados depreciativos, com o fim exclusivo de tirar a freguesia do comerciante vizinho. Considerava-se também deslize a era contra o costume negociar ao mesmo tempo com artigos de mais de uma espécie. Se alguém negociava com chá, não seria natural que vendesse também colherinhas? Pois o simples anúncio teria sublevado tão profundamente a opinião pública daqueles tempos, que o comerciante arriscaria talvez seu negócio. A retidão para um negociante naquele tempo consistia em dar a entender que só muito dificilmente se afastaria do comércio de suas mercadorias habituais.

Fácil é imaginar o que aconteceria quando o judeu se intrometeu nesta maranha de antigos costumes. Despedaçou-os, simplesmente. Naqueles tempos os costumes tinham valor quase igual a leis divinas e, por conseguinte, o judeu, com esse procedimento, ficou considerado um sacrílego. Chegou a ser axioma que quem violasse estes costumes comerciais arcaicos seria capaz de tudo. O judeu tinha pressa de vender qualquer coisa. Se um artigo não satisfazia o freguês, oferecia-lhe outro que achasse à mão. As lojas judaicas converteram-se em bazares, que são por sua vez predecessores de nossos modernos armazéns gigantescos. Assim quebrantou-se o são e antigo costume inglês de haver uma loja para cada classe de mercadorias. O judeu, sempre atrás do negócio, foi-lhe no encalço, ganhou-o com a sua tagarelice, foi o inventor da máxima de "grandes transações com lucros reduzidos", foi igualmente quem introduziu o sistema de vendas a prazo. A única coisa que nunca

pôde tolerar foi a tranqüilidade e a estabilidde. Só anelava a mobilidade. É o judeu o pai do anúncio, e isso em uma época em que só a publicação dos sinais de qualquer loja houvera despertado no público a suspeita de que o proprietário tinha necessidade urgente de dinheiro, que se achava à beira da falência e que no seu desespero empregava até os meios de salvação mais duvidosos, a que um comerciante digno jamais recorreria.

Não há dúvidas de que tal energia e vivacidade poderiam ser confundidas com má-fé. O comerciante inglês honrado supôs naturalmente que o judeu não procedia com boa-fé. Este, em compensação, fez seu jogo para se assenhorear dos negócios, e conseguiu-o maravilhosamente.

Daí por diante o judeu demonstrou sempre a mesma habilidade. A faculdade de atrair rios de ouro para seus cofres é particularidade instintiva. O estabelecimento de um só judeu em qualquer país criou a base para que outros de sua raça pudessem se estabelecer também. Não importa que isto seja o desenvolvimento natural de aptidões inatas ou um plano consciente, baseado na unidade e lealdade da raça: o certo é que as feitorias judaicas sempre se conservavam em contato umas com as outras. À medida que essas feitorias cresciam em riquezas, influência e poderio, travando relações com os governos dos países em que se estabeleceram, foi passando o poder principal para o centro da comunidade, estivesse este embora temporariamente na Espanha, na Holanda ou na Inglaterra. É desnecessário averiguar se isso se dava intencionalmente ou não: a verdade é que se uniram com maior firmeza do que a que podem conseguir outros ramos comerciais, porque o grude da unidade de raça, o laço de fraternidade racial não pode ser tão forte, em nenhuma nacionalidade, como é entre os judeus. Nunca acontece que os não-judeus se considerem solidários na qualidade de não-judeus, nem se julguem obrigados para com o próximo, por ser este não-judeu também. Assim vieram a se prestar voluntariamente para agentes dos judeus em tempos e ocasiões em que aos hebreus não convinha aparecer publicamente como donos do "albergue". Porém, nunca estes substitutos foram verdadeiros competidores dos judeus no terreno da dominação econômica do mundo.

Das diversas comunidades aflui o poderio para a comunidade central, onde residiam os principais banqueiros e os grandes diretores dos negócios. E em troca, da central refluíram para as comunidades ordens e indicações de valor inapreciável. Compreende-se assim facilmente que nessa situação um povo que mostrasse aversão aos judeus tivesse de lhes prejudicar a ação, ao passo que, por outro lado, o povo que os favorecesse tiraria deles vantagens. Sabe-se com certeza que os judeus fizeram sentir duramente seu poder a povos que lhes entravavam a insinuação.

Existiu sempre este sistema, e continua a existir hoje, e em proporções mais amplas. Há cinqüenta anos que o negócio bancário internacional, dominado exclusivamente pelos judeus como intercambistas universais, esteve em seu apogeu. Possuía em toda a parte a inspeção superior sobre todos os governos e a Fazenda dos Estados. Mais tarde nasceu uma coisa nova: a indústria. Adquiriu dimensões de uma importância que nem os sábios profetas teriam podido prognosticar. À medida que a indústria tomava incremento em força e poder, converteu-se em potente ímã de dinheiro, que absorveu as riquezas do mundo em seu redemoinho. Não tão-somente pelo mero fato da posse de riquezas, mas para fazer trabalhar novamente esse dinheiro. Durante algum tempo vigoraram estes métodos novos de produzir e tirar lucros da produção,

em vez de possuir e obter lucro dos juros do capital emprestado. Veio a guerra mundial, em cuja preparação tem indubitavelmente grande parte de culpa aqueles intercambistas financeiros, e estas duas potências, a indústria e as finanças, acham-se hoje empenhadas em um combate de vida e de morte, cujo êxito decidirá quem há de prevalecer no futuro: se o trabalho produtivo, ou o capital negativo. Esta decisão importantíssima a tomar é uma das causas por que a questão judaica aparece novamente no tablado público.

Assinalá-lo e comprová-lo não quer dizer contudo reconhecer a superioridade judaica. Dizer que o judeu é extremamente feliz em seus êxitos, e devemos por isso oprimi-lo seria um ponto de vista insuportável. Tampouco corresponderia à verdade dizer que toda a colaboração judaica no mundo tem sido nociva. Ao contrário, era talvez possível demonstrar que até agora tem sido favorável. Não se pode acusar nem condenar o êxito. Se quisermos mesclar a moral nestes assuntos, só poderia ser no que toca ao uso que se faça de um êxito obtido. Toda a questão se resume em perguntar, assinalados os antecedentes verdadeiros, se o judeu pode ou deve continuar a proceder da mesma forma que até agora, ou se existe para ele uma obrigação para com a humanidade, de fazer daqui por diante uso muito diferente do poderio mundial uma vez adquirido.

V

Enraizará o anti-semitismo nos Estados Unidos?

Com esse fim temos de organizar: em primeiro lugar organizar de forma tal, que o mundo tenha uma prova de amplitude e da potencialidade de nosso anelo de liberdade. Organizar, em segundo lugar, para que sejam conhecidas e devidamente aproveitadas as fontes de nosso poderio...

Organizar, organizar, até que nenhum judeu se possa levantar senão para ser imediatamente tomado em conta em nosso bando, ou para que, consciente ou inconscientemente, possa ser contado entre os raros refratários contra seu próprio povo.

(D. Brandeis, juiz no Supremo Tribunal dos Estados Unidos, seg. *Sionismo*, págs. 113 e 114.)

Quem quer que, indistintamente, nos Estados Unidos ou em outra parte, pretenda tratar em público da questão judaica, pode contar como certo que, ou será acusado de anti-semita, ou o chamarão desdenhosamente de perseguidor dos judeus. Nem a massa do povo, nem a imprensa o ajudarão em nada. As poucas pessoas que prestarem atenção mesmo que superficial ao assunto preferem esperar para ver como se desenredará a meada. É provável que nem um só dos grandes diários americanos, e com toda certeza nenhuma dessas grandes revistas baseadas em anúncios ("magazines"), tenha o valor cívico de admitir que tal questão exista. A imprensa em geral está atualmente aberta de par em par para toda a sorte de vãs adulações a tudo o que seja judaico (acham-se exemplos em toda a parte), enquanto que a imprensa hebréia que se publica muito facilmente nos Estados Unidos se encarrega de criticar e rebater tudo o que não é judaico.

O simples fato de tratar alguém da questão judaica em público parece implicar hoje em dia a suposição de ódio mortal a todo o judeu; sem que se estabeleça diferença alguma entre o escritor, o editor ou o simples anunciante de um periódico. Este ódio parece ser uma idéia fixa, hereditária entre os judeus. Tal maneira de proceder tem o fim de levar ao ânimo dos não-judeus a convicção de que o mais leve comentário que não resume benevolência para com todos os judeus, é sempre preconceito e ódio, caracterizados por mentiras, injúrias e ofensas, e as instigações ao atentado pessoal. Estas palavras se encontram em qualquer artigo tomado ao acaso da imprensa judaica.

Pode-se distinguir perfeitamente entre os judeus quatro categorias diferentes. Em primeiro lugar, os que são guiados pela indomável vontade de conservar invariável tudo o que é genuinamente judaico em culto e costumes, ainda que seja à custa de qualquer sacrifício de suas simpatias ou de êxito pessoal. Em segundo plano aparecem os que estariam dispostos a sacrificar qualquer coisa em holocausto da conservação intacta do culto religioso mosaico, mas não se incrustam nos costumes tradicionais da vida particular judaica. Em terceiro lugar, os que em geral carecem de convicções fixas, sendo em tudo oportunistas, e que se encontram sempre ao lado do êxito momentâneo. E há por fim um quarto grupo de judeus, que crêem e propagam a idéia de que a única solução do conflito existente entre judeus e o resto da humanidade consiste em ir a raça judaica perdendo sua personalidade, mesclando-se com as demais raças humanas. É esta última categoria a mais fraca, numericamente, assim como é a mais antipática entre seus compatriotas, e a mais desprezada.

Os não-judeus, no que toca a esta questão, dividem-se em dois grupos: uns que detestam o judeu sem poder dizer por que, e outros que desejam se faça a luz neste assunto, reconhecendo na questão judaica pelo menos um problema. Ambos os grupos, quando se manifestam, são tachados de anti-semitas.

Anti-semitismo é um conceito que se emprega com muita leviandade. Seria conveniente reservá-lo somente para aqueles que se deixam guiar por um preconceito infundado. Em troca, se se aplica a todas as pessoas que prudentemente querem discutir as singularidades judaicas e seu predomínio mundial, é denominação injusta, pois da mesma maneira que se aplica em sentido de censura, poderia muito facilmente converter-se em título de honra e de estima.

O anti-semitismo, seja qual for a forma em que se apresente, tem necessariamente de se dar bem na América, e até se pode dizer que existe, e não de pouco tempo, por certo. Ainda que se apresente sobre outro qualquer nome, oe americanos não poderiam variá-lo em sua essência, como já tem sucedido com outras tantas ideologias, que em sua viagem ao redor do mundo chegaram até nós.

A

1. É preciso particularizar o que não é anti-semitismo. Não se estriba precisamente no reconhecimento de que existe uma questão judaica. Se isso fosse anti-semitismo, podia-se dizer que a grande massa do povo americano virá a ser com o tempo anti-semita, porque começa a dar tino da existência desta questão, que vai se impondo cada vez mais pelos fatos da vida prática diária. A questão existe. Podemos ocultá-la por medo. E até podemos negá-la por qualquer razão inconfessável. Mas a questão existe: e com o correr do tempo não haverá ninguém que a possa negar. Por fim, nem o temeroso "Caluda!" das pessoas emotivas será suficiente para abafá-la. Reconhecê-la, porém, simplesmente, não significa iniciar uma campanha de inimizade e de ódio contra os judeus; quer dizer apenas que certa corrente de nossa civilização se vai manifestando, tendo afinal conseguido importância e força tal, que a atenção provocada se vê na necessidade peremptória de buscar conclusões e de exigir uma solução nobre, que, sem repetir as faltas do passado, elimine de uma vez todos os perigos que podem ameaçar a futura sociedade humana.

2. Do mesmo modo a discussão em público da questão judaica não constitui anti-semitismo. Sua publicidade é conveniente. A maneira, usada até aqui, de discutir a questão judaica, ou aspectos dela tem sido amiúde errônea neste país. Mais que em qualquer outra parte ela foi tratada na imprensa judaica, mas sem lealdade e larga visão. As duas notas preponderantes, que com estúpida monotonia voltam sempre a soar na imprensa judaica, são: a estreiteza de vista dos não-judeus, e os preconceitos cristãos. Parece, de fato, que estas duas condições são as dominantes e a que os escritores judaico costumam observar ao investigar suas próprias hostes. Com toda a seriedade se pode dizer que para os judeus é grande vantagem que a imprensa genuinamente judaica não esteja muito divulgada entre o público não-judeu, porque a simples propagação sistemática desta imprensa entre os americanos cristãos seria capaz de iniciar um movimento geral hostil aos judeus. Os autores judeus que escrevem para os leitores judeus oferecem material muito amplo, de onde se deduz uma convicção arraigada do valor de sua própria raça e de soberano desprezo pelas outras. Se bem seja verdade que nesses escritos sempre se enaltece a América, isso não é feito por distinguir o país que é pátria dos americanos, mas para o exalçar como terra de permissão e bem-estar para os judeus nela residentes.

Na imprensa diária não se discutiu até agora esta questão. Não pode causar suspresa, nem deve merecer censura. A imprensa diária só se ocupa de "atualidades". Quando em suas colunas se mencionam judeus, recorre-se a um copioso sortimento de lugares-comuns, que começam por via de regra com uma lista de judeus historicamente célebres, e acabam com uma recomendação de convizinhos judeus, cujos anúncios comerciais na maioria dos casos não deixam de aparecer na parte correspondente daquela edição. Enfim, a discussão pública da questão judaica em nosso país consiste em uma crítica tendenciosa dos não-judeus, na imprensa não-judaica. Um ensaio imparcial que discuta o assunto, baseando-se sempre em fatos, não deve ser considerado como anti-semitismo, mesmo que certas deduções lógicas possam desgostar os judeus.

3. Não pode também significar anti-semitismo se num centro cultural existe a suspeita, formulada por pessoas idôneas, de que no mundo se vai observando a existência de um plano geral para dominar o orbe inteiro, não já por conquistas políticas, nem por feitos guerreiros, nem por tratados diplomáticos, nem sequer por meios econômicos em sentido científico, mas por uma dominação secreta do mecanismo da Bolsa e do intercâmbio mundial. Não é anti-semitismo nem dizê-lo, nem trazer provas à luz, e menos ainda apoiá-lo com afirmações irrefutáveis. Melhor que ninguém, poderiam rebater tal anti-semitismo os mesmos judeus internacionais, mas não o fazem. Outro tanto poderiam fazer aqueles judeus cujos ideais abarcam imparcialmente a vida cultural de toda a humanidade, e não só a de sua própria raça exclusivamente — mas também não o fazem. Talvez apareça algum dia um profeta que assente a tese de que as antigas promessas feitas ao povo de Israel não se podem cumprir exatamente pelos métodos de Rotschild, e que nem a profecia segundo a qual todos os povos serão bem-aventurados em Israel se cumprirá de forma que todos os demais povos do orbe se convertam em tributários dos judeus. Porém, enquanto não apareça ou se manifeste tal estado de compreensão, enquanto a política judaica continuar sendo o que é até hoje, não pode ser tachado de anti-semitismo

aquele que procura precipitar esse estado de opinião, e ainda poderíamos dizer que é grande serviço prestado ao povo judaico descobrir os planos secretos de determinados meios ou seres influentes de sua raça.

B

Não há dúvida de que em mais de uma ocasião o anti-semitismo inconsciente inquietou grandes setores da humanidade, turbou pontos de vista e perdeu seu caráter racional, chegando a torcer as intenções de seus diretores. Mas o mais singular deste fato é que com tais processos nunca conseguiram nada útil aqueles que os empregavam, nem escarmentaram jamais proveitosamente os judeus contra quem se dirigiam.

São múltiplos os graus do anti-semitismo, e entre eles avultam os seguintes:

1. Há um anti-semitismo subconsciente e desarrazoado que se manifesta por uma aversão franca contra o judeu como homem, seja quem for. Observa-se este anti-semitismo freqüentemente em pessoas de todas as esferas sociais, porém dá-se o paradoxo de que abunda mais nas que menos freqüentam os judeus. Este sentimento de aversão nasce muitas vezes na adolescência dos não-judeus e se manifesta por uma antipatia acentuada e instintiva da palavra "judeu"; mais se nota quanto tem de agressivo quando aplicam o vocábulo à maneira de insulto ou para definir qualquer ato desonroso. Não há outra diferença entre esta injúria e outras empregadas contra determinados não-judeus, aos quais se quer ofender por seus atos imorais em qualquer sentido, senão o fato de que a expressão "judeu" aqui atinge toda uma raça, sem exceção, e ofende a judeus desconhecidos, sem se referir concretamente a um indivíduo contra o qual a antipatia seria talvez justificada. Esta generalização da ofensa não é justa.

É a simpatia um sentimento que não depende de nossa vontade; em compensação, o sentimento de aversão pode ser retificado. Dia virá na vida das pessoas equânimes em que darão tento de que outra pessoa, que lhes é instintivamente antipática, pode ser no fundo tão boa, ou quiçá, melhor que elas mesmas. O estado de aversão varia no fluxo e refluxo da atração e a repulsão que possa dominar entre nós mesmos e outras pessoas; mas sem chegar a se concretizar a prova de que a pessoa "não grata" mereça tal aversão. Em compensação, quando a este estado impreciso de aversão se juntam provas da esquivança ao contato social com a raça judaica, não se pode imputar a repulsão e preconceitos. Ficarão, naturalmente, à margem de nossa afirmação as pessoas que sustentam que nada de bom "em absoluto" se pode esperar de um judeu. Esta tendência exteriorizada contra os judeus provém de causas diversas. Pode alguém não simpatizar com os judeus e não ser contudo essencialmente anti-semita. Não é um caso extraordinário, mas antes freqüente, o fato de judeus intelectuais não acharem satisfação no trato com seus consangüíneos, a não ser entre os de educação superior. Este fato convida-nos a refletir detidamente nas peculiaridades e costumes do judeu vulgar e dos seus rasgos, e nessa crítica não fazemos mais que repetir o que os judeus de maior cultura predicam contra seus correligionários. Essa crítica fica aprazada para um capítulo ulterior.

2. O segundo grau do sentimento anti-semita pode caracterizar-se pela inimizade e pelo ódio. Devemos repetir que a aversão anteriormente analisada não é idêntica ao ódio, assim como não se deve também traduzir por inimizade. Muitas pessoas não gostam de tomar o chá com açucar, sem que por isso detestem o açucar. Sabe-se, sem embargo, que muitas pessoas começam a ser anti-semitas, porque o sentimento de aversão se aprofundou nelas até a prevenção mais desconfiada, e talvez também em conseqüência de dolorosas experiências adquiridas no trato com membros da raça judaica; não é inferior a um milhão o número de americanos que nestes últimos anos se tornaram anti-semitas veementes, justamente por terem tratado com comerciantes judeus. Semelhantes sentimentos são uma desgraça para as pessoas que os experimentam, precisamente porque as impedem de conhecer e avaliar claramente os elementos que formam a questão judaica, utilizando-os com justiça e eqüidade. A inimizade nasce mais por causa da raça judaica que por nenhuma outra, e a razão deste fenômeno é um dos grandes mistérios que nunca serão elucidados. No caráter judaico, tal como o apresenta a história antiga e moderna, assenta sem dúvida grande parte da culpa dessa inimizade. Onde quer que o judeu chegue a estabelecer contato com os povos de raça ariana (que se entregam sem restrição ao desenvolvimento de suas faculdades culturais e morais), despertará, provocada por ele mesmo, essa inimizade. Esta sina dos judeus preocupou sempre os pensadores de todas as épocas. Alguns querem achar para o fenômeno uma explicação bíblica, dando-o como resultado da maldição de Jeová contra seu povo predileto, por desobediência à lei; maldição que serviria para utilizá-lo como povo no qual se cumpram todas as profecias, para exemplo do resto da humanidade. Se este castigo constitui parte da herança judaica, bom será recordar também aquela palavra das Sagradas Escrituras, que reza: "Deverão sobrevir rebeldias, mas ai daquele por causa de quem elas sobrevierem"!

3. Em algumas partes do mundo e em diferentes idades, este sentimento de ódio levou a explosões de sangrento fanatismo, que, como todas as grandes dores humanas, causaram espanto e consternação. Tal foi a forma extrema por que se manifestou o anti-semitismo, e qualquer tentativa para discutir publicamente a questão provoca a suspeita maldosa de que se projeta a repetição de tais perseguições. Estas, ainda que imperdoáveis, podem, por outro lado, explicar-se perfeitamente. Os judeus as explicam geralmente como conseqüência de um fanatismo religioso, enquanto que os não-judeus vêem nelas a repulsão violenta de um jugo que os judeus lhes haviam imposto economicamente. O estranho é que na Rússia — para citar um país determinado, onde mais amiúde se repetiram as perseguições — se deram justamente nas regiões mais ricas do país, a ponto de os judeus declararem publicamente que, se emigrassem, recairiam aquelas regiões no estado de pobreza primitiva. Seria estúpido negar este fato, sempre confirmado por viajantes cheios de indignação contra os russos, pelo seu comportamento com os judeus; viajantes que visitaram aquele país (cujos relatórios se encontram de preferência na imprensa anglo-saxônica) e que ao regressar à sua pátria têm desvirtuado estas crueldades e às vezes até as desculpam. Observadores imparciais descobriram também que algumas dessa perseguições foram instigadas pelos próprios judeus, e não devemos esquecer que qualquer insignificância dita ou feita contra um só judeu acha na imprensa mundial judaizada um eco exagerado, ou, como

se diz vulgarmente, "fazem de um argueiro um cavaleiro". Um repórter conhecidíssimo como partidário leal dos judeus perseguidos na Rússia expunha-se aos mais rudes ataques da parte dos judeus cada vez que se via obrigado a assinalar esta causa. Até em nossos dias é dificílimo conseguir, seja onde for, que os judeus admitam a mais leve censura que se lhes faça. Acusem a quem quiserem: eles são sempre os inocentes. Este traço tem de desaparecer; se os judeus querem realmente cooperar, se é que o podem, na obra de eliminar de seu caráter aqueles sintomas que sempre prognosticam a inimizade dos demais povos. Em outras ocasiões se reduzirá o ódio ilimitado existente contra os judeus a uma razão econômica. Isso conduz à pergunta — se o judeu terá de destruir em si o que é essencialmente judaico, despindo-se de sua predisposição peculiar para o êxito, antes que possa ganhar a simpatia dos outros povos. A resposta a esta pergunta fica reservada para estudos ulteriores.

Quanto ao preconceito religioso, que os judeus proclamam sempre, é evidente que, ao menos nos Estados Unidos, não existe. Não obstante, os autores judeus o lançam em rosto tanto aos americanos como aos russos. O leitor não-judeu poderá facilmente achar a resposta mais adequada, examinando imparcialmente se alguma vez em sua vida sentiu aversão aos judeus por causa de sua religião. Disse-se há pouco em uma loja maçônica judaica (discurso divulgado logo pela imprensa judaica) que, se se perguntasse na rua, ao acaso, a cem não-judeus: "que é um judeu"? responderiam, na maioria: "Um assassino de Cristo". Um dos mais conhecidos e repudiados rabinos nos Estados Unidos disse há pouco tempo em um de seus sermões que às crianças cristãs se ensinava a ver em cada judeu um assassino do Senhor. Tal asserto é repetido na conversação particular. Diante disso, creio que a maioria dos não-judeus confessarão que ouviram tal conceito em nosso país pela primeira vez na vida. Esta afirmativa judaica carece siplesmente de senso comum. Para prova, pergunte-se às vinte milhões de crianças das escolas dos Estados Unidos e do Canadá se se lhes ensina semelhante coisa. Sem nenhuma dúvida pode-se dizer que em nenhuma confissão cristã existe predisposição alguma contra os judeus por causa da sua religião. Ao contrário, nota-se muitas vezes o vago e confuso sentimento de que temos de render por assim dizer graças ao povo de Judá, e até perdura o conceito errôneo de ter ele certa parte na religião mosaica. As escolas dominicais cristãs do mundo inteiro ensinam durante seis meses do ano as lições internacionais tiradas dos livros de Ruth, do primeiro e segundo livro de Samuel, e do livro dos Reis, não passando ano algum sem que se ensine o Velho Testamento.

Diante destes fatos, deviam os rabinos judeus observar que existe realmente muito mais severidade e intolerância religiosa por parte dos judeus contra o cristianismo, do que jamais será possível haver na igreja cristã contra o mosaísmo. Toda a dúvida sobre este ponto desaparecerá a um olhar comparativo para a imprensa cristã e judaica, respectivamente. Nenhum autor cristão se atreveria a ser agressivo com a religião judaica, enquanto que uma leitura de qualquer revista eclesiástica judaica durante meio ano nos mostraria infinidade de agressões e preconceitos contra a Igreja de Cristo. Além disso, não se pode conceber maior acrimônia de que a que proferem e exercem contra um judeu convertido ao cristianismo. Quase adota as formas de Sante Vema. Daí se vê, por conseguinte, que não é pelas suas crenças que se diferencia o judeu dos demais humanos, mas por motivos bem diversos. Sem embargo, quando os judeus observam alguma antipatia contra si, repetem sempre monoto-

namente os três mesmos arrazoados, dos quais o primeiro e mais importante é o religioso. Talvez lhes seja consolador julgarem-no mártires de sua fé, mas isso não corresponte à verdade, e é coisa que todo judeu prudente deveria saber. Além disso, devia dar tino de que, nas igrejas cristãs, onde se estudam e reconhecem as antigas profecias, há necessariamente certo interesse fundado no possível desenvolvimento do povo de Israel. Não foram esquecidas as promessas que lhe foram feitas, e até há quem acredite que elas se cumprirão. O porvir dos judeus está em íntima relação com o porvir de nossa terra, e pelo menos a ala evangélica da cristandade, a que caracteristicamente os judeus perseguem com maior ódio, continua crendo em um ressurgimento futuro de Israel. Se os judeus em sua grande maioria soubessem com que compreensão e carinho nossa Igreja continua estudando suas antigas profecias, e que crê e espera que da parte dos judeus ainda posssa vir a salvação da humanidade, veriam com outros olhos a nossa confissão. Compreenderiam que a igreja cristã não se considera meio adequado para a conversão dos judeus (ponto que eles confundem de modo lamentável), erro da qual nasce tanta acrimônia, mas que supõe que essa conversão se realizará por outros meios e em outras circunstâncias muito diferentes, isto é, pelo próprio Messias dos judeus, a não pela "oliveira selvagem" dos pagãos.

Existe uma variedade rara de anti-semitismo, que se ocupa da questão religiosa, porém não no sentido já citado. Compõe-se ela de poucas pessoas com tendências ateístas, que sustentam que toda a religião é uma patranha judaica, inventada somente com o fim de subjugar o espírito e o coração humanos com suas superstições enervantes. Mas este ponto de vista é muito extremista e portanto sem importância para uma solução séria do assunto.

C

Sob qual dessas formas se apresentará, pois, a anti-semitismo na América? No caso muito provável de que certos sinais continuam a se manifestar, que formas adotará o sentimento antagônico aos judeus? É certo que não serão as perseguições em massa. A única perseguição em massa que atualmente se pode apreciar é a dos próprios judeus contra qualquer pessoa ou entidade que se atreva a chamar a atenção pública sobre o problema judaico.

1. O anti-semitismo chegará à América de acordo com a norma segundo a qual os movimentos espirituais e as grandes idéias percorrem o mundo em direção oeste. Ao norte da Palestina, onde têm vivido os judeus a maior parte do tempo e onde ainda hoje residem muitos deles, já se compreendeu o anti-semitismo, que cada vez se aguça mais. Mas faltaram-lhe força e intensidade para chegar à revolução. Um pouco mais a oeste, na Inglaterra, já é mais latente, porém em razão do número relativamente pequeno dos judeus pobres residentes nas Ilhas Britânicas, e devido à íntima conexão dos potentados judeus com as classes dominantes inglesas, existe antes em forma sentimental, instintiva, do que na de movimento civilizado. Nos Estados Unidos não é tão caracterizado, mas aparece sob a forma de vaga inquietação, de dúvida indefinida, e no antagonismo entre a liberdade tradicional americana e o respeito aos fatos independentes, uma vez criticados.

Já que a questão vai assumindo caráter cada vez mais urgente, as pessoas de claro entendimento não deveriam dar ouvidos aos protestos temáticos dos judeus, mas antes trabalhar para que esses protestos não se enraízem em outros países. Constitui dever público atacar o problema firmemente, desde os fundamentos, e preparar uma fórmula que seja exemplar e admissível para todas as nações civilizadas, subministrando aos outros povos o material fundamental necessário, para que de per si possam solucionar um dia o problema de seu país. Isto só se pode conseguir demonstrando claramente todas as circunstâncias em que os povos lutaram até hoje desamparados, porque lhes faltavam não só a vontade como os meios apropriados para penetrar até às raízes do problema.

2. Outro motivo por que a questão judaica começa a ganhar terreno na América consiste na projetada imigração de grandes massas judaicas. Já neste ano de 1920 devemos contar com uma imigração provável de um milhão de judeus, o que elevaria a população judaica a quatro milhões e meio de almas. Isso, no entanto, não significa somente uma imigração de pessoas, mas também e idéias. Nenhum autor judeu descobriu ainda de forma clara e concreta que idéia fazem realmente os judeus dos não-judeus, nem o que efetivamente pensam dos "goyim". Há muitos indícios que revelam quais são esses sentimentos, mas talvez conviesse mais não perder tempo em ensaios e combinações, e melhor seria que um judeu o fizesse. Contudo, o que é muito provável é que esse judeu fosse expulso de sua comunidade, se efetivamente se desempenhasse dessa tarefa com veracidade e se ativesse estritamente à base dos fatos.

Esses imigrantes vêem (e talvez com razão) no não-judeu seu inimigo mortal, crendo naturalmente que hão de se guiar por esse ponto de vista. Mas em realidade não estão tão desamparados como parece. Na Polônia, exausta, onde, segundo as crônicas tendenciosas lhes tiraram tudo aos pobres judeus durante a guerra, aparecem diariamente centenas de judeus pagando facilmente avultadas despesas de viagem. Apesar de sua proclamada miséria e absoluta pobreza, podem empreender uma longa e custosa viagem em sociedade. Não é possível a nenhum outro povo senão o judeu viajar em massa. Vemos logo que estes imigrantes não dependem de forma alguma da caridade. A nau da sua vida manteve-se muito bem flutuando no meio do furacão que desmantelou a de muitos outros povos; sabem-no eles perfeitamente, e estão contentes com esse feliz sucesso. Contudo, mantêm contra a maioria de nosso povo os sentimentos que tinham contra os que abandonaram. Saudarão com alegria a terra americana, mas conservarão contra o povo americano suas idéias peculiares. Não importa que nas listas de imigração figurem como polacos ou russos, são na verdade judeus, e têm nítida consciência disso, como provam logo na prática.

Isso terá de produzir seus efeitos. Não é, pois, preconceito de raça que nos preparemos para isso, recomendando aos próprios judeus americanos que tomem em consideração estes fatos para ajudar a resolver o problema.

Toda a idéia que dominou e triunfou na Europa sofreu suas moficações ao ser transladada para a América. Assim sucedeu com a idéia da liberdade, a das guerras, e a do sistema de governo. E assim sucederá irremissivelmente com a idéia do anti-semitismo. O conjunto da questão encontrará aqui seu centro, e aqui se solucionará, caso procedamos com prudência e se temor. Dizia há pouco um autor judeu: "Judaísmo hoje em dia significa judaísmo ameri-

cano... Todos os antigos centros judaicos se desmoronaram durante a guerra e se transplantaram para a América". Converte-se, pois, o problema judaico, em uma questão americana, quer o queiramos ou não. Que desenvolvimento adquirirá? Depende em grande parte do que se possa fazer aqui, antes que o problema adote formas ásperas. Será provavelmente o primeiro sintoma a expressão de desagrado contra os êxitos econômicos dos judeus e especialmente contra a correlação de métodos com que foram alcançados. Nosso povo observa a existência de um povo dentro de outro de uma forma nunca observada, nem com os mórmons, e não o quererá admitir. Os mórmons se retiraram, enquanto que Israel volta a um novo Egito, para subjugá-lo.

A segunda forma de anti-semitismo que há de aparecer será indubitavelmente o sentimento de aversão e sua generalização. Talvez no fundo a norma da maioria seja a justa, mas nem por isso procederá com a prudência aconselhável. Uma predisposição assim, admitida francamente por judeus e não-judeus, pode, em detrimento de ambas as partes, assumir formas agudíssimas, porque nem o que sustenta, nem o que é objeto de um preconceito podem assegurar a liberdade espiritual indispensável, que só se baseia em um equilíbrio perfeito da alma.

Partindo desses fundamentos, pode-se contar com uma influência sã da justiça. Chegada a questão a este ponto, será o problema totalmente submetido à decisão do justo critério americano. Sua justiça inata tem-no ajudado, mesmo em casos que a princípio motivaram a indignação do americano. É sempre de pouca duração a sentimentalidade em nós, e deriva logo para o critério da razão e do juízo moral. Nunca o espírito americano descerá a guardar rancor contra indivíduos, mas aprofundará seu critério. Pode-se verificar este fato nas relações entre a Grã-Bretanha e os Estados Unidos da América. É originalidade nossa não fixar nunca as pessoas quando se trata de assuntos fundamentais.

Mais tarde se procederá a um exame consciencioso dos fatos que podem permanecer durante algum tempo fora da opinião pública, mas por fim será dada a chave do problema. Virão à juz as raízes de todos esses problemas e morrerão como todas as raízes que se arrancam das entranhas da terra. Será então questão dos próprios judeus amoldarem-se eles às novas condições de vida. Não que devam perder sua singularidade, deixar morrer suas energias, nem abandonar seu passado, mas será necessário que canalizem todas essas faculdades em álveos mais limpos. Só assim poderão justificar seu anseio por certo predomínio. Uma raça que no terreno da vida material pôde conseguir o que os judeus conseguiram — labor em que ainda se julgaram espiritualmente mais adiantados que os outros povos — deverá cumprir esta sua missão de forma menos suspeita e menos ani-social do que tem feito até aqui.

Não serão extirpados os judeus, mas também não se lhes permitirá que continuem a constranger a humanidade sob o jugo que tão habilmente lhe impuseram. São os usufrutuários de um sistema que em si mesmo tem de se modificar radicalmente. Para justificar daqui para diante sua própria posição no mundo, terão de se modificar a si mesmos, visando a alvos mais elevados.

VI

A questão judaica abre caminho nas revistas

Havemos de obrigar os Governos cristãos a tomar medidas que favoreçam nosso vasto plano, já próximo do seu fim vitorioso, no sentido de fazerem acalmar a exaltação da opinião pública, que nós, graças à imprensa onipotente, já temos efetivamente organizada. Como muito poucas exceções, aquela se acha já em nossas mãos.

(Tese VII dos *Protocolos dos Sábios de Sião.*)

Um bacharel formado em uma universidade americana realizou há anos uma viagem de negócios à Rússia. Era versado em um ramo muito importante de ciências aplicadas e, além disso, observador muito escrupuloso. Chegou à Rússia com o desejo de estudar o tratamento dado pelo governo russo aos judeus. Viveu ali três anos; voltou depois à América, onde ficou um ano, e passou novamente quase outro tanto na Rússia. Voltando, pela segunda vez, à América, achou que era oportuno informar o povo americano sobre a questão judaica. Escreveu um artigo muito minucioso e mandou-o ao editor de uma revista afamada no país. O editor chamou-o à redação, tratando com ele durante dois dias, e ficou muito impressionado com o que dele ouviu; mas declarou que não podia publicar aquele artigo. Repetiu-se a mesma coisa com vários outros editores de grandes revistas; e não porque o sábio não tivesse acertado no estudo do assunto; ao contrário, pois eles publicariam com prazer tudo quanto escrevera. O que não era de maneira alguma possível é que em Nova Iorque se aceitasse ou se imprimisse seu justo artigo sobre os judeus.

Apesar disso, porém, a questão judaica pôde enfim penetrar em uma revista de Nova Iorque, mas antes como fragmento de uma granada, lançada do campo judaico contra a questão judaica, para, se fosse possível, aniquilar o problema e assim afirmar a tese de que semelhante questão nem sequer existe.

Caso estranho foi que as grandes revistas (cujos diretores financeiros seria interessante que o público conhecesse) não admitiram senão precisamente este único artigo sobre esse assunto. Mais ainda assim pôde o grande público aprender muitíssimo só com a leitura desse artigo, cujo objetivo primordial era deixar bem claro que a questão judaica realmente não existe.

Mr. William Hard, na edição de junho do **Metropolitan,** utilizou, da melhor maneira que pôde, aquele artigo, e não há dúvida de que as agências telegráficas e os correspondentes internacionais, que velam tão atentamente por tudo quanto possa favorecer os judeus, terão cumprimentado efusivamente o editor do **Metropolitan** por tê-los ajudado a adormecer o público.

Em primeiro lugar, o artigo dá notícia da existência real de uma questão judaica. Mr. Hard diz que se fala dela nos salões de Londres e Paris. Não explica, contudo, se quer mostrar com isso a nulidade ou pouca importância do assunto, ou apenas suas vastas relações com aqueles círculos. Conta, além disso, que certo documento referente à questão judaica foi largamente conhecido em determinados círculos oficiais de Washington. Reproduz uma correspondência cabográfica sobre esse assunto, publicada em tempo pelo jornal **World** de Nova Iorque. Certamente que seu artigo foi publicado muito cedo, para poder se ocupar da nota dedicada àquele documento pelo **Times** de Londres. Como quer que seja, o leitor interessado somente em fatos reais ficou sabendo que existe uma questão judaica, e não precisamente entre a plebe, mas nos círculos justamente onde se gravam com maior intensidade as provas do poderio e domínio judaicos. E até chegou a se debater nesses círculos a questão, coisa que Mr. Hard nota expressamente. Se não vai mais longe, dizendo-nos que ela é até discutida muito seriamente nos postos mais elevados, e por personagens de importância nacional e internacional, explica-se provavelmente essa omissão por duas razões: ou porque não o saiba, ou porque considere tal afirmação contraproducente ao fim do seu artigo.

Seja, porém, por que motivo for, o certo é que Mr. Hard deu a saber que existe uma questão judaica, e que é discutida por pessoas que, pela posição, estão nas melhores condições para julgar o assunto.

Do artigo parece deduzir-se que o judaísmo tem caráter de uma conjuração, quando o autor afirma que não crê em semelhante trama. Pode-se aceitar facilmente esta asserção, pois para o modo de ver não-judaico, não há nada mais ridículo do que admitir a existência de uma conspiração em massa, o que representa uma impossibilidade para o caráter não-judaico. Mr. Hard não é judeu, e portanto sabe que seria impossível, ainda mesmo por pouco tempo, qualquer conspiração de grande número de pessoas não-judaicas, mesmo que obedecesse aos mais nobres motivos. As pessoas de sangue não-judaico não são feitas para semelhantes conjurações, que se desmoronariam como açucar em água. Os não-judeus, nem na massa do sangue, nem nos seus interesses, possuem os fundamentos necessários para uma cooperação tão estreita, como os judeus. O não-judeu, só por suas qualidades inatas, não pode conceber grandes conjurações, e tanto é assim que sem ter à vista provas irrefutáveis, nem sequer crerá na possibilidade de sua existência.

Compreendem-se, pois, as dificuldades que encontra Mr. Hard nisso de tramas. Para poder redigir seu artigo, precisa formular o assunto, como se em todas as ocasiões em que se discute a questão judaica fosse ela tratada sob o ponto de vista de uma conspiração. É esta a sua idéia dominante, já expressa na epígrafe, que reza: "Grande conjuração contra os judeus".

Investigando fatos resumidos no referido artigo de Mr. Hard, chegamos a saber da existência de certos documentos que encerram, segundo ele diz, as minudências de uma conspiração, e até o plano de dominação mundial dos judeus. É quase só o que o leitor chega a saber daqueles documentos, além de que Mr. Hard os tacha de "originalmente horríveis". É uma falta deplorável naquele artigo, porque o autor, se bem que o escreve para condenar certos documentos, nada absolutamente nos diz sobre o seu conteúdo. As perversidades se desacreditam pela própria maldade; mas esses documentos parece que não oferecem motivo para isso, a não ser que o leitor confie no juízo pessoal de Mr. Hard. Em compensação, as pessoas de critério próprio,

independente, teriam preferido certamente obter uma base crítica com a publicação integral desses documentos. Mas deixemos isso. Sabe-se que Mr. Hard estabelece em público que tais documentos existem.

Passa logo o autor a outra coisa e pretende demonstrar, nomeando certos judeus que predominam em alguns ramos especiais, que os judeus em geral não podem ter nada que ver com o domíno mundial. Deixaremos a cargo de Mr. Hard a responsabilidade daqueles nome hebraicos. O que nos importa somente é ver o que se pode deduzir disso.

Trata o autor com especial cuidado os assuntos que se referem à Rússia. Parece até às vezes que quer comparar a questão judaica com a questão soviética na Rússia; e contudo, isso não é exato, e Mr. Hard o sabe perfeitamente. Se bem que ambas as questões se relacionem intimamente entre si, constitui premeditada sutileza pretender construir primeiro artificiosamente tal identidade, para depois provar sua inexatidão em favor da causa judaica. Seja como for, os fatos citados por Mr. Hard, afora as conseqüências que ele daí tira são muito interessantes.

Examinemos, pois, em primeiro lugar o caso da Rússia. Diz Mr. Hard que no governo soviético da Rússia só há "um" judeu, que é Trotzky. Claro está que há outros no governo, mas Mr. Hard fala unicamente do "gabinete". Não fala também nos comissários, que parecem ser os verdadeiros senhores da Rússia, nem das tropas vermelhas, que são o único apoio do governo Lenine-Trotzky. Para Mr. Hard só existe o gabinete. Assim também não houve na Hungria senão "um" só judeu em posição preponderante, porém este foi nem mais nem menos que Bela-Khun. É o caso, contudo, de se perguntar por que, apesar de haver só estes dois judeus, todo o mundo esteve e continua ainda convencido da preponderância judaica no bolchevismo. Tão tola opinião de todos os não-judeus seria muito mais quimérica do que é para Mr. Hard a idéia de uma conjuração judaica. Se todos os não-judeus fossem imbecis, por que não consideraríamos sábios eminentes todos os judeus?

Como quer que seja, não peca por exagero o que afirmar que Trotzky ocupa o poder supremo, repartindo-o somente com Lenine, e que Trotzky é judeu. Isso ninguém ainda negou até agora, nem o próprio Braunstein (era o sobrenome de Trotzky quando vivia em São Luís, nos Estados Unidos).

Mas também os menchevistas, diz Mr. Hard, são guiados pelos judeus. Trotzky à frente dos bolchevistas, enquanto à frente dos menchevistas, quando estes ainda formavam a oposição contra aqueles, marchavam os Lieber, Martow e Dan: "todos judeus", diz Mr. Hard.

Há, além disso, outro partido moderado entre esses dois extremos: os "cadetes", que, segundo Mr. Hard, são ou foram o partido burguês mais forte na Rússia. "Estes têm agora seu quartel-general em Paris. Seu chefe é Vinaver, um judeu".

São esses os fatos assinalados por Mr. Hard. Os judeus, cujos nomes cita, são os chefes dos três grandes grupos políticos na Rússia. "Vede agora, exclama ele, quão desunidos estão os judeus. Como poderia existir uma conspiração entre pessoas que se combatem mutuamente com tamanho empenho? Pode chamar a atenção de qualquer pessoa o fato de serem sempre judeus os que eternamente predominam em todas as fases da vida política russa. E acaso não justifica esse fato a crença generalizada de que os judeus desejam para si, em toda a parte, o domínio absoluto"?

Não param, porém, ainda aí as deduções que o leitor ávido de fatos pode tirar do artigo d Mr. Hard. Possa ele logo ao caso nos Estados Unidos, notando aqui alguns fatos muito interessantes. "Lá está Otto Kahn", diz ele. Efetivamente, às vezes está aqui Otto Kahn, mas outras vezes está também em Paris, envolvido em assuntos internacionais extremamente importantes; ainda outras vezes, faz combinações em Londres entre o capital inglês e o americano, empresas todas que têm muitíssima relação com a vida política européia. O Sr. Kahn passa por conservador, o que sob muitos aspectos pode ser verdadeiro. Cada pesoa é conservadora ou não o é, "conforme o prisma através do qual a observamos". As pessoas mais conservadoras dos Estados Unidos são na prática as mais radicais. Seus lemas e seus métodos chegam até às raízes das coisas, e em seu próprio campo de desenvolvimento são radicalíssimos. Os homens que dominam na última convenção republicana são chamados conservadores pelas pessoas de visão limitada por interesses econômicos muito determinados, porém em realidade "são os mais radicais dos radicais, e parecem vermelhos em uma época vermelha, e brancos em uma época branca". Se fossem conhecidos os últimos planos do Sr. Kahn e descoberta a relação entre todos estes planos e intenções, certamente modificaríamos o título pelo qual deve ele ser conhecido. Seja como for, por Mr. Hard viemos a saber que "lá está Otto Kahn".

"De outro lado, diz Mr. Hard, estão Rosa Pastor Stokes e Mr. Morris Hillquit". Estes, segundo Hard, são radicais. Em contraposição a estes, cita os nomes de outros dois não-judeus, Eugenio V. Debs e Bill Haywood, como se estes dois fossem chefes muito mais importantes que aqueles. Quem quer que se preocupe com os últimos acontecimentos políticos (e entre esses figurava até há pouco tempo também Mr. Hard) tem a respeito opinião contrária. Nem Debs nem Haywood criaram em toda a sua vida um partido tão poderoso como fizeram Rosa Stokes e Mr. Hillquit. Debs Haywood devem-lhes a própria significação.

Quem examina as tendências socialistas nos Estados Unidos tropeça logo em nomes judaicos — e Mr. Hard também o notou. E é exatamente pelas suas afirmações que o leitor chega à convicção de que ambos os grupos políticos nos Estados Unidos são guiados por judeus.

Não acabou ainda Mr. Hard: "Quem mais que nenhuma outra personalidade, mais que nenhuma outra chefia, faz todo o possível para manter os operários americanos afastados do radicalismo, é um judeu: Samuel Gompers". Que o leitor guarde na memória este fato, e fique sabendo que a massa operária americana segue um judeu. Em compensação, a "confederação mais poderosa antigompersista, a dos operários confeccionistas unidos (de fato grande e muito forte) é capitaneada por um judeu, Sidney Hillmann".

Isso quer dizer que aqui as coisas se passam exatamente como na Rússia. Ambas as tendências da vida política, e dentro delas todas as forças pujantes, acham-se sob o domínio judaico. Mr. Hard deve reconhecer também este fato, a despeito da intenção contrária do seu artigo.

Também o partido moderado, o "centro liberal", como o chama Mr. Hard, e que reúne em seu seio todos os extremistas, apresenta-se com os nomes preponderantes de Brandels, Mack e Felix Frankfurter, cavalheiros esses cuja atitude desde o armistício daria material muito amplo para um capítulo interessantíssimo.

Todavia, Mr. Hard cita com sinceridade outros nomes: o "barão de Günzburg, judeu", um "empregado leal" da embaixada russa com o embaixador Bojmeteff, representante do antigo regime, um tanto modificado. Enquanto que a agência telegráfica russa, cujas informações são publicadas em infinidade de periódicos americanos, é dirigida por outro judeu (assim o diz Mr. Hard), conhecidíssimo dos leitores da imprensa diária como A. I. Sack.

Esta lista não é completa, nem chega perto disso, mas não deixa por isso de ser interessante. Segundo diz ela, parece que vão adquirindo alguma importância os documentos que Mr. Hard demonstrara serem só ridículos. E também vai se impondo a suspeita de que, se esses documentos não foram examinados com a atenção devida, foi talvez porque os leitores, afora as minúcias notadas por Mr. Hard, teriam descoberto neles e observado fatos muito mais significativos e escandalosos, plenamente confirmados pelos mesmos documentos. Os leitores que não puderam se inteirar do seu conteúdo integral, devem exigir que seu interesse natural seja atendido.

Esses documentos não criaram a questão judaica. Se não existissem outros antecedentes, que nada têm a ver com eles, nem Mr. Hard houvera escrito nunca seu artigo, nem o houvera publicado o **Metropolitan.**

Consiste o mérito de Mr. Hard em ter confirmado, em um lugar que ninguém podia esperar, que a questão judaica está patente, e que deve ser discutida. Quem mandou escrever o artigo intitulado "A grande conjuração dos judeus" deve ter sentido, sem dúvida nenhuma, imperiosa necessidade de fazê-lo.

VII

Mr. Arthur Brisbane, defensor do judaísmo

Perdeis o tempo a tagarelar. Enquanto não se achar em nossas mãos a imprensa do mundo inteiro, tudo o que fizerdes será infrutífero. É preciso que dominemos a imprensa universal, ou ao menos influamos nela, se queremos iludir e escravizar os povos.

Barão de Montefiore (1840)

Temos de interromper de novo o exame da questão judaica contemporânea, para considerar devidamente a publicação de um artigo de fundo, ocupando mais de duas colunas no grande jornal **To day** (Hoje), de 20 de junho de 1920; esse jornal pertence ao "trust jornalístico Hearst". Nele trata do nosso assunto o jornalista Mr. Arthur Brisbane. Sem ser o mais influente dos Estados Unidos, é inegável que este jornalista faz parte da dúzia de escritores da imprensa mais lidos do público. E quando um crítico de sua força intelectual trata do melindroso assunto do judaísmo, é indiscutível que este problema adquire relevo evidente, e ganha mais importância e atualidade.

Contudo, Mr. Brisbane não estudou o problema judaico. Confessaria, sem dúvida, em uma conversação íntima, que nada sabe dele, absolutamente, ainda que tal confissão não concordasse com o tom de segurança que mostrou ao tratar do assunto em público. Mas sabe muito bem, como jornalista entendido, a maneira de se chegar ao assunto, quando a atualidade obriga a resolver problemas de olhos fechados. Hoje podem os jornalistas escrever em estilo amplo e difuso, dizendo que em cada raça há seres bons e maus, que já produziu também homens eminentes, ou que desempenharam importante papel na história. Com tais pontos de vista há muito onde escolher para redigir um artigo de fundo sobre qualquer povo ou comunidade humana. Não se faz mister estudar a essência do assunto para escrever um artigo que apenas visa a chamar a atenção. A imprensa ocupa-se em uma série de artigos deste ou daquele assunto etnográfico, e não se fala mais nisso. É o ofício dela.

Visto que Mr. Brisbane viveu muito tempo em Nova Iorque e manteve relações financeiras com grupos consorciados de nosso país e na suposição de que terá visto e observado minuciosamente o regime interno dos grandes "trusts" e bancos, e de que se veria rodeado de conselheiros e técnicos de raça judaica, não podemos duvidar de que há de ter um critério próprio sobre esses assuntos. Não incumbe ao jornalista, contudo, proclamar publicamente suas idéias "pessoais" sobre as diferentes raças que convivem em sua pátria, da mesma maneira que não é tarefa do expositor criticar os objetos que outros

expositores apresentam junto aos seus. Tem um jornal direitos muito restritos para empreender ataques, e contadas são as ocasiões em que se possa justificar uma transgressão daquele direito.

Se Mr. Brisbane teve ocasião de escrever sobre a questão judaica, era de supor o que havia de escrever. O que seria para admirar é que se visse obrigado a escrever sobre essa questão. Parecer-lhe-ia realmente uma perseguição contra os judeus que se pretendesse aclarar a origem das causas de sua preponderância nos Estados Unidos e em outros países? Ou, com a perspicácia de um editor, pressentiu que se apresentava uma ocasião propícia para chamar sobre si a atenção e a benevolência do grupo mais importante de Nova Iorque e de todo o país. Ou quiçá — e isso entra perfeitamente no terreno das coisas possíveis — quis deitar uma vista de olhos sobre o assunto até que certos diretores o convidassem a redigir um artigo fundo, ou que certos acionistas lhe indicassem seus desejos especiais? Não quer dizer isso que se acoimem de suspeitos ou motivos de Mr. Brisbane, mas pretende-se demonstrar de que fios tenuíssimos pende às vezes um artigo de fundo. Vamos, porém, ao que importa: julga Mr. Brisbane que, publicado aquele artigo na imprensa tão difundida de domingo, pode-se dar por terminado o assunto, ou que o problema já tem uma solução? É nisso que assenta precisamente a feição mais grave do jornalismo diário: quando se logra sair são e salvo de um artigo de fundo, o assunto fica esgotado, ou pelo menos assim o considera em geral a maior parte dos redatores e editores da imprensa.

Confiamos que Mr. Brisbane não terá dado o assunto por terminado, mas que insistirá sobre tão grave tema, cooperando no que lhe seja possível para a sua definitiva solução, o que não conseguiu seu extraordinário artigo. Escaparam-lhe até erros, que após um estudo mais acurado deveria retificar. "Que existe dos fenícios"?, pergunta. Devia ter aprofundado mais este assunto antes de formular a pergunta. Se o fizera, não cairia no erro lamentável de comparar os fenícios com os judeus. Nunca um judeu faria tal coisa. Em compensação, em um artigo de imprensa, de propaganda judaica, escrito para leitores não-judeus, isto é tolerado. Nem de longe nem de perto teriam certamente jamais pensado os fenícios que pudessem ser tão intimamente relacionados com os judeus, como tampouco estes nunca o supuseram. Diferenciaram-se sempre, entre outras coisas, no fato fundamental de suas relações com o mar. Os fenícios não só construíram barcos, mas também os manejaram, enquanto que o judeu preferiu sempre entregar às embarcações seus interesses a confiar-lhes suas pessoas. Do mesmo modo em outros aspectos foram essenciais as diferenças entre ambos os povos, e aparecem muito fundas e evidentes. Sobre este fato deveria Mr. Brisbane ater-se à **Enciclopédia Judaica.** Oxalá volte ele a se ocupar desses assuntos, informando seus leitores do que encontrar ainda em livros judaicos não impressos, divulgados somente em manuscritos. Não se trata de uma questão quimérica e propícia a múltiplas interpretações, como por exemplo a da redondeza de nosso planeta. A questão judaica fica delineada concreta e claramente, e será resolvida.

Mr. Brisbane está em condições de poder estudar este problema por sua própria conta. Dispõe de grande estado-maior de colaboradores, e é de supor que entre eles se achem não-judeus de caráter acrisolado. Pussui, além disso, uma organização universal. Tendo mudado de léxico e de idéias, o que se deu depois que entrou no mundo do "ganhar dinheiro", chegou a possuir também um conhecimento mais profundo de certos grupos humanos e de suas tendên-

cias dominadoras. Por que não enfrenta corajosamente todas estas questões com caráter de problema mundial, buscando fatos em que se apóie, e esforçando-se para achar uma solução? Seria tarefa digna de um jornalista notável. Facilitaria à América o poder entrar com a sua cooperação para que esta questão deixe enfim de ser o fantasma que tem sido até aqui. Tudo o que se diz neste mundo de "amor ao próximo" e outros eufemismos elegantes, porém superficiais, não pode resistir a um exame crítico, porque nos exigem com isso que amemos àqueles que com toda a esperteza e falta de escrúpulos se dedicam a usurpar o domínio sobre nós. "Que há de censurável no judeu"?, pergunta Mr. Brisbane. Para formular esta primeira pergunta é indispensável irmaná-la com outra: "que há de censurável no não-judeu"?

Imitando outros escritores não-judeus, que se prestam a ser defensores benévolos dos judeus, Mr. Brisbane tem de admitir certos fatos, que constituem parte do mesmo problema, cuja existência se pretende negar.

"De cada grupo de dois nomes influentes com que topamos em qualquer capital, um deles é judeu", diz Mr. Brisbane, sendo que em sua própria residência esta porcentagem é muito maior. "Os judeus, apesar de constituírem menos de um por cento da população mundial, graças à sua energia, seu espírito empreendedor, sua atividade e seus conhecimentos, obtêm 50 por cento dos proveitos comerciais do mundo inteiro", diz ainda o mesmo escritor.

Significa isso alguma coisa para Mr. Brisbane? Pensou sequer alguma vez no fim a que isso nos conduzirá? Pode eximir este êxito da censura de uma ou outra das qualidades que a humanidade, com razão, despreza como desonestas? Satisfaz-se ele, além disso, com a maneira por que este êxito uma vez adquirido se explica? Está em condições de demonstrar que tal êxito se deve só e exclusivamente às qualidades laudatórias por ele citadas, com exclusão de toda a qualidade detestável? Pode aprovar a luta competidora do "trust" ferroviário de Harriman apoiado financeiramente pelos judeus? Ouviu dizer jamais que o dinheiro judaico se empregue em empresas ferroviárias sem mancha?

Poderíamos facilitar a Mr. Brisbane os temas para uma infinidade de artigos de fundo, que tanto para ele como para seus leitores seriam nuito instrutivos, porém só no caso de ser a arrecadação do material de fatos confiada a pessoas imparciais. Um desses artigos poderia intitular-se: "Os judeus na Conferência da Paz". Seus informantes teriam de especificar quais foram as personalidades preponderantes nos diferentes postos, quais iam e vinham com a maior diligência, a quem estavam sempre abertas todas as portas dos delegados dos governos e das comissões deliberativas; que raça fornecera o maior número de secretários particulares dos grandes políticos; que raça montara guarda em maior número, guarda com a qual se tinha de topar sempre para chegar às personagens influentes; qual foi a raça cujos membros se esforçaram com grande afinco para converter a Conferência da Paz em uma série ininterrupta de bailes e festas e opulentos banquetes, os quais foram os amigos particulares mais amiúde convidados para jantares íntimos com os membros da conferência.

Se Mr. Brisbane, com suas brilhantes faculdades de cronista, instruísse seu pessoal neste sentido e publicasse logo tudo quanto seus repórteres lhe referissem, escreveria um trecho da História contemporânea, que em sua notabilíssima carreira de jornalista significaria um mérito indelével.

E ainda poderia publicar depois segundo capítulo sobre a Conferência da Paz com o título "Qual foi o programa que triunfou na Conferência da Paz?".

Seus agentes teriam de se dedicar a descobrir o fim e as intenções com que os judeus chegaram a Paris em tão grande número e com pessoas tão importantes, e a forma por que impuseram seu programa. Teriam de examinar especialmente se uma só letra do seu programa foi modificada ou rejeitada. Precisaria de inquirir se os judeus, uma vez conseguido o que desejavam, não exigiram ainda mais, e se também o conseguiram, ainda que isso significasse uma preferência escandalosa ante a comunidade de povos. Provavelmente Mr. Brisbane se inteiraria de que de todos os programas apresentados à conferência, sem exceção sequer daquele programa em que a humanidade acreditou tão ingenuamente, o único aceito sem a menor dificuldade foi o programa judaico. De tudo isso poderia se informar Mr. Brisbane, se se dispusesse a averiguá-lo. Cingir-se-ia unicamente à questão: que faria ele com todo esse material, se chegasse a possuí-lo.

Para onde quer que Mr. Brisbane dirigisse seus estudos, sempre e em toda parte ampliaria consideravelmente seus conhecimentos acerca de nosso país e de sua ligação com a questão judaica. Sabe, por exemplo, a quem pertence de fato o território do Alaska? Talvez Mr. Brisbane, como a maioria do público (com exceção de alguns iniciados), julgue que esse território pertence aos Estados Unidos. Nada disso: Alaska, com suas jazidas de ouro, pertence ao judeu, que muito breve será dono absoluto de todos os Estados Unidos da América.

Não dá tino Mr. Brisbane do favorável ponto de vista em que o coloca sua elevada posição no jornalismo nacional, de que em nossa vida econômica se manifestam elementos que não estão claramente especificados, nem no conceito de "trabalho", nem no de "capital"? Sabe algo sobre uma potência que, sem ser nem capital nem trabalho propriamente ditos, tem, contudo, grande interesse, e o manifesta ativamente, em separar entre si o capital e o trabalho, excitando tão depressa este contra aquele, como atirando aquele de encontro a este? É impossível que em seus estudos de nossa vida econômica e do enigma insolúvel que a envolve, Mr. Brisbane não haja notado alguma coisa que se manifesta em secreto e sempre na treva. Elucidar este enigma é coisa que redundaria em honra para uma grande empresa jornalística.

Publicou alguma vez Mr. Brisbane os nomes de pessoas que manejam o abastecimento de açucar nos Estados Unidos? Sabe esses nomes? Quer conhecê-los?

Tem conhecimento do negócio de algodão em nosso país, da projetada transmissão de propriedade dos terrenos algodoeiros e das dificuldades provocadas adrede na produção do algodão, começando pelas ameaças claras dos Bancos, até chegar à alteração de preços dos tecidos e roupas feitas? E ao esquadrinhar estes assuntos, fixou-se-lhe alguma vez a atenção nos nomes dos que os dirigem? Gostaria de saber como se fazem estas partidas, e quem as joga? Poderia descobrir muito facilmente tudo isso, e dá-lo a conhecer ao público, se instruísse convenientemente o seu culto estado-maior de colaboradores, peritos e publicistas nesse sentido. Se se sente suficientemente livre e independente para empreender semelhante tarefa, ninguém o saberá melhor que ele mesmo. Porém talvez haja motivos de índole privada ou de oportunidade para não fazê-lo.

Existam, contudo, ou não, não conhecemos os móveis que o poderiam impedir de estudar este assunto a fundo para formar um juízo completo. Não significaria isso intolerância. Mas tal como estão as coisas atualmente, Mr.

Brisbane não está em condições de falar pró nem contra. Por essa razão sua última defesa dos judeus não constitui sequer uma defesa, assemelhando-se antes a uma captação de vontades.

Sua principal alegação dirigi-se, ao que parece, contra o que chama preconceito ou propensão odiosa das raças. Efetivamente, se alguém, ao se dedicar ao estudo de um problema econômico qualquer, sentisse receio de ser apanhado em tão desagradável confusão intelectual, abandoná-lo-ia. Depende somente do método de averiguação, ou da pessoa investigadora, que do estudo resultem preconceitos ou ódios. Coisa mesquinha seria, porém, para um intelectual, querer se servir de tal evasiva, seja em proveito próprio, seja no daqueles que se deixam guiar confiadamente desde muito tempo por seu método intelectual.

Eliminam-se perfeitamente ódios e preconceitos, se tratarmos cientificamente a questão judaica. Pode-se ter um preconceito contra coisas que não se entendem, ou odiar o que não se compreende. O estudo da questão judaica, porém, não só traria conhecimentos e opiniões aos não-judeus, senão também aos judeus, que necessitam deles tão urgentemente como aqueles. Quando se conseguir que o judeu veja, compreenda e discuta certas coisas, desaparecerão muitas das asperezas da questão. Despertar os não-judeus para que vejam as minúcias deste problema constitui apenas uma pequena parte do trabalho. Estriba-se outra parte imprescindível em interessar os próprios judeus nos fatos reais de que se trata. O primeiro êxito deverá consistir em converter os não-judeus de meros defensores — e isso parcialmente em ambos os sentidos — em juízes imparciais. A investigação revelará erros por parte de judeus e não-judeus; porém abrirá caminho para que a sabedoria e a prudência possam levantar a voz, porque então, como em todo problema, será necessária muita sabedoria.

Neste propósito de tolerância, porém, esconde-se perigoso laço. A tolerância exige em primeiro lugar que se tolere a verdade. E hoje em dia falseia-se a verdade, para evadir a realidade. Não pode prevalecer a tolerância enquanto não se obtiver uma conformidade geral com respeito ao que se quer tolerar. Ignorância, repressão mental, abafamento, nada disso é tolerância. Nunca se usou de tolerância, propriamente falando, com o judeu, pela simples razão de que ele nunca foi compreendido. E Mr. Brisbane não nos facilita melhor conhecimento do povo judaico, com o seu artigo escrito ingenuamente, com um punhado de nomes judaicos em um mar de letras de forma. Dele mesmo depende dedicar-se a fundo ao estudo deste problema, não importando que o aproveite ou não em suas publicações.

Do ponto de vista do jornalismo é impossível informar diariamente a opinião pública sem topar a cada momento com os judeus. A imprensa esquiva o assunto, falando com desprezo de russos, lituanos, alemães ou ingleses. Este sistema de abastardar pessoas e nomes constitui um dos aspectos mais falazes do problema. O imprescindível, para esclarecer a humanidade, são nomes, realmente característicos, e fatos reais.

Mr. Brisbane deveria estudar este assunto, publicando de vez em quando suas observações, pois isto o poria em contato com certos setores do judaísmo, que outro publicista, por muito voluntarioso que seja, nunca chegará a conhecer. Provavelmente tê-lo-ão cumulado de louvores pelo seu artigo; mas não duvide que teria prestado melhor serviço informativo se, ao contrário, houvesse recebido alguns milhares de insultos. Nada do que até agora lhe lembrou se poderia

comparar com o que seria a publicação de um só dos fatos que um exame imparcial lhe desse a conhecer.

Já que Mr. Brisbane se deu a escrever em favor dos judeus, é de esperar que siga com interesse o que outros tenham a dizer sobre o mesmo tema. Entre seus leitores encontrará agora mais correspondência de judeus que a que antes recebia. Isso provavelmente se refletirá grandemente em seus artigos ulteriores. Tarde ou cedo todo o investigador sério, todo o jornalista íntegro, encontra uma ou outra pista que o leva a recordar o poder mundial do judeu. Nosso jornal, o **Deaborn Independent,** não faz senão sistemática e extensamente o que o resto da imprensa faz em períodos desconexos.

"Pesa sobre a publicidade americana verdadeiro medo aos judeus", um pavor que se sente, e cujos motivos deveriam ser combatidos. Ou muito nos enganamos, ou Mr. Brisbane também sentiu esse temor, sem que tenha sequer se apercebido dele, talvez. Não é precisamente o temor de não fazer justiça àquela raça — tal escrúpulo devíamos senti-lo, todos quantos nos prezamos de honrados —, mas antes alguma coisa que nos impele a não escrever sobre os judeus puros elogios. Um sentimento leal de independência devia convencer todos os publicistas de que o jornalismo americano se acha na necessidade de restringir estes louvores constumados e pronunciar-se definitivamente a favor de uma crítica fria e imparcial.

VIII

Existirá um programa judaico universal determinado?

Em todas as dissertações com que os publicistas judeus procuram explicar o crescente anti-semitismo, se encontram três razões, apenas três: preconceitos religiosos, inveja econômica e aversão social. Pouco importa que os judeus o saibam ou não, mas todo não-judeu está perfeitamente a par de que não existe o preconceito religioso. É possível que haja inveja econômica, porquanto o êxito universal dos judeus atrai sobremaneira a atenção pública. Um ou outro publicista judeu tenta desviar esta atenção, mediante a tese de que, na alta finança, não existe uma preponderância judia; porém, neste sacrifício em prol de seu povo, indubitavelmente se excede. A finança mundial obedece inteiramente aos judeus, cujas decisões e planos equivalem para nós a leis irrecusáveis. Entretanto, a preponderância financeira de um povo não seria, por si só, razão bastante para citá-la perante o julgamento popular. Se esse povo fosse realmente mais apto e mais hábil, mais diligente e mais pertinaz do que nós, se tivesse qualidades que faltassem a nós, como membros de uma raça inferior e negligente, não teríamos direito a lhe pedir contas. A inveja econômica poderá explicar alguns estímulos do anti-semitismo, porém não basta para tornar inteligível a existência desta questão, salvo no sentido de que as causas secretas da superioridade financeita dos judeus sejam parte do problema total. E, quanto à aversão social, pode-se afirmar que existem no mundo mais não-judeus antipáticos de quantos judeus benquistos possa haver possa haver.

Nenhum dos publicistas judeus menciona os motivos políticos da questão e, se algum deles se lhes refere, é só para os limitar e localizar. Não se trata aqui do Patriotismo local dos judeus, embora deste também se duvide fundadamente em muitos países. Desse patriotismo se ouve falar na Inglaterra, na França, na Alemanha, na Rússia, na Polônia, na Romênia e dele se dizem horrores nos próprios Estados Unidos. Publicaram-se livros, escreveram-se crônicas depois profusamente divulgadas, combinaram-se habilmente estatísticas, tudo para provar que os judeus cumpriram com inteira lealdade seus deveres de cidadãos, nos países em que viviam casualmente. Apesar disso, fica de pé o fato de que, não obstante essas persistentes tentativas bem documentadas, a opinião se mantém contrária e diariamente se fortifica neste sentido. Os judeus que, nos vários exércitos, cumpriram lealmente seu dever e patentearam seu entusiasmo e amor da pátria não conseguem apagar a péssima impressão deixada pelos que, como oficiais, soldados ou simples cidadãos, se furtaram às suas obrigações.

Entretanto, quando se fala do elemento político da questão judaica, não se trata na realidade desse aspecto. Facilmente se compreende que os judeus não podem amar as nações em que vivem tão entranhadamente como a que eles formam. A história judaica é a de uma peregrinação através de todas

as nações do mundo. Ainda que consideremos apenas os judeus contemporâneos, veremos que nenhuma raça habita tantos pontos do nosso planeta como os judeus. Estes possuem, portanto, um sentido universal mais acentuado do que o de qualquer outro povo, porque o mundo tem sido sua perpétua senda. Cumpre desculpar o judeu, se não sente pela terra em que vive o mesmo amor que lhe dedicam seus verdadeiros filhos. O judeu sempre foi cidadão mundial. Sob qualquer bandeira, pode comportar-se corretamente, no que concerne à cidadania política; porém, inevitavelmente, seu conceito do valor dessa bandeira definirá muito do de um súdito que só reconhece como sua uma única bandeira.

O elemento político da questão judaica consiste em que os judeus constituem uma nação dentro das outras nações. Alguns dos seus publicistas, especialmente na América, pretendem negá-lo; todavia o espírito judaico sempre desmentiu o zelo excessivo desses defensores da sua causa. Não se compreende claramente a razão que os leva a negar esse fato com tamanha insistência.

Quando o povo de Israel se convencer de que não poderá cumprir sua missão universal, valendo-se do Bezerro de Ouro, é possível que se admita sua cidadania universal em relação à humanidade e também sua insuperável solidariedade para com a própria raça como fatores poderosos e meritórios da criação de uma unidade humana que as circunstâncias atuais tornam irrealizável. Censuram-se os judeus, não tanto porque formam uma nação no seio das outras nacionalidades, mas principalmente porque abusam desse estado de coisas.

Tanto os judeus como os outros povos fizeram repetidas experiências de assimilação, mas o destino parece tê-los condenado e uma eterna heterogeneidade; uns e outros deveriam resignar-se a este fato irremediável.

Teodoro Herzl, um dos mais notáveis intelectuais judeus, foi talvez um dos mais modernos nas suas explicações filosóficas do caráter judeu. Ele jamais duvidou de que existisse uma nação judia e em toda parte lhe proclamou a existência. Reconhecendo abertamente que a chamada questão judaica é, de fato, um problema político, declarou: "Somos um povo, formamos uma nação". No prefácio de sua obra, **O Estado Judeu,** disse, entre outras coisas: "Compreendo perfeitamente que o anti-semitismo representa um movimento sumamente complexo, que nele existem elementos de agitação popular, de vulgar inveja mercantil, de preconceitos hereditários, de intolerância religiosa, mas também de defesa própria muito justificada. Creio que a questão judaica não é social nem religiosa, ainda que às vezes se apresente sob esta forma. É um problema nacional que só se poderá resolver, convertendo-o em questão política universal, para que a discutam e regulem de comum acordo todas as nações civilizadas do mundo".

Herlz não se limitou a afirmar que os judeus formam uma nação; em agosto de 1902, respondendo a uma pergunta de comandante Evans Gordon, perante a Comissão Imperial Britânica de Imigração Estrangeira, declarou: "Vou expor-lhe meu conceito de essência de uma nação a que o senhor poderá acrescentar o adjetivo "judia". A meu ver, uma nação representa um grupo histórico de indivíduos, visivelmente coligados e unidos contra um inimigo comum. Isto é, para mim, uma nação. Se o senhor lhe juntar a palavra "judia", poderá compreender o que eu entendo por "nação judia".

Para explicar o modo como esta nação se manifesta habitualmente, em relação às outras, Herzl escreveu o seguinte: "Quando nós, os judeus, tivermos de descer, seremos proletários subversivos, os oficiais inferiores dos partidos revolucionários. E, se nos elevarmos, subirá conosco o poder imarcescível do dinheiro".

Este conceito, aparentemente o mais verídico, porquanto é o que tem raízes mais profundas no modo de sentir do povo judeu, foi admitido também pelo sr. Eustace Percy e reproduzido, como para confirmá-lo, pela revista canadense **Jewish Cronicle** (A Crônica Judaica), cujos parágrafos merecem ser lidos com a devida atenção:

"O liberalismo e o nacionalismo abriram, com os seus clangores, as portas do gueto, oferecendo aos judeus a igualdade de direitos de cidadania. Penetrando no mundo ocidental, o judeu percebeu-lhe a força e o esplendor que aproveitou e gozou; pôs literalmente as mãos nos centros nervosos da sua civilização, para o guiar, dirigir e subjugar... e logo declinou esta honra. Aliás — e isso é significativo — a Europa do nacionalismo e do liberalismo, do regime científico de governo e da igualdade democrática, é conosco mais tolerante do que os repressores e os perseguidores do antigo despotismo. Contudo, à vista da progressiva consolidação das nações ocidentais, não será possível contar por muito tempo som uma tolerância ilimitada... Num mundo de Estados territoriais perfeitamente organizados, o judeu tem apenas duas fórmulas: derrubar os pilares de todos os sistemas nacionais dos Estados ou criar o próprio Estado nacional. Esta possibilidade de escolha fornece a explicação do bolchevismo judaico, tanto como do sionismo, os dois extremos entre os quais hesitam ainda os judeus orientais.

"Na Europa oriental, tem-se a impressão de que o bolchevismo e o sionismo se desenvolvem paralelamente, do mesmo modo como, durante todo o século XIX, a influência judaica confundiu e entrelaçou as idéias republicanas e socialistas, até a Revolução dos Jovens Turcos; e isto, "não porque o lado positivo da ideologia radical importe ao judeu nem porque o interesse de participar de um nacionalismo ou de uma democracia não-judaica e sim pelo seu ódio inato a todo sistema de governo não-judeu.

Esta é a verdade e os pensadores judeus mais corajosos o reconhecem inteiramente. O judeu é adversário de toda ordem social não judia. Enquanto puder agir livremente, será sempre republicano ante uma monarquia, socialista numa república e bolchevista perante o socialismo.

Quais são as causas desse procedimento dissolvente? Em primeiro lugar, a falta absoluta de sentido socializador, porque o judeu é um autócrata encarniçado. A democracia pode servir para os gragários da humanidade, mas o judeu, num ou noutro sentido, formará sempre uma espécie de aristocracia. A democracia é apenas o argumento utilizado pelos agitadores judeus, para se elevarem a um nível superior àquele em que se julgam subjugados. Assim que o conseguem, empregam imediatamente seus métodos, para obter determinadas preferências, como se estas lhes coubessem por direito natural.

Como prova do que afirmamos, ficará para sempre a Conferência da Paz, um dos exemplos mais terrivelmente característicos. Os judeus constituem, hoje, a única nação cujas preferências extraordinárias e especiais foram cimentadas pelo Tratado de Paz Universal. Mas disso nos ocuparemos em ocasião oportuna.

Afora alguns — muito poucos — publicistas judeus, que não exercem nenhuma influência na ideologia judaica e são tolerados só com o objetivo de orientar erroneamente a opinião pública não-judia, ninguém se atreverá, hoje, a negar que os elementos dissolventes da ordem social não só sejam guiados como também assalariados pelos interesses judeus.

Graças às persistentes negativas dos judeus e ao absoluto silêncio dos órgãos de publicidade, dos quais os povos podiam e deviam esperar informações, este fato pôde ocultar-se durante largo tempo nas trevas.

Agora, aos poucos, vai se desvendando. As palavras de Herlz demonstram uma profunda verdade: "Quando nós, os judeus, tivermos de descer, seremos proletários subversivos, os oficiais inferiores dos partidos revolucionários". Estas palavras foram publicadas pela primeira vez em 1896, isto é, muitos anos atrás.

Tais tendências se manifestam agora em dois sentidos: um tende para subverter todos os Estados não-judeus do mundo; o outro aspira a erigir um Estado nacional judeu na Palestina. Este último plano é objeto dos votos mais fervorosos do mundo não-judeu; entretanto, não satisfaz a totalidade do povo judeu, nem sequer sua maioria.

O partido sionista faz grande alarde da própria eficiência, mas na realidade não passa de uma minoria insignificante; mal se pode considerar mais de que um movimento colonizador extremamente ambicioso. Serve, em compensação, de anteparo utilíssimo à realização dos planos secretos. Os judeus internacionais, os verdadeiros senhores dos poderes políticos e financeiros do mundo, podem reunir-se em qualquer parte e a todo momento, em tempos de paz ou de guerra, proclamando simplesmente que não pretendem senão meditar e discutir os meios mais propícios à repatriação dos judeus dispersos para a sua antiga Palestina, o que lhes permite desviar facilmente toda suspeita de que se tenham reunido para outros fins.

Graças a este expediente, os judeus das nações aliadas como os dos impérios centrais realizaram as suas convenções sem o mínimo obstáculo. Numa das conferências sionistas (a sexta, celebrada em 1903) prognosticou-se, com absoluta certeza, a última guerra mundial, seu desenvolvimento e seu fim, especificando-se também, com toda a clareza, o ponto de vista judeu relativo à paz que lhe seguiria.

Isto significa que, embora exista um nacionalismo judeu, seu plano definitivo não é localizar-se na palestina. Os próprios judeus se recusam resolutamente a emigrar para lá, principalmente nos tempos atuais, que lhes correm tão favoráveis. Se algum dia chegar o momento oportuno para emigrar do território das nações não-judias, as razões que determinarem esse movimento serão fundamentalmente diversas do idealismo sionista.

O último cônsul geral britânico em Alexandria, o sr. Donald A. Cameron, um fator do sionismo, citado freqüentemente na imprensa judaica, diz a este respeito: "Os imigrantes judeus na Palestina bem depressa se aborrecerão de cobrar mutuamente só 3 por cento de juros; portanto seus filhos se transportarão prontamente para o Egito, por mar ou por terra, a fim de ganhar 10 por cento... Abandonado a si mesmo, o judeu na Palestina se aniquilaria e arruinaria seu Estado".

É indubitável que ainda não chegou o momento de uma emigração e menos ainda se podem distinguir as causas fundamentais que a deveriam provocar.

O aspecto político da questão judaica, que preocupa atualmente três das grandes nações (França, Grã-Bretanha e Estados Unidos), tem relação com assuntos da organização social judaica. Terá este de esperar, até conseguir seu Estado próprio na Palestina? Ou representará, desde já, um Estado organizado? Conhece o povo judeu a existência deste Estado? Opõe, acaso, às nações não-judias a própria política exterior? Possuirá uma administração capaz de orientar e de praticar a referida política? E, dado que exista esse Estado judeu, tem, visível ou invisível, um Chefe de Estado? Terá o seu governo? E, se algo existe de tudo o que citamos, quem o saberá?

A primeira resposta instintiva de todo não-judeu seria um redondo "não". Responder instintivamente é próprio dos não-judeus. Como não foi criado numa atmosfera de mistérios nem numa comunidade invisível, o não-judeu chega involuntariamente à conclusão de que a questão judaica nem sequer pode existir, embora, para pensar desse modo, não tenha outras razões senão que tais coisas nunca se lhe atravessaram no caminho, nem jamais as viu na realidade.

Todavia as perguntas anteriores devem ser analisadas de modo acessível a qualquer inteligência. Se não se admitisse uma colaboração consciente entre os judeus, o poderio que conquistaram e a política que seguem não poderiam resultar unicamente de um firme propósito e deveriam ser a conseqüência de uma predisposição comum, de um caráter que em todos eles se manifestasse paralelamente.

Pode-se dizer, por exemplo: visto que seu sangue aventureiro o incitou a fazer-se ao mar, o inglês chegou a ser o grande colonizador do mundo; não o fez conscientemente nem tomou a resolução de sê-lo, mas a particularidade inata do seu caráter o obrigou a seguir este caminho. Bastaria, porém, esta explicação para arrazoar o desenvolvimento do império britânico?

É inegável que, em toda parte onde chegam, a inata predisposição dos judeus os obriga a fazer o que tão particularmente os distingue aos nossos olhos. Mas explicará isso as relações estreitas que unem os judeus de todos os países, suas conferências internacionais, sua singular visão profética de acontecimentos extraordinários (que, com uma violência arrasadora, recaem sobre os outros povos) e o método escrupulosamente preparado com que, em dado momento, se reúnem em Paris, para discutir um programa mundial com o qual concordam todas as nações?

A princípio poucos espíritos clarividentes, depois as chancelarias secretas dos governos, mais tarde os elementos mais ilustrados dos vários povos e agora, finalmente e pouco a pouco, as próprias massas populares começam a suspeitar que os judeus não só constituem uma nação caracterizadamente distinta de todas as outras e cuja nacionalidade, a despeito de esforços seus e alheios, raramente conseguem abandonar, como formam um Estado com um acentuado sentido nacionalista e colaboram conscientemente, em íntima união, para a sua proteção recíproca e para fins comuns. Não esqueçamos a definição de Teodoro Herzl, segundo a qual o povo judeu se considera unificado em razão da idéia de um inimigo comum e perguntemos se este não é justamente todo o mundo não-judeu. E pode esse povo, com a sua clara intuição, permanecer desorganizado perante esse fato? Isso corresponderia muito mal à notória astúcia da raça judia. Quando se observa que os judeus, não só nos Estados Unidos como nos demais países, estão unidos pelas mais variadas organizações, tão habilmente constituídas, que judeus e não-judeus depositam nelas

a mais absoluta confiança, não se tem direito de supor que tudo o que foi possível num ou noutro país possa verificar-se e efetivamente se tenha verificado em todos os países do globo?

Seja como for, na revista **American Hebrew** (O Judeu Americano) de 25 de junho de 1920, Hermann Bernstein escreve o seguinte: "Há mais ou menos um ano, um alto funcionário do Ministério de Graça e Justiça me apresentou uma cópia do manuscrito intitulado **O Perigo Judaico**, original do catedrático russo Nilus e solicitou minha opinião acerca desse documento. Disse-me que o manuscrito era a tradução inglesa de um livro russo publicado em 1905, o qual mais tarde foi proibido, e que deveria conter os **Protocolos dos Sábios de Sion.** Acrescentou ainda que, segundo se supunha, esse manuscrito fora lido pelo doutor Herzl numa conferência secreta do congresso sionista da Basiléia. Meu amigo opinava que, provavelmente, o autor dessa obra era o próprio doutor Herzl... Vários senadores americanos que a tinham lido mostravam-se consternados ao ver que, havia tantos anos, se elaborava um plano judaico, atualmente em vias de realização, e que, no seu intuito de destruírem o mundo, os judeus preparavam havia muito o bolchevismo".

Citamos tudo isso para demonstrar que um alto funcionário do Ministério de Graça e Justiça dos Estados Unidos apresentou o referido manuscrito ao judeu Bernstein, expondo-lhe a própria opinião particular de que o autor da obra era provavelmente o doutor Herzl e que vários senadores americanos se mostravam consternados, verificando a perfeita coincidência entre os argumentos discutidos nos círculos sionistas em 1905 e os acontecimentos reais do ano de 1920.

Este fato deve atrair tanto mais a atenção, porquanto dele participou um funcionário de um governo que hoje se encontra, em grande parte, nas mãos ou sob a influência dos interesses dos judeus. É provável que, divulgado este particular, aquele funcionário fosse demitido. Porém, é igualmente possível que as investigações realizadas, fossem quais fossem as ordens dadas e cumpridas, não tenham chegado a resultado prático.

Cumpre notar que o governo dos Estados Unidos chegou bastante atrasado nesse assunto. Precederam-no quatro potências mundiais e uma delas há muitos anos. Uma cópia dos "Protocolos" foi entregue ao Museu Britânico, mediante recibo desse Instituto, datado de 10 de agosto de 1906. Os apontamentos remontam provavelmente o ano de 1896, época em que Teodoro Herzl pronunciou as palavras antes citadas. O primeiro congresso sionista se reuniu em Basiléia, no ano de 1897.

Esse documento publicou-se recentemente na Inglaterra, em circunstâncias que despertam a atenção pública, apesar do título pouco feliz que recebeu. Editou-o a casa Eyre e Spottiswoode, impressores oficiais do governo britânico, o que equivaleria, em outro país, a ser impresso na Casa da Moeda. Ante a algazarra da imprensa judaica, o **Times** de Londres, criticando a obra, declarou que todos os contra-ataques dos judeus se tinham mostrado "insuficientes".

O referido jornal fez constar — e a mesma coisa ocorrerá provavelmente aqui — que os defensores judeus passavam por alto o conteúdo textual desses Protocolos; atacavam, em troca, sua clandestinidade e, para julgar o texto, serviam-se invariavelmente da fórmula: "obra de um criminoso", etc.

Esses protocolos anônimos, na sua maior parte em forma de manuscritos, copiados penosamente a mão, sem apoio de nenhuma autoridade, estudados minuciosamente nas chancelarias secretas dos vários governos, entre cujos

altos funcionários passavam de mão em mão, continuam a dar sinais de vida e tornam-se cada vez mais significativos e convincentes, graças à persuasiva clareza do seu conteúdo. Uma obra deveras admirável, se de fato se deve a um criminoso ou a um louco! A prova irrefutável de sua legitimidade, ela a contém em si mesma: e nessa íntima força comprovadora, como bem diz o **Times**, deveria concentrar-se inteiramente a atenção pública. Entretanto, é justamente neste ponto que se inicia a manobra de dissuasão dos judeus.

Os "Protocolos" nos obrigam irresistivelmente a repetir estas perguntas: Possuem os judeus um sistema de domínio mundial organizado? Qual é sua política? Como a põem em prática?

Estas questões encontram resposta nos "Protocolos". Fosse quem fosse seu autor, é inegável que devia ter profundos conhecimentos de psicologia humana, de história e de alta política, conhecimentos que surpreendem e fazem recear pelos que alvejam. Nem um louco nem um criminoso podia ser o autor de semelhante programa; porém mais provavelmente o elaborou um homem de preclara inteligência, dominado por uma amor fanático pelo seu povo e pela sua fé, se essas múltiplas sentenças têm, de fato, um único autor. A obra reflete uma realidade demasiado terrível, para que possa ser ficção fantástica; suas idéias fundam-se demais em fatos, para serem meras lucubrações; e seu conhecimento é demasiado profundo, para que tenha surgido de uma ilusão.

Os ataques judeus derigidos contra ela baseiam-se especialmente no fato de que o livro provém da Rússia, o que não é exato: ele chegou até nós, passando pela Rússia. Os "Protocolos" faziam parte de uma obra editada em 1905 pelo catedrático russo Nilus, o qual tentou ampliá-los à luz dos acontecimentos que, naquele tempo, ocorriam na Rússia. Esta forma de publicação e estes comentários conferiram ao livro o caráter de russo, circunstância de que se aproveitaram habilmente os porta-vozes judeus na Inglaterra e na América, onde a antiga propaganda judaica nos países anglo-saxônicos conseguiu inculcar aos nossos povos uma idéia muito particular de tudo o que concerne à Rússia e aos seus habitantes. Um dos mais grosseiros enganos com que se falseou a opinião pública mundial é o que os agentes judeus disseram e escreveram sobre o caráter do verdadeiro povo russo. A insinuação de que os "Protocolos" sejam de origem russa não tem outro objeto senão torná-los inverossímeis.

A estrutura interna dos "Protocolos" evidencia que não foram escritos por um russo nem redigidos em língua russa ou sob a influência de acontecimentos russos, mas apenas que foram divulgados em primeiro lugar na Rússia. Em forma de manuscritos, são conhecidos pelos diplomatas do mundo inteiro. E em toda parte onde os judeus gozavam da necessária influência, foram suprimidos até pelos meios mais violentos.

Todavia uma larga experiência concita a refletir. Os órgãos judeus explicam os "Protocolos", afirmando que estes servem para excitar o anti-semitismo e que são conservados para este fim. Entretanto, sabemos agora que, nos Estados Unidos, não existia um anti-semitismo tão dilatado e tão profundo, que se pudesse ampliar e aprofundar com os "Protocolos", cuja divulgação na América só se pode explicar pelo fato de que lançam uma viva luz sobre acontecimentos já ocorridos, aos quais conferem maior significação; por sua vez, estes acontecimentos são tão notáveis e característicos, que acrescem nova importância a esses documentos não documentados. As mentiras infunda-

das não soem ter tão longa vida. Os "Protocolos" penetraram agora em lugares muito mais elevados do que nunca e finalmente muitos pontos de vista se precisaram ante a sua significação.

Os "Protocolos" não seriam mais valiosos nem mais interessantes se tivessem a assinatura de Teodoro Herlz. Sua clandestinidade anônima não lhes diminui o valor, como a falta de uma rubrica poderia desvalorizar uma obra artística de reconhecido mérito. Mais vale que a fonte donde provêm se conserve ignorada. Embora soubéssemos exatamente que, pelo ano de 1896, um grupo de judeus internacionais, reunidos em conferência na França ou na Suíça, houvesse estipulado um programa de domínio mundial, seria fácil demonstrar que tal programa não passa de mera fantasia, a não ser que fosse cimentado e apoiado por consideráveis esforços no sentido de realizá-lo. Não se pode duvidar de que os "Protocolos" sejam um programa mundial. O próprio manuscrito denuncia sua procedência. Mas qual seria, afinal, a confirmação mais valiosa para sua manifestação: uma, seis ou vinte firmas rubricadas ou uma sucessão, continuada durante vinte e sete anos, de esforços extraordinários para sua realização?

De primordial importância para nós não é que um criminoso ou um louco tenha elaborado este programa e sim que este encontre os meios apropriados para se realizar, pelo menos nos pontos essenciais.

O documento propriamente dito tem uma significação relativamente pequena; em compensação, a situação geral e as circunstâncias sobre as quais a atenção mundial são no seu todo e nas suas conseqüências da mais alta importância para o mundo civilizado.

IX

Fundamentos históricos da aspiração judaica à hegemonia universal

"Somos uma nação, um povo... Quando nós, os judeus, tivermos de descer, seremos proletários subversivos, os oficiais inferiores dos partidos revolucionários. Se nos elevarmos, subirá conosco o imarcescível poder do dinheiro judeu..."

Teodoro Herzl, *Um Estado Judeu*, págs. 5-23

Quando se iniciou a publicação dos presentes artigos, quebrou-se o encanto que, até então, rodeava, neste país, a questão judaica e a do programa de luta pela hegemonia mundial. Agora já é possível, nas discussões sérias, pronunciar a palavra "judeu", sem medo ou restrição de espécie alguma. Isto parecia ser privilégio exclusivo dos publicistas judeus, que, naturalmente, só usavam este termo para fins de propaganda filosemita habilmente calculada. Assim conseguiram, sem dificuldade, eliminar das obras de Shakespeare, adotadas nas escolas públicas, certos trechos que desgostam os judeus. Assim também exigiram que se retirasse da Biblioteca de Boston um magnífico quadro de Sergent, porque representa uma sinagoga em ruínas. Porém, quando, entre os não-judeus, se adverte o mínimo indício de que o não-judeu percebeu a existência do israelita, levanta-se, imediata e clamorosamente, a censura ao preconceito.

Uma das conseqüências deste estado de coisas foi proibir uma livre discussão que encontra raro paralelo na história do nosso país. Em certo banquete proferiu-se a palavra "judeu", em relação aos hábitos comerciais de certos banqueiros israelitas. Outro comensal judeu perguntou imediatamente ao orador se lhe parecia muito americano estigmatizar de tal maneira outra raça. O interpelado replicou secamente: "Sim, senhor", colhendo assim o aplauso unânime dos presentes. Naquele Estado da União, a liberdade dos comerciantes fora realmente coartada por essa lei não escrita, segundo a qual os judeus nunca devem revelar-se como tais.

Ninguém poderia predizer, há um ano, que um grande jornal como a **Chicago Tribune** consideraria boa política publicar, em primeira página e na primeira coluna, um artigo de fundo, autorizado pela firma editora, o qual tratava do programa judaico de hegemonia mundial e em cujo título aparecia, em grandes caracteres, a palavra "judeu", que se repetia, sem eufemismos, no resto do texto. Geralmente costumava-se proceder como certo periódico do leste americano que, ao tratar do mesmo assunto, toda vez que se lhe deparava o conceito "judeu internacional", o substituía conseqüentemente por "financeiro".

A **Chicago Tribune** publicou, pois, com a data de 19 de junho de 1920, em primeira página e na primeira coluna, uma crônica telegráfica do seu correspondente especial, John Clayton, sob o título: "Trotzky leva os radicais judeus ao poder mundial. O bolchevismo é o único meio para os seus fins", cujo primeiro parágrafo era o seguinte: "Durante os últimos dois anos, os oficiais do serviço de informações e os membros dos diferentes serviços secretos dos Aliados colheram dados sobre um movimento revolucionário mundial, independente do bolchevismo. A princípio, as notícias confundiram estas idéias, mas ultimamente se vão desenleando os múltiplos fios dessa trama misteriosa".

Conforme dissemos em outro lugar, nosso serviço de informações também pertence a essa organização; portanto, é de supor que, graças às influências judaicas sobre o nosso governo, estes assuntos não serão investigados com o mesmo zelo e persistência que se usariam em outros casos.

Sabemos, todavia, de fonte judaica, para não citar outras, que o nosso Ministério de Graça e Justiça se preocupou vivamente, por certo tempo, com tais assuntos e até chegou a iniciar investigações.

O ponto mais importante da informação acima transcrita é que, durante dois anos, vários altos burocratas da Europa se interessaram por esta questão; isto não deve ser esquecido pelos que dizem incessantemente que todo este assunto se originou de intrigas alemãs. À primeira manifestação da questão judaica na América, os judeus objetaram imediatamente que se tratava de um artigo de importação alemã e que a onda de anti-semitismo que então inundava a Alemanha, para poupar ao país as excessivas influências revolucionárias judias, era apenas um ardil alemão, para lançar aos judeus a culpa da derrota.

Agora os rabinos americanos proclamam que toda guerra sempre é seguida de ataques aos judeus. É uma verdade e um fato inegável que cada nova gurerra abre os olhos aos povos sobre o que concerne à paz e à guerra e é lícito supor que este fato merece uma explicação mais séria do que a de simples preconceitos. Demais, como demonstra o citado artigo da **Chicago Tribune**, confirmado por todas as observações imparciais, a questão judaica não está atualmente circunscrita à Alemanha, onde nem se apresenta com caracteres alarmantes, mas, pelo contrário, são justamente os serviços secretos dos Aliados os que se mostram mais ativos neste assunto.

O segundo parágrafo do artigo estabelece uma distinção entre o bolchevismo e a aspiração judaica à hegemonia universal, dizendo que aquele aspira à subversão da sociedade existente e à confraternização universal dos trabalhadores manuais, como senhores do mundo. O segundo movimento deseja a hegemonia mundial de uma raça. Segundo o que puderam averiguar os agentes dos governos inglês, francês e americano, os chefes deste movimento são judeus radicais.

Constam ainda da referida crônica os seguintes fatos: "Nas fileiras do comunismo existe um grupo deste segundo partido, que, entretanto, não aderiu àquela ideologia. Para eles, o comunismo é uma questão secundária".

Isto lembra as palavras de Lord Eustace Percy, reproduzidas na revista canadense **Jewish Cronicle**: "Não porque importe ao judeu o lado positivo da ideologia radical nem porqüe o interesse particular de um nacionalismo ou de uma democracia não-judeus, mas pelo seu ódio inato a todo sistema de governo não-judeu".

"Os judeus saberão aproveitar, para os seus fins, a insurreição islamita, o ódio dos Impérios centrais contra a Inglaterra, as intenções do Japão na Índia e a rivalidade comercial entre a Grã-Bretanha e os Estados Unidos.

"Como tem de ser todo movimento revolucionário mundial, este é genuinamente antianglo-saxônico". "A organização da revolução mundial radical-judaica está, em cada país, quase concluída". "As tendências do partido judeu-radical não destacam nenhum fundo altruísta, mas aspiram exclusivamente à liberdade da sua raça".

Não se pode negar que estes fatos sejam um tanto inquietantes. Se fossem publicados por um folheto anônimo, todo leitor medianamente sério os desprezaria como absurdos, tão ingênuo é o cidadão comum, ante as influências ocultas que atuam na sua vida e lhe vão formando o destino. Porém, publicados num grande periódico, têm de ser encarados sob outros pontos de vista. A **Tribune** também não se contentou com esse único artigo. Em data de 21 de junho de 1920, apareceu outro artigo de fundo, intitulado "Cataclisma mundial". Saltava logo aos olhos que este segundo artigo tinha por fim desfazer possíveis equívocos originados pelo primeiro; nele se dizia que "a participação judia neste movimento aspira a uma hegemonia mundial de raças". Em continuação, acrescentava que, enquanto os judeus, de outros países, por motivos naturais, cooperavam talvez para este cataclisma mundial, os judeus da Inglaterra e dos Estados Unidos eram sãos legitimistas e representantes conservadores das tradições nacionais".

Coisa excelente, se fosse verdadeira. Porém, esta afirmação só seria justa para dez entre mil judeus, considerados individualmente, e é mais do que certo que não pode ser aplicada a todos os elementos internacionais que manejam os fios invisíveis de todos os governos e que, durante esses últimos seis anos trágicos, se ocuparam dos assuntos mundiais de forma tão inequívoca, que uma vez por todas tem de ser esclarecida. É fatal que os judeus ingleses e americanos tenham de atravessar uma época de desassossego que o mundo lhes pouparia de boa vontade, mas que parece inevitável, enquanto não se disser a verdade toda e, sobretudo, enquanto a grande massa dos judeus se não separar inteiramente dos elementos que, até agora, gozam da sua profunda veneração.

Vale a pena estudar o efeito causado pela publicação dessas aspirações de hegemonia mundial judaica em judeus e não-judeus. Os publicistas israelitas começaram por negar absolutamente esta aspiração; tudo era falso, tudo mentira, tudo inventado pelos inimigos dos judeus, para excitar ódios e morticínios. Porém, à medida que as provas se iam acumulando, modificavam o tom de suas defesas: "Admitindo que nisso houvesse alguma verdade, é de estranhar que os pobres judeus, oprimidos, quase desvairados pelos sofrimentos, acariciassem a idéia de derrotarem seus adversários, ocupando os postos do governo?"

Diante disso, é provável que o não-judeu respondesse: "Perfeitamente! Mas aqui se trata dos judeus russos, que nada nos importam. Os judeus americanos são inocentes e nunca conspiraram deste modo".

Mas, se penetrasse mais a fundo nessas coisas, teria de admitir que existe certo movimento revolucionário mundial, o qual já vai agitando nosso país e cujos espíritos condutores são judeus revolucionários. Chegando a este ponto, o não-judeu terá de escolher entre duas teorias: ou admitirá que todo este movimento, segundo a origem, agitação, forma de propaganda e tendências,

é na realidade judeu ou terá de concordar de que efetivamente se trata de um movimento mundial que só é judeu por circunstâncias acidentais. Todavia tanto em judeus como em não-judeus, a impressão final será de que existe alguma coisa correspondente às primitivas afirmações. Assim diz, por exemplo, o **Christian Science Monitor**, revista de cuja importância ninguém duvidará e que dedicou um artigo de fundo a este assunto: "Contudo, seria um erro fatal crer que o perigo judaico deixará de existir, se lhe dermos outro nome ou outra atmosfera". Também segundo um dos livros mais ilustres do Antigo Testamento, poderíamos denominá-lo "horror da noite", porque, ciente ou inconscientemente, o professor Nilus quis dizer o mesmo que o salmista entende por "poder do espiritualmente mau". Em outros termos, para todos os que compreenderem o sinal dos tempos, é fato inegável que existe uma organização secreta e internacionalmente política que opera incessantemente por meio de sua central psicológica, enquanto a humanidade, que deveria estar alerta, dir-se-ia mergulhada em profundo sono. O **Monitor** aconselha que se evitem os preconceitos, mas que não se desprezem as leis da lógica. Conselho excelente e que responde ao desejo de toda pessoa que se tenha proposto estudar imparcialmente este grave assunto.

Muitas vezes, porém, a dificuldade nasce do desprezo de fatos que não se querem discutir logicamente. Pode-se afirmar com certeza que, na maioria dos casos, existem, contra e apesar dos fatos, preconceitos não motivados. Dois deles, antes de tudo, devem ser evitados por quem quiser dedicar-se ao estudo desta questão. O primeiro consiste em crer que o programa judeu de domínio mundial, se de fato existe, seja de origem recente. Quando se fala deste programa, os não-judeus supõem que tenha sido divulgado na semana passada, no ano anterior ou, pelo menos, na nossa época. Se assim fosse, é obvio que o referido programa deveria ter um caráter completamente diverso do que tem. Existe, na verdade, um programa moderno, mas não tem nenhum ponto de contato, em volume ou em profundidade, com o antigo. As constituições completas de governos invisíveis não são o resultado de reuniões secretas; representam o trabalho espiritual acumulado e a quinta-essência de experiências seculares. Aliás, por mais propensa que seja a geração moderna para depreciar tais planos, resta o fato de que estes já existem há séculos em forma de antigo e secreto ideal de raça, razão poderosa para que a geração atual os encare com uma tolerância respeitosa e se empenhe em realizá-los. Nenhuma idéia tem mais profundas raízes na raça judia do que a de serem os judeus uma nação escolhida e que o seu porvir será mais próspero do que o passado. Grande parte da humanidade cristã reconhece esta tese, que pode ser exata, mas que, num universo moral, não se deveria exteriorizar com os sistemas que até agora foram empregados e se continuam a adotar.

Porém, citando a antiguidade da idéia do povo escolhido, só queremos facilitar o raciocínio de que seria natural que, entre os numerosos programas que se foram formando em torno desta idéia, para realizá-la praticamente, houvesse também um em cuja elaboração tivessem colaborado os mais preclaros talentos de Israel, com a melhor parte do seu coração e do seu cérebro e com o intuito de lhe assegurar um êxito completo. Muitos sábios que penetraram profundamente as relações secretas do mundo crêem na existência deste plano e muitas personalidades de indubitável saber estão convencidas de que o dito plano tem sido ensaiado sob diversas formas, num ou noutro cenário nacional, antes da função definitiva que deve ter por teatro o mundo. É provável

que tenhamos de nos ocupar aqui de um assunto pelo qual, originariamente, os judeus atuais e até os mais notáveis internacionalistas não são responsáveis. Talvez faça parte da sua antiga herança mosaica. Se se tratasse de uma criação moderna, pode-se calcular que desapareceria com a mesma presteza com que surgiu.

Outro preconceito que se deve evitar é supor que todo judeu com que topamos esteja a par da existência desse programa. A idéia principal do triunfo definitivo de Israel é familiar aos judeus que não perderam o contato com seu povo, mas, separadamente, eles ignoram os planos elaborados para a consecução desse triunfo. O judeu vulgar só entra nas combinações do grupo secreto em casos deveras excepcionais. Compreende-se, em troca, que a realização do triunfo final dos judeus não pode contrariar nenhum deles e se os meios empregados forem um tanto violentos, cada judeu verá nessa circunstância apenas uma compensação insuficiente dos sofrimentos, que, na opinião de todos os israelitas, o mundo não-judeu infligiu, durante séculos, aos filhos de David.

Eliminados estes preconceitos, chega-se à conclusão inevitável de que, se hoje existe, o programa judaico de hegemonia mundial necessariamente tem de ser conhecido e apoiado por um determinado grupo de indivíduos que devem ter um chefe oficial. Chegados a esta conclusão, os investigadores não conseguirão adiantar-se mais em nenhum ponto. A idéia de um soberano judeu afigura-se demasiado extravagante a quem não estiver em constante contato com a questão primordial. Todavia não existe raça alguma que suporte a autocracia mais voluntariamente do que a raça judia, que deseje e respeite mais do que esta o poder. Só a sua compreensão do que este vale pode explicar o raro desenvolvimento das manifestações judaicas. O judeu é um caçador de fortunas, principalmente porque, até este momento, só o dinheiro lhe tem proporcionado os meios de conquistar certo poderio. Relativamente diminuto é o número de judeus que alcançaram, por outros meios, certa preponderância. Não expomos aqui uma tese anti-semita; um célebre médico judeu inglês já se manifestou do mesmo modo, dizendo: "Os outros meios de obter prerrogativas sociais lhe são vedados. E, como sabem que a riqueza lhes assegura títulos, estima e influência, é justo que os censuremos, se se esforçam por enriquecer, a fim de comprarem uma posição social e até a sociedade inteira que tão iniquamente se curva ante o Bezerro de Ouro?"

O judeu não se opõe aos reis propriamente ditos e sim às formas de governo que não admitem um rei judeu. O futuro autocrata será um rei judeu, sentado no trono de David; neste ponto coincidem todas as profecias antigas e o programa de hegemonia mundial.

Agora: existe atualmente, no mundo, este rei? E, em caso contrário, existirão pessoas que o possam eleger? Já antes da era cristã, deixou de existir um rei dos judeus, mas, desde o século XI, os "príncipes do desterro" consideravam-se soberanos dos judeus dispersos pelo mundo. Estes príncipes chamaram-se e ainda hoje se denominam"exilarcas". Do seu séquito faziam parte os sábios de Israel que formavam a corte e deram leis ao seu povo.

Segundo as circunstâncias e as necessidades da época, residiam esses príncipes em países cristãos ou muçulmanos. Se este cargo se extinguiu com o último exilarca conhecido ou se desapareceu simplesmente da superfície histórica, se continua a existir sob outra forma ou se foi totalmente suprimido, são outras tantas interrogações abertas. Entretanto, é em geral conhecida a

existência de magistrados para a justiça judaica universal. Sabe-se também que existem organizações mundiais, isto é, organizações fundadas sobre a comunidade sumamente firme do povo hebreu, como é notório que, no mundo inteiro, se nota absoluta uniformidade em certas manifestações do seu caráter geral. Na situação ou na ideologia do judeu moderno não há nada que se oponha à suposição da existência de um exilarca judeu da atualidade, mas, muito ao contrário, esta idéia deve ser para os israelitas um precioso consolo.

A este respeito diz a Enciclopéia Judaica: É estranho que os exilarcas ainda sejam mencionados no cerimonial dos sábados do ritual asquenásio (oriental)... Os judeus do ritual sefardita (ocidental) não conservaram esta instituição caduca, que também não aparece na maioria das sinagogas reformadas do século XIX".

Existirá, hoje, um Sinhedrim judaico, isto é, uma corporação governativa ou consultiva, composta de judeus e que exerça poder supremo sobre os membros do seu povo dispersos no mundo inteiro? O antigo Sinhedrim era uma instituição muito interessante. Sua origem, a forma de sua constituição são obscuras. Compunha-se de setenta e um membros, inclusive o presidente, e desempenhava as funções de senado político. Não se sabe de que fonte recebeu o Sinhedrim a autoridade de governar; nunca foi uma corporação eletiva nem democrática e nunca ostentou a caráter de representar quem quer que fosse. Não aceitava responsabilidades perante seu povo e, em todos esses particulares, era genuinamente judeu. Nomeava-o o rei ou o sacerdote, não com o fim de representar os interesses populares, mas para auxiliar o soberano na administração. Reunia-se por convocação especial ou permanentemente, nomeando de contínuo os seus membros. Supõe-se que sua constituição tenha obedecido ao sistema pelo qual uma aristocracia, a despeito do desenvolvimento político do seu povo, costuma conservar-se no poder. A Enciclopédia Judaica explica: "Completamente aristocrático no seu caráter, o Sinhedrim arrogou-se provavelmente a autoridade que exercia, visto que se compunha dos membros das famílias mais influentes da aristocracia e do clero".

Esta corporação era secundada por outra semelhante, que administrava os interesses religiosos do povo. Pelo que parece, seus membros eram recrutados nas classes mais chegadas à massa popular.

O Sinhedrim exercia sua autoridade não só sobre os judeus residentes na Palestina, como sobre os que vivem espalhados por toda a terra. Como senado com poderes políticos, deixou de existir com a queda do Estado judeu, no ano 70 da era cristã, mas não faltam indícios de sua subsistência, como corporação consultiva, até o século IV da nossa era.

Em 1806, reuniu-se, por ordem de Napoleão, uma assembléia de notáveis judeus franceses, a fim de responder a diversas perguntas referentes ao judaísmo. Esta assembléia convocou, por seu turno, o Sinhedrim, para obter o beneplácito da comunidade judaica mundial às respostas dadas a Napoleão. Este Sinhedrim reuniu-se a 8 de fevereiro de 1807, em Paris e, segundo as normas antigas, compunha-se de judeus residentes em toda a Europa, a fim de dar a máxima autoridade e o peso do judaísmo mundial à convenção que eventualmente estabeleceriam com o Imperador.

Publicadas suas resoluções, declarou o Sinhedrim de 1807 que se identificava absolutamente com o Sinhedrim antigo, e que era uma assembléia legal, investida do poder necessário para decretar ordens favoráveis ao bem-estar do povo de Israel.

A importância desses fatos consiste em que tudo o que fizeram os chefes atuais do judaísmo, para conservar a política e a constituição de Israel, não representa nada de novo nem pontos de vista contemporâneos e também não prova a existência de um plano moderno. Dada a estreita união do povo judeu, seria perfeitamente natural que ainda existisse o antigo Sinhedrim. Esta corporação tinha, ao que parece, uma hierarquia suprema composta de dez membros, que se distinguiam especialmente dos demais e não seria de estranhar que hoje os chefes do judaísmo se agrupassem em juntas separadas, segundo os países de residência e os fins especiais de cada grupo.

Anualmente se reúnem os judeus mais influentes de todos os países em assembléia universal. As convocações acusam um poder autoritário próprio, sem nenhuma circunspeção. Juízes da mais alta categoria dos Supremos Tribunais das diferentes nações, financistas internacionais, oradores judeus do liberalismo, ouvidos e estimados também pelos elementos não-judeus, estrategistas políticos de todos os partidos de mundo, reúnem-se em qualquer parte e do tema das suas discussões só publicam o que lhes parece conveniente. Não se deve supor que todos os participantes dessas assembléias sejam igualmente membros do grupo central mais secreto. A lista desses delegados contém dezenas de nomes que ninguém confundiria com os de Lord Reading (Issac) e do juiz Brandeis. Se o moderno Sinhedrim se reúne — o que seria a coisa mais natural — só faz dentro do círculo mais estreito de pessoas que gozem igualmente da aprovação da aristocracia judaica financeira, intelectual e política.

O mecanismo de um supergoverno mundial judaico existe e está pronto para funcionar. Todo judeu está convencido de que possui a melhor das religiões, a melhor moral, as melhores normas sociais, o melhor método da educação e o melhor ideal de governo. Quando quer fazer alguma coisa para favorecer o bem-estar ou realizar algum programa concernente ao resto da humanidade, não tem necessidade de escolher o meio mais apropriado.

Deste antigo mecanismo, de que o judeu se serve em todas as suas manifestações, só são visíveis algumas peças. Realizam-se reuniões parciais dos chefes mais importantes no terreno das finanças, da política e da inteligência. Às vezes estas reuniões tornam-se conhecidas. Em outras ocasiões, se realizam em qualquer capital do mundo e sem se lhes publicar o objeto; os delegados marcam um encontro numa povoação insignificante, discutem e tornam a partir.

Resta ainda averiguar se existe um soberano universalmente reconhecido. Porém, de nenhum modo se poderá duvidar da existência de uma política que se poderá denominar de "assuntos exteriores", isto é, de certos pontos de vista e de um plano de ação relativo à humanidade não-judia. O judeu tem sempre a sensação de viver num mundo de inimigos, mas, ao mesmo tempo, também se considera membro de um povo, de um único povo. Portanto, diante do resto do mundo, deve seguir uma política exterior. Tem, necessariamente, de se ocupar dos assuntos universais, o que por outro lado só pode fazer, meditando o desenvolvimento ulterior dos mesmos, reflexão que o levará inevitavelmente a esforçar-se por influenciá-los em seu favor.

O governo judaico invisível, sua posição perante a humanidade não-judia e a política que seguirá no futuro não são, pois, tão absurdos como à primeira vista poderiam parecer. Pelo contrário, dada a posição extraordinária do judaísmo, tudo isso é absolutamente natural. A posição dos judeus no mundo não é, na verdade, tão cômoda, que lhes permita dormitar confiadamente, mas antes os impele a criar organizações de defesa contra possibilidades futuras

e um programa que encaminhe tais possibilidades num sentido favorável à sua raça. A suposição da existência de um Sinhedrim, isto é, de uma corporação mundial que compreenda os judeus mais influentes e o exilarca, ou seja, o chefe reconhecido pelo Sinhedrim como precursor do futuro autócrata mundial, e a suposição de um programa universal (todo governo o tem, para sua política exterior) nada têm de irracional nem de inverossímil. Tais instituições são o resultado lógico do conjunto dos fatos, mas também é natural que, individualmente, nem todos os judeus as conheçam, O Sinhedrim sempre foi e é ainda uma aristocracia. Quando certos rabinos declaram do púlpito que nada sabem de todas estas coisas, é possível que digam a verdade. No que os judeus se podem apoiar firmemente é na probabilidade de que cada um deles possua as qualidades necessárias para guiar sua raça pelos caminhos da influência e do poder. Ainda que a massa pouco saiba dos chefes judeus e do seu programa mundial, é certo que respeita e confia nas pessoas incumbidas de realizar praticamente este programa que se supõe existir.

A tese 24 do programa dos sábios de Sion diz a este respeito: "Vou agora tratar da forma e do modo como as raízes da casa de David têm de penetrar nas camadas mais profundas da terra. Esta dinastia conferiu, até esta data, aos nossos sábios, educadores e guias de todo saber humano o poder de dominar os assuntos do mundo inteiro".

E, dado que assim seja, isto significa que, se o soberano mundial ainda não existe, a dinastia, isto é, a estirpe de David confia aos sábios de Sion a tarefa de lhe preparar o advento. Diz-se ainda desses sábios que não só preparam o caminho aos futuros condutores do destino de Israel, como formam e influenciam o pensamento humano, para torná-lo favorável aos seus projetos.

Embora o programa propriamente dito se conserve obscuro, sua execução ou as conseqüências desta não se podem ocultar. Portanto, será fácil distinguir, no mundo exterior, os fios que, seguidos retrospectivamente até seu ponto de origem, revelariam um programa cujo conteúdo referente ao resto da humanidade, bom ou mau que nos pareça, deve ser conhecido tão amplamente quanto é possível.

X

Uma introdução aos "Protocolos" judeus ou dos sábios de Sion

Os que se preocupam da teoria da hegemonia mundial judaica sabem que a manifestação atual dessa hegemonia se encontra em 24 teses, conhecidas pelo nome de "Protocolos dos Sábios e Sion", as quais despertaram sobremaneira a atenção da Europa e, ainda há pouco tempo, motivaram forte movimento da opinião pública inglesa, ao passo que nos Estados Unidos foram apenas objeto de uma discussão muito limitada. São os mesmos documentos que, há um ano, originaram as investigações do Ministério de Graça e Justiça americano e que, na Inglaterra, foram publicados pela casa editora oficial, Eyre e Spottiswoode.

Ignora-se quem foi o primeiro que lhes acrescentou a denominação "dos Sábios de Sion". Sem lhes infligir mutilações importantes, poder-se-ia eliminar desses documentos tudo o que delata sua origem judaica e, ainda assim, teríamos os pontos principais de um programa de domínio universal que, até agora, o mundo não conhecia. Entretanto, a eliminação de toda advertência de origem judaica introduziria nos "Protocolos" uma série de contradições que não existem na sua forma atual. O supremo intuito que eles denotam consiste em solapar toda ordem humana, toda constituição de Estados, para erigir um novo poder, em forma de despotismo ilimitado.

Este plano não pode pertencer a uma classe reinante, já investida de plena autoridade e no exercício do poder; mais facilmente deveria provir de um grupo de anarquistas. Porém, estes não professam a monarquia como forma de governo do estado a que aspiram. Portanto, com mais razão, se poderia atribuir esta obra a uma comunidade semelhante à dos revolucionários franceses, que reconheciam como chefe o famoso duque d'Orleans. Estes revolucionários desapareceram, mas o programa compendiado nos "Protocolos" se vai realizando continuamente não só na França, como em toda a Europa, e especialmente nos Estados Unidos.

Na sua forma presente, que é, sem dúvida, a original, o documento não apresenta nenhuma contradição. A presunção da sua origem judaica se nos afigura essencial, para toda sua unidade interior. Se, efetivamente, estes "Protocolos" fossem uma falsificação, como pretendem seus contraditores judeus, é obvio que seus autores se teriam esforçado por lhes acentuar tanto cunho judaico, que, ao mesmo tempo, se descobriria a intenção anti-semita. Porém, cumpre notar que a palavra "judeu" só aparece duas vezes em toda a obra. Só depois de se ter penetrado profundamente na matéria, muito além da superficialidade com que um leitor vulgar costuma tratar tais leituras, pode-se descobrir o plano de instituição de uma soberania mundial e só então se compreende a que estirpe ela deve caber.

Em compensação, a totalidade da obra não deixa a mínima dúvida acerca do povo contra o qual se elaborou este plano diabólico. Nela não se negam os conceitos de aristocracia, de capital e de governo, mas existem minuciosas disposições sobre o modo de utilizá-los na execução definitiva. Todo o plano foi urdido em prejuízo do povo do mundo denominado vulgarmente "infiel". Esta repetida denominação de "infiéis" anula toda dúvida sobre o objeto de tais documentos. A maioria das suas perversas disposições liberais têm por fim conquistar as massas, como força auxiliar, para que aquelas, depois de sistematicamente corrompidas e desvairadas, se tornem instrumentos cegos dos seus corruptores.

Os movimentos populares de caráter "liberal" devem ser apoiados; todas as teorias dissolventes na religião, na economia, na política e na vida doméstica devem ser divulgadas e cultivadas, para abalar as comunidades humanas de tal modo que, quando se realizar o plano definitivo, os povos nem o perceberão e estarão já completamente subjugados, quando se evidenciar tudo o que há de ilusório em todas essas teorias.

A frase mais comum nestes documentos não é: "Nós, os judeus, faremos isto ou aquilo", e sim: "Os infiéis chegarão a pensar, isto ou aquilo". Salvo em muito poucos casos, nas últimas teses, a única distinção de raças se resume no termo "infiéis". Assim, por exemplo, a primeira tese diz: "A honradez e a lealdade, qualidades preciosas no indivíduo, são em política verdadeiros vícios, porque levam à ruína mais seguramente do que um inimigo. Estas qualidades caracterizam a política dos infiéis. Não nos devemos guiar por elas". "Sobre as ruínas da nobreza hereditária dos infiéis, erigimos a aristocracia das nossas classes intelectuais e especialmente a do dinheiro. Pusemos os fundamentos desta nova aristocracia sobre os alicerces da riqueza que está em nossas mãos e sobre os das ciências orientadas pelos nossos sábios". "Obteremos, pela violência, um aumento de salários e de pagas diárias que nenhum proveito trarão aos operários, porque, ao mesmo tempo, provocaremos uma alta dos preços de tudo o que é indispensável à vida, afirmando simultaneamente que esta alta provém da decadência da agricultura e da pecuária. Do mesmo modo solaparemos, artificial e profundamente, as raízes da produção industrial, inculcando aos trabalhadores idéias anarquistas e pervertendo-os pelo abuso do álcool. Tudo isto será acompanhado de medidas destinadas a degradar os infiéis".

Um falsificador com tendências anti-semitas poderia ter escrito estas coisas nos últimos cinco anos; mas, como prova a cópia depositada em 1906, no Museu Britânico, foram impressas há dezessete anos e muito tempo antes já circulavam na Rússia.

O texto citado prossegue: "Para que a verdadeira situação não seja percebida prematuramente pelos infiéis, nós a ocultaremos sob esforços aparentes em prol das classes proletárias, propagando grandes idéias sociais cujas teorias serão discutidas apaixonadamente".

Estes trechos são uma amostra do estilo dos "Protocolos", no que concerne aos partidos políticos. "Nós" significa sempre os autores do plano, ao passo que os "infiéis" são os povos de que o mesmo se ocupa. Observa-se isso com inexcedível clareza na tese 14, que diz: "Nesta diversidade do modo de sentir e de julgar que existe entre nós e os infiéis, evidencia-se claramente o cunho da nossa predestinação como povo eleito, como comunidade humana mais perfeita do que eles que só possuem um espírito instintivo e animal.

Observam-se, mas carecem de raciocínio; suas invenções são sempre objetos materiais. De tudo isso resulta incontestavelmente que a natureza nos predestinou, para dominar e dirigir o mundo".

Como se observa desde os tempos mais remotos e para definir distintamente os dois grandes setores em que se divide a humanidade, esclareçamos que todo não-judeu deve ser considerado infiel.

O emprego do termo "judeu" nos "Protocolos" pode caracterizar-se, citando alguns trechos do capítulo 8: "Enquanto não pudermos, sem perigo, entregar os postos do governo aos nossos irmãos judeus, confiá-los-emos a homens cujo passado e cujo caráter sejam tais, que ponham entre eles e o seu povo em verdadeiro abismo".

Este sistema de pôr em primeira linha uma "frente de infiéis", para mascarar o predomínio judaico, é amplamente observado no mundo financeiro. O incidente ocorrido na convenção de S. Francisco, quando o sobrenome judeu Brandeis foi indicado para a candidatura a presidente da República, evidencia os grandes progressos realizados, desde a data em que foram escritas as palavras acima citadas. Há razões para crer que a opinião pública se vá habituando cada vez mais a ver os mais altos cargos administrativos desempenhados por judeus. Na verdade, considerando a influência que já exercem, a ocupação oficial do posto de presidente não lhes faz falta para aumentar o seu poder, pois não há departamento oficial da presidência em que os judeus não cooperem e resolvam em segredo; só necessitam dela para favorecer certos fins que se desenvolvem paralelamente aos planos esboçados nos "Protocolos".

Outro ponto que detém a atenção do leitor meticuloso dessa obra é que nela não se nota o menor sinal de exortação. Os "Protocolos" não servem para nenhum fim de propaganda, nem se esforçam absolutamente por estimular o amor próprio e a energia do povo para o qual foram escritos. São frios como um expediente legislativo e sóbrios como um formulário estatístico. Nada de retórico nem de frases feitas, como por exemplo: "Irmãos, levantemo-nos!", nem de gritaria histérica tal como: "Abaixo os infiéis!". Se foram redigidos por judeus e confiados a judeus, ou se contêm princípios do programa mundial judaico, é certo que de nenhum modo eram destinados aos demagogos e sim a iniciados das mas elevadas categorias, cuidadosamente preparados.

Alguns defensores dos judeus argumentam: "Se esse programa existisse, é admissível que fosse divulgado?" Segundo todas as aparências, os "Protocolos" só foram comunicados verbalmente pelos seus autores. Na sua forma presente, são antes apontamentos, uns muito extensos outros abreviados, tomados por qualquer dos que assistiam à comunicação e, desde que se tornaram conhecidos, sempre se supôs que fossem resumos destinados e entregues a judeus interessados, domiciliados provavelmente na França ou na Suíça. A tentativa de lhes atribuir uma origem russa é contrariada não só pela sua ideologia, como pelas suas coincidências cronológicas e os seus detalhes gramaticais.

Acredita-se que, originariamente, estes "Protocolos" foram expostos sob forma de lições a um grupo de iniciados e salta aos olhos que o fim dessas lições não era impô-los como programa e sim fornecer explicações relativas a um plano que já está em execução. Nota-se, no texto, a ausência de toda exortação a conjurar esforços ou a emitir julgamentos; muito pelo contrário, são dispensados os juízos e as discussões: "Enquanto pregamos liberdade aos infiéis, obrigaremos nosso povo e nossos delegados à mais rigorosa obe-

diência." "O projeto de lei administrativa deve derivar de um único cérebro... por isso, se temos, de "tomar conhecimento" do plano de ação, é também nosso dever não discuti-lo a fim de lhe não destruir o caráter unitário. A obra inspirada pelo nosso chefe não deve, portanto, ser exposta à massa, que a despedaçaria, nem a um grupo ilimitado".

Considerando os "Protocolos" na sua forma aparente, nota-se logo que o programa neles esboçado não constituía nada de novo na época em que foi lido e nada serve de base à suposição de que tenham origem recente. Seu tom é mais o de um legado religioso, transmitido, de geração em geração, a pessoas dignas de confiança. Não se encontra neles nenhum vestígio de ideologias modernas nem entusiasmo juvenil, mas a tranqüila segurança de coisas amadurecidas e provadas pelo tempo, de uma política confirmada por longa experiência. Além disso, no primeiro "Protocolo", alude-se duas vezes a sua origem remota, dizendo: "Já em épocas distantes, fomos nós que primeiro deitamos às massas a falsa semente da "liberdade, igualdade e fraternidade". Desde então estas palavras foram repetidas uma infinidade de vezes pelos papagaios eleitorais que, de todos os lados, vieram agrupar-se em torno desse chamariz e com ele aniquilaram o bem-estar da humanidade e a verdadeira liberdade individual. Os infiéis, que se julgam inteligentes e racionais, não compreenderam o duplo sentido dessas palavras, não perceberam a mútua contradição que envolvem, não viram que na natureza não existe a igualdade!..."

A segunda referência à época de que datam os "Protocolos" encontra-se na seção 13: "Só compete tratar de assuntos políticos aos que, desde muitos séculos, prefixaram e guiaram nossa política".

Não é lícito supor que isso se refira a um secreto Sinhedrim judaico que, no âmbito de determinada hierarquia, se tenha perpetuado hereditariamente, de geração em geração?

Resumamos agora: os autores e chefes citados não podem pertencer a uma das castas dominantes da atualidade, porque todo conteúdo dos "Protocolos" se lhes mostra francamente hostil; não têm relação com nenhum grupo nacional-aristocrático, por exemplo os "junkers" prussianos (agrários feudais), porque o método indicado nos "Protocolos" o privaria absolutamente de toda a sua preponderância; portanto, esses documentos só se podem referir a um povo que careça de um governo propriamente dito, que tudo tem a ganhar e não se expõe a perder nada e que pode sustentar-se firmemente até num mundo em ruínas. A essas premissas responde "uma única raça".

Além disso, pelo tom dos "Protocolos", se compreende que o leitor ou redator deles não aspirava a honras pessoais; e uma das coisas notáveis desse documento é justamente a absoluta falta de toda ambição pessoal. Os planos, os fins, as esperanças convergem, na sua totalidade, para uma única meta: o futuro de Israel. Pelo que parece, este futuro só se poderá realizar mediante a destruição científica de certas idéias primordiais dos não-judeus. Os "Protocolos" nos dizem o que a este respeito já estava realizado na época em que foram redigidos, e o que ainda restava por fazer.

Nunca se conheceu nada de semelhante em profusão de detalhes, em amplíssima projeção e em profunda compreensão das fontes mais íntimas das ações humanas. Os autores dessa obra são realmente terríveis, pela sua maestria em penetrar os segredos da vida e, mais do que terríveis, a clara consciência da sua superioridade os torna temíveis. Os "Protocolos" mereciam, de fato, o juízo que deles fizeram recentemente certos publicistas judeus, isto é, de

que são obra de um demente inspirado, se o que se encontra esboçado nas diversas teses não tivesse perceptivelmente o cunho das grandes aspirações e dos fatos da nossa vida atual.

A crítica contida nesses documentos acerca dos não-judeus é justa. Não é possível contradizer nenhuma apreciação sobre a mentalidade e a volubilidade não-judias. Até os mais ilustres pensadores não-judeus se deixaram enganar, tomando por causas do progresso o que a própria mediocridade intelectual considerou meios perversos de uma propaganda enganadora.

É inegável que, de quando em quando, alguma voz autorizada se levantou para afirmar que essa ciência não era ciência, que as chamadas leis econômicas, tanto as dos conservadores como as dos radicais, nada têm a ver com as leis humanas e são apenas sutilezas artificiais.

Às vezes, algum observador escrupuloso reconheceu que o excesso atual de liberdade e de incontinências não corresponde realmente às necessidades íntimas dos povos que para ele foram sistematicamente impelidos por influências exteriores. Outros compreenderam também que mais da metade do que se costuma chamar opinião pública é, na realidade, assentimento comprado e mera ficção que nada tem de comum com a espiritualidade do povo.

Se deste modo e só raras vezes se desenredou algum fio (e as massas nunca o souberam), sempre faltou, porém, aos investigadores, a tenacidade em averiguar e a cooperação necessária para poder seguir estes fios até a sua verdadeira origem. A principal explicação da sensação causada pelos "Protocolos" em muitos estadistas governantes, nos primeiros decênios de sua publicação, é que eles revelam a fonte donde provém todo o engano e as mãos por que são manejados. Proporcionam, além disso, um fio condutor através do labirinto contemporâneo e já é tempo de os dar amplamente a conhecer aos povos. Não importa que se lhes conceda ou não força comprovadora acerca da questão judaica; o certo é que constituem texto insuperável, para aprender o modo de dirigir as massas como um rebanho de ovelhas, mediante influências que aquelas nem percebem. Pode-se sustentar, quase com absoluta certeza, que, quando as idéias fundamentais dos "Protocolos" forem conhecidas pelas classes populares, a crítica que até agora se exerceu sobre a mentalidade não-judia perderá sua validade.

Nos capítulos seguintes examinaremos detidamente os referidos documentos, respondendo às perguntas que, na base do seu texto, se poderiam originar. Mas, antes disso, impõe-se uma questão. É possível que o programa contido nos "Protocolos" chegue a realizar-se inteiramente?

Este programa "já está se realizando", com extraordinário êxito. Muitos dos seus itens mais importantes já se consolidam em fatos. Isso, entretanto, não nos preocupa, porque nossa arma mais certeira contra esse plano diabólico, tanto nas partes já realizadas como nas que ainda se mantém no domínio da teoria, é a mais plena e mais ampla publicidade. Conceda-se aos povos o direito de conhecer os "Protocolos". O método por eles recomendado consiste em excitar as massas, em alarmá-las e despertar-lhes paixões. O espírito que se lhes opõe pretende instruir as massas, porque a instrução afugenta os preconceitos. A consecução desse fim interessa igualmente judeus e não-judeus. Os escritores israelitas imaginam geralmente que os preconceitos existem só de um lado. Os "Protocolos" deveriam ser divulgados amplamente entre os próprios judeus, que assim evitariam incidentes capazes de lhes desacreditar o renome.

XI

Apreciação judaica da natureza humana do não-judeu

Para terminar este programa da nossa ação presente e futura, passarei a ler-vos os princípios das nossas teorias. — Tese 16.

Em tudo o que acabo de dizer, esforcei-me por indicar conscienciosamente o segredo de acontecimentos passados e vindouros, bem como os fatos mais importantes do porvir mais chegado, ao qual nos vamos aproximando no meio de grandes crises, antecipando-vos princípios ocultos das nossas futuras relações com os infiéis e das nossas operações financeiras. — Tese 22.

Os "Protocolos", que a si mesmos se denominam "esboço do programa judaico mundial", se dividem em quatro partes principais. Estas distinguem-se menos pela subdivisão exterior dos documentos do que pela estrutura da ideologia. Existe, além dessas, uma quinta parte cujo tema compreende a totalidade da obra, porque todas as teses o contém e só de vez em quando assume forma especial. As quatro partes principais assemelham-se a robustos troncos, donde se desprendem numerosos ramos. Nelas se analisa primeiramente a apreciação judaica da natureza humana, como essência pura de todo ser humano. Um plano como o que abrangem os Protocolos jamais seria concebido por uma mentalidade que não baseasse, desde o princípio, a verossimilhança da sua baixeza da natureza humana, termos com que se define em todas essas teses o caráter não-judeu.

Em segundo lugar, pormenoriza-se tudo o que se faz para a execução do plano.

No terceiro grupo de idéias aparece uma instrução completa dos métodos a empregar para realizar o programa e pouco adiante, embora em outra parte não sejam especialmente mencionados, estes métodos delatarão todo o profundo desdém pela natureza humana, que serve de base ao plano.

Em quarto lugar, os "Protocolos" enumeram, um por um, os principais resultados já conseguidos na época em que tais documentos foram escritos. Outros propósitos que, naquele tempo, eram apenas uma aspiração já se devem ter transformado em fatos, pois é preciso não esquecer que, em 1905 até os nossos dias, decorreu tempo suficiente para experimentar múltiplas influências e alcançar muitos fins. Como prova o segundo parágrafo do lema anteposto ao presente capítulo, a autor do documento previa acertadamente vários acontecimentos a se desenvolverem no meio de grandes crises, previsão que se comprova em outras fontes judaicas, à margem dos "Protocolos".

Se nosso livro tivesse de se desenvolver em forma de investigação processual da questão judaica, o presente capítulo deveria captar a benevolência

do leitor, enumerando primeiramente uma série de fatos que, por si sós, pudessem corroborar as nossas afirmações.

Todavia, no próprio interesse do leitor, especialmente do não-judeu, que instintivamente se opõe à existência das apreciações judaica sobre a natureza humana, começamos expondo justamente tais apreciações. Conhecemos de muitas outras fontes o juízo que o judeu forma da natureza dos homens, juízo que coincide perfeitamente com o que está consignado nos "Protocolos"; entretanto, sempre foi uma auto-sugestão dos não-judeus supor que a vida humana se baseie só na dignidade e na nobreza. Considerando esta questão sob todos os pontos de vista, não se pode duvidar de que a apreciação judaica é a mais justa e que o profundo desprezo que se desprende dos "Protocolos", se bem que muito amargo à vaidade e ao orgulho humanos, é justificado.

Examinando os trechos em que se reflete esta apreciação, encontra-se uma motivação filosófica quase completa do raciocínio e das qualidades humanas. Diz, por exemplo, a primeira tese: "É preciso saber que existe um número maior de pessoas de maus instintos do que almas bem formadas. Portanto, os melhores resultados não se obtêm tratando-as com argumentações acadêmicas, mas dominando-as com o terror e a violência". "Cada qual aspira ao poder e, podendo, não hesitará em se fazer ditador. Bem poucos são os que, só para conseguir os seus fins, não sacrificariam os demais, sem vacilar. Os homens em conjunto ou, em outros termos, as massas populares se deixam guiar por paixões pueris, por opiniões, costumes, tradições e impulsos instintivos e tendem para as dissidências de partidos, detalhe que é a negação absoluta de todo sentido social, ainda que tais dissidências se baseiem em fundamentos absolutamente racionais. Todas resolução das massas depende de uma maioria casuística ou dirigida que, pela sua ignorância das energias mais profundas e ocultas da vida política, não as leva senão a determinações estúpidas que, por sua vez, têm como resultado a anarquia e o caos. Quando se projeta um plano de ação racional, cumpre contar com a vileza, com a versatilidade e com a volubilidade das massas, não esquecer que sua força é cega, irracional e perversa, sempre disposta a escutar ora à direta ora à esquerda. Não nos custou triunfar, porque nas nossas relações com as massas, que nos são indispensáveis, sempre tangemos as cordas mais sensíveis da alma humana, isto é, fizemos vibrar o egoísmo, a cobiça e as paixões sempre insaciáveis dos homens. Cada uma dessas fraquezas humanas, tomada separadamente, basta para anular todo impulso de nobreza e para pôr a vontade de povo à mercê dos que melhor lhe saibam captar as energias".

Na quinta tese, formula-se nos seguintes termos uma observação exata da natureza humana: "Em todos os tempos, os povos como os indivíduos tomaram as palavras por fatos e contentaram-se com promessas, sem indagar se estas seriam cumpridas ulteriormente. Por essa razão, iremos organizando instituições fictícias que desdobrarão ostentosamente seu 'amor ao progresso'. Na tese 11 encontramos: "Não se preocuparão com nada, se prometermos devolver-lhes todas as liberdades perdidas, logo que os inimigos da paz sejam derrotados e todos os partidos estejam em paz. Será necessário dizer-lhes que terão de esperar uma eternidade? Para que teríamos planejado todo este programa, inculcando suas idéias nos cérebros dos não-judeus (sem lhes deixar perceber o reverso) senão para conseguir pelo cálculo e pelo azar o que a nossa raça dispersa jamais conseguiria em linha reta?"

Observe-se também, mais adiante, a sutilíssima apreciação dos membros das associações secretas. O juízo que deles fazem os "Protocolos" servirá para demonstrar a facilidade com que essas organizações secretas se podem utilizar para fins judaicos: "Em regra geral, entram mais facilmente nas associações secretas os ambiciosos, os que desejam fazer carreira; numa palavra: os indivíduos sem caráter; por seu intermédio, nós guiaremos, sem dificuldade, nosso projetado mecanismo governamental". (Omitimos aqui os juízos restantes, porque se referem a uma associação secreta muito importante, cuja inclusão neste artigo poderia causar equívocos; reservamo-la, pois, para uma observação pormenorizada, em outro capítulo). Todavia, para os membros de tais organizações, será, sem dúvida, particularmente interessante saber como são julgados pelos "Protocolos", a fim de comparar estas apreciações com as realidades da sua vida de associados. "Esses infelizes", prosseguem os "Protocolos", "entram nas lojas por curiosidade e com a esperança de progredir socialmente. E nós lhes proporcionamos esse êxito, acariciando-lhes a presunção, para que aceitem inconscientemente nossas sugestões. Mal podeis imaginar o grau de inconsciência a que chegam os infiéis, até os mais ilustres, sob os efeitos da sugestão, a facilidade com que os desanimamos com a mínima contrariedade — por exemplo: com a falta do aplauso habitual — o extremo de baixeza a que se aviltam, para recobrá-lo. Os infiéis são tão prontos em sacrificar seus ideais aos triunfos exteriores, como os nossos homens em desprezar esses triunfos, com o único fim de realizar os nossos planos. Estas noções psicológicas facilitam-nos a tarefa de dominar os infiéis".

Estes são alguns dos trechos em que se expõe a apreciação do caráter humano, ou antes não-judeu; mas, embora não fosse enunciada com tanta clareza, poder-se-ia deduzir facilmente de vários exemplos contidos no programa com que se pretende quebrar a unidade e a energia dos não-judeus.

Este procedimento é o da decomposição. Divida-se um povo em partidos políticos, em confissões ou seitas religiosas, com os ideais mais sedutores e fantásticos, e conseguir-se-ão dois fins; sempre se encontrará um grupo disposto a acolher uma idéia lançada ao acaso e os diferentes grupos se hostilizarão. Não se deve lançar uma só idéia e sim muitas e que entre si não apresentem um único ponto de contato. O verdadeiro fim não é fazer que os homens concentrem seu espírito numa coisa, mas conseguir que se ocupem dos mais variados assuntos, sob os mais diversos pontos de vista, de modo que não possa haver paz nem concórdia entre eles. Resultará de tal sistema uma discórdia geral e violentas perturbações, que são, por fim de contas, o efeito desejado.

Quebrada, desse modo, a solidariedade da sociedade não-judia (esta denominação é perfeitamente justa, visto que a sociedade humana é, na sua maior parte, não-judia) pode a cunha firme de outra idéia, inatingível pela perturbação geral, adiantar-se até a sede do poder. Todos sabem que um grupo disciplinado de vinte soldados ou policiais consegue impor-se a uma multidão desordenada de milhares de pessoas. Da mesma forma, a minoria iniciada neste plano poderá dominar facilmente uma nação, um mundo inteiro decomposto em mil partículas contrárias, visto que esta minoria será muito mais forte do que cada uma dessas partes. "Divide et impera" é o lema dos "Protocolos".

A decomposição da sociedade humana baseada na apreciação do ser humano documentada nesta obra será facílima, desde que sua característica é tomar palavras por fatos. Disto ninguém duvidará se observar a extensa

série espiritual de sonhos, de idéias e de teorias que, em todos os tempos, comoveu a humanidade. Quanto mais fantásticas e atraentes forem as teorias, tanto maior será sua aceitação e tanto mais numerosos os partidários. Na verdade, como dizem os "Protocolos", os homens não se preocupam com a origem e as conseqüências das teorias que adotam. O espírito tende sempre para tomar a aparência de toda nova teoria pela sua essência. Por essa razão, a experiência baseada no experimento prático, diante de uma teoria, sempre assumiu o aspecto de um novo descobrimento.

Uma após outra, as teorias foram lançadas às massas e por fim cada uma delas se revelava praticamente impossível e era abandonada. Mas o efeito foi sempre o que se desejava, segundo o programa, de modo que o abandono de cada uma delas quebrantava cada vez mais a sociedade, deixando-a mais fraca ante os seus adversários e mais desconfiada de seus verdadeiros defensores. Infalivelmente toda comunidade torna-se vítima do que lhe promete a felicidade a que aspira e, ao ver desmoronar o castelo de cartas, fica mais débil que nunca. Não existe então uma verdadeira opinião pública. Por toda parte há desconfiança e dissensões. Mas, no meio desse enredo, poder-se-á observar, embora seja pouco visível, um determinado grupo que não se envolve nessas dissidências, mas que, pelo contrário, resguardado por toda essa confusão, consegue tudo o que lhe apraz.

Deduz-se dos "Protocolos" que a maioria das teorias dissolventes postas em circulação é de origem judaica e que o único grupo humano indissolúvel que sabe aonde vai e segue o seu caminho, sem se importar com a sorte da humanidade, é o grupo judeu.

A teoria mais desastrosa é a que põe em íntimo contato e harmonia as idéias modernas com as catástrofes que delas resultam e das quais se diz que "são tudo sinais de progresso". Se, de fato, o fossem, este progresso nos levaria ao abismo. Ninguém poderá considerar um verdadeiro progresso o fato de que, onde os nossos antepassados usavam moinhos hidráulicos ou de vento, empregamos nós motores elétricos. Indício de real progresso seria a resposta a estas perguntas: Que influência exercem estas máquinas sobre nós? Seria a sociedade da época do moinho de vento melhor ou pior do que a atual? Teve costumes e moral mais uniformes? Respeitava mais a lei e formava mais caracteres elevados?

A moderna teoria, segundo a qual de todas essas inquietações, modificações e mudanças de valores se deve desenvolver uma humanidade mais perfeita, não se baseia em nenhum fato visível. O fim aparente de tal teoria consiste em querer dar a alguma coisa inegavelmente má um caráter de bondade. As teorias que originam a decomposição e a que, por seu turno, a declara boa e útil nascem na mesma fonte. Toda nossa ciência nacional-econômica, tanto conservadora como radical, tanto a de base capitalista como a anarquista, é de origem judia. Esta afirmação também encontra nos "Protocolos" sua comprovação na prática dos fatos.

E tudo isso consegue-se com palavras e não "com fatos". Os mercadores do palavreado mundial, os que, com seu procedimento perante o mundo e fora da comunidade do seu povo, sabem impingir palavras por fatos são indubitavelmente esse grupo de judeus, os internacionais, de que se ocupa o presente livro e cujo conhecimento do mundo e cujos métodos estão compendiados nos "Protocolos dos Sábios de Sion".

Os trechos seguintes servirão de exemplo. Diz a primeira tese: "A liberdade política é uma idéia e não um fato. É preciso sabê-la empregar sempre que se tenha necessidade de um engodo eficaz, para conseguir o apoio do povo para o próprio partido, quando este empreender a tarefa de expulsar do poder outra agremiação política. Esta tarefa torna-se muito mais fácil quando o adversário estiver contagiado pelo vírus da 'liberdade', isto é, do chamado 'liberalismo', em prol de cujas idéias não hesita em renunciar voluntariamente a uma parte do seu poder".

Lê-se na quinta tese: "Para dominar a opinião pública, cumpre, antes de tudo, confundi-la com a discussão de muitas idéias antagônicas e debatidas sob os pontos de vista mais contrários, para que os infiéis se percam no labirinto e cheguem finalmente à conclusão de que é preferível não ter opinião política, porque a compreensão dos assuntos políticos não é dada às massas e sim exclusivamente ao soberano que as rege. Este é o primeiro segredo. O segundo consiste em aumentar e redobrar os desenganos dos homens, no que se refere aos costumes, às afeições e ao modo de viver, até um ponto em que já não encontrem um esteio firme no caos e percam a faculdade de se compreenderem mutuamente. Esta previdência nos servirá para criar dissenções em todos os partidos, para dissolver toda unidade de energias que se nos possa opor a fim de paralisar toda iniciativa pessoal que de qualquer modo, se nos atravesse no caminho".

Outro trecho dos "Protocolos", o de número 13, acrescenta: "... e nós buscamos o aplauso, não tanto para as nossas ações, como para as palavras que formularmos, num ou noutro debate. Sempre declaramos abertamente que, em tudo o que fazemos, só nos guiam a esperança e a convicção de servir ao bem público. Para conseguir em particular que as pessoas mais especialmente ativas se ocupem de assuntos políticos, levantaremos novos problemas que, aparentemente, se liguem ao bem público; por exemplo: problemas econômicos. E nestes enredem-se elas quanto lhes aprouver! Sob esta condição, lhes sugeriremos a idéia de que estas novas questões têm também significação política". Praza aos céus que, ao passar os olhos nestes particulares, o leitor procure recordar fatos passados e presentes, para ver se neles encontra alguma coisa que corresponda ao seu próprio desenvolvimento intelectual ou real... "Para impedir que os infiéis sigam logicamente uma idéia até o fim, lhes desviaremos a atenção para as diversões, os jogos, os desportos, o luxo e as casas públicas. Estes prazeres lhe impedirão que se ocupem de questões sérias, pelas quais, em outro caso, lutariam conosco. Ao passo que se forem perdendo o hábito de discorrer por conta própria, os homens se nos irão entregando cada vez mais, porque só nós seremos capazes de lhes oferecermos continuamente idéias novas; é supérfluo dizer que, em tudo isso, agiremos por intermédio de pessoas cujas relações conosco nem sejam suspeitadas".

No mesmo "Protocolo" ainda se enuncia nitidamente o fim para que serve a divulgação dessas idéias liberais, cujos portadores são os poetas, os escritores, os rabinos e as associações e influências judaicos: "O papel desempenhado pelos quimeristas liberais cessará prontamente assim que o nosso verdadeiro governo assumir o poder. Até então, eles nos prestarão valiosos serviços. Por esta razão, também continuaremos a dirigir a ideologia dos infiéis em todo o enredo das novas teorias fantásticas e aparentemente progressistas. O essencial é que consigamos atrofiar em alto grau os cérebros dos infiéis com a palavra 'progresso'..."

Temos, pois, diante de nós, em plena realização, um programa completo que se propõe a enervar, confundir e aviltar a alma da humanidade. A um ânimo isento de preocupações isto se afiguraria inadmissível se a experiência não nos mostrasse que, sob nossos olhos, se empenham na realização desse plano poderosas energias cujos dirigentes gozam entre nós de grande estima e podem ser facilmente reconhecidos.

Há pouco, tentou uma revista importante provar a inexistência de um programa judaico mundial, com o argumento de que se encontram personalidades importantes do judaísmo em todos os partidos da vida pública. Há judeus à frente do movimento capitalista e na direção do anticapitalismo operário. Encontram-se igualmente judeus no vértice das organizações, para as quais os partidos acima indicados carecem ainda da violência necessária. Tanto à testa da justiça inglesa como dos tribunais da Rússia soviética, vêem-se numerosos judeus. Como é possível afirmar que têm uma recíproca unidade de conceitos, se representam idéias tão contraditórias?

Esta unidade geral e a intenção única do plano se depreendem da tese 9, na qual se diz: "Homens das mais diversas tendências e opiniões estão a nosso serviço, tanto os defensores da idéia monarquista como os democratas, os socialistas, os comunistas, os sindicalistas, etc. Somos nós quem os colocou no seu posto. Cada um deles solapa, a seu modo, até o último resquício de autoridade, tentando modificar a ordem existente. Todos os governos se enfraquecem, em razão dessas lutas. Todavia não os deixaremos em sossego enquanto não reconhecerem plenamente nosso supergoverno".

O efeito dessas idéias está explicado no décimo "Protocolo", nos seguintes termos: "O veneno do liberalismo, que inculcamos às organizações governativas, modificou-as profundamente".

A idéia fundamental dos "Protocolos", no que concerne ao mundo, consiste em utilizar as idéias como venenos eficazes. Seus autores não crêem no liberalismo nem na democracia, mas inventam o meio de divulgar essas idéias que lhes devem servir para desunir a sociedade humana, para dividi-la em partidos antagônicos e anular a força das idéias fundamentais, reduzindo-as a um cúmulo de opiniões contraditórias. Para eles, o veneno das idéias é a arma predileta.

O plano de utilizá-las, sob esta forma destrutora, chega até a família e à sua educação: "Mediante princípios e teorias educativas que, na nossa própria opinião, são evidentemente falsos, mas que apesar disso difundimos, temos em vista enganar, apatetar e perturbar a mocidade dos infiéis" (tese 9). E no que concerne à vida doméstica, acrescenta: "Quando tivermos inculcado cada pessoa o orgulho do seu valor, destruiremos entre os infiéis a santa influência do lar e sua importância educativa" (tese 10).

E num trecho cuja leitura poderá fornecer ao leitor estudioso copioso material para reflexão, se diz: "Enquanto amadurecem os acontecimentos, deixemo-los divertirem-se!... Desempenhem entre eles o papel mais importante todas essas teorias malsãs, que nós os induzimos a tomar por idéias científicas. Nossa imprensa nos auxiliará a despertar nos infiéis uma fé cega em tais teorias. Considerai o êxito que alcançamos com as do "darwinismo", do "marxismo" e da "filosofia de Nietzsche" e vereis, com absoluta clareza, seu efeito desmoralizador sobre o espírito dos infiéis" (tese 2).

De cada linha dos "Protocolos" se deduz que, quando estes foram lidos, a decomposição da sociedade não-judia fazia sensíveis progressos. Cumpre não esquecer que os "Protocolos" não buscavam aplausos ou apoio para um

plano posto em discussão, mas anotavam e faziam observar friamente os progressos alcançados à luz de um programa que já se vem realizando "há séculos" e "desde largo tempo". Contêm, portanto, uma longa série de êxitos conseguidos e numerosas perspectivas do que cumpria alcançar. Pelo ano de 1896, ou na época em que se leram esses documentos, a destruição da sociedade humana ia em bom caminho. Devemos também lembrar-nos de que de nenhum modo se nota neles, como objeto primordial, o intuito de aniquilar os não-judeus, mas unicamente o de subjugá-los, primeiro ao supergoverno invisível, citado no seu texto e mais tarde à autoridade suprema do chefe que os poderes internacionais secretos designarem como presidente mundial ou autócrata universal. Para este fim, procuram dominar os não-judeus, primeiro espiritualmente e depois no campo econômico. Em nenhum dos seus trechos se diz que os judeus exterminarão a sociedade não-judia, mas unicamente que a privarão da sua independência.

O texto da tese 5 nos diz até que ponto havia chegado essa obra dissolvente na época em que se leram oa "Protocolos": "Uma coalisão mundial dos infiéis poderia talvez rivalizar conosco, mas contra este risco protege-nos a discórdia que lavra entre eles. Excitando durante séculos o ódio político e religioso, criamos uma divergência profunda entre seus interesses individuais e nacionais".

Isto é absolutamente certo no que se refere às lutas entre os não-judeus e no mundo cristão. Até no nosso povo se pode observar que esta "divergência entre os interesses individuais e nacionais" se baseia num "ódio religioso e de raças". Mas quem suspeitaria que tudo proviesse de uma fonte comum? E — visto que ainda parece mais estranho — quem imaginaria que um homem ou um grupo de indivíduos se pudesse dedicar tenazmente a semelhente tarefa? Todavia está claramente indicado nos "Protocolos": "nós" criamos esta divergência; assim nos protegemos contra uma coalisão dos infiéis que poderia competir "conosco". Pouco importa que os referidos planos sejam ou não de origem judaica, que representam ou não interesses judeus. Mas aí fica evidenciado que "assim se apresenta" realmente a constituição atual da sociedade não-judia.

Pretende-se ainda conseguir outra decomposição mais irreparável e existem indícios de que este plano se acha em pleno desenvolvimento. A Rússia nos fornece o exemplo de como uma baixa camada social não-judia pode ser arremessada, pelos seus porta-vozes judeus, contra outra classe social não-judia mais elevada. No primeiro "Protocolo", onde se descrevem os efeitos de um sistema econômico baseado na especulação, diz-se a este respeito que "esta forma de loucura econômica... criou e continuará a criar uma sociedade que se revela falha em idéias, fria e sem coração. Semelhante sociedade, desviada por completo de toda política e de toda religião, será movida exclusivamente pela sede de ouro... Então, não precisamente pelo amor do bem nem pela avareza, mas unicamente pelo seu ódio contra as "classes privilegiadas", as classes inferiores dos infiéis nos secundarão na luta contra os nossos rivais, ou seja, contra os infiéis das classes cultas... Os infiéis das classes mais baixas nos auxiliarão contra os das camadas mais intelectuais".

Se hoje se travasse essa luta, os chefes dos revolucionários não-judeus, insurgidos contra a ordem social não-judia, seriam indubitavelmente judeus. Já agora, estes judeus ocupam postos de comando não só na Rússia, como nos Estados Unidos e nos demais países.

XII

Os "Protocolos" judeus requerem em parte a admiração a que fazem jus

Com a alteração atual de toda autoridade, o nosso poder será o mais inatacável, porque se mantém invisível e se fortificará de tal modo, que nenhum ardil o poderá abalar. — Tese 1.

É essencial, para a consecução dos nossos fins, que, se for possível, as guerras não proporcionem vantagens territoriais a nenhuma das partes, pois com isso adquirem caráter econômico... Esta manipulação dos assuntos submeterá os dois partidos ao arbítrio dos nossos agentes internacionais, cujos milhares de olhos não têm um horizonte limitado pelas fronteiras naturais. Então as nossas leis internacionais anularão as legislações nacionais mais rigorosas e governarão os governos, como estes regem os seus povos. — Tese 1.

Ainda que só por simples curiosidade literária, os chamados "Protocolos dos Sábios de Sion" exerceriam uma atração mágica, em virtude da lúgubre perfeição do plano de domínio universal que encerram. Mas, em todos os seus conceitos refutam a antítese de que sejam mero produto literário; esses documentos reclamam imperiosamente que os reconheçamos como política séria, pois o fio contínuo que os percorre de princípio a fim lhes demonstra o verdadeiro caráter. Afora os projetos para o futuro, registram o que se realizou e o que resta por fazer. Se, passando os olhos pela situação internacional, se observar ao mesmo tempo a atualidade particular e a principal diretriz indicada pelos "Protocolos", não admirará que, pouco a pouco, à curiosidade inspirada por um raro espécime de literatura contemporânea, se substitua uma sensação de supremo interesse que se pode transformar numa impressão profundamente sentimental.

Com a citação de alguns trechos, demonstraremos o estado atual de realização a que chegaram as tendências dos referidos documentos. Com o fim de chamar a atenção do leitor para o essencial, sublinharemos as palavras-chaves. No "Protocolo" nº 9, lê-se o seguinte: "Não se nos depara nenhum obstáculo. Nosso supergoverno possui uma posição supralegal tão firme, que se lhe pode conferir desde já a poderosa e forte denominação de ditadura. Com plena consciência, posso afirmar que, atualmente, somos nós os legisladores, somos nós quem cria tribunais e jurisdições. Dominamos com energia inquebrantável, porque temos nas mão os restos de um partido, outrora poderoso, mas reduzido agora a nosso vassalo."

Acrescenta o capítulo 8: "Muniremos as fileiras do nosso governo de numerosos financeiros. A economia nacional é a principal das ciências ensinadas pelos judeus. Rodear-nos-emos igualmente de uma corte brilhante de banqueiros, de industriais, de capitalistas e sobretudo de milionários, porque, na verdade, no último extremo tudo se decide pela força do dinheiro."

Estas pretensões podem ser exageradas, mas correspondem exatamente à realidade. Todavia só representam um prelúdio de pretensões mais importantes que tendem naturalmente a se realizar. Como indica o trecho do oitavo protocolo, o elemento judaico aspira à preponderância no "ensino-nacional-econômico-político" e os fatos nos demonstram seu êxito. São judeus os autores principais das pseudociências que levam as massas a sonhar com fins econômicos irrealizáveis, como os autores principais dessa literatura "popular" que mantém as diversas classes sociais na ilusão de que as "teorias" econômicas sejam "leis" econômicas. A "idéia", a "teoria", como meio de decomposição, é manejada tanto pelos judeus acadêmicos como pelos bolchevistas. Quando isso for compreendido em todos os seus particulares, é possível que se modifique a opinião pública no que concerne à importância das doutrinas acadêmicas e radicais.

Como se depreende do citado trecho do novo protocolo, o poder mundial judaico forma, hoje em dia, uma espécie de supergoverno. O mesmo conceito consta de outros documentos judeus e não há outro mais característico. Nenhuma nação pode realizar suas aspirações, mas a hegemonia mundial judaica o conseguirá, embora suas pretensões suplantem francamente a igualdade de direitos perante as nações não-judias. "Somos nós os legisladores", rezam os "Protocolos"; e, de fato, as influências judaicas participam das legislações nacionais e internacionais num grau muito mais elevado do que a massa dos leigos pode calcular. No último decênio, o predomínio judaico internacional, isto é, o grupo de judeus internacionais governou o mundo inteiro. Ainda mais: teve o poder de evitar a promulgação de leis salutares e, onde quer que se votasse um desses projetos, ao ser convertido em lei, recebeu, graças às influências judaicas, uma interpretação tal que se tornou absolutamente nulo para o fim a que se destinava. Isso poder-se-ia corroborar com uma infinidade de fatos.

Os métodos com que se conseguem estes resultados já estavam previstos no programa, mas só nos "Protocolos" foram esboçados. "Criamos tribunais", diz-se nesses documentos e, noutro ponto dos mesmos, fala-se de "nossos juízes". Um tribunal genuinamente judeu realiza, semanalmente, suas sessões num edifício público de Nova Iorque e outros estão em formação em diversos lugares, em proveito desse povo cuja existência é negada pelos seus porta-vozes. Em alguns Estados europeus já se realizou o plano sionista, em virtude do qual os judeus gozam de certa constituição e autonomia genuinamente judaicas, no seio dos próprios Estados cuja proteção reclamam. Em toda parte onde os judeus possam agir livremente, sempre se obtém como resultado não a sua "americanização", "anglicização" ou outra nacionalização qualquer, mas unicamente seu apego incondicional ao exclusivo judaísmo.

Observando, em seguida, as pretensões contidas nos "Protocolos", aprendemos mais o seguinte, de que trata a sétima tese: "Há muito, procuramos fazer que o clero dos infiéis, o qual poderia obstar muitas coisas, caia em descrédito, razão pela qual sua missão se torna infrutífera. Sua influência sobre os povos diminui diariamente". Por toda parte proclama-se a liberdade de cons-

ciência; graças a isso, a queda definitiva da religião cristã só é questão de tempo. Com as outras religiões nos entenderemos ainda mais facilmente, porém a resolução definitiva ainda não está madura."

Este trecho interessará talvez a esses sacerdotes que, juntamente com os rabinos judeus, se esforçam por obter certa comunhão espiritual, na qual Jesus Cristo figuraria como um bondoso e incompreendido profeta judeu. Se esta união se realizasse, a religião cristã deixaria necessariamente de existir como forma religiosa "sui generis". Segundo o que sobre este particular se inseriu nos "Protocolos", a versão religiosa mais fanática se dirige contra a Igreja Católica em geral e particularmente conta a Santa Sé.

Um parágrafo típico confere à raça judia uma habilidade especial na arte de ultrajar: "Nossa imprensa criticará acerbamente todos os assuntos relativos ao Estado e à Igreja, bem como a inépcia dos infiéis em geral. Nessas campanhas empregará sempre conceitos difamatórios que rocem a injúria, em cuja arte nossa raça sempre revelou uma perícia excepcional".

Diz o quinto "Protocolo": "Sob nossa influência, a aplicação racional das leis se reduz ao mínimo. A reverência que se lhes deve é 'isolapada pela interpretação liberal implantada por nós'. Os tribunais 'decidem' de acordo com a nossa vontade, até nos casos mais importantes, em que se trata de questões fundamentais de jurisdição ou de política. A administração dos infiéis as 'encara' sob os pontos de vista que lhe impomos por intermédio dos nossos agentes, que aparentemente nada têm de comum conosco mediante insinuações na imprensa ou por outros meios numerosos. "Espalhamos", em suma, a discórdia e o rancor entre os infiéis".

No "Protocolo" 17 se lê: "Nos chamados países progressistas 'criamos' uma literatura malsã, obscena e amoral. Quando assumirmos o poder, deixá-laemos subsistir por certo tempo, para que ressalte mais claramente a diferença entre ela e as publicações que logo iniciaremos".

Relativamente ao domínio da imprensa, assim se exprime o "Protocolo" 12: "Conseguimo-lo" atualmente a tal ponto, que a imprensa mundial recebe todas as notícias exclusivamente por meio de algumas agências que as colhem em todo o globo. As referidas agências serão, portanto, exclusivamente nossas e publicarão só o que nós permitirmos". Do mesmo assunto se ocupa também o sétimo "Protocolo": "Obriguemos os governos dos infiéis a admitir disposições favoráveis ao nosso plano amplamente traçado e que já se avizinha da realização. Deverão eles tolerar e suportar a pressão da opinião pública, artificialmente influenciada por 'nós' e que, com o auxílio da imprensa, denominada 'grande poder', 'foi organizada'. Salvo poucos periódicos insignificantes, a imprensa se encontra nas nossas mãos".

O "Protocolo" 12 resume esses conceitos do seguinte modo: "Conseguimos dominar' a mentalidade da sociedade dos infiéis de tal maneira, que o mundo olha os acontecimentos mundiais através das lentes que nós lhe pomos nos olhos. Já não existe 'nenhum' governo que possa opor uma barreira à nossa intromissão no que os infiéis denominam erroneamente 'segredos de Estado'. Como não correrão, portanto, as coisas quando nós, na pessoa do nosso Soberano, formos os senhores 'reconhecidos' do mundo inteiro?"

A nação judaica é realmente a única que conhece os segredos das demais nações. Nenhuma nação pode guardar, por muito tempo, o menor segredo que se refira a qualquer das outras, mas nenhuma delas conhece os segredos das outras quando a estas se referem. Seria exagero afirmar que os judeus

internacionais os conheçam na sua totalidade; muitos desses segredos não têm grande valor e seu conhecimento não lhe aumentaria o poder. O essencial é que os judeus têm "acesso" a todos os segredos de Estado e que "podem" saber tudo o que lhes aprouver. Muitos o poderiam atestar e quantos arquivistas de atas secretas poderiam falar, se quisessem! A única diplomacia secreta é a que confia os chamados segredos a um resumido grupo de indivíduos, membros de uma determinada raça. A encapelada superfície do mar da diplomacia, as presunçosas memórias dos velhos joviais que se chamam estadistas, todos esses convênios e conferências de títulos altissonantes, como se realmente significassem alguma coisa, tudo isso é um brinquedo pueril, comparado à diplomacia de Judá e à sua arte inimitável de descobrir o saber e o pensamento mais secreto de cada grupo imperante. Desses fatos não se excetuam os Estados Unidos e é provável que nenhum governo se encontre hoje, como o nosso, tão incondicionalmente sujeito às ordens do judaísmo internacional, que conseguiu este predomínio nos últimos cinco ou seis anos.

Segundo se deduz dos "Protocolos", os judeus consideram sua dispersão pelo mundo uma felicidade e uma vantagem outorgada pelo seu Deus, porque esta circunstância lhes facilitará a realização do seu plano de hegemonia mundial: "Deus nos deu a nós, seu povo predileto, a dispersão como uma bênção e isto, que é para o mundo nossa fraqueza, constitui nossa maior força. É o que nos levará aos umbrais do domínio da terra habitada".

Os intuitos que se refletem no texto dos "Protocolos" parecem tão exorbitantes, que mal se pode imaginar que se possa, em tempo algum, converter em fatos. Existe, porém, um ponto em que as palavras coincidem com a realidade: "A fim de não destruir antes do tempo as instituições dos infiéis, pusemos sobre elas as mãos de um modo decisivo: desconjuntando-lhes as molas. Outrora estavam exatamente organizadas, mas 'nós' as 'substituímos' por uma administração 'liberalmente' desorganizada e partidária. 'Adquirimos' influência sobre a justiça, as leis eleitorais, a imprensa, a liberdade individual e principalmente sobre a educação e a cultura, esteios principais de toda livre existência humana. Mediante métodos educativos teóricos e práticos, que julgamos francamente falsos, mas que nós inspiramos, desorientamos, atrofiamos e pervertemos a mocidade infiel. Sem modificações e só em virtude de uma alteração da sua interpretação contraditória, 'fizemos' das legislaturas vigentes uma obra de efeitos realmente opressivos."

Ninguém ignora que, embora a atmosfera nunca estivesse tão carregada de teorias de "liberdade" e de proclamações de "direitos" como na época atual, verifica-se hoje uma constante diminuição das "liberdades individuais". Em lugar de assegurar uma liberdade social, subjugam-se os povos mediante inúmeras frases socialistas, com uma tutela oficial nunca antes conhecida. Um pretexto fornece-o a "higiene pública" e outros deivam, sob diversas formas, da "segurança pública". Mal podem hoje nossos filhos brincar livremente, sem a inspeção de tutores oficiais, entre os quais desperta a atenção a existência de um grande número de judeus. As vias públicas não são tão livres como outrora e leis de toda espécie mutilam as mais inofensivas liberdades populares. Uma tendência infinita para a unificação mecânica, baseada numa "sapientíssima" teoria, se desenvolve na nossa vida pública e particular e o mais estranho é que, se o investigador se preocupar em descobrir o centro mandante dessas tendências molestas para o bem-estar do público, encontra o judeu no ponto decisivo. As crianças são afastadas do seu verdadeiro "centro social",

que é o lar, e dirigidas para outros centros. (Referimo-nos aqui às crianças não-judias, porque a ninguém se dá o direito de intervir na educação da infância judia). Tiram-se, pois, os pequenos aos seus tutores naturais, da sua casa paterna, da igreja e da escola e entregam-se autoritariamente a "centros", a "escolas científicas" e a outras instituições confiadas a "peritos diretores", sistema este que habitua a criança a se não confiar à comunidade natural e a esperar tudo do Estado. Todos esses preparativos correspondem perfeitamente ao plano judeu de dominar os outros povos. Se tudo isso não se fizer conscientemente, como um dos objetos desse plano, seria interessante saber por que o material vivo dessas experiências se compõe justamente de crianças não-judias, ao passo que a direção de todas elas cabe aos judeus.

As liberdades judias em parte alguma são resguardadas mais zelosamente do que na América. O não-judeu se avém, como pode, com os seus concidadãos, enquanto cada comunidade judia conta os seus protetores que, de vários modos e, no último caso, manejando a ameaça comercial e política, sabem dar-se a necessária importância. Um não-judeu nunca seria agradecido por se ocupar da vida e da educação das crianças judias; a comunidade existente em cada povoação as regula automaticamente. As mais secretas entre as escolas municipais são as escolas judaicas, cujas sedes são muitas vezes ignoradas pelas administrações municipais dos lugares populosos. O judeu preocupa-se em influenciar, de preferência, a mentalidade não-judia e esforça-se por prescrever aos não-judeus o que devem pensar acerca dos judeus. Influencia, sem escrúpulo, a ideologia dos "infiéis" e, embora gradualmente e com muitos subterfúgios, serve final aos interesses gerais dos seus irmãos de raça. Este zelo, esta perseverança, que devem impressionar profundamente quem alguma vez as notar, são unicamente manifestações naturais da convicção arraigada em todo judeu de que é membro de uma raça eleita, dotada das faculdades necessárias para educar as raças inferiores, ponto de vista sob o qual julga o resto da humanidade.

Todas as influências que hoje arrastam nossa mocidade anos excessos e à leviandade, procedem de fonte judaica. Não foram os nossos moços os que inventaram o "traje desportivo", de resultados tão lamentáveis, que um publicista sério se vê obrigado a chamar sobre ele a atenção geral. Esta moda provém do mundo confeccionista jude, onde não predomina a arte nem imperam, sem dúvida, os escrúpulos morais. A fita cinematográfica é indubitavelmente uma interessantíssima combinação do desenvolvimento da arte fotográfica com o cenário. Mas quem são os responsáveis por sua degeneração, quem a converteu, para milhões de indivíduos, em perigo moral tão grave, que se tornou objeto da reprovação geral? Quem são, no mundo todo, os diretores ou os empresários dos teatros de variedades, dos bailes públicos e de todas as enervantes diversões modernas? Recolham-se esses rapazes e essas moças enfeitadas, de aparência vulgar, absolutamente falhos em responsabilidade, e a todos se poderá aplicar, desde os seus miseráveis atavios e as suas jóias falsas até as suas idéias doentias e as suas esperanças vãs, esta etiqueta comum: "Feito, seduzido e explorado por judeus". Assim e dessa lúgubre maneira, a realidade ilustra a tese já citada, que diz: "Desorientamos, atrofiamos e pervertemos a mocidade dos infiéis mediante métodos educativos, teóricos e práticos, cuja falsidade reconhecemos francamente, mas que felizmente temos inspirado".

Seus "princípios e métodos não requerem necessariamente grandes nem sequer medíocres faculdades intelectuais. O moço que passa algumas horas no cinema assimila-os tão bem como o que ouve o preceptor "liberal" (que assim exerce sua "vigilância sobre o povo") interpretar a "liberdade sexual". A desmoralização inerente a esses "métodos e teorias" não provém da família ou da igreja não-judias nem das profissões em que predomine o elemento não-judeu, mas deriva exclusivamente de teorias, influências e profissões em que prevaleça o judeu. Esta lista de exprobações poderia prolongar-se muito mais; preferimos, porém, limitá-la ao que os homens honrados podem verificar na prática. Cumpre também observar que a mocidade judia não é vítima dessas teorias que contagiam os jovens não-judeus. Se uma parte daquela também se vai corrompendo com esses venenos sociais, isto nada significa, perante a enorme dissolução moral realizada entre os não-judeus. É muito significativo que os judeus não consigam grandes riquezas com esse processo enervante e que os seus filhos e filhas não sejam vítimas desse sistema. A mocidade judia atravessa, impune e orgulhosamente, esses perigos.

Muitos pais, muitos moços sensatos, milhares de professores condenaram o "luxo". Os financistas, vendo como o povo ganhava e gastava o dinheiro, levantaram a voz contra este sistema. Muitos economistas compreenderam que é insensatez consumirem as indústrias de luxo materiais e existências que seriam necessários para outras indústrias úteis e fabricarem bugigangas e coisas supérfluas, em lugar de fundirem aço e explorarem a terra. Observaram, além disso, que se desbaratam materiais em coisas que se fabricam só para vender e não para serem usadas, subtraindo assim matérias-primas à indústria que provê a humanidade de objetos necessários. Todo observador que atentou nesse hábito de fabricar bagatelas e objetos de luxo levantou a voz para censurá-lo. Mas, como provam os "Protocolos" judeus, estes economistas partiram sempre de um ponto de vista errado. Se os povos cristãos adquirem esse mal chamado luxo, não o idearam e até muito depressa dele se fatigam. Todavia a praga dessas incontáveis bagatelas supérfluas alastra-se cada vez mais, sob forma de novidades inúteis que chovem sobre o público, que se lhe espraiam, fascinadoras, sob os olhos (palhaços inconscientes se encarregam de as passear pelas ruas, para mostrar o que "se usa"), que são anunciadas em textos, ilustrações e cinemas e que os artistas de teatro põem em moda. Isto exerce uma coação que jamais se converteu num objeto realmente meritório.

Como se explica tudo isso? Qual é o poder que sabe, por larga experiência e uso consciente de meios adequados, mudar o gosto dos povos e obrigá-los a desbaratar em inutilidades desmoralizadoras a maior parte do que ganham? Qual é o fim desse luxo forçado e dessas extravagâncias? Como foi possível, antes que aparecessem os artigos de luxo e a ocasião para viver com extravagância, preparar cuidadosamente o meio de chamar a atenção para esse modo de existência e excitar a cobiça de vivê-la?

Se, diante de todas essas sutilezas, os povos não-judeus quisessem raciocinar um pouco e levassem suas investigações até a origem delas, até os usufrutuários dos gigantescos lucros conseguidos com esse comércio, teriam ocasião de criticar esse amplo movimento que inunda o mercado mundial de objetos inúteis e caros com os quais se desmoralizam os povos não-judeus, em sentido financeiro, econômico e social. Numa palavra: se lhes fizéssemos compreender que os interesses financeiros judeus não só estão ligados aos instintos mais baixos do ser humano, mas também os despertam e cultivam

conscientemente, é de crer que os interesses judeus se absteriam para sempre dessa escandalosa dilapidação dos materiais, do trabalho, das inteligências e dos bens não-judeus; e dessa abstenção resultaria a inutilidade do povo de Israel neste mundo.

Acabamos de dizer que os povos não-judeus são as vítimas desse comércio de inutilidades custosas, artificialmente cultivado. Viu-se alguma vez um judeu que se deixasse seduzir por elas? É verdade que os judeus trajam vistosamente, porém cumpre reconhecer que, nas suas roupas, o preço corresponde ao valor. Usam enormes brilhantes, mas sempre são pedras de lei. Um judeu nunca é vítima de outro judeu. Os luxos extravagantes e as "diversões" são para a plebe. O judeu sabe muito bem os meios de iludi-la e conhece exatamente o nenhum valor de todos esses meios.

O que mais se deve lamentar não é a perda dos valores financeiros nem o atentado contra o bom gosto, e sim o fato inegável de que as massas não-judias caem nessa rede livremente, por vontade própria. Suportam as mudanças da moda, como se fossem inevitáveis, como a mudança de estações, e toleram esse contínuo atentado aos seus haveres, tal com se se tratasse da contribuição mais necessária e mais natural deste mundo. Imaginam que representam um papel em tais assuntos, mas este papel é o de pagar, pagar pela "última moda", quando mal se livraram da penúltima. Há pessoas que sabem, com dois anos de antecedência, o que serão as maluquices da moda e as demais futilidades populares. Não é de admirar, porque são as que as preparam. Tudo isso não é mais do que negócio, negócio desmoralizador para a maioria não-judia e lucrativo para a minoria israelita.

Este "mare magnum" está claramente explicado no sexto "Protocolo", que constitui um extrato de considerações sobre certos planos, segundo os quais o interesse natural dos povos pode desviar os assuntos políticos para o campo econômico, sobre o modo como a indústria se pode tornar pouco segura e inconveniente, mediante infiltração de especulações, e finalmente sobre a maneira de manter os povos num estado de dúvida e de aflição. A arma adequada para esses fins é o luxo: "Para solapar a vida comercial dos infiéis", diz o protocolo citado: "excitaremos, como estímulo à especulação, um ardente desejo de luxo". E, no "Protocolo" 1, se lê ainda: "Não permitiremos que o nosso povo chegue a tal estado. Os infiéis estão corrompidos pelo álcool". Notemos ainda, como estranha coincidência, que a enorme receita das bebidas alcoólicas vai parar nos bolsos judeus, o que se poderia demonstrar, com a história do "trust" do "whisky" nos Estados Unidos. Do ponto de vista histórico, o movimento antialcoólico apresenta-se sob o aspecto de uma luta gigantesca do capital não-judeu contra o capital judeu, na qual aquele obteve finalmente a vitória.

Diversões, jogos, bailes, modas baratas, jóias falsas e todos os outros comércios que floresceram, graças a uma pressão oculta que se exercia sobre os povos, e venderam por altos preços bagatelas sem valor, as quais consumiram prontamente todo aumento de salários, só se desenvolveram, sob a direção de judeus.

É provável que estes não participem conscientemente desta profunda desmoralização dos povos e que sua única preocupação seja enriquecer muito depressa. É possível que, muitas vezes, se detenham a comparar os ingênuos não-judeus aos seus sábios chefes judeus, tão perspicazes nos negócios, tão prudentes nos assuntos financeiros. Porém, seja como for, temos à vista o esboço de um programa segundo o qual os povos não-judeus têm de cair,

de modo sistemático, material e moralmente. Por outro lado, podemos observar que, dia-a-dia e sob a inspeção quase exclusiva de uma determinada raça, este programa se vai realizando em todas as suas partes.

XIII

Um plano judeu de solapar mediante as "idéias" a sociedade humana

Meditando sobre os capítulos anteriores, poderia o leitor fazer uma idéia cabal dos métodos indicados nos "Protocolos" para aniquilar a sociedade humana. Tais métodos devem ser exatamente conhecidos, se se quiser compreender a significação das correntes e contracorrentes que enredam perniciosamente os temas contemporâneos. Todos os que se sentem fatigados e assombrados por essa multidão de razões e de teorias contraditórias encontrarão a chave que lhes permitirá avaliar as referidas razões e teorias, quando compreenderem que sua confusão e seu assombro eram justamente os efeitos visados. A inquietação, a incerteza, a desconfiança, o receio e a ânsia com que se acolhe toda nova promessa e toda solução que se oferece, são estados de ânimo previstos nos "Protocolos". A situação geral do mundo comprova a eficácia desse programa tão habilmente calculado.

Este método requer tempo e, com efeito, dizem os "Protocolos que houve necessidade de agir durante séculos. Quem penetrar nas profundidades do problema, já no primeiro século da era cristã descobrirá indícios do programa mencionado nos "Protocolos". Foram precisos mais de dezenove séculos para reduzir a Europa ao seu atual estado de escravidão que em alguns Estados é suave, noutros violenta e em todos assume um aspecto econômico, ao passo que, na América, se obteve o mesmo resultado apenas em cinqüenta anos. "Idéias" mal interpretadas de liberalismo, "idéias" confusas de tolerância, todas originárias de fontes européias turvadas pelos "Protocolos", se transplantaram na América e aqui se realizou — a pretexto de um falso liberalismo cego, inconsciente, e de uma tolerância igualmente irracional, unidos aos demais meios modernos de formar, "ad hoc", uma opinião pública — uma escravização tal das nossas instituições e da nossa vida pública, que enche os europeus de indizível estupefação. Alguns dos investigadores europeus da questão judaica, aos quais os judeus soem aplicar o epíteto de "anti-semitas", deduziram as suas conclusões não das observações realizadas na Europa, mas do desenvolvimento rápido e bem visível dos assuntos americanos.

O centro das energias judaicas e os principais chefes do programa mundial se encontram na América. A formidável alavanca, cujo poder atuou na Conferência da Paz, em Versailles, para reforçar o predomínio judaico sobre a Europa, foi a potencialidade dos Estados Unidos, utilizada exclusivamente para apoiar a pressão judaica já existente. Porém, esta combinação de forças não terminou com a Conferência de Versailles.

O método total dos "Protocolos" pode resumir-se nesta única palavra: "decomposição". Destruição de tudo o que existe, advento de um longo e angustioso interregno, durante o qual serão reprimidas todas as tentativas de

renovação, um cansaço progressivo da opinião e das esperanças coletivas, até o momento em que os que se conservaram fora do caos estenderão as mãos para se apossarem do poder: aí tendes o "método"!

Comparando o juízo consignado nos "Protocolos" sobre a natureza humana à afirmação judaica de uma adiantada realização do programa mundial, destacam-se apenas alguns pontos desta propaganda destrutiva.

Os particulares destes serão examinados no presente capítulo e, nos seguintes, nos ocuparemos de outros planos de mais alcance.

O primeiro ataque judeu dirige-se contra as opiniões coletivas, isto é, contra grupos de idéias que, na base da sua coincidência inata, juntam massas de seres humanos numa unidade política religiosa, social e de raça. Às vezes denominam-se também "princípios" ou "idéias". Porém, seja qual for o seu nome, são os laços invisíveis da unidade, a fé comum, a energia unificadora das comunidades baseadas na concórdia e na lealdade.

Afirmam os "Protocolos" que, justamente contra estas forças espirituais se dirigiu o primeiro ataque, ao qual responde à propaganda judia no mundo inteiro, esforçando-se por modificar as opiniões coletivas. "Modificar" é um termo que não significa nada de detestável nem de desonroso. A grande influência de toda heresia, de toda reação contra as idéias caducas, consiste na atração exercida pelas idéias novas sobre o pensamento e a vontade. A explicação do motivo por que estas idéias fundamentalmente falsas se arraigam no nosso tempo reside no fato de que as verdades fictícias soem apresentar-se apodíticas e retilíneas e, como parecem boas e verdadeiras, entusiasmam as massas. Só depois de atuarem durante longo tempo, revelam sua falsidade, em forma de fatos e circunstâncias destrutores e desmoralizadores. Quem estudar o desenvolvimento da idéia de liberdade, tal como se manifestou na história da Rússia, do seu ponto de partida filosófico (criado, sem dúvida, por um judeu) até o seu fim atual (realizado igualmente por um judeu) poderá compreender plenamente este processo.

Os "Protocolos" sustentam que os não-judeus jamais lhes poderão descobrir as diretrizes, porque as idéias sedutoras são lançadas entre eles conscientemente e com tanta persistência, que se lhes destruíram quase completamente as faculdades intelectuais. Felizmente cada um dos não-judeus está em condições de verificar em si mesmo a certeza de tal afirmação. Desde que medite seriamente as idéias que nele predominam, sobretudo as que giram em torno do centro de gravitação denominado "democracia", observará que seu espírito se acha dividido por uma infinidade de ideologias, de cuja origem e de cujo valor intrínseco jamais se preocupou.

Continuando a refletir nessas idéias e percebendo que são irrealizáveis, dirá talvez que "ainda estamos um tanto atrasados no nosso desenvolvimento, ou evolução, ou progresso". Mas, se observar o modo como outros, mais adiantados, realizam praticamente tais idéias, estacará, deveras assombrado. O que, em teoria, recebe o nome altissonante de progresso, não é, na prática, senão uma agravação do mal, isto é, uma determinada forma de decomposição. Todavia cada uma dessas idéias e, em si, "excelente, racional e humanitária". Continuando suas reflexões, o não-judeu observará que essas idéias geralmente se propagam pelo mundo com mais insistência do que quaisquer outras. E compreenderá finalmente quem são sempre os profetas que as difundem.

Segundo confissão explícita dos "Protocolos", conseguiu-se a primeira vitória sobre o bom senso do público, mediante o efeito destrutivo das idéias que

se agrupam em torno do conceito "democracia". Isto significa que a "idéia" é a arma empregada e, para servir de arma, deve opor-se diametralmente à direção natural da vida humana e encerrar forçosamente uma teoria inconciliável com a vida prática. Aliás, nenhuma idéia antinatural poderia arraigar-se ou exercer influência nas massas se não se apresentasse ao espírito humano como "racional, excelente e inspirada". Em compensação, à primeira vista, a verdade se mostra muitas vezes irracional, opressora e má. Porém, nunca deixa de ter esta eterna vantagem: ser a "verdade"; e tudo o que sobre ela se edificar jamais sucumbirá envolto em "confusão".

Este primeiro passo, embora não outorgue o domínio da opinião, é um progresso sensível. Cumpre notar que a inoculação do veneno do "liberalismo", segundo os "Protocolos", tem o papel mais notável e só depois vêm as palavras: "para dominar a opinião pública, é preciso, em primeiro lugar, perturbá-la". A verdade é sempre uma só e por isso nunca poderia ser perturbada. Mas o liberalismo falso e vociferador que se semeou e, sob os cuidados dos judeus medra na América muito mais rapidamente do que na Europa, se deixa confundir, causando equívocos por toda parte, justamente porque não é a "verdade". Constitui um erro e um erro que se apresenta sob mil formas. Tome-se um povo, um partido, um município, uma associação qualquer e espalhe-se neles o "veneno do liberalismo"; poder-se-á, então, desagregar cada um deles em tantas partículas quantos são os membros que o compõem, introduzindo apenas alterações quase insensíveis na idéia original. Teodoro Herzl, o judeu legítimo, o homem cujo horizonte político foi muito mais vasto do que o de todos os estadistas juntos e cujo programa coincidia exatamente com o dos "Protocolos", sabia-o já há muitos anos, quando disse que o Estado Sionista ou Estado Judeu seria mais facilmente realizável do que o Estado Socialista, porque conhecia as infinitas subdivisões que havia de produzir o "liberalismo" implantado por ele mesmo e pelos seus antecessores.

O desenvolvimento metódico de que foram vítimas todos os povos não-judeus (e nunca os israelitas!) é o seguinte: inventa-se primeiramente um "vasto e grandioso" ideal. A palavra "magnanimidade" aparece, invariavelmente, em todo protesto judeu contra toda referência pública ao nome judeu e ao programa mundial judaico, nas seguintes frases: "Sempre supuséramos que V. S. fosse bastante magnânimo para não suspeitar isso dos judeus"; ou: "Fulano sempre fora por nós considerado bastante magnânimo, para não proferir tais absurdos"; ou: "Sempre julgamos que este ou estoutro periódico ou revista teria bastante magnanimidade para não dar importância a semelhante literatura". Esta norma constitui uma espécie de clave para o estado intelectual que deveriam te os não-judeus, estado de tolerância imbecil, cheio de fraseologia sem sentido sobre essa idéia de "liberdade" que atua como um espasmódico na inteligência e no sentimento e deixa passar, sob o seu amplo manto, toda espécie de idéias e de fatos inconfessáveis. A frase oca, o palavreado demagógico são as armas mais terríveis do judaísmo. (Veja-se o que se diz no quinto "Protocolo": "Em todas as épocas, os homens sempre tomaram palavras por fatos"). E com inteira franqueza declaram os "Protocolos" que esta fraseologia não possui realmente nenhum valor intrínseco.

Nada contribuiu tanto para produzir esta "magnanimidade" ou, em outros termos, um estado de ânimo cuja superficialidade deixa perceber claramente sua falta de fundamento, como o "liberalismo" pregado sempre pelos judeus, que, entretanto, nunca se guiam por ele. Precisamos indispensavelmente de

uma nova forma para nos entregarmos às realidades da vida, aos fatos tais como são, uma forma que nos ponha em condições de resistir a essas frases de "magnanimidade", mostrando, em vez disso, uma intolerância sã e verídica contra tudo que não seja a verdade. Os conceitos de "magnânimo" ou "egoísta" respectivamente, no sentido que hoje se lhes dá, não são verdadeiros. O homem liberal deveria ter mais "crenças", possuir uma "fé" mais profunda e mais ampla, para fazer jus a esse título. Porém, em regra geral, não crê em nada; na realidade, não é liberal e, portanto, não é livre no seu modo de sentir. Quando se procura a fé, deve-se buscá-la entre criaturas boas, e estas geralmente são difamadas pelos judeus, com o epíteto de "egoístas". A propaganda judaica, em absoluta concordância com os "Protocolos" sionistas, combate as pessoas que basearam sua fé e a estrutura da sua vida num fundamento firme; o judaísmo necessita de pessoas "magnânimas", cuja vida não tenha nenhum sentido profundo e que, por isso, se ponham mais facilmente ao serviço do plano secreto judaico. E, naturalmente, esta classe de indivíduos interpreta a própria "magnanimidade" como um indício de superioridade intelectual e de independência de espírito.

Vejamos as conseqüências que daí se originam. Em virtude da sua estrutura moral, o homem não pode absolutamente prescindir de uma crença. É possível que, por certo tempo, creia efetivamente na própria "magnanimidade" e, sob a pressão social exercida a favor dessa disposição mental (ou melhor, falta de direção intelectual), durante um espaço de tempo relativamente curto se entregue voluntariamente a esta crença. Mas depois esta mentalidade se lhe afigurará forçosamente demasiado superficial, para satisfazer a tendência a uma existência profunda e séria. Portanto, é necessário que o homem creia em alguma coisa. Como prova do que afirmamos, citaremos a inegável força atrativa das crenças negativas, às quais se aferram com tanta tenacidade justamente os que imaginam que não crêem em nada. Poucas são as pessoas interiormente livres e independentes que penetram nesses ambientes misteriosos que têm certa analogia com o judaísmo e são as que imediatamente recebem a denominação de egoístas. Outros preferem cultivar terrenos mais cômodos, cortados por sendas planas, sem contradições com a filosofia da vida e sem o perigo de se verem assinalados como intolerantes. Numa palavra, concentram todas as suas energias na vida exterior, tal como se recomenda num "Protocolo": "Para desviar as idéias e a atenção dos infiéis, encaminhemos seu interesse para a indústria e para o comércio".

Surpreende-nos deveras observar, em toda parte, a verdadeira multidão que se deixa seduzir a tal ponto, que dedica a própria vida unicamente a esses assuntos de segunda ou terceira ordem e encara com timidez e receio as questões fundamentais da existência, que deveriam realmente prevalecer na humanidade e de cuja solução depende também o destino dos homens. Mas este desvio para o lado material das coisas é justamente o que oferece o melhor ponto de ataque, tanto aos "Protocolos" sionistas, como aos porta-vozes judeus. No sentido comum, "magnanimidade" significa, nem mais nem menos, desprezar inteiramente as verdadeiras questões vitais, descendo com extrema rapidez a um modo de sentir puramente materialista. É exatamente nestes baixos círculos do conceito da vida que reina a discórdia que tão fatalmente predomina hoje no mundo.

Em primeiro lugar, tem-se em vista a ruína das classes superiores da indústria e do comércio. Assim diz um "Protocolo": "Para destruir definitivamente

e por meio da 'liberdade' a sociedade dos infiéis, colocaremos sua indústria numa base 'especulativa'. É supérfluo explicar o que isso significa. Trata-se simplesmente de operar a degradação de toda empresa honrada, até convertê-la num meio iníquo de fazer dinheiro, e de uma manobra que deve encaminhar todo lucro, lícito ou não, para o bolso dos especuladores. Isso equivale a dizer que a arte elevada de dirigir uma empresa mercantil se prostituirá e degenerará em rapina, tendo como conseqüência a desmoralização dos patrões e uma perniciosa agitação entre os operários. Significa mais a decomposição da sociedade não-judia e não só uma divergência entre o capital e o trabalho, mas uma desagregação dos não-judeus, em todos os ramos de produção. Os empresários e os fabricantes não-judeus não são, na América, os "capitalistas" propriamente ditos; a maioria deles obtém, por meio de empréstimos, o dinheiro com que trabalha e o único capitalista legítimo é o judeu, ou antes, o judeu internacional.

De um lado, o capital judeu, num dos extremos do processo fabril não-judeu, amordaça os fabricantes; do outro, no extremo oposto, os demagogos, os agitadores e os revolucionários alucinam o operariado, criando para os não-judeus uma situação que, sem dúvida, há de ser infinitamente agradável aos autores internacionais do programa destrutor contido nos "Protocolos" sionistas. "Teríamos de recear as forças reunidas da inteligência e das massas operárias dos infiéis; mas, contra este provável perigo, tomamos todas as precauções necessárias, levantando entre estas duas fontes de energia uma barreira de recíproca inimizade. Daí resulta que a força cega das massas continua a ser o nosso ponto de apoio. 'Nós', exclusivamente nós, seremos os seus dirigentes. Não há necessidade de acrescentar que utilizaremos essas energias para realizar os nossos planos". ("Protocolo" nº 9).

A prova de que os judeus se sentem, de fato, extraordinariamente satisfeitos consiste em que não só nada fazem para melhorar a situação atual, mas antes se empenham em agravá-la. Conhecem perfeitamente os métodos de produzir artificialmente uma escassez de produtos e, por conseguinte, uma alta de preços; e, tanto na época da Revolução Francesa, como agora na Rússia e durante a guerra na Alemanha, empregaram-nos sistematicamente. No nosso país também já se notam indícios do uso de tais sistemas.

Problemas sociais entretidos artificialmente, como alimento espiritual e diversões frívolas, nos momentos de ócio: eis os métodos judeus relativos aos não-judeus; e, sob esta ordem, se completará a obra caracterizada admiravelmente pelo lema: "divide e vencerás". "Para desviar das questões públicas e dos assuntos políticos as inteligências demasiado perspicazes, "inventaremos" novos problemas que, aparentemente, com aqueles se relacionem, os chamados problemas "sociais" ("Protocolo" 13).

Não se cavará assim, inevitavelmente, um abismo entre o modo de pensar das massas, que cuidam unicamente de problemas econômicos, e o dos partidos, que se esforçam por se ocuparem só de questões políticas? E não é um fato que os judeus intervêm nos dois campos, na política, para mantê-la reacionária e entre os operários, para conservá-los num estado radical, aprofundando cada vez mais o referido abismo? E não é igualmente certo que essa divergência existe exclusivamente entre os não-judeus? É isso porque, se a "sociedade" roída por todos esses venenos é a não-judia, os "elementos destrutores" são os judeus.

Veja-se ainda este texto: "Introduzimos nas Constituições direitos populares equívocos e irrealizáveis. Todos os chamados "direitos do povo" existem só em teoria e jamais poderão traduzir-se em prática... Das referidas Constituições os proletários não tirarão mais proveito do que os mendigos, das migalhas das nossas mesas; e isto é o que recebem em troca do seu voto aos 'nossos' agentes, com o qual auxiliam a realização dos 'nossos' projetos. Os direitos republicanos são, para o pobre, uma cruel zombaria, porque o jugo do seu labor diário obsta a que os possa usar. Ao mesmo tempo privamo-lo da esperança de um ganho certo e duradouro, pois está sempre à mercê de folgas ou de 'lock-outs', impostos pelos patrões ou pelos próprios companheiros de trabalho" ("Protocolo" 3).

A referência às folgas nada têm de enigmático para quem tiver estudado, no nosso país, as diferentes formas de interrupção do trabalho. "Conseguiremos, com a violência, 'aumentos de salários' que não aproveitarão aos trabalhadores, porque ao mesmo tempo 'provocaremos' uma alta dos preços dos produtos indispensáveis à vida, atribuindo-a ao estado de decadência da agricultura e da pecuária. Também solaparemos, profunda e artificialmente, as 'fontes' da produção seduzindo os operários com os ideais anarquistas." ("Protocolo" 6). E finalmente: "Nós nos apresentaremos como salvadores das classes proletárias, vindos unicamente para libertá-las do jugo que as oprime, e esforçar-nos-emos por incluí-las no 'nosso' exército de socialistas, anarquistas e comunistas, ao qual, sob o pretexto da 'idéia' de uma confraternização universal, prestaremos nosso auxílio" ("Protocolo" 3). Como se vê, aí torna a aparecer a "magnanimidade". Nessa combinação de idéias, não devem ser esquecidas as palavras de Sir Eustace Percy, adotadas por muitos judeus: "Não porque o judeu se preocupe pelo lado positivo dos princípios radicais, nem porque deseje participar de um nacionalismo ou de uma democracia não-judeus, mas porque nenhum governo não-judeu lhe inspira outro sentimento senão o ódio."

O autor da obra **O Judeu Conquistador** diz: "O judeu é democrata nos sentimentos e não na sua natureza. Proclamando a confraternização universal, só tem em vista abrir as portas sociais, que, em muitos campos, diante dele ainda se conservam cerradas. Não é que aspire à igualdade, e sim porque quer "predominar' no mundo social, como já acontece em muitas outras esferas. É incontestável que muitos judeus honrados negam esta diferença, mas isso deriva só de terem vivido tanto tempo na atmosfera ocidental, que perderam o instinto do que se prepara no seio dos seus irmãos de raça orientais."

Por conseguinte, não é muito difícil compreender o desenvolvimento histórico das idéias judaicas de liberalismo, desde a sua origem até as suas últimas manifestações na vida dos povos não-judeus. Observa-se claramente a "desordem" a que visavam. A desordem é, hoje, o que caracteriza todas as manifestações da vida dos não-judeus, os quais já não sabem a que se devem nem no que devem crer. Séries diversas de fatos apresentam-se-lhes, uma após outra; uma explicação é logo substituída por outra diferente. Circulam infinidades de explicações que nada explicam, mas, pelo contrário, enredam e confundem as questões. Os governos parecem manietados e quando, uma ou outra vez, tentam esclarecer os fatos, vêem-se imediatamente estorvados por influências ocultas. Esta situação dos governos também foi prevista nos "Protocolos".

A tudo isso se unem os ataques à sede ardente de religião, tão natural nos homens. Esta última barreira também terá de cair para que a violência e o latrocínio se possam desenvolver livremente e com desfaçatez. No sentido

de preparar esta situação ambicionada, diz o quarto "Protocolo": "Por esta razão, deveremos abalar a fé dos infiéis, eliminando-lhes do coração até as idéias fundamentais de Deus e da alma, que substituiremos por cálculos matemáticos e pensamentos materialistas. Quando 'privamos' as massas da fé em Deus, a autoridade despenhou-se num lamaçal e, como se convertera em cousa pública, 'fomos nós' que nos apossamos dela" ("Protocolo" 5).

Há muito tempo já que desacreditamos o "clero" dos "infiéis" ("Protocolo" 17).

"Quando formos os senhores, declararemos falsas todas as religiões, exceto a nossa, que proclama um Deus ao qual está unida a sorte da nossa raça, que é o seu povo predileto e cujo destino está, por isso, estreitamente ligado ao do mundo. Por essa razão, teremos de aniquilar as outras religiões. Se, em conseqüência disso, se estabelecer transitoriamente o ateísmo, não devemos temer que esta circunstância prejudique nossos fins" ("Protocolo" 14). Será isso motivo suficiente, para merecer uma séria reflexão da parte dos "magnânimos"?

É notável o fato de que este programa religioso se realizou praticamente na Rússia, onde Trotzky (segundo as clamorosas publicações da imprensa "yankee" judaizada) é tido como irreligioso e onde os comissários judeus, respondendo a moribundos que suspiram pela assistência espiritual, declaram: "O Todo-Poderoso foi destronado por nós". A senhorita Catarina Dokoochiew declarou à Comissão de Socorro aos judeus orientais que "as igrejas cristãs haviam sido horrivelmente profanadas pelos bolchevistas, mas que as sinagogas estavam intactas e não tinham sofrido nenhum dano".

Todas estas formas de ataque, cujo fim é a destruição dos centros naturais da vida intelectual dos não-judeus e sua substituição por outros de índole malsã e destrutora, são secundadas eficazmente pela propaganda do luxo, que é uma das influências mais enervantes que se conhecem. Começa pela comodidade e, através da indolência e da efeminação, leva à degeneração física, intelectual e moral. A princípio, é sedutor, mas termina em paixões debilitantes, causadoras da ruína total de todas as energias sãs e fortes da existência. O estudo das mútuas relações entre o luxo e a desmoralização constituiria um tema especial e dele resultaria que a causa fundamental dessas duas manifestações se reduz a uma única força.

Se constitui o fim imediato de todas estas influências, a desordem entretanto só é considerada o prelúdio de um estado de coisas muito mais grave e desolador, que é a "extenuação" total. Compreende-se claramente o que isso quer dizer. A extenuação é um ataque fatal à vitalidade do organismo coletivo de uma nação. Os últimos acontecimentos políticos o provam com plena evidência e ninguém se preocupa mais com isso. Os partidos parlamentares, embora publiquem ruidosas proclamações, em que seus candidatos prometem céu e terra aos eleitores, não se importam de realizar praticamente seus programas. A extenuação se iniciou com a guerra mundial e suas excitações. A paz, com as suas perturbações, coroou e completou a obra. Os povos já não crêem em nada nem têm esperança alguma. Toda confiança está morta e poderíamos quase dizer que, com ela, se extinguiu a audácia e o espírito empreendedor. A falência de todas as iniciativas que falsamente se haviam proclamado "movimentos populares" foi tão completa, que a maioria perdeu toda esperança na eficácia de futuros movimentos da mesma natureza.

A este respeito, rezam os "Protocolos": "Extenuação geral, mediante discórdias, inimizades, fome, propagação de epidemias e empobrecimento, até que os infiéis só vejam salvação nas nossas riquezas e chamem em seu auxílio o nosso dinheiro e o nosso poder" ("Protocolo" 10). "Por todos estes meios debilitaremos e extenuaremos de tal modo os infiéis, que estes se verão obrigados a ceder-nos a autoridade internacional. Com a ajuda desta, absorveremos todos os poderes que ainda dominarem no mundo e formaremos assim o supergoverno. E dirigiremos de tal forma a educação dos infiéis, que, por fraqueza e decadência, desistirão de toda empresa que requeira ousadia". ("Protocolo" 5).

Os judeus nunca estiveram debilitados ou exaustos, nunca se viram diante de um impossível. Eis um indício inequívoco para os que conhecem bem o "fio rubro" que atravessa nossa vida. A incerteza, o oscilar constante, sob a ação de influências cuja origem e cuja finalidade desconhecemos, enerva e esgota o espírito. Assim vivem e sofrem, há séculos, os não-judeus. Os outros, cônscios do que sucede, não sucumbem a esta extenuação. E possível tolerar até as perseguições, quando se sabe por que se suportam e, em todas as épocas, os judeus souberam quando e por que elas coincidiam com os seus planos. Aliás, os não-judeus sofreram mais do que os israelitas com tais perseguições, porque, mal estas cessavam, o não-judeu tornava a mergulhar nas trevas anteriores, enquanto o judeu reencetava seu caminho, fixado até o fim e no qual crê inflexivelmente, segundo dizem e afirmam pessoas que tiveram ensejo de penetrar mais profundamente nos assuntos judaicos. É possível que essas pessoas também estejam contaminadas pela extenuação geral que citamos. Porém, seja como for, a revolução que teria de livrar o mundo do jugo judaico seria tão cruel como os métodos judaicos usados para dominar os não-judeus. Muitos duvidam de que estes possuam a energia necessária para se defenderem; é provável que não a tenham. Saibam pelo menos quem são os seus algozes.

XIV

Teriam previsto os judeus a guerra mundial?

Antes de passar a um estudo consciencioso da conexão interior e exterior entre o programa "escrito" dos "Protocolos dos Sábios de Sion" e a "realidade" das coisas, tal como pode ser observada na vida dos povos, fixemos nossa atenção nos pontos que, na época da redação dos referidos "Protocolos", ainda pertenciam ao futuro. Cumpre não esquecer que tudo o que, em 1896 ou em 1906, ainda cabia ao futuro, pode hoje pertencer ao passado; o que, então, eram projetos são hoje, provavelmente, fatos consumados. Recordemos as palavras do "Protocolo" 22, que diz: "Tratei de descobrir cuidadosamente os segredos de acontecimentos passados e vindouros, como também o importante desenvolvimento do 'futuro mais próximo', do qual nos aproximamos envoltos 'numa onda de angustiosas crises' ".

Alguns destes "acontecimentos importantes" já se realizaram e projetarão uma viva luz nas questões de que aqui iremos tratando.

Uma prova documental, que ainda está na memória de todos, é a que oferece a Grande Guerra. A crítica judaica, provocada pela nossa atual campanha publicitária, tentou levantar grande clamor, porque num dos capítulos precedentes nos ocupamos do anti-semitismo que atualmente predomina na Alemanha, e procurou iludir torpemente o público, afirmando que estes nossos artigos não passavam de uma sagaz propaganda germânica de após-guerra. Muito ao contrário, a verdade é que uma série de artigos que se ocupam da questão judaica teve de ser preterida, com o fim de informar primordialmente o povo "americano" sobre o essencial da referida questão. Excetuando talvez unicamente os Estados Unidos, a Alemanha é hoje o país que, mais do que qualquer outro, se encontra, interna e externamente, sob a influência judaica, afirmação esta que se pode agora apoiar em provas muito mais convincentes do que o segundo capítulo desta obra. (Façamos, porém, constar que aquelas provas, primeiramente impugnadas pelos porta-vozes judeus, foram mais tarde admitidas). Desde então, a opinião pública, na Alemanha, conseguiu que os judeus desaparecessem, individualmente, da maioria dos cargos públicos. O povo alemão esforçou-se com o fim de reintegrar alemães na administração do país.

Porém, significará isso que, deste modo, a Alemanha se libertou dos judeus? Absolutamente não! Porque as raízes do domínio judaico estão mais ampla e profundamente ramificadas e significam muito mais do que o exercício público dos diferentes cargos do poder político e administrativo. Sua influência decisiva sobre as grandes indústrias, a riqueza e o futuro político da Alemanha não se alterou minimamente e continua, até hoje, inquebrantável.

Citando aqui a Alemanha, em relação à questão judaica, obedecemos a razões muito particulares. Sabe-se que ali surgiu o brado de "anexações", numa época em que toda a atividade guerreira e a opinião pública alemãs se achavam inteiramente sob a influência judaica. "Anexações" foi o brado

que, de improviso, se ouviu em todas as partes do mundo, enquanto nos Estados Unidos, que então nem sequer sonhavam em participar da guerra, surgia o brado contrário de "sem anexações". Deste modo se transformou este assunto numa questão mundial. Não custou muito conseguir que, de uma maneira surpreendente, os povos esquecessem quase por completo os rios de sangue derramado, os usuários da guerra e os demais horríveis sucessos, para debater exclusivamente um assunto que, pela sua natureza, devia pertencer ao fim e não ao princípio da guerra, isto é, a questão das "anexações". Quando se considera quem decidiu, na Alemanha, a formulação das aspirações políticas e quem eram, na mesma época, os conselheiros decisivos da política exterior dos Estados Unidos, esta contra-senha, formulada sob a forma de "anexações", assume para o mundo inteiro caráter interessantíssimo, porém ainda um tanto obscuro.

Adquire-se, entretanto, uma compreensão absoluta ao ler os "Protocolos", cujo texto data do ano de 1896 e que só agora, que se lhes deu mais publicidade, se vão tornando conhecidos. A data mais recente que, sem espécie alguma de dúvida, se lhes pode atribuir é o ano de 1905. A segunda tese, a que se ocupa da guerra, diz no princípio: "Para os 'nossos fins', é imprescindível que, possivelmente, as guerras não proporcionem vantagens territoriais a nenhuma das partes. Assim se consegue que os conflitos se desviem para um ponto de vista econômico e os povos combatentes reconhecerão 'nosso predomínio', à medida que lhes 'formos prestando nosso auxílio'."

Quem poderia, no espaço de tempo compreendido entre 1896 e 1905, pensar que, em futuras guerras, haveria de surgir a contra-senha "sem anexações"? Um de nós? Um estadista ou um político? Sabemos perfeitamente que os estados-maiores dos diversos países se ocupavam dos planos e das operações a realizar numa guerra futura, mas também não ignoramos que os estadistas responsáveis se esforçavam por conseguir o máximo equilíbrio possível de interesses, a fim de evitar conflagrações. Quem foi o que, com o seu programa de "sem anexações", lhes turvou a todos a visão?

Felizmente possuímos provas judaicas irrefutáveis que respondem às nossas perguntas. A revista **American Jevish News** (Notícias Judeu-Americanas) publicou, em 19 de setembro de 1919, o seguinte artigo de fundo de Litman Rosenthal, intitulado "Quando os profetas falam".

"Há muitos anos que Nordau profetizou a declaração de Balfour, com referência ao estado judeu independente na Palestina", refere Litman Rosenthal, amigo íntimo de Nordau, numa das suas brilhantes crônicas.

Na página 164 da sua obra, diz o autor a este respeito: "Um sábado, no dia seguinte ao encerramento do sexto congresso sionista, o doutor Herzl convidou-me telefonicamente a visitá-lo". Este particular fixa a data do fato, porque o sexto congresso sionista se realizou na Basiléia, no mês de agosto de 1903. E o referido autor continua: "Entrando na ante-sala do hotel, encontrei a mãe de Herzl, que me recebeu com sua proverbial afabilidade, perguntando-me se já se acalmara a agitação que reinava entre os sionistas russos". "Por que justamente a dos sionistas russos, minha senhora? perguntei-lhe eu. E por que a interessa justamente o estado de ânimo destes?" "Porque meu filho se ocupa de preferência dos sionistas russos", respondeu-me a dama; "neles vê a quinta-essência, a vitalidade principal do povo judeu".

Por ocasião desse sexto congresso sionista, na Basiléia, o governo britânico (Herzl e os seus agentes mantinham contínuo contato com o governo inglês,

conforme a **Enciclopédia Judaica**, volume XII, pág. 678) havia oferecido aos judeus uma colônia em Uganda (África Oriental). Herzl mostrava-se disposto a aceitá-la, não em lugar da Palestina, mas como primeiro passo no caminho da realização do sionismo. Este particular, constituiu o tema da conferência ocorrida no hotel da Basiléia, entre Herzl e Litman Rosenthal. Segundo a crônica acima citada, o primeiro dissera ao segundo: "Existe uma diferença entre a meta final e o caminho que até ela conduz".

De súbito entrou na sala Max Nordau, que na última conferência de Londres foi, segundo todas as probabilidades, nomeado para suceder a Herzl. Cessou então a conversação entre este e Rosenthal. Leia agora o leitor, com toda a atenção, a parte essencial da relação de Litman Rosenthal:

"Quase um mês depois, cheguei, em viagem de negócios, à França; de passagem para Lyon, detive-me em Paris, onde, como de costume, visitei nossos amigos sionistas. Um deles me informou de que, naquela mesma noite, o senhor Nordau dissertaria sobre o sexto congresso sionista da Basiléia. É supérfluo dizer que interrompi a viagem para assistir à reunião e ouvir a relação de Nordau. Quando entramos no local da conferência, encontramo-lo repleto; esperava-se com impaciência o 'grão mestre' Nordau, cuja aparição foi saudada por uma nutrida salva de aplausos. Sem se preocupar com as aclamações, Nordau começou imediatamente seu discurso, dizendo:

> Todos vós aqui viestes por uma interrogação que agita vossos corações e que se formula em vossos lábios; com efeito, a pergunta é magna e de suma importância. Eu vos responderei. O que vós perguntais a vós mesmos é o seguinte: como é possível que eu, um dos autores do programa da Basiléia', me tenha pronunciado a favor da oferta inglesa, relativa à Uganda? Como pudemos eu e Herzl atraiçoar nosso ideal palestinense? Porque, sem dúvida, julgais que o traímos e esquecemos. Ouvi, porém, o que tenho a dizer-vos. Falei a favor da Uganda, depois de refletir longa e detidamente. Aconselhei conscientemente o congresso a debater e a aceitar a proposta inglesa, feita à nação judaica por intermédio do congresso sionista. E as minhas razões... mas, em lugar de expor as minhas razões, contar-vos-ei uma historieta política. Vou falar-vos agora de uma época já quase esquecida, do tempo em que as potências européias decidiram enviar uma esquadra contra a fortaleza de Sebastopol. Naquela época, a Itália, o reino unido da Itália, ainda não existia. Na realidade, a Itália não era mais do que esse insignificante principado de Sardenha, enquanto a Itália grande, livre e unificada, não passava de um sonho, de uma aspiração fervorosa de um longínquo ideal de todo bom patriota. Os chefes políticos que suspiravam e lutavam pela grande Itália eram os três grandes heróis populares: Garibaldi, Mazzini e Cavour.
>
> 'As potências européias convidaram a Sardenha a participar da expedição contra Sebastopol, mandando também sua esquadra bloquear aquela praça forte. Esta proposta originou certa discórdia entre os chefes. Garibaldi e Mazzini não a queriam enviar em auxílio da França e da Inglaterra e justificavam seu ponto de vista, dizendo: 'Que nos importa Sebastopol? Sebastopol nada é para nós que temos de concentrar todas as nossas forças no nosso programa, na obra a que nos consagramos: a unificação da Itália, para que possamos realizá-la, quanto antes.
>
> 'Mas Cavour, que era naquele tempo o estadista mais hábil e mais clarivi-

dente do país, empenhou-se em conseguir que a esquadra participasse do bloqueio de Sebastopol e chegou a impor seu ponto de vista. Talvez vos interesse saber que a mão direita, o amigo íntimo, o conselheiro, o secretário do Cavour, Hartum, era judeu e que, nos círculos de oposição ao governo, se falava com indignação da traição judaica. E, numa assembléia de patriotas italianos, clamou-se contra o conselheiro Hartum, exigindo que esclarecesse e motivasse seu procedimento político tão desleal. E Hartum respondeu: 'Nosso sonho, nossa luta, nosso ideal, que já pagamos com lágrimas e sangue, com preocupações e desesperanças, com a vida dos nossos filhos e com as ânsias mortais de nossas mães, é uma Itália livre e unida. Todos os meios que levarem a este fim grande e glorioso são sagrados. Cavour sabe perfeitamente que, finda a luta diante de Sebastopol, cedo ou tarde se reunirá uma conferência da paz da qual participarão todas as potências que tomaram parte no bloqueio. É verdade que a Sardenha não tem interesse imediato nesta guerra, mas, se agora tomarmos parte na luta, estaremos mais tarde representados na conferência da paz com direitos iguais aos das outras potências e, nesta conferência, Cavour proclamará a Itália livre e independente. Portanto, nosso sonho, pelo qual sofremos e morremos, se converterá finalmente numa realidade grandiosa e feliz. E, se agora tornardes a perguntar o que tem a Sardenha que ver com Sebastopol, eu vos responderei com estas palavras que são **os degraus de uma escada**: Cavour, Sardenha, bloqueio de Sebastopol, conferência da paz, proclamação da Itália livre e unificada.'

"Toda a assistência entregava-se à fascinação do discurso deveras poético e brilhante de Nordau, cujo francês elegante e harmonioso encantava os ouvintes. O orador interrompeu-se alguns segundos, enquanto o público, exaltado pela sua oratória cintilante, o aplaudia com verdadeiro frenesi. Nordau pediu silêncio e continuou, dizendo:

'Pois agora a Inglaterra, grande e progressista potência mundial depois das carnificinas de Kichinef e como prova de simpatia pelo nosso pobre povo, ofereceu à nação judaica, por intermédio do congresso sionista, a colônia independente da Uganda. É verdade que esta fica na África e que, para citar as próprias palavras de Herzl, a África não é a Palestina e nunca o será. Porém, Herzl sabe perfeitamente que, para a causa do sionismo, nada é mais vantajoso do que manter amistosas relações políticas com uma potência como a Inglaterra, relações estas tanto mais valiosas porquanto o interesse primordial da Grã-Bretanha se concentra no Oriente. Em nenhuma parte do mundo se dá tanto apreço a um precedente como na Inglaterra e seria, portanto, de suma importância receber uma colônia das mãos dos ingleses, criando assim um precedente a nosso favor. Tarde ou cedo, a questão do Oriente tem de receber uma solução. Tratar-se-á necessariamente da Palestina e a Inglaterra, que dirigiu nota diplomática formal ao congresso sionista, sujeito ao programa da Basiléia, levantará decisivamente a voz na solução desse problema. Herzl compreendeu que era sua obrigação manter estas preciosas relações com esta grande potência progressista. Herzl sabe que estamos em vésperas de uma formidável conflagração universal. É provável que em breve se reúna uma espécie de congresso mundial; então a Inglaterra, a grande, a livre, a poderosa Grã-Bretanha, prosseguirá a obra que iniciou com esta generosa oferta

dirigida ao sexto congresso sionista. E, se agora me perguntardes o que tem Israel com a Uganda, repetir-vos-ei as palavras do grande estadista da Sardenha, só agora aplicáveis ao nosso caso e no nosso sentido. Direi as palavras seguintes, como se vos mostrasse os degraus de uma escada que sobe cada vez mais: 'Herzl, o congresso sionista, a proposta inglesa da Uganda, a vindoura guerra mundial, a conferência da paz onde, com o auxílio da Inglaterra, será criada uma Palestina livre e judaica.'

"Estas frases caíram como um formidável trovão sobre nós todos, que estremecemos de surpresa e de veneração, como se nos houvessem proporcionado uma visão do futuro. E nos meus ouvidos repercutiram as palavras do nosso grande irmão 'Achad Haam', que julgara Nordau pelo seu discurso no primeiro congresso sionista: "Tenho a sensação de que acabo de ouvir um dos grandes profetas antigos, de que esta voz baixou das livres montanhas da Judéia; e os nossos corações ardem ao escutar estas palavras tão cheias de prodígios, de sabedoria e de visões."

O que mais surpreende é que este artigo tenha chegado a imprimir-se. Cumpre lembrar, porém, que só apareceu "depois" da declaração de Balfour sobre a Palestina e certamente nunca seria publicado se os judeus não estivessem convencidos de que haviam realizado a maior parte do seu programa. O judeu, que nunca se descobre, antes de ganhar a partida, manifesta-se após o triunfo. Só foi possível descobrir os judeus em 1903, no programa "da escada com os seus degraus: "futura guerra mundial, conferência da paz e Palestina judaica". Julgando-se chegados ao degrau mais alto, permitiram que se falasse livremente do assunto.

Um exemplo muito semelhante é o que oferece a tragédia do Tzar da Rússia. Quando se soube, na América, que fora destronado, houve grande alegria em Nova Iorque e uma personagem não-judia de fama universal pronunciou um discurso no qual enaltecia um judeu importante (isto é, Jacob Schiff, chefe da maior casa bancária americana, de Kuhn Loeb e Cia., recentemente falecido, porque preparara a queda do Tzar com o dinheiro que fornecera e com o qual, durante a guerra russo-japonesa, se haviam propagado idéias subversivas entre os prisioneiros russos internados no Japão. Este fato só se tornou conhecido depois de ganha a partida. Também não devemos esquecer que os que desempenharam o último ato desse drama sangrento, os assassinos de Nicolau Romanoff e de sua esposa, das suas jovens filhas e de seu filho doente, foram cinco delegados dos **soviets,** "todos eles judeus". O que foi iniciado, com o auxílio de um financista judeu-americano, acabou cruentamente, por obra dos delegados bolchevistas judeus.

Deve-se crer, então, que os judeus internacionais previam, em 1903, a guerra mundial? A relação de Rosenthal só proporciona para isso uma fração de prova. Tê-la-iam unicamente previsto? Mais valeria que se houvesse limitado a esta previsão! Há, entretanto, fatos que provam que "também a prepararam".

Em primeiro lugar, pedimos ao leitor que guarde na memória duas frases características da citada obra de Rosenthal, a saber: "Talvez vos interesse conhecer que a mão direita, o amigo íntimo, o conselheiro, o secretário de Cavour, Hartum, era judeu". Assim se exprime também a imprensa judaica. Se o **Dearborn Independent,** ou outro periódico ou revista de Nova Iorque ou de Chicago, quisesse recordar a lista dos secretários dos poderosos da

terra, pondo-lhes ao lado do nome o qualificativo de "judeu", é certo que a liga antidifamatória judaica publicaria grandes circulares de protesto. Segundo a opinião dos judeus, não se devem atrever os não-judeus ao que aos judeus é permitido. Se alguém tivesse de escrever sobre a personalidade política de Hartum, deveria designá-lo como "italiano".

E os secretários judeus, que, antes da guerra, durante a mesma e na conferência da paz, eram numerosos, seriam menos inteligentes do que Hartum? Não existiam Hartuns na França, na Inglaterra, na Alemanha (nos Estados Unidos consta que eram muitos) que conhecessem perfeitamente o programa da "escada"? E Max Nordau, que em 1903 o conhecia pormenorizadamente, esquecê-lo em 1914 e 1918? Seja como for, sabemos que "os judeus, reunidos em 1903 no seu congresso da Basiléia, haviam previsto a vindoura guerra mundial". Como chegaram a saber que se converteria numa conflagração mundial? Sabemos mais que, talvez em 1896 e seguramente em 1905, os "Protocolos" previam a política de "sem anexações".

Sobreveio a guerra mundial. Chegou igualmente a fase do "sem anexações". Encontram-se nos "Protocolos" os dois conceitos seguintes: "fizemos" e "faremos". Quando, no corrente ano, o chefe oculto do programa mundial dirigir, em qualquer parte, a palavra aos seus ouvintes iniciados, empregará em muitos pontos o termo "fizemos" onde o seu colega de 1896 diria "faremos", pois o que nos "Protocolos" sionistas pertencia ao futuro, já é, para nós, o passado; muitos projetos já se realizaram.

"Apresentar-nos-emos, quando convier como libertadores das classes operárias"; já se fez e se continua a fazer. "Desviaremos os interesses dos infiéis para a indústria e o comércio"; é coisa que já se realizou. "Criaremos uma administração poderosamente centralizada, para reunir todas as energias nacionais nas nossas mãos". "Estaremos" do lado "liberal" de todos os partidos ou movimentos políticos, por meio dos "nossos oradores". Já é um fato. "Conseguiremos, pela violência, o aumento dos salários". Já foi conseguido! "Provocaremos, ao mesmo tempo, uma alta dos preços de todos os gêneros indispensáveis à vida". Assim foi, efetivamente! "Solaparemos também os fundamentos da produção, seduzindo os operáros com idéias anarquistas". Disso há provas evidentes!

Diz o sétimo "Protocolo": "Para provar a escravidão dos governos europeus, demonstraremos nosso domínio efetivo com crimes e violências, isto é, mediante um regime de terror".

Quem concentrar sua atenção na Rússia, observando ao mesmo tempo o procedimento dos estadistas responsáveis da Inglaterra, da França, da Itália e dos demais países europeus perante os **soviets**, quem discernir claramente a efetiva "escravidão" de certos governos, sob o jugo de certos assuntos que tanto mais confusos se tornam quanto maior for o interesse que se manifestar por eles, e, enfim, quem refletir na situação da Europa extenuada por uma ferida mortal, cuja cura se retarda propositadamente, só poderá dizer que a cruenta profecia acima citada também se realizou.

"Nossos planos não tendem precisamente a derribar, de uma só vez, todas as instituições existentes. Limitar-nos-emos a modificar-lhes a aplicação adaptando-lhes o modo de agir no sentido dos nossos projetos". Isso também já se verificou.

"Ensilharemos a imprensa, encurtando-lhe as rédeas". Já foi conseguido! Nos Estados Unidos, como nos outros países, essas rédeas são hoje muito curtas, e disso poderiam falar, se quisessem, numerosos editores.

"Quando alguém quiser escrever a 'nosso" respeito, não haverá quem lhe imprima os artigos". Isso já é, em grande parte, um fato e a imprensa periódica, que hoje só constitui um negócio, foi totalmente avassalada.

"Como estímulo à especulação, despertaremos nos infiéis a sede do luxo e de uma existência extravagante", coisa que se evidencia cada vez mais.

"Abateremos toda resistência aos nossos planos, envolvendo em conflitos bélicos todo país que se atreva a opor-se aos nossos intuitos. No caso de se unirem contra nós todas as nações vizinhas, desencadearemos uma conflagração 'mundial' ("Protocolo" 7). O termo usado no original de "conflagração" ou "guerra" mundial é idêntico ao que empregam os sionistas Nordau e Rosenthal. "Herzl sabe", disse Nordau, em 1903, "que estamos em vésperas de um possível abalo do mundo inteiro".

"Em toda a Europa e por meio de múltiplas relações com os outros continentes, originaremos inquietações, discórdias e inimizades recíprocas". Isto também constitui hoje triste realidade. "Este modo de agir nos oferecerá duplas vantagens e com este método conseguiremos a estima de todas as nações, porque estas se convencerão de que temos realmente poder bastante, não só para provocar a desordem, como para restaurar a ordem", o que é indubitavelmente verdadeiro.

Referindo-se aos "importantes acontecimentos de que nos vamos aproximando, no meio de fortes crises", o orador do congresso de 1896 disse uma grande verdade. Não só se traduziu em prática a teoria do "sem anexações", na medida prevista nos "Protocolos", mas, ao mesmo tempo, amadureceram muitos outros planos ligados a essa teoria. O lema "sem anexações", como fórmula ética de uma vontade política, é uma coisa; porém, utilizado para o fim de que "deste modo, as guerras se converterão em assuntos econômicos e as nações avaliarão a extensão da nossa superioridade segundo o auxílio que lhes formos prestando", tem uma significação muito diferente. O mundo não-judeu considerou o tema "sem anexações" a expressão de uma ética política; entretanto, o outro programa, que utilizava esta ética unicamente como meio apropriado para seus fins práticos, conservou-se absolutamente secreto.

Este capítulo deverá ser continuado. Por ora, importa saber se, realizado em tantos pontos o programa encerrado nesses "Protocolos" judaicos, já se inventou e participou aos iniciados um novo "Protocolo", isto é, um prolongamento da escada, e se o mundo deve esperar novas revelações. É possível que a divulgação atual dos planos secretos judaicos provoque um despertar dos povos que malograria infalivelmente todo o programa agora em vigor e impossibilitaria a elaboração de outros planos. Mas uma rara e brilhante estrela guia incessantemente o destino de Judá.

XV

Será o "kahal" judeu idêntico ao atual "soviet" russo?

O **soviet** não é uma instituição russa, mas judaica. Também não representa uma invenção moderna dos judeus atuais da Rússia, nem uma nova idéia política de Lenine ou de Trotzky, e sim uma organização de origem judia arcaica que, desde a conquista da Palestina pelos romanos, foi adotada pelos judeus, a fim de continuarem a manter sua existência particular de raça e de nação.

O bolchevismo hodierno, reconhecido agora como mero envólucro exterior de um golpe de Estado planejado minuciosamente e durante longo tempo, com o fim de assegurar o predomínio de uma determinada raça, adotou imediatamente a forma administrativa dos **soviets,** pela simples razão de que os judeus de todas as nacionalidades, que cooperaram para a implantação do bolchevismo na Rússia, sempre foram educados sob a forma e a estrutura do **soviet.**

O **soviet** é citado nos "Protocolos" sob o seu antigo nome judaico de "kahal". Diz a tese 17: "Já nesta época, nossos irmãos se vêem obrigados a denunciar os apóstatas que resistem ao "kahal", quer sejam pessoas da sua família, quer não. "Com o advento do nosso reino", todos os súditos terão de servir deste modo o Estado".

Todo o que conhecer um pouco a vida atual dos judeus sabe perfeitamente o que significam estas denúncias de apostasia. As perseguições cruéis a que se expõe um judeu convertido ao cristianismo, ou o membro de uma família ortodoxa que casar com um não-judeu, não têm comparação possível no resto da humanidade. Recentemente, uma jovem judia domiciliada num dos nossos Estados do oeste casou com um jornalista de sangue não-judeu. Os sentimentos com que a sua comunidade acolheu esta resolução não se manifestariam de modo mais humilhante, se a moça tivesse sucumbido à morte mais infame, ou se tivesse dedicado à profissão mais desonrosa. Celebraram-se por ela lúgubres exéquias e, no dia das suas núpcias, foi declarada morta para o seu povo.

Este caso nada tem de excepcional e uma das descrições mais impressionantes encontra-se na vida do grande filósofo israelita Spinoza, a que os judeus contemporâneos de boa vontade proclamariam a flor do seu povo. Seus estudos levaram-no a duvidar de muitos dos dogmas rabinos, dos "preceitos humanos" citados nos Evangelhos. Como Spinoza gozava de muita fama entre judeus e não-judeus, tentou-se contra ele o sistema usual de suborno. Teríamos escrúpulo em empregar a frase "o sistema de suborno, tão usado entre os judeus", se este conceito não respondesse rigorosamente à verdade. Não temos a intenção de difamar por malícia; mas a história dos judeus, escrita por judeus, fornece uma quantidade de provas de que o suborno constitui a arma predileta e mais usada pelos judeus; e o que agora se vai conhecendo a este respeito demonstra que tudo continua como dantes. Certo publicitário judeu, Jacobo Israel de Haan, advogado holandês, fez constar, há pouco tempo, que a fraqueza da imprensa

árabe ante o suborno dava fundadas esperanças de que a agitação indígena contra os judeus, na Palestina, não tardaria a cessar. Diz o citado autor: "Entre os árabes indígenas, reina vivíssima agitação contra o que eles denominam perigo sionista. Mas os árabes e especialmente os periódicos indígenas se mostram muito acessíveis ao suborno. Dada esta fraqueza, com o tempo perderão sua partida contra nós".

Assim se ofereceu também ao jovem Spinoza a soma de mil florins por ano para calar suas convicções e freqüentar, de quando em quanto, a sinagoga. Spinoza recusou, indignado, e tomou a resolução de ganhar seu sustento polindo lentes para instrumentos óticos. Diante disso, foi excomungado. O cerimonial desse procedimento nos foi referido da seguinte forma: "Por fim chegara o dia da excomunhão e muita gente se reuniu para assistir ao lúgubre ato. A primeira cerimônia consistiu em acender silenciosa e solenemente uma série de velas negras e em abrir a arca sagrada que encerrava os livros da lei mosaica. Excitava-se, dessa maneira, a fantasia dos crentes, para aumentar o horror da cena. O grande rabino, outrora amigo e preceptor e agora o inimigo mais implacável do réu, teve de executar a sentença. Comovido, mas inflexível, ergueu-se e, observado pelo povo com ansiosa espectativa, entoou com voz lúgubre as palavras de execração, enquanto, do outro lado, os sons agudos de uma trombeta se confundiam com suas maldições e se inclinavam as velas negras que escorriam, gota a gota, dentro de um recipiente cheio de sangue" (Lewes: **História Biográfica da Filosofia**).

A fórmula execratória foi a seguinte: "Por ditame dos anjos e dos santos, nós te excomungamos, Baruch de Spinoza, te maldizemos e te desterramos, com o assentimento dos anciãos e desta Sagrada Comunidade, em presença dos Livros Sacros. Pelos 613 preceitos neles escritos, pelo anátema com que Josué amaldiçoou Jericó, pela maldição de Elisa sobre os párvulos e por todas as excomunhões escritas nos livros, serás execrado de dia e de noite, acordado e em sonhos, ao entrar e ao sair. Não te perdoe o Senhor. O furor e a ira divina se acendam para sempre diante deste homem e lhe imponham todas as maldições escritas nos livros da Lei. Risque-lhe o Senhor o nome debaixo do sol e, pelo seu delito, o desterre de todas as tribos de Israel, com todas as maldições escritas nos livros da Lei. E nós ordenamos que ninguém lhe faça favor algum nem habite com ele sob o mesmo teto nem dele se aproxime a menos de quatro côvados, nem leia nenhum escrito redigido por ele". (Pollock: **Vida de Spinoza**).

"Proferidas estas palavras retumbantes, submergiram-se de súbito as velas acesas no sangue e de todas as bocas exalou-se um grito selvagem de ódio e de maldição. E, envoltos em densas trevas, sob as solenes execrações, todos bradaram: Amén! Amén!" (J. K. Hosmer: **Os Judeus**).

Temos, assim, uma ilustração para o capítulo "delações". Com clareza meridiana, nela aparece a pressão enorme que oprime moralmente os judeus quando tentam sublevar-se abertamente contra as idéias anti-sociais do seu povo, embora os detenha o receio dos terríveis castigos iminentes.

Segundo o que prescreve a tese 17 dos "Protocolos", a delação tem de ser aplicada a quem quer que resista ao "kahal", ou seja, o antigo sistema soviético dos judeus.

Subjugado o Estado judeu pelos romanos, conservaram os judeus, na pessoa do seu patriarca, um centro espiritual e político e, quando se dispersaram no orbe inteiro, este centro nacional continuou a existir, na pessoa do "Príncipe

do desterro" ou do exilarca, dignidade que ainda subsiste provavelmente e, segundo a opinião de muitos, é exercida na época atual por uma personagem do judaísmo americano. Apesar de todas as afirmações contraditórias, os judeus nunca deixaram de ser um povo, ou melhor, um grupo conscientemente compacto, baseado na raça comum, visivelmente diverso de todos os outros povos, com fins e ideais genuinamente judeus, isto é, de judeus para judeus e em oposição a toda a humanidade. E seus porta-vozes mais autorizados, como seus pensadores mais profundos, jamais negaram que formem uma nação; antes o acentuam especialmente, concordando assim em absoluto com todos os fatos perceptíveis. Os judeus querem viver distintos dos outros povos, esforçando-se por obedecerem unicamente às suas leis e aos seus costumes. Em Nova Iorque conseguiram instituir seu tribunal próprio, que resolve seus assuntos particulares, com a legislação que lhe é peculiar. E esta corresponde exatamente aos princípios do **soviet** ou do "kahal".

Segundo o que informa, a **Enciclopédia Judaica,** a "comunidade", ou "assembléia", ou "kahal", sempre foi, desde o primeiro século da nossa era até hoje, o centro da vida pública judaica. O Mesmo se dera já no tempo do cativeiro babilônico. E este "kahal" se manifestou, oficial e publicamente, pela última vez na conferência de Versailes, onde os judeus, de acordo com o seu programa mundial ("o único que, com pleno êxito e sem modificação alguma, triunfou na conferência"), asseguraram ao seu povo o direito do "kahal" para todas as suas questões administrativas e culturais, prerrogativa esta que se somou a outros direitos já adquiridos nos próprios países em que é maior a resistência ao seu predomínio. A questão polaca é um problema genuinamente judaico e o insucesso de Paderewsky como homem de Estado deve-se exclusivamente à sua posição subordinada a influências judias. A questão romena está nas mesmas condições e todos os súditos romenos falam da América como de um Estado judeu, porque seus políticos os informaram da enorme pressão exercida sobre sua pátria pelos judeus americanos. Esta pressão se operou em assuntos verdadeiramente vitais para a Romênia e obrigou-a a firmar tratados talvez mais humilhantes do que as condições impostas à Sérvia pelo Império Austro-Húngaro, das quais se originou a guerra mundial. A questão judaica foi a mais distinta das causas que "motivaram a guerra", como foi o "maior dos obstáculos a uma paz possível".

Sob o "Kahal" ou **soviet** antigo, viviam os judeus para si, governando-se a si mesmos, de modo que só por intermédio dos seus superiores tinham relações com o governo oficial do país em que residiam. Esta forma é talvez o comunismo mais caracterizado que se conhece, excetuando o exemplo da Rússia. A educação, a higiene, as contribuições, os assuntos familiares, tudo estava sujeito à vontade ilimitada dos poucos homens que formavam o governo. Esta autoridade não se limitava, além disso, ao poder temporal (como se pode deduzir do atual poder teocrático dos rabinos) e os cargos eram muitas vezes hereditários. Toda propriedade era comum, o que todavia não impediu que os chefes enriquecessem. Estes "Kahals", ou **soviets,** existiam em Roma, na França, na Holanda, na Alemanha, na Áustria, na Rússia, na Dinamarca, na Itália, na Romênia, na Turquia e na Inglaterra. Nos Estados Unidos da América desenvolveu-se este sistema em conexão com a sinagoga e com outras sociedades secretas, nacionais e internacionais.

O "Kahal" representa a forma tradicional da constituição política judaica, durante a diáspora dos judeus. Seu caráter internacional se manifesta nas

autoridades mais elevadas que se dilataram à medida que os judeus se espalharam pelo mundo. A **Enciclopédia Judaica** cita o "Conselho das Três Terras" o "Conselho das Quatro Terras" e o "Conselho das Cinco Terras", que, em outros tempos, constituíam um laço internacional. Mas todas estas relações pouco valem para averiguar o que existe atualmente. O último congresso sionista realizado em Londres, no qual, indubitavelmente, se regularam muitas questões referentes aos judeus do mundo inteiro (embora isso nunca tenha sido declarado publicamente) poderia chamar-se com muita propriedade o "Conselho das Trinta e Cinco Terras", porquanto dele participaram delegados das terras mais distantes, como a Lapônia, a África do Sul, a Pérsia e a Nova Zelândia. O objeto dessa reunião de autoridades judaicas universais foi a unificação do povo judeu e existem relações sobre assembléias semelhantes de todos os séculos passados.

O **soviet** nascido na Rússia não é, portanto, nada de novo. Representa apenas uma forma de governo imposta brutalmente à Rússia não-judia pelos judeus russos revolucionários e sob a qual o povo judeu vem se educando, desde os mais remotos tempos do seu contato com a humanidade. Uma Rússia soviética seria absolutamente impossível sem que noventa por cento dos comissários fossem judeus. O mesmo se daria na Hungria, se Bela Khun, o "prícipe vermelho", e oito dos seus vinte e quatro comissários não fossem judeus. Os judeus constituem o único povo adestrado para implantar e administrar um "kahal" sovietista.

Uma informação da United Press, com data de 12 de agosto de 1920, caracteriza com profusos pormenores o parentesco íntimo do sistema sovietista com a estrutura espiritual dos judeus. Esta informação, referindo-se às cidades e aldeias polacas ocupadas pelo exército vermelho invasor, diz: "Afirma-se que as comunidades judaicas locais já formam administrações soviéticas e comunistas. É muito natural, mas está em flagrante contradição com o que constantemente se diz na grande imprensa a respeito dos sofrimentos dos pobres judeus sob o governo soviético e sobre seu ódio aos vermelhos. Porém, cumpre não esquecer que a maior parte do que costumamos ler na chamada grande imprensa é pura e simples artimanha judaica e contrasta abertamente com o que nos referem testemunhas oculares. Certo membro da Comissão de Socorro americana relata que o referido socorro se torna freqüentemente impossível na Polônia, porque os senhorios judeus exigem aluguéis exorbitantes pelas oficinas e pelos armazéns indispensáveis. Outro membro narra que, apesar de se terem decuplicado as tarifas ferroviárias, nos chamados distritos da fome, os trens mais luxuosos e mais caros são utilizados de preferência por judeus. Da sua viagem de informações através da Hungria, conclui o referido senhor que "os húngaros estão sem dinheiro, mas que os judeus ainda o têm".

"Os judeus americanos detestam Trotzky e o sovietismo", ouve-se dizer às vezes. Será verdade? Na página nove da revista americana **Mundo Judeu,** datada de 30 de julho de 1920, publicou-se uma carta assinada por uma senhora, Samuela Rushe, e assim intitulada: "Será verdade que nos envergonhamos de Trotzky?" E alguns trechos extraídos da mesma dizem o seguinte: "Ouvi recentemente queixas de editores judeus, porque sempre se lança ao judeu a acusação de radical. É certo que muitos judeus o são realmente e que muitos chefes dos radicais são judeus. Porém, antes de vertermos lágrimas sobre esta degeneração da raça, reflitamos: Trotzky sempre nos foi descrito como

homem ilustrado, com profundos estudos da economia internacional, como chefe poderoso e autorizado, como pensador que, seguramente, passará à História como um dos grandes vultos do nosso povo... Poucos são entre nós os que ainda duvidam de que, sob as sandices que se publicam acerca da Rússia, se oculta a grande verdade de que esse país se encontra no estado de desequilíbrio inseparável de toda reconstituição. Sob a desordem aparente, dissimula-se um plano e da catástofre deve renascer a ordem. Não será o país Utopia, mas um governo tão bom quanto o puderem formar os idealistas inegavelmente inteligentíssimos da nova Rússia, com o material humano naturalmente defeituoso de que se dispõem. E um dos chefes é Leon Trotzky. Devemos realmente envergonhar-nos dele?"

Salta aos olhos que pelo menos a autora da carta não se envergonha de Trotzky.

Refiramos também o que concerne ao juiz Harry Fischer, de Chicago. Continuando a receber do Estado a sua paga de juiz, pôs-se a correr mundo a serviço da comissão judaica de socorro. Porém, mal partiu, mudou de rumo e finalmente chegou à Rússia. Pelo que se diz, permitiram-lhe o acesso no país mediante a promessa de se não ocupar de assuntos políticos, condição que certamente não lhe foi imposta por ocasião do seu regresso, porque, mal aqui chegou, fez-se abertamente propagandista da idéia de relações comerciais ilimitadas com o governo soviético da Rússia. Segundo a **Tribuna,** de Chicago, o juiz resumia nestes termos o seu modo de ver: "Devemos abandonar a Rússia a si mesma, porém deveríamos reatar relações comerciais com os **soviets.** O governo bolchevista está firmemente arraigado; enquanto há só 700.000 membros do partido comunista, os camponeses apóiam, com seus cem milhões de almas, o regime de Lenine". Entre os projetos soviéticos apoiados pelos cem milhões de camponeses sobressai o seguinte, que assume interesse especial, pelo fato de ser o juiz Fischer investido da autoridade de juiz moralista do Tribunal moral de Chicago: "Há tempos, divulgou-se a notícia de que as mulheres russas haviam sido declaradas propriedade nacional. Isso não é exato, mas a facilidade com que se pode contrair casamento e divorciar-se favorece uma rapidíssima variação. Quem pretende casar-se, apresenta-se no "Ajuntamento", como diríamos nós, e inscreve o próprio nome no registro matrimonial. O estímulo ao casamento é, portanto, muito grande. Quando duas pessoas necessitam com urgência de roupas e de alimentação, combinam às vezes casar por um dia só. No dia seguinte, voltam aos registros civis e inscrevem simplesmente o seu nome na lista dos divorciados. Estas são as únicas formalidades exigidas para o casamento e o divórcio. Entretanto, o par conseguiu as vantagens que desejava".

O juiz Harry Fischer, de volta do exterior, ao serviço da Comissão judaica de socorro, não é evidentemente dos que se envergonham Trotzky.

Maximo Pine, que, durante muitos anos, foi o secretário judeu de comércio de Nova Iorque, também esteve na Rússia soviética, na qualidade de "representante dos operários". Também pôde contar muitas aventuras dos **soviets** e, entre outras, a estranha circunstância de que tudo ali corre admiravelmente para os judeus, até para os que não são bolchevistas.

Ouvimos, pois, três pessoas diferentes e que pertencem a camadas sociais muito diversas; mas cada uma delas nutre uma simpatia especial pelo "kahal", isto é, pelo **soviet,** certa admiração pelos seus métodos e uma benevolência evidente pelos seus chefes. Porque o sovietismo é o sistema mais perfeito

do despotismo absoluto e suas normas matrimoniais estão justamente de acordo com os "Protocolos" sionistas, em que se diz: "Destruiremos a influência do lar e da família entre os infiéis". Pode-se pôr em dúvida que os "kahals", ou **soviets** judeus-russos consigam ou não a completa dissolução da vida familiar do povo russo. A fraqueza fundamental do sistema soviético é idêntica à dos "Protocolos", isto é, uma depravação da moral inaudita que se alastra como um cancro, até que ela mesma perece juntamente com o organismo que ataca.

Observada sob o ponto de vista dos "Protocolos de Sion", a Rússia ainda não constitui um Estado judeu, mas um Estado não-judeu, conquistado por forças judaicas. Citam-se nos "Protocolos" três espécies graduais de procedimento. Consiste o primeiro na destruição secreta da comunidade de uma raça, mediante a divulgação de idéias sedutoras e dissolventes, tarefa para a qual se recorre também a elementos não-judeus. Logo que tais idéias tenham produzido efeito suficiente para destruir a sociedade, originando uma crise, aparecem de improviso à superfície (como sucedeu na Alemanha) as forças que antes operavam em segredo e, tomando as rédeas, chefiam e insurreição. Foi o que se deu na Alemanha, depois da desordem que se seguiu ao armistício; entretanto, os alemães, já havia muito, tinham percebido a influência decisiva exercida pelos judeus em todos os altos cargos do Império; não passou, por isto, muito tempo, sem que os israelitas se vissem obrigados a deixar os referidos postos. Na Rússia também os judeus se precipitaram ao apossar-se do poder político e administrativo e ali conseguiram conservar-se nele. Este processo se iniciou com a pressão exercida por Kerensky (Kirbis) sobre o Tzar, para que este renunciasse à coroa, e continuou a manifestar-se sob o regime de Trotzky (Braunstein), cujos exércitos vermelhos rodeiam a garganta da Europa.

Porém, a conquista de um país, tentada na Alemanha e conseguida na Rússia, ainda não representa o objetivo final, segundo os "Protocolos"; é apenas o princípio do seu desenvolvimento visível. O "kahal-soviet" tende para a destruição total da sociedade não-judia, para a ruína completa de toda união e cooperação, para entronizar um despotismo absoluto rigorosamente regulado em todos os seus pormenores, até na povoação mais insignificante, a fim de fragmentar o país e impossibilitar-lhe a reação. É obvio que este procedimento compreende também a decomposição da vida industrial, como o recrutamento dos não-judeus no exército e, portanto, a dissolução geral de toda moral e de toda origem. Este é, nos "Protocolos", o intuito final do programa, após o qual começaria a reconstituição que converteria o país em questão num estado judeu. Esta última fase ainda não se observou no mundo, nem sequer na Rússia e, se o povo russo despertar do aturdimento em que caiu, ali também não será realizável. Se bem que várias vozes judias apregoem que a Rússia soviética repousa em bases inabaláveis, cabe à Rússia pronunciar a palavra definitiva e a Rússia ainda não falou. Ante a perspectiva do futuro despertar da verdadeira Rússia e da sua terrível vingança contra os **soviets,** o mundo inteiro estremece de horror.

O programa contido nos "Protocolos" sionistas viu-se, durante a Revolução Francesa, muito próxima da realização, mas a depravação moral a impediu. Na Rússia, o mesmo programa deu mais um passo para a vitória; todavia, também sucumbirá, em razão da negação das leis morais. Na atualidade, a questão judaica se debate praticamente na Polônia e na Rússia e as forças do judaísmo recebem o principal apoio dos Estados Unidos. Logo, não é de

estranhar que os Estados menores da Europa Oriental, na sua heróica luta contra o povo judeu, dêem à América a denominação de Judéia.

"Demonstraremos a nossa onipotência num Estado", rezam os "Protocolos". "Para evidenciar a escravização dos governos europeus infiéis, provaremos a um deles nosso poder, mediante a violência ou o regime terrorista" ("Protocolo" 7).

Uma após outra, as potências européias viram-se constrangidas a retirar da Rússia as próprias tropas. Os ministros europeus, um depois do outro, deixaram-se atar as mãos ante o problema russo. E o mundo inteiro viu-se obrigado a assistir à violação da Polônia, a segunda vítima do sistema soviético, punida por ter ousado oferecer resistência ao poder judaico. A Rússia pagou muito caro a tentativa de se tornar independente dos judeus; agora é a vez da Polônia. Segundo as esperanças dos judeus russos e de muitos judeus americanos, esse incêndio deveria propagar-se por todo o globo.

Se os judeus onipotentes no mundo quisessem que a Rússia se libertasse, se desejassem que se extinguisse essa chama voraz e que seus irmãos de raça deixassem de participar nos movimentos revolucionários do orbe inteiro, consegui-lo-iam em menos de uma semana. O que atualmente presenciamos no mundo faz-se de acordo com a vontade e com a plena consciência dos poderes judaicos internacionais. Aparentemente, não há intenção de se conseguir o retrocesso de um movimento que tem tão profundas raízes nos círculos judaicos americanos. Isso corresponde ao programa, que diz: "Demonstraremos nosso poder num Estado"; e assim se fará. Mas esta "demonstração" tem dois aspectos: demonstra na verdade o "poder", mas delata ao mesmo tempo o "povo" que exerce; e é bem possível que, por fim de contas, este povo se arrependa de o ter desejado, conseguido e utilizado.

Quem quiser comprovar a exatidão do julgamento do caráter humano, tal como se reflete nos "Protocolos" judeus, medite um pouco o efeito que nele próprio exerceu o bolchevismo. Não se pode negar que, em todas as camadas da população americana, existe certa admiração pelo golpe formidável que Lenine e Trotzky infligiram a um monumento tão maciço. Sua audácia, sua capacidade de se sustentarem, a despeito de tantas energias contrárias, colheram certa aprovação. Compare-se este resultado ao trecho do "Protocolo" 10, em que se lê: "As massas têm certa simpatia e estima especial pelo gênio político violento e, ante os feitos audazes, costumam exclamar: "Infame, mas hábil": "Um ardil grosseiro, mas bem urdido"; "Insolente, porém grandioso". Contamos recrutar todos os povos para fundamentar nossa grande obra. Antes de tudo, cumpre assegurar-nos dos serviços de agentes intrépidos e ousados que removam todos os obstáculos do nosso caminho. Quando realizarmos nosso golpe de Estado, diremos ao povo: "Tudo ia mal, sofremos todos. Extirparemos as causas dos vossos sofrimentos, tais como o nacionalismo, as fronteiras nacionais e a diferença entre as moedas. É claro que tendes liberdade para julgar-nos como quiserdes; porém, seria injusto que o fizéssemos antes de permitir que possamos mostrar-vos o que queremos e o que podemos".

Esta idéia é aparentemente justa e, de acordo com ela, sempre se procedeu com êxito. Porém, forçosamente há de se manifestar também o efeito contrário. Os verdadeiros causantes e as intenções reais do movimento que se ocultam sob o bolchevismo aparecerão imediatamente. E, então, a humanidade inteira esmagará, como um só homem, este programa mundial, exatamente no momento em que seus executores julgavam estar perante a vitória definitiva.

E, mais do que qualquer outro, será justamente o sistema de "kahal" soviético e russo o que projetará um clarão revelador sobre o programa judaico mundial. Cinco gerações passaram julgando a Revolução Francesa, sob a luz errônea e ilusória que muito habilmente se lhe conferiu. Hoje sabe-se que aquela revolução não foi obra do povo francês, mas o crime de uma minoria que quis impor à força aos franceses, o mesmo plano que nos preocupa atualmente. E assim foi justamente o povo o que derribou a mal chamada Revolução Francesa. Porém, desde então e como resultado dessa revolta planejada por uma minoria perfeitamente organizada, a França não conseguiu mais livrar-se do domínio judaico.

A Revolução Russa não passará à História com a mesma auréola romântica, porque o mundo já sabe o que há de verdade nela; não tardará muito a saber também com que dinheiro e com que diretrizes espirituais foi projetada e se realizou e de que continente derivou o impulso principal. A "revolta russa tem origem racista e não política nem econômica". Sob o seu falso socialismo e as suas frases ocas de "confraternização universal", se dissimula o plano exatamente traçado da aspiração de uma determinada raça ao domínio mundial, de uma raça que nada tem de russa, mas que tende para espesinhar todo são raciocínio e os interesses comuns da humanidade civilizada.

XVI

Como influi a questão judaica sobre a agricultura

Os juros excessivos sobre propriedades extorquidos pelos judeus são conhecidos por todo mundo. Mas não constituem, em absoluto, seu único programa "territorial". Por motivo da especulação judaica da propriedade imóvel, modificou-se fundamentalmente o caráter de muitas populações americanas nestes últimos quinze anos, e até em algumas cidades do oeste está comprovado que a recente alta usurária dos aluguéis foi, em grande parte, obra dos proprietários judeus. O governador de um dos nossos mais importantes Estados fora contrário a um decreto projetado para a regulamentação dos aluguéis. Sua resistência era apoiada por uma intensa pressão exercida sobre ele pelos mais poderosos interesses judaicos, tanto de sua própria terra como dos Estados vizinhos. Finalmente, o governador decidiu-se a assinar e a mandar executar o decreto, baseado nas suas próprias investigações e nas de seus auxiliares. Essas investigações comprovaram, em centenas de casos, que a prática geral entre os proprietários judeus era traspassar a respectiva propriedade sucessivamente a todos os membros de sua família, causando cada transferência uma correspondente alta nos aluguéis. Os olhos do público se vão abrindo desse com referência à questão judaica. O governador desse Estado compreendeu tudo em tempo.

Entretanto, isso não constitui uma particularidade exclusiva dos proprietários judeus, mas também os não-judeus se têm servido do mesmo truque.

Porém, onde os judeus dominam é na aquisição de estâncias. Eles são, em realidade, os proprietários do solo americano. Isso poderiam confirmar todos os associados e inquilinos de casas na América, com exceção do oeste. Certamente que a posse de estâncias, propriamente dita, não é repreensível, enquanto não se manifeste o sentido anti-social ou antiamericano. Mas é aqui onde está enraizado todo o mal. Muitos dos lugares mais antigos e sagrados do americanismo, situados a este do país, perderam completamente seu caráter original, pela invasão, não precisamente de "estrangeiros", mas de judeus.

Quanto mais detalhadamente vamos tomando conhecimento dessa invasão, mais devemos desconfiar das cifras que os judeus publicam sobre a população judaica nos Estados Unidos.

"Quem soube, até agora, que a única nacionalidade à qual o governo dos Estados Unidos da América não pode dirigir perguntas sobre a estatística de imigração nem de seus ingressos é a nação judaica?"

"Quem soube, até agora, que o governo dos Estados Unidos da América, quando quer saber algo referente aos judeus, tem que dirigir-se a estatísticas que por sua vez recebem todos os dados exclusivamente desses mesmos judeus?"

Os judeus declaram que não constituem uma nação propriamente dita e que não possuem estatísticas nacionais propriamente suas. Entretanto, quando estas lhe são pedidas, eles imediatamente as põem à disposição do governo

do país em que vivem. Por que, então, se julgam uma nação diferente, se possuem registros próprios?

Os judeus nos Estados Unidos da América, como os judeus residentes em todos os Estados europeus, constituem, com efeito, uma nação propriamente dita, com seu governo, sua política e sua diplomacia reconhecida. E o governo americano dos Estados Unidos tem relações com o governo judeu na América por intermédio de judeus eleitos. Sobre este ponto não há dúvida alguma.

Um olhar sobre a rápida modificação de cidades americanas em todas as latitudes do país nos convence de que as estatísticas levantadas pelos judeus e destinadas a informar os não-judeus desfiguram completamente os fatos. A convicção aumenta ao sabermos que as estatísticas judaicas destinadas a seu próprio uso diferem, consideravelmente, daquelas destinadas ao uso do resto da humanidade.

A predileção dos judeus pela propriedade imóvel se explica pela tendência judaica à especulação em grande escala, por desprezível que isso seja. Não podemos recriminar o judeu por tornar-se proprietário de estâncias, nem por chegar a ser o proprietário mais importante. Tampouco não o devemos condenar mais acerbamente do que a seus cúmplices não-judeus por terem abusado, criminosamente, desse negócio. Porém, ao contrário, constitui ponto genuinamente americano evitar que as cidades, que apontamos à nossa juventude como o padrão de nossa liberdade e baluarte do americanismo, se transformem financeira e politicamente em cidades semitas, e em focos do bolchevismo mundial.

Até há pouco tempo o judeu na América se não preocupara com o território rural, o que é bem característico nele, já que o semita não é agricultor por natureza. Importantes somas foram gastas para educá-lo e torná-lo afeiçoado à agricultura, mas o labor produtivo nunca agradou ao judeu, nem ainda hoje lhe interessa. Somente estima a propriedade que encerra ouro em suas minas, ou que produz rendas. Um terreno que produz batatas ou cereais jamais possui atrativos para o judeu.

Verdade é que nos países como a Polônia ou a Romênia a questão rural quase sempre se identificava com a questão judaica. Mas nenhuma lei restritiva contra a aquisição de terrenos por judeus foi capaz de impedir a exploração iníqua de províncias inteiras por usurários judaicos. E não foi precisamente a predileção dos judeus pelo arrendamento de estâncias, mas sim sua preferência em subarrendá-las aos demais. Mediante trapaças e por intermédio de descarados não-judeus, souberam sempre fazer-se donos do país, dominando os habitantes, e assim puderam criar as condições de vida que lhes conviessem, sem escrúpulo algum. É este o verdadeiro aspecto da questão semita naqueles países. A aquisição de terrenos não tem para eles por objetivo cultivar a terra, senão constituir um meio de assenhorear-se da fonte principal da riqueza nos países agrícolas, e de separar, sub-reticiamente, a massa popular de seus verdadeiros donos.

Nos países onde existe uma aristocracia espiritual inata, em que o povo reconhece seus verdadeiros condutores, o programa do judeu tem o duplo objeto de eliminar tal chefia, apoderando-se da propriedade rural. Isso por um lado lhe traz vantagens, porém, ao estudar detidamente a execução desse plano, compreendemos que vão aparecendo também outras maiores vantagens, além da do simples lucro. O mais fino em todo o programa judaico para o predomínio mundial consiste em que a execução desse plano não exige sacrifí-

cios, como ocorre na realização de outros grandes projetos, mas que este plano em cada uma de suas fases vai trazendo, ao mesmo tempo, grandes rendas a seus adeptos. Tanto é assim que quanto maior é a utilidade momentânea obtida, tanto mais certo aparece o êxito final.

Durante a conquista do país americano não existia nenhuma aristocracia para eliminar. A atividade judaica limitou-se, pois, até há pouco, ao controle dos produtos rurais após sua colheita. Os interesses judaicos, por assim dizer, se dirigem tanto à caça dos animais, como ao intercâmbio comercial com suas peles.

Já que falamos em peles, contaremos um fato, até cômico, sobre pelaria: Durante a guerra clamamos muito contra a preponderância alemã em nosso comércio de peles. Verdade é que todo esse ramo comercial foi sempre dominado pela Alemanha; mas não por alemães, sim por judeus! Fizeram-se grandes esforços para reconquistar todo esse ramo comercial "alemão", para expropriá-lo e transferi-lo à propriedade "americana". Os americanos que adquiriram esse comércio também eram judeus! A propriedade, portanto, não mudou em nada; somente os lucros, antes como depois, afluíram para os bolsos dos "internacionais".

Os negócios de peles somente nos servem de exemplo típico. O interesse judaico nunca se dirige a colher trigo, mas a comerciar com ele. O que nos Estados Unidos é de peremptória necessidade, é um "Índice de financistas judaicos", para que o público possa folheá-lo e estabelecer procedências ao ler a notícia de que fulano de tal ordenou um fechamento de venda de cereais, ou ocasionou a formação de caudas ante as fábricas de pão. Estes financistas, que se apoderaram dos bens produzidos por americanos, e que depois obrigam o consumidor americano a pagar, pagar, e outra vez pagar, têm podido desenrolar sua iníqua pirataria em plena luz do dia, graças à absoluta cegueira do público americano, suspenso às notas de seus jornais. Porque se nossas folhas contam que este ou aquele pirata é italiano, ou polaco, ou inglês, jamais dirão que é judeu. Em cada população, seja grande ou pequena, existe uma organização judaica, tendo por objeto evitar tais publicações, e isso chegam a conseguir por meios tão violentos, que vão cavando a sepultura ao ideal americano de liberdade.

Até há pouco o plano, na América, limitou-se a açambarcar a mercadorias no caminho entre o produtor e o consumidor, precisamente no ponto em que se pode tirar o maior lucro possível, dominando-as em absoluto. O povo pagou seu dinheiro não precisamente por um serviço útil ou necessário, mas, exclusivamente, pelo seqüestro feito astutamente pelos intermediários.

Ultimamente apareceu na América um novo ramo comercial. O ouro hebreu agora se transforma em enormes extensões de terrenos americanos. Anteriormente se conformaram com o controle do algodão, como o exercem também sobre o pão nosso de cada dia, porém, recentemente, manifestam a intenção de adquirir plantações de algodoeiros. Estas operações se ocultam muito cuidadosamente, utilizando-se quase sempre intermediários não-judeus. Mas se seguirmos todos os traços apagados, tropeçaremos finalmente com o judeu internacional, que tem seu trono erigido, atualmente, em Londres.

Muitos semitas escreveram em nosso jornal, o **Dearborn Independent,** que não sabiam nada de todos esses planos encaminhados para um predomínio mundial da raça judaica. Um dos objetos da presente publicação consiste, precisamente, em se os darem a conhecer. Porém, não há dúvida de que

cada judeu sente íntima satisfação pelo progresso de sua raça para a hegemonia mundial. Sobre esse sentimento se baseia o judeu internacional, e posto que esse sentimento prevaleça, nele o plano internacional encontra sua maior garantia de êxito, unido ao mínimo risco. "A forma inata do judaísmo constituído no Estado não é a democrática, mas a arbitrariedade autocrática". Claro está que o judeu individualmente ignora tudo isso, mas por que se zanga com a pessoa que lhe fala nesse assunto? O judeu que não cerrar, intencionalmente, os olhos ante as razões expostas na presente obra, achará em si próprio aprovação suficiente ao que aqui está dito, vendo-se assim melhor que ninguém em condições de colaborar na solução do problema judaico.

Admirando realmente o conceito de responsabilidade jornalística, que certas pessoas documentam, temos lido a reprodução de alguns de nossos capítulos. Sob o título de traduções, e especialmente no **argot** judaico-alemão, foram distribuídos profusamente entre os judeus, que não sabem o inglês, reproduções de nossa obra, que não somente não coincidem em nada com o original, mas que até contêm capítulos inteiros que jamais apareceram em nosso livro. Temem esses tradutores, talvez, que o judeu comum compreenda a verdade exposta em nossa obra? Todas as pessoas que desejam, realmente, uma solução ao problema judaico na América querem que cada judeu nos Estados Unidos conheça detalhada e exatamente nosso labor de publicistas, porque há bastante tempo que o povo judaico é miseravelmente enganado por seus super-homens.

É claro, pois, que existe uma tendência já bastante adiantada para reunir em mãos judaicas a propriedade dos terrenos plantados de algodoeiros. O primeiro passo para isso consistiu em fazer baixar o mais possível o preço desses terrenos. A pressão necessária foi exercida por certos Bancos, que limitaram pouco a pouco os créditos solicitados pelos cultivadores de algodão. Disseram-lhes que se aumentassem a extensão das plantações ser-lhes-ia cortado todo o crédito. O resultado foi que baixaram os preços dos terrenos, enquanto, ao mesmo tempo, aumentava o preço do algodão. A utilidade dessa dupla operação não a aproveitavam os plantadores de algodoeiros, mas sim aqueles que manejavam o algodão, desde sua colheita até o último consumidor. A renda do cultivo do algodão diminuiu, enquanto que a especulação com os produtos se fez muito mais lucrativa. O povo se viu obrigado a pagar o dinheiro necessário para que com ele os donos do mercado internacional pudessem depois adquirir os terrenos das plantações. Em resumo, ficou mais vantajoso aos cultivadores "vender os terrenos algodoeiros" do que o algodão.

Dediquemos mais acurada atenção a esta venda de terrenos algodoeiros. Os financistas judeus de Londres e Nova Iorque estão perfeitamente informados, ainda que os jornalistas e rabinos judaicos não saibam nada disso. Certas categorias de comerciantes conheceram em absoluto esse desenrolar dos fatos e até alguns, arrastados pela pressão dos acontecimentos, tiveram de prestar-lhe auxílio, porém sem que pudessem dar-se conta de sua importância. Somente há muito pouco tempo se lhes abriram os olhos de comerciantes americanos não-judeus de maior importância sobre o sentido íntimo de certas correntes de fatos. A guerra favoreceu muito essa compreensão.

Os raros documentos conhecidos por "Protocolos", com o claro fim de sujeição de todos os elementos vitais, não omitem tampouco o que se refere ao negócio do solo. O programa se acha no 6º "Protocolo", um dos mais curtos, e que reproduzimos aqui integralmente com o anteriormente dito.

O sexto "Protocolo" assim diz:

"Bem depressa começaremos a fundar poderosos monopólios, gigantescos receptáculos de riquezas, dos quais até as maiores fortunas dos infiéis ficarão dependentes até certo ponto, de sorte que todas elas no dia seguinte ao da catástrofe política, fundir-se-ão irremissivelmente, assim como o crédito do Estado. Os economistas aqui presentes devem compreender conscientemente a grande importância desse plano. Por todos os meios exagerar o mérito e a importância de nosso supergoverno, fazendo-o aparecer como protetor e benfeitor de todos os que não são voluntariamente subordinados.
"A aristocracia dos infiéis, como a sua potência política, está eliminada. Não é indispensável contar com ela. Porém, em sua condição de donos de terras nos são, até certo ponto, incômodos, porque dessa forma se nos tornam independentes em sua vida material. Por isso é imprescindível que arrebatemos suas propriedades". O melhor meio para isso consiste no aumento das contribuições, ou no das cargas hipotecárias. Estas medidas transformarão, irremissivelmente, os proprietários em nossos dependentes. Não podendo manter sua vida de luxo com heranças demasiado reduzidas, muito depressa dasaparecerá, e por completo, a aristocracia dos infiéis.
"Ao mesmo tempo deverão favorecer energicamente o comércio e a indústria e, especialmente, a especulação, contrariando à indústria independente. Sem a especulação, a indústria receberia um aumento do capital privado, e portanto melhoraria a situação da agricultura, de forma que se livraria a propriedade imóvel do jogo dos bancos hipotecários. A indústria, ao contrário, deverá absorver da terra não somente os operários, mas também o capital que, unido à especulação, reunirá o capital do mundo inteiro em nossas mãos, e assim a totalidade dos infiéis volverá a fundir-se no 'proletariado mundial'. Então, terão de inclinar-se ante nós, para poderem viver.
"Para destruir entre os infiéis toda a sã vida comercial, deveremos despertar entre eles a sede de toda sorte de luxos, para incitá-los à especulação. Nós conseguiremos, pela violência se preciso for, aumento dos salários; porém, estes não trarão utilidade aos infiéis, porque ao mesmo tempo ocasionaremos uma alta de preços para todas as necessidades da vida, sob pretexto de que isso é conseqüência de uma baixa da agricultura e do gado. Além disso, cavaremos artificiosa e profundamente as raízes de todo o labor produtivo, contribuindo à propagação de idéias anarquistas entre os operários e incitando-os ao abuso do álcool. Ao mesmo tempo, faremos desaparecer do país as 'inteligências' dentre os infiéis.
"Para que a situação real não seja descoberta pelos infiéis antes do tempo, fantasiá-la-emos com aparentes esforços a favor das classes operárias, promovendo clamorosas contendas entre diferentes princípios, pelas quais nossos economistas teóricos desdobrarão vivíssima propaganda".

Esse não é todo o programa. O judaísmo tolerará até os monarcas, enquanto possa tirar proveito deles. Provavelmente o último dos troncos que ruirá será o inglês, porque se por um lado o sentimento inglês se dá por muito honrado ao servir de protetor do judaísmo, participando assim das vantagens que derivam dele, representa, segundo o critério judaico, uma vantagem sumamente importante poder utilizar tal providência mundial para seus objetivos particulares.

Um cravo tira outro cravo, e esta sociedade limitada durará exatamente até que o judeu decida lançar a Grã-Bretanha à ruína, o que pode fazer em qualquer momento. Existem indícios de que o judaísmo se acha próximo a empreender essa tarefa.

Os elementos perduráveis e fundamentais nos "Protocolos", consistem em encampar a propriedade imóvel; a judaica e a não-judaica. É preciso explicar em poucas palavras a afirmação de que os não-judeus pertencem aos elementos perduráveis dentro do plano judaico. Segundo os "Protocolos", não existe tendência nem a extirpar os não-judeus, nem de povoar o orbe inteiro somente com judeus, mas, pelo contrário: os semitas desejam um mundo povoado por não-judeus, porém dominado pelos judeus, sendo estes os amos absolutos, e os não-judeus seus lenhadores e seus aguateiros. Ideologia política esta que todo o leitor do Antigo Testamento reconhecerá como tipicamente judaica, porque sempre foi a causa da ira de Deus sobre Israel.

Observemos ainda algo do programa das terras. "Os proprietários de terrenos não são até certo ponto incômodos, pois são independentes em sua vida material". Esta é uma tese essencial nos "Protocolos". Não importa que os proprietários sejam aristocracia não-judaica, ou aldeães polacos, ou colonos americanos. A propriedade é o que os torna independentes. Toda classe de independência contraria algo da realização do programa mundial judaico, que em todo o mundo real vai se aproximando amplamente de seu vitorioso fim.

Não sobre a população rústica, nem sobre os habitantes de terrenos planos; não sobre os aldeães, mas sobre os "proprietários" é que se chama a atenção e, especialmente, sobre esta classe, porque é "independente em sua vida material". Na História dos Estados Unidos nunca, como agora, foi tão fácil ao colono adquirir a posse de seu terreno. As hipotecas quase não se conhecem. Em toda a parte se ouve dizer que os donos de "colônias" são "riquíssimos". E, no entanto, jamais houve tão grande número de fazendas abandonadas! "Por isso teremos que subtrair-lhes, seja como for, suas propriedades". Mas como? "O melhor meio para consegui-lo são as contribuições e dívidas hipotecárias". São os elevados encargos contributivos sobre a aquisição de terrenos e a necessidade de obter créditos hipotecários para cultivar o solo. "Estas medidas farão a propriedade irremissivelmente dependente". Escutemos pela boca dos corticeiros americanos se isso está acontecendo ou não. Mais adiante demonstraremos também que, ao tentar procurar dinheiro a juros módicos para os fazendeiros, ou aliviar-lhes a carga hipotecária, aparece insensivelmente a influência financeira judaica para evitá-lo, ou, se isso não consegue totalmente, procura dificultar a transação no que é possível.

Com o aumento das dificuldades financeiras para os fazendeiros e com a força atrativa da indústria, já se conseguiu grande parte do plano judaico. Na linguagem dos "Protocolos" isto se expressa da seguinte forma: "A indústria deverá absorver da terra plana, não só os operários, como também o capital". Conseguiram isto? Nos Estados Unidos certamente. O fazendeiro é quem tem mais dificuldade para obter dinheiro, e ao produtor, chega a ser-lhe absolutamente impossível consegui-lo. Qual será o resultado dessas duas influências, uma das quais exerce sua pressão sobre a agricultura e a outra sobre as cidades? Justamente a desejada pelos "Protocolos" a saber: salários aumentados, que envolvem porém, menor força aquisitiva. "Ao mesmo tempo ocasionar a alta de preços para todas as necessidades da vida, sob pretexto de que isso é a conseqüência da baixa da agricultura e do gado".

O judeu que produziu os "Protocolos" deveria ser, em verdade, um financista, economista e filósofo de primeira ordem. Dominou em absoluto seu empreendimento. As manifestações judaicas na vida comercial demonstram que o querer e o poder caminham conjuntamente . Com que eficácia admirável se desenvolveu este sexto "Protocolo" ante os olhos de todos os que viram, e como continua se manifestando em nossa vida!

Os fazendeiros dos Estados Unidos haviam começado, de forma eficiente, a se tornarem independentes das potências financeiras. Sua enorme vantagem consiste precisamente em que o estancieiro, como proprietário que é, torna-se independente em sua vida material. O solo o alimenta, seja de gosto daquelas potências financeiras ou não. Sua posição é inatacável enquanto o sol luzir e a estações do ano mudarem. Algo ocorreu para alterar essa florescente independência. Para eles, foram criadas maiores dificuldades quando solicitavam créditos, se não vinham acompanhados por uma garantia hipotecária. Os operários foram seduzidos para que abandonassem os campos e se acumulassem nas cidades. A agricultura foi apelidada de "atrasada" e "egoísta", de sorte que os filhos dos agricultores se envergonharam do labor de seus pais. Os sindicatos de cereais, que trabalham "contra" o interesse dos produtores, funcionam sob a direção de judeus. Ao comparar-se o que atualmente se passa na agricultura com o que a esse respeito se acha escrito nos "Protocolos" judaicos, parece que para o fazendeiro americano já é tempo de ocupar-se com esses problemas.

Todo aquele que tenta explicar seriamente a questão judaica a outras pessoas não-judaicas ouve dizer muitas vezes que a amplidão da trama esboçada nos "Protocolos" é tão grande, que perturba a mentalidade não-judaica.

Os não-judeus não possuem as qualidades necessárias para conspirar. Não estão em condições de prosseguir larga e constantemente o "fio vermelho", mesmo através de situações difíceis e embaraçosas. "A complexidade dos 'Protocolos' judaicos cansa o espírito dos não-judeus". Esta circunstância, precisamente, e muito mais do que o atrevimento do plano, envolve o grande perigo, que é o de o programa chegar, por fim, a realizar-se. "A lentidão psíquica dos não-judeus é o mais valioso aliado ao programa mundial israelita".

Se o não-judeu faz, algumas vezes, algo por uma razão, o judeu, ao contrário, faz freqüentemente algo por "três ou quatro razões". O não-judeu pode, em último caso, compreender por que os financistas judeus tentam assenhorear-se da propriedade rural, para evitar assim uma indenização de agricultura, que lhes pode ser incômoda. Esta razão torna-se bem patente. Porém, existe uma segunda razão. Encontra-se no "Protocolo" 12, e que é contrapor na grande luta futura os campos contra as cidades. Domínio absoluto das cidades mediante a alavanca industrial e dos campos mediante a alavanca do crédito hipotecário. Assim, o executante oculto tem a dupla faculdade de dizer dos campos que as cidades têm estas e aquelas pretensões injustas, ou de irritar o citadino contra o aldeão, no qual acumulam injustiças de toda espécie. Desta forma se rompe o laço natural existente entre o campo e a cidade, e estes se sublevam mutuamente um contra o outro.

Observem a clareza e o atrevimento e, ao mesmo tempo, a fria segurança com que todo este plano foi ideado. "Nossos cálculos alcançam longe, especialmente nos distritos rurais. Ali deveremos despertar tais interesses e desejos, que se dirijam contra a gente das cidades, denunciando aqueles aos cidadãos

como tendo tendências ambiciosas para tornar independente o interior da capital. Claro está que a fonte de tudo isso é uma só: enraizada em nós mesmos. Antes de alcançar o pleno poder, deveremos dirigir as coisas de tal sorte, que de quando em quando as cidades se submetam à influência dos distritos rurais, o que quer dizer, naturalmente, à influência dos agentes que ali mantemos".

Aqui se nos apresenta um exemplo típico. Astuciosamente sublevam o interior contra a capital, para que os conspiradores vejam qual das duas se evidencia mais apta para cooperar definitivamente na realização do plano judaico. Na Rússia realizaram ambas as provas. O antigo regime, que ainda dominava nas cidades, foi induzido a depor seus poderes, sob pretexto de que os aldeães assim o queriam. Quando os bolchevistas tiveram as cidades em seu poder, subjugaram os camponeses, sob pretexto de esta era a vontade das capitais. As cidades escutaram primeiro a voz do interior e agora o interior obedece cegamente à voz das cidades.

Aquele que deparar com uma tentativa de inimizar as cidades com os campos, recorde-se do parágrafo citado no "Protocolo" 12. O veneno vai-se infiltrando. Não nos dizem que a proibição do álcool foi outorgada à força aos distritos rurais do oeste? Não escutamos por toda a parte a frase de que a caristia da vida tem sua origem somente nas extravagantes ganâncias dos agricultores? Ganâncias, sem dúvida, que nunca tiveram.

Uma brecha, talvez fatal, poderia abrir-se em todo este programa judaico, no momento em que as pessoas da cidade e do campo tentassem aproximar-se mutuamente; porém, não por intermédio de pessoas que se oferecessem para isso, mas sim diretamente. Campo e cidade, por causa de equívocos artificiosamente criados, divergem um do outro, e do abismo que se vai aprofundando cada vez mais, destaca-se a negra sombra do programa mundial israelita.

Oxalá o lavrador olhe por cima dos proprietários de terrenos não-judeus de sua aldeia e por cima dos centros do mercado, fixando seu olhar claro no verdadeiro autor dessa discórdia, que se oculta nas trevas!

XVII

O judaísmo predomina na imprensa mundial?

O presente capítulo tem duplo objetivo: fixar o que os "Protocolos" sionistas dizem a respeito da imprensa com relação ao programa mundial e iniciar o leitor no estudo da influência judaica sobre o jornalismo.

A raça judaica teve sempre uma idéia muito clara das vantagens que se podem tirar da imprensa, sendo este um de seus fatores em predomínio. Estar informado de antemão, saber o que ocorrerá antes que o saibam os não-judeus, que entre eles vivem, foi sempre uma prerrogativa semita, facilitada pela estreita coerência de seus grupos e comunidades, por mais dispersos que se achem. Desde muito tempo eles são os mais astutos transmissores de notícias, como foram também os inventores das notas informativas.

Não queremos dizer com isso que os judeus sejam os precursores, nem os padrinhos da grande imprensa moderna. O judeu nunca teve a intenção de divulgar notícias, mas sim guardá-las em segredo para seu próprio proveito. As últimas notícias políticas, econômicas ou comerciais que se transmitiam com surpreendente rapidez de uma comunidade judaica a outra e sobre toda a Europa, eram propriedade comum, das quais cada comunidade tirou e aproveitou aquilo de que necessitava, comunicando-as por sua vez a outros grupos. Durante séculos os judeus foram o povo mais bem informado do mundo inteiro. De suas secretas fontes nas cortes e chancelarias, por judeus privilegiados em posições favoráveis, essa raça obteve inteiro conhecimento exato dos acontecimentos mundiais. Sempre tiveram espiões em toda parte. Longe, na América do Sul, e quando as colônias holandesas e britânicas no continente norte apenas se haviam consolidado, já os judeus viviam, quais sentinelas dos interesses comerciais europeus. O orbe inteiro foi espiado em proveito dessa raça, assim como ainda hoje nosso planeta se acha sob os olhos prescrutadores dos agentes judaicos (em sua maioria desonestos não-judeus), esquadrinhando as novas jazidas de ouro.

Um exemplo interessante e histórico, de quanto os judeus sabem apreciar as notícias de última novidade, é o que nos mostra a carreira de Nathan Ruthschild, de Londres. Este banqueiro havia baseado todos os seus planos financeiros sobre a suposição de que o imperador Napoleão, então desterrado da ilha de Elba, ficasse excluído definitivamente da política européia. Napoleão, entretanto, apareceu de novo, e nos "Cem Dias" de seu último governo, em 1815, pareceu que ruiria necessariamente todo o magno edifício financeiro erigido pelos Rothschild. Este financista ajudou febrilmente a Prússia e a Inglaterra, e ao travar-se, por fim, a batalha de Waterloo, não houve ninguém mais interessado em seu êxito do que ele. Nathan foi um homem que tinha horror ao sangue; pessoalmente covarde, qualquer indício de violência fazia-o tremer; porém, seu interesse material na vitória dessa batalha, da qual dependiam sua existência e sua fortuna, prevaleceu tanto, que correu à Bélgica, seguiu o exército inglês, e, ao começar a luta, escondeu-se num lugar ao abrigo das

balas, perto de Hougemont, de onde observou toda a terrível jornada com sumo interesse. No momento em que Napoleão reuniu suas últimas reservas para um último e desesperado ataque, fixou-se a opinião de Rothschild, que mais tarde contou haver exclamado: "A casa Rothschild ganhou a batalha". Abandonou, correndo, o campo da luta, montou a cavalo e regressou a Bruxelas, sem dizer uma só palavra ao público que, curioso, o observava. Por um preço exorbitante alugou outro cavalo e galopou até Ostende. Ali reinava tão forte temporal, que nenhum navio se atreveu à travessia da Inglaterra. Rothschild, em outros casos tão covarde ante um pequeno risco, olvidou todo o medo com a perspectiva de seus possíveis lucros nos jogos da bolsa londrina. Ofereceu 500, depois 800 e por fim 1.000 francos pela travessia. Ninguém se atreveu. Finalmente apresentou-se um homem dizendo que a tentaria se Rothschild depositasse 2.000 francos na mão de sua mulher. Quase mortos, ambos alcançaram a costa inglesa; mas sem perder tempo, Rothschild correu a Londres. Nessa viagem não economizou nem gorjetas nem esporas. Naquele tempo não existia nem telégrafo, nem serviços rápidos. Toda Inglaterra estava consternada, maus rumores corriam por toda parte. Na manhã de 20 de junho de 1815, ao aparecer Nathan Rothschild em seu habitual posto da bolsa londrina, a Inglaterra não sabia nada do que ele sabia. Estava pálido e abatido. Seu triste aspecto induziu outros financistas à crença de que tivesse más notícias da guerra. Depois observaram que, tranqüilamente, vendia seus títulos. Quê! — Rothschild vendia? — As cotizações baixaram como uma catástrofe; um pânico enorme apossou-se dos bolsistas; o mercado se inundou de títulos do Estado; tudo quanto ofereciam, "os agentes secretos de Rothschild compravam!" Isso aconteceu no dia 20 e ainda no dia 21. Ao fechar a Bolsa no segundo dia, as arcas de Rothschild estavam repletas de títulos da Dívida. Na tarde desse segundo dia, chegou um correio expresso a Londres com a notícia de que Wellington ganhara a batalha e que Napoleão fugia para o sul. Mas Nathan Rothschild colhera 40 milhões e somente em conseqüência de "uma notícia de atualidade".

Pessoas entendidas de Wall Street, de Nova Iorque deixam entrever, por vezes, que também no correr dos anos 1914 a 1918, indivíduos da raça de Rothschild souberam apreciar, e com idêntico êxito, a vantagem de possuir uma notícia de última hora.

À margem da importância típica que envolve esta história de Nathan Rothschild, também é muito característico o fato de que os judeus, se bem que ávidos colecionadores de notícias, não são, em compensação, seus publicistas. Os judaicos aproveitaram sempre as notícias em seu próprio interesse, porém não as divulgaram. Se dependesse da influência judaica, jamais se criaria uma grande imprensa publicista. Somente porque a França carecia de uma imprensa de província, fez-se possível a revolução em Paris. A grande massa do povo ficou absolutamente nas trevas sobre o que ocorria na capital. Assim, a população de Paris não foi informada da tomada da Bastilha senão no dia seguinte. Onde quer que seja que faltem meios de publicidade, as minorias apoderam-se, facilmente, do poder, como o prova a revolução judaico-bolchevista na Rússia.

Um dos fatos mais perigosos do desenrolar de nossa era atual é a desconfiança do grande público para com a imprensa. Se um dia se fizesse necessário divulgar, rapidamente, notícias verídicas e orientadoras entre a grande massa do povo para defender e reunir em uma só ação comum os interesses da nação, ver-se-ia esta num estado de lamentável insegurança, enquanto subsis-

tisse este estado de desconfiança geral. Se bem que não fosse por outras razões, a razão suprema de amparar o povo contra o livre-arbítrio de qualquer minoria por intermédio de uma imprensa realmente livre, deveriam suprimir-se todas as restrições da livre comunicação entre as diversas partes de um país.

Seja como for, a imprensa existe (sendo em nosso país uma criação anglo-saxônica), representa uma potência que se não deve desprezar, e por isso o programa sionista e o desejo judaico de hegemonia mundial se ocupam dela. Os "Protocolos", que não omitem detalhe algum, oferecem um plano concreto a respeito da imprensa. A amplitude do material de que os ditos documentos tratam se subdivide em dois diferentes pontos de vista, a saber: "o que temos feito" e "o que faremos".

Já no "Protocolo" 2 se menciona a imprensa, e é característico que isto se faça na mesma tese, na qual se deu, vinte anos antes da Guerra Mundial, a contra-senha de "sem anexações", na qual se proclama que os monarcas não-judeus poderiam desempenhar seus cargos ainda algum tempo ante os povos, enquanto o supergoverno judaico se organizava por de trás dos tronos. E no "Protocolo", darwinismo, marxismo e as teorias de Nietzsche citam-se como doutrinas desmoralizadoras esparzidas pela influência judaica. Raras afirmações, por certo; porém, não mais raro do que aquilo que mais tarde se realizou efetivamente, confirmando-as. O dito "Protocolo" 2 diz: "Nas mãos dos governos se concentra um poder que vai criando determinados sentimentos populares: a imprensa. Seu encargo deverá consistir em comunicar simulados desejos e exigências do povo, publicar queixas das massas populares e semear discórdias. O triunfo da liberdade da palavra (ou seja, do charlatanismo) corresponde à imprensa. Porém, os governos são ineptos para prudentemente aproveitar essa potência, que, por conseguinte, "caiu em nossas mãos. Em segredo criamos nossa influência. Graças a ela temos acumulado montões de ouro, se bem que tenha custado rios de sangue e de lágrimas".

Nesse mesmo "Protocolo" se caracteriza "nossa imprensa" como o meio auxiliar por intermédio do qual se espalharam "aquelas idéias que (aos não-judeus) temos ensinado como postulados da ciência". "Com tal objeto continuaremos a infundir ao cego povo a confiança naquelas teorias, mediante nossa imprensa". Prossegue a afirmação de que o darwinismo, o marxismo e as teorias mais anarquistas no terreno das ciências naturais da economia nacional e da moralidade.

No terceiro "Protocolo" se afirma que a influência da imprensa deverá ser utilizada para solapar todo o respeito ante uma ordem superior, assim dizendo: "Ousados jornalistas e atrevidos difamadores atacam diariamente os altos funcionários dos governos. Tal profanação de toda autoridade vai preparando o afundamento definitivo de todas as instituições dos Estados, e estes serão destruídos ao impulso das massas desenfreadas".

Este "Protocolo" descreve o papel que a imprensa desempenhará na realização do programa mundial judaico, da seguinte forma: "Teremos de obrigar os governos dos infiéis a adotarem medidas que cooperem para conduzir nosso plano a seu vitorioso fim. Terão de sustentar a pressão da opinião pública irritada, que na realidade será fabricada artificiosamente por nós, mediante a chamada 'Grande Potência, a Imprensa'. Com muito poucas e pouco importantes exceções, esta já se acha completamente em nossas mãos". Por duas vezes, pois, se proclama aqui o predomínio judaico sobre a imprensa mundial. "Caiu em nossas mãos", dizem no segundo, e "já está em nossas mãos",

repetem no sétimo "Protocolo". No segundo se caracteriza a imprensa como meio para divulgar teorias dissolventes no terreno científico, econômico e moral-filosófico, enquanto que, segundo o sétimo "Protocolo", utilizam-na para subjugar os governos sob a pressão da "opinião pública" artificiosamente excitada, e para tolerar medidas "que aproximam nosso largo plano da sua vitoriosa realização".

Faz falta ajuntar uma pequena explicação à afirmativa do segundo "Protocolo". "Graças à imprensa temos acumulado montões de ouro, se bem que custasse rios de sangue e de lágrimas". Tal afirmativa pode explicar-se de muitas e diversas maneiras. As palavras "se bem que custasse rios de sangue e de lágrimas" constituem uma concessão, que ilustra singularmente os "Protocolos", apoiando enigmaticamente a tese de que a alta finança mundial judaica, não houvesse podido desejar a Guerra Mundial em vista dos indizíveis sofrimentos dos judeus russos durante a conflagração. Os "Protocolos", em compensação, admitem categoricamente a possibilidade de que durante os preparativos para a hegemonia mundial judaica, certos judeus tiveram que sofrer, porém se consolam com a idéia de que esses semitas caíram como soldados em holocausto à glória de Israel. A morte de um judeu, dizem, é mais valiosa ante Deus do que a de mil "sementes de animal", como "carinhosamente" designam os não-judeus.

A referência à acumulação do ouro está clara. Nessa consideração não tratam tão-somente da posse de notícias de última hora, nem do proveito imediato que tiram de sua publicação, mas também da grande utilidade consistente em sua divulgação ou seu sigilo respectivamente, com os olhares fitos nos planos secretos da alta finança judaica. Os Rothschild compraram editores de jornais, assim como compraram políticos de importância. Para prepararem qualquer grande empresa, asseguraram-se sempre do silêncio ou do antissonante reclame, segundo os casos, dos grandes rotativos. Não importa que seja em assuntos guerreiros ou pacificadores, se isso implica a queda de governos adversos aos planos financeiros ou políticos judaicos; que se recorra à difamação ou à supressão de intermediários não-judeus, dos quais seus amos judaicos queiram desfazer-se, ou no progressivo "lançar e "fazer célebres" certos "homens do futuro" previstos para esta ou aquela empresa: em tudo isso participa a imprensa para o êxito final da grande conspiração mundial judaica.

Todos esses detalhes que acabamos de mencionar, podem apoiar-se em infinidade de exemplos práticos, que ocorreram nos Estados Unidos da América nesses três últimos lustros.

"Protocolo" 12 contém o plano completo para a dominação absoluta da imprensa, desde o presente, até o tempo em que a hegemonia mundial israelita reinar em absoluto. Ao amável leitor roga-se seguir este profundo e amplo plano, com toda a atenção e toda a reflexão necessárias. Observem também a alegria e o orgulho com que se faz constar que até agora se não tolerou publicação alguma acerca da questão semita, que não tenha sido proveitosa à implantação da hegemonia mundial judaica.

"Que papel desempenha a imprensa ante nossos objetivos? Em resumo, serve para avivar as paixões de caracteres débeis, egoístas, na forma mais conveniente para nossos interesses. É frívola, mentirosa e desonesta. "A maioria dos jornalistas não compreendem sequer para que serve em realidade a imprensa".

Nestes parágrafos aparece esse mesmo grau de desprezo que encontramos anteriormente sobre a apreciação geral da natureza humana ou de sua psicologia.

Veja-se o plano concreto para o domínio da imprensa:

1. "Ensilhá-la-emos, e como égua fogosa, levá-la-emos de rédea curta. Outro tanto faremos com outras classes de publicidade, porque, que objetivo teríamos em suprimir ataques contra nós na imprensa periódica, se ficássemos expostos às críticas por meio de folhetos e livros?"
2. "Não chegará notícia alguma ao conhecimento dos povos que não haja passado primeiramente por nossa censura. Atualmente temos conseguido, até certo ponto, que todas as informações se concretizem em muito poucas agências, que abarcam o serviço de informações do mundo inteiro".

Sobre o primeiro desses parágrafos, projeta viva luz a seguinte publicação judaica, referente à "Declaração Britânica sobre a Palestina", e que assim diz: "Esta declaração foi remetida pelo Ministério do Estado a Mr. Walter Rothschild... Para grande parte do povo judaico terá sido uma surpresa, porém não para os que eram iniciados em assuntos sionistas. "Seu texto definitivo foi obra do Ministério Britânico, mas seu conteúdo "fora aprovado primeiro pelas agências sionistas na Inglaterra e na América". A declaração foi redatada pela maneira por "que os sionistas o desejavam".

3. "Literatura e jornalismo são duas potências educadoras sumamente importantes e por esta razão nos apoderamos da maioria dos jornais e revistas. Em cada dez que deixemos em propriedade alheia, fundaremos trinta nossos, etc. "O público não deverá suspeitar nada disto; todas as publicações influenciadas por nós defenderão exteriormente as mais opostas doutrinas; assim ganharemos a confiança do público e seduziremos nossos incautos adversários, levando-os ao aniquilamento sem dificuldade".

Este diabólico plano ganha especial interesse ante a atual campanha defensora da causa judaica, levada a cabo por importantes jornais. "É preciso (dizem) observar os jornais de propriedade judaica ou influenciados por judeus: quão diferentes tendências políticas defendem e como são opostas suas opiniões!"

Sim, "exteriormente" segundo preconiza o "Protocolo" 12. Mas nunca será difícil descobrir a uniformidade existente no fundo.

A idéia de levantar uma fachada artificiosa para encobrir manejos ocultos encontra-se em todos os "Protocolos", não somente a respeito da imprensa, como em referência a outros pontos. O "Protocolo" 12, que discorreu sobre a imprensa, diz:

a) Para obrigar os autores a escreverem obras tão longas "que ninguém as lerá", prevê-se uma sobrecarga sobre publicações, que "será dupla a importância para folhetos de menos de 30 páginas". Os trabalhos curtos e concisos são os temíveis. Quanto mais longos os artigos, tanto menos são lidos — segundo os "Protocolos" judaicos. Em compensação: "O que nós publicaremos para ir formando a opinião pública será barato e se difundirá amplamente. A "contribuição" abrandará a ambição puramente literária, enquanto que, por outro lado, o temor do castigo tornará dóceis os literatos. "Ainda que alguém tivesse disposição para escrever contra nós, não encontraria imprensa para suas obras".

(Quantos autores americanos poderiam "afirmar" neste sentido!)

> "Antes da admissão de um manuscrito para sua impressão, o editor ou o tipógrafo, respectivamente deverão solicitar licença facultativa. Desta sorte saberemos de antemão que ataques se preparam contra nós, podendo neutralizá-los com anteriores declarações confusas".

Esta é, com efeito, a situação. Eles sabem de antemão o que há de vir e tentam desarmar o adversário antes de seu ataque.

b) Citam-se três graus do jornalismo judaico e estes não somente se encontram nos "Protocolos", como se tropeça com eles a todo momento na vida prática.

> "O primeiro posto ocuparão os periódicos de caráter puramente oficial, que velarão sempre por nossos interesses e por isso sua influência será relativamente pequena.
> Em segundo lugar, girarão os órgãos semi-oficiais, cuja tarefa será a de servir a indiferentes e remissos.
> Em terceiro lugar, as publicações de caráter francamente oposicionista. Uma delas ao menos deverá defender tendências que nos são abertamente hostis. Nossos verdadeiros adversários 'nos considerarão amigos' de suas idéias e nós descobriremos seu jogo'.
> É necessário ter presente que, entre os órgão que nos atacam, existem muitos que foram fundados por nós mesmos. Porém, jamais atacarão outros pontos senão aqueles que nós mesmos queiramos, expressamente, suprimir ou reformar.
> Todos os nossos jornais defenderão tendências diversas, como monárquicas, republicanas e até anarquistas, mas não é preciso dizer que isso acontecerá enquanto houver uma constituição. Os que imaginam ditar a opinião de sua imprensa de partido, em realidade enunciarão somente 'nossa' opinião, ou melhor, 'o que nós quisermos que enunciem'.
> Nossa imprensa escreverá sobre nossas sentenças ou as combaterá muito superficialmente, travando batalhas fictícias unicamente contra a imprensa oficial e, assim, teremos ocasião de expressar-nos mais detalhadamente na réplica que com intenção lançarmos contra ela. Isso se fará sempre que convenha a nossos interesses.
> Esses ataques simulados farão arraigar no público a fé na liberdade da imprensa e a nossos agentes darão oportunidade para apelidar os jornais 'adversários' de ignaros, por não saberem lançar réplicas sérias contra nossos atos e projetos".

Efetivamente isso aconteceria se "todos" os jornais sem exceção estivessem sob a influência semita. Porém, no caso de nossos artigos de combate, os papéis parecem estar trocados: desta vez a imprensa judaica desistiu em absoluto de rebater-nos com fatos ou razões.

> "Caso necessário, lançaremos na imprensa oposicionista idéias a modo de ensaios, para combatê-las depois energicamente na imprensa semi-oficial.
> Combateremos facilmente os adversários sérios, porque não disporão de órgãos para a publicidade. Como pretexto para suprimir qualquer publicação, alegaremos sempre a razão de que com ela se altera a ordem pública".

Pretexto este que, com efeito, alegaram, porém faltou a força do poder público para executar a supressão desejada. Entretanto, a influência semita, nos Estados Unidos, consegue suprimir quase todas as publicações que não são de seu agrado.

Até que ponto a influência judaica domina as publicações na América?

Em tudo o que sem refere ao emprego da palavra "judeu", essa influência predomina sem exceção alguma. O editor que quisesse empregá-la, notá-lo-ia em seguida. Se o visitamos, lhe dizemos (ao contrário do que se ensina ao jovem judeu em suas sinagogas) que a palavra "judeu" quer dizer membro de uma seita religiosa, mas não de uma raça. e que ao empregá-la publicamente em relação a qualquer fato ou pessoa, torna-se tão reprovável como se em idêntico caso se quisesse fazer constar expressamente que uma pessoa fosse "católica", "metodista", "presbiteriana", etc.

Ao contrário, para o judeu dizem e repetem por meio de seus porta-vozes que, sem consideração a seu credo religioso, nem ao estado de seu nascimento, ele é e continua sendo judeu, e que pela força de seu sangue pertence a uma raça determinada. A este respeito páginas inteiras poderiam encher-se com sentenças de importantes personagens judaicos. Porém, o que ao judeu dizem seus porta-vozes e o que ao editor não-judeu diz a comissão judaica que o visita, são duas coisas completamente diferentes e que se contradizem abertamente. Uma revista semita pode muito bem proclamar ante o mundo inteiro que o catedrático N., o juiz O., o senador P., são judeus; mas quando um jornal não-judeu diz o mesmo, receberá imediatamente a visita irada de uma comissão judaica.

Certo diário americano reproduziu recentemente, e por ser assunto da atualidade, um extrato de um de nossos capítulos anteriores. No dia seguinte teve de deixar em branco o espaço de vários anúncios por não terem sido renovados. Ao perguntar a causa disso, soube que todas as casas anunciantes eram judaicas, e que a causa do boicote consistia no mencionado artigo. Além disso, chegou-se a saber que o corretor que levava os ditos anúncios era igualmente judeu e que até numa comunidade secreta judaica ocupou o cargo de censor de publicações da localidade, exclusivamente com o fim de averiguar tudo o que se escrevesse sobre os judeus. Foi ele também quem conferenciou com o diretor do jornal e, em conseqüência disso, publicaram uma retificação que terminou numa apologia sobre o judaísmo. O jornal tornou a obter seus anúncios e somente resta averiguar se este ato do diretor foi honesto. Verdade é que lhe fizeram sentir cruelmente o poder judaico, porém a tática não é aconselhável, porque este diretor comprovou com fatos a existência de uma hegemonia judaica invisível, até sobre ele mesmo.

Não queremos aconselhar todo jornalista que empreenda uma campanha investigadora do poder oculto dos judeus, porque é sempre questão de tato pessoal. Mas todo editor encontra ocasião para ver certos fatos e em tal caso lhe recomendamos que se os vir, ao menos se recorde deles e que intimamente tire suas conseqüências.

Quase todos os jornais admitem réplicas judaicas contra tais publicações e até alguns se deixam enganar com afirmações mentirosas. Outros abriram suas colunas para uma propaganda contrária aos judeus ou a favor deles. Tudo isso pode acontecer, mas o interesse não-judeu nesta questão permanece em estado precário, até em casos em que os editores haviam compreendido,

perfeitamente, a gravidade do assunto. De qualquer maneira, o jornalista teria uma ocasião magnífica para ir observando o que se passa em nosso país.

A publicação de uma lista dos proprietários, acionistas e demais interessados em nossa indústria jornalística, não deixaria de ser de sumo interesse, porém não explicaria o absoluto predomínio judaico em nossa imprensa, tal como realmente existe. Nessa lista seria pouco nobre enumerar algumas empresas jornalística de propriedade judaica, porque estas também são honrosas servidoras do bem público. A propriedade na indústria jornalística não é todavia sinônimo de preponderância.

Se se quiser saber quem exerce influência decisiva sobre um jornal, é preciso conhecer seu síndico e os interesses a que este serve; depois as relações sociais de seus principais redatores, os agentes de anúncios que intervêm nas publicações semitas, e finalmente sua independência política. O predomínio judaico na imprensa não é somente questão de dinheiro, como também consiste em "calar certas coisas ao público, ou em dizê-las, segundo os casos".

Confronte-se na **Enciclopédia judaica** a lista de alguns jornais que se atreveram a ocupar-se da questão semita e que depois quebraram. Quando o velho barão Moisés Montefiore disse, certo dia, em Cracóvia: "Enquanto não tivermos a imprensa do mundo inteiro em nossas mãos, será em vão tudo o que fizermos. Havemos de dominar ou influenciar o jornalismo universal, para alucinar os povos e enganá-los", soube perfeitamente o que dizia. O conceito "alucinar" disse-o no sentido de que os não-judeus não compreendessem os judeus, e com a palavra "enganar" quis dizer que os povos viram em certos acontecimentos mundiais um desenrolar determinado, enquanto que em realidade era tudo muito diverso. Ao grande público se mostram coincidências casuais, mas não o que se trama nas trevas. O povo não é informado do porquê de certos acontecimentos, interessando-o profundamente, hajam sequer ocorridos. Este porquê é perfeitamente conhecido em certos círculos, cujo serviço informativo não se imprime, nem, muitas vezes, se escreve. Uma estatística de cifras sobre o espaço de que os judeus dispõem para publicar aquilo que eles querem que se imprima, abriria os olhos às massas. São os judeus uma nação pequeníssima, porém que reclama para si maior atenção que dez dos mais importantes Estados europeus juntos; e esta atenção eles a reclamam somente pela forma que melhor lhes convém.

Este assunto do predomínio judaico na imprensa americana, poderia ilustrar-se claramente sobre um mapa dos Estados Unidos, no qual se marcasse com alfinetes de cor o número dos jornais de propriedade semita, daqueles que manifestamente se imprimem sob sua influência, e o número de jornalistas judeus que nos diferentes Estados determinam o modo de pensar da maioria dos leitores americanos.

Tanto o jornalista judaico que semeia discórdia, cuja ambição literária consiste em manter seus leitores em estado de purulenta fermentação, cuja agudeza é turva, cuja ideologia é de caráter negativo, como o novelista judeu que glorifica estramboticamente sua própria raça, enquanto que na vida social e econômica dos não-judeus semeia furtivamente a semente da decomposição: todos eles devem necessariamente enumerar-se entre os agentes, às vezes inconscientes, do programa mundial israelita, "que quer destruir a sociedade humana com a ajuda de **idéias"**. Admira observar o grande número desses agentes invisíveis

que pululam, e com que habilidade sabem ocultar suas tendências em suas obras, ensaios, folhetos e artigos.

Em casos esparsos e só muito recentemente foi possível nos Estados Unidos imprimir a palavra "judeu" na coluna de um jornal, e responder à comissão judaica, cuja visita não faltou no dia seguinte, que "até hoje a América é um país livre". Alguns jornais resistiram valorosamente aos ataques dessa influência e puderam sair vitoriosos.

O redator, que possa discutir a base dos fatos, não tem nada a temer. Porém, o que hesitar uma só vez notará a pressão cada vez mais crescente. O homem que honradamente mantenha seus pontos de vista chegará a conhecer algo que não é do domínio público, a saber: que por detrás de espetaculares aparências se oculta um Proteu e que a rutura de um só elo da cadeia repercute em todo o sistema como golpe mortal.

Não há nada tão temível para "o judeu internacional" como a verdade, e até uma leve indicação da verdade sobre sua natureza ou seus secretos planos. Exatamente por isso "a verdade" deve ser barreira de refúgio, o entrincheiramento de defesa, o alicerce duradouro contra os judeus pelos não-judeus, pois há de revelar-se um dia o maior mistério histórico da humanidade: quem será o dono do mundo, a quem há de pertencer a monarquia universal, se ao gênio imperialista de Israel disperso, ou ao de Cristo, que simboliza a paz romana, ao Filho de Deus ou à Revolução.

XVIII

Como se explica o poder político judaico?

Até aqui nos comentários acerca dos "Protocolos" judaicos, falou-se pouco sobre o programa "político" contido neles. Nota-se a vitória de sua hegemonia mundial, 1º pela preponderância financeira no mundo. Esta está assegurada de um lado pelas enormes dívidas dos Estados por motivo dos conflitos guerreiros, por outro lado pelo domínio capitalista (nao patronal nem diretivo) sobre nossa vida industrial; 2º por uma preponderância política, que se manifesta claramente na situação atual de todos os países civilizados; 3º pela influência judaica sobre nossa educação, que se vai exercendo sob o olhar dos povos obcecados; 4º por um detrimento geral de nossa vida espiritual, mediante um refinado sistema de brinquedos e de jogos; 5º pela propagação de idéias dissolventes, que não trazem nenhum progresso real, mas que representam quimeras econômicas e somente conduzem à anarquia. Principalmente estes meios assinalam as grandes sendas do caminho a seguir, e nenhuma delas foi omitida nos "Protocolos". Antes de fixar-nos no que dizem os "Protocolos" a respeito dos governantes de Estados, sirvam de explicação as idéias que os "Protocolos" emitem acerca de outros ramos da política. A este respeito será de interesse para os filosemitas saber que em todas as suas manifestações "evitam cuidadosamente encontrar o conteúdo desses documentos sionistas", ao compreenderem que estes, longe de propagarem uma forma de Estado, monárquica, apóiam, ao contrário, o "liberalismo" mais ilimitado e desenfreado. Os poderes ocultos atrás dos "Protocolos", parece que confiam firmemente em poder fazer com os povos o que lhes convier, desde o momento em que os convidaram a estabelecer um "governo popular".

Os "Protocolos" preferem modificações rápidas; gostam das eleições, derrogações da Constituição e freqüentes mudanças de representantes do povo. Neste sentido o primeiro "Protocolo" diz o seguinte: "O vago conceito de liberdade colocou-nos em condições de convencer as massas de que um governo é somente o gerente do verdadeiro dono do país, ou seja, do povo, e que tal governo pode ser trocado e mudado como um par de luvas. A freqüente mudança de deputados populares transformou-os em criaturas nossas, absolutamente subordinadas a nossos planos". Essa idéia de alteração de sistema se repete, também, no quarto "Protocolo", onde, tratando da vida das repúblicas, diz: "Cada República passa por diversas graduações, sendo a primeira um Estado de turbulência, comparada à febre de um enfermo que vira e revira continuamente de um lado para outro. A segunda se caracteriza pelo engano popular, a demagogia, que produz a anarquia e conduz irremissivelmente ao despotismo, não de caráter justo, leal e absolutamente responsável, mas ao despotismo injusto, invisível e onde falta responsabilidade, e que se não sentirá por isso menos apremiante ao exercer-se por uma organização oculta. Este governo arbitrário pode proceder com tanto menos prudência, quanto mais se esconde atrás de seus agentes, cuja freqüente troca não prejudica em nada

nosso poder oculto, tanto mais a cortina o fortificará, pela razão de que a troca freqüente dispensa as organizações da necessidade de gastar fortes somas, premiando bons serviços de longa duração".

Esta "mudança" dos altos funcionários não é desconhecida na América. Certo ex-senador poderia testemunhá-lo se soubesse ou quisesse saber quem preparou essa mudança. Houve um tempo em que este personagem serviu de instrumento incondicional a qualquer judeu que o visitasse no vestíbulo do Senado. Sua palavra fácil fez interessante e convincente todo o arrazoado com que o judaísmo quis contradizer as intenções do governo. A troco disso, o senador, de seu elevadíssimo posto, recebeu aplausos, aplausos acompanhados por um tilintar muito sonoro. Porém veio o momento em que pareceu oportuno desfazerem-se do tal senador. Uma prova documental dos "aplausos" colhidos, encontrou o caminho que leva das trevas à luz pública. Um jornal, que sempre fora dócil instrumento do judaísmo americano, tudo publicou, e o povo, indignado, tudo acreditou. Para aniquilar esse personagem, foi preciso

"Já não existem obstáculos em nosso caminho. Nosso supergoverno está tão por cima das leis, que lhe poderíamos aplicar o forte e vigoroso sobrenome da ditadura. Conscientemente posso dizer que somente nós somos os legisladores do mundo". E mais isto: "De fato, temos eliminado todo governo que não seja o nosso, ainda que 'aparentemente' deixemos existir um ou outro".

Os fatos estão claros: os governos existem sob seu antigo nome, exercendo sobre os povos o poder público, porém o supergoverno mundial, por sua vez, influencia absolutamente sobre eles em todos os assuntos que rezam dos planos do judaísmo internacional. O 8º "Protocolo" demonstra o modo pelo qual conseguem isso: "Presentemente, e até que possamos entregar a nossos irmãos judeus os altos postos dos governos, poremos estes em mãos de pessoas cujo passado e cujo caráter façam com que entre eles e seu povo exista um abismo; há pessoas que, por serem desobedientes, a Justiça persegui-las-á, ou serão desterradas. São obrigadas a proteger nossos interesses até o último alento de sua vida".

Com respeito aos fundos dos partidos políticos o 9º "Protocolo" diz: "A desagragação do povo em partidos teve por conseqüência todos dependerem de nós, porquanto para a realização de um programa político faz falta dinheiro, e este nós o oferecemos".

Muitas vezes se tem discutido a procedência dos fundos metálicos dos diferentes partidos. Ninguém até agora pôde chegar à sua verdadeira origem "internacional".

> Nos Estados Unidos da América temos tido nesses últimos cinco anos uma administração completamente judaizada nos esforços guerreiros do povo americano. A ação do governo constitucional está reduzida nesta época a legalizar a emissão de fundos públicos. Ao contrário, a administração comercial da guerra foi feita por um governo dentro do governo, e este supergoverno interior foi completamente judeu".

Pergunta-se muitas vezes por que é assim. A primeira resposta é que os judeus se encarregaram, em primeiro lugar, dos postos decisivos na administração comercial da guerra eram precisamente os homens mais expertos que havia. E à pergunta por que parte tão importante de nossa política exterior dependia dos conselhos de certo grupo de judeus, responde-se igualmente que estes são os que maiores conhecimentos têm da matéria; que ninguém

melhor do que eles reuniam em si tanto conhecimento e que os funcionários eleitos pelo povo têm "o direito de admitir" os melhores conselheiros que possam achar.

Admita-se a explicação de que nos Estados Unidos exclusivamente os judeus foram julgados aptos para solucionar com suma facilidade e maestria os magnos problemas que se apresentaram durante a guerra. Posto que neste lugar não tenhamos de tratar da guerra, basta fazer constar que o governo americano da guerra foi absolutamente judaico. Talvez o 2º "Protocolo" possa projetar alguma luz sobre este fato. "Os funcionários que nós, por sua condescendência elegemos dentre a massa popular não são educados para governar, por cuja razão servirão facilmente de peões na partida de xadrez, que nós, sábios e doutos conselheiros, jogamos, como especialistas que somos desde meninos e educados para ocuparmo-nos com assuntos mundiais. Nós sabemos que nossos especialistas realmente adquiriram os conhecimentos necessários para governar".

comprometê-lo com auxílio da imprensa. Porém, isso não teria acontecido se "os amos e os patrões" do interessado o houvessem proibido.

O "Protocolo" 14 explica como os povos não-judeus não perdem jamais toda a esperança de melhorar sua situação a cada nova mudança de seus governos, aceitando necessariamente com satisfação a promessa de uma durabilidade que os inspiradores dos "Protocolos" põem sob suas vistas, dizendo: "As massas tanto se cansarão do constante mudar de seu governo (que nós provocaremos entre os infiéis para solapar seus Estados), que, finalmente, admitirão tudo de nossas mãos".

Um funcionário de Estado que tentasse observar e criticar a influência judaica, logo perderia, em nosso país, seu cargo. Nos Estados Unidos existe, seguramente, um pequeno exército de ex-empregados por esse motivo. Muitos deles não sabem sequer como isso ocorreu. Outros continuam refletindo ainda por que suas folhas de leais e patrióticos serviços se perderam no silêncio.

O 9º "Protocolo" contém afirmações estranhas, das quais citaremos as seguintes: "Quando, atualmente, algum governo protesta contra nós, fá-lo só para 'guardar as aparências', porque esse governo acha-se sob nossa tutela e o faz por determinação nossa, 'sendo necessário seu anti-semitismo' para manter a ordem entre nossos irmãos".

Esta doutrina da utilidade do anti-semitismo e da necessidade de criá-lo onde não exista, encontra-se nos "ensinamentos" de muitos preceptores judaicos antigos e modernos.

O funcionário não-judeu, sem preparo, deve, necessariamente, admitir o auxílio alheio. E quem melhor se prestaria para isso senão aqueles mesmos que se oferecem para auxiliá-lo? Sugeriu-se ao povo a idéia de desconfiar dessas pessoas que em política e administração adquiriram conhecimentos práticos. Este fato faz sumamente fácil a posição para aqueles que se oferecem para prestar auxílio. E ao contrário "aqueles precisamente interessados", a cujos interesses estes servem, ficam em posição extremamente favorável.

Porém, de tudo quanto os "Protocolos" recapitulam sobre a parte política do programa mundial judaico, nada merece tanta atenção como o que fala acerca da "eleição e da tutela do chefe do governo nos países não-judeus". O plano inteiro se acha contido no 10º "Protocolo". Se os autores desses documentos, ao escrevê-los, tinham presente a eleição do presidente da França,

isso dá ao plano um colorido local, mas pode ser aplicado em outras partes e até em outros países é onde ele adquire sua completa significação.

O 10º "Protocolo" vai falando logicamente até tocar na questão primordial, demonstrando a evolução dos chefes de Estado, desde a monarquia até a república. A linguagem desses capítulos é em extremo orgulhosa, mas ainda assim fica muito aquém da outra literatura judaica contemporânea, que se embriaga com frases de plena consciência e poderio onipotente. Por odiosa que seja toda esta matéria, torna-se útil observar de que ângulo visual os sequazes dos "Protocolos" sionistas julgam os não-judeus e seus pró-homens ou signatários. Devemos ter presente que o ideal judaico não se fixa num presidente, mas num rei. Os estudantes judeus na Rússia cantavam em 1918, nas ruas, um hino que dizia: "Nós lhe demos um Deus, agora lhe daremos um rei". A nova bandeira da Palestina, que agora ondula sem obstáculos em todas as partes, traz, assim como em todas as sinagogas, as insígnias de um "rei judaico". É arraigada a esperança judaica de que se tornará a erigir o trono de David e, segundo todas as aparências, isso se realizará. Sem merecer nossa crítica acerba, convém trazer em comparação o assinaladíssimo desprezo manifestado pelos judeus contra toda forma de Estado não-israelita.

Acerca do tema presidencial, diz o citado "Protocolo": "Fez-se logo factível iniciar a era republicana e suplantar o soberano por uma caricatura, a saber, um presidente surgido da lama das massas populares... Às vezes colocamos dessa forma a bomba sob os povos, ou melhor, sob os Estados dos infiéis".

Com estranheza lê-se a afirmação de que os homens com certo "passado" se prestem especialmente para o posto de presidente. Que tais homens em diversos países, inclusive nos Estados Unidos, tenham sido presidentes não cabe a menor dúvida. Em alguns casos de ação desonrosa, que punha uma mancha no passado do dito personagem, isto foi publicamente conhecido; em outros casos, em compensação, caiu no silêncio, ou morreu entre rumores que despistavam. Em determinado caso, certa "camarilha", estando no segredo, para guardá-lo da publicidade, fez-se pagar esplendidamente este serviço. Pessoas com um passado um tanto diáfano não são extraordinárias. Muitas vezes não é esse passado o que as preocupa, mas a possibilidade de se verem descobertas em público. E graças a esta "falta de autoridade" por medo de serem descobertas, e dependendo da opinião pública, fazem-nos cair em regra geral em muito pior escravidão: a dos altos manejantes políticos e sobretudo financeiros.

> "Iremos preparando a eleição de presidentes cujo passado contenha alguma mancha, algum 'Panamá': serão, assim, com medo de revelações e com o natural desejo de continuar gozando das prerrogativas, dignidades e homenagens inerentes a seu elevado posto, 'executores obedientes de nossas ordens".

O uso da palavra "Panamá" se refere aos assuntos tenebrosos ocorridos em meados do século passado, em relação aos empréstimos do povo francês para a projetada construção do Canal do Panamá. No caso em que os "Protocolos" sionistas em sua forma atual tivessem sido escritos mais tarde, teriam podido referir-se ao "assunto Marconi na Inglaterra", que gravemente comprometeu Lloyd George, a não ser que neste caso o autor da obra tivesse preferido calar, por estarem comprometidos nesse escândalo muitos personagens da raça judaica. Teodoro Herzl, o grande chefe do sionismo, também emprega

o conceito "Panamá" em sua obra intitulada **O Estado Judaico.** Ao falar dos preparativos econômicos para erigir um Estado na Palestina, diz que "a sociedade judaica deve cuidar para que a empresa não seja um Panamá, mas uma vitória". É significativo que esta mesma palavra se repita tanto nos "Protocolos", como na citada obra de Herzl, porque alguém que hoje escrevesse para o grande público não empregaria esse conceito para caracterizar o passado avariado de qualquer personalidade, pela simples razão de que ninguém o entenderia.

Justamente este hábito de coagir outras pessoas impõe a escritores verídicos a necessidade imperiosa de dizer sempre toda a verdade sobre os personagens que aspiram a ocupar cargos públicos. Não basta dizer que tal pessoa, que começou pobre, acabou por ser um homem endinheirado, mas é necessário perguntar: como adquiriu essa riqueza? Como se explica o crescimento de sua fortuna? Muitas vezes este fio conduz até o seio da família. Assim sabe-se, por exemplo, que tirou um amigo de apuros, casando-se com a esposa comprometida daquele, percebendo por isso uma boa soma. Outro se viu em apuros por causa de relações demasiado íntimas com a mulher de um terceiro, de cuja situação precária o livrara a astuta intervenção de amigos influentes, os quais, desde logo, sentiu-se amarrado para sempre. E raro que em tais "assuntos", ao menos entre americanos, não predomine sempre a nota feminina, sendo assim em nossos círculos elevados onde se apresenta com mais freqüência do que nenhuma outra, mais amiúde ainda que a nota financeira.

Em países europeus, onde tais relações femininas ilícitas não "produzem" tanto, é preciso encontrar outras "manchas" nas personagens sob tutela e vigilância.

Este tema torna-se repulsivo, porém a verdade tem, por vezes, de cumprir funções cirúrgicas e aqui apresentamos os casos tais quais são em realidade. Quando se estuda detidamente uma tão decisiva conferência para o mundo inteiro, como o foi a Conferência da Paz em Versailles, detendo-nos preferentemente nas pessoas visivelmente subordinadas às influências judaicas, e seguindo atentamente o desenrolar de sua vida passada, poderemos sem dificuldade alguma chegar no momento crítico, em que elas caíram numa situação que lhes trazia êxitos momentâneos, transformando-as irremissivelmente em escravas de um poder oculto. O estranho espetáculo de ver os estadistas proeminentes da raça anglo-saxônica rodeados constantemente e aconselhados pelos principais semitas somente se explica pelo conhecimento íntimo das "manchas" daqueles, como confirmam as palavras dos "Protocolos" sionistas: "Iremos preparando a eleição de presidentes cujo passado contenha alguma mancha, algum Panamá".

Sempre que se observa claramente o predomínio judaico sobre estadistas não-judeus, pode-se deduzir com absoluta certeza que aquela raça é o único guardião de um importante segredo desses políticos. Ao apresentar-se alguma vez a necessidade, para aqueles que saibam algo desses segredos, será uma obrigação nacional e sagrada publicá-los, não para destruir a reputação de alguém, mas para estigmatizar de uma vez para sempre hábitos tão indignos.

Os publicistas judaicos dizem que os judeus não se manifestam como unidade nacional. Por isso — ajuntam — não exercem influência política alguma. Além disso, estão tão desunidos entre si, que não podem jamais manifestar-se numa direção comum. Assim acontece que, ao tratar-se de uma questão "a favor" de alguma coisa, vão aparecendo na comunidade judaica os pontos

de vista de uma maioria e os de uma minoria, respectivamente, na maioria dos casos os de uma minoria insignificantíssima. Porém, quando se trata de uma questão "contra", a comunidade judia representa sempre uma unidade compacta. Estes fatos poderão ser comprovados por todo político de clara observação. Todo mundo pode, na vida pública e por si pessoalmente, tirar a prova, declarando publicamente que não se deixará influenciar pelos judeus, nem por ninguém. Se nesse sentido empregar a palavra "judeu", não é preciso que "leia" nada sobre a solidariedade judaica, porque "senti-la-á" bem depressa Uma unidade judaica não pode, entretanto, conseguir tudo nas eleições públicas. A força política dos judeus exerce melhor sua influência nos cimos dos poderes públicos. Os judeus como minoria política, quanto aos votos, foram nestes últimos anos uma maioria política quanto à "influência". "Governavam" e se vangloriavam disso. E notam-se sinais de seu governo em todos os países.

O sinal principal do predomínio judaico na política é o medo. É tão grande, que ninguém se atreve a falar dos judeus com a naturalidade com que se falaria por exemplo dos armênios, dos alemães, dos russos ou dos franceses. Que significa este receio, senão a prova palpável de que se conhece o poder judaico e a crueldade de sua aplicação? Talvez seja certo que o anti-semitismo, segundo afirmam muitos judeus, não é outra coisa senão o medo exagerado, o horror ante alguma coisa desconhecida. A observação sem exemplo na história de um povo pobre em aparência, que, no entanto, é mais rico que os demais, de uma minoria insignificantíssima, mais poderosa que a maioria em conjunto, pode criar visões efetivamente numa mentalidade excitada.

É muito significativo que os que operam como arautos reconhecidos do judaísmo não protestam jamais contra esse medo, mas, ao contrário, "desejam" que exista. Mantê-lo vivo, bem calculado, ainda que na sombra, e utilizá-lo convenientemente em caso necessário, é arte especial que os judeus manejam com maestria. Porém, no momento de alterar-se esse equilíbrio, conhece-se imediatamente seu ponto fraco. Primeiramente recorrem às ameaças, na esperança de poder restaurar o dito medo, mas fracassadas as ameaças, aparecem logo as lamentações sobre o "anti-semitismo".

É raro que os judeus não compreendam que precisamente a forma mais rude do anti-semitismo se funda nesse medo, que eles mesmos, em plena consciência, inoculam os povos. Somente com isto pode nascer um ódio cruel contra os judeus. O homem normalmente moral evita sempre infundir medo; só uma raça "moralmente inferior" pode aproveitar-se dele.

Dar-se-ia um grande passo para a solução do problema judaico se todos se livrassem desse temor do judeu. Mas este processo interior de suprimir o medo é, precisamente, aquilo que os porta-vozes e publicistas judeus combatem com frenesi, chamando-o "anti-semitismo". Nada mais falso; esta liberação é o que com maior eficácia "preserva contra" o anti-semitismo. O método divide-se em várias etapas: é preciso primeiro demonstrar clara e amplamente todo o enorme poder dos judeus. Imediatamente toda a oposição judaica clamaria, e tanto mais que não se poderia provar o contrário, porém haveríamos de insistir em sua demonstração.

Será depois necessário explicar suficientemente as razões desse poder existente. Essa explicação não pode apoiar-se senão no princípio que é o desejo judaico pela hegemonia mundial, ou na existência de um programa ideado detalhadamente, e que conduz a essa hegemonia. Uma vez explicado o método, já estaria quase vencido o mal. O judeu não tem nada do "super-ho-

mem". É astuto e perseverante, sua ideologia lhe permite fazer muitas coisas moralmente vedadas a outras pessoas, porém em igualdade de condições não possui superioridade alguma. O americano no norte lhe leva vantagem em todos os conceitos, mas prendem-no as regras do jogo lícito. Quando se chega a saber que por meios ele alcança o poder, quando se compreende como, nos Estados Unidos, ele pode assaltar o poder político, não resta dúvida de que os meios empregados rasgarão sua auréola, fazendo-o aparecer, como em realidade é, um "tenebroso negociante".

Que o método recomendado nos "Protocolos" sionistas mereça crédito ou não, depende essencialmente de ser ou não possível sua comprovação, sua existência em fatos irrefutáveis de nossos tempos. E, com efeito, teoria e prática coincidem em absoluto. Para o judeu, seria mais vantajoso que as pegadas não se encontrassem nem num programa escrito, nem nos fatos históricos. Porém, uma vez que essas pegadas existem, o semita procede ilogicamente, acusando os demais de uma culpa que só a ele corresponde. Efetivamente não constitui prova contrária nem absolvição denegrir a quem se limita a constatar fatos. O judeu é astuto, mas não o é tanto que possa apagar completamente as marcas de seu proceder. O israelita também tem seu ponto fraco, do qual se pode ir descobrir todo o emaranhado em que vive como peixe na água. E temeria que se arejasse e se expusesse sua atuação se o que nela existe fosse bom e honroso? O ponto fraco de todo o programa consiste precisamente em que "em sua totalidade é perverso". Por grandes que sejam os êxitos judaicos, não o são tanto que a humanidade não os possa evitar. Esta já se acha dentro de um grande movimento defensivo, e se existem ainda profetas entre os judeus, seria muito conveniente que estes assinalassem outros rumos para seu povo.

A prova prática da existência de um programa mundial judaico e o medo que este tem de que o descubram, trarão à humanidade "a eliminação do elemento de inquietude que o judeu representa sempre no seio dos povos, entre os quais vive".

XIX

A URSS criatura do panjudaísmo

Dentro de um conjunto de Estados unitários perfeitamente organizados, não restam aos judeus senão duas probabilidades de êxito: ou derrubar os pilares de todo sistema nacional dos Estados, ou fundar um Estado próprio, seu, novo... Na Europa oriental parece que o bolchevismo e o sionismo podem existir juntamente..., não porque o judeu se preocupe com o lado positivo da teoria radical, não porque queira participar do nacionalismo não-judaico, nem da democracia não-judaica, mas porque toda forma não-judaica de Estado inspira-lhe franco ódio".

Eustace Percy.

Quando se quiser saber o que os chefes hebreus nos Estados Unidos da América ou em outros países pensam e desejam, não se deve dar atenção a palavras destinadas a serem ouvidas pelos povos não-judeus, mas àquelas dirigidas a seus próprios irmãos de raça. Quando o judeu se considere predestinado a dominar o mundo inteiro, sentindo-se por isso membro e um povo ou de uma raça marcadamente diversa de todas as demais; que tome o resto do mundo não-judaico por campo legal de explorações; que possa beneficiar-se com preceitos morais inferiores aos aplicáveis a seus próprios compatriotas; que conheça e pratique os princípios expostos nos "Protocolos" sionistas: de todas essas hipóteses, a única aceitável como tese fidedigna é a que se tira das palavras que dirigem a seu próprio povo, porém nunca as destinadas aos infiéis.

Os conhecidos nomes judaicos, que com maior freqüência se repetem na imprensa, não nos mostram, nem de longe, todos os chefes judaicos, mas sim representam somente um grupo escolhido, ou seja, os representantes da seção de propaganda entre os não-judeus. Por vezes esta propaganda se manifesta em forma de donativos para obras de caridade cristã, outras vezes aparece como interpretação "liberal" de questões religiosas, sociais ou políticas. Seja qual for a maneira por que se apresenta, o certo é que a verdadeira atuação dos chefes judaicos desenvolve-se sempre sobre a máscara de acontecimentos sob os quais se concentram os olhares e o assentimento dos não-judeus.

As opiniões e as afirmações emitidas aqui apóiam-se em provas inequívocas e asserções saídas da própria boca de chefes judaicos. Ao rebater, pois, nossas afirmações, os judeus rebaterão pelo menos algo daquilo que seus próprios chefes propagam. E isso somente na suposição de que nossas averiguações não se tivessem aprofundado até o ponto exato, pela sua astúcia em o quererem ocultar.

Com firmeza rebatem nossa afirmação de que o bolchevismo, seja na Rússia ou nos Estados Unidos, é um produto judaico. Essa negação constitui um dos mais palpáveis exemplos de atrevida ambigüidade. Para os não-judeus se nega o caráter judaico do bolchevismo, enquanto que no seio da comunidade judaica, ou expressado nos mais raros dialetos judaicos, ou escondido na imprensa semita nacionalista e para os próprios judeus, se ouvem orgulhosos protestos de que o bolchevismo é genuinamente judaico.

Para subtrair-se à inculpação terrivelmente séria dos assassinatos em massa, das desolações, latrocínio e morte pela fome, em união com a mais detestável fraseologia humanitária na Rússia atual, cujo horrível crime em sua magna totalidade não se pode ainda descrever, nem ao menos conceber, a propaganda judaica se aferra, unicamente, em duas afirmações sem valor. Na primeira, afirma-se que Kerensky, precursor do bolchevismo, "não" era judeu. Entretanto, salta aos olhos que não pode haver prova mais convincente "a favor" do caráter judaico do bolchevismo do que esta afirmação semita tão altamente proclamada, de que dois de seus cabeças "não" são judeus. É, certamente, muito pouco renegar somente duas pessoas, máxime quando isso não influi em nada sobre a verdadeira nacionalidade de Kerensky. Seu verdadeiro nome é Adler (águia), sendo seu pai judeu e sua mão judia. Morto o pai, a mãe tornou a casa com um russo chamado Kerensky, cujo nome o estadista e advogado adotou. Entre os elementos radicais que serviram deste como instrumento, entre os poderosos que o impulsionaram a cravar o primeiro prego no ataúde da Rússia, e entre os soldados que combateram sob suas ordens, sua origem nunca ofereceu a menor dúvida.

"Mas Lenine", dizem os porta-vozes judaicos, "Lenine, o chefe principal e o cérebro de todo o movimento", "Lenine não era judeu!" Será possível, mas por que educa seus filhos no argô judaico? Por que escreve seus manifestos em dialeto judaico? Por que suprimiu o domingo cristão, instituindo a festa do sábado mosaico? A explicação de tudo "pode" achar-se no fato de ter casado com uma hebréia. Uma segunda explicação se nos oferece para corroborar o fato de que, apesar de tudo quanto afirmam, ele é judeu. O "certo" é que não tem nada de aristocrata russo, como tão insistentemente se afirmou. Tudo quanto ele mesmo assegura nesse sentido, é absolutamente falso e a afirmação de que não é judeu torna-se duvidosa.

Ninguém até agora pôs em dúvida a nacionalidade de Trotzky, que é judeu, e cujo verdadeiro nome é Braunstein. Desde algum tempo para cá, se tem espalhado a novidade de que Trotzky afirmara não pertencer a nenhum credo religioso. Pode ser verdade. Mas algo há: porque, então, transformaram as igrejas cristãs em matadouros ou salas para bailes "enquanto as sinagogas judaicas se mantiveram incólumes?" E por que os sacerdotes cristãos tiveram de varrer as ruas, "enquanto os rabinos judeus permaneceram em seus postos?" Pode ser, pois, que Trotzky já não pertença a nenhum credo, "porém é e continua sendo judeu". Não é idéia fixa dos não-judeus que Trotzky seja judeu, mas as autoridades judaicas o reconhecem como tal.

Talvez poderiam lançar-nos em rosto que repetimos com excessiva freqüência o que já é do domínio público. Mas ainda hoje existem inúmeras pessoas que ignoram o que é e o que significa o bolchevismo. Por isso, e em risco de parecer monótonos, temos de repetir aqui outra vez seus principais pontos. Isso tem por objeto não somente explicar com clareza a situação na Rússia,

mas também para que sirva de experiência ante o que se prepara nos Estados Unidos e em outros países da América e da Europa.

O governo bolchevista, na indelével fórmula de "recusa de dívidas", e em sua composição, demonstrou em 1920, quando se receberam as últimas notícias dirigidas a certos departamentos de nosso Estado, uma hegemonia absoluta do judaísmo. Esta situação pouco se modificou. Para demonstrar as proporções, daremos provas. Não é preciso supor, entretanto, que os membros judaicos dos comissariados sejam de sangue russo. Atualmente há poucos verdadeiros russos, que em assuntos de sua terra natal tenham algo que dizer. A chamada "ditadura do proletariado", na qual a palavra "proletariado" não significa absolutamente nada, é russa somente porque foi imposta pela Rússia. Pelo contrário, não é russa porque não procedeu da vontade do povo russo, nem existe para salvaguardar os interesses do proletariado russo. O bolchevismo não é nada mais nada menos do que "a realização do programa internacional contido nos "Protocolos" sionistas, tal como este há de realizar-se em todos os países por uma minoria radical". Os acontecimentos da Rússia representam o ensaio geral.

PROVA ESTATÍSTICA DO PREDOMÍNIO JUDAICO NA RÚSSIA VERMELHA

	Total de Membros	Membros judaicos	Porcentagem judaica
Conselho de Comissários populares	22	17	77%
Comissão de Guerra	43	33	77%
Comissariado de Assuntos Exteriores	16	13	81%
Comissariado de Fazenda	30	24	80%
Comissariado de Graça e Justiça	21	20	95%
Comissariado de Instrução Pública	53	42	79%
Comissariado de Socorros Sociais	6	6	100%
Comissariado de Trabalho	8	7	88%
Delegados da Cruz Vermelha Russa em Berlim, Viena, Varsóvia, Bucarest, Copenhague	8	8	100%
Comissários de Província	23	21	91%
Jornalistas	41	41	100%

Estes números são significativos. A participação judaica em caso algum é menor de 75%, sendo interessante que a proporção judaica mais baixa apareça no Comissariado de Guerra. Em compensação, nas juntas, que imediatamente ligam-se com a massa do povo, nas juntas de defesa nacional e de propaganda, os judeus ocupam literalmente todos os postos. Tenha-se presente o que os "Protocolos" dizem a respeito do domínio da imprensa, recordem-se do que o barão de Montefiore disse nesse sentido, e julgue-se depois o significado desses cem por cento de jornalistas oficiais do governo bolchevista. Somente penas judaicas fazem a propaganda da Rússia bolchevista.

Os oito delegados da Cruz Vermelha, que não passam de oito agentes bolchevistas nas citadas capitais, todos são judeus!

O Comissariado de Socorros Sociais, do qual depende a existência ou a miséria de dezenas de milhares de famílias, compõe-se de seis membros e estes são judeus.

Dos 53 membros do Comissariado de Instrução Pública designam-se 11 como não-judeus. A que classe de não-judeus pertencem, não se sabe. Talvez

sejam não-judeus da espécie de Lenine, cujos filhos falam o argô judaico. De qualquer maneira, projeta muita luz sobre sua atuação o fato de que os bolchevistas ficaram com "todos os colégios hebreus", que mantiveram sem modificação, "somente ordenando que neles fosse ensinado o hebreu antigo". Esta antiga língua é o agente de propagação dos segredos mais profundos do programa mundial judaico.

E as crianças russas? "A estas (disseram os nobres preceptores judaicos) ensiná-las-emos a tirar as teias de aranha de seus cérebros; aprenderão somente a verdade". O que eles compreenderam neste conceito, a pena nega-se a reproduzir. Quando a Hungria livrou-se do bolchevismo de Bela Kuhn (a.) Cohn, foram mortos alguns judeus inocentes, e talvez os judeus tenham razão ao chamarem esses acontecimentos de "terror branco", porque frustraram seus planos de reproduzir a tragédia russa na Hungria. Porém, existe um monte de esmagadoras provas para demonstrar que a explosão do "terror branco" foi a raiva e o desespero dos pais, cujas filhas durante o curto terrorismo bolchevista foram arrastadas à força e violadas.

É natural que os judeus americanos escutem isso com desagrado. E sua repulsa seria honrosa, se por outra parte eles não se colocassem como protetores das mesmas pessoas que cometeram tais crimes. É sabido que a castidade das moças e mulheres não-judias não são cotizadas tão altamente pelos homens judeus, como a das mulheres judias. Neste sentido é sumamente interessante saber que os judeus condenam publicamente aquilo que, com o rótulo de "educação", passou-se na Rússia e na Hungria. E posto que as principais influências que hoje em dia desmoralizam a juventude não-judaica na América procedam de fonte judaica e posto que nos "Protocolos" sionistas diz-se que um dos fins da luta consiste em "desmoralizar a juventude dos infiéis" resulta, com efeito, ridículo que ante tudo isso os semitas não saibam objetar nada, mas sim proferir insultos e manter-se em desacreditadas negativas.

A principal acusação não é dirigida precisamente contra os métodos econômicos bolchevistas, nem contra o engano e o logro de que é vítima o povo, mas dirige-se, principalmente, contra a grosseria que se manifesta em todos os atos do bolchevismo judaico. Aqui se abre um abismo entre o conceito moral dos judeus e dos não-judeus. E não falemos, agora, da horrível crueldade forçosamente ligada a isso, limitemo-nos a reproduzir uma explicação desses fenômenos, que se encontra na imprensa judaica e que diz: "Pode ser que o judeu na Rússia vingue-se 'inconscientemente' pelos sofrimentos suportados durante longos séculos".

Ocorre-nos uma pergunta: Como se pode comprovar a veracidade de tudo isso? Esta prova é trazida pelo Senado Americano e está expressa num expediente da Junta de Julgados. Não nos deteremos longamente, porque preferimos apresentar testemunhos judaicos, e não cristãos.

O doutor Jorge A. Simons, sacerdote cristão e delegado de certa comunidade religiosa em Petrogrado, na época em que estalou o terror bolchevista, figurou como testemunha. Vejamos parte de suas declarações: "Centenas de agitadores saídos dos bairros baixos do este de Nova Iorque, encontraram-se com o séquito de Trotzky... Para muitos de nós foi surpresa o elemento marcadamente judeu dessa massa, e comprovou-se depois que mais da metade de todos esses agitadores do chamado movimento soviético eram judeus".

(O senador Nelson pergunta): "Hebreus?" (Doutor Simons responde): "Hebreus, ou seja, judeus dissidentes. Nada quero dizer contra os judeus. Não

me inspira simpatia o movimento anti-semita... Porém, estou convencidíssimo de que este assunto é judaico e que suas mais fundas raízes devem ser procuradas nos bairros do este de Nova Iorque".

(O senador Nelson): "Trotzky chegou de Nova Iorque naquele verão?" (Doutor Simons): "Sim!" Depois prossegue: "Em dezembro do ano 1918 acharam-se sob a presidência de um homem chamado Apfelbaum (a.) Zinovieff 'dezesseis russos genuínos' dentre um total de 388 membros; os demais eram judeus, com exceção de um, um negro da América, que se intitulava professor e catedrático, Gordon... 265 membros desse governo comunista do Norte, que reside no ex-Instituto Smolny, procediam dos bairros do este de Nova Iorque. No momento em que os bolchevistas assaltavam o poder, Petrogrado ficou inundado por folhas de reclame, vermelhas, escritas em argô judaico. Compreendeu-se claramente que este seria um dos idiomas principais da Rússia. Os russos legítimos, com certa reserva passiva, assentiram ao programa judaico".

William Huntington, adido comercial da embaixada americana em Petrogrado, declarou que na Rússia todo mundo sabe que três quartas partes dos chefes bolchevistas são judeus... Alguns eram russos de sangue, quero dizer, de nascimento, e não judeus-russos.

Roger E. Simmons, perito comercial no Departamento de Comércio dos Estados Unidos, testemunha o mesmo.

O Livro Branco Britânico "Rússia" nº 1, intitulado "Resumo de testemunhos sobre o bolchevismo russo, entregue por ordem de sua majestade ao Parlamento, abril de 1919", contém um sem número de testemunhos idênticos, obtidos de diversas fontes e relatados todos por testemunhas oculares.

Na revista **Aften**, de fevereiro-março de 1920, publicaram um artigo que, entre outros importantes detalhes, contém a seguinte narração: "Em todas as instituições bolchevistas os chefes são judeus. O comissário do Ensino Elementar, chamado Grünberg, mal sabe falar o russo. Os judeus tudo conseguem e tudo alcançam. Sabem obter submissão absoluta e mantê-la. Mas se mostram altivos e coléricos para com todo o mundo, o que subleva o povo contra eles... Atualmente se observa grande entusiasmo nacional religioso entre os judeus; estes pensam que está se aproximando a era do domínio terreno do Povo Predileto, "pois que coincide o judaísmo com a revolução mundial". No desenrolar da revolução aparece o cumprimento da Sagrada Escritura: "Ainda que eu ponha fim em todos os povos, entre os que dispersarei não darei cabo de ti".

A opinião judaica sobre o bolchevismo tem vacilado sempre. A princípio receberam-no com entusiasmo. Naquela primeira época do novo regime nada se ocultou, a não ser a participação que o judaísmo nele tomara. Celebraram-se assembléias públicas e escreveram crônicas especiais, em cuja publicação revelaram uma imensidão de verídicos detalhes de suma importância. Nem tentaram, sequer, ocultar nomes e sobrenomes.

Surgiu, depois, uma época em que o horror ante os acontecimentos da Rússia apoderou-se da humanidade, e durante algum tempo reinou o silêncio na Judéia, com exceção de uma ou duas vozes que historicamente o desmentiram. Nova onda de apoteose, que depois, olhando de reverso para o lado judaico, ainda prossegue, porém nesse reverso revela tristes queixas e fala de "perseguições". O mundo já estava preparado para ver um dia adulterada a verdade sobre o bolchevismo russo e transformada em "perseguições dos judeus".

Na revista **O Hebreu Americano,** datada de 10 de setembro de 1920, apareceu um artigo que não somente reconhece a participação dos judeus nas atuais desordens e no movimento revolucionário mundial, como até o justifica — por estranho que pareça — com o "Sermão da Montanha". Seu autor diz no referido artigo que o "judeu desenvolveu o capitalismo organizado graças a seu instrumento mais eficaz, o sistema bancário". Comparando com as múltiplas tentativas judaicas para negar este fato, causa satisfação vê-lo assim confirmado.

"Um dos fatos mais impressionantes nessa época tão cheia de impressões (prossegue o articulista) é a revolta dos judeus contra a ordem capitalista, que seu próprio cérebro ideou e formulou com sua própria mão". Se isso fosse verdade, por que o capitalismo organizado (judeu) com seu instrumento mais eficaz, ou seja, o sistema bancário ajuda a revolução mundial?

Este acontecimento (a revolução russa) predestinado a passar para a história como produto preponderante da guerra mundial, foi em alto grau obra da reflexão judaica, do descontentamento judaico e da vontade judaica para uma nova Reconstrução. Este rápido desenvolvimento da Revolução Russa, passado de sua época destruidora para a construtora, é a visível expressão do caráter criador do gênio judaico ressentido". Está ainda por demonstrar se a época construtora do bolchevismo ao menos foi iniciada. A afirmação do artigo só tem caráter propagandista. Em compensação, os "Protocolos" sionistas contêm um plano completo de reconstrução.

Pedimos ao leitor que leia com atenção as seguintes linha: "O que o idealismo judaico e o ressentimento judaico conseguiram na Rússia, pretendem realizar também nos demais países". "O que foi que o "idealismo judaico" realizou na Rússia, e com que "poderosos meios"? Por que sempre caminham juntos o "idealismo judaico" como o "ressentimento judaico?" Se estudarmos os "Protocolos dos Sábios de Sião", compreenderemos claramente. "Idealismo judaico significa somente destruição dos Estados não-judeus para a instituição de uma forma judaica única, política e social". Não foi isso o que ocorreu na Rússia? Folhetos judaicos nas ruas, o hebreu antigo nas escolas, o sábado em lugar do domingo, e os rabinos sem serem incomodados, enquanto que os sacerdotes cristãos tiveram de varrer as ruas. E fatos sumamente "poderosos", a saber: assassínios, latrocínios, desolação e morte pela fome... O autor do artigo no **American Hebrew** talvez falasse mais do que queria, chamando esta íntima compenetração de idealismo e ressentimento "qualidades históricas do gênio judeu" (ele quis dizer "qualidades hereditárias da raça judaica"). Na opinião do autor, estas qualidades hereditárias da raça judaica, que na Rússia promoveram o terror vermelho, e que hoje ainda lá continuam manifestando-se, pretendem reservar igual sorte para os demais países. A diferença consiste em que, quando um não-judeu diz tal coisa, enchem-no de impropérios. Porém, agora é um autor judeu numa importante revista judaica quem o diz. E como que desculpando-se, ajunta: "Foi natural que... o ressentimento 'achasse sua expresão' num excesso de tendências e certa demasia de finalidades". Que ressentimento? Naturalmente o judaico. E por que estão descontentes? Por qualquer forma de Estado, que não seja judaica. E em que consistiram os "excessos" de tendências e a demasia de finalidades? Em implantar nos demais países e até nos Estados Unidos da América o bolchevismo judaico. "Certa demasia?" Não! Foram poucos, mas muito caracterizados objetivos; somente para sua realização os judeus elegeram um terreno um tanto duvidoso.

Atualmente podem-se observar bolchevistas russos nas ruas de Nova Iorque oferecendo aos pedestres objetos de ouro, roubados de famílias russas, e jóias familiares, anéis de casamento e de batizado. "O bolchevismo demonstrou em toda parte o seu ideal de ladrão e salteador". Porém, decorrerá ainda muito tempo antes que a América admita ordens em argô judaico, ou que as mulheres americanas tenham de "entregar" suas jóias ao "povo predileto".

Apesar das inegáveis conexões entre o hebreu americano, por um lado, e o bolchevismo russo e os "Protocolos" sionistas por outro, os autores judaicos ainda hoje têm a ousadia de afirmar que somente um louco pode admitir tal relação íntima com as intenções judaicas que revelam os "Protocolos". Assim não é. O que se passa só os cegos não podem ver ou estão cegos os que não o vêem.

XX

Um testemunho judaico a favor do bolchevismo

Do estado caótico da economia, o gênio judaico desenvolveu o ressentimento do capitalismo organizado, graças a seu instrumento mais eficaz, o sistema bancário...

Pretendem que a América, como a Rússia czarista, qualifique os judeus de destruidores, censurando-os tão amarga como infundadamente e obrigando-os assim a ocupar posição irredutível? Ou será que a América aproveitar-se-á das energias criadoras judaicas, como o fez com as potencialidades de todas as demais raças?... Sobre estas perguntas o povo americano terá de dar sua resposta.

(De um artigo publicado na revista *O Hebreu Americano*, de 10 de setembro de 1920)

O povo americano dará, com efeito, essa resposta, e jamais pronunciar-se-á a favor do gênio destruidor do insaciável judaísmo. É demasiado sabido que o que o "idealismo judaico e o ressentimento judaico" fizeram na Rússia estava, também, projetado para realizar-se nos Estados Unidos. Por que o articulista do **American Hebrew,** em lugar de dizer "em outros países", não disse clara e inequivocamente "nos Estados Unidos da América?

"Idealismo e ressentimento judaicos" não vão dirigidos contra o capitalismo, mas, pelo contrário, este se pôs a serviço daqueles. A "única" forma de Estado contra a qual se dirigem representa "qualquer" ordem nacional não-judaica, e o único capital atacado é o dos não-judeus. Eustace Percy, que, a deduzir pela freqüência com que a imprensa judaica cita suas palavras, goza do assentimento da inteligência semita, dá-nos uma contestação categórica ao primeiro conceito, falando da inclinação judaica para os movimentos sediciosos: "Na Europa oriental parece que o sionismo e o bolchevismo desenvolveram-se mancomunadamente assim como a influência judaica dominou as idéias republicanas e socialistas durante todo o século XIX, até a revolução dos jovens turcos em Constantinopla... e não porque preocupe ao judeu o lado positivo das teorias radicais, nem tampouco porque pretenda participar do nacionalismo ou da democracia não-judaicas, mas por que toda outra forma de Estado que não seja a judaica, não pode senão inspirar-lhe ódio".

Esta declaração é clara. Na Rússia foi o **czar** quem serviu de pretexto, na Alemanha o **kaiser** e na Inglaterra a questão irlandesa. Para as inumeráveis revoltas sul-americanas, manejadas todas elas por judeus internacionais, não foi sequer necessário buscar um pretexto especial... Nos Estados Unidos serve de espantalho a "classe capitalista", mas sempre e em toda a parte, segundo a própria confissão dos arautos judaicos, contra toda ordem e forma de Estado

não-judaicas. O judeu crê que o mundo inteiro lhe pertence por direito, e não faz senão "recolher suas propriedades". O caminho mais curto para consegui-lo é a revolta contra toda ordem existente, destruição que seria impossível sem uma campanha longa e astutamente preparada por meio de idéias dissolventes e sediciosas.

Quanto ao segundo conceito, cada leitor comprovará os fatos por sua própria experiência. Recordem-se dos nomes daqueles capitalistas que na imprensa influenciada pelos judeus foram expostos sempre ao desprezo público; recordem-se sobretudo das caricaturas do "trust" periódico de Hearst; foram talvez os Seligmann Kahn, Warburg, Schiff, Kuhn, Loeb e companhia? Não, porque estes são banqueiros judeus, e a estes não se ataca, nunca. Os nomes mais conhecidos das campanhas difamatórias jornalísticas são somente os dos industriais e banqueiros não-judeus, e em especial Morgan e Rockfeller.

Todo mundo sabe que durante a revolta comunista em Paris (inverno de 1871), os judeus da casa Rothschild não sofreram prejuízos, enquanto que outros proprietários sofreram enormes perdas em suas fortunas. Existem relações tão íntimas entre os grandes financistas judaicos com os cabeças revolucionários judeus na América, que qualquer prejuízo dos primeiros num possível movimento sedicioso torna-se completamente excluído. Sob a amplo manto das desordens russas, certos financistas judeus aproveitaram-se das angústias populares, apoderando-se de grandes riquezas de propriedade pública, e o governo soviético isso aprovou, chamando de "comunismo modificado". Contudo, um verdadeiro comunismo não se encontra no bolchevismo russo. Como na Guerra Mundial, o bolchevismo acha, também, sua suficiente explicação ao contestar a pergunta: Quem tirou os maiores proveitos? Esta especulação de ambos os acontecimentos acha-se atualmente em seu maior apogeu. O alvo das forças revolucionárias não é nada mais do que a propriedade não-judaica. "As riquezas do mundo inteiro nos pertencem', este é o lema de toda a obra revolucionária judaica.

Houve uma época em que se tentou desviar a atenção universal por meio de horripilantes notícias acerca da triste situação dos judeus na Polônia. Há indícios que fazem supor que a propaganda polaca era um disfarce, para encobrir a enorme imigração de judeus para os Estados Unidos da América. Muitos leitores talvez ignorem que todos os dias caem sobre nós gigantescas carradas de imigrantes, dezenas de mil daquela raça, cuja presença significa um problema e uma ameaça para os governos europeus. A propaganda polaca e a referida imigração ocorrem enquanto o governo dos Estados Unidos recebe do grêmio judaico seguranças de que na margem do Potomac, indicando Washington, tudo marcha admiravelmente. Com efeito, ali se está tranqüilo e sem cuidados, tal como o grêmio judaico pode desejar; porém, o problema russo exige necessariamente sua solução. Esta forma judaica é a seguinte: os judeus são os pais do capitalismo; como este não desse bons resultados, tentaram desfazer sua própria obra. Fizeram-no, com efeito, na Rússia, e agora querem que o povo americano tenha a bondade de permitir que seus benfeitores judaicos repitam a mesma película na América.

Esta é a novíssima explicação — tipicamente judaica — que nos dão, unida a uma proposição dirigida à América, e com uma ameaça! Se a América declinasse dessa proposição do judaísmo, este colocar-se-ia "numa oposição irredutível".

Mas os judeus não destruíram absolutamente o capitalismo na Rússia. Quando Trotzky e Lenine fizeram sua última reverência ao mundo, retirando-se ao amparo dos capitalistas judaicos internacionais, observa-se que o que eles destruíram foi somente o capital não-judaico, ou seja, o russo, enquanto que o capitalismo judaico permaneceu imóvel e intangível.

Qual é a realidade? Atas oficiais do Governo dos Estados Unidos da América contêm a seguinte carta. Observem a data, o banqueiro judeu e os demais nomes judeus:

"Estocolmo, 21 de setembro de 1917

Sr. Rafael Scholan (ou Schaumann)

Apreciado camarada: A casa bancária de M. Warburg, a mandado de um telegrama do presidente do 'Sindicato renano-west-faliano' abriu uma conta-corrente para a 'empresa' do camarada Trotzky. Um advogado, provavelmente o Sr. Kestroff, recebeu munições, cujo transporte organizou junto com o do dinheiro para o camarada Trotzky, segundo seus desejos...

Saudações fraternais.

Fürstenberg".

Muitos anos antes, um financista americano judeu facilitara as somas com as quais se fizera propaganda revolucionária entre mil prisioneiros russos, retidos nos acampamentos japoneses.

Para dar uma explicação do movimento bolchevista, diz-se, às vezes, que foi apoiado financeiramente pela Alemanha, sobre cuja tese fundou-se a propaganda bélica na América. Verdade é que parte do dinheiro proveio da Alemanha, porém igualmente outra parte proveio da América. "A grande verdade é que a alta finança judaica de todos os países está interessada no bolchevismo russo como uma empresa internacional judaica". Durante a guerra ocultou-se o programa mundial semita atrás de um outro nome nacional, os Aliados lançando a culpa à Alemanha e a Alemanha aos Aliados, enquanto que todos os povos ficavam na obscuridade sobre quem eram os verdadeiros culpados.

Um funcionário do Estado francês fez constar que só um banqueiro judeu entrou com dois milhões. Quando Trotzky abandonou os Estados Unidos para realizar a tarefa recebida, foi posto em liberdade do cárcere de Halifax pelo governo norte-americano, e sobejamente se sabe quem representou o Governo dos Estados Unidos durante a guerra.

Recapitulando todos esses fatos, chega-se ao resultado iniludível de que a revolução bolchevista foi uma empresa longa e cuidadosamente preparada pela alta finança internacional judaica.

Assim, compreende-se facilmente por que esta potência quer introduzir na América o bolchevismo. "Nesta luta não se trata realmente de uma preponderância entre o capital e o trabalho, mas entre o capital judeu e o não-judeu. Nesta luta os chefes socialistas, comunistas e os operários em geral colocam-se, quase sem exceção, ao lado do capital judeu". Que capitalistas são os mais atacados pelos chefes do socialismo? Jamais entre estes se encontram nomes judaicos.

Vejamos também os testemunhos genuinamente judaicos pró-bolchevismo.

A revista **Crônica Judaica**, de Londres, escrevia em 1919: "Já por si é de suma importância a existência do bolchevismo, o fato de que tantos judeus sejam bolchevistas é que os ideais do bolchevismo coincidem em muitos pontos com os mais alevantados ideais do judaísmo". A mesma revista publica em 1920 um discurso do conhecido autor judeu Israel Zangwill, no qual ele entoa um hino à raça, que "produziu Beaconsfield (a.) Disraeli, Reading (a.) Isaacs, Montagu, Klotz, Kurt Eisner (a.) Kosmanowsky, Trotzky (a.) Braunstein. Este senhor Zangwill, em seu entusiasmo exagerado, cita assim os judeus, que foram e são, respectivamente, membros do governo britânico, em íntima relação com os judeus revolucionários das tragédias sangrentas da Rússia e da Baviera. Que diferença existe entre eles? Nenhuma; todos são judeus, para a maior glória dos de sua "raça".

Segundo notícias saídas na imprensa, o rabino J. L. Magnes diz num discurso pronunciado em Nova Iorque em 1919: "Quando o judeu dedica seu engenho e suas energias à causa dos operários e dos despojados, seu espírito penetra radicalmente até as raízes do assunto. Na Alemanha transforma-se num Marx ou num Lasalle, um Haase ou Eduardo Bernstein. Na Áustria surge um Victor Adler ou um Frederico Adler. Na Rússia, Trotzky. Imaginemos por um instante a situação na Rússia e na Alemanha. A revolução liberou grandes energias produtivas, e "recordemos a multidão de judeus, que estavam prestes a utilizá-las". Social-revolucionários e menchevistas, socialistas-comunistas, como quiserem chamá-los: "Judeus são os seus cabeças e os das forças propulsoras desses partidos revolucionários".

Nos Estados Unidos os judeus são tão numerosos entre os membros das comunidades revolucionárias como na Rússia.

Aqui como lá, estão "prontos a prestar serviço imediatamente".

Bernard Lazare, autor de um folheto sobre o anti-semitismo, diz: "O 'judeu' por esta razão toma parte nas revoluções, e toma parte porque é judeu, ou melhor, enquanto continuar sendo judeu". Isto quer dizer que o judeu é essencialmente revolucionário, e consciente ou subconsciente, o judeu personifica a sedição.

Em nenhum outro país seria necessário negar certos fatos palpáveis, como o é nos Estados Unidos da América. Aqui temos vivido realmente com tal medo de pronunciar a palavra "judeu", ou falar no que se relaciona com ela, que efetivamente nos puderam ocultar os fatos mais notórios e públicos, fatos que teríamos compreendido ao lançar um olhar à literatura judaica. Foi um espetáculo comovedor observar como o povo americano foi escutar as conferências celebradas acerca da situação na Rússia, e como abandonaram a sala, completamente confundidos e perplexos, por que a sorte da Rússia era tão pouco russa: é que nenhum orador em nosso país achou politicamente prudente pronunciar a palavra "judeu", pois os judeus também conseguiram assenhorear-se da tribuna pública.

Mas não só as grandes eminências literárias judaicas reconhecem a predileção dos israelitas pelas revoluções em geral, e sua responsabilidade pela Revolução Russa em particular, mas os escritores de menos notoriedade também têm uma compreensão perfeitamente clara desta constatação. O judeu, que de qualquer ponto coopera para uma revolta, está plenamente consciente de que de qualquer maneira serve aos interesses de Israel. Talvez seja mau judeu no sentido religioso da sinagoga; porém, em todo o caso, bastante judeu para

cooperar sempre com entusiasmo em tudo o que possa engrandecer a glória de Israel. "No judaísmo a raça predomina em absoluto sobre a religião".

O jornal russo **Para Moscou!**, em setembro de 1919, diz: "Ninguém deve olvidar que o povo judeu, reprimido durante séculos pelos reis e senhores, representa genuinamente o proletariado, a Internacional propriamente dita, o que não tem pátria".

Cohan escreve no jornal **O Comunista**, em abril de 1919, dizendo: "Pode dizer-se sem exagero que a "grande revolta social russa foi realizada somente por mãos judaicas". As oprimidas massas russas teriam sido capazes de derrubar o jugo da burguesia? Não. Foram os judeus que conduziram o proletariado russo para a aurora da Internacional, e não só o conduziram, como agora defendem a causa soviética que está em suas hábeis mãos. Podemos dormir tranqüilos, enquanto o alto comando do exército vermelho descansar nas mãos do camarada Trotzky. Ainda que não se encontrem judeus nas filas do exército vermelho, os judeus conduzem, entretanto, em comitês e demais organizações soviéticas a massa do proletariado russo para a vitória. Não é em vão que os judeus obtêm esmagadora maioria nos escrutínios para cargos nas instituições soviéticas... "O símbolo do judaísmo", que durante séculos lutou contra o capitalismo (sic), transformou-se "também em símbolo do proletariado russo", como resulta da aceitação de "estrela vermelha de cinco pontas", que, como é sabido, foi antigamente o símbolo do sionismo e do judaísmo em geral. "Com este signo vencerás, por este símbolo acontecerá a morte da burguesia parasita... As lágrimas vertidas pelo judaísmo, as suará em gotas de sangue".

Esta confissão, ou melhor, este galhardo protesto, é de especial importância por sua verdade. Os judeus, diz Cohan, dirigem o povo russo, que por si só se não teria sublevado, e somente uma minoria, como antigamente a czarista, ocupa agora os postos do governo. Os judeus não estão, explica-nos Cohan, no exército vermelho, ou pelo menos onde se combate, e isso concorda perfeitamente com os preceitos dos "Protocolos" sionistas. "A arte estratégica do programa mundial consiste em saber aniquilar os não-judeus por outros não-judeus".

Durante a conflagração mundial mataram-se mutuamente tantos não-judeus, como há de judeus no mundo inteiro". Para Israel foi uma grande vitória: suas lágrimas, os infiéis pagarão com seu sangue.

"Os judeus dirigem as batalhas de postos seguros" — diz muito acertadamente o Sr. Cohan. O que é estranho, o que perturba, é sua sinceridade.

No que respeita aos escrutínios de eleições, nos quais segundo Cohan os judeus saem sempre eleitos por unanimidade, há explicações detalhadas e incontestáveis. Todos aqueles que votaram contra os candidatos judaicos foram declarados "inimigos da revolução" e justiçados. Poucas execuções bastaram para que os escrutínios resultassem por unanimidade a favor dos judeus.

Torna-se instrutivo tudo o que Cohan nos diz acerca da estrela vermelha de cinco pontas e seu significado como símbolo do bolchevismo. "O símbolo do judaísmo é o símbolo do proletariado russo". A estrela de David — as armas nacionais judaicas — é de seis pontas e se compõe de dois triângulos sobrepostos, um dos quais descansa sobre sua base e o outro sobre sua ponta. Sem esta base assemelhar-se-ia ao conhecido signo dos franco-maçons, composto de esquadro e compasso". Esta estrela de David — diz um visitante judeu da moderna Palestina — observei-a muito raras vezes sobre as tumbas dos soldados britânicos, que conquistaram a Palestina; na maioria dos casos encontra-se um cruz cristã de madeira. Segundo notícias da Palestina estas

cruzes aborrecem os novos donos do país, porque precisamente no caminho para a nova universalidade judaica formam contraste. Como na Rússia soviética, também na Palestina foram muito poucos os judeus que verteram seu sangue pela causa sagrada. Dispunham para isso de suficiente número de não-judeus.

Posto que o judeu é por si mesmo mestre na arte dos signos cabalísticos, seguramente não faltará intenção no fato de que a estrela soviética tem uma ponta menos do que a estrela de David. Não esqueçamos que ainda falta cumprir um ponto no programa mundial, a saber, a entronização do "nosso rei". Quando vier, o autocrata mundial, sobre quem se fundamenta todo o programa, ajuntar-se-á provavelmente a sexta ponta. As cinco pontas da estrela atual, que com certeza representam suas dominações, são: "Bolsa, Nobreza, Palestina e Proletariado". A sexta ponta é o Soberano para Israel.

O cérebro resiste a imaginá-lo e sequer a supô-lo; porém Cohan o afirma, e as revoluções, especialmente desde a Francesa para cá, confirmam que por este signo "acontecerá a morte da burguesia parasita", que "suará em sangue as lágrimas do povo de Judá". A "burguesia", segundo dizem os "Protocolos", é sempre composta dos não-judeus.

A vulgar objeção contra o fato inegável do caráter judaico da Revolução Russa, apóia-se em que também os judeus deveriam ter sofrido com aqueles acontecimentos. "Como poderíamos favorecer um movimento em que também nossos próprios patrícios iriam sofrer?", alegam os judeus. Resta por um lado o fato inegável de que os judeus favorecem este movimento. Neste momento o governo bolchevista está recebendo dinheiro de financistas judeus da Europa, e quando da Europa o recebe, há de recebê-lo sem dúvida dos banqueiros internacionais da América. Este é um dos fatos.

O segundo fato é que os judeus na Rússia não sofrem na proporção em que os arautos judaicos nos querem fazer crer. Segundo sua própria confissão, durante o primeiro avanço dos bolchevistas na Polônia, os judeus polacos filiaram-se imediatamente como amigos dos conquistadores. Os judeus americanos explicam este fenômeno da seguinte forma: desde que os bolchevistas assaltaram o poder na Rússia, melhorou consideravelmente a situação daqueles judeus, por cuja razão o judeu polaco adotou em seguida uma postura amistosa para com os bolchevistas. Efetivamente, a situação dos judeus na Rússia é boa. "Eles possuem toda a Rússia". Tudo lhes pertence. A segunda razão é que os judeus russos são os únicos que hoje, ali, recebem amparo e auxílio, fato que geralmente querem evitar que chame a atenção pública. Na Rússia, somente aos judeus é que remetem de toda a parte víveres e dinheiro e, desta maneira, além de ajudar seus irmãos de raça, o bolchevismo apóia-se neles. Se os sofrimentos dos judeus na Rússia, olhados desse ponto de vista, tornaram-se tão angustiosos como os arautos judeus no-los descrevem, "quão horrorosos hão de ser, então, os sofrimentos dos russos?" Porque a estes ninguém manda nem víveres, nem dinheiro. Os socorros que a humanidade envia à Rússia, significam uma contribuição que o bolchevismo judaico vem impondo ao mundo inteiro. De qualquer maneira, não há sinal que testemunhe que algum judeu não passe bem na Rússia.

Uma segunda pergunta destinada a confundir formula-se assim: "Como poderão os capitalistas judaicos apoiar o bolchevismo, quando este é essencialmente anticapitalista?" Porém, o bolchevismo é anticapitalista somente contra a propriedade não-judaica. Uma testemunha ocular disse: "Este comissário banqueiro é um judeu elegante, com gravata "último estilo" e traje novíssimo.

Outro judeu comissário de distrito, antes foi agente de bolsa. E é também judeu um inspetor de contribuições, que considera como virtude arruinar a burguesia".

Estes agentes do judaísmo ainda hoje existem ali. Outros agentes populam entre os russos fugitivos, dos quais subtraem as propriedades mediante empréstimos hipotecários. Observe-se que a maioria das valiosas propriedades passaram "legalmente" para mãos judaicas.

Esta é "uma" das respostas à pergunta, "por que os capitalistas judeus apóiam o bolchevismo?" "A Revolução Vermelha representa a especulação mais afortunada que se conhece na história universal". Esta revolução significa, ao mesmo tempo, um levante de Israel, uma vingança contra a ordem justiceira, que os judeus sempre que podiam tomavam por uma injustiça real ou imaginária. O capitalismo judaico sabe, pois, perfeitamente o que faz. Que ganha ele com isso?

1 - Ter conquistado um magno império de imponderáveis riquezas, sem gastos de guerra.

2 - Demonstrar ao mundo inteiro a aparente necessidade absoluta do ouro. O poder judaico se baseia sobre o engano de que o ouro é idêntico à riqueza. Pelo sistema intencionadamente subornador do dinheiro soviético, os povos deixaram-se imbuir com maior firmeza de que o ouro é indispensável, ilusão que contribui em maior escala para fortificar o poder do capitalismo judaico sobre a humanidade não-judaica. Se o bolchevismo tivesse sido realmente anticapitalista, teria podido matar com um só "tiro" o capitalismo judaico. Porém, assim não aconteceu; o ouro continua ocupando firmemente o trono universal. "Destrua-se a vã ilusão da necessidade absoluta de ouro, e os magnatas judeus internacionais permanecerão exânimes e abandonados sobre um montão de vil metal sem valor".

3 - Poder demonstrar ao mundo seu poder. O 7º "Protocolo" diz: "Para chegar à escravidão dos governos europeus, provaremos num deles nosso poder por meio de violências, de brutal terrorismo". Isto é, o que a Europa presenciou na Rússia. Isso significa para os capitalistas judeus enormes lucros.

4 - Que não foi para o judeu internacional o prêmio menos valioso ter adquirido a prática bélica na arte de revolucionar, tal como ensinaram os acontecimentos na Rússia. Os discípulos desta escola vermelha voltam para a América e se difundem pelo mundo. O manejo das revoluções, segundo indicam os "Protocolos" sionistas, transformou-se numa ciência. O rabi Magnes disse: "Vejam que enxame de judeus se apresentou sem perda de tempo para coadjuvar o triunfo (da Revolução Vermelha)".

Esta multidão "pronta para prestar serviços" aumenta mais e mais cada dia que transcorre.

1

SEGUNDA PARTE

Do prefácio pessoal de Henry Ford

A primeira parte da presente obra foi dedicada, preferentemente, ao estudo do programa mundial judaico. A segunda parte oferecerá ilustrações práticas, que evidenciam e confirmam o dito programa. Nosso método limitar-se-á a demonstrar fatos, que todo mundo pode comprovar em qualquer momento e compará-los com o programa teórico, para ver se ambos concordam entre si. Quanto a discutir sobre a "autenticidade" dos "Protocolos", restará tempo suficiente, uma vez que se tenha demonstrado a coincidência entre aqueles e o modo de proceder dos judeus.

Nossos anteriores artigos publicados na imprensa permaneceram sem réplica. Houve denúncia e tergiversações, porém nenhum desmentido. A objeção preferida pelos arautos e defensores judaicos consiste em sustentar que nossas afirmações a respeito dos judeus poderiam aplicar-se indistintamente a qualquer outra raça, sem que nenhuma delas fosse capaz de desmentir tais acusações mediante fatos. Mas o essencial, precisamente, é que tais acusações não se erguem contra nenhuma outra raça ou povo, e se alguém as fizesse, como seria possível?... Cairiam ao seu próprio peso, pela razão de que não seria possível apoiá-las em fatos. Rumores vagos nada significam, nam tampouco censuras e preconceitos. Se os juízos emitidos em nossos livros forem falsos poderão ser rebatidos com fatos. Se não existisse comunidade entre o programa judaico tal como está redigido nos "Protocolos", e o programa, que realizam praticamente os pró-homens judaicos, ser-lhes-ia fácil demonstrá-lo. Mas até agora NÃO DEMONSTRARAM, pela simples razão de que esta relação entre a teoria e a prática existe, e o sabem os pró-homens, encaminhadores e arautos ou chefes judeus.

I

Nos Estados Unidos os judeus mistificam seu número e poder

Quantos judeus há nos Estados Unidos? Ninguém o sabe. O número exato é exclusivamente conhecido das autoridades hebréias. O Governo dos Estados Unidos pode oferecer dados estatísticos sobre quase todos os elementos da vida pública; porém, no momento em que se dispuser a fixar sistematicamente o número de judeus imigrantes ou residentes na América, intercederá o governo extra-oficial judaico em Washington para evitá-lo. Isso ocorre há mais de vinte anos, e até hoje o governo extra-oficial mostrou-se sempre o mais forte.

O atual incremento de imigração judaica preocupa a opinião pública. Pela primeira vez na história dos Estados Unidos o povo americano em massa toma parte na questão judaica. Informações chegadas da Europa falam de enormes concentrações de judeus em determinados pontos, onde se albergam em grandes acampamentos. Certo número de agentes transportam-se, mandados pelas comunidades secretas judaicas da América, para "tratarem dos assuntos dos passaportes". A imigração nos Estados Unidos transformou-se num especial negócio judaico. Alguns países europeus não admitem a imigração a nenhum cidadão, "que não seja judeu". Da Alemanha, Rússia e Polônia, por exemplo, não podem, nem as pessoas particulares, obter a permissão de imigrar, senão com suma dificuldade, porém desses mesmos países imigram judeus aos milhares, com manifesto menosprezo da legislação correspondente e dos interesses da saúde pública. Parece que se trata do transporte de um exército de milhões de soldados, que uma vez cumprida sua missão na Europa, viajam para a América.

Quando se chegou a compreender que esta grande organização imigratória era obra de comunidades judaicas, notou-se — pela primeira vez! — um movimento de alarme no campo da imprensa americana, pois era um fato demasiado insólito para não chamar a atenção. Também os funcionários da imigração da ilha Ellis notaram essa singularidade no caráter da massa imigrante. Em primeiro lugar, quase todos eram judeus. Os verdadeiros ucranianos, russos, alemães, não podiam entrar, mas sim os judeus daquelas regiões, e também os de todos os demais países. Por que essa "prerrogativa?" Em segundo lugar, não chegavam como fugitivos da fome e das perseguições, mas com toda a naturalidade, como expressamente convidados para uma viagem de recreio. Da mesma maneira que "lá" haviam "regulado" o assunto dos passaportes, também aqui a entrada estava livre. Em lugar de funcionários oficiais do Estado americano, eles são recebidos aqui por agentes de comunidades secretas judaicas, de sorte que notam, desde logo, um firme poder judaico tão amplo e poderosamente como o organizado na Rússia. Não é natural que desde o primeiro momento se achem como em sua própria terra? Falta, pois, razão para que os Estados europeus chamem à América o "país dos judeus?" Também existe uma organização expressamente fundada com o fim de burlar os preceitos legais vigentes contra a admissão de conhecidos revolucionários judeus. Os

judeus europeus trazem em si o germe da revolução; são eles os genuínos revolucionários de Rússia, Alemanha, Itália, Polônia. Nos Estados Unidos transformam-se, em seguida, em chefes das organizações vermelhas e internacionalistas dos operários. Ao chegar à ilha Ellis um indivíduo conhecido como tal é detido, porém imediatamente há telegramas dirigidos a deputados e funcionários municipais e de Estado, em todo o país, aos quais se roga em tom firme que intercedam em favor do detido, e na volta do correio, ou pelo telégrafo, estes personagens são valorizados ante o governo de Washington e garantem pelo caráter imaculado dos recém-vindos, intercedendo por sua imediata admissão. Às vezes até a delegação econômica, chamada Embaixada Russa, intervém nessas manobras.

Também não se deixa de ornar essa imigração em massa, com um disfarce sentimental, dizendo-se que os "pobres" fogem da opressão e das perseguições. Fotografias tiradas em grupo assinalam mulheres e crianças com caras de desespero; porém, nas fotografias não aparecem as fisionomias dos jovens revolucionários judaicos, que vêm aqui fanaticamente dispostos a saquear a América, como o fizeram na Rússia.

Este modo de proceder tem seus precedentes. Na Inglaterra, já no ano de 1902, deu lugar a investigações detalhadas, que se verificaram pela "Real Comissão Britânica de Imigração". Sobre isso o conhecido chefe sionista, doutor Herzl, fez importantes revelações, demonstrando que para o judeu não existem barreiras que não possa franquear ou iludir. Dando sua opinião sobre a limitação já existente, naquele tempo, sobre a imigração nos Estados Unidos (a prova de possuir certa quantidade mínima de ouro), dizia: "Torna-se sumamente fácil iludir tais ordens. Basta fundar uma pequena sociedade, que empreste a cada imigrante a quantidade necessária. Este a apresenta às autoridades de imigração, obtém a permissão para entrar e depois a devolve à sociedade". E, com ironia, ajuntou: "Existe um provérbio francês que diz: este animal é muito mau, porque, ao ser atacado, se defende. Pois bem, os judeus, quando são atacados, se defendem. Se possível for, em caso necessário, promovem desordens internas". Que Herzl não estava enganado acerca do valor e do caráter de seus compatriotas demonstram-no suas palavras proferidas em outra ocasião: "... será na América que (os judeus), ao chegarem em certo número, representarão para o país uma fonte de inquietações".

Antes do ano de 1880, a nota "nascido na Rússia" significava que o imigrante era russo; porém, desde então é como diz um funcionário: "Da Rússia emigram tantos hebreus para a América, que a nota "nascido na Rússia" equivale a dizer "judeu-russo". Segundo as indicações desse mesmo funcionário, imigraram da Rússia, no espaço de dez anos, 666.561 judeus, fora os polacos, filandeses, alemães e lituanos. Uma estatística, pois, que compreendesse esse aglomerado sob a rubrica de "russos", seria completamente errônea e sem valor, porque induziria a conclusões falsas de apreciação da raça. Em conseqüência disso, o Gabinete de Estatística reclamou do Congresso autorização para indicar a procedência dos imigrantes, tanto segundo a raça, como segundo o país de origem. Debateu-se essa questão em 1909 numa das comissões do Senado; os senadores La Follete e Lodge reconheceram a justiça e a necessidade de classificar os imigrantes do ponto de vista da raça, porém os senadores Guggenheim e Simon Wolf (este personagem interessante, que soube estar em íntimo contato com todos os presidentes, desde Lincoln até Willson) não aprovaram. De seus debates resultou: 1º, que os judeus se opõem a toda

legislação, que possa restringir sua imigração em qualquer país; 2º, que uma vez imigrados opõem-se a toda tentativa de indicação expressa de sua raça; 3º, que pretendem fazer crer às autoridades que eles não formam uma comunidade de raça, mas sim religiosa e que somente entre si é que propagam o ponto de vista da raça.

A vontade judaica foi a que predominou; nos Estados Unidos não há, com efeito, nenhuma estatística sobre os judeus. As listas de imigração estipulam diferenças entre italianos meridionais e do norte, entre eslavos da Morávia e da Boêmia, entre escoceses e ingleses, entre espanhóis americanos e europeus, cubanos, mexicanos, etc.; há um total de 46 subdivisões de "raças" ou povos, porém a dos judeus não é mencionada. A comissão do Senado fez constar isso, ajuntando em sua ata: "De tudo quanto a Comissão pôde averiguar, resulta que é mais adequado indicar para os estrangeiros a classificação segundo raças ou povos do que segundo o país natal, "com uma só exceção".

A tentativa de saber com exatidão científica o aglomerado de raças nos Estados Unidos fracassou. Nossas estatísticas indicam detalhadamente quantos franceses, polacos ou sul-africanos residem em nosso país. Ao perguntarmos quantos judeus vivem entre nós, calam-se as estatísticas. Somente os representantes dos poderes judaicos na América é que poderiam responder a essa pergunta.

II

Os judeus constituem uma nação?

A nação judaica?... Explicarei o que entendo por "nação", e depois poder-se-á ajuntar-lhe o adjetivo "judaico". Uma nação, para mim, é um grupo histórico de pessoas inegavelmente de acordo entre si e irmanadas ante um inimigo comum. Se a isso se aplica o adjetivo "judeu" se saberá o que compreendo por nação judaica.

Teodoro Herzl

Temos como certo que nós, os judeus, somos uma nação peculiar, de que cada judeu é súdito incondicionalmente, qualquer que seja sua residência, seu ofício ou seu credo".

Luis Brandeis
Do Supremo Tribunal dos Estados Unidos.

As razões que citamos nos parágrafos seguintes hão de dar umá explicação daquilo que os próprios judeus pensam acerca de sua raça, religião e cidadania. Daí resultará que estas razões diferem essencialmente das teorias e doutrinas sugeridas geralmente aos não-judeus sobre o assunto.

O rabino londrino Josef Morris diz: "Israel constitui uma grande nação... Nenhuma seita, nenhuma comunidade religiosa teria o direito de usar tal nome... Negar a nacionalidade judaica equivaleria a negar a existência dos judeus" (da obra **Israel, uma Nação**).

Artur Lewis opina: "Ao dizerem certos judeus que se consideram como seita religiosa, assim como os católicos ou protestantes não definem exatamente nem seus sentimentos, nem sua própria posição... Quando um judeu admite o batismo, ou se converte sinceramente ao cristianismo — o que não é exatamente a mesma coisa **(sic)** — poucos haverá que deixem de considerá-lo judeu. Seu sangue, seu temperamento e seu psiquismo permanecem imutáveis" (da obra **Os Judeus, uma Nação**).

O advogado Beltram B. Benas diz: "Para o judeu o essencial é ser nacionalista, estar na base de sua raça" (da obra **O Sionismo,** movimento nacional judaico).

Léon Simon: "A idéia de que os judeus são uma seita religiosa, como os católicos ou protestantes, é um absurdo" (da obra **Estudos sobre o Nacionalismo Judaico**).

O catedrático Graetz diz que a história dos judeus, depois deles terem perdido seu Estado, "demonstra sempre seu caráter nacional, não sendo jamais a história judaica, a de sua fé ou de sua igreja".

Moisés Hess: "Religião judaica significa, antes de mais nada, patriotismo judaico... A solução do problema está no fato dos judeus serem mais do que

crentes de determinada religião, eles são e constituem uma irmandade de raça, uma nação... Todo judeu pertence à sua raça, e portanto ao judaísmo, não importando nada que ele ou "seus antepassados" tenham renegado sua fé religiosa" (da obra **Roma e Jerusalém**).

Todos estes autores, cujo número, entre antigos e modernos, se poderia aumentar "ad libitum", ainda mesmo quando não negam a comunidade religiosa judaica, sustentam ao mesmo tempo que cada judeu, queira ou não queira, é membro de uma determinada nação. Outros avançam mais e falam da coerência racial. O conceito "raça" é utilizado sem restrição pelos mais destacados autores, enquanto outros se conformam com o conceito de "nação" e "povo". A opinião geral judaica é que os judeus formam um povo particular, diferente dos outros, por determinados sintomas característicos corporais e espirituais, possuindo não somente uma história nacional, como igualmente vida própria e pretenções nacionais.

Entre as opiniões compiladas adiante, manifestar-se-á a união entre raça e nacionalidade, tal como as precedentes manifestaram-se entre religião e nacionalidade.

Brandeis, chefe sionista nos Estados Unidos, explica: "Nada significa contra o fato da nacionalidade sustentarem que os judeus não são raça absolutamente pura. Nos três milênios de nosso desenvolvimento histórico, é natural que se haja mesclado sangue alheio com o nosso. Esses casamentos com não-judeus tiveram como resultado desligar muitos da comunidade judaica, porém não o de aumentar esta. Por essa razão, a proporção de sangue alheio no judaísmo, aparece insignificante. Provavelmente, nenhuma raça européia é tão pura como a nossa".

Artur Lewis disse: "Os judeus sempre foram uma nação; porém, possuem mais que a maior parte das nações, o elemento da nacionalidade de maior importância, que é o da raça... Num judeu se conhecerá sempre com mais facilidade seu judaísmo do que num inglês seu anglicismo".

Moisés Hess: "Não é possível deformar o nariz judaico; o cabelo negro frizado não se torna ruivo com o batismo, nem seus crespos se alisam por mais que os penteiem. A raça judaica é uma raça primitiva que, apesar de mudar constantemente de morada, perseverou sempre em suas particularidades; o tipo judaico tem mantido sua pureza através dos séculos".

Jessy E. Sampter, em sua obra **Guia do Sionismo,** diz: "Esta carga (a reação contra o sionismo nos Estados Unidos) foi rebatida com muita honra, em parte graças à excelente chefia de homens como Brandeis, W. Mark, o rabino Steph, S. Wise, e graças, por outra parte, ao gigantesco trabalho realizado pelos sionistas, orgulhosos de seu glorioso passado, como Jacobo de Haas, Luis Lipsky, Henriette Szold, e, em parte, pelo "brilhante despertar da raça na massa do judaísmo americano".

Disraeli, em seu curto prefácio para a quinta edição de sua obra **Comingsby,** emprega quatro vezes a palavra "raça" ao falar dos judeus, demonstrando sempre seu orgulho por ser "judeu de raça", apesar de ter sido batizado.

O doutor Ciro Adler, no prefácio da **Enciclopédia Judaica**, diz: "Posto que a presente obra trate dos judeus como raça, foi-nos impossível excluir dela aqueles que, sem desprezarem sua fé, continuam pertencendo ao judaísmo".

Todos estes fatos não admitem dúvida a respeito da duplicidade dos chefes políticos judaicos, que em lugar de admitir simplesmente o problema judaico,

aferram-se tenazmente aos meios de enganar sistematicamente o mundo não-judaico.

Os chamados judeus reformistas poderiam alegar que a maior parte dos autores citados pertencem ao sionismo. Pode ser, e até é verossímil que existam dois programas diferentes no judaísmo; um destinado aos judeus, e o outro aos não-judeus. Para averiguar qual deles é o verdadeiro, precisaria comprovar-se qual é o que se executa, e este é o sionista. Foi reconhecido, primeiro pelos aliados, depois pela Conferência da Paz, e agora pela Liga das Nações. Isto não teria ocorrido se os Governos não estivessem convencidos de assim obedecer melhor e mais exatamente às ordens dos verdadeiros chefes de Israel. E estes são os que propugnam a origem dos judeus como raça e nação.

A idéia de que os judeus formam uma nação é — entre eles — muito natural; e não somente uma nação pertencendo ao passado, como uma nação do porvir. Eles julgam-se uma nação com as demais, e até mesmo chegam a crer-se uma supernação. Baseados em irrevogáveis testemunhos judaicos, podemos avançar outro passo, sustentando que a forma futura da nação judaica será a de um reino.

Israel Friedlander comprova historicamente a separação de raça e nacionalidade dos judeus desde os tempos mais remotos, para o que alega exemplos da história. Primeiro cita os samaritanos, que "segundo a raça foram semijudeus que pretenderam ser judeus puros por meio da religião", porém foram repelidos pelos judeus, "que fizeram questão de guardar a pureza de sua raça". O segundo exemplo citado é, diz o livro de Esra, a exigência da árvore genealógica, e da anulação dos casamentos mistos. Diz Friedlander que nos tempos pós-bíblicos "esta separação da raça judaica acentuou-se muito mais". A conversão ao judaísmo "não foi jamais, como ocorreu em outras comunidades religiosas, somente questão de fé. Muito raras vezes fizeram-se prosélitos. Quando, em último caso, os admitiram, foi sempre sob a condição expressa de que abandonassem o direito "de serem judeus de raça".

"Para a investigação moderna basta dizer que os judeus sempre sentiram-se uma raça particular, estreitamente diferente da restante humanidade. Quem dentre eles poderá negar a origem da raça judaica em seu passado, ou desconhecer os fatos da história judaica, "ou intencionalmente a supõe falsa?"

Quanto ao futuro, o político judaico Moisés Hess referiu-se ao escrever — em 1862! — **Roma e Jerusalém**: "Nenhuma nação deveria permanecer indiferente ante o fato de que nas vindouras lutas européias não cabe ao judaísmo ter alguma nação por amiga ou inimiga".

Sir Manoel Montagu, judeu inglês, governador da Palestina, emprega com freqüência o conceito de "restauração do reino judaico".

Ajad Ha-Am, que sempre propugnou tenazmente pela idéia nacional judaica, tal como existiu antigamente, e cuja influência se não pode menosprezar, ainda que seu nome seja pouco conhecido entre os não-judeus, mantém com especial afinco a posição extravagante de ver nos judeus a "supernação". Léon Simon reproduz fielmente a opinião do grande mestre: "Enquanto que pelo modo de pensar judaico lhe é perfeitamente familiar a idéia do super-homem, não o é, ao contrário, sua aplicação geral e característica ao indivíduo particular, mas sim à nação, ou seja, ao "povo de Israel como supernação, como povo predileto".

Moisés Hess, diz: "Nos países fronteiriços entre Oriente e Ocidente, na Rússia, Polônia, Prússia e Áustria vivem milhões de nossos irmãos que desejam fervorosamente a "restauração do reino judaico", rezando por ele apaixonadamente em suas orações diárias".

Conhecidas todas essas opiniões dos mais opostos autores, emitidas em diversas épocas, não pode haver a menor dúvida de que são e como pensam de si próprios os judeus. O judeu sente-se súdito de um povo, com o qual se sabe unido por vínculos de sangue, que não podem romper-se com nenhuma mudança de dogma religioso; sente-se herdeiro do passado de seu povo e combatente para o porvir político glorioso do mesmo. O judeu pertence a uma raça e a uma nação, para as quais deseja um reino temporal, que domine todas as demais nações, e tenha Jerusalém por capital do Universo.

A censura dos preconceitos religiosos judaicos é o ponto fraco para os povos civilizados. Em claríssima exposição deste fato psicológico, os chefes judaicos antepõem sempre marcadamente este ponto ao se dirigirem às nações não-judaicas. Para os espíritos ignorantes servirá, pois, saber que os próprios chefes do judaísmo confessam abertamente que as preocupações dos judeus não têm sua origem em sua religião, e que se os perseguem não é por causa dessa crença religiosa. A tentativa pois de cobri-los com o escudo de sua fé torna-se, ante estas provas e ante suas próprias confissões, um ato de má-fé.

Porém, ainda que nos faltassem esses testemunhos documentais da voz e da pena judaica, restar-nos-ia uma prova irrefutável em prol da mancomunidade nacional e de raça dos judeus, que é a infalível responsabilidade mútua de um por todos e todos por um e que se demonstra em todas as ocasiões... Critique-se detidamente os capitalistas judaicos, e protestarão até os judeus das classes mais pobres. Fala-se de Rothschild, e até o judeu revolucionário do gueto sentirá a crítica como ofensa pessoal, protestando clamorosamente contra ela. Assinale-se que um funcionário público judeu abusa de seus poderes em proveito de seus "co-nacionais", e em prejuízo da sociedade não-judaica, e os judeus socialistas e da oposição política acudirão em seu auxílio. É possível que a maior parte deles já perdesse de vista os preceitos dogmáticos e do culto de sua religião, porém com sua coerência nacional, sua identidade racial, demonstram praticamente qual é sua verdadeira crença religiosa.

III

Judeus contra não-judeus nas altas finanças de Nova Iorque

O problema judaico nos Estados Unidos é essencialmente de caráter citadino e não agrário. Os judeus não acorrem onde haja terras livres, ou onde produzam matérias-primas, mas sempre onde mais estreitamente convivem com as massas populares. Este fato adquire especial importância ante o constante clamor dos judeus, que dizem serem proscritos de todas as partes. Apesar disso, eles se concentram sempre e especialmente nos pontos onde, dizem, são menos bem acolhidos. A melhor explicação para isso é que corresponde ao seu caráter viver, não da terra, não da transformação da matéria-prima em produtos úteis para a vida humana, mas sim da sua imediata vizinhança. Que os outros lavrem a terra; o judeu, quando pode, viverá do lavrador. Que os outros suem nas indústrias e ofícios: o judeu preferirá assenhorear-se dos frutos de sua atividade. Esta inclinação parasitária deve, pois, formar parte de seu caráter.

Em nenhuma população dos Estados Unidos se pode estudar com melhor êxito o problema judaico do que em Nova Iorque. Aqui convivem mais judeus do que em toda a Palestina. O registro civil da autoridade local judaica (Kahal) calcula o número de judeus ali residentes em aproximadamente um milhão e quinhentos e vinte e oito mil almas para 1917-1918. A comunidade judaica que se lhe segue em importância é a da Varsóvia, que conta somente com 300 a 330.000 almas, ou seja, uma quinta parte da comunidade de Nova Iorque. Supondo-se o número total de judeus no mundo em 15 milhões, resulta que uma décima parte da população judaica universal reside em Nova Iorque.

Este grupo da população judaica exerce em Nova Iorque um poder muito maior do que em qualquer outro lugar exerceu durante a era cristã, fazendo-se excessão à Rússia atual. "A Revolução Russa foi preparada e municiada em Nova Iorque". O atual governo soviético russo foi recrutado quase sem exceção entre os elementos dos bairros do este de Nova Iorque. O gueto de Nova Iorque há muito tempo transpôs os limites desses bairros, sendo hoje em dia também a parte alta dos subúrbios do este um gueto genuinamente judaico. Da mesma maneira, o riquíssimo oeste e a parte nuclear da cidade ao norte do Parque Central são judaicas. Brownsville e Brooklyn representam uma cidade tipicamente judaica, com "seu próprio idioma, imprensa e teatros".

Com exceção de um grande bazar e de algumas tendas insignificantes, todo o comércio está em mãos judaicas. Confecções para homens e senhoras, roupas feitas, pelarias e todo o tráfego de víveres formam o gigantesco monopólio judeu. A advogacia é preferentemente judaica. De 27.000 postos de vendas de jornais, que facilitam a distribuição de leituras para o povo, estão 25.000 em mãos semitas. Nos bairros do este da cidade erguem-se somente 360 sinagogas!

O "kahal" nova-iorquino representa uma organização poderosíssima, não conhecendo-se exatamente o número de seus membros. Poder-se-ia chamá-lo

de município judaico. Baseados nas averiguações do então chefe de polícia, em 1908 recrutaram, dentre a população sionista, composta de mais ou menos 600.000 almas, mais da metade do número total de criminosos. Nesse "kahal" as autoridades do Estado entendem-se em todos os casos em que se trata do elemento judaico. Seu poder é amplíssimo, seu alcance ilimitado.

Em nosso país é crença geral de que Tammany Hall (o Congresso) domina a vida política de toda Nova Iorque. Em compensação, o que geralmente ignoram é que os judeus são os verdadeiros donos do Tammany Hall.

A posse do poder não motiva censuras, mas tudo depende da aplicação justa ou do irritante abuso que dele se faça. Sem abuso, a posse do poder constitui até um sistema louvável. Se os judeus que vivem em Nova Iorque se transformassem em americanos, em lugar de se esforçarem constantemente em falsificar o americanismo; se ajudassem a fortificar os princípios e as boas tradições do país, em lugar de alterar os primeiros e eliminar as segundas, nossa opinião acerca dos judeus teria de ser favorável.

Para fazer notar o grau de influência sionista, não devemos nos restringir ao gueto nem aos bairros comerciais, mas dizer que existem campos mais amplos e mais elevados para eles se manifestarem.

Em Wall Street, onde está situada a Bolsa de Nova Iorque, o elemento judaico é numeroso e predominante, tal como se pode e se deve esperar de uma raça que desde os tempos mais remotos sempre desempenhou papel importantíssimo em todos os assuntos financeiros do mundo. Não é que com isso se diga que na vida financeira americana predomina "em absoluto" o elemento judaico. Houve uma época em que esse tal predomínio nos ameaçou, porém os financistas americanos vigiaram os financistas internacionais judaicos, anulando, com êxito, seus planos. De quando em quando parecia que a vitória nessa luta se inclinava para o lado judaico, mas os intervalos de calma mostraram sempre que a finança americana, se bem que retrocedendo, havia mantido seu posto. Assim, os Rothschild, porta-bandeiras da preponderância financeira internacional, viram-se derrotados no solo americano. Entretanto, a recordação de sua oculta intromissão na Fazenda, na política e na diplomacia americana, ainda deixou até agora suas largas conseqüências. Porém, suas sutilezas de nada lhes valeram contra a solidez do espírito comercial ianque, que não se deve confundir com o tão duvidosamente famoso "business", no qual participam milhares de judeus procedentes de todas as partes do mundo, girando como americanos genuínos, ainda que muitas vezes nem sequer dominem nosso idioma, mas sim deve ter presente o espírito comercial ianque tal como este se apresenta, formando uma "combinação de atividades e escrúpulos realmente americanos". Se hoje, com efeito, se manchou um pouco o bom nome desse espírito comercial americano, é unicamente porque sob o escudo do nome ianque manifestou-se amplamente outro espírito completamente diverso (outra mistificação exatamente igual se pode observar com a seriedade e formalidade alemã).

No terreno financeiro de Nova Iorque destaca-se claramente a finança judaica com seus bancos particulares, que em oposição aos grandes trustes e bancos de depósito trabalham com seu próprio capital e o de seus consócios e amigos. O comércio financeiro diverge radicalmente do não-judeu no fato de que os banqueiros judeus são de preferência prestamistas. Verdade é que admitem também as emissões de companhias ferroviárias, de empresas industriais, do governo e do município, mas somente com o fim de tornar a vendê-las

imediatamente. Tudo tende ao mais rápido em compra e venda. O público compra esses títulos e o banqueiro judeu apossa-se de novo de seu dinheiro. Raramente o judeu tem interesse permanente na empresas produtivas, que apóie com dinheiro. Os banqueiros não-judeus, ao contrário, sentem-se obrigados a ficar sem contato com a empresa por eles capitalizada, para assegurar aos compradores e possuidores dos respectivos títulos uma administração ordenada de seu dinheiro, reconhecendo-se como responsáveis pela boa marcha e prosperidade dos negócios de sua clientela.

O banqueiro judeu pretende, em primeiro lugar, a constante flutuação de seu capital, tendo assim constantemente dinheiro disponível, condição imprescindível para o grande prestamista. Depois, ao se apresentarem as épocas inevitáveis de tensão financeira, tirará mais proveito possuindo grandes quantias disponíveis.

A casa bancária judaica indiscutivelmente predominante em Wall Street é a de Kuhn, Loeb & Cia. O chefe principal dessa importantíssima casa foi o defunto Jacob Schiff, sendo consócios seu filho Mortimer, Otto H. Kahn, Paulo M. Warburg e outros, que participam predominantemente na vida pública e nas grandes empresas financeiras de nosso país. Outros bancos particulares judaicos são os de Speyer & Cia., J. e W. Seligmann & Cia., Lazard Hermanos, Ladenburg, Thalmann & Cia., Hallgarten & Cia., Knaudt, Nachod e Kühne, Goldmann, Sachs & Cia., e muitas outras de menos importância. Estas casas gozam de intacta fama, pelo seu liso modo de proceder. São banqueiros prudentes, hábeis em suas empresas, e às vezes brilhantes na preparação e realização de seus planos.

O poder financeiro exercido pelos judeus em Wall Street exerce influência preponderante sobre a indústria, ocupando em muitos mercados metalúrgicos posição monopolizadora. Grandes e florescentes agências desses bancos judaicos encontram-se em toda a parte. Quanto mais avançamos em direção às empresas puramente especulativas, tanto mais vai se acusando o elemento judeu, especialmente em empresas societárias e no negócio de valores petrolíferos e mineiros.

Um detalhe chama a atenção; é que entre os presidentes dos grandes bancos de depósito de Wall Street não existe nenhum judaico. Dentre esses enormes institutos bancários e dentre os gigantescos trustes, cujo capital próprio ascende às vezes a 400 milhões de dólares, e que em conjunto representam milhares de milhões de dólares, não há nenhum que tenha um só diretor ou empregado judeu.

Por que será isso? Por que os magnatas financeiros de Wall Street rodearam-se tão cuidadosamente de não-judeus? Por que ergueu-se essa marcada divisória entre os membros da raça judaica e a não-judaica no terreno das finanças, onde se manejam e administram os bens populares? A resposta pode achar-se na circunspeção dos grandes pró-homens financeiros. Somente de vez em quando se encontrará um diretor judaico em bancos de pouca importância.

Também se poderia explicar esse fato por mero sentimento instintivo do grande público. Não importa que a razão seja fundada ou infundada; mas é inegável que o público não gosta de confiar seu dinheiro a institutos bancários chefiados por judeus. Em determinados bairros nova-iorquinos existem, entretanto, alguns bancos de depósito de menor quantia sob a direção de judeus, porém consta que até os próprios judeus depositam seus fundos de preferência

em bancos sem direção judaica. Talvez contribua para isso a triste experiência que o público tenha dos bancos sionistas. Várias famosas quebras fizeram-no desconfiar de tais institutos. Ainda não esqueceram a bancarrota de J. G. Robin (a) Rabinovich, oriundo de Odessa (Rússia), que fundou em curto espaço de tempo quatro bancos para depósitos que quebraram. Essa quebra chamou muito a atenção, causando a ruína de muitas pessoas. O caso Rabinovich divulgou com insistência a particular habilidade e tenacidade do judeu russo em basear grandes empresas sobre puro embuste, assim como sua falta de consciência e de escrúpulo no decorrer do fraudulento fracasso. A carreira desse banqueiro terminou na cela de um presídio.

Não é, pois, de estranhar que o público sinta certa confiança ao ver que os homens a quem está confiada a difícil tarefa de converter e administrar convenientemente os fundos financeiros do povo americano se tenham rodeado de uma firme e sólida vala composta de elementos não-judeus.

Um capítulo muito interessante da história da economia nacional americana seria a relação das tenazes tentativas dos judeus para se apoderarem do predomínio da bolsa. Ainda que o avanço para este fim pareça muito lento ainda, existem indícios, entretanto, que fazem supor que a conhecida tenacidade imperturbável judaica vencerá finalmente, supondo-se que a especulação bolsista continue documentada pelo estímulo de alcançar riquezas.

No caso em que os judeus ganhassem influência decisiva sobre a Bolsa, obteriam também com isso o poder necessário para tirar o negócio bancário de depósitos públicos das mãos dos não-judeus. Como no mundo bancário de Wall Street, na Bolsa de fundos existe, graças a uma lei não votada, uma resistência passiva e intensa contra o predomínio do elemento judaico.

Com uma base originária insignificantíssima, fundou-se a Bolsa de Nova Iorque no ano de 1817, quase da mesma forma como ainda hoje existe. Representa uma sociedade particular, uma espécie de círculo de comissionistas, sem possuir as prerrogativas de uma corporação pública. O número de seus membros é limitado a 1.100. Quem não pertence a ela, só pode obter um posto por dois caminhos: por testamento de um membro falecido, ou por compra de algum deles, que se retire, ou que haja quebrado. Tal lugar custa hoje em dia 100.000 dólares. A Junta Administrativa compõe-se de quarenta membros e durante muitos anos não pertenceu a ela nenhum judeu.

Os obstáculos que se opõem a uma invasão em massa dos judeus, consistem: 1º, numa concordância mútua e silenciosa de resistência passiva dos membros não-judeus, que assim pensam desde a fundação da Bolsa; 2º, limites de certa classe, que estão contidos nos Estatutos, com referência à admissão de novos membros.

Porém, uma das qualidades mais características da raça judaica estriba-se em sua tenacidade. O que essa geração não conseguir, talvez a outra conseguirá. Hoje vencida, talvez amanhã não o seja. Seus vencedores morrem; mas o judaísmo prossegue seu caminho. Jamais esquece, jamais perdoa. Nunca se desviará de seu único caminho para o predomínio mundial, seja de que maneira for. Ainda que atualmente pareça impossível que aumente o número de membros da Bolsa, o certo é que aumenta, lenta, mas seguramente, ainda que também aumente o preço dos postos. Entretanto, os pretendentes judaicos são os que oferecem as quotas mais elevadas. Pode ocorrer que certo membro tenha de demitir-se por quebra. O síndico dos credores deverá, naturalmente, realizar o mais vantajosamente possível o lugar de bolsista do devedor. Aqui

será também o judeu quem oferecerá o maior preço. Resta outro meio, se bem que de índole menos limpa, e consistente em adotar um nome de batismo diferente. O pseudônimo joga papel muito importante na política de esconderijos. Em anúncios, ao pé de artigos jornalísticos, etc., servem admiravelmente nomes como Smith, Adams, Robin, para burlar a desconfiança. Nossos cenários estão inundados por atores e atrizes judaicos; porém, os nomes que ostentam são genuinamente anglo-saxões, e até aristocráticos. Muitos não-judeus ficariam pasmados se notassem detidamente com quantos judeus mantêm relações, cujos nomes e sobrenomes não acusam absolutamente nada de judaico. Este sistema também arranjou-lhes alguns lugares na Bolsa de Nova Iorque. Em 1872 contavam-se entre 1.009 membros, 60 judeus; atualmente são estes 276, apesar das condições de admissão serem tão rigorosas como antes. Assim, se o predomínio judaico na Bolsa nova-iorquina continuar progredindo sua infiltração em igual proporção como até agora, isso será só questão de tempo.

Por outro lado, o número de especuladores judeus na Bolsa de Nova Iorque supera muito a dos não-judeus. Especulações e jogos na Bolsa constam historicamente como características da raça judaica. Enquanto que muitos judeus preferem, efetivamente, empresas não-judaicas para seus negócios puramente bancários, a esmagadora maioria deles entrega-se a seus próprios chefes para assuntos especulativos. Na Europa, onde seu poder financeiro já está mais firmemente arraigado, e isso é tradicional, apenas falta-lhes uma só de suas especulações. Acontece que às vezes se encontram em compromissos especulativos; porém, é muito raro o caso em que para eles isso signifique perdas efetivas.

Abandonemos Wall Street com suas casas bancárias e agências, e tornemos à Bolsa de fundos e ações da Broal Street, onde observaremos um florescente comércio em valores azeiteiros, minério e títulos. Tão numerosos são, que até imprimem cunho especial a todo o bairro, como se este fosse uma cidade completamente diferente. É verdade que muitos desses negócios giram sob firmas não-judaicas; mas isso somente porque o judeu sabe que em assunto de dinheiro é olhado com receio.

Mais adiante, em pequenas ruas escuras e casas semi-ocultas, encontram-se numerosos indivíduos da raça judaica que fazem seus negócios com toda classe de títulos não admitidos na Bolsa. Estes são os "sangue-sugas" do bairro de Wall Street, verdadeiros saqueadores. Ocupam-se com o mais fraudulento tráfego de fundos e isso com um zelo e uma energia que se não deixa desanimar por coisa alguma no mundo. Seu fim é somente fazer dinheiro sem trabalho, sem esforço e, no tecer desse manejo, desenvolvem uma habilidade pasmosa. Parece incrível mentira que muitos deles cheguem a tornar-se opulentos; porém, mais incompreensível ainda são as inúmeras pessoas não-judaicas confiadas, inexpertas e ignorantes, que sempre há, e que de todas as partes da América remetem seu bom dinheiro para ser trocado por tais papéis absolutamente desvalorizados, manejados por esses judeus. É um negócio brutal e sem compaixão, posto que nem sequer para isso é preciso ter astúcia. Os "sangue-sugas" trabalham somente pelo correio ou por telefone, dando "informações da Bolsa", com as quais, e sob pretexto de dar desinteressadamente conselhos valiosos aos que desejam converter seus fundos ou economias, buscam e encontram a maneira de vender o mais caro possível os duvidosos títulos que possuem. As informações da Bolsa são naturalmente inofensivas

para o iniciado, porém fatais para milhares e milhares de pessoas ingênuas, ignorantes e sem prática.

Perseguidos por detetives, constantemente observados pela polícia secreta do governo, estigmatizados nos jornais, condenados pelos júris e metidos em presídios, torna-se, entretanto, indestrutível esta massa de velhacos judeus. Outra classe de pessoas sentiria tais condenações como uma infâmia durante toda a sua vida; o judeu, ao contrário, suporta-as como um ligeiro incidente, desfazendo-se delas como um cão pode sacudir as pulgas. Porém, ainda há lugares muito mais escuros, onde se manifesta o mais grosseiro roubo em toda a sua nudez. As pessoas que ali se encontram são os "consortes" do pior padrão de especuladores. As fichas criminais de Wall Street, em grande e espantosa série, são assinaladas pela cor da raça e a sinistra pandilha tem chamado muitas vezes a atenção do mundo inteiro. Mas como ocorre quase sempre na reprodução de tais casos pela imprensa, os pontos capitais, os únicos que poderiam servir para explicar toda a complexidade do assunto, são suprimidos.

A citada resistência passiva e calada do mundo financeiro americano contra sua escravização pelos semitas é talvez a única forma não-judaica de solidariedade na América. Tal resistência repugna o caráter americano; mas foi preciso adotá-la à força, por causa da ofensiva contrária do proceder judaico. Nessa silenciosa luta, a comunidade judaica não superou seu adversário não-judeu; a batalha está indecisa. Quando a multidão compreender o que em verdade se passa, a luta talvez possa terminar para sempre.

A luta divulgada sob o lema de "progresso e liberdade" por elementos inimigos da ordem contra a capital dirige-se em realidade somente contra o capital não-judeu. Os financistas a quem se ataca em público são sempre não-judeus. O que acontece na América passa-se na Inglaterra e em todas as partes do mundo. O leitor de jornais sabe que enormes esforços se fazem para derrubar as companhias ferroviárias e minerias por intermédio de infindáveis greves. Em compensação, o que ele não sabe é que as tais estradas de ferro e as tais minas ainda se não acham em mãos judaicas, nem que as greves, excitadas sempre por elementos bolchevistas, são um ardil israelita com o fim de destroçar a propriedade não-judaica e apossar-se facilmente dessa presa para o insaciável capital dos judeus.

IV

A curva ascendente do poderio financeiro judaico

A alta finança israelita entrou em contato com os interesses norte-americanos por intermédio dos Rothschild. Pode-se dizer que os Estados Unidos serviram de base para as gigantescas riquezas da casa Rothschild, e isso, como amiúde ocorre com os métodos judeus, "por meio da guerra". Os primeiros vinte milhões de táleres de que os Rothschild dispuseram para as suas especulações foram o preço das tropas do ducado de Hesse, organizadas para lutarem contra as colônias norte-americanas da Inglaterra.

Desde esse primeiro contato mediato entre os Rothschild e os assuntos americanos, aqueles gozaram, em ocasiões ulteriores, de influência sobre a fazenda do nosso país, ainda que sempre por mediação de agentes. Nenhum dos filhos do velho Rothschild a estabeleceu aqui, pois que Amschel ficou em Franckfurt, Salomão foi para Viena, Nathan Mayer para Londres, Charles para Nápoles e James para Paris. Foram em seu tempo os verdadeiros "chefes de Estado" europeus, sendo suas dinantias continuadas pelos respectivos descendentes até os nossos dias.

O primeiro agente judeu dos Rothschild nos Estados Unidos foi Augusto Belmont, que imigrou em 1827, sendo presidente do Comitê Nacional Democrático ao estalar a guerra civil. A família de Belmont tinha-se convertido ao cristianismo, existindo hoje em Nova Iorque uma capela comemorativa dos Belmont.

O poderio dos Rothschild, que se foram conjugando a outras muitas famílias de banqueiros, adquiriu tal importância, que já não pode ser caracterizado pelo apelido de uma só família; é mister compreendê-lo como a hegemonia de uma raça formada e coesa, como uma formidável potência financeira internacional israelita.

Já se descerrou, porém, o véu misterioso que antes envolvia o nome de Rothschild. A linguagem popular apoda muito justamente a administração financeira militar de "dinheiro de sangue". Muitos negócios, com os quais certos potentados financeiros se tornaram verdadeiros déspotas dos povos, têm-se realizado livremente. Mas o método original de Rothschild, ou seja, o de entrelaçar os estabelecimentos bancários judeus de todos os países, manteve-se firme por ser extraordinariamente conveniente. As íntimas relações existentes entre casas nova-iorquinas com suas congêneres de Franckfurt, Dresde e Hamburgo com as de Londres e Paris ressaltam da firma da sociedade, proclamando uma unidade internacional.

Os judeus dedicam especialmente sua atividade a esta classe de negócios financeiros internacionais, que lhes merecem a preferência por "carecerem em absoluto de ilusões nacionais e patrióticas", segundo certo autor. "Para os magnatas da especulação internacional, a gangorra da paz e da guerra significa apenas certa flutuação no mercado mundial financeiro".

É sabido que a Grande Guerra foi procrastinada várias vezes a instâncias de financistas internacionais. Aqueles povos que, entretanto, se procuravam envolver na conflagração podiam talvez salvar-se de uma guerra estalada prematuramente. Os magnatas financeiros internacionais tiveram de acalmar reiteradamente o entusiasmo bélico que sua própria propaganda desencadeara. Pode ser verdade que Rothschild tenha escrito em 1911 uma carta ao Kaiser, condenando a guerra, porque em 1911 ainda não era a ocasião. O certo é que em 1914 não escreveu outra carta no mesmo sentido.

Não há dúvida alguma de que existem relações íntimas entre a alta finança internacional israelita, por um lado, e as complicações guerreiras e revolucionárias, por outro. Nos assuntos do passado já se conhecem claramente tais coligações; também nos atuais elas existem. A Liga das Nações antinapoleônica, por exemplo, foi obra dos judeus, tendo seu quartel-general na Holanda. Ao invadir este país, Napoleão mudou-se para Franckfurt-sobre-o-Meno. É importante saber quantos magnatas financeiros judeus procedem precisamente dessa capital. Os Rothschild, os Schiff, os Speyer, entre outros, são da famosa cidade alemã.

Tais relações internacionais, todavia, não se limitam somente ao predomínio do mercado puramente financeiro, mas apoderam-se também de certos ramos industriais ligados estreitamente às transações financeiras. O dado é que, uma vez alcançado o predomínio, se eliminem brutalmente os demais interessados. A **Enciclopédia Judia** diz a tal respeito: "Raramente interesses financeiros de judeus têm-se ligado a interesses industriais, à parte a indústria de metais e de pedras preciosas. Assim, os Rothschild são os senhores do mercado de mercúrio; os irmãos Barnato e a firma Werner, Beit & Cia., do mercado de diamantes; os irmãos Lewisohn e os filhos de Guggenheim, do mercado de cobre e, até certo ponto, da prata". Deveríamos acrescentar ainda o controle que o judeu exerce internacionalmente sobre a aguardente, a telegrafia sem fios, os teatros, a imprensa européia e grande parte da americana, entre outros aspectos mercantis.

A **Enciclopédia Judia** prossegue: "Em compensação, tem existido efetivamente um predomínio judaico, caracterizado no terreno de dívidas de Estado, por meio das íntimas relações internacionais entre as diferentes famílias judias de maior importância".

Diante das estúpidas negações da imprensa judaica, é preciso lembrar que eminências israelitas não negam a tendência de sua raça para um predomínio financeiro internacional; dizem eles, porém, que tal tendência já não é tão intensa como antigamente. "Nestes últimos anos (diz a **Enciclopédia Judia**), financistas não-judeus também têm adotado nossos métodos cosmopolitas e, em resumo, o controle exercido pelos judeus limitou-se, em vez de alargar".

Quanto aos Estados Unidos, é certo que a posição de muitas casas de israelitas em Wall Street foi mais forte antes da guerra que agora. A guerra criou condições que projetam nova luz sobre o internacionalismo financeiro judaico. Durante a neutralidade americana, na passada Guerra Mundial, pôde-se observar muito bem a extensão das relações estrangeiras de certas personagens e igualmente o ponto a que se chegou, antepondo negócios financeiros internacionais às mais fundamentais obrigações nacionais. A guerra colocou necessariamente a totalidade do capital não-judeu de um lado, enquanto determinados grupos de capitalistas judeus apostavam de ambos os lados. O conse-

lho do velho Rothschild, dizendo: "Não ponhas todos os teus ovos num único canastro", só se compreende aplicando-o aos processos judeus em assuntos nacionais e internacionais. A finança israelita equipara absolutamente partidos e inimizades políticas, apostando em todos, motivo por que não perde nunca, também, numa guerra. Ainda que se ache interessada sempre em ambos os lados, jamais se embaraça na partida final, e as suas condições de paz se formulam de tal sorte que os desembolsos de seus compatriotas interessados no lado vencido são sempre cobertos. Este e nenhum outro foi o motivo e o objeto por que os judeus de todo o planeta acorreram em massa à Conferência de Paz, em Paris.

Muitos estabelecimentos de operações bancárias de Wall Street foram antigamente sucursais de casas alemãs e austríacas já existentes. Tais estabelecimentos internacionais ajudaram-se mutuamente com seus capitais, mantendo também relações estreitíssimas. Algumas delas uniram-se mesmo por laços de família dos seus associados. Mas o laço mais forte foi sempre o da raça. A maioria dessas casas bancárias suportou rudes golpes durante a guerra, por ter lançado suas relações européias no partido errado. Mas isso foi apenas um contratempo; os financistas judeus estarão logo preparados para prosseguir a luta pela hegemonia financeira absoluta nos Estados Unidos. O futuro decidirá seu êxito. É interessante verificar que todos os esforços dos judeus por seu predomínio mundial andam num caminho falso. Sempre, no justo momento em que pensam colocar a pedra final no seu arco de triunfo, ocorre qualquer desgraça, e toda a obra rui estripitosamente. Aconteceu isso tantas vezes na história judaica, que os judeus mesmos o sabem perfeitamente e procuraram dar uma explicação ao fenômeno. Em muitos casos, vão buscá-la no famoso "anti-semitismo". Também em nossos dias, quando o clamoroso incêndio da guerra iluminou tantas coisas que comumente se ocultavam na trevas, se tacha o despertar geral dos povos de anti-semitista, explicando-o com o fato de que depois de cada guerra se costuma lançar toda a culpa ao pobre e inocente judeu.

Não se impõe aqui, imperiosamente, a pergunta "por quê"?

O argumento do "anti-semitismo" não é bastante para explicar cabalmente o malogro das potências financeiras israelitas em seu intento de predomínio absoluto num país como os Estados Unidos da América. Esse anti-semitismo fictício não alcança aqueles que, fortemente entrincheirados, se acham atrás da estacada de seu capitalismo. A resistência calada da alta finança não-judia de Wall Street, por exemplo, e a da Bolsa de Fundos de Nova Iorque não são "anti-semitas". Tal resistência não impede aos judeus de fazerem seus negócios, mas apenas faz frente ao programa franco de predomínio absoluto, que não consulta o bem universal, senão exclusivamente o egoísmo de determinada raça.

Há poucos anos, a casa bancária Kuhn, Loeb & Cia., segundo a opinião pública, nutria esperanças de ocupar em breve o primeiro posto entre os bancos de emissão nava-iorquinos. Muitas razões apoiavam tal opinião, e entre outras o fato de a dita casa bancária ter financiado o sr. Harriman, na sua luta contra o sr. J. Hill, no caso das estradas de ferro. Apesar disso, porém, aquelas esperanças se desvaneceram, ocorrendo incidentes imprevistos que, embora não alcançassem diretamente os processos financeiros daquela casa, a expuseram, e em assuntos financeiros, à luz de uma publicidade não desejada. Sob a razão social de Kuhn, Loeb & Cia. atingiu, por assim dizer, a potencialidade

financeira judaica nos Estados Unidos o seu nível mais alto. O chefe principal da casa foi o falecido Jacó Schiff, oriundo de Franckfurt-sobre-o-Meno, onde seu pai fora um dos corretores da casa Rothschild. Outro sócio da casa foi Otto Kahn, oriundo de Mannheim, e ligado já há muito com os Speyer, igualmente oriundos de Franckfurt, enquanto um terceiro consócio, Feliz Warburg, casou com uma filha de Jacó Schiff.

Maior esplendor que o dessa razão social não o alcançou a alta finança israelita em parte alguma. Entretanto, fez-se notar ultimamente certo movimento de flanco, que talvez aproxime a ambição judia de seu fim. Encurralados em Wall Street, alguns capitalistas judeus têm-se concentrado em outros centros americanos, e essa expansão pelos assuntos americanos promete aumentar. O primeiro desses movimentos de flanco dirige-se contra as Américas Central e do Sul. O apoio financeiro e os bons conselhos que ultimamente o México recebeu durante a extrema tensão de suas relações com os Estados Unidos procederam de fonte judia norte-americana. A intensão de adquirir influência no Japão não parece, entretanto, ter prosperado muito. Sabe-se que Jacó Schiff ajudou financeiramente o Japão na sua guerra contra a Rússia. Isso se explicou perfeitamente: era um negócio esplêndido e, além disso, uma ocasião propícia para vingar-se da Rússia de supostos maus tratos infligidos aos judeus. Ao mesmo tempo, Schiff aproveitou a ocasião para inocular nos prisioneiros russos, nos campos de concentração japoneses, as idéias subversivas que mais terde se cristalizaram no bolchevismo russo. Seu objeto primordial, entretanto, parece ter sido o de enlaçar o nascente Império do Japão na cadeia das conquistas israelitas, à força de seu dinheiro. O poder financeiro judeu já se arraigara no Japão; parece, porém, que nesse sentido as esperanças de Schiff não lograram inteiro êxito. Indubitavelmente os japoneses entendem muito mais do "perigo judeu" que os americanos. Além disso, aquela raça é extremamente desconfiada e tratou todo esse assunto meramente sob o aspecto comercial, o que, dizem, desgostou sobremaneira a Schiff. Isso é de suma importância na atualidade, diante da propaganda que constantemente procura acarretar atritos entre os Estados Unidos e o Japão.

O último objetivo parece ser a América do Sul. O judaísmo serve-se, para lograr a hegemonia mundial, de dois meios: o manejo do dinheiro e o emprego de pessoas. Não há governo, nem igreja, nem outra organização no mundo inteiro, que possa transportar 250.000, ou meio milhão, ou mesmo um milhão de pessoas de uma parte do globo a outra, tal como um general transporta seus exércitos. O judaísmo, todavia, pode fazê-lo, e fá-lo, realmente agora. Tudo se reduz a uma questão de frete. Da Polônia, onde a onipotente conferência da paz criou prerrogativas especiais para os judeus, tanto que estes deveriam ter fundados motivos para permanecer ali, vai-se preparando uma imensa migração para o oeste. Parte dessas massas é dirigida para a América do Sul. Outra parte dos já imigrados nos Estados Unidos embarcará igualmente rumo ao continente sul, depois de certo estádio preparatório em nosso país.

O segundo meio para obter a hegemonia mundial consiste no emprego do ouro e na sua influência. Se procuramos explicar qual possa ser o objetivo visado, sob este aspecto, vemos que uma enorme corrente de judeus e de dinheiro judeu se desenvolve atualmente em direção à América do Sul. Além disso, pode-se observar grande importação de materiais que, a deduzir-se dos "Protocolos" sionistas, só pode encaminhar-se para um fim claramente determinado.

A próxima tentativa de assaltar o poder total do continente americano procederá talvez do Sul, onde a influência israelita é, hoje, muito mais forte do que o seu reduzido número leva a supor, pois seus manejos revolucionários já se fazem notar nos freqüentes incidentes entre os diferentes Estados.

Vamos, entretanto, fixar nossa atenção sobre Nova Iorque e seu centro financeiro, onde já notávamos, anteriormente, o nível do poderio financeiro judeu. Outra característica da influência judaica sobre a fazenda americana é menos lisonjeira para aquela raça: não podendo elevar-se mais seu poderio financeiro, toma por canais profundos e muito mais irregulares que todos os métodos financeiros ordinários.

Seria um capítulo extraordinário a história das artimanhas dos Robins, dos Lamar, dos Arnstein e companhia, que contribuíram eficazmente para a longa série criminal que teve por cenário escuros recantos de Wall Street. A faceta característica de todas essas histórias seria que esta classe de criminalismo é genuinamente israelita. Não se pode afirmar que tais processos encontrem a assentimento da comunidade judaica em geral; mas a verdade é que aqueles e seus porta-vozes permaneceram sempre calados diante deste criminalismo financeiro, quando deviam ter feito ouvir a seus compatriotas a mais viva reprovação. Todo fiscal conhece perfeitamente o zelo estranhado dos judeus em defender qualquer membro de sua raça, sem olhar a gravidade ou a classe do delito. Verdade é que, em investigações feitas há poucos anos, e que tiveram como resultado que certo vício explorado mercantilmente era monopólio exclusivo dos judeus, tomaram parte ativa nele também alguns israelitas probos. Tal não impediu, porém, que à publicação dos fatos na imprensa se opusesse a mais acérrima resistência.

Recentemente, surpreendeu-se o país diante da notícia de que valores e títulos do empréstimo da Liberdade, num montante de 12 milhões de dólares, haviam-se perdido em conseqüência de roubos organizados por uma quadrilha, em Wall Street. As sindicâncias esclareceram que os títulos comerciados entre a Bolsa e os Bancos eram transportados em confiança por jovens (os "messenger boys") que freqüentemente levavam valores de até 250.000 dólares de uma caixa e outra, tráfico esse que se desenvolvia no bairro estreito de Wall Street. No verão de 1918 foram recrutados esses "messenger boys" para serviços de guerra e houve necessidade de colocar outros empregados adultos. Imediatamente se notaram indícios alarmantes. Uns depois dos outros, desapareceram os emissários, sem que ninguém tornasse a ter notícias deles. Empregou-se toda classe de precauções. Os emissários tiveram de sair a dois de cada vez, sob a vigilância dos mais hábeis investigadores; contudo, continuavam desaparecendo tão misteriosamente como antes. Neste pé prosseguiram as coisas até a primavera de 1920, ascendendo as somas desaparecidas até então a 12 milhões de dólares. Por fim, puderam realizar-se algumas detenções, cujos sumários evidenciaram a existência de "um bando perfeitamente organizado de ladrões judeus", que se compunha de certo número de "plutocratas judeus" unidos a "delinqüentes israelitas profissionais". Este Estado-Maior serviu-se de jovens judeus, "na sua maior parte recém-emigrados da Rússia", os quais, sob inofensivos apelidos anglo-saxões, solicitaram os postos dos portadores em Wall Street, para logo desaparecerem com os valores que se lhes confiavam, e que os chefes negociavam em outras cidades, convertendo-os em dinheiro.

Por meio de um emissário não-judeu, cuja miséria o levara às malhas do negócio, descobriu-se o crime, apesar de seus cúmplices o haverem ameaçado de morte. Certo número ingressou no cárcere, mas os chefes da quadrilha escaparam ao castigo fugindo, protegidos por misteriosas e potentes influências. A atitude da imprensa e do povo judeu diante desses criminosos é de simpatia e de admiração. E por que não? Vítimas de todos esses roubos foram apenas os "goyim", os não-judeus, e a vítima principal o capitalismo não-judeu. O "kahal" nova-iorquino lançou uma pá de cal sobre o caso e manteve-se num mutismo absoluto. Houvesse um propósito comum de investigação, e ter-se-ia posto a nu, além de outras muitas coisas, a estreitíssima conexão de todos os elementos judeus da capital. Em suma, porém, o instinto de raça protege cegamente todo membro da grei perseguido pela lei, embora este mereça o castigo, por vários títulos.

V

Baruch, o "Disraeli americano" e o "pró-cônsul de Judá na América"

É possível que a guerra tenha interrompido temporariamente a intimidade das relações entre os banqueiros judeus de Wall Street e seus amigos europeus; contudo, a riquezas dos judeus nos Estados Unidos aumentaram consideravelmente. Segundo fonte judia, 73% dos novos milionários da guerra em Nova Iorque são judeus. A coletividade judaica saiu da guerra muito mais potente do que nunca o fora antes, sendo inegável sua ascensão no mundo inteiro.

Judeu é o presidente da Liga das Nações, sionista é o presidente do Conselho Superior. O presidente da França (em 1920) era igualmente judeu. Outro judeu presidiu o comitê de averiguações da culpabilidade da guerra, sob cuja presidência ocorreu o desaparecimento de documentos sumamente importantes.

Na França, na Inglaterra e na Alemanha aumentaram enormemente tanto o seu poderio financeiro como a influência de sua propaganda revolucionária.

Um fato muito sugestivo é o de que sobre aqueles países, que com razão se podem qualificar de anti-semitas, pesa a mão de Judá mais duramente que em qualquer outra parte. Quanto mais se acentua a resistência contra essa opressão, tanto mais se estreita o dispotismo judaico. A Alemanha de hoje é anti-semita, mas apesar de todos os esforços do povo alemão para libertar-se do predomínio visível dos judeus, estes, inatingíveis para a vontade popular, se enraizaram mais firmemente que nunca. A França torna-se cada vez mais anti-semita; mas, diante dessa idéia em marcha aparece um presidente da República judeu. A Rússia é anti-semita até a medula; mas os judeus tiranizam-na. E no momento em que, segundo nos afirmam os chefes judeus, uma onda anti-semita (assim se denomina o despertar dos povos) inunda as nações do orbe, é precisamente um judeu que se apodera da presidência da Sociedade das Nações, que, participando nela os Estados Unidos da América, significaria o supergoverno mundial. Ninguém sabe por que foi esse judeu feito presidente. Nem as suas faculdades, nem a vontade, o sentir geral o destinaram para tal cargo, mas... "lá está ele!"

No nosso país, acabamos de sofrer quatro anos de um despotismo judeu quase tão absolutista como o soviético na Rússia. Por inverossímil que pareça, isso esconde-se ainda por detrás de fatos documentalmente comprovados. Tais fatos não são produto dos "dizem-que", nem são expressão de um juízo parcial, mas o resultado e uma investigação das autoridades legais, e estão arquivados para sempre nas atas governamentais dos Estados Unidos da América.

Naquela época os judeus demonstraram que mesmo sem ajuda de Wall Street governam absolutamente o povo americano. Mas o homem que realizar essa prova pertence à alta finança de Wall Street. Têm-no chamado o "Prócônsul de Judá na América", enquanto dizem que a si próprio se intitula o "Disraeli americano". Diante de uma comissão extraordinária do Congresso

declarou esse indivíduo: "Não há dúvida de que, durante a guerra, tive mais poderes do que qualquer outro político na América". Com essas palavras não exagerou nada; possuiu um poderio maior que todos, ainda que seus poderes nem sempre fossem bastante legais ou constitucionais, segundo ele próprio admitia. Seus poderes envolveram a família, os negócios, as fábricas, bancos, estradas de ferro, estenderam-se tentaculamente até exércitos inteiros e governos. Gozou de um poder limitado e irresponsável, poder que, unido ao de seus cúmplices, atraiu, forçando-o, o acatamento dos ricos não-judeus, facilitando-lhe assim uma onisciência singular e com esta um sem fim de vantagens que não se pagam com milhares de milhões.

Apenas um entre cada 50.000 americanos tinha, antes de 1917, ouvido citar-lhe o nome; hoje, porém, muitos conhecerão pormenores da sua existência e de seus processos. Das trevas jamais cortadas pela centelha fugaz de um ato em prol da sociedade, surgiu de repente esta personagem para apoderar-se do poder absoluto sobre um grande povo em estado de guerra. Ao seu lado, o governo constitucional pouco tinha que fazer, além de autorizar pagamento e executar-lhe a ordens. É verdade que se disse que qualquer um, por cima de sua pessoa, podia dirigir-se, diretamente, ao presidente Wilson; ninguém, todavia, conhecedor dos assuntos a fundo, o tentou sequer.

Quem é esta personagem de carreira tão oculta e rápida, e tão exemplar para a tendência do judeu de empunhar o cetro no momento que julga asado?

Eis o seu nome: "Bernardo M. Baruch".

Filho de um médico, nasceu em 1870, cursando a Universidade de Nova Iorque, que abandona na idade de 19 anos. Inverteu "muitos anos em estudos econômicos", sem que de sua vida se soubessem outros pormenores. À idade de 26 anos entra como consócio na razão social de Housman & Cia., que abandona em 1902, depois de ter conseguido um posto na Bolsa de Fundos de Nova Iorque. Da sua prática comercial diz-nos ele próprio: "Não fiz negócio algum a não ser para mim. Estudei as instituições de certas produções e fabricações e "as pessoas que intervinham nelas". Comerciou com títulos e empresas. A estas comprava-as, não para desenvolvê-las, mas para tornar a vendê-las em ocasião propícia; não era, assim, nem industrial, nem comerciante, senão o "protótipo do negociante capitalista". Negociava com fábricas de fumo, com fundições, com borracha e com aço. Esteve interessado em "trusts". Seus interesses principais concentravam-se no negócio de "cobre", no que topou com as duas casas monopolizadoras judaicas desse ramo, os Guggenheim e os Lewisohn. O significativo valor dessas combinações se compreende facilmente.

Em sua juventude era já rico e opulento, sem que tivesse herdado grande coisa, ao que se sabe. Se a guerra o tornou ainda mais rico, não se pode afirmar com segurança. Amigos seus e consócios mais íntimos levantaram suas riquezas junto dele.

Perguntado acerca de seus negócios concretos e primordiais antes da guerra, respondeu com evasivas, dizendo que tinha a intenção de retirar-se pouco a pouco dos negócios. Por quê? Para começar a preparar outro maior? Sua intenção de retirar-se "foi afastada pela minha nomeação de membro da Junta de Assessores Conselheiros ("A'dvisory Commission"), sem que antes houvesse tido uma idéia de tal probabilidade, nem que me houvesse oferecido para tal cargo". Foi, pois, descoberto. Quando? E quem o descobriu? Como

se explica que fora precisamente um judeu o único homem disponível para cargo de poderes tão pleníssimos?

Essa Junta de Conselheiros foi criada em 1915, quando o país ainda considerava sua neutralidade como a única solução possível. Um propósito tornava público o mais leve indício de envolver os Estados Unidos na guerra européia talvez fosse a ruína dos porta-vozes ou dos chefes judeus.

Naquela época de "inteira vontade popular de manter a paz" na América, constituía-se a Junta dos Conselheiros — "para ir preparando a guerra!" — e isso sob a presidência daquele mesmo Wilson que em 1916 deveu sua reeleição à mentira de querer manter a América afastada da guerra.

As respostas dadas por Baruch às perguntas que se lhe fizeram com referência às suas relações pessoais com o presidente Wilson são evasivas; disse não se recordar quando, pela última vez de sua nomeação para a Junta de Conselheiros, se havia entrevistado com o presidente. Estranho: uma conferência com o primeiro signatário da República não pode apagar-se tão facilmente da memória, a não ser quando tais conferências não tivessem para ele nada de extraordinário, isto é, "se celebrassem amiúde". "É claro que era mister pensar na "mobilização"" das indústrias nacionais, porque os soldados não combatem tão-somente com os braços; "necessitam também de armas. Eu estava convencido de que a guerra viria muito antes do que veio".

Isso foi em 1915! Então, quando o povo americano assistia à Grande Guerra como mero "espectador", querendo "permanecer sempre" em tal atitude, foi o "judeu Baruch" quem estava já "convencido" da participação americana na guerra ("o que aconteceu dois anos depois!"), dedicando-se a "prepará-la!" E o governo Wilson, que se comprometera a manter o país afastado da guerra, conferenciava com esse mesmo judeu Baruch, que "ia criando a atmosfera necessária para a guerra". Quem hoje recordar os acontecimentos do ano de 1915, completando esse quadro com as pinceladas do que então ignorava, isto é, a atuação de Baruch, terá de confessar que naquela época "desconhecia por completo o mais importante" dos acontecimentos da atualidade, e isso apesar de ter lido diariamente e com toda a atenção os principais jornais.

Em 1915 Baruch sabia "que seríamos envolvidos na guerra".

Uma vez capacitado de tal convicção, "fez uma longa viagem". "Durante essa viagem, senti — diz ele — que algo se deveria fazer para a mobilização das indústrias, e concebi o plano que se realizou quando alcancei a presidência da Junta de Conselheiros". Expôs este plano a Wilson, que o escutou atentamente, aprovando-o. Wilson fez o que Baruch lhe indicava e Baruch estendeu a sua mão onímoda sobre a totalidade da produção americana. E dominou-a. Dominou-a de maneira tão ou mais completa que o próprio Lenine na Rússia, porque nos Estados Unidos o povo americano não viu naquilo senão o elemento patriótico, sem perceber que quem dispunha de seus destinos era o governo judeu, a quem teve de obedecer.

Constituiu-se, além disso, o "Comitê de Defesa Nacional; isso em 1915! Não como uma corporação constitucional americana, senão como uma criação arbitrária, com um judeu à sua testa e com outros judeus nos principais postos. A essa junta pertenceram seis secretários de Estado, e estava-lhe subordinada uma comissão facultativa de sete membros, dos quais três eram judeus, e Baruch um destes. Esta junta subordinada tinha sob suas ordens, por sua vez, centenas de empregados e muitíssimas juntas especiais. Uma destas foi a Junta Industrial de Guerra, da qual a princípio Baruch foi membro e logo

depois senhor absoluto. Esta Junta Industrial de Guerra, com o decorrer do tempo, foi perdendo importância na vida americana e em todas as suas ramificações. Bernardo M. Baruch foi o rei "entre os bastidores".

Por que foi precisamente um judeu quem se apoderou de tão absoluto predomínio, exercendo-o despoticamente sobre uma nação de cem milhões de habitantes?

Todas as organizações criadas pelos judeus acusavam "caráter duramente autocrático", mas sob um rótulo de "democracia". Todo judeu colocado à testa de uma organização militar administrativa, grande ou pequena, teve desse modo a melhor ocasião para "exercitar-se" no desempenho de um mando ilimitado.

Em que constitui o poderio da Junta Industrial de Guerra? À pergunta do deputado Jeferis: — Decidiu, pois, o que cada um deveria perceber? —, Baruch respondeu: "Assim fui, realmente. Assumi a responsabilidade e fui eu que decidi em definitivo o que o exército e a armada deviam perceber, o que se devia dar às estradas de ferro, ou aos aliados, ou se se entregavam locomotivas ao general Allenby, na Palestina, ou se se utilizavam na Rússia ou na França".

Todo este enorme poderio enfeixou-o as mãos de "um só" homem. "Que dizer que todos os fios do poder se cruzaram nas suas mãos?", perguntou Jeferis. "Sim — respondeu Baruch — eu tinha durante a guerra, provavelmente, mais poderes que qualquer outro político. Isso é certo". "A decisão definitiva quem a dava era eu".

A afirmação vulgar das arbitrariedades pessoais do presidente Wilson, menosprezando o governo efetivo judeu, que o aconselhou constantemente e em tudo, carece de fundamento. Quem o chamar de autocrata está cego diante da plenitude de poderes extraordinários de que revestiu sempre o dissimulado governo judeu da guerra. Wilson não se preocupava nem com a constituição, nem com o Congresso; eliminava o Senado e mesmo os membros de seu gabinete. Mas não é certo que jamais tenha admitido conselho "algum". Nem durante a guerra, nem nas conferências da Paz procedeu por sua própria conta. A idéia de envolver a América na guerra não foi sua; tampouco o foi a do modo de dirigir a guerra ou a de formular a paz. Atrás dele, acima dele, estava Baruch. Este acompanhou-o a Paris, saindo junto com ele do "George Washington" e junto com ele do solo europeu, quando "tudo se decidira" pela forma que Baruch e seus amigos, que constantemente rodeavam a Wilson, queriam decidir. O único jornalista que durante a guerra sempre e em todos os momentos tinha acesso ao presidente, servindo-lhe, para assim dizer, de arauto, foi o "israelita Davi Lawrence".

(Os judeus americanos agruparam-se no Partido Democrático, enquanto se podia conseguir algo de Wilson, abandonando-o, entretanto, depois, com a vivacidade com que as ratazanas costumam abandonar uma embarcação que se afunda, voltando a ser, precipitadamente, republicanos. Antes das últimas eleições, este partido desenvolveu uma propaganda ativíssima em prol de severas averiguações relativamente às despesas de guerra. Depois, tudo voltou ao silêncio; não fora em vão que os judeus se haviam filiado ao Partido Republicano).

Há apenas um conceito que define plenamente a amplitude de poderes dada ao judeu Baruch: "ditadura". Ele mesmo pronunciou esta palavra, dizendo que tal forma de governo foi, também, em tempos de paz, a melhor para a

América, ainda que sua implantação fosse mais fácil em tempo de guerra, por causa do patriotismo geral reinante.

Trinta "bilhões" de dólares custou aos Estados Unidos sua participação na Guerra Mundial, dos quais dez bilhões foram emprestados aos aliados. A inversão destas somas fabulosas dependeu exclusivamente do livre-arbítrio de Baruch. Este israelita foi quem decidiu: 1) sobre emprego de ilimitados capitais da vida econômica; 2) sobre "todos" os materiais; 3) sobre a indústria "inteira" e suas limitações, suspensões, ampliações, novas fundações; 4) sobre o emprego da força humana e seu destino ao serviço de guerra direto ou indireto; e 5) sobre o modo de trabalhar dos operários, determinando preços e salários.

Da organização do emprego dos "capitais" incumbiu nominalmente a Junta de Inversão de Capitais, a cuja frente figurou o judeu Eugênio Meyer, filho. Outro desses talentos até então ignorados, que, ao ser "descoberto", foi guindado a um posto importantíssimo! Todos os que, durante a guerra, necessitaram de capital para qualquer empresa, tiveram inapelavelmente de apresentar seus cartões de visita aos judeus Meyer e Baruch. Esta organização, reunida nas mãos de "poucos judeus", representou o melhor sistema imaginável de espionagem que jamais existiu na vida comercial. Uma soma de 8 milhões de dólares, que o município de Nova Iorque necessitou para fins escolares, foi negada, enquanto um empresário judeu recebia facilmente as importâncias necessárias para a construção de um teatro monumental. Aos não-judeus se negaram os meios para empresas produtoras, meios que logo após eram concedidos a judeus, para fins idênticos.

Foi um poderio sinistro, que jamais deveria ser confiado a "um só homem" e muito menos ainda a uma quadrilha de judeus. E todavia, como pôde acontecer que em todos os postos onde tudo dependia de bom tato e discrição, sempre se encontrava um judeu, e este em todos os casos investido de uma autoridade, de um mando ilimitado? Quanto mais fundo se penetra neste problema, tanto mais misterioso ele nos parece.

Quanto ao emprego dos "materiais" (matérias-primas, artigos em bruto e produtos já prontos) possuía Baruch de muitos deles sua experiência prática pessoal. O modo de aplicar tais conhecimentos aos ramos industriais em que participava Baruch pessoalmente durante a guerra não se esclareceu nunca de um todo. Onde ele mesmo não era perito, recorria a conselheiros. Entre estes figuravam J. Rosenwald para as necessidades da vida, inclusive o ramo de roupas, sendo seu lugar-tenente Eisenmann. Este tinha a seu cargo a aquisição dos uniformes, designando as qualidades dos tecidos a empregar e fixando os preços para os fabricantes, na sua maior parte judeus. A decisão sobre o emprego de cobre esteve nas mãos de um empregado da casa monopolizadora dos Guggenheim, obtendo esta casa, logo depois, os fornecimentos mais importantes de cobre para as necessidades da guerra. Sem a aprovação da Junta Industrial da Guerra, isto é, sem o consentimento de Baruch, ninguém pôde durante a guerra construir uma casa no valor maior de 2.500 dólares, nem comprar uma barrica de cimento, nem receber a mais insignificante quantidade de zinco.

Sob o controle de Baruch achavam-se aproximadamente 35 ramos industriais, e talvez todas as matérias-primas do globo. "Eu decidia em última instância. Em razão de meu cargo, pertenci a todas as juntas, sendo minha tarefa inspecioná-las todas e permanecer em contato com elas". Foi ele quem decidiu

onde se embarcaria o carvão, a quem se podia vender o aço, onde se fundariam ou se suspenderiam respectivamente as indústrias. Junto com o controle do movimento dos capitais reunia Baruch em suas mãos também o das matérias-primas, em sua totalidade. Esse controle foi envolto no misterioso conceito das "propriedades", que, segundo o próprio testemunho de Baruch, constituíram "o máximo poder durante a guerra".

Mas ainda não está, cabalmente, explicado o poderio absoluto exercido por Baruch. O coração da indústria é e continua sendo "o homem". E também a este dominou-o Baruch. O sonho maligno de um "trust" exercido sobre vidas humanas foi pela primeira vez realizado por este "único" indivíduo, que afirmava sem pejo, e prontamente: "Nós fixávamos a prioridade também para a energia humana". Este "nós" na linguagem de Baruch, significa sempre ou apenas "eu", ou então "nós, os judeus".

Foi ele quem designou ao Ministério da Guerra a classe de homens que poderiam alistar-se no exército. "Nós ordenáramos que as indústrias de menor importância parassem e que seu pessoal disponível entrasse nas fileiras". O poder supremo, pois, de vida ou de morte sobre indústrias inteiras e centenas de milhares de operários americanos exercia-o este único homem: "um judeu"!

Era ele quem estipulava os preços e os salários, os preços de tudo o que faz falta para o viver quotidiano, preços de algodão, lã e demais matérias-primas indispensáveis para 350 indústrias, preços unitários.

Em suma, 73% dos novos milionários da guerra, só na cidade de Nova Iorque, são (segundo fonte judaica) israelitas!

Impõe-se a pergunta, sempre: Como é possível que fosse precisamente esse Baruch quem alcançasse um poder tal? Quem lho outorgou? De quem ou de que foi instrumento? Nem o seu passado, nem os fatos conhecidos até hoje explicam ou justificam sua nomeação. Menos mal seria se ele fosse "um" entre outros vários peritos que, sob a inspeção dos poderes constitucionais, houvessem transformado o país e sua economia nacional. Mas fica sem explicação, de qualquer maneira, o fato de ele ter sido a "única" personagem que se converteu em centro de gravitação de todo o nosso governo de guerra e quem submeteu todo o governo legal às suas imposições.

Foi ele quem acompanhou a presidente Wilson a Paris, demorando-se ali até o dia 28 de junho de 1919, como "perito comercial adido à Missão de Paz". À pergunta que lhe dirigiu o deputado Graham: "Conferenciava ali, amiúde, com o presidente"?, formulou Baruch esta resposta: "Quantas vezes o presidente me pediu conselhos, tantas lhos dei. Tive também de intervir no assunto das condições de reparação. Fui membro oficial do chamado Departamento Econômico, como igualmente do Conselho Superior de Matérias-Primas". — Graham: "Esteve em sessões com as personagens que estipularam as condições de paz"? — "Sim, por vezes". — Graham: "Em todas as comissões, com exceção do Conselho dos Cinco"? (a instância suprema). — Baruch: "Muitas vezes até neste Conselho".

O programa mundial judeu foi o único apresentado em Paris que se aprovou sem modificação alguma. O povo francês, que com enorme estranheza observou que milhares de judeus afluíam às sessões de todas as partes do mundo, figurando como conselheiros eleitos dos chefes de governos e de Estados, acostumou-se a designar a Conferência da paz por "conferência koscher". Na delegação americana, especialmente, prevaleceu tanto o elemento judeu, que chamou escandalosamente a atenção. O historiador inglês Dillon, no seu

livro intitulado **A História Interna da Conferência da Paz,** escreve: "Ainda que muito leitores o estranhem, é certo que um número importante de membros da conferência acreditaram firmemente que as influências efetivas que agiam atrás dos povos anglo-saxões eram as semitas". Mais adiante explica-nos que os "direitos das minorias" propugnados por Wilson se aplicavam praticamente só às minorias judias. Tais direitos, como prerrogativas judaicas, lesavam grave e profundamente os sagrados direitos inatos dos povos e dos Estados que atingiam; estavam formulados pelos judeus, reunidos em Paris (segundo Dillon) "para realizarem o seu programa pormenorizadamente elaborado, o que conseguiram completamente". Representantes de Estados envolvidos nessas "combinações" disseram: "Agora em diante o mundo será dominado pelos anglo-saxões, e estes, a seu turno, pelos elementos judeus respectivos". Todas as circunstâncias demonstram uma concórdia surpreendente, com o objetivo que, segundo os "Protocolos dos Sábios de Sião", os judeus haviam traçado, e sobre cujas teorias falamos detidamente na primeira parte da presente obra.

Voltemos ainda ao capítulo "cobre". Segundo sua própria declaração, Baruch "interessava-se" pelos negócios de cobre. Os Guggenheim e os Lewisohn são os "reis do cobre" no mundo. Antes de estalar a guerra, Baruch "visitou" aqueles senhores. No curso da guerra, repartiram entre si esse ramo de comércio. Eliminou-se a concorrência, porque Baruch, como representante do governo o quis. Os Lewisohn (o vice-presidente do seu "trust" chamava-se Wolfson) encarregaram-se do mercado americano, e os Guggenheim dos ultramarinos. Só o governo dos Estados Unidos comprou no transcurso da guerra mais de 600 milhões de libras de cobre. O mesmo governo, ou melhor, Baruch, negociou o cobre exclusivamente com a sociedade Lewisohn. As sociedades do mesmo ramo, de menor importância, para poderem vender seus produtos, tiveram de dirigir-se às suas competidoras mais fortes, os Lewisohn, e isso por ordem do governo representado pelo judeu Eugênio Meyer, que, por sua vez, representava o judeu Baruch. Eugênio Meyer também estava grandemente "interessado" em negócios de cobre. Nas sessões celebradas pelos produtores de cobre em Nova Iorque tomaram parte: "Rosenstamm, Volgelstein, J. Loeb, Wolfson, Drucker e Eugênio Meyer", ao passo que os representantes do Exército e da Marinha não foram admitidos. O representante comum dos Lewisohn e Guggenheim no governo de Washington, foi um tal Mosehauer.

O comitê "do governo", nomeado por Baruch para servir de mediador entre o governo e os produtores de cobre (isto é, entre eles e os Guggenheim-Lewisohn), compunha-se de três pessoas, e essas três eram "dependentes da casa Guggenheim"! É certo; esses grandes produtores de cobre estiveram no comitê; escolhi-os por serem homens muito notáveis". Assim explicou Baruch esta extraordinária coincidência. O monopólio judaico do mercado de cobre, em ambos os lados do Atlântico, foi, pois, completo e "acabado".

Como se murmurasse sobre esse assunto obscuro foi preciso apelar para um recurso. Os Lewisohn declararam que (atenção, leitor!) venderiam toda a quantidade de cobre desejada pelo governo a preço estipulado. "Para chegar a um preço determinado, partimos do preço médio dos últimos anos. Este era de 16 3/4 cêntimos americanos a libra, ao passo que na época dessas conferências o cobre era cotado à razão de 32 a 35 cêntimos a libra". De modo que, aparentemente, o governo recebeu o cobre pela metade do preço. Assim, pelo menos, o anunciaram espalhafatosamente ao público, que ficou "encantado". Baruch explicou o assunto da seguinte forma: "A oferta mostrou

claramente que nos orientava o desejo de recusar todo lucro particular, porque se tratava das necessidades do governo. Pagasse-nos ele o que quisesse: tal era o ponto de vista do produtor". O governo recebeu todo o cobre que desejava, e a preços consoladores.

Todavia, continuava-se a conferenciar acerca do preço que pelo cobre deviam receber as empresas particulares, o qual se estipulou afinal em 27 cêntimos. Como Baruch (outra vez atenção, leitor!) decretara o sistema de "preços únicos" como lei suprema para toda a classe de mercadorias, e sem se considerar se os clientes eram o governo ou particulares, "teve a nação de pagar também os 27 cêntimos"! Esta pequena variante da história, entretanto, passou em silêncio para o grande público...

Ao terminar a guerra, ficou o governo americano com uma existência de 16 1/2 milhões de libras de cobre. A casa Lewisohn coroou sua generosidade "readquirindo" do governo aquela quantidade de cobre, vendida anteriormente, a 27 cêntimos, pelo preço de... "15 cêntimos a libra"!

Baruch sozinho apresenta um exemplo típico da intromissão íntima do judaísmo na organização administrativo-militar do nosso país. Se os judeus tivessem sido os únicos aptos para administrar todos os postos de importância!... Mas, se não era assim, como foi possível que precisamente eles se apoderaram de todo o aparelho central, de maneira tão exclusiva e sistemática? Isso, entretanto, é um fato histórico. Como explicá-lo?

VI

O predomínio israelita no teatro norte-americano

O teatro foi sempre um meio excepcional para influenciar a opinião pública e as preferências gerais; é o aliado incansável para propagar as idéias, dia-a-dia, que os caudilhos ocultos nos bastidores desejem inculcar nas massas populares. Não é simples acaso que na Rússia os bolchevistas patrocinem os teatros orientados em seu sentido político; sabem eles que os seus efeitos para ir formando e moldando a seu gosto a "opinião pública" são tão fortes e fundos como os da imprensa.

Que o teatro está completamente sob a influência oligárquica dos judeus é sabido em todo o mundo. Ninguém ignora que o espírito nacional fugiu do teatro, influindo hoje, neste ambiente, a atmosfera orientalista.

Não só o proscênio, mas o cinematógrafo norte-americano (cuja indústria é a quinta do mundo, em extensão e importância) está também completamente judaizado. Conseqüência lógica disso é que o país inteiro se vai já sublevando contra os efeitos deletérios, desmoralizadores, que irradiam estes "templos da arte". Tudo o que o judeu orientar economicamente, seja o comércio do álcool, ou o do teatro, se converterá imediatamente num problema moral, ou melhor, imoral.

Todos os dias, milhões de pessoas sacrificam o seu tempo e seu dinheiro no teatro, enquanto milhões e milhões afluem aos cinemas. Quer isso dizer que todos os dias milhões de pessoas se deixam influenciar pela interpretação que o judeu queira dar aos conceitos do viver, querer e trabalhar, sofrendo assim os efeitos da propaganda apenas dissimulada dos judeus em prol de seu plano oculto; para o modelador israelita da opinião pública é esse um processo ideal. A única preocupação do judeu está na sua fama pública, que talvez possa embaraçar-lhe o negócio lucrativo.

O teatro não é judeu apenas na direção, mas igualmente quanto ao conteúdo literário e à sua apresentação. Cada vez aparecem mais obras cujos autores, encenadores e atores são judeus. Não são obras de arte, nem mantêm longa temporada nos palcos. É natural, porque os interesses teatrais judeus não esperam conseguir êxitos artísticos, nem aperfeiçoar a arte cênica nacional, nem criar um elenco valioso de atores e artistas. Seus interesses são de índole financeira e de raça e seu objetivo é tirar o dinheiro das algibeiras dos não-judeus, judaizando-os moralmente, além disso. Artigos sensacionais da imprensa facilitam-nos um cálculo exato sobre o êxito atingido por esses esforços.

Até o ano de 1885 o teatro americano se encontrava ainda em mãos não-judias. Ocorreu então a primeira intromissão israelita. Com a mudança de proprietários, começou a decadência do teatro como instituição artística e moral, aumentando progressivamente com o crescimento da influência hebraica na vida teatral. O resultado de tal influência foi que o bom se eliminou propositada e cuidadosamente do teatro americano, e o inferior, em troca, foi colocado em lugar de relevo.

A idade de ouro do teatro americano passou. Os grandes atores morreram, sem deixar dignos sucessores. O espírito elevado e nobre de antanho já não agrada. "Shakespeare matava-nos o negócio", disse certo diretor judeu de teatro; falou outro da ridícula missão "moralizadora" do teatro; e com tais insinuações irônicas querem deslustrar e extinguir a antiga tendência elevadora de nosso teatro. Estas duas sentenças deveriam gravar-se como epitáfio sobre a tumba da arte teatral que se foi.

O desenvolvimento espiritual suficiente para apreciar a função moderna da arte teatral possuem-no até os jovens de treze a dezoito anos. Pretende-se entreter o "homem de negócios, cansado", e com frase tão oca justifica-se a ausência absoluta de espiritualidade. Toda esta "arte" apóia-se na mentalidade dos sem-caráter, que facilmente admiram as pelóticas do encenador. Se de quando em quando se representa ainda alguma obra sã e limpa, é por concessão a uma moribunda geração de apreciadores do bom teatro. A geração atual gosta de outros manjares. Tragédia? Tolices!... Estudo de caracteres mais profundos do que o critério de um adolescente possa compreender? Mas isso não tem cotação! A ópera cômica desceu ao nível dos efeitos luminotécnicos e deslocações de membros, e sua música a um frenesi lascivo. Notavelmente estúpido e vulgar é o tema preferido. O adultério converte-se em tema primordial. Exibição de carne nua em situações picantes, conjuntos de corpos femininos cuja vestimenta pesa apenas cinco gramas: tal é a "arte moderna" para o empresário judeu.

A sublevação dos apaixonados pela arte verdadeira contra essa profanação manifesta-se em cidades americanas com o florescimento cada vez mais crescente dos teatros de amadores. A arte dramática, expulsa dos cenários públicos, encontra proteção em milhares e milhares de associações teatrais e literárias. Se as obras boas não se encenam, lêem-se. Os dramas modernistas de "variétés" não resistiriam de modo algum a uma leitura em voz alta, por carecerem em absoluto de senso comum. Por isso, reúnem-se grupos para cultivar a arte verdadeira; pequenos círculos dramáticos espalhados por todo o país, cujas sessões se celebram em família ou nas igrejas, em escolas ou em salas públicas.

As modificações que o judeu introduziu no nosso teatro, e que todo apreciador honesto pode comprovar facilmente, manifestam-se em quatro aspectos.

Em primeiro lugar, o israelita deu preferência ao aparelho mecânico, com o qual se suprime a ação e o talento humanos. O cenário, em lugar de cooperar na obra artística, obtém significado realístico próprio. O grande ator não necessita de extraordinário aparato cênico, ao passo que o artista medíocre, que atua nas obras judias ficaria deslocado fora de pompa espetaculosa de tais encenadores. O cenário é, na verdade, a própria obra. O judeu sabe perfeitamente que os bons atores são cada vez mais raros, pois a política teatral judaica afasta sem compaixão todo talento, entre outras razões pela importantíssima de que custam dinheiro demais. Por isso, o hebreu prefere inverter o dinheiro em madeiras, telas, tintas, panos e quejandos. Estas matérias mortas não poderão corar diante daquele idealismo insípido, ou daquela iníqua traição à arte sagrada.

Assim, converteu o judeu em espetáculo indigno o nosso teatro, suprimindo nele todo idealismo elevado. Quem for hoje a um teatro, lembrar-se-á mais tarde do título da obra, porém jamais do seu entrecho, ou de seus atores principais. Tudo é retrocesso e degeneração.

Em segundo lugar, o judeu reclama para si o mérito de ter introduzido em nossos palcos o sensualismo oriental. Dia-a-dia foi crescendo a vaga da impudência nos teatros americanos, acabando por inundá-los completamente. Hoje, encontra-se nos "melhores" teatros um desplante tão perturbador como antes não era possível ver nos piores cafés cantantes. Em Nova Iorque, onde existe maior número de diretores judeus de teatros do que poderia ter havido em Jerusalém, nos seus dias máximos, ultrapassa-se o limite do ousado. A recente representação da obra "Afrodite" parece ter sido o último lance da bem estudada ofensiva contra a última trincheira de uma antiga tradição moral: ofereceu à vista a mais cínica nudez. Homens vestidos com uma exígua faixa, ou pele de leopardo, ou de bode; mulheres despidas até as ancas, e o resto velado apenas com gase transparente, formavam o conjunto preparatório para a apresentação de uma mulher completamente nua, cuja carnação procurava imitar o mármore. O autor desta obra era, naturalmente, hebreu. Quanto às idéias da obra, sem indícios. Em compensação, as insinuações, as situações escabrosas, a audácia das cenas, estas, sim, foram o fruto do longo e aturado estudo da arte da perversão humana. A venda livre de bebidas alcoólicas está proibida; a aplicação dos venenos insensíveis da imoralidade, por essa classe de falsificadores, não o está.

Os cabarés e demais centros de diversão noturna representam um brinde de importação israelita. Nem os "boulevards" de Paris oferecem em Montmartre, no tocante à lubricidade, o que Nova Iorque apresenta. Paris, em compensação, equilibrando o horror lascivo, possui a Comédia Francesa; Nova Iorque nem isso sequer.

Neste oceano de vilipêndio e prostituição da arte, como encontrarão os autores dramáticos sérios a mínima perspectiva de propriedade? Onde a oferecerão aos atores dignos da séria ou burlesca? Nossos palcos modernos só se descerram para a luz baça dessa fauna pinturesca das coristas e dos comparsas. Quando alguma vez ou outra se dá acesso ao teatro a um dramaturgo importante, é só para algumas representações. Os efeitos luminosos, o esplendor das cores e os belos corpos nus afugentam-nos, e eles apenas "vegetam" mercê daqueles que ainda não esqueceram de todo o que o teatro deveria ser, e lêem-lhes as obras impressas.

A terceira conseqüência da invasão judaica no teatro americano consiste no aparecimento do sistema do "astro", da "estrela", do "ás", da "diva". Os últimos anos apresentaram-nos uma infinidade de tais estrelas, que nunca saíram nem brilharam senão nos espalhafatosos reclamos dos "trusts" teatrais, que procuram sugestionar as massas de que tais faroletes brilham com resplendor diamantino no zênite do céu cênico "dramático". As estrelas de ontem, que hoje não o são, foram simplesmente as favoritas dos dirigentes judeus, ou mercadoria humana que, tirada das massas, se colocou na "vitrine" para despertar a ilusão de uma novidade. Enfim, enquanto antigamente atores e atrizes chegavam à celebridade mercê do favor do público, hoje alcançam-na exclusivamente com os reclamos do proprietário do teatro. A "marca Nova Iorque", com que se costumam distinguir muitas nulidades artísticas, não significa outra coisa que tal atriz caiu nas graças do respectivo empresário. Precisamente contra esta "marca Nova Iorque tem-se insurgido o país. O aumento dos teatros de amadores no centro e no oeste do país é a melhor prova disso.

Em tudo o que intenta, o judeu procura o êxito com a maior rapidez possível, mas na sua empresa de aniquilar a arte teatral não-judia ele não pôde, ao

que parece, alcançar a rapidez que deseja. O educar e aperfeiçoar artistas custa tempo; contudo, um bom anúncio equivale àquilo, e é mais rápido. Assim como antigamente os tiradentes afogavam os gritos de dor de seus pacientes fazendo soar estripitosamente sua trombeta de latão, assim o moderno empresário teatral encobre o vazio espiritual de suas "funções", lançando à cabeça dos espectadores estupefatos um sem-fim de "confetti", de estofos caros, de pernas nuas, de ouropel.

Estes três aspectos do predomínio judeu nos nossos teatros resumem-se numa razão comum, a de converter tudo em mercadoria, a de tirar dinheiro de tudo que ele empreenda. O centro de gravitação do teatro deslocou-se da cena para a bilheteria. A sabedoria do gandaieiro, de dar ao vulgo segundo o gosto de cada um, impera também nos teatros desde que o israelita penetrou nos seus recintos.

No ano de 1885, dois astutos judeus fundaram em Nova Iorque uma agência teatral, oferecendo-se para aliviarem os diretores de teatros de S. Luís, Detroit, Omaha e outras cidades, do penoso trabalho de contratar celebridades para a temporada próxima. Essa foi a pedra fundamental do "trust" teatral. A agência apareceu sob a razão social de Klau & Erlanger; um de seus fundadores era um judeu, ex-estudante de Direito, mais tarde convertido em agente teatral, enquanto Erlanger, jovem israelita de poucas qualidades, possuía contudo habilidade financeira. Não tinham inventado o sistema da agência teatral: haviam-no copiado de um tal Taylor, que fundara uma Bolsa teatral; onde se reuniam atores e empresários de todas as partes para se conhecerem mutuamente e fazerem contratos.

A atual forma da agência teatral é a chave da decadência do moderno teatro americano. O antigo sistema tinha a grande vantagem de um constante conhecimento pessoal entre o empresário e sua companhia, oferecendo ao bom ator tempo e ocasião para seu desenvolvimento e maturação artística. Não existia, então, sindicato algum, e os empresários podiam fazer trabalhar as suas companhias e primeiros atores nos palcos dos mais diferentes proprietários de teatros, aproveitando amplamente a temporada. Terminada esta na capital, tomavam juntos o rumo da província. Ambos, empresário e companhia, dependiam mutuamente um do outro e participavam, lado a lado, dos êxitos e das adversidades.

O sistema de agências pôs fim a tudo isso, que bem pode ter sido um sonho.

VII

O primeiro "trust" teatral judeu

A importância que nos palcos alemães teve antigamente o drama **Natã, o Sábio,** equivale nos países anglo-saxões ao conhecido **Ben-Hur.** Esta obra mostrou ser a peça cênica mais eficaz em favor do judaísmo, ainda que tal não fosse a intenção de seu autor, Lew Wallace.

Parece que a arte e o destino clamam em uníssomo contra as obras tendenciosas, pois de outra forma não se pode explicar o fracasso repetido de obras cênicas abertamente semitófilas. Nunca como hoje se pôde observar uma tendência mais acentuada em obrigar o teatro dominado pelos judeus a servir de instrumento para a apoteose do judaísmo. Porém, todas essas tentativas, com uma única exceção, fracassaram, apesar do mais ruidoso reclamo, das mais favoráveis críticas dos jornais e da alta proteção de algumas personagens oficiais. Depois, certo número de judeus protestaram contra essa intenção de querer transformar o teatro num lugar de propaganda, de glorificação sem razão da por demais antipática raça israelita.

O predomínio judeu na vida teatral não ofereceria, em si, grandes motivos de queixa. Se alguns judeus ricos, isoladamente ou em grupos, puderam arrebatar tão rica fonte de dinheiro das mãos dos donos anteriores não-judeus, é isso, talvez, questão de melhores faculdades comerciais, "coisas dos negócios". Mas o "vital do assunto está em saber por que meios obtiveram tal predomínio, e como e para que fins é ele utilizado".

Em primeiro lugar, é uma verdade que os antigos empresários não-judeus morreram pobres, sendo sua tarefa principal favorecer a arte e seus intérpretes, e não granjear riquezas. Os empresários e arrendatários de locais, judeus, entretanto, costumam enriquecer enormemente, imprimindo ao teatro um caráter estritamente comercial. Note-se que os "trusts" teatrais já existiam quando a forma "trust" nas indústrias estava ainda no estado embrionário. Em 1896, o "trust" teatral tinha sob seu controle 37 teatros nas diferentes capitais americanas. Os próceres deste "trust" eram Klau e Erlanger, Nixon e Zimmermann, Haymann e Frohmann; todos judeus, menos Zimmermann, cuja procedência ainda se ignora. A eles uniram-se mais tarde Rich, Harris e Brookes, os três judeus. Graças ao seu controle pôde o "trust" assegurar às suas companhias de atores trabalho suficiente durante longas temporadas. Diante dessa concorrência, e especialmente diante do sistema de aluguel de locais não puderam manter-se as companhias independentes. Seu desaparecimento veio ainda servir ao objetivo judeu de favorecer o desenvolvimento da "indústria cinematográfica", que desde o princípio se apresentou como empresa puramente israelita, não sendo necessário eliminar o elemento não-judeu, porque este nunca participou daquela. Nos teatros aniquilados pelos judeus, e portanto vazios, entrou o cinema triunfalmente e, como sempre, o hebreu "matou dois coelhos de uma cajadada".

Todo este desenvolvimento não pôde realizar-se, entretanto, sem encontrar séria resistência. Atores, críticos teatrais e um setor de escol da opinião suble-

vou-se contra ele. O fim dessa luta está à vista de todos: desde princípios do século corrente, o "trust" teatral judeu triunfa em toda a linha. Este "trust" converteu a arte em mera questão de dinheiro, funcionando com a exatidão mecânica de uma empresa fabril bem dirigida. Suprimiu toda iniciativa artística, matou sem compaixão toda concorrência, eliminou implacavelmente empresários e atores de valor, suprimiu obras de reconhecida importância, favorecendo em troca a popularidade de eminências duvidosas, judeus na sua maioria. Tentou atrair os críticos da imprensa. Obras dramáticas, teatros e atores foram negociados como mercadoria. Tudo o que entrava em contato com o "trust" judeu adquiria imediatamente o espírito mesquinho e asfixiante que só no hebreu se pode aninhar.

Que significa isso? O teatro é hoje um perigoso lugar de educação para mais da metade do nosso povo. O que o adolescente observa e escuta no palco, recebe-o inconscientemente como elemento educativo no transcurso da sua vida, acomodando-se à civilidade, ao modo de falar e até às modas de vestir, usos e costumes de outros povos, e também aos seus conceitos de direito e religião. O palco e a tela são as fontes onde a massa popular bebe seus conhecimentos acerca do modo de viver e de pensar das classes abastadas. Quanta coisa, assim, intencionalmente falsa e perversa vai o judeu inculcando na massa popular não se pode, nem levemente, aquilatar. Muitas vezes estranha-se o embrutecimento, a confusão da nossa geração de adolescentes: a razão está no que anteriormente esboçamos.

O eco da luta titânica sustentada por críticos honrados na imprensa contra o suborno brutal, primeiro, e mais tarde contra a sua aniquilação definitiva pelo "trust" judeu, pode, por vezes, ouvir-se em público. A princípio todo amabilidades para com empresários, atores, autores e críticos, mostrou o "trust" a sua insolência uma vez alcançado o poder. Os milhões e o público em massa afluíam a ele: com que, com quem podia ele preocupar-se? Quando algum crítico se opôs aos seus métodos, ou assinalou o caráter vulgar, indecoroso e inferior de seus espetáculos, excluíram-no dos teatros do "trust" e "ordenaram" aos proprietários do rotativo que o despedissem. Na maioria dos casos, a advertência era escutada, porque atrás dela erguia-se a ameaça da supressão de lucrativos anúncios teatrais. Nestes últimos tempos, o "trust" teatral judeu organizara ainda "listas negras" de jornalistas "indesejáveis", para impedir sua colocação nas casas editoras ou redações.

Não as obras, senão o edifício é hoje o principal nos teatros. Dentre a massa moderna de literatos, apenas dois ou três autores sobressaem. Entretanto, constroem-se atualmente, só em Nova Iorque, uma dúzia de novos palácios teatrais. As poltronas alugam-se por hora, ao preço de 1 a 3 dólares. Sua Majestade o Dinheiro é a alma de tudo; o palco não serve senão de isca.

Em outubro de 1920, o negócio teatral sofreu um rude golpe, e até em Nova Iorque os teatros verificaram pequenos lucros, como nunca acontecera. Mais de 3.000 atores ficaram sem ocupação. No meio dessa crise mandaram anunciar os especuladores teatrais "Schubert" — judeus de Siracusa, mas com um pomposo apelido "alemão", que da condição de porteiros e vendedores ambulantes se haviam elevado à posição de "reis do teatro" — que só em Nova Iorque edificariam seis novos teatros e haviam encomendado 40 novos dramas! Três destas obras possuem certo valor artístico, que não preocupava aos Schubert. Nada tinham que ver com o êxito artístico. Seus cálculos cifram-se

em mandar "fabricar" novas obras, erigir teatros, que, dada a inversão de capital nos respectivos edifícios e obras, lhes assegure maiores rendas. A resistência contra tais processos passa inadvertida. Só os círculos dramáticos e os teatros de amadores espalhados pelo país consignam mais claramente o movimento "anti-semita" neste terreno.

VIII

O lado judeu do problema cinematográfico

Quem observar atentamente os acontecimentos da atualidade notará que não desaparece o problema do espetáculo pornográfico. Quase não há nação em que não exista ou não esteja em projeto uma lei sobre a censura das películas. Estas leis encontram sempre tenaz oposição entre elementos moralmente inferiores, bêbados e jogadores, ao passo que as apóia sempre a parte da população desperta para a compreensão do perigo moral que este problema envolve. Entre a oposição, oculta-se sempre a grande empresa cinematográfica de propriedade israelita.

Tal circunstância reclama a mais séria atenção. Observando o assunto isoladamente, poderia parecer que se acusa certa parte do elemento judeu de grave imoralidade consciente. Nos Estados Unidos, e em todos os países civilizados, existem duas correntes em franca oposição uma com a outra; a que predomina na indústria cinematográfica e a que, por assim dizer, se concentra na opinião pública. Aquela segue uma idéia oriental: "se não podes avançar tanto como queres, adianta-te ao menos tanto quanto possas". Tende para tudo o que é carnal e sua exposição, sentindo-se satisfeita, segundo a sua disposição inata, na excitação voluptuosa. Tal predisposição diferencia-se fundamentalmente da dos demais povos de raça branca, opondo-se a toda censura cinematográfica. Não se pode dizer que os fabricantes judeus de fitas favoreçam conscientemente e por impulso das qualidades inatas de raça tudo o que é abjeto. O que se compreende claramente é que o seu gosto e caráter se distinguem fundamentalmente dos que caracterizam os demais povos. Ao introduzir-se uma censura legal e efetiva, sem dúvida alguma, prevaleceria a interpretação não-judia. E isso é o que aqueles querem impedir. Muitos desses fabricantes não têm consciência sequer do despejo dos seus temas: para eles aquilo é a coisa mais natural do mundo.

Talvez não exista espetáculo algum que se tenha criticado tão unanimemente como o cinema, porque em toda parte, e até no seio da família, se nota claramente a influência eficacíssima desta arte. É claro que existem algumas boas películas, circunstância que nos acena com a esperança de que algum dia possamos encontrar a escada de socorro para sairmos deste abismo escuro em que está convertida a expressão mais popular do espetáculo público.

Homens e associações conscientes de responsabilidade moral têm levantado a voz contra este perigo, mas sempre em vão. Atualmente o povo americano se encontra diante do perigo cinematográfico tão desamparado como ante as demais formas do excessivo predomínio judaico. Antes desse sentimento da própria impotência se generalizar entre os povos, não poderá realizar-se a grande e definitiva façanha libertadora.

A situação apresenta-se cada vez pior. As películas disputam um páreo de imundície sexual e de exposição de crimes cada vez mais audazes. Em

sua defesa se argumenta que a indústria cinematográfica nos Estados Unidos é a quarta ou quinta em extensão e importância, e que por isso não se deve pear. Calculou-se que a película decente pode render cerca de 100.000 dólares de lucro, ao passo que o "problema sexual" renderá sempre de 250.000 a 500.000 dólares.

O dr. Empringham publicou há pouco a seguinte notícia: "Recentemente participei de uma conferência de proprietários de cinemas em Nova Iorque. Entre eles eu era o único cristão. Os quinhentos restantes eram judeus".

Não tem, pois, grandes conseqüências o vociferar contra o dano do cinema, cerrando-se conscientemente os olhos diante das energias propulsoras, que se manifestam ativamente neste problema. É mister mudarmos de direção e método nesta luta. Antigamente, quando, segundo a espiritualidade e consciência do povo norte-americano, se ia formando certa unidade da raça ariana, bastava estigmatizar em público qualquer imoralidade, para fazê-la desaparecer. Esses males eram, por assim dizer, deslizes, fruto de certa negligência moral. A repressão em público fortalecia a consciência moral e, como facetas da evolução do nosso povo, tais deslizes se atenuavam, causando ulteriormente uma linha de proceder melhor. Este método já não tem eficácia. A consciência pública morreu. Os que fabricam imundícies morais não são acessíveis à voz da consciência. Nem mesmo crêem que sua produção seja imundície moral, ou que prestem serviços extraordinários aos que vivem da perversão do gênero humano. Não compreendem a nossa indignação, que declaram enfermiça, chamando-a de inveja e até anti-semitismo! A indústria das películas é na realidade uma cloaca, e israelita! Quem a combate, "persegue os judeus". Se estes, espontaneamente, eliminassem os elementos indesejáveis, o apodo de "própria da raça" cairia naturalmente.

A situação da indústria de películas nos Estados Unidos é a seguinte:

Nove décimas partes da fabricação de películas estão concentradas nas mãos de dez grandes consórcios produtores radicados em Nova Iorque e Los Angeles. Cada um desses dispõe de certo número de consórcios secundários repartidos no mundo inteiro. Os consórcios dominam em absoluto o mercado mundial, 85% deles estão em mãos israelitas, possuindo uma organização poderosamente centralizada. Esta distribui seus produtos por milhares de cinemas. A maioria dos proprietários desses são judeus de classe inferior. As fábricas cinematográficas independentes, não possuindo centralização, têm de dirigir-se ao mercado livre.

Muitas pessoas estranham que não exista empresa produtora de boas películas; isso é devido a que estas não têm a "possibilidade" de obter acesso ao público. Certa fábrica conhecidíssima, que oferecia películas realmente belas e de excelentes assuntos dramáticos e educativos, teve de liquidar, por ser-lhe impossível conseguir a projeção pública de suas produções. Obteve-se certo êxito passageiro e reduzido entregando suas fitas a empresários judeus, sucumbiu por fim à oposição oculta, mas onipotente, deste outro grupo, que manifestamente "não quer admitir" que o decente penetre nesta indústria e que se cultive a pura satisfação íntima do público nos bons espetáculos.

Assim como estão hoje as coisas, preferem-se as películas indecorosas, porque se confeccionam com mais esmero, e se anunciam com propaganda mais ruidosa. As mais perniciosas garantem de antemão seu público com a tática de serem anunciadas como "problemas morais".

Em toda parte existem amigos da arte, que gastam grandes somas para educar e tornar sensível o gosto artístico, especialmente no tocante à boa música; nunca, porém, conseguem o que esperavam. É mais fácil e produtivo "depravar" o gosto artístico. E isto o fazem pessoas e sociedades para as quais o conceito "arte" é apenas uma incógnita. E quando se referem impudicamente ao mau gosto do público, afirmam que o público não pode outra coisa que o apresentado por eles; tanto pior, e tanto mais urgente se impõe um remédio heróico. De modo idêntico, poderiam também os traficantes de cocaína justificar seu procedimento pela procura dos viciados; a ninguém, todavia, ocorreu ainda tal fato como razão suficiente para admitir tão pernicioso tráfico. Assim, é preciso julgar também a aplicação do veneno espiritual invisível e da lama impalpável acumulada em muitas das "projeções cinematográficas". Tanto aquela procura ofender os preceitos da moral como esta satisfação da vista perverte o sentimento.

Carl Laemmle, um dos mais importantes fabricantes de películas, e chefe da Universal Film Co., declarou, diante de uma junta, que havia distribuído entre os proximamente 22.000 proprietários de cinemas que lhe alugavam as fitas, um questionário sobre os assuntos cinematográficos que desejariam exibir. Esperava que 95% pedissem assuntos decorosos, mas na realidade mais da metade solicitaram assuntos "picantes", isto é, pouco decentes. Laemmle, judeu originário da Alemanha, esqueceu-se de dizer a percentagem em que os seus "correligionários judeus" entraram no inquérito.

Quantas vezes e onde quer que se tente opor um dique à vaga de vulgaridade que por meio do cinema investe diariamente contra o povo americano, observa-se que a oposição contra essa medida procede dos judeus. Quando, por exemplo, se trata de despertar o interesse para o respeito ao descanso dominical, os adversários do movimento, ainda que este não reclame leis extraordinárias, são judeus, que justificam sua atitude com suas crenças religiosas. Quando se acusa o cinema diante do foro da sã opinião pública, seus defensores são judeus. Na junta antes citada, os defensores, representando companhias produtoras, chamavam-se Meyers, Ludwigh, Kolm, Freund e Rosenthal, judeus todos eles". Convocara-se um "rabino" como perito, o qual explicou que "a princípio os judeus tinham servido de figura cômica nas películas". "Em conseqüência, organizamos uma sociedade, a Ordem Independente B'nai B'rith, a mais importante existente hoje no mundo inteiro. Esta organizou depois a Liga Antidifamatória (Anti-Defamation League), e esta liga, para a proteção do bom nome judeu, uniu-se a outras associações católico-romanas, constituindo as sociedades A Verdade e do Sagrado Nome, que convidaram todos os fabricantes de películas a não estigmatizarem o caráter e a religião judaica, nem a ridicularizá-los. Nada teríamos que dizer contra a representação do caráter judeu, mas temo-lo contra a sua caricatura. Dando assim a conhecer o nosso parecer à indústria das películas, nomeamos em cada população uma junta, que devia intervir junto às autoridades, a fim de que proibissem a projeção de toda fita ofensiva ao caráter e aos sentimentos dos judeus. A conseqüência foi que não houve necessidade de proibição, pela simples razão de que os cinemas não exibiam tais assuntos."

Perfeitamente. Mas por que não encontram eco os constantes protestos do "setor decente" do povo "americano"? Pela simples razão de que procedem de não-judeus! Se os judeus dominam tão absolutamente a vida cinematográfica,

como dizia aquele rabino, por que não implantam nela a decência ou pelo menos não a moralizam?

Um ponto fraco das declarações desse rabino está na afirmação de que se zombava da religião judaica. Seria de sumo interesse saber quando, onde, como e quem teve tal procedimento. Na verdade, essa afirmação baseia-se numa interpretação errônea falaz. O judeu tacha toda manifestação pública do sentimento cristão como um ataque violento à sua própria religião. Quando, por exemplo, o presidente dos Estados Unidos ou um governador de qualquer Estado, no dia de graças, emprega uma fórmula genuinamente cristã, ou pronuncia o nome de Jesus, protestam contra isso os judeus, sob o pretexto de que é "uma violação de seus sentimentos religiosos". O tomo 20 da Sociedade Histórica Americano-Judaica contém o seguinte telegrama transmitido de Harrisburg (Pensilvânia), em 10 de novembro de 1880: "Realizou-se uma modificação importante no cerimonial do Dia de Graças. No último parágrafo da proclamação modificaram-se as palavras 'comunidade cristã' para 'comunidade de homens livres'. A modificação introduziu-se com 'conseqüência de instâncias feitas por importantes personagens israelitas'. O governador, Hoyt, declarou que se empregava a palavra 'cristão' no sentido de 'civilizado', e não propriamente em sentido confessional".

Na citada Junta de Cinematografistas, leu-se também o seguinte parágrafo de uma carta dirigida por um sr. Piere, representante especial da Companhia Cinematográfica Oliver Morosco, ao gerente da Câmara de Cinematografia, o qual dizia: "Como o senhor e eu sabemos, mandou-se retirar dos cinemas da 'Mútua' películas como **A vida de Nosso Senhor,** porque tal espetáculo poderia ferir os sentimentos hebreus." A sensibilidade judaica é, como se vê, idêntica à de um menino caprichoso e mimado. Na verdade, a luta não é contra a falada violação dos sentimentos religiosos judaicos, mas pela supressão de "direitos sagrados dos não-judeus".

Os arautos judeus, tergiversando a questão, formulam a pergunta assim: Como podem três milhões de judeus constituir um perigo para um povo de 110 milhões de não-judeus? E quanto testa-de-ferro não-judeu vem repetindo estupidamente, como a gravidade do sábio, esta frase oca! De outro modo, pode-se formular a pergunta contrária: Que significa que, a um povo de 110 milhões de almas pertencentes quase exclusivamente ao cristianismo, se proíba admirar uma obra cinematográfica representando **A vida de Nosso Senhor,** só porque poderia "ferir" os sentimentos de uns poucos "descendentes de Judas"? Mas, no caso presente, não se trata realmente de uma comparação de números, mas do fato inegável de, assim como os judeus têm na mão a alavanca do governo cinematográfico, ordenando sem restrição alguma, no que interessa ou não ao grande público, assim exercerem eles igualmente uma censura cruel sobre toda a nossa vida espiritual e intelectual.

Depois, é de duvidar-se que o judeu, na indústria cinematográfica, seja capaz de fazer melhor as coisas do que o faz. Ao considerar-se a procedência obscura de muitos deles, deve perder-se na maioria dos casos a fé na possibilidade de uma reabilitação voluntária. Que entende o judeu, por exemplo, da vida íntima e do caráter do aldeão? Este não vê senão montões de esterco ou a barriga avantajada de seus amos, os "agrários", e são vítimas de zombarias. Que idéia poderá o judeu formar da América, que não seja a de uma enorme vaca leiteira, que ele pode e deve ordenhar à sua vontade? Com a mesma

absoluta falta de compreensão se encontra o judeu diante da vida íntima do genuíno lar americano. É-lhe absolutamente impossível compreender o que é o que significa a casa de família. Os autores judeus de películas podem talvez haver lançado uma olhadela ao interior dos lares, mas nunca ao "espírito" que neles vive e perdura. A reprodução dessa vida íntima não só é falsa, mas exerce uma influência sumamente perniciosa sobre os espectadores, especialmente sobre os estrangeiros, que crêem observar na tela uma imagem real da vida familiar americana. O mesmo perigo existe para as grandes massas populares, por causa da desfiguração do modo de viver das classes abastadas. Se se tentasse comparar a vida real e efetiva das classes burguesas com a idéia fantástica que dela faz a imaginação popular, compreender-se-ia facilmente o perigo político e social que os fabricantes de películas judeus, com as suas interpretações errôneas reproduzidas em milhares e milhares de cinemas, representam para a sociedade e para o Estado. Falsidade, crimes e orgias são os argumentos dominantes na maioria das películas de negócio.

A vida americana aparece, ante o cérebro do oriental, pobre e sem estímulo. Falta-lhe a sensualidade e o adultério. As suas mulheres não são, tanto como seria de desejar, heroínas de "problemas sexuais", mas guardam seus valores íntimos de lealdade, fé e tranqüilidade de espírito. É natural que para o nômade oriental isso seja ridículo e fastidioso. Aí está, na verdade, a explicação do fracasso moral do problema cinematográfico, que não tem nada de americano, nem de europeu, porque seus autores, segundo as condições inatas da raça, são efetivamente incapazes de reproduzir veridicamente nossa vida na multiplicidade de seus anelos raciais, morais e de ideal psíquico.

De nada serve bradarmos cheios de indignação diante da nossa vida cinematográfica atual. Isso qualquer um faz, e encontra absoluta unanimidade de pareceres. Associações de senhoras, professores, editores de jornais, a polícia, juízes, sacerdotes, médicos e pais de família: todos sabem perfeitamente o que significa "o cinema". Parece, entretanto, que ignoram o mais essencial, que consiste em que todas as suas lamentações e protestos não servirão absolutamente de nada enquanto não compreenderem que atrás do cinema e de seus problemas "se escondem pessoas de aptidões morais completamente distintas das nossas" e que zombam de todos os protestos dos não-judeus.

O citado rabino mostrou-nos claramente que os judeus, unidos a certos cristãos, impõem a sua vontade onímoda aos fabricantes de películas, logo que a expõem. Mas, que têm conseguido, por outro lado, os protestos das associações de damas, dos professores, dos editores de jornais, sacerdotes, médicos e dos pais da geração adolescente? Nada, absolutamente! Com o mesmo êxito prático, poderão clamar durante toda a sua vida; nada conseguirão enquanto não se decidirem a atacar firme e valentemente o "problema fundamental da raça", compreendendo que o cinema é uma instituição pura e absolutamente judaica. A questão já não se limita em fixar se o cinema é moral ou imoral: isso está decidido. Trata-se é de atacar o mal na sua raiz. Desde o momento em que todo o mundo perceba quem é que exerce a invisível influência sobre o cinema e o que significa tal influência, o problema perderá muito de seu caráter como que de mal irremediável.

IX

A preponderância israelita no mundo cinematográfico

No espírito judeu existe sempre uma contradição irreparável entre o desejo de permanecer oculto e o de granjear renome. A amizade pró-judia é aquilatada às vezes por um silêncio benévolo, outras vezes pelo altissonante dos nossos louvores. Apelidar um judeu de "tal", pode servir, em algum caso, para que nos estigmatize de "anti-semita", e em algum outro caso, para que nos considere "amigo de seu povo".

Quando se observa como, noite após noite, as multidões de espectadores se acotovelam nos cinemas de todos os cantos do mundo, impõe-se a pergunta: quem as atrai? — quem exerce tão mágica influência sobre sua alma e seu espírito naqueles salões? — e quem guia realmente aquela enorme massa de idéias e sentimentos arrastada pela atração do cinema? A resposta é que a vida cinematográfica dos Estados Unidos da América e a do Canadá obedecem cegamente ao exclusivo controle financeiro e intelectual dos produtores judeus sobre "sua" encomendada opinião pública.

Não foram os judeus que "inventaram" a arte da fotografia viva, nem mesmo trouxeram eles algo ao seu aperfeiçoamento mecânico ou técnico; nenhum dos grandes artistas, autores ou atores, que ofereceram temas para as películas, procediam de suas fileiras. Mas, segundo a regra antiquíssima, de que os judeus são sempre usufrutuários de toda a produção material e espiritual humana, também a utilidade prática da película fluiu para os eternos exploradores ocultos e não para seus criadores e inventores conhecidos.

Lancemos uma olhada sobre as pessoas cuja influência predomina nas grandes companhias cinematográficas.

À testa de Famous Players figura Adolfo Zukor, judeu-húngaro. Este indivíduo anteriormente foi peleiro, que vendia de porta em porta. É hoje homem imensamente rico e personagem proeminentíssimo na quinta indústria mundial cinematográfica.

Hiram Abrams chama-se o chefe da United Artists Corporation. Começou como repartidor de jornais e foi mais tarde empresário de um bióscopo, onde se exibiam fotografias pornográfics.

A Fox Film Corporation foi organizada pelo judeu-húngaro William Fox (antigamente "Fuchs", que significa "raposa" em alemão, como em inglês "fox"). Também este começou sua carreira como empresário de bióscopo, dependendo antes de uma tinturaria. Hoje, decide sobre o que milhões de espectadores devem saber e pensar acerca dos problemas mais variados da nossa vida.

Marcus Loew, chefe da Metro Pictures Corporation, iniciou também sua carreira no bióscopo e, segundo parece, tem hoje sob suas ordens 8 companhias cinematográficas repartidas no mundo inteiro, e pessoalmente dirige 105 cinemas.

Carl Laemmle dirige a Universal Film Co. Laemmle é o apelido materno. Seu pai chama-se Julius Baruch, judeu de procedência alemã. Até o ano de 1906 era proprietário de uma locanda de confecções.

Estes são apenas alguns nomes e apelidos de personagens predominantes nesta indústria. Mas quando se vai descendo cada vez mais, até o estreito cinema dos bairros obscuros das metrópoles, observa-se que o negócio cinematográfico é "inteiramente" israelita. Consoante temos demonstrado, os chefes de hoje foram antes gandaieiros, empresários de péssimo estofo, simples operários do "ghetto". Tal procedência, em si, não constitui labéu para um homem de negócios. Mas, não se pode esperar que eles tenham do drama cinematográfico um conceito capaz de combinar os elementos artísticos e morais. Laemmle confessou publicamente, com referência à empresa por ele dirigida, que não pretende precisamente ser o guardião moral dos costumes públicos, nem do bom gosto social.

O que menos compreende o grande público é o "efeito da propaganda" cinematográfica, apesar de ser esse efeito incalculável e mesmo sinistro. O pequeno proprietário de um cinema de pouca importância é, de tudo isso, pouco menos que inocente. Compra seus assuntos como o comerciante tem de comprar seus gêneros. Nem sequer tem a liberdade de escolher; é forçado a comprar o que se lhe oferece.

Nosso país atravessa uma época de epidemia cinematográfica. Há quem desejaria assistir diariamente a duas ou três "funções". Operários, especialmente os jovens, vão, se é possível, à tarde e à noite ao cinema e há mulheres de pouco siso que vão a todas as sessões que se lhes oferecem. Ainda que se quisesse mobilizar todas as forças intelectuais, seria impossível satisfazer tamanha procura, sempre crescente, com obras novas de médio valor dramático, porque estas têm de sair das fábricas artístico-literárias, a todos os momentos, como pães do forno.

Eis como se prepara para os "reis" do cinema um grande espetáculo de reação, pois eles mesmos excitaram uma fome voraz que, raiando pela loucura, não poderão, afinal, satisfazer.

Passemos agora à propaganda e aos encarregados da publicidade. Existe um convênio tácito pelo qual os judeus não devem aparecer nela, a não ser em circunstâncias extraordinárias favoráveis à sua raça.

A propaganda cinematográfica, antes de tudo, dirige-se, apenas veladamente, contra a comunidade religiosa não-judia. Um rabino não aparece nunca na cena a não ser em postura digna, rodeado de todo o cerimonial de sua missão e tão impressionante como seja possível. Os sacerdotes cristãos, todavia — e isto poderá confirmá-lo o chamado "fan" —, estão constantemente expostos a toda sorte de rebaixamento, desde a ridícula comicidade até a criminalidade mais brutal. Como em muitas das ocultas influências em nossa vida, sempre de origem judaica, vemos também aqui a intenção, puramente israelita, de solapar na medida do possível as bases da reverência devida ao sacerdote cristão.

Nunca deve aparecer na tela um hebreu como dono dessas míseras oficinas de costura, ainda que todas elas pertençam "exclusivamente" a hebreus. Entretanto, de um sacerdote cristão pode-se impunemente fazer toda sorte de caricaturas, desde sedutor da inocência, até o mais vulgar dos discípulos de Caco.

Muito dá que pensar o parágrafo contido nos **Protocolos dos Sábios de Sião:** "Nós enganamos, aturdimos e desmoralizamos a juventude dos infiéis,

inculcando-lhes teorias e princípios educativos que a nossos olhos são "manifestamente falsos". "De há muito tempo preocupamo-nos em 'levar o clero cristão ao descrédito'. 'Por conseguinte, temos de 'solapar a religião', extirpar do espírito dos infiéis os conceitos de 'Deus e alma', substituindo-os por 'fórmulas, matemáticas e anelos materiais.' "

Para a constante difamação dos sacerdotes, encontramos duas razões explicativas: ou se trata da expressão de um conceito irreligioso natural, ou então de uma ação dissolvente, de raízes já antigas. Pessoas inocentes admitiriam a primeira solução, mas existem razões demasiadas e inegáveis que nos obrigam a admitir de preferência a segunda forma.

Além disso, serve a película, consciente ou inconscientemente, de antecâmara e função de ensaio para atitudes perigosas em nossa vida social. As revoluções não caem do céu: concebem-se e preparam-se. A conclusão da novíssima ciência histórica é que a "revolução" não representa a sublevação "espontânea" das massas, senão uma obra premeditada por determinadas minorias. Jamais houve revoluções populares. Sempre, e em todos os casos, a civilização e a liberdade sofreram enormemente com as revoluções. E, quando se quer preparar uma revolução, deve-se fazer antes o "ensaio". Este consiste em demonstrações nas ruas, tumultos diante das grandes fábricas e edifícios públicos, importação de livros que explicam pormenorizadamente como se procedeu na Rússia e na Hungria. Pode, porém, fazer-se melhor tal ensaio por meio da película: é uma "educação prática" que até o intelecto mais obtuso pode conceber; depois, quanto mais obtuso for ele, melhor. As pessoas normais, ao assistirem a tais funções, maneiam a cabeça, dizendo: "isso não é conosco". E na realidade não é com elas. Entretanto, se quisessem dar-se ao incômodo de penetrar no estado de ânimo dos intelectos pobres e moralmente débeis, compreenderiam facilmente o sugestivo sentido de tais espetáculos. No mundo existem duas espécies de intelectualidade: a inferior está envolta em densas trevas.

A pessoa honrada aprova que se adotem medidas de censura, no tocante a representações cinematográficas de crimes propriamente ditos. A polícia protesta contra o fato de ensinarem as películas a técnica do assassínio dos guardas em todos os seus pormenores. Outro tanto faz o comerciante honrado contra a liberdade abusiva com que se dão classes especiais sobre a arte de arrombar cofres fortes. Amigos da moral pública revoltam-se contra a circunstância de ter a arte de seduzir se convertido no tema principal das películas, porque nisso vêem uma escola de perversão que para a sociedade humana necessariamente há de ter terríveis conseqüências.

Mas, apesar de tudo, tal escola continua funcionando livremente. Tudo quanto hoje ocorre, fruto de sentimentos violentos, é semeado em milhões de mentes, "pelos cinemas". Pode ser uma extraordinária coincidência. Mas são também coincidências os fatos que se repetem?

O sistema cinematográfico segue várias etapas no seu desenvolvimento. Uma delas é a participação cada vez maior de notáveis autores não-judeus no serviço desta propaganda judaica. Adaptaram-se suas obras anteriores ao cinema, e em muitos casos pode-se ler em seguida que estes mesmos autores têm em preparação uma nova obra escrita exclusivamente para o cinema. Acontece que tal obra não é senão uma glorificação do judaísmo. Ambição, receio de perder as boas relações dos "reis" da película e o senso reverencial do dinheiro foram, geralmente, os motivos desse procedimento. Sob tais influên-

cias não é difícil lançar ao anti-semitismo o baldão de ignomínia detestável. Quem, como autor, tenha necessidade de idealizar pessoas e povos, pode entusiasmar-se naturalmente também pelos judeus. Só há um inconveniente ao assunto, e é que quem queira escapar ao anti-semitismo, cai facilmente no outro extremo, a servidão de Judas.

Outra etapa consiste na supressão das "estrelas", e que traz consigo três grandes vantagens. Em primeiro lugar, "cortam-se" os gigantescos salários de tais atores ou atrizes. Tira-se, além disso, aos espectadores o vezo de aferrar-se à aparição de tal ou qual estrela. Os proprietários de cinemas também não poderão dizer: quero este ou o outro. Uma vez que não haja sortimento de estrela, os compradores não podem apresentar condições; têm de admitir o que a indústria produtora lhes oferecer.

Eis aí alguns dados relacionados com a vida cinematográfica, não todos; mas cada um deles tem sua importância. Nada disso é despiciendo para quem se ocupa seriamente da influência geral que o teatro cinematográfico exerce sobre as massas. Quem estudar os acontecimentos da atualidade sem poder explicá-los encontrará nestas observações a chave de muitos deles, os quais, de outra forma, se envolveriam sempre num segredo inexplicável.

X

Nova Iorque sob o "kahal" judeu

Está organizado o judaísmo? Executa ele, conscientemente, um programa, que é de um lado pró-judeu e do outro anti-humano? Como é possível que um grupo numericamente inferior possa exercer influência tão decisiva sobre o resto da humanidade?

No campo não-judeu existem idéias pouco claras acerca de coesão nacional, acerca das organizações amplamente ramificadas dos judeus e também acerca dos objetivos a atingir, pois na maior parte dos casos há apenas um conhecimento perfunctório do assunto. Por conseguinte, será de plena utilidade fixar uma idéia clara do modo de ser dos judeus, tomando por guia a organização mais importante judaica existente nos Estados Unidos da América.

Existem assembléias israelitas, corporações e círculos, cujos nomes são do domínio público, e que parecem corresponder às associações similares existentes entre os não-judeus. Não convém, contudo, saber apenas isso acerca da existência delas; é preciso saber-se que "dentro e atrás delas" funciona ativamente um centro dominante, com administração e governo. Suas disposições possuem força de lei e sua atuação representa a "expressão" da vontade israelita total.

Duas dessas organizações, ambas interessantes, tanto por seu segredo como por seu poderio, são a Kehilla nova-iorquina e o Comitê judeu-americano. Ao dizer "segredo", referimo-nos à circunstância de que, apesar do grande número de seus membros, e ainda que intervenham elas profundamente em muitos assuntos da vida americana, sua existência e seu modo de ação permanecem desconhecidos em absoluto para a imensa maioria do povo americano. Se se realizasse uma consulta ao povo de Nova Iorque acerca da Kehilla, apenas um entre cem habitantes reponderia dizendo que "ouviu pronunciar tal nome". E, contudo, a verdade é que a "Kehilla representa o fator político mais forte em toda a vida oficial de Nova Iorque", e que para isso, precisamente, se formou. Quando, alguma ou outra vez, é citada na imprensa, é-o só com frases muito vagas, sendo opinião geral que se trata de uma organização judaica como outra qualquer.

A Kehilla nova-iorquina é de suma importância por duas razões; porque não só representa um exemplo vivo e completo da existência de um "Estado dentro do Estado", como também, e por meio de sua junta administrativa, forma o 12º distrito do Comitê judeu-americano. Este, por sua parte, representa o foco da propaganda pró-judaica e antiamericana, respectivamente. Por outras palavras, a administração judaica em Nova Iorque forma "parte essencial do governo judeu" nos Estados Unidos.

Ambas as associações começaram a agir na mesma época. Segundo as atas da Kehilla, foi causa inicial da sua organização o grande protesto judeu contra a afirmação do general Bingham, então chefe de polícia de Nova Iorque, de que a metade dos crimes cometidos na capital o eram por judeus. Sindicâncias realizadas pelo governo acerca do "tráfico de brancas" revelaram acusa-

ções sobremaneira graves contra os judeus, revoltando enormemente a opinião pública. Os judeus consideram necessário enfrentar decisivamente a situação. E, pouco depois, o general Bingham teve de resignar o cargo, enquanto uma revista muito acreditada, que começara a publicar os resultados das sindicâncias acerca do tráfico de brancas numa série de artigos, se via obrigada a interromper sua publicação. Isso aconteceu em 1908. O Comitê judeu-americano havia sido fundado já em 1906.

A palavra Kehilla é idêntica à de "Kahal" e significa algo como "comunidade", ou "reunião", ou "administração". O "Kahal" representa a forma genuinamente judaica do governo e administração do povo em "diáspora" (dispersão). Quer isso dizer que depois de dispersados os judeus pela face da terra, criaram em todas as partes seu próprio "governo", com todos os órgãos indispensáveis e em detrimento absoluto dos governos legais dos "goyim". Tal como o que ocorreu sob o cativeiro babilônico, também em nossos dias o "Kahal" representa a potência protetora, na qual o judeu leal venera "seu governo e sua justiça". A Conferência de Versailles "reconheceu expressamente" o "Kahal" na Polônia e na Romênia. Em Nova Iorque possui o "Kahal" seus próprios tribunais, decreta leis, profere oficialmente suas sentenças nos litígios, e executa-as, preferindo os judeus sua própria justiça à jurisdição oficial do Estado. É natural que tudo isso só se possa fazer dentro de uma perfeita concordância mútua.

A Kehilla nova-iorquina é a maior e mais potente organização judaica de todo o mundo. Nesta capital, e em conseqüência da constante e enorme afluência de novos elementos, localiza-se o centro vital e potencial do judaísmo moderno. Nova Iorque significa para o judeu moderno o que para o crente católico representa Roma, ou para o muçulmano, Meca. Há a considerar também que os imigrantes judeus encontram maiores facilidades de entrada nos Estados Unidos que na própria Palestina.

A simples existência da Kehilla oferece a réplica mais contundente à afirmação de que os judeus estão tão desunidos entre si que lhes seria impossível uma atuação mancomunada. Tal "desesperante dissidência" não é senão uma das muitas frases feitas intencionalmente para enganar os não-judeus.

Certo autor judeu tentou há pouco ridicularizar a idéia de que patrões e operários judeus tenham algum traço de união entre si, contando para isso com a geral ignorância do povo acerca da Kehilla. Entretanto, nessa corporação, reúnem-se todos os grupos e todos os interesses, porque ali vão apenas na qualidade de judeus. O capitalista e o bolchevista, o rabino e o demagogo, o operário paredista e o patrão contra quem se dirige esta parede: todos se reúnem ali sob a bandeira de Judá. Quando alguém atacar o capitalista judeu, dará mão forte a este o bolchevista judeu. Pode ser que, na realidade, não se amem mutuamente, porém muito mais forte é neles o laço de unidade encarnado no ódio mortal contra os não-judeus.

A Kehilla representa uma associação mais de oposição ofensiva que de defesa contra os "goyim". A maioria de seus membros são de caráter extremadamente radical em assuntos políticos. São os mesmos que prepararam cuidadosamente e armaram a expedição destinada a derrubar o império russo, e que elegeram aquele chefe judeu, que devia ser o sucessor do czar (Trotzky). Apesar desse caráter fundamental, figuram à testa da Kehilla nova-iorquina homens cujos apelidos soam bem nos círculos governamentais, da Justiça, do Congresso e da fazenda americana. Esta organização oferece o espetáculo admirável de um povo, que se firma inabalavelmente na unidade racial, que

possui uma fé inquebrantável em si mesmo e no seu porvir e que, zombando conscientemente de toda dissensão, se une em organização poderosíssima com o objetivo de manter material e religiosamente sua própria raça, com exclusão ou prejuízo das outras.

A Kehilla parcelou o solo nova-iorquino exatamente pelo mesmo sistema, que adotou, para seus fins administrativos, o Comitê judeu-americano com o território dos Estados Unidos. A capital divide-se em 18 distritos, com 100 aglomerações kehillárias cada um. Os chefes de distrito regulam seus assuntos administrativos em concordância com os editos e linhas gerais fixadas pela administração central.

Cada judeu residente em Nova Iorque pertence, como membro, a uma ou várias lojas maçônicas, sociedades secretas, círculos, tertúlias, comitês ou demais associações, cujos fins e métodos se engajam mutuamente, de sorte que todos os assuntos públicos e todo setor da vida nova-iorquina se encontram não só sob o olho esquadrinhador, senão sob o imediato e eficacíssimo poder de uma "instituição de opressão", exercitada em longo tirocínio.

No ato da fundação da Kehilla estavam representadas 222 sociedades hebraicas e, passado um ano, havia aumentado o número das organizações filiadas para 688. Contavam-se entre elas três associações, que por sua vez representavam um conjunto de 450 sociedades. Atualmente seu número excede a casa dos milhares.

Para se compreender o poderio efetivo da Kehilla nova-iorquina, mister é recordar que, há três anos, a população hebraica de Nova Iorque alcançava um milhão e quinhentas mil almas. Agora esta quantidade ascendeu enormemente, embora o governo dos Estados Unidos, não possa na realidade dizer exatamente a quanto monta ela.

Tão extremamente densa é a população israelita em Nova Iorque (mercê da constante afluência de judeus russos e poloneses), que um terço dos judeus nova-iorquinos, ou seja, 570.000, residem sobre uma centésima parte do solo da metrópole. Se todos os bairros da capital estivessem habitados tão densamente, Nova Iorque poderia hospedar 95 milhões de habitantes, isto é, "quase a totalidade da população norte-americana". Tal aglomeração deve necessariamente produzir algum resultado que, provavelmente, será sem exemplo na história da civilização. Numa base feiticista, pois, assenta o poderio da Kehilla.

Quando se deu a conhecer o programa absolutamente ofensivo da Kehilla, de querer converter Nova Iorque numa capital judaica, e portanto os Estados Unidos num país judeu, elementos conservadores do judaísmo nova-iorquino temiam que o povo americano protestaria. Admitiriam tranqüilamente os americanos a exigência dos judeus de que nos livros de texto para os colégios se eliminassem as canções da Noite de Natal por "ofensivas aos judeus"?; de que, pela mesma razão, não se colocassem árvores de Natal nos comissariados de polícia?; de que se suprimisse o feriado da Páscoa?; e de que em toda a parte se protestasse contra o título "cavaleiro cristão", porque pode ofender os judeus? Outros judeus radicais duvidavam que a Kehilla nova-iorquina fosse capaz de exercer, baseada exclusivamente na autocracia, a mesma autoridade que possuíam os Kahales do mundo antigo.

Ambas as preocupações foram infundadas: nem os americanos protestavam contra nada, nem se opunham em absoluto contra a autoridade da Kehilla; e os judeus, tampouco, pela razão de que a maioria vivera sob o despotismo

dos Kahales da Europa, reconhecendo, em conseqüência, plenamente, o da América.

O programa exterior dado a conhecer consistiu em "salvaguardar os direitos dos judeus". Jamais se lesaram os direitos judaicos; esta frase, porém, encerra a "intenção velada de lesar, por seu turno, os direitos dos não-judeus". Com este lema iniciou a Kehilla sua campanha; a população submeteu-se, e Nova Iorque converteu-se em capital israelita; israelita na educação escolar e, quanto à sua imprensa e justiça, quase um feudo judeu. A Nova Iorque de hoje é uma resposta viva mas dissimulada à pergunta; é possível que um grupo de pessoas numericamente reduzido possa ditar condições de vida à população? Todos os que vivem em Nova Iorque podem atestá-lo.

Apesar de tudo, não se perde o sentimento de dúvida acerca da duração indefinida de poderio tão grande. Aqueles que o usurparam fizeram-no ilegalmente. Nem pela lei da maioria, nem de melhor qualidade, nem pelo direito que se concede a quem fizer o melhor uso do poder, podem reclamar os judeus para si tal preponderância. Unicamente à força de baixezas conquistaram eles o poder, estigmatizando como ofensores de uma raça aqueles que se defendiam contra ela. Base tão precária pode, não obstante, sustentá-los até hoje. E tal fundamento explica também o fato de os americanos guardarem tão magnânima reserva no caso, e de os judeus mostrarem-se inseguros na sua posição atual. Ninguém mais avesso a raciocínios e observações fundadas em preconceito de raça ou de religião que o americano. Ainda que se encontre manifestamente no mais lídimo dos seus direitos, apoquenta-o uma dúvida: será nobre ou não será nobre exercê-lo? Essa é a explicação para sua aversão de ocupar-se da questão hebraica, que o leva a levantar protestos contra o "anti-semitismo"; e, na realidade, ele não protesta senão contra fatos palpáveis. Todavia, seria grave engano supor que os americanos se adaptaram definitivamente à preponderância israelita. O supergoverno judeu em assuntos americanos ameaça esboroar-se como o governo bolchevista na Rússia: pode, muito bem, desaprumar-se da noite para o dia. Precisamente a atuação da Kehilla nova-iorquina e do Comitê judeu-americano há de acelerar sua queda. "Continuem os judeus vivendo entre nós, mas não acima de nós".

Tudo isso o sabe o judeu muito melhor que o não-judeu, porque aquele conhece a fundo a questão hebraica e dá o valor devido à bala que, bem dirigida, atinge o alvo. Atualmente protestam os judeus americanos contra as chamadas "acusações mentirosas". Sumamente satisfeitos estariam se, na realidade, fossem "mentiras". Mas a verdade acossa-os, e o medo da força dessa verdade não os deixa viver tranqüilos. Eles sabem que a verdade está em marcha. A questão não gira em torno do aniquilamento ou da expulsão, mas trata de projetar toda a luz possível sobre a essencialidade da raça judaica. Para a obscuridade não há pior inimigo que a luz.

A Kehilla proporciona uma ocasião esplêndida para os judeus mostrarem o que valem o dizerem ao mundo: "Vede o que pode fazer o engenho judeu em benefício de uma população, quando se lhe dá ampla liberdade de expansão". Tudo está sob o seu guante ardiloso: Administração, Polícia, Higiene, Educação Pública, Fazenda, Imprensa, Justiça, todos os elementos do Poder.

E que é o que podem apresentar como resultado prático? Nova Iorque representa um "exemplo clássico" diante dos olhos da humanidade do que podem criar os judeus quando se apoderam do Poder. Parece impossível que até precoces panegiristas judeus celebrem a atual Nova Iorque judaizada. Talvez

tentem mais tarde velar a importância da Kehilla, dizendo que compreende só os elementos mais radicais, os "apóstatas" entre os judeus. Todavia, por outro lado, protesta a seguinte lista incompleta de alguns de seus próceres mais reconhecidos. Na assembléia geral do ano de 1918 estiveram presentes os seguintes: o grande banqueiro Jacó H. Schiff; Luiz Marshall, advogado, presidente do Comitê judeu-americano e freqüente hóspede do Governo em Washington; Otto A. Rosalsky, magistrado so Supremo (General Sessions Court); Otto A. Kahn, do estabelecimento bancário Kahn, Loeb & Cia.; Adolfo S. Ochs, proprietário do **New York Times,** e Benjamim Schlesinger, que regressou recentemente de Moscou, onde realizou longas entrevistas com Lenine. Além desses, tomaram parte Joseph Schlossberg, secretário-geral da União de Operários confeccionistas americanos (com 177.000 membros); Máximo Pine, igualmente hóspede há pouco do governo da Rúsia; Davi Pinski e Barondess, ambos agitadores do movimento operário.

Pertencem, pois, a todas as classes sociais. Desde Mark, presidente do Departamento de Seguros de Guerra dentro do Governo dos Estados Unidos, até os "condutores" do grupo mais vermelho do bairro Leste de Nova Iorque, todos se reúnem na "Kehilla, na sua condição de judeus".

Nesta grande associação estão representadas, entre outras: a Conferência central de rabinos americanos, o Conselho de rabinos reformistas do Leste, as ordens independentes B'nai B'rith, B'nai Scholom, Filhos Livres de Israel, B'rith Abraham, associação dos sionistas americanos, judeus ortodoxos e reformistas, "apóstatas", conversos, ricos, pobres, fiéis e revolucionários. Adolfo Ochs, do grande diário **New York Times,** da burguesia, acotovela-se com o editor fanático de qualquer semanário hebreu, que clama sangue e violência. Jacó Schiff, um judeu beato dos mais ortodoxos, ao lado de Otto kahn, consócio da mesma casa bancária e "batizado"! Todos, porém, procedentes de todas as classes, estão unidos em perfeitíssima unidade de raça, como nenhum outro povo o conseguiria, todos unidos para "salvaguardar os direitos judeus". Salvaguardar? De quê? Quem, de lado a lado dos Estados Unidos, tenta lesar os direitos alheios? É preciso que o americano o saiba, porque sempre se distinguiu na defesa dos direitos humanos e nessa rota seguirá avante, parta de onde partir o ataque. Por conseguinte, cedo ou tarde, há de inteirar-se desses supostos direitos lesados e dos culpados, se é que existem.

Quais são os direitos que o americano desfruta e se nega ao judeu? Contra quem e contra o que estão organizados os judeus? Que motivos existem para a queixa de "perseguição"? Nós não vemos nenhum a não ser o existente na própria consciência dos judeus, que compreendem que o caminho escolhido por eles tem forçosamente de topar grandes obstáculos.

O rabino Elias L. Salomão declarou que "não há judeu consciente fora da América cujas vistas não estejam voltadas para este país. A liberdade de que gozam os judeus na América não é o resultado de uma emancipação comprada ao preço do suicídio nacional, mas representa um resultado natural da civilização americana."

Assim é. Mas então, e a necessidade de "salvaguardar"? Quais são os direitos que a Kehilla defende? Que escopo buscam os Comitês, que em cada cidade espionam toda a vida americana e que com seus protestos conseguem que nossos negócios se restrinjam às limitações que convenham aos judeus?

Estas perguntas nunca foram respondidas pelos chefes judeus. Apresentem um projeto de lei, circunscrevam claramente os direitos hebreus, tais como

os entendem, enumerem um a um os direitos que pretendem. Mas até agora não o fizeram. Por quê? Porque todos os direitos, que franca e publicamente poderiam citar, já os possuem em excesso, e porque aqueles direitos, que em seu foro íntimo desejam e anelam com mais paixão, não os poderiam jamais apresentar claramente formulados diante do povo americano.

A um projeto de lei que enumerasse todos os direitos dos israelitas à luz meridiana, responderia o povo americano com uma só afirmação: "todas essas coisas já as tendes. Que mais quereis, então?" Eis uma pergunta que fere no seu centro nevrálgico todo o caso judeu: "que é que, além do permitido a todos, querem ou desejam"?

XI

Crítica dos "direitos judeus"

O povo americano tem na Kehilla nova-iorquina interesses muito maiores do que costuma supor. Ela é algo mais que uma corporação qualquer, é o sinal da energia pujante da organização secreta judaica, a forma visível de um governo e administração israelita, o foco que impulsiona os "protestos" e "comícios monstros", que se organizam através do país inteiro. A Kehilla é o depósito de armas dessa potencialidade subterrânea, as quais seus chefes sabem tão admiravelmente esgrimir, e também a central murmuradora, onde se urdem os mais infames boatos. Pela sua estreita colaboração com o Comitê judeu-americano (sendo a junta administrativa da Kehilla nova-iorquina ao mesmo tempo o comitê do 12º distrito do referido comitê), converteu-se o judaísmo nova-iorquino no motor de todo o mecanismo hebreu.

Essas operações têm fins que discutem publicamente, enquanto outros permanecem intramuros. Estes últimos chegam a conhecer-se cá fora, mais tarde, em conseqüência de informações sobre ensaios empreendidos e resultados conseguidos.

Como finalidades a atingir, indicou o Comitê americano-judeu, em sua ata de fundação, em 1906: 1) proteção contra todo atentado aos direitos civis e religiosos dos judeus, "em todo o mundo"; 2) assistência legal e ação eficaz de socorro respectivamente em caso de perda ou limitação "prometida ou real" de tais direitos, ou também em caso de "tratamento diferenciado"; 3) estabilização da igualdade de direitos judaicos quanto a assuntos econômicos, sociais ou educativos; 4) socorro nas perseguições e auxílio em casos de desgraça e acidente.

Um programa no qual nada há que criticar e que seria muito recomendável não se ocultasse atrás dele coisa muito distinta.

Como e onde o A. J. C. (American Jewish Committee, ou Comitê judeu-americano) e a Kehilla nova-iorquina agem mancomunadamente, di-lo o programa: "Enquanto o A. J. C. for uma organização nacional, terá a comunidade judaica nova-iorquina (Kehilla) voz e voto para exercer influência decisiva sobre a política israelita em 'todo o país'. O A. J. C. terá a 'jurisdição exclusiva' de todas as questões de 'caráter nacional e internacional", que interessem à coletividade judaica." A Kehilla nomeia uma comissão executiva de 25 membros, que ao mesmo tempo formam o 12º distrito do A. J. C. As duas formam, pois, uma só corporação. "Nova Iorque é a capital do judaísmo americano." Este fato projeta também uma luz singular sobre os esforços sobre-humanos que se fazem para converter Nova Iorque ao mesmo tempo que em fonte central das grandes idéias, em centro de arte, política e fazenda. O resultado, porém, é que em "arte" o desiderato artístico é "Afrodite" e em política o marasmo de Tamany Hall. "Todos os americanos devem saber que Nova Iorque não é sua grande metrópole, mas que os Estados Unidos começam ao oeste da cidade." O povo americano considera essa região litoral oriental como um paul, um foco de febres de onde se irradiam emanações pestilentas que se convertem

enquanto nos inunda de idéias malsãs e dissolventes. Constitui grande erro pretender ver neste foco de propaganda antiamericana, de histerismo pró-judeu, e de falsificação de moeda espiritual, um reflexo da vida americana. "Nova Iorque é uma província estranha, além dos limites dos Estados Unidos."

Como nove décimos dos judeus americanos pertencem, como membros, a sociedades subordinadas ao A. J. C., e dada a colaboração íntima desse comitê com a Kehilla, seu influxo sobre a nação judaica é de incalculáveis conseqüências. Em toda capital, e mesmo em toda cidade onde exista uma comunidade israelita, por insignificante que seja, há também uma personagem israelita proeminente, um rabino, um comerciante, ou funcionário público, que está em constante contato com a Central. O que ocorrer em Nova Orleans, em Los Angeles ou em Kansas, sabe-o a Kehilla de Nova Iorque" com rapidez telegráfica.

Se os direitos ameaçados não fossem mais que os direitos gerais dos americanos, não seria necessário que os judeus os defendessem, pois que todo o povo americano estaria ao seu lado. Porém, acontece que direitos judeus e direitos americanos não são uma e a mesma coisa. Todas as manifestações do judaísmo na América levam-nos a crer que os judeus definem o "seu direito" em judaizar os Estados Unidos.

Uma das teorias mais perigosas da atualidade é a de que os Estados Unidos não formam uma raça concreta, mas em período de formação, e como uma massa amorfa que qualquer um pode trabalhar e modelar a seu gosto. É preciso ter na mente esta teoria se se quiser compreender na totalidade o procedimento e o pensar dos judeus. A atuação judaica converte a América em algo que nem de longe se parece ao seu aspecto antigo, desvanece toda idéia e idealismo diretor, sobre os quais se criou a comunidade nacional americana. Admitida esta teoria como verídica, acabou-se o genuíno americanismo. Já não educaríamos jovens "yankees", senão seres viventes neutros, que vegetariam na crença de que a América é uma presa abandonada e excelente para ideólogos e doutrinadores políticos não-americanos.

Já é tempo de limitarmos convenientemente nosso espírito magnânimo se quisermos que a América continue sendo o que era antes; urge que nos oponhamos a que a América se converta em paraíso preferido pelos judeus, anteposto à sua própria Palestina.

Diante da realidade presente, que entendem o A. J. C. e a Kehilla por "direitos judeus"? Em informes judaicos do ano de 5668 (1907/8 da era cristã) lê-se o seguinte: "O evento talvez mais característico do ano passado foi a exigência em vários distritos americanos de uma "secularização absoluta de todas as instituições públicas", conceito que compreende a exigência israelita da "plenitude de seus direitos constitucionais". O artigo, escrito pelo coronel Brewer, afirmando que a América era um país cristão, foi refutado repetida e formalmente pelo dr. Friedenwald, por Isaac Hassler e pelo rabino Efraim Frish. As razões jurídicas e teóricas foram apoiadas praticamente por uma oposição muito difundida contra a "leitura pública de textos bíblicos e contra as canções da Noite de Natal" nos colégios públicos. Esta oposição foi expressamente combinada na conferência central dos rabinos americanos".

Sob este aspecto e diante de documentos judaicos de caráter inegavelmente oficial, começamos a entrever o que compreendem como parte de seus "direitos". Em várias dezenas de Estados e em centenares de cidades, este programa se realizou, ainda que com tantas precauções que a maioria dos

americanos não chegou a compreende o que significava. Em muitos casos, conseguiram os judeus realizar sua vontade, fazendo pressão local, por meio de eleições longamente preparadas e compromissos contraídos com personagens oficiais. Em outros casos perderam a partida, mas aproveitaram a oportunidade para "dar uma lição", ou aplicando nos locais o cautério do boicote, ou mediante certa "reserva" por parte dos Bancos locais, ou por outros meios aptos para cultivar o "medo do judeu".

Os cidadãos americanos devem acostumar-se, pois, a compreender que constitui um direito constitucional dos judeus modificar, a seu bel prazer, o caráter das instituições consagradas pelo tempo e pela tradição. Se não o compreenderem, terão de sofrer, no futuro, processos muito mais duros que os até agora aplicados pelo judeu. E a fim de que saibam o que se vai preparando, vamos narrar algumas das exigências com referência aos "direitos dos judeus", formuladas pela Kehilla:

1. "Admissão ilimitada de imigrantes judeus procedentes de todas as partes do mundo". Venham eles da Rússia, Polônia, Síria, Arábia ou Marrocos, forçoso será admiti-los, ainda que os demais imigrantes sejam excluídos.

Quase inseparável da exigência israelita dos "direitos" é também a das "exceções". Em nada mostram os judeus mais claramente sua posição preferente como nação e como raça que nas suas incessantes exigências de que sejam tratados distintamente e melhor que os demais povos, concedendo-se-lhes prerrogativas que outro qualquer povo não se atreveria sequer a pedir.

2. "O reconhecimento oficial do culto religioso mosaico pelo Estado e pelos Municípios". A Kehilla mostra-se neste ponto tão rigorosa, que exige para os empregados judeus o descanso no dia da festa "Jem Rippur", com a percepção, porém, dos salários, ao passo que nega tal direito aos trabalhadores católicos nas comemorações de suas datas religiosas. Eis aí uma dessas "exceções", ao mesmo tempo comprovadora do agradecimento judeu às personagens católicas que se uniram às associações pró-israelitas antes mencionadas.

3. "Supressão de toda menção do nome de Jesus Cristo por parte das autoridades municipais, territoriais ou estaduais em documentos ou assembléias públicas". Os informes citam o protesto de um rabino contra certo governador de Arkansas, que em sua manifestação no Dia de Graças se utilizara de um "conceito cristólogo".

4. "Reconhecimento oficial do sábado judeu". Toda a vida dos Estados Unidos se regula sobre a base do domingo cristão como dia de descanso e de festa. Há anos que a Kehilla se esforça por dar este caráter ao "sábado". Enquanto falta este reconhecimento oficial, estorvam-se muitos assuntos públicos, pois que muitos jurados ou outras pessoas públicas se negam a oficiar no sábado. Os advogados judeus "caem doentes" no sábado. A ninguém incomoda que os judeus comemorem seu sábado. Coisa muito diferente é, porém, que queiram converter "sua própria festa" em um dia festivo para toda a cidade, sobretudo quando se apóiam na insolência de que o domingo é uma "manifestação cristóloga".

5. "Autorização para os judeus terem abertas aos domingos suas lojas e fábricas; enfim, trabalhar e comerciar". Pode-se consentir na santificação do sábado, enquanto isso não se converter em profanação do domingo. Nesses preceitos de descanso dominical são freqüentemente menosprezados e burlados pelos Israelitas.

6. "Supressão das festas de Natal em colégios públicos e praças públicas, proibição de colocar publicamente árvores de Natal e de cantar publicamente canções de Natal". Grande número de referências contidas no informe podem comprovar o fato de terem conseguido alguns "êxitos" neste sentido.

7. "Suspensão e castigo penal de todas as pessoas em serviço público que critiquem a raça judaica, ainda quando tal se faça contra os interesses públicos". Otto R. Rosalsky, magistrado americano e membro da Kehilla judaica, propôs-se a apresentar um projeto de lei segundo o qual constitui "delito comum criticar a raça israelita". Os chefes da Kehilla condenam publicamente o funcionário municipal Kornell e exigem seu castigo por ter criticado os judeus dos bairros do leste de Nova Iorque pelo incremento da criminalidade entre os judeus jovens. O chefe de polícia Bingham é "suspenso" do cargo por sua crítica acerca do criminalismo entre os judeus russo-poloneses.

8. "Implantação do Beth Din", ou seja, tribunal judeu, dentro dos edifícios públicos de Justiça". Os informes confirmam que em muitos sítios já foi isso conseguido.

9. "Eliminação nas escolas e universidades de todos os livros de texto que aos judeus pareçam desaconselháveis". Relativamente ao **Mercador de Veneza,** de Shakespeare, e às **Narrações de Shakespeare,** por Lamb, já o conseguiram, quase por completo. Atualmente, eliminam-se em grande número de cidades todos os livros das bibliotecas que tratam dos judeus "tais quais são". Ficam, porém, e são difundidos os que contêm elogios aos judeus.

10. "Proibição de usar o conceito **cristão** ou a frase **Estado, Religião e Nacionalidade** nos partidos públicos, por constituir uma limitação aos direitos judeus e uma ofensa à raça". Vários funcionários de Estado, de nacionalidade judaica, foram repreendidos pelo presidente do Comitê judeu-americano, Marshall, por não terem condenado a palavra "cristão" em documentos precatórios de caridade publicados por "seus subordinados". No livro de instruções para os aspirantes a oficial do Exército existia uma sentença que dizia: "O oficial ideal é o cavaleiro cristão". Os judeus conseguiram a supressão de todo o livro. Segundo certo informe da Kehilla nova-iorquina do ano de 1920, observou-se que vários jornais de Nova Iorque, em publicações feitas por casas de comércio, haviam deixado passar a palavra "cristão". Foram advertidos; desculparam-se eles e prometeram proceder, para o futuro, uma censura mais rigorosa. A palavra "judeu", em igualdade de condições, não sofreu críticas. São estes, na verdade, os "direitos judeus"!

Há mais ainda: a Kehilla condenou, também, a expressão "americanização", porque seu conceito poderia talvez identificar-se com "cristianização". Por "americanização" interpretam o "fazer prosélitos".

É um fato notório que os judeus de Nova Iorque exerçam pressão sobre os Tribunais de Júri, ante os quais se processam pleitos judeus. Estudantes de Direito israelitas, que pululam em Nova Iorque, "garantem" a vida acadêmica com o auxílio das "diárias de jurados".

Outro "direito" dos judeus consiste em que a "imprensa associada" ou "United Press" (a mais importante agência telegráfica americana) não publique senão o que convenha aos judeus e, em linhas gerais, não se afastem do que eles desejam. A circunstância de ter perdido essa agência, nos últimos anos, parte de sua fama, pode explicar-se pelo retraimento do público, que a percebia demasiado submissa à influência judaica. Costuma-se dizer que

a "U. P. toca suas informações de um certo colorido nova-iorquino", querendo dizer-se com isso que 85% de suas informações são de origem israelita.

Poderiam aduzir-se até a saciedade exemplos e provas de que o pretexto dos "direitos judeus" outra coisa não é que a camuflagem de um ataque sistemático contra antigos e lídimos direitos americanos. Nunca, em parte alguma, se restringiram os direitos religiosos judaicos. É preciso atentar para três informes da Kehilla e do Comitê, reveladores de quão enorme importância tem na sua atuação essa ofensiva severíssima e diretamente anticristã. Segundo eles, o judaísmo considera como direito seu suprimir tudo o que possa recordar o cristianismo ou seu fundador. Intolerância religiosa existe, efetivamente, mas da parte de quem? Dos judeus.

Antes, seus ataques constituíam casos isolados, mas aumentaram visivelmente em número e intensidade desde a fundação da Kehilla e do Comitê judeu-americano. A hipocrisia do método está em que muitas vezes tais ataques assumem o ar de preocupar-se seriamente com a observância de certas doutrinas cristãs. "Nós vos demos o vosso Redentor. Este ensina-vos que ameis os vossos adversários. Por que, pois, não nos amais a nós?" A maneira como os judeus interpretam o amor do adversário pode ser testemunhada por alguns fatos tirados ao acaso do almanaque judeu de 1912-13. A Kehilla tacha frases contidas em anúncios de jornais, tais como: "prefere-se pessoa cristã", ou "pede-se às pessoas judias que não se incomodem" de um "incremento ameaçador de menosprezo para com os judeus, sendo de notar que muitas casas de comércio relacionadas espontaneamente com casas israelitas formam também essa opinião."

1918-19. Em certo anúncio solicitam-se carpinteiros cristãos para um acompanhamento. Ao respectivo protesto de parte dos judeus, respondeu o ministro da Guerra, Baker, dizendo que os concessionários estavam proibidos de publicar, no futuro, anúncios tão ofensivos.

Em certa ordem-do-dia dirigida aos médicos militares, encontrava-se o seguinte parágrafo: "Os de sangue estrangeiro, especialmente judeu, são, mais que os filhos do país, dados a fingir-se doentes". O presidente do Comitê judeu-americano, Marshall, exigiu telegraficamente do inspetor-médico chefe que proibisse imediatamente a divulgação de tal parágrafo, retirando telegraficamente as ordens já em circulação e que ordenasse oficialmente que dos arquivos dos Estados Unidos se retirasse essa ofensa a três milhões de cidadãos americanos. O presidente Wilson referendou esta ordem.

O Conselho da Marinha, instituição oficial, solicitou mediante anúncio um empregado de escritório cristão. Marshall exigiu: "Não como castigo, mas para que sirva de exemplo e por constituir precedente necessário, deve seguir-se a tal ofensa a suspensão do culpado, devendo-se entregar o caso à publicidade". Observe-se a altivez de tom com que o presidente do Comitê judeu-americano trata uma autoridade legal americana. Em anúncios de israelitas podem muito bem pedir-se empregados judeus. Por que não é permitido aos cristãos solicitar empregados cristãos?

Uma exigência freqüentemente repetida é a de proibir a leitura pública de textos bíblicos e mesmo do Pai-Nosso nos colégios. "Estudantes judeus" pedem a eliminação da Bíblia e de canções cristãs nas escolas. Entretanto, 22.000 meninos judeus recebem em Nova Iorque uma educação religiosa puramente mosaica. O Conselho Escolar de Chicago sugere a supressão do Natal de N. S. da lista dos dias festivos nos colégios. Não é de suspeitar-se que

também a extinção de muitos dias festivos católicos na Europa, há muitos anos, tenha sua origem neste fanático ódio anticristão dos onipotentes judeus internacionais, dada a acima mencionada colaboração das organizações israelitas com "importantes personagens da Igreja Católica Romana"? Pretende-se ainda que, nas refeições públicas de caridade oferecidas a colegiais pobres, se empreguem alimentos preparados segundo a cozinha judaica.

Todos os anos se repete com especial energia outra exigência dos judeus. Em 1913, empenhou-se toda a influência israelita em evitar que a lei de imigração americana se modificasse no sentido de proteger o país contra os elementos perigosos. Lutaram principalmente contra a condição de alfabetização para a entrada de imigrantes.

Com os costumes judeus ninguém se preocupa: têm o seu próprio calendário, seus dias santificados, seu próprio ritual. Por seu livre-arbítrio, isolam-se nos seus "ghettes", observam seus preceitos de alimentação, matam suas rezes segundo seu ritual e de uma forma cruel, que nenhuma pessoa de sentimentos humanos aprovaria: isto, e muitas outras coisas mais, podem faze sem a mínima hostilização, sem que ninguém lhes peça contas. 'O proscrito é hoje apenas e exclusivamente o não-judeu. Este tem de fazer o que o israelita lhe ordenar. Não o fazendo, "lesa os sagrados direitos dos judeus".

Não se excedendo, os judeus poderiam seguir seus costumes particulares por longo tempo. Agora, força é ver como se lesam "direitos americanos", como se abusa do sentimento de justiça do nosso povo. Agora se compreende que a "única intolerância religiosa efetivamente praticada consiste no ataque dos judeus contra os direitos religiosos dos demais" e seu firme propósito de fazer desaparecer da vida pública americana o último vestígio do preponderante caráter cristão deste país. Cada pormenor do cristianismo tira-lhes o sono: por isso, mediante sua onipotência política, tudo quanto possam fazer pelo seu aniquilamento, eles o fazem. O escopo final, onde tudo há de chegar, são as "reformas" escolares dos bolchevistas da Rússia e da Hungria.

Não contentes com sua própria liberdade, nem com a "secularização", ou seja, a "descristianização" de todas as instituições públicas, consiste o terceiro passo da atividade israelita na entronização do judaísmo como sistema redivivo e privilegiado. O Pai-Nosso e as obras de Shakespeare foram afugentadas das escolas; mas nos edifícios públicos implantam-se os tribunais israelitas.

Em 1908, pretendeu-se instituir o sábado judeu como dia festivo oficialmente reconhecido. Os judeus negaram-se a servir de jurados no sábado. Os comerciantes, que no sábado mantiveram abertas as suas lojas, sofreram o boicote.

Em 1909, reclamou-se o reconhecimento geral de todos os dias festivos judeus. Fregueses israelitas da Bolsa alvitraram o cerramento das portas na festa judaica da expiação. Os rabinos exigiram que na noite de sexta-feira, véspera do sábado judeu, não se dessem aulas nas escolas noturnas.

Onde quer que se faça notar certo movimento contra os judeus, toma ele geralmente formas pacíficas. Mas um estudo sério de publicações judaicas, livros, folhetos, manifestos, estatutos e documentos, assim como da atuação organizada dos judeus aqui, como nos demais países, comprova claramente que em toda a parte existe, concentrado, um mundo de ódios "contra tudo o que não é não-judeu".

XII

A ordem universal dos "B'nai B'rith"

As organizações do judaísmo são tão numerosas como admiravelmente localizadas e espalhadas. Todas são praticamente internacionais, conste ou não dos estatutos. A Alliance Israélite Universelle (Paris) pode definir-se como o centro mundial de gravitação da política internacional judia, pois todo o conjunto de sociedades difundidas pelo resto do globo mantém relações com ela.

A Ordem Independente B'nai B'rith, que já alcançou um milhão de sócios, é "declaradamente internacional", tendo subdividido a terra habitada em 11 distritos, dos quais 7 se encontram encravados nos Estados Unidos. Segundo dados recentes, o número de suas "lojas" subiu a 426, localizadas nos Estados Unidos, Europa, Ásia e África. Os quatro membros da Comissão Executiva não residentes nos Estados Unidos, Europa, Ásia e África. Os quatro membros da Comissão Executiva não residentes nos Estados Unidos vivem respectivamente em "Berlim, Viena, Bucareste e Constantinopla".

Ao se observarem as juntas diretoras das associações israelitas, fere-nos a atenção o fato de todas as de certa importância terem os mesmos diretores. Alguns nomes repetem-se constantemente, não só em tais juntas, mas em Comissões do Senado, nos cargos mais importantes da administração militar e em todos os lugares onde o "judaísmo internacional" pode imiscuir-se na política do mundo. Todos estes fios convergem finalmente para o "Comitê judeu-americano e para a Kehilla nova-iorquina. Os Mack, Brandeis, Warburg, Schiff, Mergenthau, Wolf, Kraus, Elkus, Straub, Luiz Marshall" aparecem sempre em todos os assuntos de grande importância.

Nos Estados Unidos da América existem 6.100 organizações judaicas, das quais 4.000, segundo as últimas publicações, se localizam em Nova Iorque. Isso mostra quão estreita e intimamente estão unidos os judeus entre si (nas formas mais variadas), sendo, porém, sempre, o vínculo de união indestrutível, "o da raça".

A organização mais conhecida é a Ordem "B'nai B'rith", com sede em Chicago, e fundada em 1843. Seus fundadores foram, na maior parte, judeus de procedência alemã. "B'nai B'rith" quer dizer "Irmãos da Lei" (de Moisés). A primeira filial instituída fora dos Estados Unidos foi em Berlim, no ano de 1885, onde se construiu a Grande Loja nº 8, e à qual se seguiram, logo, outras Grandes Lojas na Romênia e na Áustria.

A Ordem pretende educar seus membros, em toda parte, dentro dos ditames do patriotismo. Como, por exemplo, a loja nº 6 de Illinois pode fortalecer o patriotismo dos membros da loja nº 8 da Alemanha, não é fácil, entretanto, compreender.

A ordem tentou manifestar-se, também, no terreno político. A história diplomática dos Estados Unidos nestes últimos 70 anos conserva muitas pegadas do "B'nai B'rith". Em 1870, foi nomeado cônsul dos Estados Unidos em Buca-

reste o irmão "Piexotto", com a missão especial de "minorar a situação dos judeus cruelmente perseguidos na Romênia". Estas "peseguições" não eram senão a defesa dos aldeães romenos contra os seus dois piores inimigos: a aguardente dos judeus e o rendeiro judeu. Aquela nomeação se fez "em conseqüência de propostas apresentadas pela Ordem. As negociações foram levadas a termo pela mediação principal do irmão Simão Wolf.

Este Simão Wolf foi durate 50 anos o representante permanente e oficial dos interesses judeus em Washington. Se ele quisesse, poderia escrever uma história sumamente instrutiva acerca das relações entre o "B'nai B'rith" e as nomeações diplomáticas americanas. Foi ele quem propôs ao Ministro de Estado Bryan a nomeação de um "embaixador judeu para a Espanha, a fim de mostrar assim que a "América" protesta ainda contra a expulsão dos judeus no século XV". Judeus foram também os que induziram o presidente Harding a nomear um judeu embaixador americano em Berlim, para mostrar aos alemães sua desaprovação às restrições impostas ao predomínio israelita na indústria, fazenda e política. Esta interpretação do serviço diplomático americano como agência executiva dos interesses mundiais judeus existe desde muito tempo, apresentando como conseqüência muitas nomeações que em todo o país causaram estranheza e dúvida.

Merece especial atenção a circunstância de, enquanto os judeus americanos proviam seus patrícos nos postos diplomáticos ultramarinos, os judeus britânicos, por sua vez, faziam outro tanto com os altos cargos da Índia, Pérsia e Palestina. Desta sorte, todo o Oriente Médio acha-se sob a inspeção israelita, como uma advertência ao undo muçulmano de que os judeus, depois de conquistado o mundo da raça branca, se preparam agora para regressar à sua antiga pátria. Este propósito de aproximação dos crentes de Moisés com os de Mafamede requer atenção.

À ordem de "B'nai B'rith" pertencem, de preferência, os judeus um tanto liberais religiosamente, dos quais, indubitavelmente, muitos pensarão também livremente acerca da questão de raça. Esta Ordem não é o porta-voz da totalidade dos ideais judaicos, mas representa o "centro de certas intenções determinadas". Não queremos dizer que tal Ordem tenha mais altos propósitos que o Comitê judeu-americano, mas que representa um braço executivo de longo alcance. Pode-se definir como maçonaria "exclusiva" dos judeus, impondo-se aqui ressaltar a particularidade característica de que o "judeu exige como perfeito direito seu ser admitido em todas as sociedades e ordens cristãs; enquanto nas suas só e exclusivamente se admitem judeus". Tal política unilateral é norma israelita.

Elemento saliente da atuação do "B'nai B'rith" é a "Liga antidifamatória". Esta junta interna, existente em toda loja, presta o serviço necessário de espionagem para manter a Grande Loja a par de tudo o que possa interessar o judaísmo. Em seu irritante modo de operar, procede a Liga antidifamatória, sem perder de vista diretrizes traçadas com suma precaução. Geralmente, em toda cidade figura como presidente da Liga uma personagem de grande influência, capaz de exercer pressão sobre a imprensa. Às vezes, é o proprietário de uma agência de publicidade, que dispõe da distribuição dos anúncios entre os jornais locais, de sorte que estes, sob esse ponto de vista, dependem de sua benevolência. A liga antidifamatória é a que organiza os boicotes. Porque ela não só proclama seus protestos alta e publicamente, como também utiliza os meios escusos de pressão e coação, que aparentemente nem se notam. Em suma: uma corpo-

ração extremamente combativa, cujos meios empregados nem sempre são ditados pela moral e pela justiça.

Um dos seus êxitos mais visíveis consiste em ter suprimido realmente a publicação da palavra "judeu" quando não seja em sentido laudatório. Durante muito tempo não se sabia como designar os judeus: se "hebreus" ou "israelitas", ou de que jeito. Conseqüência lógica foi que todos os povos tiveram de suportar a aplicação das "teorias" judaicas, sem, contudo, poderem dizer de quem eram. Há pouco compareceu um judeu perante o tribunal por ter assassinado a mulher; os jornais designaram-no como "um precoce jovem inglês". Os russos e os poloneses residentes nos Estados Unidos têm de suportar indignados, pois muitas vezes protestaram em vão contra tal fato, o abuso com que se recorre às suas nacionalidades nas crônicas policiais da imprensa para fazer desaparecer a dos judeus.

Logo que algum jornal junta o qualificativo pátrio "judeu" ao nome de qualquer delinqüente, apresenta-se a liga antidifamatória com o seu protesto. O arrazoado que sempre repete é: "Se este criminoso fosse metodista ou presbiteriano, não se faria constar expressamente; por que então se menciona tratando-se de um judeu, uma vez que esta palavra não tem senão significado religioso?" Se tal raciocínio não se baseasse na falsa suposição de que o termo "judeu" se haja empregado em sentido religioso, do que, aliás, ninguém se lembrou, poderia passar por correto. Na prática, esta dissimulação da nacionalidade de um criminoso é uma injustiça manifesta contra os membros de outras nacionalidades, que deste modo sofrem parte da culpa dos delinqüentes judeus. E significa ainda a imposição de uma restrição à liberdade honrada da imprensa.

Este processo da ordem "B'nai B'rith" afasta toda esperança de uma aproximação ou reconciliação. Talvez não exista no mundo povo algum que esteja mais disposto a solucionar a questão judaica, de um modo justiceiro e pacífico, do que o americano; isso, porém, não se poderá nunca conseguir à custa da descristianização e judaização dos Estados Unidos, como pretende a liga antidifamatória.

Uma das manobras mais eficazes com a qual o judaísmo sabe ocultar suas verdadeiras intenções é organizar "comícios monstros". A Kehilla nova-iorquina, ou o que é o mesmo, o Comitê judeu-americano, pode em 24 horas organizar comícios monstros em cada cidade americana. São eles meios de combate puramente mecânicos, não para expressar francamente a opinião judaica, senão para influenciá-la num sentido perfeitamente determinado. Em suma: recursos de tramóia!

Por meio dos comícios monstros obrigou-se certa vez o Governo a revogar o tratado de comércio existente com a Rússia, impedindo, assim, a necessária modificação na lei de imigração. Se o presidente dos Estados Unidos se encontrasse diante da eventualidade de ter de despedir um funcionário judeu, ou se o Departamento de Estatística quisesse fazer constar os judeus residentes na América segundo a sua raça, amanhã mesmo, em cem grandes cidades de todo o nosso território, se organizariam as famosas assembléias gigantescas, protestando ruidosamente contra tais medidas.

A razão por que a ordem "B'nai B'rith" empenhou todas as suas energias em eliminar da literatura escolar e universitária o **Mercador de Veneza**, de Shakespeare, não é claramente compreensível. Entretanto, conseguiu em grande parte seu objetivo, pois, em novembro de 1919, pôde a liga antidifamatória

anunciar que a referida obra fora suprimida em 150 colégios, o que redundou precisamente em desvantagem para os judeus no conceito do povo. Um desiderato não atingido pela ordem foi o de eliminar da Biblioteca de Boston o quadro de Sargen **A Sinagoga.** Apesar dos muitos protestos que se elevaram clamorosamente, o painel continua no seu posto.

No Natal do ano passado, poucos cartões de felicitações se encontraram que fizessem menção ao significado da data. Na Páscoa vindoura ocorrerá outro tanto: tudo o que é cristão é "anti-semitismo" e tem de desaparecer. "O rabino Coffee declarou que o Novo Testamento era o livro mais anti-semita que se tem escrito".

Toda essa agitação israelita, começando pela supressão da Bíblia, até chegar à eliminação de Shakespeare, foi um enorme despautério e converter-se-á em descalabro, cujas conseqüências cairão sobre o povo judeu em dias que não estão longe.

XIII

Como Disraeli caracteriza os judeus

Muito comum é que os judeus se lamentem de não serem compreendidos. Sempre estão "sob suspeita" e, quando não são adulados em excesso, estão sempre sofrendo "perseguições". Se os não-judeus, se as igrejas cristãs abandonassem o erro de supor que os judeus hodiernos não são idênticos aos do Antigo Testamento e se soubessem o que manda o Talmude, não seria de duvidar que o "sob suspeita" se transformasse em "sob acusação".

A catástrofe da Rússia foi precedida de uma desfiguração sistemática do caráter nacional russo, preparada longamente pela imprensa mundial judia e pelo serviço diplomático judeu. Sob os auspícios dos judeus, o nome da Polônia foi maltratado pela imprensa americana, sendo o único crime dos poloneses o quererem defender-se dos judeus. Estes processos de atrair as "suspeitas" constituem, como se vê, exclusiva prerrogativa dos judeus. Entretanto, onde quer que, no partido contrário, se levante uma voz clarividente contra a irrupção do judaísmo e contra o seu oculto predomínio em nossa vida, ouvir-se-á em seguida falar de "difamações". Os judeus nunca atacam uma questão direta e lealmente, porque seu modo de lutar consiste sempre em desmentir afirmações nunca feitas, em tergiversações e em atrair sobre si o sentimentalismo de seus contemporâneos, envolvendo outras pessoas nos seus próprios manejos. A este último grupo pertencem de preferência os "maçons", que devem observar estupefatos como, nestes últimos tempos, seu bom nome se une indissoluvelmente com o dos judeus. O conhecedor dos assuntos israelitas compreende isso perfeitamente. Duas vezes na história dos Estados Unidos o povo americano inquietou-se ao se sentir subjugado por influências estranhas em seus assuntos públicos. Ambas as vezes conseguiram os atores fantasmas dos bastidores desviar a suspeita sobre os maçons: isso aconteceu uma ocasião na presidência de George Washington e outra sob o governo do presidente Adams. Publicaram-se livros, pronunciaram-se discursos, a imprensa procedeu a indagações; mas ninguém descobriu a influência israelita. George Washington compreendeu, na verdade, que as influências traidoras não promanavam dos pedreiros livres, e encontrou pegadas das forças secretas, que tentavam manifestar-se sob a máscara da franco-maçonaria. Mas o presidente Adams não se aprofundou tanto. A maçonaria, por fim, saiu do assunto intacta, ficando provado que era completamente inocente de todas essas maquinações. Estas provinham de uma falsa maçonaria francesa, que servia a fins ateístas e anarquistas. Entretanto, viu-se apenas algo que se parecia à franco-maçonaria, sem se perceber a mão israelita oculta que a dirigia. Em 1826, tentou-se, pela segunda vez, desviar as atenções sobre os pedreiros livres. Desde então seu bom nome não se procurou mais enxovalhar, até estes últimos tempos, em que os judeus novamente intentam esconder-se atrás da maçonaria americana. Todavia, podem os judeus procurar outra tática, porque desta vez também não conseguirão cobrir-se com o escudo maçônico, nem ele lhes servirá para receber as flexas

que se dirigem contra os fatos anárquicos manifestamente judeus. A sociedade dos pedreiros livres americanos nunca tomou parte nas intrigas dos hebreus.

Convém observar que, assim como os judeus tentaram valer-se do nome da maçonaria para dirigir sobre ela os golpes de seus adversários, tentaram também fazer o mesmo com o nome da "Companhia de Jesus". Se os jesuítas e os maçons procurassem comparar todos os sinais característicos dos meios empregados, iriam topar-se na mesma origem. Ainda que tal propósito se haja malogrado em ambos os casos, sofreu, entretanto, o renome das duas associações.

Aqui se apresenta uma das muitas coincidências concretas entre os **Protocolos** e os "fatos". Ainda que os **Protocolos** declarem guerra às duas associações, os judeus se propõem, entretanto, a servir-se de ambas para conseguir seus fins de raça. Uma vez conhecido o plano hebreu, ambas as associações saberão proteger-se no futuro. Sobre ele existem numerosos documentos, de cuja existência o mundo nada sabe, mas que serão reservados para a história futura desvendar cientificamente a tática dos judeus de "servir-se da maçonaria e destruí-la simultaneamente". Esse estudo mostrará como as influências judias operavam sem que fosse possível conhecer-lhes a procedência. Os homens acusavam o que tinham diante dos olhos, sem que estivesse ali a fonte de seus males. Representa já um grande progresso a circunstância de se tornar visível o plano mundial, que todos vão compreendendo.

A seguinte narração mostrará que os judeus não têm o direito de poder afirmar que sempre os consideramos "sob suspeita"; utilizamo-nos do testemunho de um judeu proeminente, proclamado pelos seus irmãos de raça, orgulhosamente, como um dos seus.

Benjamin Disraeli, que recebeu o título de "Lord Beaconsfield", presidente do Conselho de Ministros da Grã-Bretanha em 1860, era judeu, e disso se ufanava, apesar de haver sido batizado. Como literato, publicou vários livros, que pretendiam julgar devidamente o seu povo.

Na sua novela **Coningsby** pinta-nos o caráter do judeu na pessoa de Sidônia, em cujo modo de ser e proceder quis Disraeli apresentar-nos, sem dúvida, o judeu tal como ele desejava que julgássemos o judeu em geral.

Sidônia revela ao jovem Coningsby sua procedência com as seguintes palavras: "Professo a fé que tinham os apóstolos antes de seguirem seu Senhor". Esta é a única vez que se fala de "fé". Encontra-se, em compensação, no curto prefácio da quinta edição, do ano de 1919, quatro vezes o conceito "raça", empregado com referência aos judeus.

Na primeira conversação entre ambas as personagens declara-se Sidônia amigo da vontade de dominar, concluindo uma discussão em torno das grandes personagens históricas com as seguintes palavras: "Aquaviva foi geral dos jesuítas, dominou todos os gabinetes europeus e colonizou a América, quando não contava 37 anos. Que carreira!"

Ao definir Sidônia, pinta-nos Disraeli os judeus como árabes de Moisés, com o que quis fixar-lhes uma posição determinada entre as nações do mundo. Em outro lugar, porém, chama-os de árabes-judeus. Formula depois a tese de que quem se rebelar contra a vontade israelita "será anátoma", idéia que se dirige e alcança os vastos círculos cristãos. O "medo do judeu" é um sinal característico dessa suposição, sendo, por isso, carinhosamente cultivado pelos judeus. Nimbam-na com a auréola da religião, segundo a palavra bíblica, que diz: "Amaldiçoarei quem te amaldiçoar", pretendendo assim o direito de tachar

toda a crítica de seu ser como uma heresia. Se os judeus estivessem conscientes de sua vocação de "serem uma bênção entre os povos", poriam termo automaticamente aos fatos com que agora granjeiam gerais simpatias. Quando se ataca o judeu, não é por ser ele judeu, senão porque executa atos e exerce influências que acarretam a ruína de toda a moral social, se se lhes deixar o caminho livre.

A perseguição aos judeus, de que se ocupa Disraeli, é a efetuada pela Santa Inquisição espanhola, que se fundava em motivos de ordem religiosa. A história da família de Sidônia, tomada de uma época turbulenta da evolução européia, é descrita da seguinte forma: "Durante as desordens na Península Ibérica, ganhou certo membro do ramo menor de nossa família imensas riquezas, fornecendo material de guerra aos 'diferentes exércitos' combatentes." É inegável, e pode esta observação aplicar-se a toda a história da era cristã, que para os judeus, "perseguidos" ou não, "as guerras sempre foram épocas de grande colheita". Foram os primeiros abastecedores dos exércitos. Se aquele Sidônia forneceu aos "diferentes exércitos", isto é, simultaneamente aos exércitos dos amigos e dos inimigos, obedeceu exatamente aos métodos e regras reveladas por documentos da raça judaica.

"Ao firmar-se a paz e prevendo o grande porvir financeiro europeu e, ainda, confiante na fertilidade de seu engenho, em seus profundos conhecimentos das riquezas públicas nacionais e de suas fontes naturais, decidiu Sidônia imigrar para a Inglaterra, com a qual, no transcurso dos anos, mantivera múltiplas relações comerciais. Uma vez assinada a paz em Paris, ali desembarcou com enormes cabedais. Com a totalidade deles, participou do empréstimo de Waterloo, cujo êxito o converteu num dos capitalistas mais fortes da Europa. Apenas estabelecido na Inglaterra, voltou a professar publicamente o judaísmo..."

"E, na Espanha, previra Sidônia que a Europa, depois do esgotamento de uma época guerreira de 25 anos, necessitaria de capitais para voltar às suas condições normais. Iria colher os frutos do labor de sua inteligência. A Europa necessitava de dinheiro e Sidônia estava disposto a emprestar. A França precisava de um pouco, a Áustria de mais, a Prússia outro tanto, a Rússia de um par de milhões. Sidônia pôde dar provisão a todas elas. "O único país com o qual não quis tratar foi a Espanha".

Descreve Disraeli o método judeu de proceder em tempo de paz e de guerra exatamente como o fizeram outros autores. Teve ele o escopo manifesto de glorificar o judeu, mas proporcionou aos povos a ocasião de as inteirarem "do que em épocas de paz e de guerra se combina nos bastidores". É um fato, pois, que Sidônia emprestou dinheiro aos Estados. Mas, donde o tirou? "Durante as guerras precedentes tirara-o exatamente dos mesmos povos aos quais, firmada a paz, tornava a emprestar com usura". Foi exatamente o mesmo dinheiro, assim como os grandes financistas que atuam durante a paz e durante a guerra são também os mesmos, a saber, **O Judeu Internacional,** segundo testemunha o próprio Disraeli, em seu livro escrito com o fim de glorificar o tipo judeu. E o autor prossegue: "Não é difícil compreender que Sidônia, firmada em dois lustres a carreira que encetara, se tornou uma das personagens mais proeminentes de toda a Europa. Na maioria das capitais estabelecera um irmão ou outro parente próximo seu, em quem pudesse confiar em absoluto. Foi, assim, dono e senhor do mercado financeiro mundial e, em conseqüência, "dono e senhor de tudo."?

A citada novela facilita-nos importantes indícios da "intromissão judaica na Companhia de Jesus". "O jovem Sidônia tivera sorte com o preceptor que o pai lhe destinara, mestre que se dedicou com todo o afinco a aperfeiçoar-lhe o fino espírito e a educação. Antes da revolução fora padre jesuíta, desterrado mais tarde em virtude de sua atitude liberal; apesar de membro do parlamento espanhol, Robello continuou sendo judeu. Em seu discípulo encontrou essa prematuridade do espírito que distingue a raça árabe." A carreira de Sidônia levou-o também ao predomínio mundial intelectual. Viajou por todas as partes do mundo, "esquadrinhou todos os segredos" e voltou para casa, trazendo, por assim dizer, o mundo no bolsinho do colete. Um homem completamente isento de sentimentalismo e demais frioleiras. "Não existia em toda a Europa 'um só aventureiro' com o qual Sidônia não houvesse trocado confidências. Nenhum Ministro de Estado dispunha de tantas relações com agentes secretos e espiões políticos. Esteve em contato com todo 'o esterco da humanidade'. Uma relação completa de todas as suas relações com gregos, armênios, mouros, tártaros, ciganos, polacos ambulantes e carbonários, projetaria uma luz clara sobre as 'forças subterrâneas, das quais o mundo em geral sabe tão pouca coisa', mas que exercem influência tão decisiva sobre os grandes acontecimentos... A história oculta foi sua mania: seu jogo predileto era comparar as 'energias propulsoras ocultas atrás dos acontecimentos com os dados ilusórios dados à publicidade."

Eis aí o "judeu internacional" tal qual é. A personagem teórica dos "Protocolos dos Sábios de Sião", cujos dedos sabem tanger todas as cordas da ciência e do sentimento humano, e que ao mesmo tempo dirige e manda potência mais terrível que existe no mundo: o dinheiro. Qualquer autor não-judeu que ousasse pintar-nos dessa maneira este Sidônia, com todas as características realísticas de sua raça e da sua história, estaria exposto a todas as acusações e pressões. A Disraeli, porém, se permitiu tal luxo, e ele manejou o pincel com tanto dosassombro que quase se poderia suspeitar que sua intenção era dar ao mundo uma clara advertência.

Tudo o que Disraeli nos conta de Sidônia caracteriza a individualidade judia. Está ali também o retrato, à parte o grau mais elevado de educação, de certos preponderantes judeus americanos que se movem nas esferas aristocráticas, sem por isso deixar seu comércio com aventureiros, com agentes secretos, com espias políticos, com judeus mascarados e com as potências subterrâneas das quais a humanidade, em geral, sabe tão pouca coisa.

Esta combinação da luz com as trevas é o segredo do poderio dos judeus, que para progredir não conhecem nenhum processo indecoroso. Nenhum judeu é expulso de sua comunidade por delito cometido em prejuízo de não-judeus: segundo seu caráter e suas faculdades, ele encontrará ali, sempre, uma colocação adequada.

Alguns judeus nova-iorquinos pertencentes à alta sociedade não deixarão de recordar certamente suas relações íntimas com o "aventureiro" que deixou a América para derrubar a Rússia czarista. A outros, também, seria deveras incômoda a publicação da lista de suas relações com "agentes secretos e espias políticos". Sidônia é, pois, o protótipo do "judeu internacional", do judeu existente na América.

Até agora, historiamos o curso exterior da vida de Sidônia. Ele fala depois sobre si mesmo, e o faz "para maior glória do judaísmo" em geral. Estende-se sobre as injustiças que seu povo tem de sofrer na Inglaterra. Sempre o mesmo

ramerrão: "enquanto assaltam o poder, atraem a compaixão sobre os pobres judeus, sempre injustamente perseguidos". A novela de que tratamos foi publicada em 1844 e, entretanto, reflete ainda hoje, e mesmo nos mínimos pormenores, a atualidade existente na Inglaterra de nossos dias... "Desde que vossa sociedade inglesa mergulhou na desordem, vai-se colocando o povo judeu, sempre leal, ao lado dos niveladores políticos, decidido a favorecer uma política em que pode perder vida e bens, mas que é preferível a submeter-se a um sistema que o desdoura." Sob o conceito de niveladores políticos deverão entender-se aquelas idéias políticas e religiosas mal chamadas "liberais", que ocupam tão amplo espaço nos famosos "Protocolos" e que, impotentes para edificar algo com suas próprias forças positivas, não querem senão destruir a ordem existente.

Esta última frase citada proporciona-nos também a resposta de Disraeli sobre a pergunta: por que haviam os judeus de ajudar o bolchevismo, se eles sofrem sob seu regime?, ou esta outra: se fôssemos realmente onipotentes, por que sofreríamos também sob as desordens reinantes no mundo? Acontece que "cada desordem representa um passo no caminho para o predomínio mundial judeu", e por esse ideal os judeus suportam voluntariamente todos os sofrimentos. Todavia, os judeus não sofrem nunca tanto como em igualdade de circunstâncias sofrem os não-judeus. Aos judeus da Rússia, por exemplo, permitem os soviets a importação de toda a classe de artigos de necessidade. Grandes massas de "vítimas famintas da guerra" estão perfeitamente em condições de conseguir mesmo as mais elevadas passagens para a América. Seus sofrimentos, relativamente pequenos, são minorados pela consolação de que cada catástrofe da sociedade humana lhes proporciona ocasião de aproximar um pouco as garras dos centros de poder deste mundo.

De acordo com as instruções expedidas nos "Protocolos", os judeus arruínam a ordem existente, difundindo "idéias". Diz Sidônia: "Em certa crise política perderam os conservadores um posto porque os judeus lhes haviam movido oposição, votando contra eles. Inquietada pelo plano de uma universalidade liberal, a igreja tranqüiliza-se, porém, percebendo que as somas necessárias para aquele desiderato não se reúnem: um judeu, então, adianta o dinheiro, suprindo o necessário... E, com cada geração que passa, sabem tornar-se mais perigosos no seu poderio contra a sociedade que se lhes apresenta hostil." Desde então, várias gerações se sucederam. Cada ordem societária não-judaica constitui para o hebreu uma organização hostil que é mister arruinar. Disraeli foi um profeta; suas palavras cumpriram-se: em cada geração os judeus se tornam mais perigosos e mais poderosos. Em cada olhar que lançamos em torno de nós, percebemos o grau de perigo atingido.

Sidônia continua: "Já lhe disse que tencionava seguir amanhã para a capital, porque adotei a regra de estar sempre presente onde se trata de algo político. Quanto ao mais, não me interessa. Leio nos jornais as notas sobre a guerra ou sobre a paz tranqüilamente, a não ser que perceba que um ou outro soberano precisa de dinheiro; sei, então, que os monarcas não podem passar sem nós." Sidônia não ocupava cargo público algum. Os tempos ainda não eram inteiramente propícios. Entretanto, muito antes de poder satisfazer sua ambição de exercer os poderes publicamente, já se manifestavam estes clandestina e ameaçadoramente, por uma forma que se tem mostrado muito mais eficaz que a pública. Pode-se, porém, dizer que quanto maior é o número de judeus nos cargos públicos, tanto maior é também seu poderio secreto.

"Há um par de anos, a Rússia dirigiu-se a nós, ainda que entre a corte de S. Petersburgo e minha família nunca tivessem existido relações amistosas, porque nos serviam de intermediários os nossos amigos holandeses. Nessa intervenção em favor dos hebreus poloneses, o grupo mais numeroso, mas também mais desdenhado do nosso povo, não foram precisamente muito bem recebidos pelo czar. Todavia, as circunstâncias forçavam uma aproximação entre os Romanov e os Sidônias. Resolvi embarcar para S. Petersburgo. Apenas chegado, tive uma entrevista com o conde de "Cancrin", Ministro da Fazenda russo: diante de mim estava o filho de um judeu lituano. O empréstimo se relacionava com os acontecimentos na Espanha. Tive, porém, lá, uma entrevista com o ministro "Mendizábal", e reconheci nele um irmão meu de raça, filho de um neocristão, antes judeu aragonês."

"Diante dos boatos que circulavam em Madrid, viajei diretamente para Paris, a fim de entrevistar-me com o presidente do gabinete francês, e que vejo? O filho de um judeu francês, um herói, um marechal do Império!"

Se este Sidônia empreendesse outra viagem circular, encontraria em toda a parte, onde antes vira "um" judeu, catervas inteiras de hebreus, e sempre ocupando os postos mais elevados. E ainda mais: se estendesse sua viagem aos Estados Unidos da América, que enorme número de apelidos judeus afagariam seus ouvidos nos círculos oficiais de Washington e Nova Iorque!. Um não-judeu isolado em algum consórcio parecer-lhe-ia estranho que os judeus houvessem permitido entrar ali, graciosamente.

"O resultado de nossas conferências foi que se convidaria alguma potência do norte para servir como mediadora amigável. Combinamos que seria a Prússia, e o presidente do gabinete convidou o ministro prussiano para uma viagem a Paris. Chegou poucos dias depois. Entrou o conde de "Arnim", e... vi-me diante de um judeu prussiano!"

"Como vê, querido Coningsby, o mundo é governado por individualidades completamente distintas daquilo que o crêem os que ignoram a vida dos bastidores."

E assim é, na verdade; mas, por que não pode o mundo dar uma olhadela também, alguma vez, ao interior desses bastidores?

Seguem-se agora as palavras mais graves que Disraeli escreveu; palavras que quase nos levam a pensar que as tenha traçado com a idéia de advertir o mundo quanto às ambições israelitas.

"Nunca se observará na Europa um magno movimento espiritual do qual não participem os judeus, intimamente. "Os primeiros jesuítas foram judeus". A misteriosa política russa, que inquieta toda a Europa Ocidental, é organizada e em parte realizada pelos judeus. A enorme revolução, que neste momento se prepara na Alemanha, e que se converterá efetivamente numa segunda Reforma, e da qual até agora na Inglaterra se sabe tão pouca coisa, vai-se desenvolvendo completamente "sob os auspícios ativos dos judeus".

Os judeus dizem que os "Protocolos dos Sábios de Sião" nada mais constituem que pura fantasia. Sê-lo-á Disraeli também? Desconhecia ele seu povo? Ou são seus retratos, no caso contrário, de sumo realismo? E, que é que este autor judeu nos diz? Que na Rússia, onde os judeus, segundo suas eternas queixas, estão mais "oprimidos" que em qualquer outra parte, dirigiam na verdade as rédeas do governo. Com sua profecia sobre a revolução que havia de desencadear-se na Alemanha, e da qual nenhum alemão formava a mais leve idéia, mostra-nos quão magnificamente os israelitas dominam a técnica revolu-

cionária. Como lhe era possível augurá-la? A revolução preparava-se sob os auspícios secretos dos judeus, e Disraeli — não o homem de Estado — sabia que, tanto na sua origem como no seu desenvolvimento e finalidades, era nem mais nem menos que judaica.

Uma coisa é indiscutível: "Disraeli escreveu a pura verdade", mostrando ao mundo seu povo tal qual ele é. Seu retrato do poderio judaico, seus fins e seus métodos, é simplesmente a verdade. Não só revela o olho do artista, como as pinceladas nascidas da compreensão e da unidade de vistas. Qual é o móvel da sua obra? O senso do grandioso, esta particularidade de caráter judaico, tão perigosa sempre para seus segredos? Ou, porventura, impelia-o sua consciência a revelar ao mundo os planos ocultos do povo de Judas?

Certo é, afinal de contas, que ele disse a verdade e que os seus irmãos de raça não o podem desmentir nem argüí-lo de parcialidade.

XIV

O chefe de Estado que teve de inclinar-se perante o judeu internacional

William Howard Taft é uma pessoa muito amável. Teve apenas um não em sua vida presidencial. Uma posição sumamente cômoda, mas que ao mundo de nada serve. A harmonia nasce das dissidências, da luta contra fatos desagradáveis, não de contemplações.

Certa vez, durante a sua presidência, resistiu Taft a certos atos que não estavam bem; saiu-se mal, porém, e tirou suas conclusões. Comecemos com um fato muito recente, uma defesa pró-judia do sr. Taft.

Como conseqüência da presente obra, demonstraram os proeminentes judeus americanos, com sua perplexidade, que os fundamentos dos fatos aqui apontados impossibilitam toda tentativa de contradita ou mesmo de algum movimento tático. A atitude adotada pelos judeus contra estas publicações surtiu tanto efeito como se procurassem refutar os fatos citados. Moveram-se as engrenagens secretas contra elas, mobilizaram-se as "autoridades". Como os próprios judeus vão compreendendo a inutilidade dos seus esforços, chamam em sua ajuda uma infinidade de "competências" não-judias. Tal como na Rússia, também aqui se coloca este exército auxiliar na primeira linha do combate.

Taft foi distinguido com tal honra. Segundo suas próprias palavras, pronunciadas em 1º de dezembro de 1920, nem sequer leu a presente série de artigos, pois que confiou nos informes dos judeus sobre eles. Entretanto, a 23 de dezembro, num discurso pronunciado ante a "B'nai B'rith", em Chicago, abalança-se a um conceito com a segurança de um homem que tenha estudado a fundo toda a questão judaica e que, diante dos dados, chega a conclusões definitivas e contundentes. Já em 1º de novembro, antes de ter ao menos lido esta série de artigos, definiu-se diante de um israelita nova-iorquino como "crônicas torpes que, consoante me dizem, publicou o **Dearborn Independent,** isto é, baseou seu juízo sobre simples "dizem-que". Tudo leva a crer que, também em seu discurso de Chicago, nada tenha lido com referência ao assunto.

Os judeus precisavam do nome Taft, precisavam urgentemente de cristãos de "fachada", e os conseguiram. O referido discurso nada diz acerca do assunto em si, nada prova, nada refuta. Parágrafos dele foram reproduções, em parte ao pé da letra, tiradas do discurso pronunciado sobre o assunto por um rabino nova-iorquino. Taft converteu-se num megafone, por meio do qual os judeus reproduziram suas próprias palavras. O fim do discurso era ser reproduzido em todos os jornais do país como "a voz do povo americano". Tudo isso não é, porém, atenuado pelo fato de Taft nada absolutamente ter adiantado para a elucidação do assunto. Taft declara-se adversário de preconceitos religiosos. Qualquer um fará o mesmo. Condena também os preconceitos de raça, como toda pessoa sensata. Mas, que tem isso com a questão judaica?

A essência do tema "Taft e os judeus" tem suas origens na época em que o sr. Taft era ainda presidente dos Estados Unidos. Os judeus mantêm junto ao governo de Washington uma embaixada permanente, cuja missão consiste em inspecionar constantemente todo presidente durante o desempenho de seu cargo e, igualmente, seu sucessor presuntivo. Em conseqüência, Taft já era conhecido dos judeus muito antes de chegar à presidência. Ou porque não prejulgassem devidamente sua futura política, ou porque não dessem grande importância à sua personalidade, o fato é que não fizeram muito caso dele. Faltam dados suficientes para afirmar-se se antes de ser eleito presidente ele corria atrás dos judeus, ou estes atrás dele.

Como presidente, mostrou certa vez oposição contra os judeus, acarretando, da parte destes, a competente reação. Sofreu, mais tarde, uma opressão exercida com tanta habilidade que o "converteu" para sempre aos caprichos dos judeus. O caso pertence à longa história de dissensões que a América tem sofrido com outros Estados por causa dos judeus. Desde 1840 até 1911, os Estados Unidos têm experimentado, por esta razão inúmeros desgostos diplomáticos e no curso de um deles, que em 1911 alcançou seu ponto culminante, o presidente Taft foi "absorvido".

Durante muitos séculos, os russos mantiveram conflitos com os judeus, que minaram os fundamentos do Estado, até a Rússia sucumbir ao seu poder. Disraeli sabia o que o mundo inteiro ignorava: que a mão israelita pesava sobre este Império. "O mais absurdo equívoco universal da era moderna consistiu na propaganda anti-russa fundada nas pretensas "perseguições dos judeus". Este império, ao contrário, destinara aos judeus grande parte das suas terras do Sul, sendo ao mesmo tempo tão benigno na execução das leis que lhes proibiam estabelecer-se em outras comarcas, que foi possível aos judeus estender sistematicamente sobre todo o país uma rede invisível, na qual envolveram todo o comércio do trigo, e a "opinião pública", burlando o governo czarista. O clamor das "perseguições" se levantou porque não se lhes permitia explorar a seu bel-prazer os aldeãos; e, apesar de tudo, eles conseguiram seu desiderato.

Quando os Estados Unidos se haviam convertido na "Nova Jerusalém", decidiram os judeus utilizar o governo americano para a execução das intenções que até então, em outros meios, não tinham ainda podido realizar. Judeus russos e alemães vinham à América, faziam-se nacionalizar quanto antes, e regressavam depois, na qualidade de "americanos", à Rússia, com o propósito de estabelecer ali seus comércios. A Rússia, porém, tratava os judeus como judeus, sujeitando-os à sua legislação.

Quanto mais judeus alemães e russos nacionalizados voltavam para a Rússia, pretendendo burlar as leis russas, tanto mais se acumulavam os protestos dirigidos ao Ministério de Estado em Washington. A princípio não se lhes deu importância, porque na maioria dos casos resultou das sindicâncias que esses "novos" americanos não tinham interesse nenhum em voltar aos Estados Unidos, pois que haviam adquirido a cidadania americana unicamente para que lhes servisse de passaporte geral na Rússia. Nessas condições, o governo americano não tinha razão para intervir. Os representantes consulares americanos foram encarregados de estudar o assunto. Um destes, John W. Foster, informou em 1890 ao governo "yankee" de que a Rússia receberia com prazer os cidadãos americanos genuínos, mas não judeus alemães mascarados.

Durante aquela época, começou a fazer-se nos Estados Unidos uma propaganda sumamente ativa sobre a "questão russa". Em primeiro lugar, gritavam

os judeus, no seu estilo característico, contra as "perseguições", como se a vida dos judeus na Rússia fosse o próprio inferno. Entretanto, informava o embaixador Foster naquela época: "... Em todas as cidades russas o número de judeus efetivamente residentes excede o dos matriculados, sendo aquele muito maior do que o permitiria a aplicação estrita da legislação vigente. Assim conhecedores dos assuntos de S. Petersburgo, calculam os judeus residentes na capital em cerca de 30.000, ao passo que apenas 1.500 estão matriculados oficialmente. Igual fonte me informa que, enquanto existe um só colégio judeu licenciado, educam-se três ou quatro mil crianças judias em escolas clandestinas. Outro indício da influência judaica consiste em que nos jornais mais importantes de S. Petersburgo e de Moscou colaboram quase sem exceção um ou vários redatores judeus."

Das investigações oficiais americanas, sempre se concluía que os judeus exageravam enormemente as coisas para forçar uma intervenção diplomática.

Quando, depois de muitos anos de propaganda subterrânea e pública, se haviam apoderado firmemente da "opinião pública", adotaram os agitadores a forma do "problema de passaportes russos". "A Rússia ousa desdenhar um passaporte americano! A Rússia ofende o Governo dos Estados Unidos da América! A Rússia trata indignamente cidadãos americanos!..." e coisas parecidas.

A agitação culmina na "pretensão" de que os Estados Unidos rompam todas as suas relações comerciais com a Rússia. Por essa mesma época, o secretário de Estado, sr. Blaine, estudava um projeto para levantar um dique contra a cheia de imigração israelita, que então ameaçava o país. Teve como resultado a estranha situação de que, enquanto os Estados Unidos tinham graves motivos de queixa contra os judeus, deviam impugnar à Rússia o direito de pensar da mesma forma dentro de seu próprio território. Nessas circunstâncias, o Ministro de Estado russo, expôs o caso claramente, dizendo que provavelmente a América não se queixaria da imigração de 200.000 judeus russos se estes fossem realmente "operários". Entretanto, era perfeitamente compreensível que à América não conviria a afluência de 200.000 "exploradores usurários". Tal era também a razão por que a Rússia se opunha a tais elementos, que pretendiam explorar o país e não favorecê-lo produtivamente.

A agitação contra a Rússia prosseguiu sem esmorecimento até Taft ser eleito presidente. Convém aqui ter presente a representação perpétua dos judeus junto do governo de Washington. O embaixador que estava à sua testa tinha por missão, naturalmente, garantir antecipadamente a conquista de Taft. Entretanto, este não era, naquela época, tão apegado aos judeus como mais tarde. Entre a Rússia e os Estados Unidos existia desde 1832 um Tratado de Comércio, que no transcurso de 80 anos correspondera perfeitamente aos interesses mútuos. O presidente considerou, pois, uma exigência descabida anular este Tratado tão-somente por capricho dos judeus. Junto com esta exigência os judeus apresentaram outra ao presidente: anular o projeto de lei votado no Congresso, pelo qual todos os imigrantes tinham de submeter-se a exame sobre sua educação escolar. A imigração dos judeus russos, isentos de qualquer vestígio de cultura, adquiria no conjunto dos planos judeus um aspecto tão importante como despiciendos eram os interesses do país em que habitavam.

Um dia, o presidente Taft se viu obrigado a perguntar diretamente o que era que se pretendia dele. "Conferencie com os próceres do judaísmo america-

no", responderam-lhe. A 15 de fevereiro de 1911, apareceram na Casa Branca de Washington Jacó Schiff, Jacó Furth, Luiz Marshall, Adolfo Kraus e Henrique Goldfogle. Após um almoço cordialíssimo, iniciaram-se as conferências. O presidente estava bem preparado e não ignorava que de longas discussões nunca resulta nada prático. Seus hóspedes vinham com uma decisão já tomada, crendo poder "conquistar" o benigno presidente às boas. Mas qual não foi o pasmo dos delegados quando o presidente tirou do bolso um papel e começou a ler-lhes suas idéias e conclusões! Francamente, não esperavam isso.

Em primeiro lugar, chamou a atenção de seus hóspedes sobre o perfeitíssimo direito que assistia aos Estados Unidos de admitirem no seu território quem lhes convenha. Quanto ao Tratado de Comércio russo-americano, disse que dera bons resultados e que durante mais de 80 anos de vigor, muitos cidadãos americanos, confiados na lealdade de ambos os países, haviam fundado estabelecimentos na Rússia. Os judeus não deviam esquecer-se de que, no caso de ser anulado aquele, haveria necessidade de combinar outro tratado. Além disso, revogado o tratado vigente, lesar-se-iam importantíssimos interesses americanos na Rússia, e não se poderia afirmar que, com isso, a situação dos judeus na Rússia seria mantida no "status quo", isto é, não pioraria. Disse que não faria nada contra a imigração dos judeus russos; porém, "quanto mais se colocassem nos territórios do Oeste, tanto melhor". Voltou a assinalar as possíveis conseqüências que para os próprios judeus russos poderia ter a anulação do tratado e concluiu dizendo: "É o que me parece... Foi a conclusão a que cheguei." A delegação israelita caiu das nuvens. Simão Wolf, o "embaixador" permanente, respondeu: "Senhor Presidente, tenha a bondade de não entregar essas notas à imprensa." Jacó Schiff interrompeu-o com voz trêmula de raiva, gritando: "Pelo contrário, desejo que essas palavras se publiquem. Todo o mundo deve conhecer a opinião do Presidente." Instaram ainda para que aceitasse as exigências dos judeus; Taft, porém, lamentando-o muito, teve de dizer-lhes que estudara detidamente o assunto, sob todos os aspectos, e que a sua decisão estava tomada. Ao despedir-se, Jacó Schiff recusou, com ares de majestade ofendida, a mão estendida do Presidente. 'Com os diabos! Que irritado estava o sr. Schiff ontem!", dizia Taft no dia seguinte. Cedo, deveria compreender as conseqüências da entrevista. Ao sair da Casa Branca, Schiff dissera: "É a guerra". Mobilizou bons capitais e escreveu uma carta breve, mas atrevida, ao Presidente. O secretário do Comércio e Trabalho, a quem em seguida Taft entregou a carta de Schiff e a sua própria resposta, disse: "Estranhei sobremaneira a forma tranqüila da sua resposta."

A anulação do tratado comercial russo-americano teve necessariamente como conseqüência o desvio dos grandes interesses do intercâmbio entre as duas nações para as mãos dos judeus alemães. Os banqueiros de Franckfurt e seus parentes residentes nos Estados Unidos sabiam o que isso significava, isto é: que passariam a operar como intermediários. Pelos manejos de um movimento organizado e sustentado financeiramente no território americano com o escopo de amordaçar uma nação amiga, ia romper-se a neutralidade comercial dos Estados Unidos. Os organizadores e financiadores do caso foram os judeus, que abusavam do seu poder internacional para forçar a política dos Estados Unidos a ratificar-lhes as ambições, tanto de natureza financeira como revolucionária.

Logo depois daqueles judeus deixarem a Casa Branca, circulavam telegramas de Washington e Nova Iorque para todo o país, dando início à "grande

caçada". Tinham em todas as cidades os seus "caçadores", que se dirigiam aos deputados e senadores. Nenhum funcionário público, por insignificante que fosse sua posição, deixou de se incomodar com o caso. A imprensa também se ocupou do assunto, comprovando-se "já então" o que nestes últimos anos se converteu em realidade indiscutível, isto é, que os judeus dominam absolutamente a maioria dos nossos grandes e pequenos jornais. Entretanto, indícios há de que tal estado de coisas não será de duração eterna.

A 5 de fevereiro de 1911, dizia Jacó Schiff: "É a guerra". O comitê judeu-americano, a Ordem B'nai B'rith e as demais e incontáveis organizações dos judeus consagravam-se ao assunto e, aos 13 de dezembro do mesmo ano, ou seja, dez meses depois da "declaração de guerra", "obrigavam a Câmara dos Deputados, e o Senado ao Presidente Taft, a participar ao Governo russo que o então vigente Tratado de Comércio caducaria no exercício próximo vindouro!"

"Franckfurt-sobre-o-Meno vencera!"

Durante aqueles meses, Taft foi objeto constante da odiosidade judaica; entretanto, os olhos de muita gente se abririam ao comparar as frases lisonjeiras com que depois Taft mimoseou os judeus em seus discursos com os motejos que esses mesmos judeus cuspiam sobre ele há nove anos.

O método pelo qual os judeus conseguiram forçar aquele voto no Congresso é de todos conhecido, como também o júbilo com que o saudaram. "Dois governos vencidos! E um presidente da América obrigado a inclinar-se perante o hebreu!"

O Presidente fizera o humanamente possível para frustar o plano judeu. Apesar disso, foi distinguido, um ano depois, com honras extraordinárias; apresentaram-se na Casa Branca os Altos Graus da Ordem B'nai B'rith e penduraram-lhe à lapela uma medalha comemorativa, para distinguir "o homem que no decorrer do ano mais havia feito para favorecer a causa dos judeus". De tão solene cerimônia existe uma fotografia; no semblante do presidente Taft, todavia, não se pode observar satisfação extraordinária alguma.

Apesar disso, os judeus não depositavam inteira confiança no Presidente. Em cartas e também em publicações, notava-se o temor de que Taft ainda pudesse encontrar meios de manter boas relações com a Rússia. Foi vigiado, foi assediado, não teve um momento livre. E assim impediram-no de atenuar a tensão das relações. Queriam à força que Franckfurt açambarcasse intermediariamente o comércio americano com a Rússia, e que a Rússia recebesse um golpe mortal. Cada passo de tal política de raça traz ainda lucros em metal sonante: "sangram" o mundo inteiro, ao mesmo tempo que o subjugam.

A primeira vitória sobre a Rússia obtiveram-na os judeus dentro dos Estados Unidos. A segunda, dentro da própria Rússia: foi o bolchevismo, o cataclismo final, a ruína do país e o assassínio dos Romanow.

XV

História de Bennett, o editor jornalístico independente

A primeira resposta dos judeus às críticas de sua raça por um não-judeu consiste na ameaça e até na execução de medidas terroristas: se se trata de um comerciante, porém, é o boicote. A tática seguida em tais casos costuma ser a propagação, primeiro, de boca em boca, da advertência: "calemos Fulano". Em seguida, por meio da imprensa faz-se todos os dias o ataque, sendo possível com um cabeçalho insinuante, mandando os editores apregoar as folhas com a inculca de "revelações sensacionais". Combina-se mutuamente não comprar do comerciante perseguido e também boicotar todo aquele que comprar dele. Com tal método, seguido religiosamente, têm eles conseguido, satisfatoriamente, alimentar o conhecido "medo do judeu". Um diretor-gerente não-judeu de certa casa comercial importante expendeu entusiasmado a idéia de que "também a vida comercial deveria basear-se solidariamente nos princípios da moral e da honra". Num banquete oferecido à sua clientela, falou a respeito disso, formulando a seguinte exortação: "Na vida comercial precisamos assimilar cada vez mais os princípios de Jesus Cristo". Entre a freguesia se encontravam 40 judeus, que desde aquele dia deixaram de ser clientes seus.

O objeto do presente capítulo é a história de um boicote que se prolongou "por muitos anos" contra o *New York Herald,* diário nova-iorquino que ousava manter-se independente das influências dos judeus. Essa empresa jornalística existiu durante 90 anos, mas desapareceu por fim ao fundir-se com uma congênere. No campo das informações universais, distinguiu-se extraordinariamente, enviando Henry Stanley à África, em explorações, equipando a expedição do Jeanette ao Pólo Norte e participando, sobretudo, no lançamento do "primeiro cabo submarino". Sua maior glória, porém, foi manter-se, durante decênios, em absoluta independência jornalística diante dos ataques reunidos da totalidade do judaísmo nova-iorquino. Sua fama no mundo editorial era que nem suas informações políticas, nem sua redação, eram vulgares ou se deixavam influenciar.

Seu proprietário, James Gordon Bennett, falecido em 1918, mantivera-se sempre em atitude amigável diante dos judeus de sua cidade. Nunca alimentou idéias preconcebidas a respeito deles, nem os ofendeu jamais propositadamente. Batalhava porfiadamente, porém, quando se tratava da honra das empresas jornalísticas independentes. Nunca admitiu a teoria de que a clientela anunciadora devesse exercer a mínima influência sobre a parte redatorial de um jornal.

Há trinta anos, a imprensa nova-iorquina era ainda independente, ao passo que hoje se encontra efetiva e totalmente sob o guante judeu. A pressão deste, ainda que se processe de diferentes formas, é exercida incessantemente. É claro que os diretores de jornais não o dizem publicamente, pois também para eles existe a máxima de que negócio é negócio. Naquela época, existiam em Nova Iorque oito ou nove grandes diários, reduzidos hoje a apenas cinco.

O *Herald* gozava de sólido renome e era procurado de preferência pelos anunciantes, por causa da sua grande tiragem. Encarado sob o aspecto jornalístico, foi a folha predominante.

A população hebraica de Nova Iorque, em princípios do último decênio do século passado, não alcançava a terceira parte da atual, sem que por isso deixasse de representar já uma forte potência capitalista. Todo jornalista sabe, hoje, que os magnatas judeus têm quase sempre a pretensão de lançar ou suprimir certas notícias na imprensa. "Ninguém observa tão cuidadosamente os jornais no tocante às notícias sobre seus assuntos como os judeus". Muitos editores poderiam testemunhar esta afirmação com fatos da sua própria experiência.

O *Herald* jamais abandonou sua convicção de que nada no mundo devia desviá-lo da sua obrigação sagrada de expor publicamente a verdade. Essa atitude exerceu durante muito tempo influência muito salutar sobre os demais jornais nova-iorquinos. Quando nos círculos judeus ocorria qualquer escândalo, personagens judias influentes apareciam imediatamente nas redações para conseguir que se suprimisse a notícia. Os editores sabiam, porém, que duas portas além estava a redação do *Herald*, e que este não suprimiria nada a pedido de ninguém. Assim, pois, dizia: "Com muito gosto satisfaríamos os senhores, mas como o *Herald* não fará o mesmo, não temos outro remédio que publicar este assunto, por causa da concorrência. Talvez consigam algo no *Herald*: nesse caso, também nós os serviremos gostosamente." O *Herald*, porém, não transigia: publicava tais notícias, impassível diante das súplicas, queixas ou ameaças.

Certo banqueiro judeu exigiu, várias vezes, que Bennett despedisse seu redator financeiro. O tal banqueiro especulava com títulos mexicanos numa época em que estes estavam em grande flutuação. Em certa ocasião, quando queria impingir uma quantidade extraordinária de tais títulos aos crédulos americanos, inseriu o *Herald* o que consta de uma revolução mexicana em perspectiva, a qual, na verdade, estalou pouco depois. O banqueiro, furioso, usou de todos os recursos possíveis para conseguir a demissão daquele redator, sem alcançar o menor êxito.

Outra vez em que certo membro de conhecida família judia se envolveu num assunto escandaloso, recusou-se Bennett a silenciar, argumentando que, se o mesmo escândalo tivesse ocorrido numa família pertencente a outra raça qualquer, seria publicado sem contemplações de espécie alguma.

Mas o jornalismo é também coisa mercantil. Há assuntos os quais um jornal não deve tocar sem correr o risco de ver esgotadas as suas fontes de renda. Esta circunstância apresenta-se quando a receita não se alicerça tanto nas assinaturas e na venda como nos anúncios. Aquelas apenas cobrem os gastos de papel. Por esta razão, os anunciantes adquirem tanta importância como as fábricas de papel. E como os mais importantes clientes anunciadores são as grandes lojas, e como estas se encontram, na sua maioria, em mãos de judeus, é natural que os israelitas se esforcem por influenciar a parte informativa daqueles jornais aos quais concedem seus anúncios.

Em Nova Iorque sempre constituiu ambição dos judeus ter um compatriota vereador. Quando os partidos políticos principais estavam divididos entre si, julgaram os israelitas chegado o momento asado de se imporem. Calculavam que os jornais não desatenderiam um pedido firmado pelos proprietários dos grandes armazéns, como clientes de "peso", e dirigiram uma carta brevíssima,

"rigorosamente confidencial", a todos os editores de jornais nova-iorquinos, na qual pediam apoio para a candidatura dos judeus à intendência.

Os editores viram-se em apuros. Durante dias pensaram maduramente acerca do problema. A redação do *Herald* telegrafou a Bennett, que se encontrava em viagem, recebendo a seguinte resposta telegráfica: "Publique a carta", o que se fez. A tática subterrânea da clientela israelita de anúncios foi estigmatizada, e Nova lorque não-judia se viu livre de um pesadelo. O *Herald* declara que estava disposto a servir os interesses públicos e não os particulares.

Os magnatas judeus atacaram o *Herald* e o homem que se atrevera a lançar luz sobre seus projetos escusos. O *Herald* era o órgão da boa sociedade nova-iorquina, e Bennett velava para que só os apelidos de famílias verdadeiramente proeminentes aparecessem nas colunas sociais de seu jornal. As circunstâncias em que Bennett, inúmeras vezes, burlou judeus repentinamente enriquecidos, desejosos de aparecerem nas "Notas de sociedade", são o que há de chistoso na história jornalística. Apesar de tudo, foi bastante prudente para não provocar o ódio aberto dos judeus. Não tinha prevenção com os judeus; apenas não se deixava amedrontar.

Todos os elementos ricos e influentes do judaísmo nova-iorquino aliaram-se para preparar contra Bennett o golpe decisivo que o devia abater. Como um só homem, retiraram os clientes judeus seus anúncios dos jornais de Bennett, *Herald* e *Evening Telegram,* justificando seu procedimento com o pretexto de que o *Herald* mostrara-se abertamente hostil aos judeus. O verdadeiro motivo era, entretanto, a firme intenção de aniquilar um editor jornalístico americano que ousava permanecer independente deles.

O golpe foi, realmente, rude: significava a perda de três milhões por ano. Qualquer outro jornal de Nova lorque teria sucumbido imediatamente. Subiam-no os judeus, que aguardavam tranqüilamente a falência de Bennett, a "quem haviam declarado inimigo".

Bennett, porém, possuía uma têmpera combativa de lutador. Além disso, é provável que conhecesse a psique judaica melhor que todos os não-judeus nova-iorquinos em conjunto. Respondeu-lhes de uma forma completamente inesperada por seus adversários. As páginas principais de seus jornais haviam sido ocupadas até então quase só pelos anúncios dos judeus. Concedeu-as, nessa conjuntura, em condições excepcionalmente vantajosas, a comerciantes não-judeus, e estes, que antigamente, graças à maior opulência dos anunciantes judeus, tinham de contentar-se com os versos ou com as colunas de menor efeito, brilharam desde aquele momento nos lugares de mais eficácia anunciadora. Um dos comerciantes não-judeus, que desta situação tirou maior proveito, foi John Wanamaker, cujos enormes anúncios começaram desde então a aparecer ininterruptamente nos jornais de Bennett, que continuaram a publicar-se no mesmo volume, tiragem e matéria não editorial. A catástrofe tão bem calculada não aconteceu. Seus adversários, em troca, viram-se na situação tragicômica de aparecerem seus competidores não-judeus nas colunas de mais realce, enquanto eles eram relegados da propaganda nos jornais mais lidos da grande metrópole. O boicote recaiu, pois, sobre os próprios boicotadores.

Isso era demais. Os judeus quiseram fazer as pazes com Bennett, a fim de voltarem a ocupar seus antigos postos nos anúncios. Bennett, porém, disse-lhes: Não. Ofereceram-lhe preços elevados. Bennett repetiu: Não! Tiveram, pois, de renunciar definitivamente aos lugares de preferência.

Ocorreu, ainda, algo cômico. Certos judeus, cujo sentido mercantil estava mais apurado que o de raça, haviam continuado a inserir seus anúncios no *Herald* durante o boicote. Quando perceberam que seus irmãos rebeldes voltavam cabisbaixos a procurar o animoso editor, suspeitaram que Bennett os recebera novamente, oferecendo-lhe preços reduzidos; mandaram-lhe, pois, uma carta pedindo para eles igual tratamento. Bennett publicou também esta carta, declarando que a nenhum judeu ex-anunciante concedera os preços especiais.

Bennett vencera, porém a vitória lhe saíra muito cara. Durante o tempo que durou o boicote, fora-se avolumando constantemente a população judaica em Nova Iorque e seu poderio. Contra o jornalismo também investiam cada ano mais poderosamente, dominando-o, no pressuposto de que com o predomínio na imprensa nova-iorquina poderiam dirigir igualmente a ideologia do país inteiro. Viram em Nova Iorque a capital dos Estados Unidos, quando toda pessoa judiciosa a considerava um foco infeccioso.

Com as fusões diminuiu o número dos grandes diários nova-iorquinos. A. S. Ochs, judeu de Filadélfia, adquiriu o *Times*, de Nova Iorque, convertendo-o em jornal de grande circulação, mas com o objetivo principal de servir os interesses dos judeus. Em suas colunas, louva-se e defende-se o judaísmo constantemente, enquanto outras raças ficam esquecidas em circunstâncias idênticas.

Apareceu por fim em cena Hearst, agitador perigoso, não só por se envolver em assuntos equívocos, como também por servir uma classe duvidosa de homens. Cercou-se de um estado-maior de judeus, favoreceu-os, tratou-os com diplomacia; também esbarrou neles alguma vez, mas nunca escreveu a verdade sobre eles, nem os abandonou. Em recompensa, gozava do favor de seus anúncios.

Estavam assim colocados os fundamentos do predomínio judeu sobre a imprensa americana; ia-se apagando o brilho dos antigos nomes americanos de editores de jornais.

"Uma empresa jornalística ou se funda sobre uma personalidade relevante, ou constitui mero negócio". Neste último caso tem maiores probabilidades de sobreviver ao seu fundador. O *Herald* estava identificado com Bennett. Com sua saída, teve forçosamente a empresa de perder a maior parte de sua combatividade e relevo. Bennett amava-a como se ama um filho. Para evitar que sua obra chegasse a ser presa dos judeus, ordenou no seu testamento que o *Herald* não passasse nunca às mãos de um só proprietário, para o que determinou que todas as rendas fossem destinadas a um fundo em favor dos seus colaboradores.

Faleceu em maio de 1918. Os adversários judeus do Herald, ainda em atitude hostil, iam retirando sistematicamente seus anúncios, para, se fosse possível, forçar a venda do jornal. No lado contrário, fortes elementos financeiros começaram a compreender e a temer o nascente perigo de uma imprensa totalmente judaizada. Reuniram fortes somas e fizeram comprar o jornal por F. A. Munsey. Com estranheza geral, este mudou logo de rumo e fundiu a empresa com a do *New York Sun*. A obra jornalística de Gordon Bennett desapareceu com essa transação e seus colaboradores estão hoje espalhados.

A vitória dos judeus foi uma vitória financeira obtida sobre um morto. Enquanto Bennett viveu, venceu-os, financeira e moralmente. Os americanos hão de recordar sempre o *Herald* como o último baluarte a cair diante do judaísmo de Nova Iorque, em cujo jornalismo atual predomina o israelita como em nenhu-

ma outra metrópole do mundo inteiro. Em outros lugares existem alguns jornais que dizem a verdade acerca dos judeus. "Em Nova Iorque não existe mais". E assim permanecerão as coisas até que os americanos despertem de sua sonolência, delimitando com mão firme a área das "reivindicações israelitas". Então, talvez aconteça que os todo-poderosos de hoje tenham motivos para tremer ante a perspectiva do amanhã.

A moralidade desta história é que cumpre examinar, com grande escrúpulo, tudo o que provém de Nova Iorque, porque procede do centro do governo judeu, cuja finalidade é influenciar assim a ocasião de dominá-lo completamente algum dia.

XVI

A informação de Morgenthau sobre a Polônia

Entre a questão judaica nos Estados Unidos e a da Polônia, parece que medeia um abismo. Visto que os judeus americanos na sua propaganda se referem sempre de preferência à Polônia, e que, segundo certo plano preparado por um de seus irmãos de raça, vão se introduzindo aqui 250.000 judeus poloneses, e finalmente porque o povo polones fez suas experiências especiais sobre o programa judaico mundial, parece certo que a Polônia pode dar uma lição neste assunto aos Estados Unidos da América. Tanto mais que mal se pode ler qualquer jornal americano sem encontrar em suas colunas as pegadas de uma propaganda judaica antipolonesa, que serve para desviar nosso olhar do que se passa no porto de Nova Iorque. Se algum leitor nos objetar que não devemos falar sempre na Polônia, mas ocupar-nos mais da América, é que esse leitor vê a Polônia segundo os desejos dos judeus, e essa ideologia judaizada torna-o até certo ponto incapaz de compreender plenamente a questão judaica na América. É absolutamente imprescindível que procuremos em nossa pátria um milhão de pessoas que com tamanha rapidez estão desembarcando em nosso litoral, vejamos o que fazem, e que façamos saber em que se fundam realmente as muitas queixas sobre perseguições dos judeus na Polônia.

Sobre este ponto existem cinco testemunhos oficiais, que foram publicados pelos governos da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, respectivamente. Um deles é a informação de Mr. Morgenthau acerca dos trabalhos da delegação americana na Polônia para averiguar a situação dos judeus naquele país. Anexa a essa informação existe uma memória minuciosa do membro da delegação, general de brigada Jadwin.

Sobre esse documento paira certo mistério. Apesar de ter sido impresso para a publicidade, tornou-se sumamente raro, como se tivesse desaparecido da noite para o dia. Foi com muita dificuldade que se pôde adquirir o exemplar de onde foram extraídos os parágrafos seguintes. Seu autor, Morgenthau, chefe da delegação americana, que trabalhou na Polônia de 13 de julho a 13 de setembro de 1919, foi embaixador americano em Constantinopla, é pessoa de excelente reputação pessoal e pública. As causas da escassez desse folheto estribam-se no fato de não ter ele agradado os judeus, porque diz sem rodeios a verdade dos judeus na Polônia.

Quando a delegação americana saiu da Polônia, chegou outra britânica, sob a chefia de certo judeu inglês chamado Stuart Samuel, que permaneceu alí até dezembro. "O atual Alto Comissário da Palestina, Herbert Samuel, é irmão deste judeu inglês". Com Samuel Stuart estava o capitão Wright, que escreveu um anexo. Ambos esses documentos, com uma carta do embaixador britânico em Varsóvia, Rumbold, foram remetidos ao governo de Londres. Dessas cinco informações só uma "caiu em graça" aos judeus americanos, a de Stuart Samuel. Foi publicada textualmente nos jornais, e até em forma de manifesto de certo congresso americano-judaico. Pode ser adquirida em toda

a parte e na quantidade que se deseje, mas nenhuma das outras informações, só esta. Por quê? Porque as quatro restantes tratam o assunto imparcialmente e de todos os pontos de vista. Se chegassem ao domínio público, apareceria a propaganda em favor da enorme imigração de judeus-poloneses com perspectivas completamente diferentes das que hoje se estendem à nossa vista.

Para que o leitor possa formar um juízo exato por si mesmo, copiaremos as declarações respectivas dos cinco informantes, pondo-as em paralelo, nos sítios em que tratam dos pontos primordiais. Surgirão assim claramente as coincidências e as divergências.

1. SOBRE "PERSEGUIÇÕES" EM GERAL

Diz Samuel: "Os poloneses são, em geral, de natureza simples, e se as atuais excitações da imprensa fossem reprimidas com mão dura, poderiam os judeus viver, como nos oito séculos passados, em boas relações com seus concidadãos".

Merece atenção a leviandade com que Samuel fala da repressão da imprensa. Agora obteve a imprensa polonesa aquela liberdade de que a imprensa judaica sempre gozou na Polônia. E agora que escreve francamente sobre os judeus, propõe Samuel represálias com mão dura. À Inglaterra, onde a liberdade de imprensa volta igualmente a obter a liberdade de crítica, provavelmente não ousaria ele propô-lo. Sobre a imprensa judaica na Polônia, escreve Israel Friedlaender: "A imprensa judaica desenvolveu-se rapidamente ao impulso civilizador dos judeus na Polônia. Pode-se deduzir a magnitude de sua influência do fato (que os poloneses, incompreensivelmente, assinalam em tom de censura) de que o principal jornal judeu de Varsóvia tinha há poucos anos uma tiragem maior que todo o resto da imprensa polonesa em conjunto."

Morgenthau informa: "Os soldados excitavam-se ao rumor de que os judeus eram bolchevistas, enquanto que em Lemberg escreveu-se que os judeus faziam causa comum com os ucranianos. Esses excessos foram, pois, tanto de caráter político como anti-semita."

"Da mesma maneira que os judeus considerariam profundamente injusto que os julgássemos em seu conjunto de raça po causa de atos isolados de alguns de seus correligionários, também seria injusto julgar a nação polonesa em sua totalidade por causa das violências cometidas por tropas indisciplinadas ou bandos isolados de populacho. Estes excessos não estavam preparados manifestamente, porque se fizessem parte de um plano premeditado, o número de vítimas se teria elevado a milhares, ao passo que, na realidade, não passam de 280. Devem ser considerados como resultado de fundo sentimento anti-senita, acrescido da crença de que os habitantes judeus professavam sentimentos hostis ao Estado polonês."

O embaixador Rumbold diz: "Os judeus têm poucos motivos fundados para os clamores e protestos que às vezes levantam contra um país, no qual talvez hajam sofrido menos que em nenhum outro".

O capitão Wright informa: "Há várias tentativas para explicar a imaginação enfermiça dos judeus, de que é um povo suprimido e perseguido... Esta afirmação adaptada em teoria traz em si muitas vantagens, exceção feita de sua veracidade. Se tivermos em conta o que tem acontecido nestes últimos tempos a outras "minorias de raça, religião e língua", "não se nos apresentam os

judeus como o povo mais perseguido, mas, ao contrário, como o mais favorecido na Europa".

Observa o general Jadwin que o clamor de perseguição deve ser considerado tão-somente como meio de propaganda, e afirma: "As desordens ocorridas em Lemberg, de 21 a 23 de novembro, assim como os excessos na Lituânia, converteram-se em arma para uma propaganda antipolonesa. A oficina de Imprensa dos países centrais, que tinha interesse em desacreditar a República polonesa, permitiu a publicação de informações jornalísticas... segundo as quais testemunhas oculares calculavam em 2.500 a 3.000 o número de vítimas, posto que pela declaração das juntas locais elas subissem apenas a 76". E em outro lugar continua: "Da mesma maneira que os demais governos independentes do mundo, a Polônia está exposta também a uma propaganda política e internacional nascida da guerra. A inflação, supressão ou invenção, respectivamente, de notícias de atualidade, o suborno de jornais por todos os meios imagináveis e perversão dos órgãos públicos por meio de influências ocultas, todos os meios, enfim, de uma propaganda intencionada constituem uma ameaça sob a qual a Polônia tem de padecer especialmente".

Esta propaganda assim caracterizada é, no entanto, completa e tipicamente judaica.

O número de judeus mortos, calcula-o Morgenthau em 258, enquanto que Rumbold fala tão-somente em 18 dentro da "Polônia propriamente dita", tendo os restantes sucumbido nas desordens da zona de guerra. Samuel dá o número de 348 como total de mortos.

2. AS CAUSAS GERAIS DOS MOTINS ANTI-SEMITAS ANTES DA GRANDE GUERRA

Stuart Samuel diz a respeito: "Os judeus residentes na Polônia e na Galícia ascendem a três milhões... A opinião pública se excitara contra eles por causa da implantação de um violento boicote, datando da época seguinte às eleições parciais da Duma verificadas em Varsóvia em 1912... As relações comerciais existentes entre a Polônia e a Rússia tinham sido sempre muito importantes, principalmente em mãos judias, e não só quanto ao comércio de artigos de exportação, mas também quanto à fabricação... A força propulsora em quase todos os negócios era um monopólio judaico. Quase todos os agentes rurais, a serviço da nobreza polonesa, pertencem à raça judaica... Também merece atenção o fato de que as classes médias da população se compõem, em sua quase totalidade, de judeus. Por cima acha-se a nobreza e nas camadas baixas a população aldeã. As relações dos judeus com os aldeões são satisfatórias. Os jovens das aldeias não sabem ler os jornais e por isso cedemfacilmente ao anti-semitismo ao entrar no exército. Dizem que não é coisa extraordinária recorrerem os aldeões à decisão dos tribunais rabínicos ou judaicos".

Daí se conclui que os judeus na Polônia "gozavam de uma posição assás favorável". Compare-se o que o mesmo Samuel disse acerca do mesmo assunto no começo deste capítulo.

Quanto à afirmação de Samuel sobre o monopólio comercial judaico na Polônia, acrescentou Rumbold: "Podia acontecer que se interpretasse erroneamente o que diz Mr. Samuel sobre a parte que, antes da guerra, tinham os judeus nas relações comerciais russo-polonesas, e com respeito às indústrias

do país, mas o caso é que a maioria das mercadorias exportadas da Polônia foram negociadas pelos judeus e que só uma pequena porcentagem delas foi também fabricada por ele."

O capitão Wright refere: "Na Polônia e até a última geração todos os comerciantes foram judeus. Os poloneses eram aldeões ou proprietários de terras, respectivamente, abandonando o comércio aos judeus. Ainda agora mais da metade, talvez três quartos dos comerciantes, são judeus... Tanto nas capitais como nas aldeias, sabe-se que os judeus orientais não são quase nunca produtores, mas somente intermediários... Do ponto de vista nacional-econômico aparecem os judeus sempre como "mercadores", nunca como "produtores" de valores, nem sequer como manufatureiros; são especialmente traficantes em dinheiro. Com o andar do tempo fizeram-se donos da totalidade do comércio e do tráfico, e desde então não trabalham em nada".

Quanto ao que diz Samuel acerca dos agentes rurais, acrescenta Wright: "A Polônia é um estado agrícola; mas os judeus orientais, em oposição a seus irmãos ocidentais, desempenham papel muito importante na agricultura. Cada aldeia, cada granja, possui seu judeu próprio, que ocupa uma espécie de tronco hereditário. Ele encarrega-se da venda dos produtos dos aldeões e realiza suas compras na capital. Cada proprietário rural ou aristocrata polonês tinha assim um judeu seu que se encarregava do tocante ao comércio, que administrava a parte mercantil da granja, que facilitava o dinheiro ao dono... Além disso, quase todos os habitantes das vilas rurais são judeus, vendedores de cereais e peles, trapeiros e negociantes a retalho".

Sobre a classe média diz a mesma testemunha: "É instrutivo imaginar o aspecto provável que ofereceria a Inglaterra, se vivesse em condições iguais. Ao chegar a Londres, observaria o forasteiro, em cada grupo de dois ou três habitantes, um judeu; todos os bairros pobres seriam habitados exclusivamente por judeus; neles, centos de sinagogas. Em Newbury notaria que toda a cidade era judia, com todos os seus letreiros escritos com letras hebraicas. Ao chegar ao condado de Berkshire, encontraria como único negociante na maioria de suas aldeolas, um judeu, e que estas aldeias na maior parte eram compostas de choças judaicas. Em Birmingham quase todas as fábricas estariam em mãos judaicas e dois terços das lojas ostentariam rótulos hebraicos."

Wright esforçou-se para dar a seus compatriotas ingleses uma clara idéia plástica da situação real da Polônia e do ânimo popular ali. Isso enfureceu profundamente a imprensa judaica. Em compensação, a informação de Samuel é notável, pelos muitos pormenores que cita e pelos poucos que interpreta.

3. A CAUSA GERAL DAS DESORDENS RESULTANTES DA GUERRA

Samuel: "A semelhança de línguas com o alemão deu origem a que durante a ocupação do país pelos alemães, os judeus fossem utilizados muitas vezes para tratar com os poloneses. Por esta razão foram inculpados de conivência com os alemães... O governo, oficialmente, não aprovou o boicote; mas parece que surgiram preconceitos na ocupação alemã. Vejo que muitos judeus, que tinham prestado serviços naquele tempo, foram despedidos e não tornaram a ser aproveitados; mas não encontro provas de procedimento semelhante com muitos poloneses."

Rumbold: "A semelhança da fala "yidisch" com a alemã pode ter sido a causa dos alemães utilizarem grande número de judeus, durante a ocupação da Polônia, ainda que seria fácil encontrar uma infinidade de poloneses que conhecessem o idioma alemão. A diferença era que os poloneses não serviriam aos alemães, a quem consideravam inimigos seus, senão de muita má vontade".

O general Jadwin diz: "Durante a ocupação da Polônia pelos alemães, tanto o caráter germanizado da linguagem judaica, como a presteza de certos elementos judaicos em se relacionarem com os vendedores, induziram o inimigo a se servir de judeus como agentes para determinados objetos, oferecendo-lhes não só proteção especial, mas até a "promessa de autonomia". Afirma-se que os judeus especularam com víveres, no que foram favorecidos pelos exércitos de ocupação, para facilitar sua exportação para a Alemanha". Quer isso dizer, portanto, que os judeus foram também o meio pelo qual se roubavam víveres a um povo.

O capitão Wright diz: "A idade de ouro e o triunfo dos judeus sobrevieram durante a ocupação da Polônia pelos alemães. Os judeus na Polônia são freqüentemente germanizados, pelo alemão corrupto que falam, e quem fala alemão pode percorrer toda a Polônia, porque em toda a parte há judeus. Encontravam assim os alemães em qualquer parte quem lhes entendesse o idioma e pudesse servi-los. Em união com os judeus, os alemães organizavam seu sistema de exploração de quanto possuía a Polônia. Oficiais e funcionários alemães administravam todo o país, em colaboração com os judeus. Em cada região administrativa foram os judeus os instrumentos dos alemães, e com isso os judeus pobres enriqueciam muito depressa. "Apesar, porém, de sua aparente germanização, não é válida a acusação que lhe fazem os poloneses, de que os judeus eram dedicados aos alemães..., porquanto o foco do anti-semitismo não é mais leal à Alemanha do que à Polônia. "Os judeus do Oriente são judeus, e nada mais que judeus."

"Parecia certo que um dos dois impérios, Alemanha ou Rússia, havia de sair vencedor, e os judeus, "que tinham apostado em ambos", estavam seguros do êxito. Mas aconteceu que quem venceu foi a Polônia. Até hoje não podem os judeus se acostumar à sua restituição, e um deles me confessou que tudo isso lhe parecia um sonho".

4. O BOICOTE, ÚNICO MEIO QUE TINHA O POLONÊS DE SE LIVRAR DE SER ESTRANGULADO PELOS JUDEUS

Diz Samuel: — "Este boicote data das eleições da Duma de 1912. Diminuira muito durante a guerra, por causa da escassez de quase todos os gêneros: mas, com o armistício renasceu com toda a violência anterior... Existe em geral um forte boicote particular, social e comercial dos judeus, e é constantemente avivado pela imprensa polonesa". Samuel cita o caso de uma condessa polonesa, cujo nome foi duramente estigmatizado na imprensa polonesa, por ter vendido duas casas a judeus.

Vem ao caso o fato de terem se dado também recentemente na América desordens de fundo racial, originadas pelo procedimento de alguns insignificantes sindicatos judaicos, que especulavam com propriedades e que no centro dos bairros que apeteciam, compraram uma casa, desalojaram os inquilinos,

e nela instalaram famílias negras. Aproveitavam assim a predisposição de raças para desvalorizar as propriedades de "todo um bairro", e poder adquiri-lo depois a baixo preço. Talvez na Polônia as condições sejam semelhantes, parecendo então que a venda de terrenos a judeus seja considerada traição à própria raça. "A predisposição de raças" não oferece, contudo, explicação bastante a este fenômeno, e alguma coisa mais profunda se agita no problema.

O boicote consistia em um mútuo acordo entre os poloneses para não terem relações comerciais senão com poloneses. Eram os judeus numerosos, opulentos e influentes em todos os ramos comerciais. Senão oficialmente, na realidade são donos de toda a propriedade territorial de Varsóvia. O que chamamos "boicote", cuja denominação polonesa e "cooperativa", transformam-no e desfiguram-no os judeus, dizendo-se "perseguidos".

Rumbold diz a este respeito: "É preciso lembrar que os poloneses, sob a influência de modificações econômicas e diante do fato de que desde 1832 nenhum polonês podia ocupar emprego público algum, tiveram de se dedicar forçosamente ao comércio. Desde esse momento surgiu certa emulação entre a população polonesa e a judaica, respectivamente, na Polônia, emulação que se exacerbou quando o governo russo permitiu a fundação de cooperativas na Polônia. O movimento cooperativista na Polônia aumenta constantemente e não resta dúvida que está destinado a constituir um fator eminente no desenvolvimento econômico polonês, prejudicando indiretamente a posição preponderante do intermediário judeu.

"O governo polonês poderia suprimir tal boicote, mediante leis e decretos. Mas quero chamar a atenção para o fato de que está fora do alcance de um governo obrigar seus súditos a manterem relações comerciais com quem não queiram."

Também Morgenthau julga o assunto de um ponto de vista mais justo que seu correligionário britânico, e informa: "Muitos comerciantes judeus pretendem ver na instalação de negócios cooperativos uma forma de menosprezo prejudicial. Devemos reconhecer neles um esforço legislativo para limitar a excessiva atuação, e por conseguinte as grandes ganâncias dos intermediários. Infelizmente estas sociedades cooperativas, ao se instalarem na Polônia, se anunciaram como meio adequado para eliminar o traficante judeu. Este procedimento induziu os judeus a crerem que a instituição dessas sociedades era um ataque contra eles. É possível que os sentimentos anti-semitas tenham representado nisso certo papel, mas o que é fato é que o sistema de cooperativas representa uma forma de atuação nacional-econômica, cuja aplicação é absolutamente licita em qualquer comunidade.

Não é difícil, com efeito, depois de conhecidas as apreciações e o juízo dessas cinco personagens, formar uma idéia exata da situação da Polônia. Há 800 anos que a Polônia abriu suas portas aos judeus perseguidos em toda a Europa. Ali se congregaram, gozando de plena liberdade, e puderam constituir um "Estado dentro do Estado", pois que em todas as questões judaicas tinham autonomia absoluta. Tratavam com o governo polonês somente por intermédio de procuradores ou representantes eleitos. Os poloneses foram indulgentes com eles, não alimentando preconceitos de índole religiosa, nem de raça. Caiu depois a Europa sobre a Polônia, destroçando-a, até o ponto de não existir mais Polônia, senão só no coração de seus filhos. Durante essa época de humilhação para os poloneses, alcançaram os judeus enorme poderio, dominando-os até nos seus lares. Veio a Guerra Mundial e com ela a promessa

da restituição e libertação de uma Polônia independente. Não simpatizaram os judeus com essa restituição, porque nunca foram amigos dos poloneses. Viram-no estes perfeitamente, e quando, depois de assinado o Armistício, tiveram liberdade para manifestar francamente seus sentimentos, não deixaram de fazê-lo. Muitos acontecimentos deploráveis, se bem que não sejam inexplicáveis, sobrevieram então, e daí resultou que os judeus, segundo afirmação expressa dos poloneses, guerrearam contra o país que durante oito séculos lhes dera hospitalidade.

Demonstram esses fatos, suficientemente, a grave injustiça que comete a propaganda judia antipolonesa na América, contra a Polônia. Este era, porém, seu fim primordial. Secundário foi cegar o povo americano quanto aos fatos reais, e mostrar-lhes diferentes do que são, para que a Norte-América sofra pacientemente a enorme afluência atual dos judeus-poloneses.

XVII

O acorrentamento da Polônia pela Conferência da Paz

A diferença fundamental entre as informações de Stuart Samuel e as dos demais informantes ingleses e americanos, inclusive Morgenthau, sobre a situação dos judeus na Polônia, pode ser resumida na fórmula de que estes últimos buscam as causas que motivam os fatos atuais, o que Mr. Samuel omite.

Existem realmente dissidências entre os judeus e outros povos, onde quer que seja possível verificá-las, mas o mundo só chega a saber desse estado de coisas no caso em que comece a incomodar os judeus. Desde que o plano judaico de subjugar os povos não-judeus se desenvolva facilmente, não se chega a saber nada disso. Os não-judeus que se queixem, que protestem, que se sublevem quanto quiseram! Não se instituirá nunca em seu auxílio nem a mais insignificante comissão investigadora internacional. Assim, porém, que o judeu esbarre na mais leve resistência contra seu procedimento hostil, levanta-se imediatamente no mundo inteiro o grito de "perseguição". Assim foi quando os poloneses, seguindo o exemplo da minoria judia, começaram a fundar por sua vez as cooperativas polonesas, que logo foram tachadas de "anti-semitas" e se converteram em "perseguições dos judeus". Imediatamente os judeus residentes nas quatro partes do mundo criaram uma propaganda antipolonesa, tão geral como odiosa e injusta. Os ânimos chegaram a exaltar-se, houve violências deploráveis, e a luta ainda não cessou. As informações da imprensa sobre as violências cometidas por poloneses contra os judeus limitam-se habitualmente à referência de fatos descritos com toda a espécie de pormenores horripilantes. É certo que os judeus também têm sofrido. Quem pretenderá excusar a injustiça cometida mesmo contra o ínfimo ser humano? O assassínio de uma só pessoa, a crueldade com uma única família, constitui um crime. Mal fora se a humanidade, seduzida pela acumulação de tais notícias, perdesse o sentimento de comiseração. Muito sofreram todos os povos europeus; mas se ouve falar muito menos de todos os seus padecimentos do que dos sofrimentos, na maioria imaginários, dos judeus. Impõe-se, involuntariamente, a pergunta: por que motivos e razões se fazem esses saques e perseguições? Serão os poloneses inclinados a isso por natureza? São esses fatos freqüentes nos 800 anos de convivência judeu-polonesa? Não é esse o caso. Que causas produzem então essa mudança na moderna ordem de coisas?

Morgenthau esforçou-se por descobrir essas causas, posto que em menor grau que seus colaboradores não-judeus. Sua informação foi, em compensação, abafada pelo judaísmo americano, porque não concordava com a propaganda antipolonesa por ele posta em cena. O capitão Wright, que aprofundou seriamente o assunto, para facilitar a seus compatriotas ingleses em juízo completo a respeito dos judeus-poloneses, foi insultado. E não era a explanação imparcial do problema o que se queria, mas era necessária uma comiseração sentimental para com os judeus e uma predisposição "contra" os poloneses.

Morgenthau, por exemplo, não usa a palavra "pogrom" (perseguição), dizendo: "A delegação evita intencionalmente o conceito de 'pogrom', porque esta palavra tanto se pode aplicar à mais insignificante ofensa, como a matanças em massa, preparadas e executadas deliberadamente".

"Em um único ponto coincidem todas as informações: em que o número de judeus injustamente assassinados é incomparavelmente menor do que o indicaria a propaganda judaica." Na parte da Polônia onde não houve tantos distúrbios bélicos, eleva-se o número de judeus mortos inocentemente a 18. Para a totalidade do território polonês, e em todo o tempo em que foi ele teatro de ações guerreiras, admite Stuart Samuel que só pôde averiguar 18 assassínios de judeus. O capitão Wright diz: "Segundo meu cálculo, não foram mortas mais de 200 a 300 pessoas inocentes. Um só desses casos seria já demais; mas quando se toma esta cifra como medida dos excessos cometidos contra os judeus, admira-me antes a insignificância dela que a sua magnitude". Expressa-se assim o embaixador Rumbold: "Se semelhantes excessos tivessem sido animados ou organizados pelas autoridades civis ou militares, é provável que o número de vítimas fosse muito maior".

Os acontecimentos de Lemberg foram muito graves. Stuart Samuel insinua que a culpa cabe somente aos poloneses. Os outros informantes que examinaram o caso referem que o Governo polonês fez tudo o que pôde para reparar o dano e evitar a repetição de tais incidentes. Apesar disso, lemos sempre nos jornais que milhares e milhares de pobres judeus são inocentemente sacrificados na Polônia.

Em Pinsk, e por ordem do comandante da praça, executaram 35 judeus sem prévia sentença judicial. A respeito diz o general Jadwin: "Não se pode provar que nenhum alto funcionário militar ou civil, nem tampouco os poloneses residentes nessa parte da Rússia branca tivessem participação nesse caso".

É geralmente esquecido nos Estados Unidos da América que na Polônia existe ainda hoje (1920) uma espécie de estado de guerra. A Polônia constitui agora (ao menos sobre o papel) uma nação independente. Esta, contudo, só se pode sustentar lutando. Ameaça-a sempre o bolchevismo. Onde quer que os exércitos vermelhos irrompessem no país, seriam acolhidos simpaticamente pelos judeus. Este fato, não negado hoje nem nos Estados Unidos, explica por que os bolchevistas simpatizam mais com os judeus que com os poloneses: Quando estes repetiam as tropas vermelhas, encontravam por toda a parte instituições soviéticas instaladas pelos judeus, como se houvessem sido já preparadas de antemão. Não é pois de estranhar que, diante de tais fatos, os poloneses continuem desconfiando dos judeus!

Não quiseram os judeus se naturalizar poloneses, daí nascem todas as desavenças. Samuel o insinua ao explicar: "Em diversas ocasiões excitou-se a ira dos soldados e da população polonesa, pela exigência sionista de constituírem os judeus uma nacionalidade própria em face da nacionalidade polonesa". Morgenthau exprime-se ainda com maior clareza, ao dizer: "Isso motivou conflitos, pelas declarações nacionalistas de certas organizações judias, que exigem independência e autonomia nacionais e culturais, e, além disso, o auxílio financeiro do Estado da Polônia".

A melhor descrição da situação, dá-a o relatório do capitão Wright, que diz: "Consiste o programa judeu na Polônia em que sejam registrados todos os judeus residentes na Polônia e que sejam eles tratados como tais. Querem votar sua própria representação judia com amplíssimas faculdades legislativas

e tributárias, representação que possa, por exemplo, decretar uma contribuição geral para fins da emigração judia. A esta representação legislativa o Estado polonês teria de entregar uma soma correspondente às necessidades judaicas beneficentes e financeiras. Teria, além disso, de conceder-lhes em todos os conselhos municipais e assembléia legislativa nacional os assentos que correspondessem à sua população. Assim sendo, um sexto ou um sétimo das cortes polonesas se comporia de judeus eleitos só por judeus. Exigem até tribunais especiais judeus, ou ao menos o uso da linguagem judaica na jurisdição. Mas a pretensão mais exaltada tende para a absoluta soberania nacional, tal como fora concedida na Ucrânia pelo 'Rad Central' em data de 9 de janeiro de 1918, e segundo a qual formam os judeus uma nação com soberania absoluta, imprimindo-se os bilhetes de Banco, então admitidos, com texto hebreu e ucraniano."

Indaga-se às vezes da veracidade dos "Protocolos de Sião". Não apareceu automaticamente em todas as partes onde os judeus lutam pelo poder político, ou onde o conseguiram? Apresentam-se na literatura rabina, nas pretensões judaicas nos Estados Unidos da América, nas exigências judaicas nos países balcânicos. Também o procedimento dos judeus na Rússia traz uma prova contundente. Cada fase da história moderna mostra os "Protocolos" como o ideal judeu e como o programa prático judeu.

Quantos americanos, a que se quer induzir à benevolência para com os 250.000 judeus-poloneses imigrados, quantos deles ouviram dizer alguma coisa a respeito desse programa judaico na Polônia? É de crer que esses imigrados judeus procedentes da Polônia abandonassem seus ideais no porto de Nova Iorque?

Para tornar esse programa compreensível aos seus compatriotas ingleses, o capitão Wright (cujo relatório, por ser um apêndice do relatório de Samuel, profusamente espalhado na América, foi suprimido de todo), tira a ilação: "Se os judeus na Inglaterra, uma vez que fossem vinte ou trinta vezes mais numerosos, exigissem que o Conselho de Inspeção Judeu obtivesse amplas faculdades, incluindo o direito de decretar contribuições para sua emigração, e além disso que nos Municípios, na Câmara dos Comuns e na dos Lords se reservassem postos para determinado número de deputados judeus; se o presidente dos Negócios da Instrução tivesse de lhe abonar certa soma e se alguns judeus exigissem tribunais especiais judaicos, ou ao menos o uso de sua gíria estranha perante os tribunais ingleses e se os exaltados desejassem que os bilhetes do Banco da Inglaterra fossem impressos com texto simultaneamente hebreu e inglês, com toda a certeza que semelhantes exigências não despertariam grandes simpatias no público inglês."

Deve-se notar o fato de terem os membros judeus das delegações de informações inglesa e americana suprimido estas reflexões, e que o mundo não teria chegado a conhecê-las, senão pelos seus companheiros não-judeus. Também é preciso observar que a empresa judaizada defraudou completamente o relatório de Wright, se bem que tenha feito crer que reproduzia veridicamente os resultados obtidos pela delegação britânica. Ao citar o nome de Wright, fizeram-no somente em tom de insulto ou desdém.

Não reconheceu a Conferência da Paz a obrigação de instituir unidade e concórdia na Polônia. Muito ao contrário: semeou discórdia, que perdurará enquanto esteja em vigor o Tratado. Seu artigo 11 diz: "É proibido obrigar os judeus a todo o trabalho que signifique um agravo contra a santificação do seu sábado. Tampouco deverá redundar em seu prejuízo negarem-se a

participar em sábado de uma sessão judicial, ou a cumprir qualquer preceito legal... A Polônia declara que consente em abster-se de celebrar em sábado escrutínios gerais ou locais. Os censos para eleições ou outras estatísticas não deverão ser feitos em sábado." Quer dizer que fica proibido à Polônia proceder a eleições ou a recenseamentos aos sábados. "O sábado judaico constitui a festividade legal." Governo e tribunais dependem dela. Ao domingo, fazei o que vos aprouver, eleições ou censos, como se faz na Polônia ou Alemanha! Mas não ao sábado. É a festa de Judas...

A Conferência de Versailes fez com a Polônia o que fizeram os bolchevistas com a Rússia: instituiu o sábado judeu como festa legal.

E estes mesmo elementos que foram agraciados com tão estranha implantação de costumes rituais judaicos na legislação de um país eminentemente católico, com o auxílio eficacíssimo do presidente dos Estados Unidos, são os que agora afluem às dúzias de milhares às nossas costas. Que é de estranhar que se vá formando neles a crença de que se o nosso Presidente submeteu a Polônia à vontade judaica, seria justo e possível que sucedesse o mesmo na América?

Além disso, foram legalmente instituídos na Polônia colégios especiais para crianças judias. Se a Polônia até então tinha sofrido a falta de uma educação escolar uniforme, na qual a juventude polonesa aprendesse os ideais poloneses em idioma polonês, foi a Conferência de "Paz" quem consagrou essa falta para sempre.

No citado artigo 11 se usa o conceito "os judeus", enquanto no artigo 9º o conceito correspondente diz "os cidadãos poloneses". Podem-se evitar muitos equívocos traduzindo a pomposa fórmula de "minorias de raça, religião e idioma" contida no Tratado, simplesmente por "os judeus": são eles os que formam essa minoria, tão traída e arrastada, e que mais dá que falar de si a "minoria", em uma palavra, que dominou toda a Conferência da Paz.

Diz o artigo 9º: "A Polônia se encarregará de fazer com que, em cidades e distritos onde resida uma porcentagem considerável de cidadãos poloneses diferentes pelo idioma, os filhos desses cidadãos recebam instrução elementar em sua própria língua. Em cidades e distritos em que resida uma porcentagem considerável de cidadãos pertencentes a 'minorias de raça, religião e idioma', será facultado a essas minorias a participação e usufruto, correspondentes a seu número, das somas pressupostas nos orçamentos do Estado, Município ou outras, para fins educativos, religiosos ou de beneficência".

Além do mais, o Estado polonês tem de facilitar o dinheiro; em troca, porém, a distribuição é feita pelos mesmos judeus.

"Juntas educativas nomeadas pelas comunidades judaicas locais na Polônia se encarregarão, sob a inspeção geral do Estado, da distribuição da parte que lhes tocar dos fundos públicos, que segundo o artigo 9º se destinam às escolas judias." Admirável! Quão depressa se derruba o formoso edifício de "minoria de raça, religião e idioma", ao brilho do dinheiro! Neste caso é imediatamente substituído pela idéia de "judeus"!

"Os Estados Unidos da América, o Império Britânico, a França, a Itália e o Japão, e as principais potências aliadas e associados de um lado e a Polônia do outro" — segundo começa o texto do Tratado — fazem de todas estas prerrogativas não uma questão de livre alvedrio da Polônia, mas convertem-no em uma exigência da Sociedade das Nações. O art. 12 exige que todos os convênios concernentes às "minorias de raça, religião e idioma" (a

fórmula diplomática para dizer "judeus") hão de se submeter à garantia da Sociedade das Nações. Esta cláusula subtrai completamente os judeus residentes na Polônia à competência das autoridades polonesas. Esses judeus não têm mais que fazer queixa a Genebra e o judaísmo internacional se encarregará do resto.

Os Estados Unidos da América contribuíram para perpetuar essas condições no Tratado de Paz. Dar-se-á o caso que o povo americano também contribua para forçá-las em dado momento contra a Polônia? Ou será que com o quarto de milhão de judeus poloneses, imigrados, tenha a suficiente quantidade de anestésico israelita, que a Conferência da Paz aplicou à Polônia? Quem poderia se subtrair a este espírito de ódio implacável e intransigente que respira toda essa propaganda de "judeu internacional" contra a Polônia, mesmo depois de tê-la humilhado indizivelmente na Conferência de Versailes?

XVIII

Panorama atual da "questão judaica"

A questão judaica existe latente nos Estados Unidos há muitos anos, mas somente abaixo do nível da grande publicidade. Todos sabem, e o próprio judeu melhor que ninguém, que ela existe; mas muito poucos se atreveram a expô-la à saudável influência da mais ampla publicidade. Nesse sentido, e para ir compreendendo esse silêncio, temos de falar realmente de "valor". Alguns videntes intentaram tornar pública a existência dessa questão, mas a potência oculta e desconhecida do judaísmo os atou tão vigorosamente, que a seu pesar tiveram de desistir da discussão do assunto em público. Quem se atreva a falar francamente dos judeus deve contar de antemão com obstáculos invencíveis, a não ser que combata em íntima união com a verdade sem mácula.

Um pormenor restritivo para a discussão pública da questão judaica consiste no costume americano de fixar-se em palavras pronunciadas com assentimento e aplauso. "Nas melhores épocas do nosso passado, considerou-se a resistência à opinião pública rasgo de virilidade, avaliando-se o valor de um homem não só por seus adeptos, mas também pelo número de seus adversários". De então para cá temos nos tornado mais inócuos, buscando e apreciando acima de tudo o assentimentc. Nossos pais erguiam-se ao topar com obstáculos; nós nos agachamos modestamente. O debate público tornou-se insípido, sem características; a imprensa procura não desgostar ninguém. Nossa luta em favor dos fracos carece de coragem para arremeter contra os poderosos, que os acorrentam ao seu carro. Nosso culto de êxito enervou o vigor de nossos juízos morais e a atividade comercial. A não ser os simulacros na "arena" política, evitamos quanto possível as lutas sérias, porque não nos atrevemos a travá-las com adversários que se defendam.

Contudo, e apesar disso, conseguiu-se empregar publicamente a palavra "judeu", que há poucos anos ainda estava proscrita de nosso vocabulário. Agora aparece em primeiro plano em quase todos os jornais e é objeto de público debate em toda parte, ainda que os irmãos da ordem dos "B'nai B'rith" façam o que é humanamente possível para impedi-lo.

Essa liberdade traz benefícios a judeus e não-judeus. Os primeiros já não necessitam de observar, cheios de angústia, os lábios alheios para ver se sai deles a palavra "judeu". O judeu, esse é hoje o judeu, e dá-se-lhe o nome que lhe for correspondente. Acabaram as restrições de juízo e uso de perífrases. O maior obstáculo contra os esforços da humanidade para entender os acontecimentos mundiais, tanto na antiguidade como modernos, procede de que nunca chegou a compreender quem é e o que é o judeu, nem onde está. O judeu, ou segundo Disraeli, "a questão de raça", é a chave para a História Universal. Como, porém, penetrar no interior, quando se nos esconde a chave?

Há cerca de oito meses, o **Dearborn Independent** iniciou uma série de estudos a respeito da questão judaica. Esses estudos não se devem interpretar como um ataque contra os judeus, mas como uma tentativa de ir reunindo as pedras sobre as quais se edifica a questão judaica moderna. Seu fim foi

esclarecer conceitos, e se houve no fundo alguma esperança, foi a de que os pró-homens judeus americanos chegariam à convicção de que para os seus compatriotas residentes nos Estados Unidos chegara a hora em que um estado de desconfiança, miséria e desprezo se transformara em outro, não só de tolerância, mas também de franca e leal convivência e cooperação.

A prova de que não contêm senão fatos verdadeiros está no fracasso dos judeus, nos seus múltiplos intentos de comprovar e inexatidão deles. "Nem um só fato pôde ser rebatido". Quando se inicia uma campanha com o propósito de agravar o adversário, ou de criar preconceitos de raça, tal sistema pode, com efeito, levar-nos a tomar coisas possíveis ou verossímeis por fatos reais. Estes estudos, porém, não constituíram nunca uma campanha, senão que serviram ao fim de fazer luz em alguma ou outra parte do país, nesta ou naquela indústria, em assuntos mantidos nas trevas precisamente por aquelas cuja sagrada obrigação devera ter sido manter viva, por meio da imprensa, à luz da verdade.

As publicações do **Dearborn Independent** não teriam alcançado jamais a importância que adquiriram se o público não estivesse em condições de observar em toda parte que eram as nossas asserções comprovadas pela prática. A maneira por que os judeus nos refutaram só serviu para aumentar cada vez mais a força convincente de nossos assertos. Daí se conclui que "os judeus" se vêem na desagradável situação de temer o desconhecido, por ter sido sabido seu mistério e suas conseqüências descobertas em fatos. Já, em suas reuniões íntimas, não aparentam indiferença; nem tampouco gritam nem armam escândalos, como fazem seus rabinos em público, mas refletem seriamente para saber se admitirão isto ou aquilo como real e verdadeiro, mas sem saber por enquanto o que que escolher, pois que este procedimento, uma vez iniciado, poderá levá-los mais adiante. É que temem a verdade máxima, a "verdade sem restrições".

Enorme responsabilidade pesa sobre as pessoas que possuem essa verdade inteira. O que é preciso é ter caráter e intenções nobres. Se estas nossas campanhas se limitassem a semear ódios, estaria de si indicado nosso modo de proceder. Se tivessem a intenção de promover escândalos, teriam adotado outra forma. Mas, como se destinam a criar os fundamentos para a clara e séria compreensão de um problema e sua possível solução, basta-nos apenas fixar exatamente esse problema, apoiando-o quanto possível em fatos concisos. É o caso desta obra. Se nela estão contidas verdades desfavoráveis aos judeus, é deles mesmos a culpa. Refutar certos fatos traria como conseqüência a aquisição de mais material novo, porque este abunda — para infelicidade deles e nossa. Se os porta-vozes judeus tivessem permanecido sérios e verazes em sua pretensão de rebater-nos, não teriam agora necessidade de recear o que está por vir. Eles mesmos, com seu modo de proceder, corroboraram publicamente o que ficou dito nestes estudos, isto é: que os judeus constituíram o povo mais firmemente organizado de todos os residentes nos Estados Unidos. Nem o Governo, nem a Administração deste país se acham tão bem organizados como o judaísmo americano. Isso se dá não somente na América, mas se pode observar e comprovar em toda parte. Os principais meios que o judaísmo lançou neste último semestre foram "comícios monstros" organizados telegraficamente onde quer que fosse possível.

Não é em vão que os judeus dominam o sistema de canais de informações, ultimamente ampliado com a telegrafia sem fio. Suas lojas e demais comuni-

dades não têm esse caráter defeituoso que observamos nas instituições existentes de outros povos, mas estão organizadas como Estados em miniatura, como funcionários que não têm outro encargo senão trabalhar constantemente pelo engrandecimento do poderio judaico, aqui e em outros países. Com a ostentação de suas massas nas sinagogas, por meio de seus jornais e revistas, com suas supostas instituições de beneficência, em seus casinos conservadores, seus grupos socialistas e bolchevistas — elementos estes em que todos colaboram perfeitamente sob a ordem única — demonstram que constituem uma nação particularíssima dentro do povo americano, que não aspira nem aspirará nunca a uma íntima convivência com o americanismo, mas que sempre e em todas as ocasiões procura diferenças e reclama direitos especiais.

Em cada Estado, em cada povoado, sustenta uma organização judia com ordens políticas determinadas, a primeira e principal das quais consiste em aniquilar toda pessoa, todo jornal, ou outra instituição qualquer que deixe adivinhar a mais leve independência em face da questão judaica, e mantê-las submissas ao "medo dos judeus". Essas organizações, por sua vez, possuem seus departamentos especiais para determinados fins. Um deles consiste em incitar ódio contra as pessoas a quem quer aniquilar: esta formação artificial de hostilidade contra alguma coisa ou alguém é um dos meios de combate orientais mais odiosos e rasteiros que se possa imaginar, e que só pode ser manejado por pessoas de determinada predisposição.

Centralizada a organização, criada pelos judeus da América do Norte, e que, em caso de necessidade se pode fazer funcionar simultaneamente em cada Estado, representa um poderio tão forte e homogêneo como nenhuma outra instituição possui. Mereceria, de fato, nosso aplauso, se com isso se servisse o bem geral do país. Mas não é assim. Não só é exclusivamente judia, senão que em muitas ocasiões se mostra hostilmente antiamericana, combatendo resolutamente muitas instituições que, por seu caráter e tradições, são pura e genuinamente americanas. O judeu considera a América ainda como uma massa informe, à qual quem quiser pode dar plasticidade a seu bel-prazer. Não reconhece a América tal como se desenvolveu e existe, mas julga que é seu direito dar a este país as formas que ele, segundo seu modo de ver, acha naturalmente conveniente.

Só podem disputar os direitos de propriedade e de estabilidade nos Estados Unidos os que professam os mesmos ideais que os fundadores da União. Estes ideais são os inatos da raça branca européia e baseiam-se sobre fundamentos cristãos. Não só os judeus não professam a maioria deles, mas até os combatem duramente. Certa personagem judaica declarou recentemente em Nova Iorque que os Estados Unidos não constituem um Estado cristão, e suas explanações demonstraram que, segundo seu critério, nunca chegariam a sê-lo; e sempre combateu o domingo cristão, como funcionário de uma sociedade cujos fins são a implantação do sábado judaico como festa legal.*

Apesar de tudo isso, a verdade nunca se deixa encarcerar. Adiscussão desta questão na imprensa vai tomando rumos diferentes do que os judeus teriam esperado ou desejado.

---

* Que também neste assunto se procede assim e deliberadamente entre os judeus, demonstra-o uma frase do advogado Loeb, pronunciada em uma assembléia de judeus ortodoxos a 24 de janeiro de 1912. Disse ele: "Vivemos dentro de um Estado cristão, o que é incompatível com os interesses do judaísmo; "ergo", o Estado cristão deve ser derrubado". — Nota do autor.

Agora já a imprensa não serve tanto à mistificação, como à propagação da verdade neste assunto.

Nas réplicas publicadas contra o **Dearborn Independent** reflete-se manifesto desengano, seja resultado de uma artimanha, seja sinal de absoluta impotência: e dada a importância vital do conjunto destas questões, qualquer das hipóteses é humilhante para os judeus. Nem uma só refutação efetiva conseguiram, quer quanto aos "Protocolos", quer quanto a qualquer outro pormenor. Parece que renderam as armas. Assim se explica também a falta de lealdade, porque não se atrevem a encarar as coisas de frente, mas desviam-se, envolvendo-se habilmente em frases ocas e ardis. Se nossos assertos fossem falsos, verificava-se por aí a falsidade.

A réplica publicada por alguns judeus proeminentes mantém-se ao menos decente no tom, o que já não se pode dizer da maioria das réplicas judias, como aquela que quer fazer crer que nossa obra é ditada por algum anti-semitismo degradante.

Diante disso, é necessário publicar que todo o anti-semitismo nos Estados Unidos é uma criação moderna dos próprios porta-vozes judeus. Eles precisam disso, quando mais não seja, ao menos para reter nas mãos a massa judia. Para isso, esforçam-se por demonstrar que o **Dearborn Independent** não devia arremeter contra os judeus por serem judeus. Demonstram assim que receiam não tanto o anti-semitismo dos não-judeus, como a compreensão por parte de outros judeus magnânimos, de que a causa dos judeus americanos se acha em más mãos. O "anti-semitismo" é sempre o último refúgio dos porta-vozes judeus desleais, quando se encontram frente a frente com a verdade, e muito conscientemente o utilizaram entre os não-judeus, para com seu auxílio poderem melhor dominar seu próprio povo.

Trouxeram recentemente os jornais um "Protesto contra o anti-semitismo", firmado por certo número de personagens judias, que o publicaram duas vezes, porque a primeira inserção não produzira efeito. Pelo visto, esses jornais estavam cansados de repetir sempre as declarações oficiais procedentes do Grande Quartel General Judeu. Para causar mais efeito, solicitou-se também a assinatura de Woodrow Wilson, fato que foi participado pelo telégrafo ao mundo inteiro.

Apóiam assim os judeus, com seu típico modo de proceder, o nosso asserto, de que exercem uma influência inadmissível na política. Esta obra só trouxe algumas provas, ao passo que a massa principal de provas documentadas espera ainda o momento de ser publicada. Vem ao caso um fato que se produziu na maior publicidade.

Quando se apresentou no Congresso a Lei de Imigração, houve esmagadora maioria a favor de certas restrições, e o Congresso deliberou conforme os fatos apresentados e segundo seus sentimentos patrióticos. Apenas votada a lei, funcionaram os arames telegráficos com protestos judaicos, e os trens em direção a Washington abarrotaram-se de agentes judeus. Os legisladores procuravam refúgio. Pronunciaram-se discursos previamente aprendidos de memória, e foram introduzidas certas modificações no teor da lei. A palavra mágica "judeu" desfez o principal objetivo no projeto de lei, como a neve se derrete aos raios do sol. Nenhum povo, dos que imigram para nosso país, tinha protestado; somente os judeus. Em compensação, o admirável funcionamento das múltiplas peças do seu mecanismo de propaganda em todo o país facilitou a este protesto o aspecto de grande acontecimento da vontade nacional. Um

só ponto, porém, não puderam ainda assim encobrir: e é que a maioria dos imigrantes que afluem a nossas costas são judeus.

Contudo, o trabalho legislativo do Congresso dos Estados Unidos em assunto de grande importância para a totalidade do país foi nesta ocasião entorpecido pelos judeus, exatamente como, há dez anos, estes mesmos judeus obrigaram o Congresso a denunciar o Tratado Comercial com a Rússia. Aqui estão, claramente, duas provas que fazem fé, de poderio e violência despótica, que não se preocupam absolutamente com as horrorosas conseqüências que este procedimento possa acarretar para o bem-estar geral de nosso país.

Da mesma maneira que aquele rompimento com a Rússia constituía parte do programa mundial judaico, assim ocorre agora com a imigração de judeus poloneses na América. Não há "pogrom" algum a expulsá-los dali, mas esta frase não é mais que um mero ardil de propaganda. Os judeus estão abandonando a Polônia porque sabem que ali se prepara alguma coisa grave. Os planos do bolchevismo judeu ainda não foram executados. Agentes judeus americanos enriquecidos mandam vir seus parentes pobres. Os Estados Unidos constituem o grande receptáculo para estes simpáticos coetâneos; a França e a Inglaterra... não o querem ser! Tudo significa infortúnio para a Polônia, mas os judeus americanos são suficientemente poderosos para reproduzir o exemplo da Espanha, onde séculos inteiros não bastaram para aplacar o ódio vingativo dos judeus contra todo um povo por supostos agravos. Do bairro Leste de Nova Iorque o bolchevismo transplantou-se para a Rússia. Será aqui também que se há de iniciar a destruição da Polônia? Talvez sobrevenham acontecimentos que derrubem o diabólico plano judaico...

A luta contra o **Dearborn Independent** constitui além do mais, prova palpável do predomínio judaico em nossa imprensa. Não é que o proprietário de um jornal local fosse influenciado diretamente pelos centros do poder judaico em Washington, Nova Iorque ou Chicago, mas uma ou duas dúzias de opulentos judeus, seus melhores clientes de anúncios, e que por sua vez recebem instruções do Quartel-General judeu, bastam perfeitamente para constrangê-los, seja qual for seu modo de pensar. A maioria dos editores de jornais estão perfeitamente orientados acerca da questão judaica, e de uma comissão de jornalistas bem informados, poderiam Governo e público aprender tudo o que concerne ao assunto.

Wilson e os que com ele assinaram, fizeram bem em publicar um protesto contra o "anti-semitismo", na suposição de que quisessem se dirigir a essa classe, da qual não fazemos parte. Também o **Dearborn Independent** teria assinado esse protesto, porque somos adversários do anti-semitismo, cujas bases formaram os judeus, para suscitá-lo.

Esse protesto, porém, como sempre, dirigiu-se contra a discussão em público da questão judaica.

Seja, porém, como for: "todas" as publicações, provenham da "liga antidifamatória" ou de outra parte, serão bem vindas, e sê-lo-ão tanto mais quanto defensores não-judeus da causa israelita tomam parte no assunto. Aos porta-vozes judeus não fica outro remédio senão desmentir, enganar e ameaçar. Os defensores não-judeus, em compensação, analisam o pró e o contra para comprovar suas verdades. Assim esperamos que se consiga um debate realmente prático.

Não excluiríamos nenhuma produção literária judaica, por mais difamante que fosse, do correio ou da biblioteca pública em que se achasse. Todo o

orador judeu poderia, sem temor, falar em assembléias públicas. Nenhuma empresa judia teria que recear a boicotagem. Defendemos a liberdade da palavra e dos fatos. "Os judeus, em compensação, não querem nem a liberdade da palavra, nem da imprensa. Em cada Estado da União a "B'nai B'rith" trabalha para conseguir uma lei que proíba absolutamente toda publicação que desagrade aos judeus": tal é a verdadeira contestação dos judeus aos fatos aqui aduzidos.

Então os judeus interessados em eliminar de centenas de bibliotecas públicas qualquer obra que permita a menor dúvida sobre o fato de serem os judeus o povo virtuoso e exemplar do orbe inteiro, o povo predileto de Deus.

Assim acontece nos Estados Unidos, e em maior extensão nos Estados do Leste, que antigamente, com maior virilidade, propugnaram pela maior liberdade americana em palavras e fatos. Prosseguindo, veremos que cada passo redunda por fim em uma prova mais de que quanto temos escrito acerca dos judeus é a pura e única verdade.

O panorama atual da questão nos Estados Unidos é o seguinte:

Um acontecimento público de fatos velados está em marcha, há muito tempo. Os pró-homens judeus estão plenamente conscientes da verdade desses fatos. Sua réplica consiste em desmentir e suprimir. Resultado: fracasso absoluto nesse caminho.

XIX

Um intervalo literário: que é o "jazz"?

De si consigo perguntam muitas pessoas de onde provém esta enxurrada de extravagâncias musicais, que penetra até no seio de famílias decentes, obrigando nossa juventude a cantarolar os cantos selvagens. Resposta: "o 'jazz' é feitura judaica". O que tem de insípido, de viscoso, de contrafeito, o sensualismo animal: tudo é de origem judaica. Guinchos de monos, grunhidos da selva virgem, vozes de besta enciumada, combinam-se com algumas notas semimusicais e dessa forma o espírito genuinamente judeu penetra nas famílias que em outros tempos teriam repelido indignadas costumes tão extravagantes.

Comprovou-se em um pleito judicial que 80 por cento das canções "populares" são propriedade de "sete casas editoras de música judaica", que formam uma espécie de "trust". Os outros 20 por cento pertencem também a elementos judeus; mas independentes daquele "trust".

Não dá que pensar o fato de que, onde quer que encontremos na vida correntes desmoralizadoras, aí está também sempre o judeu? Na venalidade do desporto de "base-ball", nas finanças de usurários, na relaxação de nossos costumes: sempre achamos um grupo de judeus como causante. Judeus na transgressão da proibição alcoólica. A política bélica nacional: em mãos de judeus. O telégrafo sem fio: monopólio judeu. O perigo de películas imorais: explorado por judeus. São os donos da imprensa mediante uma pressão mercantil e financeira, os usofrutuários da guerra, na razão de 80 por cento, os organizadores da resistência mais ativa contra usos e costumes cristãos. E como apoteose, a música do populacho, a mistura extravagante de estupidez e sensualismo: o "jazz"! outra vez os judeus!

"Deixai-me fazer as canções de um povo, e conseguirei mais que lhe ditando as leis", disse alguém. Em nosso país o judeu meteu as mãos em ambas as coisas!

Como o cenário americano e a cinematografia sucumbiram ao espírito mercantil e antiartístico judaico, assim o comércio da "música popular" se converteu em uma indústria genuinamente judaica. Suas sumidades são, na maioria, judeus-russos, cujo passado sói ser tão discutido como o de certos empresários.

O povo já não canta o que lhe agrada, mas o que os "grandes canhões" lhe oferecem com monótona repetição nos "music-halls", até que a ingênua juventude comece a cantarolar pelas ruas. Estes "canhões" são os agentes pagos das fábricas das canções judaicas. Dinheiro, e não valor intrínseco, decide a popularidade desse cantar de irracionais que se conhece sob a denominação de "jazz".

Também não demonstraram os judeus neste negócio e fabricação de música originalidade alguma, mas certa faculdade, em alto grau, de amoldar-se para não dizer copiar (designação que representa uma cortesia, em face do que é: roubo intelectual). Não possui o judeu faculdades criadoras, mas se apropria do que os outros criaram, dá-lhe certa aparência e converte-o em negócio. Assim recolheram as antigas coleções de árias populares, de melodias

de ópera e de coplas, e quando alguém se dedica a examinar detidamente a última canção da moda, encontra nela melodias e motivos pertencentes a gerações passadas, mesclados com um pouco de "jazz", que, unidos a sentimentos sensualmente embrutecidos, são lançados ao público.

A música não judaica é estigmatizada como "beata", e encontra-se unicamente em boa sociedade. O povo, a massa, alimenta-se espiritualmente com música de selvagens, que irrompe em turva inundação, vinda da viela dos Chocalhos, que é o nome da rua em que se domicilia a maior parte das casas editoras de música judaica.

A primeira tentativa de "mercantilizar" árias populares realizou-o Julio Wittmark, ex-cantor de baladas. Sucederam-lhe muitos judeus do leste de Nova Iorque, muitos dos quais adquiriram enorme riqueza na exploração do gosto popular que eles mesmos haviam primeiramente depravado. Um dos que mais êxito colheram foi Irving Berlin, cujo nome original era Isidor Berliner, oriundo da Rússia.

Os mercadores judeus possuem um sistema fatal para dar em terra com o bom gosto: o de proporcionar a mesma melodia com dois ou três textos diferentes. Por um lado dão o texto com que se vende a canção nas lojas a pessoas nécias, que passam o dia repetindo a estúpida cantoria selvagem, e que gostam de estar de posse do "último grito". Estas canções já são, de per si, más. Mas logo aparece o texto número 2, que "avança um pouco mais", e finalmente o texto número 3, que "vai às últimas". Os rapazes das capitais costumam conhecer gradualmente os textos números 2 e 3, e até têm-se visto senhoritas de boa sociedade que os conhecem.

Não se deve desprezar também a diabólica velhacaria que vai criando uma atmosfera imunda em todas as camadas sociais. Nela se unem cálculos malsãos com emdemoninhada malignidade. O rio vai correndo, fica cada vez mais turvo. vai infamando o público não-judeu, e aumentam as riquezas judaicas.

Sacerdotes, professores, reformadores da sociedade, pais e parentes, estupefatos diante da desmoralização cada vez maior do povo, indignam-se com o fenômeno infame, mas só vêem, observam e atacam esses fenômenos, repreendendo os jovens, que gostam de tal atmosfera sensual e "não a esquecem".

Tudo isso, porém, há de ter fim. Por que não avançamos para esse fim? O ponto de ataque deveria ser a "causa", não o "efeito". Não há senso comum em censurar as pessoas. Deixe-se correr livremente o álcool, e teremos um povo de borrachos. Sucumbiriam igualmente a outros narcóticos, se pudessem ser vendidos tão livremente como os produtos da indústria judaica de música popular. Em tais casos seria estúpido acusar as "vítimas", quando o senso comum exige que se responsabilizem aqueles que "a induziram". A fonte do desmoronamento moral de nossos povos é precisamente o grupo de mercadores de música judeus, que domina todo esse mercado.

A acusação de desmoralização mediante a "música para o povo" vem acompanhada de outra, não menos importante, e é a de que tal música nem sequer é "popular no sentido genuíno do povo". Todo mundo a ouve, trauteia-a, impreme-a no ouvido em cada função de cinematógrafo e "music-hall"; é anunciada em cartazes berrantes, gritam-se os gramofones noite e dia, as bandas de música e baile parecem, ao reproduzi-la, ensandecidas, e os pianos mecânicos a repetem de cem em cem metros. Só por este simples poder da repetição, ela adere a nossos ouvidos, até que um novo "último grito" a substitui. Em

regra geral, não se encontram nem vestígios de sentimento nessas canções oferecidas com grandes anúncios, mas jovens e velhos se deixam vencer simplesmente ao poder mecânico de certas frases e melodias, que dia após dia lhes ataca os tímpanos.

A grande precaução de estar sempre "em dia" arrasta os proprietários de um piano a entrar nas lojas de música, para ver o que é da última moda. É claro que é sempre a música selvagem de produção judaica que leva o contágio de casa em casa.

De sentimento popular, nem vestígios! Tão pobres de espírito e alma são estas canções, que não têm senão uma vida efêmera, e morrem da noite para o dia. Mas já apareceu outro novo "grito", e como é o último, porque a propaganda anuncia que é um "grito", e porque os "canhões" fazem com que todo mundo ande a cantarolá-lo, daí vem que fica "popular". E é sempre a mesma velha farsa, "mudar o estilo" para forçar a venda e ganhar dinheiro. Nada há de perdurável na produção judia: nem na moda, nem nos cinemas, nem nas canções. Deve sempre haver alguma coisa que seja "último grito", para canalizar a enchente de dinheiro popular para os bolsos dos "fabricantes de jazz".

Duas coisas não devem ser esquecidas: que a "música para o povo" quase sempre é irracional e causa primordial da desmoralização, senão a única que coopera com o cinema. E que a mesma música procede exclusivamente dos judeus.

Os judeus nunca criaram árias populares, mas desfiguraram as alheias. No momento em que os judeus se apoderaram da canção popular, ela deixou de possuir um fundo moral. O povo cantava-a, sem ter de ocultar nada dela. A moderna canção "popular", em compensação, é tão duvidosa, que o intérprete muitas vezes até tem de verificar primeiro qual o nível moral de seu auditório.

O gosto do público pede aquilo que com mais freqüência se lhe oferece, sendo como é questão de costume. O público de hoje carece de faculdades de diferenciação e admite o que se lhe apresente. E este gosto público se transforma em relação com o alimento espiritual que se lhe dá. Um quarto de século de influência ilimitada de teatro, cinema, música popular, taberna e imprensa no estilo judaico, unido a uma difamação impune de toda a contracorrente moralizadora, e o gosto do público ficará definitivamente desfigurado até onde não se pode imaginar.

Antigamente o povo cantava, mas não como hoje. Os textos não tinham, talvez, grande profundidade intelectual e as melodias eram talvez sentimentais, mas as coplas de duplo sentido eram vedadas, ao menos na boa sociedade. Da mesma maneira que as maneiras do mundo frívolo só eram vistas em determinados bairros e assim as canções imorais tinham seu círculo determinado. Mas a moda rompeu seus confins, penetrando até na sociedade honesta.

As antigas árias populares, gravadas de per si na memória, nunca ficavam fora da moda. Quem se poderia hoje recordar da mais popular do mês passado?

As melodias, só por si, constituem um caso. Em muitas ocasiões os tribunais têm tido necessidade de verificar que foram "adaptadas", isto é, roubadas. A causa desta nova e especial forma de desonestidade judaica consiste na tática genuinamente sua de aumentar quanto possível a venda rápida. Dantes, uma nova copla por semana, uma ou duas novas obras em toda a temporada marcavam os limites. Ao aparecerem os cinemas, foi-se este costume. Para poder tirar diariamente o dinheiro do bolso das gentes, é preciso variar também

diariamente o programa, e para apresentar diariamente um "número" novo, é preciso baratear o mais possível os gastos da produção. Fabricação em série, para aumentar os ingressos. Valor intrínseco: Coisa secundária! Mas acontece que não há boas canções em número suficiente para fornecer todos os dias outra nova, não existem obras boas em número suficiente para convertê-las em drama cinematográfico. O que falta a essas obras em valor artístico é substituído por imoralidade. É o molho picante para fazer o público tragar a pacotilha de obras cinematográficas e canções do populacho.

Mas, por que só os judeus se prestam a isso? Porque representa um sistema que a nenhuma outra raça é factível, porque nenhuma outra raça vive e morre tanto pelo mercantilismo como a judaica. Quem, senão o judeu, seria capaz de combinar as idéias "árias populares" e "arte" com as de "fornecer" e "vender"?

Popularidade, segundo o conceito judaico nada mais significa senão moda e modernismo. Para assegurar seu êxito, não é preciso que uma canção tenha o menor valor, nem pela melodia, nem pelo texto: basta repeti-la indefinidamente, até que fique gravada nos ouvidos da massa; então fica "popular". Vai-se ao teatro e ouve-se certa canção. No dia seguinte ouve-se a mesma no café. A mesma coisa no parque, onde a banda toca, e os gramofones a reproduzem. Parece-nos tal canção "insípida", mas a gente não se atreve a dizê-lo, porque "todo mundo" a canta. De repente a gente mesmo a entoa. Em casa, a menina toca-a no piano, e a canção ressoa por todas as portas e janelas, até que no dia menos pensado desaparece. É que já tem sucessor: outro "grito" da viela dos Chocalhos. Vai-se repetindo o martírio de novo, e assim por diante, de trinta a cinqüenta vezes por ano.

Não se deve esquecer que isso "é sistema, é método". Nada disso é casual. É exatamente o mesmo que em "demonstrações" e "revoluções": existe sempre um centro admiravelmente organizado, que conhece o mecanismo em todos os pormenores, e o vai preparando e fazendo funcionar. Há um método para fazer uma "revolução" exatamente tão "popular" como qualquer obra cinematográfica, ou qualquer canção popular: repetição incansável, até que a melodia lançada seja de domínio geral.

Qualquer estudo de "arte" reproduzido em teatros de variedades e cafés cantantes demonstra que aqui se trata somente de mercadoria judaica.

O predomínio judaico na música significa, simultaneamente, que toda música não judaica fica excluída. Por muito valiosa que seja uma canção de qualquer não-judeu, não fará nunca caminho para o grande público. Os proprietários das lojas de música, os críticos, os agentes, os editores, os empresários de "music-halls", a maioria dos cantores e recitadores não só são judeus, mas são-no conscientemente, com o fim de prestarem auxílio mútuo, e com exclusão absoluta de todo o não-judeu.

Os amigos leais do povo compreenderão perfeitamente o perigo moral que irradia de semelhante canção popular; mas geralmente acontece que se procura em sítio errado. E entretanto, certo grupinho prossegue inoculando-nos impunemente "jazz", "cinematografia" e bailes indecentes, dissipando o dinheiro aos milhares, para recolhê-lo aos milhões. Se este grupo fosse composto de não-judeus, todo o mundo o apontaria com o dedo. Mas são judeus e ficam invulneráveis a toda crítica. Tudo cessará, porém, unicamente no momento em que claramente se pronuncie o nome dos judeus que o dirigem.

É muito claro o caso, para que possa ser despachado com a frase de "preconceitos de raça". É um caso genuinamente judeu, e baseado em fatos inegáveis.

Não contente de se intrometer na nossa vida, em todas as suas fases, desde o ouro indispensável à nossa economia nacional até o pão nosso de cada dia, penetra a influência judaica também em nossos lares, determinando a classe de canções que se podem cantar ao piano. Se fosse possível — infelizmente não o é na prática! — aplicar a cada peça de que se vai compondo nossa vida diária, em que influa e espírito judaico, o letreiro "judeu", resultaria daí um conjunto capaz de causar assombro — e de nos levantar em armas!

XX

Os viveiros do bolchevismo nos Estados Unidos

O bolchevismo trabalha na América com os mesmos métodos, exatamente, em parte com os membros agentes que na Rússia. Quando Martens, o chamado embaixador russo, teve de abandonar o território dos Estados Unidos, deixou aqui seu lugar-tenente, Karl Recht, advogado judeu de Nova Iorque. Seu escritório é o centro onde se reúnem os funcionários "socialistas" da capital e das províncias, e às vezes os funcionários de Estado americanos, que simpatizam com essas tendências. O que se dá em Nova Iorque, é de importância geral, porque dali saem os fios para todo o país. Nova Iorque é a escola onde os discípulos da revolução aprendem sua tarefa. Seus conhecimentos se alargam, com os conselhos e as experiências de delegados que constantemente vão e vêm da Rússia.

O americano genuíno não pode imaginar que as alterações da ordem, cujos pormenores lê em seu jornal, se dêem por acaso, mas que são indícios premeditados de gentes que sabem perfeitamente o que querem e o que fazem. A recente revolução (como a de 48), na Alemanha, a francesa de 1789, e a russa bolchevista, foram obra de homens, cada um dos quais conhecia de antemão e perfeitamente o posto a ocupar, e até hoje não se afrouchou a garra desses revolucionários, fixa na garganta dos povos que tinham escolhido por vítimas; pois a França se acha tão subjugada pelo domínio judaico, como a própria Rússia. E quanto à Alemanha, apesar de seu violento anti-semitismo, em vão tenta livrar-se da mão de ferro que a garroteia.

Para demonstrar a forma por que as organizações judaicas na América vão propagando a revolução e o bolchevismo nos Estados Unidos, é necessário deitar uma olhadela para o movimento operário judaico.

A Quinta Avenida, de Nova Iorque, foi, até há quinze anos mais ou menos, o centro da vida comercial americana de boa reputação. Essa avenida e os bairros adjacentes constituem hoje um vasto recipiente de judeus-poloneses e russos, cujas ocupações são as diversas que se referem ao negócio de roupas ou confecções. O comerciante antigo ia-se retirando, os valores de propriedades iam baixando e os judeus as adquiriam a baixo preço.

Hoje pululam por ali à noite milhares de notívagos, tornando a rua intransitável para as pessoas decentes: respira-se uma atmosfera eslavo-oriental. Este bairro é mantido tão firme e tenazmente, como se o houvessem conquistado à ponta de baioneta.

Tudo estaria menos mal se se pudesse crer no que vemos nas películas, onde nos mostram o ardente amor com que estes recém-imigrados abraçam nosso país e suas instituições. Mas seus próprios atos e frases pronunciadas por seus porta-vozes desmentem tão bela aparência. Seu desejo não consiste, como deveria, em se assimilarem eles a nosso país e suas moralidades, senão em judaizar o nosso povo. Reputam a América uma massa de argila que podem

modelar à vontade, mas não como a mãe amorosa, sempre disposta a receber novos filhos como os seus próprios.

Quando Zangwill sintetizou a América como "o crisol de raças", tal conceito não caracterizou exatamente o processo que se desenvolve aqui, porque o crisol contém substâncias que não querem se fundir, e antes tendem a fundir o cadinho. Na Quinta Avenida, de todos os modos, já abriu fendas. Os altos edifícios estão repletos de escritórios de todos os ramos de confecção de roupas e modas, cuja indústria nos Estados Unidos converteu-se em absoluto monopólio.

Como se explica esta predileção dos judeus pelo ofício da agulha? Pode-se explicar pela aversão inata do judeu a todo o trabalho corporal pesado, à agricultura, e pelo seu ardente desejo de independência. Uma vez estabelecido em uma cidade, o judeu "só" a troca por outra cidade. Há certa associação hebréia que tem por objetivo "povoar o campo com judeus", mas seus resultados práticos são nulos e cada vez mais intensamente vão habitando só as grandes urbes, nas quais vivem mais a gosto. Costumam ser a princípio alguns precursores, mas ao cabo de pouco tempo vai se formando uma colônia de maior importância, que bem depressa domina a cidade. Tudo isso, porém, não ocorre ao acaso. "O judeu não tem nada do aventureiro" que busca fortuna por conta própria, mas todos os seus movimentos se apóiam sobre um fundamento comum e se desenrolam premeditadamente. Nova Iorque é a escola profissional onde o recém-imigrado recebe a educação adequada para saber a forma de tratar os "goyim" (infiéis).

A confecção de roupa como negócio judeu nada tem que ver com o ofício como arte, nem com a habilidade pessoal, senão que se ocupa exclusivamente da fabricação em série, baseada em amplíssima subdivisão do trabalho humano em setores. Para ganhar todo o tempo possível, prefere o judeu geralmente o trabalho por empreitada e a indústria caseira. Daí lhe resulta sempre o ócio suficiente para tomar parte em assembléias revolucionárias, conselhos, comícios e redação ou leitura de artigos radicais nos jornais.

Trotzky viveu em Nova Iorque dessa forma, gastando seus ócios em forjar seus planos para a destruição da Rússia, sua "pátria". Todas as personagens judaicas do leste de Nova Iorque sabiam perfeitamente que ele estava a todo momento pronto para derrubar o império dos tzares. Foi um plano perfeitamente premeditado. Dado o sinal, todos os que tinham sido de antemão designados puseram-se nos postos respectivos. "Hoje também o leste de Nova Iorque tem preparadas suas personagens passadas", e estas vivem em meio do "honrado" grêmio e alfaiates.

Sendo, como é, este grêmio completamente judeu, devem sê-lo também suas derivações. Há quem afirme que o bolchevismo russo foi a vingança de "pobres russos" pelos males que tem de sofrer na América. Mas, em primeiro lugar, estes russos não são "russos", mas judeus, e depois, o bolchevismo também não é russo, mas também judeu. Em terceiro lugar, os patrões dos pobres alfaiates nova-iorquinos são judeus, e o proprietário da casa, que lhes impõe aluguéis exorbitantes, é também judeu. Vê-se, pois, que aquela defesa é uma ofensiva contra os Estados Unidos só com o fim de encobrir o bolchevismo judeu latente na América.

As sociedades operárias do ramo de confecções são inteiramente judaicas, porque todo o ofício o é também. Não se deve esquecer isso para explicar as numerosas greves deste ramo e o encarecimento extraordinário de todos

os artigos procedentes dessa indústria. Cem milhões de americanos têm de pagar caro estas freqüentes greves e a ganância usurária obtida neste ofício, absolutamente monopolizado pelos judeus. "Durante a guerra, os preços vigentes no ramo de confecções triplicaram", e isso se deu apesar da declaração pública dos "fabricantes de tecidos" de que todo este aumento de lucros afluía aos bolsos dos operários da agulha.

Há dois acampamentos centrais da riqueza e do poderio judeus, cujo ponto de gravitação é Nova Iorque. Um é germano-judeu, representado pelos Schiff, Speyer, Warburg, Lewisohn e Guggenheim, e com o dinheiro que lhes facilitam os não-judeus, fazem seu jogo. Compõe-se o outro centro de judeus de procedência russa e polonesa, que monopolizam todo o negócio de roupas, vestidos, chapéus, pelarias e quinquilharia. O "trust" de confecção, formado exclusivamente pelos judeus que aparecem nas filas dos propugnadores mais violentos contra determinadas dinastias européias, representa hoje o coração de um movimento que, se triunfar, não deixará vestígios de nossa República e suas instituições, nem respeitará suas liberdades.

Há cerca de cinqüenta organizações de patrões no ramo de confecção. Seria de supor que a maior parte do trabalho fosse feito por mulheres. Contudo, assim não é; a maioria dos obreiros são varões.

As associações judaicas de patrões e operários, respectivamente, que monopolizam a totalidade do ramo de confecções nos Estados Unidos, vão formando uma ala extrema do exército judeu destinado à revolução política. A ala oposta, formam-na a Kahal de Nova Iorque e a Comissão judaica americana unida.

"Existem em realidade mais bolchevistas nos Estados Unidos da América do que na própria Rússia". Tanto aqui como lá têm eles idêntica finalidade e caráter de raça. Se aqui não conseguiram tanto como na Rússia, é porque aqui está um pouco mais divulgado o conhecimento dessa raça, e além disso a média da cultura popular é mais elevada, e também a autoridade do governo é consolidada.

O baluarte da influência e da atividade dos bolchevistas nos Estados Unidos é constituído pelas associações operárias judaicas. Quase sem exceção professam elas um programa plenamente bolchevista, e isso não tanto contra as indústrias, como contra o país inteiro. É profundamente desagradável aos pró-homens judeus que chegassem a ser conhecidos estes pormenores. Sabe-se mal que tenha sido demonstrado o caráter judaico do bolchevismo russo, mas que se chegue a compreender que se dá o mesmo nos Estados Unidos é uma acusação terrível da qual muito dificilmente se poderão descartar.

Desenvolveu-se o bolchevismo russo nos bairros do leste de Nova Iorque animado e impelido, religiosa, moral e financeiramente, por proeminentes personagens judaicas. Leo Trotzky vinha do leste de Nova Iorque, e as energias que o apoiaram tinham seu centro na Kahal. Esta e a comissão judaica americana, sua aliada, interessaram-se pela obra de destruição de um Estado que durante aquela mesma guerra tinha sido amigo e aliado dos Estados Unidos. "O bolchevismo russo foi apoiado pelo ouro judeu procedente da América".

Deve causar profunda estranheza a paciência reinante em nosso país, paciência que permitiu ao bolchevismo desdobrar-se tão abertamente à vista de todos. A única explicação verossímil de tão estranho fato pode consistir em que os judeus julgaram que o povo americano nunca chegaria a despertar a compreensão desses fatos, nem para a resistência. A ampla divulgação da

tática judaica e de seus porta-vozes desgostou-os visivelmente. O resultado por enquanto, se podemos acreditar nas afirmações judaicas, é que se vai aplacando um tanto o entusiasmo revolucionário entre os judeus americanos.

Um dos que mais protestam é Benjamim Schlesinger, presidente da União Internacional de Operários de Confecção; com 150.000 membros, constitui uma associação revolucionária com o fim de destruir a economia e o Estado atuais. Queixa-se ele de que ultimamente os juízes judeus condenaram algumas greves judaicas. "Dizem que procedem assim para salvaguardar o bom nome judeu e para que não se diga que todos os judeus são bolchevistas".

Outra grande associação operária pertencente à Kahal é a União de Operários de Confecção da América, com cerca de 250.000 membros. À sua frente aparecem judeus-russos, que com a maior insolência propagam idéias bolchevistas. Seu presidente é Sidney Hillmann, bolchevista reconhecido e oriundo da Rússia. Seus secretários, Schlossberg e Abraham Schiplakoff, anunciam como finalidade de sua propaganda a expulsão violenta dos fabricantes segundo os precedentes da Rússia e de Turim, onde se sabe que penetraram os operários com música e bandeiras desfraldadas como donos das fábricas. Só esquecem que, pouco depois, ficaram aquelas fábricas paradas.

É preciso dizer com insistência que todos estes membros das associações revolucionárias são também membros da Kahal de Nova Iorque, e sujeitos à direção geral da comissão judaica americana.

Quanto têm estas organizações de americanas é facil compreender tendo-se em conta que cerca de dois mil presidentes, aproximadamente 90 por cento, são oriundos de Rússia, Polônia, Áustria, Hungria, Romênia e Alemanha. Sua finalidade não consiste, naturalmente, em americanizar os judeus, mas em bolchevizar a América.

As associações operárias judaicas dependem imediatamente da Kahal russa, cujos membros, depois de fracassada a Revolução Russa em 1905, inundaram a América, dando às associações operárias judaicas um caráter bolchevista. Seu modo de falar é a gíria corrupta alemã, e constituem a vanguarda da revolução mundial propagada de Moscou. Se os chefes do bolchevismo judeu na Rússia tivessem destinado tão somente um décimo do que gastaram em propaganda bolchevista em todos os países do mundo, em administrar e alimentar convenientemente a Rússia, este país certamente se acharia hoje em dia em situação menos deplorável do que na verdade se encontra. "A propaganda dissolvente é a única arte em que os bolchevistas judeus alcançaram suma maestria".

Deve-se considerar a embaixada da Rússia soviética nos Estados Unidos como uma vanguarda da revolução mundial, que é feita por todos os iniciados. Daí proveio a despedida do embaixador soviético Martens. Aparentemente, tinha ele a missão de reatar as relações comerciais entre ambos os países, e esse fim devia servir a explicar o uso das fortes somas de ouro de que dispunha. O Governo dos Estados Unidos, porém, compreendeu melhor o verdadeiro objeto de sua estada na América, objeto que não era outro senão a propaganda da revolução mundial. Martens desapareceu, mas a embaixada soviética ficou. É hoje desempenhada por um judeu-russo, Rechet, de trinta e sete anos de idade. No mesmo edifício está o escritório do advogado judeu Isaac A. Hourwich, tido como o chefe principal do bolchevismo judeu na América. À clientela que freqüenta esse escritório pertence Judah L. Mgnes, chefe da Kahal de Nova Iorque. É um rabino sem sinagoga, um ultra-extremo, mestre

em fraseologia revolucionária, protetor do bolchevismo com suas próprias idéias e com suas múltiplas relações. Passa por ser o mediador entre os judeus opulentos e os radicais, quando estes necessitam de dinheiro. Explicou à imprensa quão fraca e inocente seria a ação da Kahal, pois que não servia mais que a fins educativos e beneficentes. Diga-se contudo que a Kahal é tudo menos um instituto educativo ou beneficente. É nem mais nem menos que o centro nervoso de todo o poderio judaico. Se assim não fora, não se ocuparia da política e do nacionalismo judaicos, nem seus chefes se ocupariam dela. A Kahal é o que significa a mesma idéia: a comunidade judaica reunida para a ação.

Nos escritórios de Recht e Hourwich entram e saem, além disso, os mencionados Schlesinger, Hillmann e Schlossberg, e também certos inspetores da ilha Ellis, todos judeus, já se vê. Às vezes também vão ali "correios" da Rússia, vindos para determinados e secretos fins, ou para recolher despachos de Recht e Hourwich e transmiti-los aos irmãos da Rússia.

No escritório de Recht são visados os passaportes americanos, e ele mantém contato direto com Moscou, conhecendo perfeitamente todas as intenções soviéticas com respeito à América. O principal objeto das conferências no escritório de Recht é a propaganda bolchevista na América. Pessoas da índole dos Hillmann, Schlossberg, Schlesinger, etc., são apenas agentes de ligação entre os **soviets** da Rússia e as associações hebréias de operários. As ordens dadas em Moscou são transmitidas deste modo aos judeus residentes na América para serem postas em prática.

É natural que o "rabi" Magnes tenha pleno conhecimento de tudo quanto toca à Kahal, sendo ele a cabeça visível da maior organização política de raças existente no mundo, com leis próprias e seus próprios métodos para alcançar seus fins.

Mas os Schlossberg e companhia não são, ainda assim, os chefes principais, pois estes se encontram nas alturas onde residem os que dominam a Fazenda nacional, e exercem influência ilimitada sobre o Governo dos Estados Unidos. Estes judeus são muito conservadores; mas apóiam financeiramente a ação radical. Formam a resposta viva à pergunta: que vantagem poderiam eles esperar do bolchevismo? Judeus, além disso, que nos departamentos oficiais correspondentes conseguem que traidores e revolucionários manifestos escapem ao castigo merecido, e que sempre sabem tornar a encher os bolsos vazios de pessoas suspeitas.

Pretender afirmar a inocência da Kahal seria talvez a mais impudente cartada por parte dos pró-homens judeus.

XXI

Confissões de um superior da ordem de "Bnai Brith"

Um dos chefes mais proeminentes da Ordem de "Bnai Brith" foi Leão Stuart Levi. Advogado de profissão, obteve a presidência da Ordem em 1900 e morreu em 1904. Tomou parte ativa na política internacional do seu povo e dizem que foi colaborador do Secretário de Estado Hay em muitos assuntos importantes. As frases que vamos citar procedem da época de sua presidência na "Bnai Brith", e foram publicadas pela Ordem um ano depois do seu falecimento, em um folheto comemorativo de sua personalidade. Não cabe, pois, dúvida, quanto à sua autenticidade.

Costumam certos defensores não-judeus do judaísmo indignar-se quando se chama a atenção para o caráter oriental de determinados atos judaicos. Levi, porém, não só não nega este caráter, mas até o sublinha. Na página 104 do folheto desculpa Levi certos defeitos de educação do judeu, dizendo que, "oriundo do oriente e forçado durante vinte séculos a viver só entre seus congêneres, conservou em seus costumes muita coisa que é característica oriental". Na página 312 fala do "afeto à oriental pelos pais". Tão leal confissão pode ser recomendada aos jornalistas servis que, do fundo de sua ignorância no que concerne ao judaísmo, tomam a indicação do caráter oriental do judeu como ofensa feita a este povo.

Quanto à questão judaica, diz Levi (pág. 101): "Se me detive mais amplamente nestes assuntos é porque tenho de confessar que, posto que se tenha negado ao judeu muita coisa a que tinha direito, ele, por sua vez, costuma exigir às vezes mais do que lhe corresponde. Uma das frases com mais insistência repetida é que não existe questão judaica, que o judeu é um cidadão como outro qualquer e que enquanto obedeça às leis e não esbarre nos Tribunais, sua vida não deve estar sujeita à inspeção pública. Tal asserção seria fundada, no caso de não exigir ele mais que poder viver tranqüila e pacificamente. Mas quando o judeu pede a igualdade de direitos terá de consentir também que seu procedimento fique sujeito a certo controle e contra isso não há negativa formal que valha. Também não deve o judeu ser excessivamente sensível a este respeito. A falta de lógica ou ignorância com respeito à questão judaica não se encontram exclusivamente entre os que são hostis aos judeus... Os refugiados procedentes da Rússia, Galícia e Romênia elevaram a idéia e deram certa importância à questão judaica. De então para cá o mundo vai compreendendo que somos testemunhas de um segundo êxodo, que promete variar em breve completamente o aspecto dos judeus residentes no hemisfério ocidental do globo" (pág. 59).

Sustenta Levi repetidas vezes que os judeus constituem uma raça, e não somente uma comunidade religiosa, uma nação e não somente uma Igreja, e que a palavra devia ser interpretada antes em sentido biológico que teológico.

"É certo que essa raça e religião estão tão intimamente entrelaçadas, que ninguém pode dizer exatamente onde começa uma e termina a outra" (pág. 116). "Não é verdade que os judeus são judeus só pela religião".

"Um esquimó e um índio americano poderiam adotar cada uma das teses das crenças judaicas, poderiam cumprir cada fórmula e todo o cerimonial da lei mosaica e seu ritual, sendo, portanto, judeus quanto à religião. E, sem embargo, a ninguém ocorreria considerá-los nem por um momento como "judeus nacionais". Não é preciso somente que se professem as crenças judaicas, senão que também seja descendente direto de um povo, que tinha antigamente seu Governo visível e seu território próprio, até a segunda destruição de seu Estado. Este acontecimento tirou aos judeus sua terra e seu Estado, dispersando-os sobre a face da terra, "porém nem por isso destruiu a idéia nacional nem de raça", que constituía o eixo de sua nacionalidade e de sua religião. "Quem pode, pois, se atrever a afirmar que os judeus não são uma raça? É o sangue a base e o símbolo da idéia de raça", e nenhum povo do mundo pode com tanto direito proclamar a pureza e a uniformidade de seu sangue, como o judeu" (págs. 191-91).

"A religião só por si não caracteriza um povo". Já se disse que só por professar a religião mosaica não se fica judeu. "Por outro lado, um judeu fica sempre um judeu, ainda quando abjure de sua fé" (pág. 200).

Idêntica opinião têm outros judeus, tais como Brandeis, membro do Supremo nos Estados Unidos, quando disse: "Confessemos que nós, os judeus, constituímos uma nacionalidade determinada e que todo judeu, resida onde residir, e creia no que entender, é forçosamente um súdito dela".

Segundo se vê, Levi defende o insulamento exigido e praticado pelos judeus: "Quanto ao número, os judeus, em dois mil anos, mal têm variado. Não procuram acólitos para a sua religião. Apropriaram-se das artes, letras e civilização de muitas gerações, mas mantendo-se livres de toda a mescla de sangue. Seu próprio sangue se tem infiltrado no de outros povos, mas sem que tenham admitido para si o sangue deles".

Os casamentos mistos entre judeus e não-judeus classifica-os Levi de "bastardos", dizendo: Parece-me justo que os judeus evitem o casamento com os não-judeus e vice-versa, pela mesma razão por que se evita o casamento com enfermos, tísicos, escrofulosos ou negros" (pág. 249).

Preconiza também as escolas públicas para as crianças não-judaicas: as judias, porém, deveriam ser educadas à parte. "No meu entender, as crianças judias deviam ser educadas somente em colégios judeus" (pág. 254). "Não só constitui uma vantagem positiva e imediata educar nossos filhos como judeus, mas isso é "imprescindível para nossa própria conservação". "A experiência demonstra que nossa juventude se afasta do nosso povo, ao roçar indistintamente com os não-judeus" (pág. 255).

É de uma franqueza pasmosa quando diz: "Como estamos longe de ser perfeitos cavalheiros na totalidade, não podemos com razão exigir que nos admitam 'como classe' na alta sociedade não-judaica. Permaneçamos, pois, em nosso posto" (pág. 260).

Quanto à acusação de falta de coragem, que tão freqüentemente se faz aos judeus, diz Levi: "O valor físico constitui somente um apêndice e não um elemento essencial do caráter judaico, que com poucas exceções se pode aplicar a todos os povos orientais. O sentimento e o medo do perigo estão

fortemente arraigados neles; mas não o cultivo da impavidez ou o medo que distingue as grandes nações da Europa Ocidental" (pág. 295).

Precisamente a este cuidado de escapar ao perigo atribui Levi a especial importância dos judeus entre os demais povos. Estes lutam, enquanto que o judeu sabe ter paciência, e isso, no conceito de Levi, é muito mais valioso. Outras nações podem-se ufanar de seus êxitos guerreiros e de seus triunfos, porém, apesar dos múltiplos frutos de suas vitórias, nunca foram de longa duração. Com razão se pode dizer que a nação cuja grandeza se funda no valor físico degenera por via da discórdia e da extenuação... "Na virtude de sofrer possuem os judeus, creio, um amparo contra a degeneração, que caracteriza a história dos outros povos."

Os porta-vozes judeus negaram a participação judaica na revolução alemã de 48, profetizada por Disraeli em sua novela **Coningsby.** Levi diz a respeito: "A revolução alemã do ano de 1848 induziu muitos judeus cultos a emigrar para a América... Não nos ocuparemos particularmente dos acontecimentos do ano 48, bastando a indicação de que não poucos daqueles revolucionários eram judeus e que grande número deles, por se verem perseguidos por aqueles governos fugiram para a América" (págs. 181-82). Aqueles judeus revolucionários alemãs figuram hoje em nosso país como nossos amos financeiros. Aqui encontraram amplas liberdades para explorar pessoas e povos inteiros a seu gosto e como lhes aprouvesse. Ainda mantêm hoje em dia íntimas relações com "Franckfurt-sobre-o-Meno", a capital central do judaísmo financeiro internacional.

Onde quer que a lógica e as necessidades de raça cheguem a se chocar entre si, "abandona Levi francamente a lógica", dizendo, por exemplo: "Por várias razões os judeus continuam mantendo seu insultamento. Segundo a teoria, não deveriam fazê-lo, mas antes deveriam admitir em nossas organizações societárias todo o não-judeu benévolo e digno que nos honrasse com a pretensão de associar-se. "Mas o que teoricamente achamos bom pode praticamente vir a ser inoportuno". Certamente constitui injustiça excluir uma pessoa digna, por ser casualmente não-judia. Mas, onde poderíamos fixar o limite?

Não se pode censurar o senhor Levi por se aferrar tanto ao seu povo. Cada qual tem seu lugar obrigado junto de seus compatriotas. Só merecem censura os "não-judeus adultores, que renegam sua própria raça, tornando-se parasitas dos judeus, hermafroditas internacionais", que manteriam melhor sua honra se possuíssem e proclamassem sequer a milésima parte do orgulho de raça que distingue o judeu.

Por que são os judeus tão intimamente ligados entre si? Que é que os diferencia dos demais? Sua religião? Que a mantenham imaculada para estranhos e infiéis. Sua raça? Em caso afirmativo, deve-se esconder por detrás dela algum objetivo político determinado. Qual será? A Palestina? Confirma-se esta esperança ao lermos nos jornais que, por via da imprensa associada, as agências telegráficas judaicas se inundam de telegramas sobre a Palestina. Mas ainda não se nota que a Palestina se tenha judaizado definitivamente.

"O objetivo político judeu não é mais nem menos que o domínio do mundo no sentido material". Este domínio, com exclusão de qualquer outro motivo, fornece a explicação de seus instintos imigratórios em sentido político, propagandístico e revolucionário.

XXII

Kuhn, Loeb & Cia., de Nova Iorque, e M. M. Warburg & Cia., de Hamburgo

Ainda não possuem os banqueiros judeus, apesar de tudo, a absoluta hegemonia financeira nos Estados Unidos da América. Não há dúvida de que a pretendem, e por várias vezes quase a alcançaram. Entretanto, constituem um poder tão sinistro, que suas múltiplas relações internacionais suscitam um problema muito importante: tão importante, que não há razão nenhuma para nos tranqüilizarmos pelo mero fato de não terem ainda alcançado a meta.

As grandes casas bancárias americanas constituem um artigo de importação. Algumas delas são ainda de origem tão recente, que é fácil seguir-lhes a linha de desenvolvimento desde o primeiro dia de sua imigração. O sentido de tratar com estrangeiros fortifica-se pela conservação de relações com o ultramar. Por outro lado, esta unidade internacional constitui precisamente o momento algido de seu poderio financeiro.

Quatro nomes altissonantes na alta finança americana são Belmont, Schiff, Warburg e Kahn.

Augusto Belmont chegou à América em 1837, como representante da casa Rothschild. Seu berço era Franckfurt-sobre-o-Meno e sua família esqueceu mais tarde sua origem judaica. Ocupava-se muito de assuntos políticos, sendo, durante a época crítica de 1860-72, presidente da Comissão Democrática Nacional. De grande utilidade para a Casa Rothschild foi que tivesse ele representado seus interesses, ainda que as transações financeiras de então, comparadas com as de nossos dias, pareçam relativamente insignificantes.

Jacob Schiff é outro financista judeu com que nos agraciou Franckfurt-sobre-o-Meno. Terminada sua aprendizagem no escritório de seu pai, que também foi agente da Casa Rothschild, chegou aos Estados Unidos em 1865, chegando a ser um dos principais canais por onde os capitais germano-alemães afluíam para empresas americanas. Sua atuação facilitou-lhe postos em muitas esferas importantes da vida comercial americana, de preferência em vias férreas, Bancos, sociedades de seguros e telegráficas. Casou com Teresa Loeb, chegando a ser, por fim, chefe principal da casa Kuhn, Loeb & Cia.

Ocupava-se também Schiff de política em sentido judaico, sendo ele talvez a energia propulsora na luta política, pela qual Congresso e Presidente foram obrigados em 1911 a romper as relações comerciais com a Rússia; rompimento devido a uma questão puramente política, à qual astutamente se dera o aspecto de "interesses americanos". Prestou inestimáveis serviços ao Japão na guerra contra a Rússia, mas dizem que a astúcia japonesa o desenganou redondamente e o fez perder uma reciprocidade em que fora muito exigente.

Consócio de Schiff na casa bancária de Kuhn, Loeb & Cia, é Otto Kahn, mundialmente relacionado ainda em grau maior que os anteriores, e que se ocupa constantemente de misteriosos assuntos de índole internacional, provavelmente por causa de seu conhecimento particular de muitos países. Nasceu na Alemanha, e vinha igualmente da escola financeira de Franckfurt, onde tem ligações com a casa bancária judia Spayer. Uma cidadania nacional sua é conhecida: a britânica. Agora se "ainda é" cidadão alemão, ou se "já é" cidadão americano, ninguém pôde verificar.

Maior estranheza, contudo, causou sua mudança de religião, apesar da qual os judeus não o chamam de apóstata. Chegou a se saber ainda assim que na mesma época em que pretendeu entrar na casa Kuhn, Loeb & Cia. meditava o projeto de seguir para a Inglaterra, para apresentar ali sua candidatura a deputado.

Em Paris e nos países que ficam ao oriente dessa capital, apresentou-se como porta-voz da aristocracia financeira americana, o que não é verdade. Seria provavelmente porta-voz daquele grupo que tão habilmente espera impor o programa mundial judaico, até o ponto das nações européias chegarem a supor que a América era uma poderosa potência semita.

Outro membro, o quarto do grupo de financistas judeus, é Paulo Warburg. Nasceu na Alemanha em 1868 e chegou aos Estados Unidos em 1902, naturalizando-se em 1911. Veio a este país com a intenção declarada de reformar seu sistema financeiro. Há dois sistemas fundamentalmente diferentes de fazer dinheiro: segundo um deles, vai-se "fazendo" sem dar importância ao sistema empregado. O outro considera os sistemas como artefatos, que se podem aperfeiçoar, mudar, ou renovar à vontade. Warburg, descendente de uma longa série de banqueiros germano-judeus, pertence a este último grupo. Em agosto de 1914 explicava ele o desenrolar de sua vida à Junta Senatorial de Bancos e Câmbios e desse relatório se deduzem os seguintes pormenores:

Os Warburg são uma das famílias financeiras judias de cuja importância nada se sabia até romper a guerra; nem se teria dela grande conhecimento se não tivesse patenteado seu internacionalismo com tanto excesso. Foi espetáculo interessantíssimo observar os diversos irmãos Warburg ocupando em Versalhes postos proeminentes em "ambos os bandos" das frentes combatentes.

A casa bancária Warburg, de Hamburgo, fundou-se em 1796. Ali na casa paterna, aprendeu as lições elementares do ramo bancário. Seguiu para a Inglaterra, onde esteve dois anos na casa bancária de Samuel Mantague & Cia., trabalhando, além disso, durante dois meses, como agente da bolsa. Esteve depois em Paris, na sucursal do Banco da Rússia do Comércio Exterior, regressando depois a Hamburgo. Viajou pela Índia, China e Japão. Sua primeira vinda à América foi em 1893, voltando logo a Hamburgo, onde entrou na casa paterna como sócio. Em 1895 casou com a filha do Sr. Loeb, em Nova Iorque, e todos os anos demorava algum tempo nesta capital. Em 1902 ficou definitivamente em Nova Iorque, entrando como sócio para a casa Kuhn, Loeb & Cia. Como já vimos, Jacob Schiff casou também com uma filha de Loeb, sendo, pois, cunhado de Paulo Warburg. O irmão deste, Felix, também consócio da razão social, fez-se mais tarde "filho político de jacob Schiff". Cidadão americano não o foi senão em 1911.

Três semanas apenas depois de se ter fixado em Nova Iorque, em 1902, descobriu que todo o sistema monetário e financeiro americano estava completa-

mente antiquado, e audazmente redigiu um artigo reformatório, que, ainda assim, teve de guardar até 1906. Ao chegar em 1902 à América ainda não sabia se conviria solicitar a naturalização. Decidiu-se a isso em 1908, realizando-o em 1911. Contudo, em 1902 já sabia que estava destinado a transformar a vida financeira e monetária americana. À pergunta de um membro da Junta, por que tardara tanto para se naturalizar, respondeu que tinha sido "cidadão muito leal" de sua antiga pátria. Só a convicção de ter de efetuar a reforma financeira americana o induziu a abandonar sua brilhante posição na Alemanha. Desde então sentiu que tinha criado raízes nesta terra e que fazia parte da nação americana (durante os anos de 1906 a 1911 foi Warburg tão leal cidadão alemão como americano). Em conseqüência do seu artigo, entrou em relações com o senhor Aldrich, senhor onipotente em assuntos financeiros e representante brutal dos interesses bancários junto ao Governo. Este pediu conselho a Warburg (então ainda estrangeiro), que lho deu em abundância.

A respeito da atuação de Warburg, o catedrático E.R.A. Seligmann, da Universidade de Columbia, disse: "Poucos conhecerão Warburg. A Lei de Reservas da União ficará unida ao nome de Warburg na história deste país". Esta lei criou um Banco Central, o Federal Reserve-Board, tal como o possuíam a Inglaterra, a França e a Alemanha. As conseqüências práticas desta instituição consistem em que os Estados Unidos representam hoje um país na situação econômica mais difícil, com enorme excesso de produtos de todas as classes, que não pode aproveitar, nem repartir, porque o sistema central de canalização financeira "está obstruído". A afirmação de Warburg de que tinha realizado um sacrifício material enorme ao se pôr à frente do Federal Reservas-Board, induziu certo senador a perguntar-lhe por que o fizera. A resposta incompreensível de Warburg foi que desde que chegou à América sentiu vivíssimo interesse em implantar sua (?) reforma financeira.

Durante este exame perante a Junta Senatorial, tratou-se também da posição "política" de Warburg, e seus consócios da casa Kuhn, Loeb & Cia. De suas declarações se verifica que é característico para a política judaica (talvez para a de certas grandes casas financeiras) apostar em "todos" os partidos políticos, de sorte que seus interesses fiquem sempre salvaguardados, seja qual for o partido dominante. Resultou, pois, deste exame, que Warburg foi primeiramente republicano, dando mais tarde suas simpatias a Wilson, do que se pode deduzir que tinha se passado para os democratas; que sua casa bancária apoiou o partido republicano, que Mr. Schiff pagou do seu bolso os gastos da campanha eleitoral do Partido Democrático; que Felix Warburg, irmão de Paulo Warburg, interessou-se pessoalmente com forte soma pela eleição do candidato republicano Taft; que à pergunta que "ninguém da razão social Kuhn, Loeb & Cia. apoiaria financeiramente o terceiro candidato, Sr. Roosenfeld, e por quê? dissera Warburg: "Não quero afirmar tanto", isto é, provavelmente teria sido Mr. Kahn quem apostara em Roosenfeld. E esquivou-se, finalmente, com a frase — que não podia expor os "interesses de negócio" de seus consócios, nem de sua casa.

O resultado desses múltiplos interesses políticos foi que, sendo Wilson o vencedor, obteve Warburg, como sócio da casa Kuhn, Loeb & Cia., um cargo tão elevado, que lhe facilitou uma influência decisiva sobre a Fazenda dos Estados Unidos.

Na época do exame perante a Junta, isto é, a 1º de agosto de 1914, véspera da Guerra Mundial, era Warburg presidente do Banco Central da União, e

"ao mesmo tempo", consócio da casa bancária americana Kuhn, Loeb & Cia e da casa bancária alemã M. M. Warburg & Cia, de Hamburgo. Não importa sua declaração: "estou em vias de liquidar minha casa de Hamburgo, ainda que a Lei não me obrigue a isso".

Warburg pôde, pois, entrar como sócio na mais importante casa bancária americana, "sendo estrangeiro", e pôde simultaneamente, como estrangeiro, conseguir o reconhecimento legal de um sistema financeiro seu, conhecido como Sistema de Reservas da União. O povo americano, em sua maioria, julga naturalmente que lida com uma "instituição do Estado". Mas engana-se, pois ainda que a "Lei" que o implanta constitua um ato oficial, o sistema em si é de índole puramente "particular". Apresenta-se como um sistema bancário particular fundado sob auspícios e prerrogativas extraordinárias. Esse erro foi sustentado por todos quantos escreveram em público acerca deste assunto.

O Sistema de Reservas da União é um sistema de Bancos particulares, ou seja, a fundação de uma aristocracia bancária dentro de uma antocracia já existente. Com isso se perdeu uma grande parte da independência dos demais Bancos e além disso tornou-se possível a determinados especuladores financeiros obter grandes somas para fins particulares, e sem mira no bem comum.

Se este sistema mostrou certa utilidade em meio às condições excepcionais da "guerra", criadas artificialmente, isto é, de utilidade para um governo, que não soube administrar por si mesmo seus assuntos e suas finanças e que durante toda essa época não se livrou jamais de apuros, mostrou-se em compensação, de todo inservível para as necessidades em tempo de "paz", devido a erros iniciais, ou à sua aplicação inábil.

O "plano Warburg" chegou a se realizar precisamente a tempo ainda de servir às "necessidades da guerra", e enquanto que o seu autor e promotor soube perfeitamente defender em tempo próprio os interesses "bancários", mostra-se "hoje" estranhamente taciturno ao tratar de defender os interesses do "povo".

Quis Warburg desde o princípio um só Banco Central, e este, naturalmente, estabelecido em Nova Iorque. Teve de ceder, no que respeita à fundação de doze sucursais de distrito e conformou-se por fim com a promessa de que "tal falta" poderia ser sanada por "decreto", isto é, "fora da lei". E, de fato, conseguiu-o na prática. Em Nova Iorque não há caristia de dinheiro. Empresas cinematográficas apoiaram-se sobre seus milhões. Um centro de venda de cereais, sob a chefia de Bernard M. Baruch e com um capital inicial de cem milhões de dólares, pôde ser fundado. Loeb, o az teatral judeu, pôde, em um só ano, construir vinte novos teatros.

Em compensação, nos distritos rurais, lá onde se acumula a verdadeira riqueza do país, em sua vida cultural e em seus celeiros: lá ninguém encontrou dinheiro, para ninguém houve crédito.

Ninguém pode negar esta situação real, mas as verdadeiras "causas" só são conhecidas de muito poucos, porque não seguem os caminhos retos. As razões naturais descobrem-se facilmente, enquanto que as criadas artificialmente, vela-as um véu misterioso. Como é possível? Temos aqui os Estados Unidos da América, o mais rico país do mundo, com suas massas gigantescas de produtos e valores, prontos para imediato aproveitamento e apesar disso, encadeado, impossibilitado de se mover dentro do seu alvo habitual, "só" por certas maquinações obscuras no seu sistema financeiro.

Neste penetra o país com grande dificuldade. Se o fizesse, compreenderia bem depressa "que o segredo não está no dinheiro"; está antes na forma por que ele é manejado, que é "por decreto".

Os Estados Unidos Norte-Americanos nunca tiveram um presidente que entendesse de assuntos financeiros, e por isso mesmo sempre tiveram de pedir conselhos oportunos aos técnicos em finanças. O dinheiro é a propriedade mais espalhada e que em maior escala se administra e se organiza. E, contudo, o governo nada tem a ver com ele, a não ser, como com a grande massa popular, no caso de necessitar dele, e ter de pedi-lo aos que o dominam e possuem.

A "questão do dinheiro", bem esmiuçada, significa ao mesmo tempo uma solução à "questão judaica" e às demais questões de índole "material".

O plano financeiro de Warburg estipulou que a porcentagem de juros devia ser diferente nas diversas regiões. Uma vez que ele soube explicar a utilidade de tal sistema aos "banqueiros", mereceria o aplauso público se soubesse explicá-lo ao "povo", assim como o motivo por que certa categoria de pessoas, que de modo algum pertencem ao grupo de produtores de valores, obtêm créditos, enquanto que as camadas sociais que verdadeiramente produzem valores são considerados pelos banqueiros como se não existissem; e além disso também o motivo por que se há de emprestar dinheiro a algumas pessoas residentes em determinada parte do país a juro diverso do que se cobra de outras.

Criou Warburg sua obra do ponto de vista financeiro de ofício, e só no caso de que se ocupasse hoje também dos interesses gerais, se chegaria a compreender que a Providência o trouxe a este país.

Algumas frases originais da pena de Warburg dar-nos-ão a conhecer as idéias e intenções deste financista a respeito de dinheiro: "Os institutos bancários centrais europeus não são, ao contrário do que muita gente pensa, propriedade dos governos... O Banco da Inglaterra é administrado como uma empresa lucrativa particular". O plano da comissão financeira deriva das instituições do Banco da Inglaterra. Sua administração fica exclusivamente nas mãos de homens de negócios, sem admitir a menor participação nem inspeção do governo... Estas casas bancárias centrais, ainda que legalmente sejam corporações particulares, constituem órgãos semi-oficiosos e como tal têm o privilégio da emissão de bilhetes de Banco... e como tal são guardas de quase todas as reservas metálicas do país e administradoras dos fundos públicos. Além disso, "e em questões de política nacional, o governo tem de contar com a boa vontade e cooperação legal desses órgãos centrais". Vê-se, pois, que as questões da política nacional têm de ser sujeitas aos interesses dos poderes financeiros. Uma influência mais poderosa que a do governo caracteriza Warburg como "um extremo ainda muito mais perigoso".

A cooperação de homens do governo em assuntos financeiros, combate-a Warburg pela razão seguinte: "Em nosso país (quer dizer a América), onde qualquer afeiçoado sem educação pode alcançar qualquer posto público; onde a amizade pessoal, ou o apoio financeiro ou político na campanha eleitoral do presidente confere o direito de reclamar certas prerrogativas... seria toda administração direta do governo, isto é, uma direção política, grandemente prejudicial".

Com o conceito emitido de "prerrogativa" recordemos que em dezembro de 1916 afirmava-se que várias pessoas do círculo pessoal de Wilson tinham

ganho sessenta milhões de dólares em especulações da bolsa, porque conheciam de antemão a próxima nota do presidente sobre a guerra.

As atuações políticas internacionais da casa bancária judia Kuhn, Loeb & Cia. merecem a máxima atenção. As influências que em 1911 obrigaram o governo americano a romper as relações comerciais com a Rússia procederam de Jacob Schiff. Parece que aquele país foi o foco da atuação política de Schiff. Foi sua casa bancária que apoiou financeiramente o Japão na guerra contra a Rússia, pretendendo assim torná-lo cúmplice de Judá. Mas os astutos japoneses compreenderam a cartada, reduzindo suas relações com Schiff ao estritamente necessário em assuntos financeiros. Não se deve perder de vista este fato, diante da ampla propaganda bélica atual contra o Japão. As vozes que se elevam mais alto em favor da causa judaica são as mesmas que com maior empenho propagam sentimentos hostis contra o Japão.

A guerra russo-japonesa favoreceu as intenções de Schiff para minar a Rússia, trabalho que se aperfeiçoou com o bolchevismo. Facilitou o dinheiro, que ajudou a infiltrar nas almas dos prisioneiros de guerra russos nos acampamentos japoneses as idéias dissolventes, que agora são do domínio universal, sob a forma de bolchevismo. Esses prisioneiros de guerra voltaram logo à pátria convertidos em apóstolos da anarquia. Pela sua participação pessoal na destruição desse país, foi Jacob Schiff, na tarde do mesmo dia "em que Tzar renunciou ao trono, objeto de manifestações entusiásticas em Nova Iorque".

Toda essa razão social é germano-judaica, e sustentou sempre relações com a Alemanha. O grau em que se acham elas quanto aos conhecimentos que vamos citar agora não é do nosso conhecimento.

O campo de ação de Otto Kahn é a Grã-Bretanha e a França. Na imprensa francesa, e como "plenipotenciário" americano, anuncia o que a América pensa fazer em face da Europa. É também inglês na medida do necessário, para poder se apresentar como deputado inglês. E ainda penetra mais longe, nas regiões do oriente da Europa, em territórios antes judaicos, e às suas idas e vindas seguem-se sempre transformações, das quais sempre se afasta cuidadosamente o nome da Kahn.

Uma das façanhas mais importantes foi a denúncia de uma "propaganda germanófila", com a qual, segundo ele mesmo disse, incendiou de entusiasmo os corações americanos em favor da França. Ao mesmo tempo, seu consócio Paulo Warburg tocou as fibras das simpatias a favor da Alemanha. Uma grande orquestra internacional, que pode tocar em harmonioso conjunto simultaneamente "A bandeira estrelada", "A guarda do Reno", "A Marselhesa" e "Deus guarde o Rei", é o que representa esta empresa bancária judaica.

Seguem-se os Warburg. Seu interesse concentra-se naturalmente na Alemanha. Ao estalar a guerra, em agosto de 1914, estava Paulo Warburg em relações de negócios com a Alemanha, se bem que prometia romper essas relações. Sobreveio a guerra. O governo judeu-americano fortaleceu-se nos Estados Unidos, e o papel que Warburg pôde desempenhar naquela época já foi anteriormente demonstrado.

Os Warburg são três. Felix Warburg é o segundo deles que veio à América. É pouco citado na publicidade americana, apesar de ser membro da comissão judaica americana. Foi honrado com o título de rabino honorário, e é conhecido no mundo judeu com o sobrenome de Haber Rabi Baruch ben Mosche, sendo ele o único judeu americano a quem se outorgou tal título.

Máximo Warburg é quem representa esta família bancária judaica na Alemanha, "cooperando com o governo alemão durante a guerra exatamente da mesma forma por que seus irmãos em Nova Iorque fizeram" com o americano. Conforme informou a imprensa do mundo inteiro, esses irmãos se encontraram no ano de 1919, em Paris, vindos um da Alemanha e o outro da América, como representantes de "seus" respectivos governos e como delegados da Paz.

Mais coincidências: assim como em Washington eram judeus os que freqüentavam a Casa Branca, em Berlim o único que "possuía comunicação direta com o Kaiser" era o judeu Walter Rathenau. O mesmo sucedia em Londres, em Paris e em S. Petersburgo. A Rússia "perseguia" os pobres judeus e, sem embargo, "já então" eles dominavam o país em segredo, como fazem publicamente e à vista de todos desde 1917.

Sem querer penetrar muito em todos os pormenores secretos deste sistema de governar o tráfico mundial de um único centro, o que ficou dito basta para demonstrar que uma só família de banqueiros de ofício pode meter as mãos em toda a classe de acontecimentos públicos, tanto políticos como econômicos: A família dos Warburg na chefia do mundo financeiro de dois países, mesmo quando estes se acham em guerra um com o outro. A mesma família fazendo de delegados para a paz mundial com encargo de ambos os bandos, e decidindo sobre a Sociedade das Nações. E é a família Warburg que, dos dois extremos do mundo, aconselha a esta o que terá de fazer no porvir. Talvez com mais direito do que suspeita o público, disse certo jornal de Nova Iorque suas preocupações em um artigo intitulado: "Tende cuidado com os Warburg".

Paulo Warburg preocupa-se hoje (ao iniciar-se a era da paz universal!) com o tratamento que darão à propriedade particular em "outra nova guerra" certos beligerantes. Para isso faz referência a certo banqueiro parisiense que prevê a possibilidade de uma guerra franco-inglesa, e com ela os efeitos de pânico, que em tal caso teriam as mútuas denúncias de créditos bancários de ambos os lados. Warburg afirma: "Nossos banqueiros deviam estudar muito detidamente tão sério problema. Com a depreciação da propriedade privada, nada teríamos a ganhar e sim muito a perder "se apoiássemos tal política. É provável que em pouco tempo sejamos os únicos possuidores de valores estrangeiros que correriam risco, caso sejamos envolvidos na nova guerra. É para mim de grande importância que "não suceda nada que possa impedir que a América chegue a ser o país de maiores reservas de ouro no mundo inteiro".

Se o senhor Warburg quer insinuar que os judeus americanos projetam traspassar seu mercado financeiro internacional para os Estados Unidos, devemos objetar a isso, com toda a firmeza, que a "União não deseja absolutamente tal transmissão". Previne a história, e com muita insistência, o que seria tal coisa para nós. Quereria dizer que, exatamente, como uma após outra, a Espanha, Veneza, a Inglaterra e a Alemanha tiveram de arcar com a suspeita e o desagrado do mundo inteiro, por culpa do que os financistas lá praticaram, assim teria de suceder também conosco. "Não devemos esquecer, antes meditar nisso seriamente, que a maior parte das inimizades nacionais da hora presente são resultado da indignação que despertam as más ações dos financistas judeus internacionais, cometidas ao amparo de belas frases patrióticas". "Os ingleses fizeram isto ou aquilo", "os alemães pretendem isto e mais aquilo" (continuamos a ouvir ainda hoje), enquanto que, na realidade, quem o fez ou pretendeu

fazer foi o judeu, para quem as diversas nações faziam às vezes de tabuleiro, sobre o qual ele jogava suas partidas de xadrês financeiro.

Ainda se ouve dizer que os Estados Unidos fazem isto e aquilo — "que se não fossem os Estados Unidos, o mundo inteiro mudaria, depressa, de aspecto, porém que os americanos são um povo ávaro e sem alma". Mas, por quê? Porque o poderio financeiro judeu assentou seus arraiais em nossa terra, cunhou dinheiro, abusando tanto de nossa posição favorável como da miséria da Europa, assestando uma parte do mundo contra a outra, e, também, porque os homens de negócios americanos não são, na verdade, americanos, "mas judeus", que, em muitos casos, representam sua própria raça tão indignamente como a nação americana.

Os Estados Unidos da América não desejam que o centro judaico se enraíze neste país. Não nos queremos entronizar como um ídolo de ouro sobre os outros povos. Queremos ajudar esses povos, mas com valores reais, não em nome, nem sob o signo do ouro.

O caráter internacional dos Warburg não pode ser negado. Felix Warburg manteve relações com Hamburgo por mais tempo que Paulo, mas, em ambos os casos, o rompimento parece ter sido somente superficial. Na mesma época em que Felix Warburg abandonou a casa bancária de seu irmão Máximo, saiu, também, de sua casa de Franckfurt-sobre-o-Meno um certo Stern. "Ambos os judeus manifestavam-se ativamente no grupo dos aliados, atacando cruelmente e com grande tenacidade sua antiga pátria alemã". "Impossível", dizem os ingênuos que continuam acreditando que um judeu alemão é alemão. Nada é impossível, se nos lembrarmos de que a lealdade do judeu pertence "só e exclusivamente" ao seu povo "judeu". A afirmação deste fato inegável esbarra sempre na imprensa judaizada com o mais enérgico protesto. Todos se recordam daquela repugnante película propagandista da guerra. "A besta berlinense". Seu autor foi o "judeu alemão" Carlos Laemmle. Seu nascimento, ocorrido na Alemanha, não o impediu de enriquecer com essa película, nem essa película o impediu de ir visitar todos os anos seu país natal.

Durante a guerra, emitiu o Banco de Kuhn, Loeb & Cia. um empréstimo da municipalidade de Paris, que, na Alemanha, originou debates nos jornais. Deve-se observar que em Hamburgo, sede social e domicílio particular de Máximo Warburg, "o Chefe de Polícia notificou a imprensa que ficavam proibidas ulteriores discussões na imprensa, acerca de empréstimos emitidos pela casa bancária Kuhn, Loeb & Cia. a favor daquela municipalidade, assim como juízos desfavoráveis sobre os mesmos".

Parece, pois, que Máximo Warburg foi, em sua cidade natal, um imperador que pôde suprimir, por decreto, toda discussão pública acerca das más ações de seus irmãos residentes em Nova Iorque. Em compensação, os Warburg atualmente residentes na América têm de se sujeitar à forte crítica, desde que seus atos a tornem necessária.

XXIII

A sede de ouro americana sob o controle financeiro dos judeus

O banqueiro judeu internacional, que não tem pátria determinada e se entretém no jogo de atirar um país contra outro, e o proletariado judeu internacional, que vagabundeia, de terra em terra, em busca de condições econômicas que lhe sejam adequadas, são sempre notados nos problemas que inquietam o mundo. A questão de imigração é judaica. Dá-se a mesma coisa com a questão financeira e o emaranhamento da política internacional. As condições da paz são judaicas e a questão da moral nos cinemas e teatros também depende deles.

A solução da questão judaica compete, em primeiro lugar, aos próprios judeus. Se eles não o fizerem, fá-lo-á o mundo inteiro, contra a vontade deles, mas contra eles.

O judeu confessa e confirma, em toda parte, seu internacionalismo. Certo banqueiro judeu alemão disse: "Nós somos banqueiros internacionais. A Alemanha perdeu a guerra. Isso é lá com o seu exército. Nós somos internacionais". E essa foi a opinião dos banqueiros judeus em toda parte. Os povos se destruíam mutuamente. Que importava aos financistas judeus? Tal como num "match" de box: isso é lá com os lutadores... "Nós somos banqueiros internacionais".

Prejudica-se gravemente "um povo", fazendo subir artificialmente, o desconto de seus saques; "a outro", subtraindo o seu dinheiro da circulação natural da vida comercial. Mas, que significa isso tudo para o banqueiro internacional? Este tem suas preocupações próprias e particulares. Em épocas de tempestade, chove o ouro nas arcas dos banqueiros internacionais, mais ainda que em tempos tranqüilos. As guerras e penúrias lhes proporcionam as colheitas mais ricas.

Demos uma volta pelas oficinas do governo, nas quais deveriam ser guardados os segredos das contribuições, do Banco Nacional e da política externa e, em toda parte, encontraremos judeus. Precisamente naqueles postos que convenham ao judaísmo internacional e onde este possa se inteirar do que lhe apeteça. Para os judeus internacionais os demais povos constituem uma espécie de clientes. Que perca ou ganhe um ou outro exército não os comove: eles ganham, perca quem perder. Para eles, a guerra não se acabou. As hostilidades, propriamente ditas, e os padecimentos horrorosos dos povos, não foram para eles mais que o prelúdio. Todas as riquezas dos povos, em dinheiro vivo e sonante, foram açambarcadas; deixando-se, apenas, em circulação uma pequena parte para gratificações de guerra e dividendos; mas isto mesmo foi recolhido mais tarde, mediante aumentos de preços, por caristias artificiosas,

ou pela instigação ao luxo. Então desapareceu, também, a última moeda de ouro.

Parece uma graça de mau gosto aquela afirmação amplamente divulgada que diz: "Os Estados Unidos possuem mais ouro que nenhum outro país do mundo." Onde está? Há quanto tempo tu, irmão "yankee", não vês uma moeda de ouro? Onde se esconde todo esse ouro? Talvez nos subterrâneos do palácio governamental? Não, porque o próprio governo está excessivamente endividado, intenta desesperadamente fazer economias, já não pode sequer pagar a pensão aos combatentes, porque a Fazenda do país não resiste. No recinto da América se encontrará, de fato, todo esse ouro, mas não que ele pertença à União.

O lavrador americano e o industrial, que não souberam se defender das habilidades dos banqueiros internacionais, e que foram asfixiados pelo crédito esgotado, indagam, admirados, onde teria ido parar todo esse dinheiro. A Europa carece de tudo e dirige-nos olhares angustiosos. O cabograma seguinte, publicado por um diário londrino, vem aclarar um pouco essas trevas: "Soubemos, hoje, que saiu outro embarque de ouro no valor de 2.800.000 dólares com destino à casa Kuhn, Loeb & Cia., que, junto às remessas anteriores, perfazem o total de 129 milhões de dólares. Nos círculos iniciados dos banqueiros londrinos acredita-se que parte do ouro alemão, introduzido pela citada casa, procede realmente da Rússia, e não da Alemanha, conforme o público supunha."

O sistema bancário internacional judeu explica-se facilmente. Na América, em primeiro lugar, se radica o Grande Quartel General. Este se achava na Alemanha com setores na Rússia, França, Grã-Bretanha e América do Sul, "onde trabalhava o judaísmo sul-americano de uma maneira sumamente suspeitosa". Os dois impérios da Alemanha e da Rússia foram votados pelos banqueiros internacionais ao castigo, porque se precaviam abertamente contra os judeus. E já receberam esse castigo. Esta negociata deu lucro fabuloso.

Em cada país, tanto os Estados Unidos Norte-Americanos, como México e os diferentes Estados sul-americanos, na França, Inglaterra, Alemanha, na Espanha, Itália, Austria, e até no Japão, existe uma casa bancária judaica, que gira à testa do grupo bancário do respectivo país.

Warburg foi o inventor, reformador e diretor do sistema federal bancário nos Estados Unidos. Não que fosse ele o único judeu envolvido no assunto: mas, o mais proeminente. Apesar de transferir a empresas financeiras particulares as funções monetárias e de câmbio, que, por direito, incumbem ao Estado, talvez não seja mau esse sistema. Mas, o certo é que todas as apreciações coincidem em afirmar que foi mal aplicado. Com seu auxílio, mal ou bem, o povo atravessou a guerra; porém, só muito mal, pôde atravessar a paz e, segundo afirmam pessoas versadas nesses assuntos, isto foi devido, precisamente, aos obstáculos que o sistema oferece.

Por grande que seja a acumulação de ouro em nosso país, suas riquezas, em produção de valor intrínseco, são ainda muito maiores, ultrapassando de muito o valor nominal de todo o ouro mundial reunido. O valor de uma só colheita agrícola o ultrapassa.

Mas, sob o sistema vigente, a opulenta abundância da quantidade dos produtos nacionais deve, forçosamente, atravessar a estreita represa do crédito bancário, represa que, por sua vez, depende da inundação do ouro. Quem

possua, pois, o ouro, dominará com ele o mundo. Quem se colocar junto à represa, manejará a distribuição de todas as necessidades vitais, e dessas dependerá o bem-estar da humanidade. Se no momento em que estanca o movimento dos valores, se pára, automaticamente, o mecanismo econômico mundial — o mundo adoece economicamente.

Quando nosso bem-estar depende, de tal forma, da boa vontade de um grupo determinado de pessoas, que reúnem em suas mãos nosso dinheiro, e quando nossa miséria assenta na malevolência daquelas, oscilando o bem-estar e o mal-estar da humanidade tão irregular e anormalmente, sem que seja ordenado por nenhuma lei natural, mas dependendo tão-somente de acordos feitos em qualquer parte — surge naturalmente a pergunta: "quem dirige isso? Quem domina? Aqui estão disponíveis todas as mercadorias e víveres, e ali há necessidades apremiantes: onde está o dinheiro necessário para regular o intercâmbio?"

Alguns dos ramos industriais mais importantes encontram-se nas mãos de certas juntas de credores. Empresas agrícolas são apregoadas em leilão, às centenas, e cavalos vendidos a 3 dólares cada um. Há superabundância de lã e de algodão, que dá para vestir o povo inteiro, e "está se desperdiçando nas mãos dos proprietários", que não a pode vender. Todos os ramos produtivos, ferrocarris, jornais, lojas, fábricas, agricultura, edificações, todos se acham em grandes aperturas, pela caristia do dinheiro. E isso no país que se considera como o centro financeiro do mundo.

Onde está, pois, o dinheiro?

Acha-se em Nova Iorque, graças ao sistema financeiro centralizador, introduzido pelo judeu Warburg. Um funcionário público bem informado dirigiu ao governador do Conselho de Reservas Federais a seguinte queixa:

"Enquanto os territórios produtores do Oeste e do Noroeste, do Sul e do Sudoeste carecem de dinheiro, certos Bancos de Nova Iorque obtiveram dos Bancos de Reserva, em alguns casos, somas acima de 100 milhões de dólares. Repentinamente, um só instituto bancário obteve um empréstimo de mais de 145 milhões de dólares, ou seja, o dobro da soma total que alguns Bancos de reserva emprestaram recentemente a todos os Bancos associados do seu distrito, em conjunto. Um só Banco de Nova Iorque recebeu emprestado 134 milhões de dólares, isto é, 20 milhões de dólares mais do que o Banco de Reservas de Kansas pôde emprestar a seus 1.091 bancos associados, em conjunto. Outro recebeu 40 milhões, isto é, mais do que o Banco Federal de Minneapolis podia creditar a seus 1.000 associados. Um terceiro Banco recebeu emprestados 30 milhões, ou seja, mais do que todos os Bancos dos três Estados de Texas, Luisiana e Oklahoma, em conjuto, poderiam obter de seu correspondente, o Banco Central de Dallas. O Banco de Reservas de São Luís não pôde adiantar a seus 529 Bancos associados as somas que um só Banco de Nova Iorque recebera emprestadas do Banco Federal Central de Nova Iorque."

Tal é, pois, a situação. Os 12 Bancos de Estado, cuja tarefa devera consistir em facilitar dinheiro, por igual, a todas as regiões do país, estão, pelo que se viu, impedidos "por decreto". Com efeito, o Banco Federal de Nova Iorque converteu-se, praticamente e sob todos os pontos de vista, no Banco Central da União, facilitando o negócio "especulativo" com milhões, enquanto que aos "produtores" não lhes dá mais que milhares.

Ocorrendo o fato de quatro Bancos de Nova Iorque obterem tanto dinheiro emprestado, como recebera a totalidade de Bancos de 21 Estados em conjunto, emprestado por 5 institutos bancários de distrito, é lógico que tal fenômeno carece de explicação.

De onde procedeu, pois, esse dinheiro distribuído em empréstimos em Nova Iorque? Procedeu dos mesmos distritos, onde hoje se observa a maior carência de meios disponíveis. Em maio de 1920 foi dada, por telefone, a ordem para que, a 15 do mesmo mês e ano, começasse a grande sangria. Veio o dia 15. Os créditos foram avisados para pronto reembolso e os pagamentos reclamados com urgência. Uma inundação de dinheiro, espremida literalmente dos distritos produtores, começou a afluir para Nova Iorque. A não ser assim, teriam sido impossíveis aqueles créditos gigantescos que citamos. Foi uma famosa pirataria legalizada pelo sistema federal de reservas. "O dinheiro foi subtraído ao comércio legítimo, nos diversos distritos, para ser emprestado em Wall-Street a "juros de usurário" — disse o citado funcionário.

Segundo se pôde averiguar, receberam os Bancos especuladores esse dinheiro a 6 por cento para ir emprestando, ulteriormente, à razão de 20 a 30 por cento.

O sistema federal de reservas criou, assim, uma carestia artificial de dinheiro, que os Bancos especuladores exploravam livremente. Esse sistema recolheu o dinheiro da circulação, e os banqueiros nova-iorquinos emprestavam-no, logo, a juros exorbitantes, que as classes produtoras tiveram que garantir, para ver se escapam à ruína, já inevitável.

Foi nessa época de abundância que o sistema federal de reservas floresceu como nunca. Em dezembro de 1920 suas reservas tinham alcançado a importância de 45%, e em julho de 1921 até 60% do seu capital.

O sistema Warburg, destinado inicialmente a compensar as oscilações do mercado financeiro, acabou por ser aplicado a evacuar o de reservas para a "União", mas para uma "empresa particular" e não a favor do povo em geral, e em benefício somente de alguns banqueiros. "Deveria" ter servido para ir ordenando pouco a pouco a gradação normal de preços depois da guerra; mas, "serviu", em realidade, para paralisar a vida mercantil do país. precisamente no momento mais crítico. Foi um sistema errado, tanto econômica como lógico e comercialmente e, no fundo, até criminosamente falso.

A Reserva Federal ufana-se de suas próprias reservas, como se isto fosse sinal de robusta saúde "econômica nacional". Quando o país carece de fundos, as reservas não deveriam ser elevadas, mas, sim, baixadas. Ao contrário do que se afirma, a altura alcançada por aquelas é sintoma inequívoco do grau de "depressão econômica nacional". Só a décima parte dessas reservas bastaria para reanimar a circulação normal do país. O sistema de Warburg foi mal aplicado e abusou-se dele. O país sofre, agora, as conseqüências.

O que agrava a situação é que muitas pessoas que poderiam falar desse assunto têm a boca amordaçada. Altos funcionários têm de se calar diante das subvenções eleitorais de que participam todos os elementos financeiros. Infelizmente, são muitas as pessoas devedoras daqueles. Uma lista que se fizesse das dívidas particulares das personagens que, nestes últimos oito anos, têm apresentado sua candidatura à presidência, seria excelente meio instrutivo, quase tão instrutivo como uma lista que esmiuçasse os nomes e sobrenomes dos judeus, em cujas casas esses candidatos costumavam se hospedar quando atravessavam o país em suas viagens de propaganda. Os que se acham tão

manietados ao onipotente sistema financeiro vigente não podem, na verdade, dizer tudo quanto sabem.

Ilustra, caracteristicamente, este estado de coisas a frase do Secretário do Tesouro, Cushin Daniel, pronunciada diante de certa Junta do Congresso e que demonstra até onde alcança a potencialidade dessas corporações particulares, denominadas "Bancos centrais". Disse aquele funcionário: "Ao visitar o Banco de Inglaterra apresentei uma carta de recomendação do Secretário de Estado, Mr. Hay, devido à qual o representante do Banco me recebeu com muita cortesia. Acompanhou-me na visita às dependências do Banco e de volta ao escritório, perguntei-lhe se poderia me responder algumas perguntas. À resposta afirmativa, perguntei-lhe se me poderia facilitar o estado de disponibilidade do Banco. "Não facilitamos essas informações", respondeu-me. "Mas, o Parlamento não pede, às vezes, contas desse estado ao Banco Nacional?" "Não, senhor". "Mas, como é que os chamados revolucionários também não se levantam, na Câmara dos Comuns, para pedir contas do que se passa neste Instituto? Isso, ao menos, se daria em minha terra!" "Ah! É que a maioria deles são devedores de grandes somas ao Banco. Por parte destes ("Representantes do povo"), nunca há dificuldades".

XXIV

A influência judaica na vida intelectual americana

"A questão judaica aparece em todos os lugares onde os judeus façam ato de presença", disse Teodoro Herzl, "porque eles mesmos a provocam". Não é precisamente seu número que a provoca, porque em quase todos os países residem, numericamente, mais estrangeiros de outra procedência, que judeus. Também não provêm das tão celebradas faculdades superiores judaicas, porque se tem observado que em todos os lugares onde o judeu se vê na necessidade de competir com outros povos nas "mesmas" condições de trabalho "honrado", não se nota absolutamente nada dessas faculdades superiores. Mal se lhes tire a "possibilidade de muitos ardis", esfria visivelmente o zelo e a atividade em muitos judeus.

A questão judaica na América não se baseia no número de judeus nem na inveja dos americanos pelos êxitos dos judeus, mas nasce da influência judaica sobre todas as manifestações da vida americana. Eles mesmos confirmam, orgulhosamente, o fato de exercerem tal influência. Mas se nos dizem que eles "nos deram nossa Bíblia", que "deles procede nossa religião e nosso Deus" e, em tudo isso, não há um átomo de verdade, tampouco deveriam impacientar-se quando nós nos ocupamos de completar a lista de suas "verdadeiras" influências.

Essas influências procedem da "idéia judaica", não do povo judeu, pois este é apenas o portador daquela idéia. Representa esta idéia a forma mais grosseira do materialismo, e tem se demonstrado mais que de qualquer outro modo no "terreno do trabalho". Manifesta-se na forma de uma expropriação de valores reais, produzidos pelo trabalho, a favor de valores fictícios. A filosofia judaica aplicada não consiste em criar valores, mas em fazer dinheiro, o que constitui uma diferença fundamental. Daí se explica, por exemplo, que os judeus não sejam nunca "pioneiros de indústria", mas sempre "gananciadores". Existe, não há dúvida, alguma diferença entre "produzir" e "recolher".

O labor intelectual criador, produtivo, sente-se atraído pelo seu correspondente labor físico, estando ambos intimamente ligados entre si. O trabalhador não-judeu decidiu-se antigamente por seu ofício segundo suas inclinações. Só muito dificilmente se resolveu abandoná-lo, porque entre ele e sua obra existia certo laço espiritual. Preferiu contentar-se com lucros um pouco menores, só para se conservar no seu ofício, a ir ganhar muito dinheiro em outros trabalhos que seriam estranhos aos seus pendores íntimos. O produtor está unificado com o seu produto. Seu trabalho é para ele, não só uma fonte de receita, mas uma vocação interior.

Não assim o arrecadador. A este, pouco importa em que se ocupe, desde que lhe renda dinheiro. Laços internos, sentimentos, afeições, sacrifícios, não existem. A obra a que se dedica não reconhece senão um único valor: o valor do dinheiro. Se fosse possível, renunciaria absolutamente a toda produção, pois prefere comerciar com valores e obras produzidas por outros, interessando-lhe nelas exclusivamente o lucro que podem dar.

Havia antigamente, também, um orgulho de profissão. Os que se entregavam a trabalho material eram de têmpera honrada. Seu caráter se acrisolava na consciência de serem eles mesmos uma parte útil da sociedade; em uma palavra: eram "produtores". E a sociedade foi sã e vigorosa, enquanto este orgulho produtor era tido como alguma coisa honrosa. O sapateiro sentia satisfação e orgulho de um par de botas que lhe saía bem. O criado sacrificava-se no seu trabalho, sem olhar se esguelha para o longínquo "mercado de cereais", nem para o preço de contado como recompensa de seu labor. Em toda parte era "a obra" o principal; tudo o mais era secundário.

Era assim nesse tempo!

O único meio de derrubar esses sólidos fundamentos da sociedade natural consistiu em divulgar outras idéias entre os povos, a mais perigosa das quais foi a que pouco a pouco ia sobrepondo a todo o interesse o termo "arrecadador". Desse modo a vida comercial americana ia sofrendo uma transformação radical. À frente do ramo financeiro apareceram os judeus; mas, também, e simultaneamente, à frente de todos os movimentos operários.

A idéia "arrecadadora", a de ganhar lucros sem atenção a mais nada, tomada em si mesma, é absolutamente anti-social e destrutiva. Só quando se apresenta secundariamente, ao lado da idéia "produtora", adquire algum direito. Mas, desde que uma pessoa, ou uma classe inteira, se deixa subjugar pela idéia "arrecadadora", perde o cimento que antes a unia à sociedade, sua faculdade de ligação desmorona-se, e sobrevém a derrocada.

Enquanto os judeus não possam provar que a penetração do espírito judaico elevou intelectual, moral, econômica e politicamente a classe operária, fica de pé a grave acusação de que sua influência foi destrutora e traidora ao povo.

A repulsão e supressão desse espírito não significam "reação", mas constituem antes um retorno aos antigos caminhos de nossos antepassados, os anglo-saxões, que nos conduziram às alturas e cuja raça demonstrou que, até o dia de hoje, saíram dela os verdadeiros mestres das obras terrenas, os fundadores de cidades, os criadores do comércio, indústria e tráfico e os descobridores e exploradores de novos continentes: eles, não os judeus, que nunca foram construtores nem exploradores, nem seguiram as pegadas dos conquistadores nos despovoados, mas somente nos cimos. Não obstante, pelo simples fato de nunca terem sido os primeiros a porem o pé em selvas virgens, não merecem censuras; merecem-nas, sim, pelo cinismo com que exigem, para si, igualdade em todos os "direitos", como aqueles conquistadores. Outra censura ainda muito mais grave merecem os descendentes daqueles anglo-saxões, por abandonarem o idealismo honrado de seus antepassados, recolhendo, em troca, as turvas idéias de Judas.

Constituem as universidades o alvo especial dos ataques das idéias judaicas. É aqui que a alma dos anglo-saxões corre perigo em sua essência, e que os filhos dos fundadores e edificadores sucumbem à filosofia dos destruidores. Entrega-se, inocentemente, o jovem estudante à alegria da liberdade espiritual, e vê-se logo rodeado de idéias sedutoras, cujas fontes e conseqüências não sabe avaliar. Juventude é estravagância, fermentação que promete um desenvolvimento saudável. Arrogante e atrevida, sacode as antigas crenças paternas. São atitudes oriundas de um excesso de vigor, que se converterá mais tarde em forte virilidade. Precisamente nessa época do desabrochar, cai a juventude com maior facilidade nas redes que lhe estendem astutamente. Muitos, nos anos maduros, voltam a encontrar os bons fundamentos antigos. Reconhecem então que "o amor livre" pode constituir uma sedução para a libertinagem juvenil, mas que a família, o carinho fora da moda, e a lealdade de "um" homem a "uma" mulher e aos filhos do casal oferece o único fundamento sólido não só da sociedade em geral, mas da retidão do caráter pessoal, e de todo o progresso moral. E se dão, também conta de que quanto às "revoluções", ainda que sejam pronunciados brilhantes discursos, nos quais podemos nadar em super-humanidade, não representam elas realmente a forma mais apropriada ao progresso humano. E reconhecem também que sob a bandeira se vive muito melhor do que debaixo da estrela soviética.

Há anos que os jornais e revistas se ocupam do estado de ânimo assustador que existe em nossas universidades, e buscam-lhe as causas. A resposta (para quem compreendeu a influência judaica sobre toda a nossa vida) é muito simples: é que o espírito judaico de crítica negativa destruiu em nossa juventude o respeito e a estima das boas tradições americanas, em união com as teorias social-revolucionárias, igualmente judaicas. Estas idéias judaicas trabalham mancomunadamente no cumprimento do programa exposto nos " Protocolos dos Sábios de Sião", no sentido de dissolver as comunidades políticas e nacionais dos infiéis, por meio de idéias absurdas continuamente repetidas.

É completamente inútil a queixa contra a "irreligiosidade" e o "radicalismo" existentes entre nossa juventude estudiosa, porque tais fenômenos sempre estão unidos à imaturidade espiritual. Mas, não é inútil, em compensação, demonstrar que o radicalismo revolucionário e a hostilidade contra o fundamento religioso da lei moral procedem de uma mesma fonte. Sobreponha-se a esta fonte do espírito revolucionário e da irreligiosidade a palavra "judeu" e diga-se, francamente, aos filhos dos anglo-saxões em que fonte bebem.

As energias revolucionárias acumuladas no judaísmo revigoram-se com a autoridade de que gozam os estudantes e alguns catedráticos não-judeus, que se deixaram iludir na Rússia, e, contudo, sabe-se o que significava, na história revolucionária daquele país, a palavra "estudante".

Que fazer contra isso? Chamar simplesmente, por seu verdadeiro nome, a fonte e o caráter das influências que inundaram nossas universidades. Os estudantes devem "saber" que é preciso que se "decidam", ou pelo espírito de seus antepassados anglo-saxões, ou pelo espírito do deserto da Síria, encarnado na tribo de Judá. Isto é: se querem seguir os edificadores ou os destruidores. "O único contraveneno eficaz e infalível contra a influência do espírito judaico consiste em tornar a suscitar em nós o orgulho de raça." Nossos pais eram filhos da raça anglo-saxônica-celta; homens que possuíam força cultural inoculada no sangue e no destino, que em litorais inóspitos assentaram a bandeira de uma criação cultural e que pelo poente avançaram até a Califórnia

e pelo norte até o Alaska, os quais povoaram a Austrália e ocuparam os passos do continente em Suez, Gibraltar e Panamá; os que abriram as zonas tropicais e conquistaram as regiões eternamente geladas. Germanos eram os que fundaram quase todos os Estados que deram aos povos normas imperecíveis e que em cada século deixaram lúcido ideal. Nem seu Deus nem sua religião foram tomados dos judeus, mas são eles o povo "predileto" do Senhor, os amos do mundo, que o vão aperfeiçoando, cada vez mais, mas sem derrubá-lo primeiro, como pretende o judeu.

No acampamento de tal raça, entre os filhos de tais pais, vem penetrando um povo sem cultura, sem religião nem ideal, sem idioma vivente, sem uma grande façanha, a não ser no terreno de "ganhar dinheiro", expulso de todos os países que lhe ofereceram hospitalidade. E querem vir dizer aos filhos dos saxões o que é necessário fazer para que o mundo seja perfeito?

Nas universidades deve haver tribuna livre e livre intercâmbio de idéias; mas o judeu, que se chame judeu, e em geral, que nossos filhos aprendam a ver o que é o "mistério da raça".

Já se vai fazendo a luz: o procedimento da raça estranha fica devassado. Isto é simples: primeiro exige-se a "secularização" da escola elementar: este conceito é de origem judaica e busca fins judaicos. Sua habilidade consiste em que a criança não deve chegar a saber de modo algum que cultura e pátria assentam nos fundamentos da religião anglo-saxônica. Sobre isso nem uma palavra! Também não deve a criança ser informada de nada do que a poderia esclarecer devidamente a respeito da raça judaica.

Assim preparado o terreno, amadurecem o fruto para ir avançando contra os colégios de ensino secundário e as Universidades, com o nobre objetivo de ridicularizar tudo o que é cristão e encher o vácuo produzido com as idéias dissolventes judaicas.

"Secularizam-se" as escolas elementares, e as universidades são "judaizadas". É o conjunto do "liberalismo", tão recomendado pelos porta-vozes judeus. Tanto nas organizações operárias, como na Igreja e nas Universidades, despontou já esse liberalismo sobre os fundamentos estimativos do trabalho, da fé e da vida social. Capitalismo perseguido é só o capitalismo produtor não-judeu; a ortodoxia atacada é apenas a religião de Cristo; a forma societária exposta a acérrima crítica é a genuinamente ariana. A destruição de tudo isso redundaria em proveito de Judá.

Poderia prolongar à vontade esta enumeração, porque a influência judaica alcança todos os terrenos de nossa vida cultural.

Certo proprietário anglo-saxão, mal aconselhado por um jornal, disse: "Visto que os judeus podem tanto, é porque têm também direito a isso", expressão que não passa de variação sobre o tema: "Como é possível que três milhões de judeus possam dominar cem milhões de americanos"?

Convenhamos que se a inteligência judaica é superior, se suas faculdades espirituais demonstram maior valor, devem elas vencer, e a força e a ideologia anglo-saxônicas devem se dissolver no pó sob as plantas da Judéia.

"Antes disso, porém, qua ambas as idéias, de viseira erguida, acudam à arena de combate". Não constitui luta leal que a idéia anglo-saxônica, em cinemas, escolas e universidades seja oculta aos anglo-saxões, sob o pretexto de que é "sectária", ou "chauvinista", ou "antiquada", ou outras estultices desse gênero. É desonroso e pouco decente que as idéias "judaicas" se cubram com o pavilhão da Anglo-Saxônia. Chame-se a herança espiritual e cultural

de nossos antepassados por seu honesto nome anglo-saxão e a idéia judaica jamais triunfará sobre ela. Esta não pode vencer, senão quando tiver conseguido arrancar um povo do solo sagrado de sua cultura enraizada.

Foi Judá quem rompeu as hostilidades. Ninguém teme a luta quando é travada francamente. Para isso, devem saber nossos estudantes e professores, que nessa luta vai a existência dos bens espirituais de nossa raça, que criou toda a cultura que desfrutamos e que se sente com forças suficientes para ir edificando ainda a cultura de tempos porvindouros. E, por outro lado, devem saber que quem nos ataca é o judeu.

É tudo o que é preciso. Exatamente contra isso protestam os judeus, tachando-o de "ódio de raças". Por quê? Porque a ideologia judaica tem de fracassar tristemente, no momento em que não se possa esconder sob uma bandeira falsa, desde que já não possa atacar, revestida de enganos e engenhosos disfarces. A ideologia ariana não teme a luz do dia.

Deixai que cada idéia arvore seu próprio lábaro, e veremos!

XXV

Os planos financeiros dos judeus internacionais

Funda-se o poderio financeiro judaico em suas recíprocas relações internacionais, que se estendem sobre o mundo inteiro em forma de cadeia ininterrupta de Bancos e pontos de ligação financeiros e se colocam sempre ao lado daqueles que se prestam a favorecer as duvidosas partidas dos estrategistas judeus. Achava-se sua sede central, e talvez ainda hoje se ache, na Alemanha, ou melhor, em Franckfurt-sobre-o-Meno; mas certa nervosidade manifesta parece indicar que vai se fazendo necessária a mudança. Poderia ser que afinal a Providência se mostrasse mais forte que todo o poderio financeiro judeu. De toda parte conflui o ouro do mundo inteiro, para desaparecer nos subterrâneos dos palácios bancários das Américas do Norte e do Sul. Não, porém, para fazer frutificar estes continentes, mas para mobilizar o predomínio judeu para um ulterior golpe desesperado. "A grande potência financeira judaica tem medo". Razão bastante para isso tem ela. O sangue vertido durante a guerra mundial, cujos juros vêm cobrando agora, jorra-lhe nas mãos. Que há de admirar que o judaísmo trema diante da probabilidade de se ver desmascarado?

Uma porção de Bancos judeus em diferentes países, por mais potentes que fossem, não constituiriam por si sós um perigo. Na competência leal e com armas iguais, não se pode o judeu sustentar. "Os Rothschild nunca foram banqueiros no sentido propriamente dito desse ofício; foram, antes, emprestadores de dinheiro aos Estados, cujos representantes tinham previamente subornado para que emitissem empréstimos. Estes judeus tramavam seus negócios exatamente seguindo a mesma máxima: que o usurário que induz o filho inocente do aristocrata a lhe pedir dinheiro emprestado, é porque sabe que o pai deste lhe pagará.

Não nos interessa, pois, o banqueiro judeu individualmente. Os papagaios que vêm repetindo estupidamente as frases judaicas acreditam que o negociante judeu tem o mesmo direito de fazer os seus lucros que outro qualquer negociante. Em última análise, quem o nega? Mas, quando vemos na nossa frente uma cadeia sem fim de consulados financeiros ligados por um sistema uniforme, e que não se podem considerar como Bancos americanos, franceses, ingleses, espanhóis, nem alemães, mas que só representam elos da cadeia bancária universal judaica — então compreendemos que não se trata, com efeito, de indivíduos judeus, como outras pessoas podem se dedicar a seus negócios particulares, mas de um conjunto de poder inimaginável e com fins bons ou maus. O mau, no entanto, prepondera enormemente sobre o bom.

Este sistema bancário universal também não quer dizer que em cada país a casa bancária mais forte seja precisamente judia. Assim, por exemplo, Kuhn, Loeb & Cia. não representa de modo algum o instituto bancário mais forte dos Estados Unidos. E não obstante, emana dessa casa um sistema financeiro, que na atualidade prevalece sobre a totalidade da Fazenda americana. Paulo Warburg, judeu de procedência alemã, e membro do "trust" financeiro universal judeu, foi enaltecido nos círculos oficiais americanos, com louvores completamente imerecidos. A influência desse espírito de Warburg, unida ao dos Stern, Fürstenberg, Sonnenchem, Sassoon, Samuel e Bleichröder em outros diversos países, foi realmente pasmosa.

"Os financistas judeus 'fizeram' a guerra mundial", da mesma forma por que têm feito todas as guerras de importância. Nenhum judeu iniciado o negará, e até muitos deles se ufanam dessa façanha, sinal inequívoco do poderio mundial judaico. Acima dos Estados beligerantes reinava uma junta financeira internacional exclusivamente judia, e que ninguém podia alcançar ou achar. Se cada membro dessa junta tivesse se conservado leal à sua respectiva pátria, nenhum deles houvera podido prevalecer. Em vez disso, porém, estando todos mancomunados em potência financeira supranacional, "possuindo segredos de todos os Estados, estando em constante relação pessoal mútua, ainda mesmo em épocas em que todas as comunicações entre as nações beligerantes estavam rotas; sendo, além disso, os verdadeiros amos capazes de decidir sobre a duração da guerra, como sobre a hora da mal denominada paz", convertia-se este grupo judeu em horrendo perigo para quem tivesse compreendido suas maquinações e contatos subterrâneos.

A quem lê os "Protocolos", logo chama a atenção o grande número de parágrafos que tratam de assuntos monetários e financeiros. A réplica judaica de que esses "Protocolos" só poderiam ter sido escritos por um criminoso ou demente, foi calculada para aqueles que, ou não os leram, ou passaram por alto os planos financeiros neles contidos. Criminosos ou dementes não podem fazer a autópsia de um sistema financeiro existente tão fria e cientificamente, proclamando em sua frente outro novo, e que lhes parece melhor. É indispensável, pois, voltarmos a alguns desses pontos a que os "Protocolos" fazem referência e estudá-los detidamente.

"Onde não nos sairmos bem, transformar-nos-emos em proletariado revolucionário, fazendo-nos suboficiais dos partidos subversivos. Quando nos levantarmos, conosco subirá também o sinistro poder da Bolsa", como escrevia o chefe socialista Teodoro Herlz, em seu livro intitulado **Um Estado Judeu**. É em face dessa união, entre a anarquia e a preponderância da Bolsa, que se encontra o mundo atualmente. Veja-se na Rússia, e veja-se também essa caterva que acudiu a Versalhes para fazer a "Paz". Esta foi feita por financistas, sendo aquele Tratado o recibo apresentado, não somente a um inimigo vencido, mas ao mundo inteiro. Os banqueiros judeus recolhem agora os juros de todas as partes do mundo.

Sobre este assunto é interessante ler o que diz o "Protocolo" nº 6: "No dia seguinte à catástofre política" (!), começaremos a criar poderosíssimos monopólios e acumulações de riquezas, em face das quais as maiores fortunas

não-judaicas ficarão dependentes de tal forma, que forçosamente terão de rebentar, e com elas todo o crédito nacional".

"Ao mesmo tempo será necessário instigar energicamente o comércio e as indústrias, e especialmente a "especulação", cuja tarefa será servir de contrapeso contra a indústria. Sem a especulação, a indústria aumentaria a opulência geral, melhorando também a situação da agricultura, e chegaria a ficar em condições de se emancipar de suas dívidas aos Bancos hipotecários. Por meio da indústria será o campo evacuado, tanto de homens como de capital. Por meio da especulação, deve afluir o dinheiro do mundo inteiro a nossas mãos... Para destruir a indústria dos infiéis, despertaremos neles a sede de toda a classe de luxo, como estímulo à especulação".

Aí fica estabelecida, sem rodeios, a idéia de que os desperdícios e as dívidas favorecem o poderio do prestamista judeu. Este não abona dinheiro com o fim de fortalecer as indústrias, mas para explorá-las. Toda a opulência independente de indústrias e agricultura ameaça sua preponderância mundial. A indústria deve, pois, ser refreada, por meio da especulação, que por sua vez aumentará com o luxo, dia a dia mais desenvolvido. Um povo laborioso pode muito depressa livrar-se de dívidas com o produto de seu labor. Por isso é preciso despertar nele novos apetites e mantê-lo na escravidão do devedor. Um dos meios para consegui-lo consiste em "desabituá-lo" da vida do campo.

"Conseguiremos, pela força, o aumento de salários, mas não será em benefício dos operários, porque ao mesmo tempo faremos aumentar os preços de todas as coisas necessárias à vida, sob o pretexto de que seja o resultado do abandono da agricultura e da pecuária. Solaparemos também funda e artificialmente as fontes de toda a sã produção, com o fim de infiltrar nos operários idéias anarquistas e induzi-los ao alcoolismo..."

Tudo isso aconteceu realmente, e é conhecido de todo mundo.

O Museu Britânico de Londres conserva, desde o ano de 1906, um exemplar impresso desses "Protocolos". Foram escritos, pois, por um profeta, que soube prever misticamente os acontecimentos? ou antes por um poder que nos prefixara friamente?

O programa mundial judeu, tal como apareceu nos mencionados "Protocolos", baseia-se principalmente em "premissas econômicas falsas", a cuja adoção é preciso induzir os governos e os povos. Mas, além de serem falsas, elas são ainda manejadas conscientemente com o fim de enganar por quem sabe que são irrealizáveis.

"Os conceitos reais que os judeus têm da sua vida econômica são completamente diferentes dos que eles costumam ensinar aos infiéis". Melhor que ninguém, conhecem os judeus quanto é absurdo o sistema financeiro vigente; tiram, porém, seu proveito desse rematado absurdo, desmoronam a sociedade não-judia e reforçam assim o predomínio panjudaico. Esforçam-se com toda a energia por manter este sistema falso até que ele nos leve à derrocada inevitável. Então, desejariam reedificar o mundo segundo os princípios financeiros verdadeiramente judeus. O sistema falso serve só para a era não-judaica. E que efetivamente se trata agora unicamente de medidas passageiras destinadas a destruir a vida econômica atual, demonstra-o o terceiro "Protocolo". Ali se diz, depois de indicar os meios conducentes a instigar o ódio das classes baixas contra os opulentos:

"Esta inimizade aumentará ainda em conseqüência de situações críticas, que conduzem a catástrofes de Bolsa, e à paralisação de todo o mecanismo. Uma vez que tenhamos produzido a crise econômica geral com todos os meios subterrâneos de que dispomos, e por meio do ouro reunido exclusivamente em nossas mãos, promoveremos em toda a Europa conflitos com as massas de operários em plena rua. Os operários derramarão logo o sangue daqueles a quem na sua estultície e ignorância se habituaram desde a meninice a invejar, e cuja propriedade julgarão poder imediatamente repartir entre si".

Tudo isso é o domínio público, porque já aconteceu na Europa. As armas, que esgrimiram em primeiro lugar, foram as de índole econômica. O programa judaico realizou-se graças à divisão da sociedade não-judaica em ricos e pobres. Separa e vencerás, é o lema judaico. Divisão da sociedade cristã mediante inimizades econômicas, confessionais, sociais e nacionais, enquanto os judeus formam "uma unidade compacta", que só por este fato está em condições de dominar um mundo dividido em seu seio. Atente-se tão-somente para o enorme poderio judaico resultante da guerra mundial, na Rússia, Alemanha, Áustria, França, Itália, Inglaterra e Estados Unidos. Nenhum banqueiro judeu da Rússia foi incomodado, ao passo que os banqueiros não-judeus foram fuzilados e seus bens roubados. "O bolchevismo não suprimiu o capitalismo: somente trasladou os capitais de proprietários não-judeus para mãos judias, e este é efetivamente o único objeto, tanto do socialismo como do anarquismo e do bolchevismo". Em qualquer parte onde se publique a caricatura de um capitalista sobrecarregado de ouro e brilhantes, terá ele inevitavelmente as feições de um tipo não-judeu. Os "capitalistas" denunciados na imprensa vermelha nunca são judeus. Toda a greve importante, seja nas vias férreas, seja na indústria do aço ou na mineira, dirige-se sempre contra empresas não-judaicas: "nisso assenta toda a finalidade do movimento operário vermelho". É de raça estranha, é judeu e é anticristão.

Um dos pontos mais interessantes contidos em todos os "Protocolos" é o da contraposição do sistema financeiro favorecido atualmente pelos judeus, e que representa o sistema judaico genuíno.

O "Protocolo" nº 20 diz: "O padrão ouro destruiu os Estados que o adotaram", porque não pôde, realmente, dar vasão ao pedido de signos monetários, especialmente pela razão de que retirávamos da circulação quanto ouro nos convinha". O não-judeu inocente perguntará: "Que interesse teriam os judeus em retirar de circulação o ouro, que assim não lhes dava juros"? Que não fique esquecido o que foi dito acerca da diferença fundamental entre o "produtor" e o "arrecadador". Uma crise econômica, para gente cuja ferramenta é o dinheiro, é muito mais lucrativa do que uma larga época de bem-estar econômico.

"Produzimos situações críticas na vida econômica, retirando dinheiro da circulação". Que a dasaparição do dinheiro disponível da circulação geral produz terror e consternação, sabe-o todo mundo. Nós, os americanos, fomos durante quinze meses testemunhas dessa desaparição e de suas conseqüências. A ordem foi dada pelo telégrafo aos financistas, para um dia determinado, e nesse mesmo dia estalou uma catástrofe econômica em todo o território da União. Banqueiros honrados tentavam ajudar, enquanto os outros, os iniciados, tiravam enormes lucros daquela catástrofe. O dinheiro foi subtraído ao seu objetivo legal, sendo emprestado a 6% aos especuladores, que por sua vez tornavam a emprestá-lo a 30%.

Nenhuma pessoa sensata se lembrará de querer explicar tais acontecimentos como "leis naturais", nem como conseqüência de uma prática comercial honrada.

Mais adiante mofam os "Protocolos" da política financeira dos governos, dizendo: "Em conseqüência de métodos admitidos por governantes estúpidos, esvaziou-se o Tesouro público: Seguia-se o sistema de contrair dívidas e gastar os últimos recursos, e isso levou os Estados não-judeus à beira da bancarrota".

"Do ponto de vista financeiro estão os Estados em bancarrota", e só se sustentam artificialmente por meio de contribuições tão sobrecarregadas, que equivalem a uma espoliação. Os Estados Unidos da América são chamados falsamente "o país mais rico do mundo": pois em sua condição de Estado este país está "exatamente tão pobre e arruinado" como qualquer outro. Nada tem, a não ser dívidas, e continua fazendo empréstimos.

Em outro lugar prosseguem os "Protocolos": "Cada empréstimo revela a incapacidade e a ignorância do respectivo governo quanto aos direitos do Estado. Os empréstimos, qual espada de Damocles, suspendem-se sobre as testas coroadas, que em vez de lançar impostos a tempo, estendem a mão 'pedindo esmola' aos nossos financistas. Sobretudo, os empréstimos externos são como as sangue-sugas, que não se podem tirar do corpo dos Estados até que caiam pelo próprio peso, a não ser 'que o próprio governo as arranque violentamente', mas os governos não-judeus, longe de suprimi-los, voltam a 'lançar' cada vez mais novos empréstimos. Serão irremissivelmente consumidos, em conseqüência dessa constante e voluntária sangria".

"Esta crítica não admite réplica alguma".

É com escárneo que os "Protocolos" continuam: "Entenda-se bem: posto que nós mesmos tenhamos recomendado tão estúpida política, 'naturalmente não a seguiremos...' Em que consiste o efeito de um empréstimo, especialmente de um empréstimo externo? Consiste na emissão de um certificado de dívida com a promessa de abonar juros. Oferece o empréstimo a 5%, e o resultado é que ao fim de 20 anos o Estado pagou os juros em vão, ainda que tenha devolvido toda a soma devida; ao cabo de 40 anos terá pago juros no dobro do valor, e em 60 anos no triplo do valor da dívida, enquanto que esta fica incólume".

É simplicíssimo! Contudo, que se terá dado conta disso? Continuamos ainda vivendo sob a influência da doutrina de que "as dívidas nacionais redundam em benefício da economia nacional". O que é certo, porém, é que a importância das dívidas nacionais oferece uma medida exata da escravidão das nações sob o cetro da Judéia.

Ocupam-se os capítulos 20 e 21 dos "Protocolos" da exposição do programa da política que seguirão os judeus quando houverem alcançado o poder mundial, dizendo: "Quando ocuparmos os tronos do mundo, ficarão excluídos todos os processos econômicos que não coincidirem com os nossos interesses".

1º "As Bolsas de fundos serão definitivamente fechadas, porque não admitiremos que nossa reputação suporte as oscilações dos preços de nossos valores. Para isso fixaremos um câmbio obrigatório, igual a seu valor nominal completo, sem permitir a ninguém levantá-lo nem baixá-lo". As altas de preços são seguidas de baixas: tal "foi nosso grande jogo" com os títulos dos Estados não-judeus.

2º "Seqüestro legal do dinheiro, com o fim de regular sua circulação".

3º "Estabeleceremos certa unidade monetária que se baseie no valor de determinada unidade produtiva, seja o material de que se componha a moeda

indiferentemente papel ou madeira (?). Emitiremos a cada momento tanto dinheiro quanto seja necessário para satisfazer as necessidades normais de cada cidadão, emitindo a cada nascimento uma soma determinada e recolhendo-a a cada falecimento".

4º "Títulos e valores serão comprados por nosso governo, e este, em vez de pagar tributos pelos empréstimos, os emitirá bancariamente. Isso evitará à Fazenda Pública todo estancamento monetário, toda vida parasitária e folgazona, condições e habilidades que nos foram úteis, enquanto os infiéis eram ainda dependentes; mas que não se admitirão, uma vez chegado o nosso Reino".

5º "Substituiremos as Bolsas por instituições financeiras do Estado, cuja missão consistirá em fixar os valores de títulos oficiais segundo instruções do governo. Esses institutos serão fundados de tal maneira, que em um só dia poderão adquirir ou vender respectivamente o valor de 500 milhões de papel industrial, de forma que toda a empresa industrial ficará sob a nossa dependência. É fácil imaginar o enorme poderio que alcançaremos com essas medidas".

Como fontes de entradas contribuintes no império mundial judaico prevêem-se as seguintes: 1º, uma sobrecarga progressiva sobre a propriedade; 2º, uma sobrecarga progressiva sobre lucros e heranças; 3º, um imposto sobre a transmissão de bens, sejam de fato, ou em valores; 4º, um imposto sobre o luxo e uma sobrecarga do selo.

Essas medidas farão desaparecer o ódio dos pobres contra os ricos, porque estes serão considerados como os pilares financeiros do Estado e responsáveis por um bem-estar pacífico. O proletário compreenderá que é o rico o único que facilita os meios para que se mantenha tal estado de coisas e se desfrute do "bem-estar pacífico".

— FIM —

NOTA DOS EDITORES:

Os capítulos constantes deste livro foram publicados, em 1920, no jornal *Dearnborn Independent*, de Henry Ford.